Historia da Litteratura Portugueza

CAMÕES

Epoca e Vida

POR

THEOPHILO BRAGA

LIVRARIA CHARDRON, de Lello & Irmão,
editores. R. das Carmelitas, 144—PORTO.
1907

OBRAS COMPLETAS

—

HISTORIA DA LITTERATURA PORTUGUEZA

—

CAMÕES (Epoca e Vida)

Historia da Litteratura portugueza (edição integral)

1 Introducção e Theoria da Historia da Litteratura portugueza . . . . 1 vol.

I. Epoca medieval

2 Trovadores portuguezes . . . . 1 vol.
3 Amadis de Gaula . . . . 1 »
4 Poetas palacianos . . . . 1 »
5 * Os Historiadores portuguezes . . . . 1 »

II. Epoca classica

A.) — *Quinhentistas*

6 Bernardim Ribeiro e os Bucolicos . . . . 1 vol.
7 * Novellas de Cavalleria e Pastoraes . . . . . . 1 »
8 Gil Vicente e as origens do Theatro nacional. . 1 »
8-A Eschola de Gil Vicente e o desenvolvimento do Theatro nacional . . . . 1 »
9 Sá de Miranda e a Eschola italiana . . . . . . 1 »
10 Ferreira e a Pleiada portugueza. . . . . 1 »
11 A Comedia e a Tragedia classicas . . . . 1 »
12 Camões — Epoca e Vida . . . . 1 »
13 — Obra (Bibliographia) . . . . 1 »
14 Eschola camoneana (Lyricos e Epicos) . . . . 1 »

B.) — *Seiscentistas*

15 * Os Culteranistas . . . . 1 »
16 * Epicos seiscentistas . . . . 1 »
17 Tragicomedias dos Jesuitas e a Comedia de Capa e Espada . . . . 1 »
18 * Vieira e a Parenetica portugueza . . . . . . 1 »

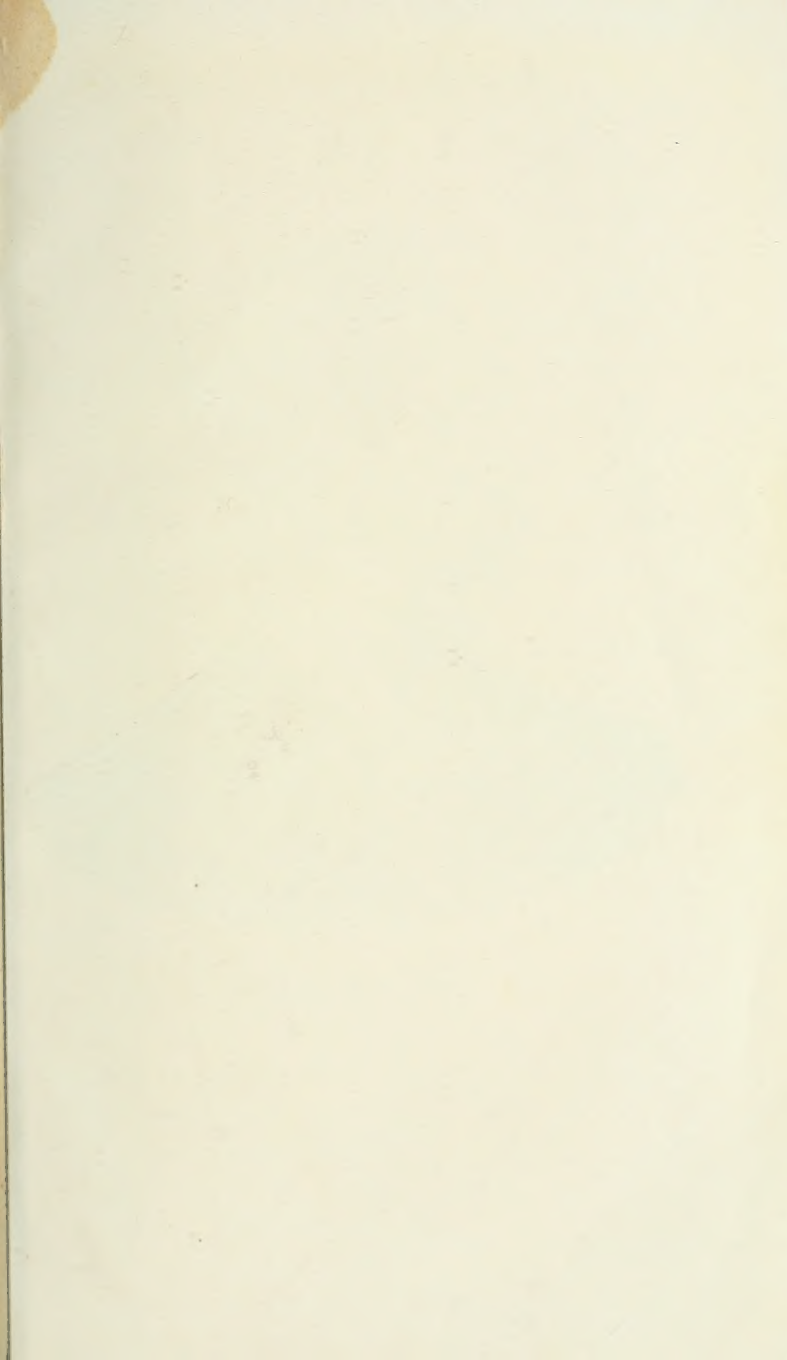
C.) — *Arcades*

19 A Arcadia Lusitana. . . . . 1 vol.
20 Filinto Elysio e os Dissidentes da Arcadia . . . 1 »
21 A baixa Comedia e a Opera . . . . 1 »
22 Bocage, sua Vida e epoca litteraria . . . . . . 1 »
23 * José Agostinho de Macedo . . . . 1 »

III. Epoca romantica

24 Garrett e o Romantismo. . . . . 1 vol.
25 Garrett e os Dramas romanticos . . . . 1 »
26 Alexandre Herculano e o Romantismo liberal . 1 »
27 Castilho e os Ultra-Romanticos . . . . 1 »
28 João de Deus e o moderno Lyrismo . . . . . . 1 »
29 A Eschola de Coimbra e a Dissolução do Romantismo . . . . 1 »

30-31 Recapitulação da Historia da Litt. portugueza . 2 »
32 Indice geral analytico . . . . 1 »

*N. B. — Os volumes notados com asterisco * estão ainda* **ineditos**; *prefere-se a sua publicação, quando não seja urgente* **refundir** *os que se acham esgotados.*

Dr. Theophilo Braga

Historia da Litteratura Portugueza

CAMÕES

Epoca e Vida

POR

THEOPHILO BRAGA

LIVRARIA CHARDRON, de Lelio & Irmão
editores, R. das Carmelitas, 144 — PORTO.
1907

Á

Sociedade Scientifica-Artistica-Litteraria

LUIZ DE CAMÕES

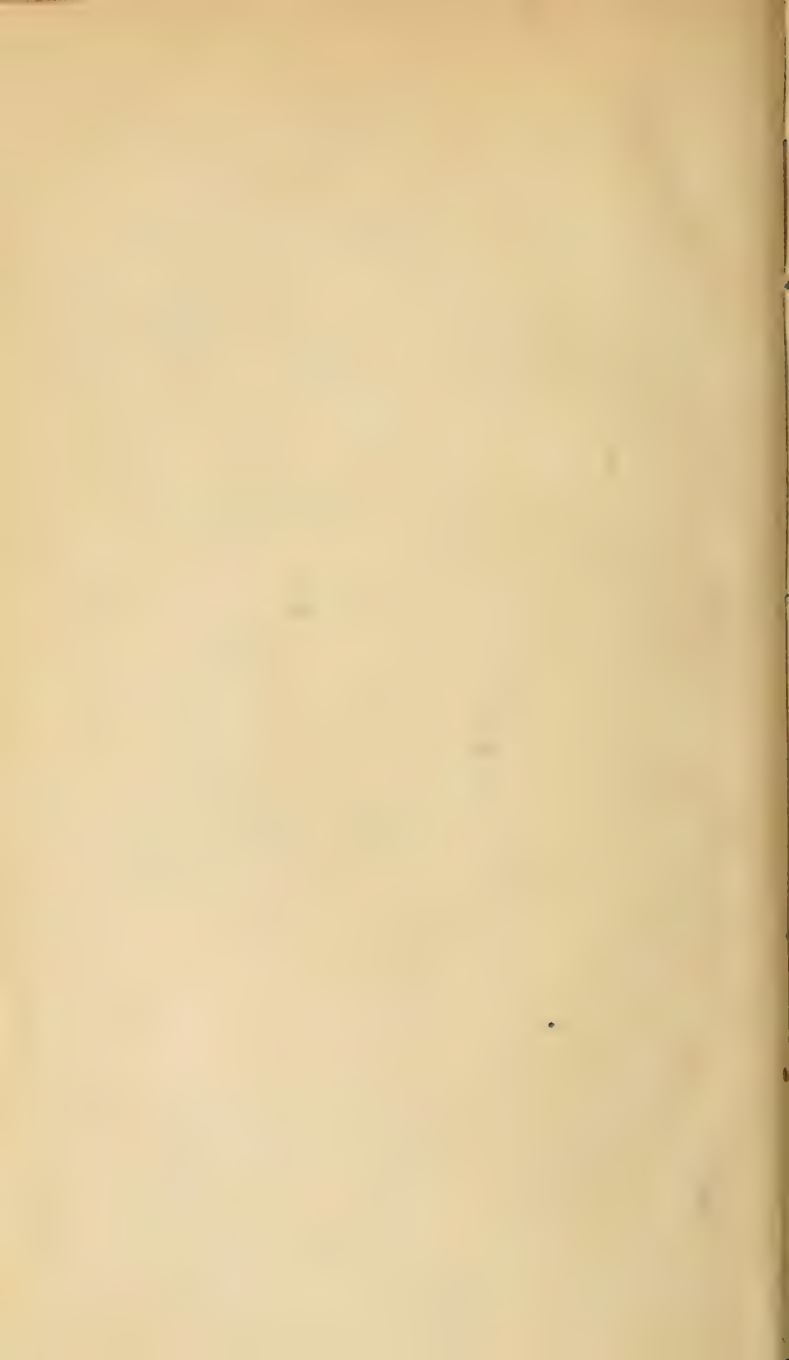
EM NAPOLES

Agradecendo:

la sua grande Medaglia d'Onore come testimonianza di alta ammirazione pel più insigne illustratore dell' immortale Poeta di Lusiadi e del Parnaso

(li 13 Giugno 1905)

Offerece

O Auctor.

PRELIMINAR

Nos numerosos trabalhos sobre a Vida de Camões, que até ao presente não satisfazem ás condições da verdadeira historia, em todos elles se observa uma constante conflagração das interpretações criticas e da tradição inconsciente em volta do facto. Umas vezes é a tradição, mal comprehendida, que se toma como facto positivo; outras vezes é a sua interpretação ou as inferencias tomadas como realidade, prevalecendo a imaginação sobre a verdade.

Ha sempre que dizer de novo sobre a Vida de Camões, corrigindo ou restabelecendo pelo criterio severo estas relações que envolvem o facto historico. O verdadeiro estudo só se realisará quando pelo conhecimento geral da Epoca em que viveu Camões, da psychologia da sua individualidade, e do quadro biographico contornado nos tópicos irrefragavelmente conhecidos pelos documentos authenticos já achados, se limitarem as interpretações criticas á localisação dos factos em um quadro definitivo, e á determinação dos residuos de verdade historica, que se encerram n'essas tradições ou lendas pessoaes. Porque a verdade nas tradições consiste no testemunho do facto pelas *impressões* que d'elle ficaram, e é pela analyse psychica d'essas impressões, obedecendo a normas embora inconscientemente, que nos aproximamos da verdade da realidade historica

Como os biographos que vieram depois da geração de Camões, esses investigadores do seculo XVII, como Pedro de Mariz, Severim de Faria, Paiva de Andrade e Faria e Sousa, não souberam penetrar o sentido das

tradições camonianas, os criticos que lhes succederam despresaram esse riquissimo material do passado historico, perdendo os fios conductores para uma verdadeira reconstrucção. Quanto mais distante tanto mais geral se torna a tradição, desligada dos particularismos que a pervertem e a confundem: é por esta nova capacidade que os historiadores modernos penetraram mais profundamente no passado, por que essas épocas chamadas *tempos fabulosos* encerram o deposito das impressões de successos que não deixaram de si outra memoria, mas psychologicamente tão verdadeira, que ou nos mythos theogonicos ou nas lendas épicas servem para reconstituir uma Civilisação rudimentar.

Hoje o que melhor representar a Vida de Camões com mais verdade historica, com mais nitida comprehensão da sua época, estabelecendo com mais segurança a relação do genio com o seu meio mental e social, offuscará por ventura a gloria que compete a quantos o precederam? Não; e, sem modestia, basta ter presente aquelle principio que traz Voltaire no seu *Diccionario philosophico:* «Tudo se faz por gradações, não cabendo a gloria a ninguem.»

No preambulo das memorias da sua vida, Goëthe appresenta esta indicação para um estudo biographico: «Parece-me que o objecto principal de uma biographia consiste em representar o homem que se visa no meio da sua época, e mostrar até que ponto o conjuncto lhe foi obstaculo ou o auxiliou; que ideias seguidamente formara do mundo e dos homens, e, se elle foi artista, poeta, escriptor, como lhes deu expressão.» Seguimos esta norma. Camões nasce em uma época em que a decadencia de Portugal se dourava com os restos de uma apparatosa grandeza, e quando na Europa prevalecia a dictadura monarchico-catholica sobre o espirito livre da Renascença. A vida do poeta decorreu entre calamidades sociaes, decepções intimas, perseguições e desventuras, em que nunca succumbiu. Alentou-o o ideal, a que todos esses soffrimentos deram relêvo, que se tornou o *Pensamento novo* da consagração da Patria em um Pregão eterno. E quantas angustias o torturaram e mesmo o momento aziago da sua morte, não foram senão os meios e a prova como melhor sentiu e completamente se unificou com a sua terra.

CAMÕES

EPOCA, VIDA E OBRA

Ao iniciar as expedições maritimas do seculo XV, o genio da *raça lusitana* manifestava o caracter ethnico da sua origem ligurica. Os grandes Descobrimentos e as temerosas navegações imprimiram ao Povo portuguez o vigor de uma Nacionalidade autonoma entre os outros Estados peninsulares; e a essa nacionalidade uma acção historica, exercendo a missão impulsora de uma nova Era, na marcha progressiva da humanidade. Confinado *entre o continente e o mar*, Portugal, pela tenacidade de raça inconfundivel, realisara no seculo XII a aspiração tradicional da independencia como estado politico; mas foram os seus portos, as suas armadas dominando no *Mare librum* que lhe crearam os recursos economicos, deixando então de ser um *appendice da Hespanha*. A sua burguezia não se af-

firmou pelas revoltas communaes, mas nas luctas do trafico mercantil dos productos de inexploradas regiões, apeando o emporio exclusivo de Veneza. Quando esses vastos dominios geographicos reclamaram colonos, capital e confiança para o credito, as exiguas condições d'este pequeno povo foram causa material da sua decadencia ante o concurso das poderosas nações da Europa, e nunca uma degenerescencia imaginaria.

No seculo XVI, o maior seculo da historia, é quando resplandecem todas estas condições vitaes da Nacionalidade portugueza, nos aspectos mais delicados do sentimento, da intellectualidade e da acção individual. Na Litteratura e Arte quinhentistas o sentimento nacional inspirou as mais bellas creações estheticas: no Theatro, revelando-se em Gil Vicente a tradição mantida na vida popular; no Lyrismo, a passividade amorosa designada pelos criticos estrangeiros — alma portugueza — pela sua emocionante expressão; na Architectura, revivescendo na época manuelina no mosteiro dos Jeronymos, fórmas ainda communs á Hespanha lusa ou occidental, com a ornamentação do gothico-florido com os novos productos das regiões orientaes; no Direito, sancionando o *costume do reino*, ou as antigas garantias populares, embora os reinicolas as codificassem segundo as leis romanas e canonicas. E' n'este seculo *quinhentista*, que a Lingua portugueza entra na disciplina grammatical, iniciada por Fernão de Oliveira, proclamando o Doutor Antonio Ferreira, — que se falle, escreva e cante essa lingua, adaptada ás narrativas da Historia por

João de Barros e Damião de Góes, tornando-se uma manifestação organica do nacionalismo. Bem dizia Frederico Schlegell: «Feitos memoraveis, grandes successos e largos destinos, não bastam para captar a attenção e determinar o juizo da posteridade. Para que um povo tenha este privilegio, é preciso que elle saiba dar conta dos seus feitos e dos seus destinos.» E' esta harmonia que caracterisa o genio portuguez no seculo XVI, na affirmação complexa de profundos symptomas de vitalidade.

Mas sob este esplendor da éra quinhentista, trabalhava uma força depressiva de desnacionalisação, exterior á nacionalidade, pela ambição do *unitarismo iberico* dos seus monarchas, coadjuvados pelo unitarismo catholico. Ao encetar-se o ultimo quartel do grandioso seculo, Portugal era convertido pelos seus dirigentes temporaes e espirituaes em uma provincia castelhana.

Não se apagou, apesar da dissolução dos caracteres e de sanguinosas violencias, a consciencia da nacionalidade portugueza; Camões deu expressão a essa força latente, e tornou-se o Symbolo d'ella. Camões, que nasceu no periodo das fortes energias; que assistiu á transição da generosa Renascença para a phase perturbada e esteril; que viu toda a extensão do dominio portuguez na Africa, India e extremo Oriente, nos seus desfalecimentos moraes, Camões foi o luminoso espirito que sentiu a raça na sua resistencia indomavel e deu expressão artistica ou universal a essa consciencia historica. No momento em que se iam apagando os testemunhos que mostravam Por-

tugal solidario no desenvolvimento da Civilisação moderna, a Epopêa de Camões foi o *pregão do ninho seu paterno*, que accendeu nas gerações os impetos da independencia nacional, e pela inspiração universalista impoz aos seculos que este pequeno povo sobreviverá como factor da historia da humanidade. Sob este aspecto escreveu Edgar Quinet: «Quanto mais reflicto, mais me convenço que nada ha de mais vivo e grande, nas cousas e obras humanas, em que se não encontre este duplo caracter: o geral e o particular, a cabeça e o coração, a humanidade e a patria. A immensa *Odyssèa* gravita em torno da pequena Ithaca. Que ha de mais collossal do que o poema de Dante? Transpõe o céo e o inferno, e comtudo nada ha mais florentino. Onde encontrar-se um horisonte mais vasto que nos *Lusiadas* de Camões? fluctuamos em mares desconhecidos, e comtudo o que haverá de mais portuguez? Topa-se com a Lisboa querida nos confins da terra.» *(Revol. d'Italie*, p. 74.)

Estudado Camões sob o exclusivo aspecto litterario, apparece a par dos maiores espiritos, mas será incompleta a comprehensão do seu genio, porque ha em Camões uma feição organica que o torna o representante da raça e o fez synthetisar o genio da litteratura portugueza. Descendente de um trovador-fidalgo emigrado da Galliza por luctas politicas, e parente da familia dos Gamas do Algarve, n'elle se unifica a antiga unidade ethnica e territorial da Lusitania, que comprehendeu toda a região do oéste da Hespanha, do Cabo Cronium até ao Promontorio Sacro. Tendo

nascido em Lisboa e passado a mocidade em Coimbra, o poeta percorreu as conquistas da Africa e da India, levando-o a contemplação do dominio portuguez á concepção do ideal da Epopêa gloriosa da nação *nunca de outrem subjugada*, chegando mesmo ao sonho da Monarchia universal. O contacto da realidade fel-o reconhecer a decadencia moral das classes dirigentes, o abysmo das ambições clericaes, e os prenuncios do *iberismo* fortificado pela Liga catholica. O regresso com o seu Poema á *ditosa Patria* tanto amada, foi para um maior soffrimento, assistindo á *austera, apagada e vil tristeza* em que se afundou a nacionalidade.

E o poeta, que no seu temperamento e caracter individual encarnou a feição typica da raça lusitana, fortificou o ideal da Patria pela Tradição e deu o maximo relêvo artistico, fazendo vibrar o *ethos* da nacionalidade. A Tradição é que dá unidade moral a um povo, a vibração unisona na emoção nacional. Os Poemas homericos encerram o conjuncto das Tradições hellenicas; sentindo este influxo, o genio grego fortaleceu-se com esses poemas todas as vezes que precisou de affirmar a sua independencia ou unidade moral. Na educação grega, o estudo de Homero formava o nucleo fundamental da cultura; narra Xenophonte, que seu pae intentando fazer d'elle um homem de bem, o mandara decorar Homero: «Quando uma criança começa a apprender alguma cousa, o ensino deve saír de Homero, e esses cantos heroicos devem alimentar sua alma, apenas sahido do berço, como o leite mais puro; elle ficará o compa-

nheiro da nossa vida; com o estudo torna-se o nosso confidente, e na velhice, se o abandonamos por um momento, voltamos logo a elle famintos.» Esta unidade moral realisada pela Tradição fez da Grecia a mais bella floração humana, e a impulsora de todas as Renascenças.

Elaborando a Epopêa da nacionalidade portugueza, sente-se quanto em Camões a poesia da Tradição o animava sob o prestigio dos modelos classicos. Todas as pittorescas lendas que bordam a historia de Portugal, como a Apparição de Ourique e o sonho da *Quinta Monarchia*, as façanhas de Egas Moniz, Geraldo Sem-pavor e dos *Doze de Inglaterra*, os amores patheticos de Ignez de Castro e de Leonor de Sá, as lendas geographicas do Dragão de Colchos transformado no *Adamastor*, e das *Ilhas Fortunatas* na *Ilha dos Amores*, revelam como se fundiam as duas correntes poeticas, medieval e classica, na fórma definitiva, que não é só de Portugal mas da Renascença.

E quando o palacianismo adoptava como lingua da côrte o *castelhano*, repellindo a linguagem nacional para o vulgo rude, tambem Camões deu fórma perfeita e imperecivel a esta fronteira moral da nacionalidade: foi elle o que melhor fundou a disciplina grammatical da lingua, enriquecendo-lhe o vocabulario com os archaismos e neologismos necessarios á expressão pittoresca, fixando accentuações e dando á construcção syntaxica a plasticidade latina. Embora a sua linguagem represente todo o purismo dos Quinhentistas, ella é ainda hoje actual e corrente. Póde se

dizer, que os *Lusiadas*, e tambem toda a sua obra lyrica, sempre imitada, obstaram á scisão da lingua portugueza em dialectos, sendo sob o dominio castelhano o maior estimulo para a restauração da nacionalidade.

Como individualidade preponderante, Camões hombrea com as maiores que se destacaram no quadro do seculo XVI; a sua vida atormentada, cheia de decepções, mas sempre enlevado em uma esperança ideal, é uma encarnação do temperamento affectivo da raça soffredora e aventureira. Os desdens de uma côrte fanatica, injustiças, destêrros e vida errante de soldado na India, naufragios e miseria, tudo veiu em vez de quebral-o accentuar-lhe mais a individualidade. João Paulo Richter, em um relampago de genio mede-lhe assim a estatura: «Os poetas da antiguidade eram cidadãos e soldados antes de serem poetas, e em todos os tempos, a mão dos grandes poetas épicos, em particular, teve de manobrar o timão nas ondas da vida, antes de empenhar o pincel que traça a viagem; assim CAMÕES, *Dante*, *Milton*... Quanto foram *Shakespeare* e mais ainda *Cervantes*, atormentados, matraqueados, sulcados pela existencia, antes que em cada um d'elles o germen da flor poetica se desenvolvesse e engrandecesse.» *(Poetica*, c. I, § 2.) As particularidades e minucias biographicas com que desde o fim do seculo XVI se tem procurado esclarecer a vida de Camões, conduzem a esta synthese entrevista por João Paulo. Mesmo o poeta na sua morte é luz philosophica que nos orienta: no momento em que não pôde mais tocar a patria livre, expirou com ella,

como em um só paroxismo. O seu genio e a alma nacional ficaram immortaes na Epopêa dos *Lusiadas*, um Symbolo vivo para os portuguezes, e para a Europa culta a expressão esthetica da civilisação moderna idealisada pelo Homero das Linguas vivas, como lhe chamou o sabio Alexandre de Humboldt.

INTRODUCÇÃO

A Renascença do Seculo XVI e a Nacionalidade portugueza

Todas as energias sociaes, especulativas e affectivas que fulguraram na Renascença do seculo XIII, nas luctas das Communas, no heroismo das Cruzadas, no lyrismo dos trovadores, nas abstracções do Idealismo alexandrino ou neo-platonico, nas audacias da Dialectica, e no culto cavalheiresco da Mulher definindo-se na adoração da Virgem, apagaram-se na inanidade, diante da tremenda reacção da Egreja colligada com a Realeza. Por que se operou este extraordinario eclipse na Civilisação occidental, que renascia? Por que a todas essas energias faltou uma base objectiva, experimental, verificavel ou *scientifica*. A natureza era um prestigio para as especulações da magia, e não para a observação inductiva. D'esse fulgor da primeira Renascença conservou Petrarcha o facho sagrado do ly-

rismo trobadoresco, e acordou a paixão de um novo amor, as Lettras humanas, as obras ineditas e despresadas da cultura greco-romana. Foram estas duas tradições, que se revigoraram no meado do seculo XV e acordaram o sentimento poetico e o enthuziasmo do Humanismo com que a Italia abriu a éra de uma segunda Renascença. Esse Humanismo, que appresentou o aspecto *philologico*, pela reproducção pela Imprensa dos exemplares gregos e romanos, tornou-se *critico* nas luctas theologicas, servindo de arma de combate aos *Erasmistas*, e de base de reacção mental pedagogica aos Jesuitas, e conduziu ás prematuras syntheses *philosophicas*, como as formularam Giordano Bruno e Campanella. A Renascença, que constitue a essencia do seculo XVI, actuando nas energias de todas as nações, estava destinada a extinguir-se sob as reacções catholica e monarchica, e a esgotar-se na esterilidade, tal como succedera no seculo XIII. N'esta segunda crise de revivescencia da Civilisação occidental, appareceu um elemento organico e fecundo, que deu á rasão a base positiva — o conhecimento fundado na observação da Natureza, fazendo prevalecer o *espirito scientifico* em vez da credulidade medieval. Essa tendencia para o estudo da Natureza proveiu dos grandes Descobrimentos maritimos dos Portuguezes; e a Renascença começa, terminada a epoca social e mental da Edade média, conservando-se o antagonismo dos dois espiritos *germanico* e *latino*.

O que foi a Edade Média? A *germanisação* do mundo occidental pelas tremendas in-

vasões do seculo V em França, na Italia, na Hespanha, no norte da Africa, sobre todo o dominio da cultura romana. O acordar d'essa quasi apagada cultura no fim do seculo XV, e seu influxo directo nas intelligencias do seculo XVI constituiu um verdadeiro Renascimento do genio helleno-italico na arte, na litteratura, nas ideias philosophicas e politicas entre as nacionalidades modernas. E' certo que essa *germanisação* foi attenuada pela infiltração christã entre os Frankos, Lombardos, Godos e Suevos, e até na propria Allemanha; mas a brutalidade guerreira systematisou-se socialmente na hierarchia feudal dos Barões e no absolutismo irrefreavel das Monarchias imperialistas ou militares. Mas os dois genios, radicalmente differentes, o germano e o latino, embora se repugnassem, cooperaram como factores na realisação do progresso humano. Ranke, na sua obra capital *Historia das Nações germanicas e das Nações romanicas* de 1495 a 1535, toma o quadro da civilisação moderna no momento em que termina a Edade Média pela renovação do espirito greco-romano, e os Humanistas iniciam a éra que se designou significativamente do Renascimento. O quadro é interessantissimo pela complexidade dos phenomenos sociaes em que os dois espiritos de novo se conflagram, mas sempre servindo um impulso, embora inconsciente, na marcha da civilisação moderna. A tentativa do imperador barbaro Ataulf de converter a unidade imperial da Romania, ou o mundo occidental em uma unidade germanica, ou Gothia, pela sobreposição das raças do norte, não se realisou, por

que esse exclusivismo de sangue fundiu-se no cosmopolitismo do genio latino, como o evidenciam as colonias hoje nações da America saxonia e da America latina, tão differenciadas no seu modo de sêr social, e tão interessadas no prolongamento da Civilisação occidental.

A paixão dos estudos humanistas no comêço do seculo XVI apodera-se da Allemanha, que se enriquece de Universidades meridionaes, imitando o genio latino pelos seus philologos e eruditos, como Erasmo, Reuchlin e Melanchton; mas essa harmonia moral, suscita novamente a impetuosidade germanica, na agitação da Reforma religiosa nascida da liberdade exegetica dos textos da Biblia. Escreve Jules Soury, confrontando os humanistas catholicos, eruditos orthodoxos, prelados ciceronianos, com a impetuosidade protestante: «A Refórma religiosa não poderia ter sido conseguida se não fôsse a Renascença das Lettras; mas longe de ter nascido d'ella, foi pelo contrario uma reacção contra o espirito geral da Renascença.» Reacção contra o que chamavam o paganismo imperando na Egreja, nos cardeaes ciceronianos, no gosto das artes plasticas, na sumptuosidade artistica, n'esse espirito de franca admiração e de goso diante das obras primas da Antiguidade. O proprio Erasmo que visitou Roma, queixa-se de que os Cardeaes juram pelos *Deuses immortaes*, e receia que o culto pela Antiguidade faça retrogradar a Italia ao paganismo. Esta mesma má vontade se observa nos epigrammas de Ulrick de Hutten contra Julio II e Leão X. Como não havia de insurgir-se o

pobre frade augustiniano, Luthero, que tendo visitado Roma chama aos italianos «os mais impios dos homens, motejando da verdadeira religião.» Ulrich de Hutten que estivera dois annos na Italia, serviu-se da cultura humanista para atacar em Satiras latinas o papa e a clericalha que ousavam perseguir Reuchlin. A coroação do poeta Hutten por Maximiliano em 1517, era o triumpho do espirito moderno, que ia irromper no protesto das 96 theses de Luthero contra a simonia romana.

Na Edade média duas raças se acham em contacto, a *germanica*, pela sua Realeza imperial impondo-se á cultura *latina*, que é representada pela Egreja. As luctas entre o Sacerdocio e o Imperio não deixaram fundir-se estes dois elementos antagonicos em uma sociedade europêa progressiva. Uma *Christandade* e uma *Gothia*, esgotaram-se em conflictos temporaes; mas o sentimento religioso, pela sinceridade popular, estabelecera uma solidariedade europêa denominada a *Republica christã*, a ponto de, na lucta das Cruzadas esse espirito da Republica christã impôr-se aos reis e chefes militares e mesmo a desobedecer-lhes. O espirito de reforma religiosa, que irrompe como exhortações mysticas no seculo XV, revela que findara a unanimidade dos crédulos; e nas luctas dos differentes estados, quer nos conflictos politicos procurando um novo equilibrio europeu, quer nas querellas religiosas, fulge um espirito que unifica as intelligencias em uma concordia: é a admiração das obras primas da Antiguidade classica, formando esse gosto uma *Republica das Lettras*. Ante ella não ha fronteiras na-

cionaes; um mesmo sentimento se communica em cartas intimas entre todos os Humanistas italianos, portuguezes, francezes, allemães, hollandezes e hespanhoes. Emquanto os monarchas se combatem, é a *Republica das Lettras* que lhes atenua as furias destemperadas, humanisando-os no delirio da *Monarchia universal*, a que aspiram. Na Renascença do seculo XVI o Humanismo alenta o espirito universalista, os homens da Refórma, e o encanto dos eruditos, dos dignatarios ecclesiasticos, como Bembo e Sadoleto. Os papas, como Leão X, e os reis, como Francisco I, abrem as suas côrtes a esse espirito universalista. Mas quando esta concordia ia imprimir á sociedade europêa o caracter civilista sobre o imperialismo medieval, um fermento de dissolução veiu lançar o cahos na marcha imponente do seculo XVI: a Realeza quer retomar o seu Imperialismo medieval, e a Egreja cavilla para restaurar a decahida Theocracia. Esse fermento foi uma recrudescencia do *germanismo*. Como em uma nova edade do mundo, começam as grandes guerras entre as Nações, em que o desenvolvimento do commercio, da industria, da navegação, das Litteraturas, das Artes, da consciencia religiosa e da educação scientifica, tornaram mais profunda a separação do Occidente e do *Norte da Europa*, do espirito latino e do esforço germanico. As Nacionalidades separadas pelos odios dos soberanos, desenvolvem-se pela unidade de cultura, inicio da civilisação moderna, emquanto os politicos buscam um equilibrio europeu n'essas luctas da França de Carlos VIII, da Allemanha de Maximiliano, da

Italia de Sforza, na Hespanha de Fernando e Isabel. O pensamento ou doutrina da *Monarchia universal*, hallucina a cabeça de Carlos V, em que Hutten via, depois da eleição pelos magnates teutonicos, um Arminius symbolisando as luctas da Germania contra Roma; a mesma vertigem em Francisco I, Henrique VIII, e os seus antagonismos é que tornam irrealisavel o sonho imperialista, fazendo com que as duas correntes germanica e romana, como observa Ranke, se não absorvessem em uma tyrannia unica. Jacob Grimm, na sua *Mythologia allemã*, fundava no antagonismo germanico contra a cultura latina, representada no Catholicismo, a causa immanente do Protestantismo, que por esse *ethos* da raça, predominou nos tres ramos teutonicos, Germanos, Scandinavos e Anglo-Saxonios. A lucta pelo imperialismo germanico era uma aspiração ao *nacionalismo*, assim como na separação da Inglaterra da Egreja de Roma. Sómente na monarchia hespanhola, é que o Imperador Carlos V, faltando ás esperanças protestantes, fundiu a prepotencia germanica com a auctoridade latina, lançando a Europa da segunda metade do seculo XVI em um tremendo retrocesso catholico-monarchico. Ter-se-hia inutilisado todo o vigor da Renascença, se o *espirito moderno* não se firmasse em um facto decisivo que revolucionou o mundo com novas condições da vida — os Descobrimentos dos Portuguezes.

N'este quadro complicado dos factores da Renascença, que se conflagram em impulsos vitaes e retrocessos sangrentos de instituições anachronicas que se impõem á sociedade, a

visão clara d'esta nova edade consegue-se destacando esses elementos progressivos:

A rehabilitação da NATUREZA, iniciada pelos Descobrimentos maritimos, conduzindo a uma nova synthese do universo;

O reconhecimento da HUMANIDADE, pela revivescencia da Cultura greco-romana, e espirito de tolerancia;

E o INDIVIDUALISMO, pela libertação da auctoridade tradicional e livre-exame, que suscita as dissidencias espirituaes da *Reforma* e o prevalecimento do racionalismo.

I

Os Descobrimentos maritimos dos Portuguezes e o Sentimento da Natureza

A importancia e caracter scientifico dos Descobrimentos maritimos dos portuguezes, acha-se laconicamente referida em 1537 pelo insigne cosmographo Dr. Pedro Nunes, no seu *Tratado em defensam da Carta de marear:* «Nam ha duvida que as navegações d'este reyno de cem ãnos a esta parte são as mayores: mais maravilhosas: de mais altas e mais discretas conjeyturas, que as de nenhuma outra gente do mundo. Os Portuguezes ousaram cometer o grande mar Oceano. Entraram por elle sem nenhum receo. Descobriram novas ylhas, novas terras, novos mares, novos povos; e o que mais he: novo céo e novas estrellas. E perderam-lhe tanto o medo, que: nem á grande quentura da torrada zona, nem o descompassado frio da extrema parte do sul, com que os antigos escripto-

2

res nos ameaçavam, lhes pôde estorvar; que perdendo a estrella do norte e tornando-a a cobrar: descobrindo e passando o temeroso Cabo da Boa Esperança, o mar de Ethyopia, de Arabia, de Persia, poderam chegar á India. Passaram o rio Ganges tão nomeado, a grande Trapobana, e as ilhas mais orientaes. Tirarã-nos muitas ignorancias e amostraramnos ser a terra mór que o mar e haver hi Antipodas, que até os santos duvidavam; e que não ha regiam que nem per quente nem per fria se deixe de habitar. E que em hum mesmo clima e egual distancia da equinocial, ha homens brancos e pretos e de mui differentes calidades. E fezeram o mar tam cham que nam ha quem hoje ouse dizer que achasse novamente alguma pequena ylha, algus baxos, ou sequer algum penedo, que por nossas navegações nam seja já descoberto. Ora manifesto he, que estes descobrimentos de costas, ylhas e terras firmes nam se fezeram indo a acertar; mas partiam os nossos mareantes muy ensinados e providos de estormentos e regras de Astrologia e Geometria, que sam as cousas de que os Cosmographos ham de andar apercebidos... Levavam cartas muy particularmente rumadas, e não já as de que os antigos usavam, que não tinham mais figurados que doze ventos, e navegavam sem agulha.»

Depois d'esta sobriedade scientifica, vê se que os grandes Descobrimentos portuguezes deviam influir em uma nova concepção cosmologica, e em um novo ideal da vida humana, que o ascetismo medieval amesquinhara. E' depois d'estes Descobrimentos que Co-

pernico estabelece com dados positivos o systema da terra, demolindo de vez a doutrina de Ptolomeu sustentada pelo pedantismo doutoral e pela Egreja. Copernico não occultou quanto devia aos Descobrimentos dos Portuguezes, e no seu livro *Astronomia instaurata, de Revolutionibus corporum cœlestium*, baseado sobre o conhecimento da esphericidade da Terra, novamente verificada, diz: «Isto será mais claro se fôrem ajuntadas as *Ilhas em nosso tempo descobertas* sob os Princepes das Hespanhas e *da Lusitania*, e a America... além de muitas outras Ilhas anteriormente incognitas; não nos devemos por isso admirar de haver antipodas ou antichtones, pois a rasão geometrica fórça a considerar a America diametralmente opposta á India gangetica. De tudo isto, finalmente, julga evidente que a terra e a agua se apoiam em um unico centro de gravidade. Não é portanto plana a Terra... mas absolutamente redonda.» Vê-se que a nova concepção cosmica, abraçada unanimemente por todos os sabios, e actuando logo na orientação do bom senso vulgar, não nasceu de um processo subjectivo de intuição genial, mas de uma simples deducção de um facto verificavel. [1] Coperni-

---

[1] João Bonança, no monumental trabalho *Historia da Lusitania e da Iberia*, (t. I, p. 95) commenta esta declaração de Copernico sobre as consequencias scientificas dos Descobrimentos dos Portuguezes:

«Com effeito, os descobrimentos geographicos heroicamente realisados pelos portuguezes e hespanhoes durante os tres ultimos quarteis do seculo XV e o primeiro do XVI deitaram por terra muitas das velhas e

co, espirito positivamente disciplinado pelos estudos da Mathematica e da Medicina, viajára por 1503 em Italia, e ahi teve conhecimento da importancia dos Descobrimentos maritimos dos Portuguezes; em 1506 começou a elaboração da nova theoria cosmica no livro *De revolutionibus Corporum cœlestium.* Na sua probidade de homem de sciencia, confessa Copernico, que os sabios gregos, como Nicetas e Philolaus, os pythagoricos Archy-

---

arreigadas opiniões a respeito do mundo, e produziram conhecimentos que fizeram mudar completamente a face da sciencia e da sociedade, sem que a essa mudança se podessem oppôr com efficacia nem a crença cega das multidões, nem a auctoridade dos sabios, nem o dogmatismo religioso. Desde que os portuguezes trouxeram á Europa os negros da Guiné, bem poderam todos os sabios do mundo esfalfar-se em affirmar com Strabão e Plinio que a zona equatorial era inhabitada, que a sua sabedoria não evocaria mais que um sorriso de incredulidade.

«Bem poderia a Egreja com Lactancio e Santo Agostinho negar terminantemente a existencia dos antipodas, e condemnar sob a auctoridade pontifical de Zacarias todo aquelle que affirmasse existir outro mundo e outros homens sobre a terra, que, depois de Fernão de Magalhães ter feito a volta do globo, deixando entre o Oceano Atlantico e o Pacifico o extremo continente americano, habitado por outras raças humanas, ninguem tomaria a serio as doutrinas geographicas e anthropologicas dos Santos Padres.

«A Terra estava pois explorada quasi de pólo a pólo, e o seu equador todo percorrido desde as Ilhas de San Thomé e Principe até á foz do Amazonas. Por toda a parte o globo se havia apresentado isolado no espaço.

«Foi a primeira vez que a humanidade após uma existencia de milhares de annos, teve a noção nitida e positiva do mundo que habitava.» *(Op. cit.*, p. 71 e 77.)

tas de Tarento, Heraclito do Ponto e Echecrates, e ainda Timeo de Locres, já tinham affirmado theoricamente a doutrina da *esphericidade* da Terra; faltara-lhes uma demonstração positiva, verificavel, e d'ahi a critica negativa de Ptolomeu a essa doutrina bem exposta por elle, mas sarcasticamente. Copernico, pela sua cultura humanista conhecia a velha doutrina dos philosophos gregos, e tornou-a scientifica pela verificação do descobrimento da America e existencia de antipodas, demonstrando a esphericidade da Terra. A obra de Copernico ficou inedita durante trinta e seis annos, tal era a potencia das ideias impostas pelo dogmatismo clerical e erudito; appareceu o livro em 1543, (Nuremberg) quando já a Renascença descambava para o seu periodo de decadencia, em que o humanismo ia ser desnaturado pela Companhia de Jesus; e foi condemnado pela Congregação do Index em 1616, quando a Egreja já impotente para vencer o espirito moderno, encarcerava execrandamente Galileo.

Não era sómente a Egreja catholica, que reagia contra este facto capital da Renascença, que dava uma orientação positiva á mentalidade moderna, libertando-a pelo criterio scientifico dos preconceitos tradicionaes do saber antigo em que tinham sido elaborados os dogmas religiosos; o Protestantismo combateu o facto com mais desplante. Luthero, que com a sua audacia germanica atacava a auctoridade hierarchica latina, estava immerso no atrazo do espirito theologico, e a concepção cosmica de Copernico mereceu-lhe os mais violentos sarcasmos. Consignem-se as memo-

randas palavras que lhe mereceram as ideias de Copernico: «Falla-se de um novo astronomo, que pretende provar que a Terra é que gira, e não o Céo ou firmamento, o Sol, a Lua. Tal váe o mundo hoje em dia. Quem quizer campar por esperto não se deve contentar com o que praticam e sabem os outros. O parvo quer alterar toda a arte da Astronomia; mas a Sagrada Escriptura diz que foi o Sol que Josué mandou parar e não a Terra.» Não admira que ao frade augustiniano, que derivava da interpretação da Biblia todo o saber humano, não chegassem as noticias de factos ignorados que alteravam fundamentalmente as concepções humanas; e se os conhecesse e comprehendesse, por ventura em vez de se insurgir contra a simonia das indulgencias, seguiria com ardor a nova synthese cosmica.

A emoção profunda causada por esses Descobrimentos entre os sabios acha-se assim descripta por Damião de Goes, na *Chronica do Principe D. João:* «Das quaes navegações admiração foi então tamanha, que por esse respeito vieram a estes reinos muitos homens letrados e curiosos, dos quaes uns vinham com tenção de ir vêr estas terras, provincias e novos costumes dos habitadores d'ellas; ou para tambem ajudarem a descobrir outras com esperança do proveito que d'isso podia seguir; outros vinham sómente para vèrem as cousas, que d'estas novas provincias os nossos traziam; ou para escreverem o que ouviam d'aquelles que das taes Navegações tornavam;... o que estes homens estrangeiros faziam ou de suas proprias vontadas, ou

mandados de Cidades, Republicas e princepes desejosos de saberem a certeza de tamanhas novidades.» O interesse que estes Descobrimentos provocavam provinha das suas immediatas consequencias. Primeiramente o apparecimento dos Portuguezes na India sustou na Europa a invasão crescente dos Turcos, que tiveram de ir luctar na Asia para mantêrem o seu dominio. Em seguida Veneza perdeu o seu imperio commmercial, que se fazia pelo Mediterraneo, e o fervor pela actividade mercantil substituiu-se ao cavalheirismo esgotado das cruzadas religiosas e das guerras privadas. No dominio do pensamento, o conhecimento da esphericidade da terra, da ubiquidade do homem em todos os climas, de outras raças, religiões e sociedades, alargam essa libertação das miragens do passado da sciencia verbalista e dos dogmas theologicos, dando mesmo aos estudos dos Humanistas o gosto da serena amenidade comprehendida no ideal antigo. Sem o successo grandioso dos Descobrimentos, a Renascença do seculo XVI não teria sido um regresso á Natureza, o acordar do pezadello claustral da Edade média; sem esse impulso realista e rejuvenescente, as Litteraturas classicas tornariam a ser esquecidas, como na primeira Renascença do seculo XIII, e a Refórma religiosa não encontraria nas nações de origem germanica a effervescencia do *individualismo*, que determinou os progressos politicos e a actividade industrial e mercantil.

Importa considerar o facto dos Descobrimentos portuguezes sob o aspecto de um plano consciente, realisado não á ventura, nem

por interpretações propheticas, mas por cartas bem rumadas, como notou o cosmographo Pedro Nunes; só assim é que se comprehenderá esse assombroso phenomeno historico, a alta expressão do genio e da nacionalidade portugueza, confundido com a aventura de Colombo, que cuidou ter descoberto Cypango. Copernico alludiu ás navegações feitas sob os Princepes hespanhoes (Fernando e Isabel) e da *Lusitania* (D. João II e D. Manoel); e quando se frisa o facto capital da edade moderna no descobrimento da America, em 1492, por Christovam Colombo, não se lembram os narradores historicos, que esse facto foi realisado pelos conhecimentos adquiridos em Portugal pelo contacto do genovez com os nossos navegadores, apoderando-se de uma parte do plano dos Descobrimentos que os portuguezes iam realisando. A chegada de Colombo a Portugal, attrahido pela actividade maritima d'esta nação, foi entre 1470 a 1472, quando já estava realisada a exploração das Ilhas atlanticas, primeiro estadio para a exploração dos mares occidentaes. Colombo, relacionado com a familia de Perestrello, casou-lhe com a filha D. Isabel Moniz por 1475, e com sua mulher visitou Philippa Moniz, casada com Pedro Correia, governador de Porto Santo, e tambem navegador. O proprio Colombo confessa o que deveu ás suas relações pessoaes com portuguezes: «*estando en Portugal comenzó á congeturar que el mismo modo que los Portugueses* navegaron tan lejos al Mediodia, podria navegarse la vuelta de Occidente y hallar tierras en aquel viage.» Assim se expressa He-

nando Colon, seu filho, na *Vida del Almirante;* mas, embora se arrogue a originalidade do descobrimento por *congeturas*, vê-se forçado a confessar, que tambem foi dirigido por *los indicios de los navegantes*. Foram esses indicios as viagens realisadas ao Labrador por navegadores insulanos, que determinaram Colombo á sua primeira viagem aos mares do Norte: «Yó navegué el año de 477 en el mes de Febrero: ultra Tile, cien leguas...» E da segunda viagem para o sul, ás possessões portuguezas do Golfo de Guiné em 1481, diz: «Yo estuve en el castillo de la Mina del Rei de Portugal, que está debajo de la equinocial, y ansy soy buen testigo, que no és inhabitable como dicen.» Era essa uma das questões geographicas dominantes antes dos descobrimentos portuguezes. A viuvez de Colombo é que o levou a estas emprezas arrojadas; então se offereceu a D. João II para realisar as navegações para o Occidente. E' aqui que a excusa de D. João II recebe uma explicação nova; não foram as exigencias excessivas de Colombo nem o parecer negativo do Conselho real, que fizeram recusar-lhe os serviços, mas sim o confiarem ao estrangeiro uma viagem isolada, que constituia parte de um plano completo de expedições maritimas; então Colombo parte para Hespanha em 1488, tendo ainda por algum tempo relações com D. João II; desconhecendo o plano das Navegações portuguezas, intenta, sob o terror dos Turcos na Europa, descobrir um Continente para onde se estenda a Fé catholica, e entre os seus livros figuram as Prophecias, com que se suggestionava. O quadro integral das

Navegações portuguezas é essencial para a sua comprehensão historica. Luciano Cordeiro traça-o laconicamente, mas com linhas nitidas:

«Esse caminho é realmente o do estudo e o da critica conscienciosa, minuciosa e serena do movimento das explorações maritimas iniciadas pelos Portuguezes, não apenas como se costuma pensar e dizer, sob a direcção do grande Infante D. Henrique, mas *desde que Portugal começou a constituir uma nação e um estado historicamente distincto* ao longo da costa occidental mais avançada da Europa.

«Colombo fez-se n'este meio. Se nasceu na Italia e morreu ao serviço da Hespanha, foi em Portugal que se fez *homem*, e foi seguramente por isso e aqui que se fez navegante e descobridor. E' um facto irrecusavel e certo.

«Ora escusado será dizer, que o *movimento* alludido tem de ser cónsiderado não como um facto sporadico, como producto de um plano ou de um capricho individual — tal concepção é radicalmente absurda, — mas como *intima e fatalmente relacionado com a formação da nossa nacionalidade sob todos os varios aspectos e elementos concorrentes d'essa formação:* — geographicos, ethnicos e politicos.

«A lenda geral, tam adoptada pelos politicos e escriptores hespanhoes, de que nós somos apenas um termo politicamente desagregado d'esta simples expressão geographica — a Hespanha — tem contribuido para as mais desastrosas illusões e para os mais extraordinarios erros, entre os quaes os que andam vulgarisados a respeito da nossa singular ex-

pansão maritima e colonial, aliás bem diversa da dos nossos visinhos.

«Assim é, que não se tem considerado tambem, que *duas correntes diversas* caracterisam desde o comêço, os nossos Descobrimentos: — uma para o Oéste, para os desconhecidos mares que se alargam e nos attráem em face da nossa extensa costa occidental; — outra para o Sul, ao longo da costa africana, definindo-se, um dia, na procura das terras orientaes da velha tradição erudita. —

«Desde que a primeira d'aquellas correntes, já bastante *sangrada* pela segunda, attinge ou descobre os Açôres — a meio caminho do Novo Mundo, — póde dizer-se que a descoberta da America está tão assegurada, como fica a da India desde que a segunda corrente, continuada por Bartholomeu Dias, monta o Cabo da Boa Esperança. — Assim como logo depois de Diogo Cam plantar o seu padrão em *Cross cape*... Bartholomeu Dias passa ávante, e Vasco da Gama entra no Mar da India; — tambem desde que descobrem e povôam os Açôres, os Portuguezes lançam-se para a frente na pesquisa de novas terras occidentaes, solicitam com toda a segurança a concessão antecipada d'ellas, e longe de alimentar illusões de que seja navegando para o Occidente que acertarão com o caminho de Éste, contam pelo contrario, com regiões inteiramente desconhecidas e novas. Quando muito, e alguns apenas, sonham com a vaga tradição da *Antilia*. O *Preste-João* é que nenhum procura, d'aquelle lado.

«Esse absurdo só absorve a imaginação mystica e a geographia theorica de Colombo.

«Se foi esse absurdo que o lançou aos mares, foi a corrente antiga e genuinamente portugueza das *Navegações e descobrimentos para o Occidente* que o levou a encontrar o contrario do que elle imaginava, o que os Portuguezes affirmavam existir, e que, exactamente antes de elle sahir de Hespanha, D. João II mandava descobrir por dois homens dos Açôres: Pedro de Barcellos e João Fernandes *Labrador*.

«Ah, a lenda colombiana tem sido bem injusta para com aquelle grande Rei por elle não ter acceite o absurdo de desviar os seus navegadores habeis e praticos do caminho que perfeitamente sabia que nos conduzia á India, para o do Occidente, por onde elle mandava procurar, não o Cypango, como queria Colombo, mas bem diversas regiões que o Labrador, os Côrte-Reaes, e mais tarde os Fagundes e Cabral haviam de inscrever nos mappas.» [1]

Reforçando esta these do Descobrimento da America antes de Colombo pelos Portuguezes, apresentada por Oldham, accrescenta Luciano Cordeiro, na Carta que vamos extractando, alguns factos: «As explorações dos Côrte-Reaes são geralmente reconhecidas hoje, e embora se tenha entendido que em relação a ellas só possa considerar-se segura uma chronologia posterior á primeira viagem de Colombo, é certo que não tem podido an-

[1] *Carta ao Barão de Danvers*, referindo-se á Conferencia do Pref. Oldham, *Pre-Columbiam Discovery of America.*

nullar-se a terminante affirmação de um documento official de principios de 1500, quando diz que já antes haviam andado elles n'aquellas explorações.

«Ainda ultimamente se encontrou documento absolutamente insuspeito que denuncía terem sido enviados dois navegadores dos Açôres, em 1491 ou principios de 1492 a descobrir novas terras, chamando-se um d'elles João Fernandes Labrador. Este patronymico, que existe ainda em Portugal, coincide com indicações antigas e precisas ácerca da descoberta e denominação da Terra do Labrador. Um sabio anglo-americano, o snr. Patterson, publicou ha poucos annos uma importante memoria, em que por exame e observação minuciosa e directa estabeleceu a descoberta portugueza da America do Norte, em relação á qual subsistem numerosas denominações dos descobridores portuguezes.

«O proprio Colombo, — e o snr. Oldham tambem cita este facto, — explicava na sua terceira viagem uma variante de rumo, dizendo querer verificar se tinha rasão o Rei João de Portugal quando dissera, que para o Sul se encontrava a terra dos Papagaios, isto é, a America do Sul.

«E' luminosa a phrase, observa o snr. Oldham. Sempre a considerei assim. E', ou vale um excellente documento.

«O Rei João só podia ter dito aquillo a Colombo, quando este o importunava com a desastrada ideia de descobrir a India pelo Occidente, ou quando regressava da sua tam diversa descoberta, e, em qualquer dos casos, a phrase mostrava que o Rei tinha já noti-

cias das Terras americanas. Dom João morreu em 1495.» No plano dos descobrimentos geographicos, a região occidental, fixado o ponto de apoio no Archipelago dos Açôres, era explorada pelos navegadores açorianos, Barcellos, Labrador, Côrte-Reaes, nas viagens para o norte da America; e para o Sul pelos que andavam empenhados na passagem do Cabo das Tormentas, como succedeu a Alvares Cabral. Colombo, sem conhecer esse plano systematico, dirigiu-se ao meio do continente occidental para descobrir o que elle julgou uma ilha, a Cypango. N'estas navegações attingiram os Portuguezes a maxima resistencia e energia do seu caracter; d'essa potencia activa proveiu o esplendor da nacionalidade, e d'essa sublime emoção nasceram bellas fórmas de Arte, como a Architectura dos Jeronymos, a Ourivesaria como a da Custodia de Gil Vicente, o Drama nacional como o *Auto da Fama*, e a assombrosa Epopêa dos *Lusiadas*.

As navegações atlanticas, realisadas por Gonçalo Velho Cabral com o descobrimento do Archipelago dos Açôres, determinaram explorações maritimas para as regiões do Noroéste. Quando Colombo refere que navegou no anno de 1477 *ultra Tile isla*, por certo algum vago rumor lhe tinha chegado da viagem feita por João Vaz Côrte Real confundida com as noticias da ida dos scandinavos á Vinlandia. João Vaz Côrte Real tocou no Novo Continente, e em virtude d'esse assignalado serviço teve a capitania da Ilha Terceira a que aportara, então vaga pela morte de Jacome de Bruges. Foi-lhe conferida essa

mercê, dividida com o seu companheiro Alvaro Martins Homem, em carta de 2 de Abril de 1474, por terem descoberto a Ilha dos Bacalháos. Dá noticia d'este facto o Dr. Gaspar Fructuoso, nas *Saudades da Terra*, que ficaram ineditas até quasi ao fim do seculo XIX, d'onde o jesuita P.e Antonio Cordeiro extractara para a *Historia Insulana* a affirmativa: «Alvaro Martins Homem não era de menos qualidade e fidalguia que seu companheiro João Vaz Côrte Real, pois egualmente *a ambos tinha el-rey mandado a descobrir a Terra dos Bacalháos...*» Eram estes os serviços allegados na carta de doação da Capitania por ambos requerida. Contra esta prioridade oppõem a falta de referencia nos chronistas Garcia de Resende, Antonio Galvão e Damião de Góes, e o não ser representada no Globo de Martim de Behaim, que viveu no Fayal de 1486 a 1490. Quanto a Behaim, havia certa reserva na vulgarisação de uma empreza apenas encetada; a omissão dos chronistas regios funda-se em que elles só narravam o que o poder real consentia, como se verifica com os textos de Damião de Góes. As explorações da costa africana, como mais seguras tornaram-se quasi exclusivas, attrahindo para ellas todo o interesse, como se vê pela elaboração do *Mappa Mundi* de Fra Mauro. A empreza iniciada por João Vaz Côrte Real, foi continuada pelo seu filho mais novo Gaspar Côrte Real á propria custa, o que significa o abandono do governo. Sabe-se pelo alvará de el-rei Dom Manoel, de 12 de Maio de 1500: «Porquanto Gaspar Côrte Real, fidalgo da nossa casa, os dias passados trabalhou

per sy e a sua custa, com navios e homens de buscar e descobrir e achar com muyto trabalho e despeza de sua fazenda e peryguo de sua pessoa algumas Ilhas e Terra firma.» Por outro alvará do rei D. Manoel sabe-se, que Gaspar Côrte Real fez uma segunda expedição á região do Noroéste, partindo de Lisboa em 15 de Maio de 1501. O que authenticamente se sabe d'estas duas expedições consta unicamente da Relação do embaixador de Veneza em Lisboa, Petro Pasqualigo á Senhoria; essa Relação é datada de 18 de Outubro, dez dias depois da chegada do primeiro navio, que regressou ao fim de tres annos. Por esta Relação se chega ao conhecimento de um facto, que authentíca a communicação com a America do Norte antes de Gaspar Côrte Real; ahi se lê, misturado com importantes descripções anthropologicas de tribus d'esse continente: «Elles trouxeram um pedaço de espada dourada, que parece ter sido fabricada na Italia. Uma das crianças tinha nas orelhas duas pequenas argolas de prata, certamente fabricadas em Veneza. Isto me leva a crêr que se trata de uma terra firme, porque não é provavel que um navio tivesse alli aportado, sem que se tivesse tido noticia.» Pasqualigo consigna a observação, que n'essa terra não são conhecidos os metaes, ou o ferro, tendo os selvagens armas de pedras lascadas; por tanto esses vestigios do fragmento da espada *de ferro*, e as argolas de prata são productos da industria e arte européas, e provam que realmente ahi chegara um navio, que outro não era senão o de João Vaz Côrte Real em 1474, de que se ca-

lára a noticia para que outra nação se não apoderasse d'essa empreza.

Quando chegou a Lisboa o terceiro navio de Gaspar Côrte Real, em 11 de Outubro, Pasqualigo não informou o governo de Veneza, mas o negociante italiano Alberto Cantino, que estava estabelecido em Lisboa como agente do Duque de Ferrara, deu-lhe parte do successo em uma minuciosa carta, com noticias geographicas e ethnographicas colhidas das conversas com Gaspar Côrte Real e seus companheiros e sob a impressão dos cincoenta selvagens americanos que trouxeram. Todos os conhecimentos das descobertas na America do norte que se encontram nos chronistas hespanhoes e portuguezes fôram tomados da Relação de Pasqualigo e da carta de Alberto Cantino. A noticia colhida por Gaspar Fructuoso nas memorias genealogicas açorianas, fonte de valor não desprezivel, fortifica-se com o facto referido por Pasqualigo, que documentou a viagem de João Vaz Côrte Real.

Tambem a exploração da região Sudoéste acha-se implicita no testamento de João Ramalho, escripto pelo tabellião Vaz Lourenço, na capitania de S. Paulo, em 3 de Maio de 1580, no qual elle declara que tinha noventa annos de assistencia no Brasil, isto é, desde 1490, ou dous annos antes de Christovam Colombo ter chegado á região tropical da America. [1] João Ramalho fôra para alli arrojado pelas tempestades, salvando-se com um

[1] Luciano Cordeiro, *L'Amérique et les Portugais.*

seu companheiro Antonio Rodrigues, vivendo ambos entre os Tupinambas. Apontando este facto, escreve Gaffarel no opusculo *Descobertas dos Portuguezes na America no tempo de Christovam Colombo:* «A historia não se compõe sómente de factos registrados e reconhecidos, mas tambem de factos provaveis, embora ignorados. Não se conservaram os nomes, nem a memoria d'estes predecessores anonymos de Colombo, mas não bastará o estabelecer que poderiam ter existido?» As audaciosas emprezas realisadas ao Noroéste da America por João Vaz Côrte Real e continuadas por seus filhos, e ao Sudoéste occupada casualmente por João Ramalho e propositadamente por Pedro Alvares Cabral, levam a inferir com segurança que a região tropical a que se dirigiu Christovam Colombo fazia parte do plano integral dos Descobrimentos dos Portuguezes, e que o genovez, tendo-se orientado em San Jorge da Mina, *que está debajo de la equinocial*, o que não foi antes de 1483, é que pensou em ir n'essa direcção descobrir a Ilha de Cypango. [1]

No plano das Navegações portuguezas, a exploração da Costa africana para encontrar passagem para o Oriente não era menos activa do que a das regiões occidentaes. Com-

---

[1] Nas Côrtes de Evora, de 1482, diziam os procuradores dos Concelhos: «*os frorentiis e genovezes* em estes regnos nunca fizeram proveitos salvo roubarnos de moedas d'ouro e prata *e descobrir nossos segredos da Mina e ilhas...*» Foi de uma estação na Mina, que Christovam Colombo teve informações dos marinheiros portuguezes da America tropical.

tudo os eruditos italianos, no principio do seculo XIX, tentaram attribuir aos Venezianos a direcção que seguiram os mareantes portuguezes, como escrevia em 1806 o Cardeal Zurla, mostrando que no *Mappa Mundi* de Fra Mauro, camaldulense, existe apontado o *Capo di Diab*, chamado depois de 1487 Cabo da Boa Esperança.

Sobre este ponto escreveu Frei Fortunato de San Boaventura, na sua *Collecção de subsidios para se escrever a Historia litteraria de Portugal:* «notei, e com que pasmo! que se forceja por attribuir aos Venezianos a gloria de nos terem ensinado um novo caminho para as Indias Orientaes; e que bastou um italino ha pouco falecido em Palermo, que pela sua immensa erudição honrava a purpura romana, para attribuir a um certo Fr. Mauro, leigo camaldulense, e Cosmographo incomparavel, por occasião de um *Mappa Mundi* que lhe encommendara el-rei D. Affonso V, a gloria de nos ter ensinado aquelle caminho...» Frei Fortunato de San Boaventura então homisiado de Portugal, refutou este asserto do Cardeal Zurla, citando as palavras do historiador veneziano Foscarini, que na sua *Historia litteraria de Veneza* (p. 419) reconhece que aos Pilotos portuguezes é que deveu Fra Mauro as indicações positivas do seu *Mappa Mundi:* «Traçou Fra Mauro melhor as Costas da Ethyopia oriental do que vem nas Taboas de Ptolemeu, e confessou que *ajustara a situação d'aquella costa ao que lhe disseram os Pilotos portuguezes.*» E ainda depois d'isto accrescenta Foscarini,— «que El-rei de Portugal deu primeiramente a

Fra Mauro todas as luzes sobre as Terras novamente descobertas...» Apesar de estar publicada desde 1752 a obra de Foscarini, escrevendo o Cardeal Zurla em 1806, desconheceu essa declaração peremptoria do que devia Fra Mauro aos Pilotos portuguezes e ás informações officiaes do rei D. Affonso V. Composto o *Mappa Mundi* entre 1457 a 1459, que terras tinham descoberto os Portuguezes até este anno na costa africana?

Deixando as explorações atlanticas de Porto Santo, (1418) Madeira, (1419) e Açôres, (1429) temos em 1433 o Cabo de Bojador, em 1434 a Angra dos Ruivos, 1440 o Cabo Branco, 1443 a Ilha das Garças. No anno de 1444 forma-se a Parceria de Lagos para a continuação dos Descobrimentos (incorporados na lenda de Sagres); em 1446 é descoberto o Cabo Verde, adiantando-se em 1447 mais outenta legoas até ao Rio Nunes, e ainda mais trinta e duas até ao rio Tobite, em 1461 a Serra Leôa, e em 1471 effectuou-se a passagem além do Equador. O Abb. Andrés, na obra *Delle origine e progressi dogni Letteratura*, reconhece que o *Mappa Mundi* de Fra Mauro fôra elaborado tambem sob a leitura das Viagens de Marco Polo, das noticias de Herodoto, de Strabão e Plino, auctores conhecidos pelos eruditos portuguezes do seculo XV. Revindicando a originalidade das explorações africanas para a circumnavegação d'esse continente, termina Fr. Fortunato de San Boaventura: «se os Venezianos estavam certos pelo seu Cosmographo incomparavel, de que existia o Cabo da Boa Esperança, e se elles já tinham os subsidios necessarios

para emprehenderem esta descoberta, e, por outro lado facilmente conheciam que abrindo o novo caminho para a India ficaria arruinado e totalmente perdido o seu commercio, porque lhes não occorreu tomarem a dianteira aos Portuguezes e atalharem o gravissimo damno que lhes estava imminente? Como se póde suppôr tamanho descuido em gente sobremaneira atilada e industriosa?» [1]

Continuando na exploração africana, em 1481 a 1483, funda-se a Fortaleza da Mina, na costa de Guiné; em 1485 Diogo Cam chega ao Cabo do Padrão, quasi alcançando a linha do Tropico austral, e em 1486, Bartholomeu Dias arrojado por uma tempestade perto da Angra das Voltas dobra a ponta sul do continente, á qual na sua volta denomina Cabo das Tormentas, definitivamente chamado desde 1487 Cabo da Boa Esperança. Estava resolvido o problema da via maritima da India. Os grandes desastres e perturbações da côrte de D. João II, e a mudança de dynastia para um princepe inintelligente, que repelliu todos os grandes navegadores considerados pelo monarcha a que succedeu, fez que se retardasse a realisação da empreza, fundamentalmente estudada, até 1498, confiando-a a Vasco da Gama. Assim se completava o plano consciente, do qual uma parte fôra realisada por Christovam Colombo em 1492, sobre *informações de Pilotos portuguezes*, como elle proprio confessou, navegando á ventura para

---

[1] *Op. cit.*, p. 65. (Publicada por A. de Portugal de Faria. Leorne, 1905.)

achar Cypango. [1] Era o descobrimento da America que mais actuava na comprehensão da *esphericidade* da Terra, como affirmou Copernico (Magis id erit clarum, si addentur Insulae ætate nostra sub Hispaniarum Lusitaniaeque principibus repertae, et presertim *America*...) *(De revol. corp. cœl.*, lib. VI.) Mas o descobrimento da via maritima da India determinava novas condições economicas na sociedade europêa, impellindo-a para um outro equilibrio politico pelo concurso simultaneo, colonial e mercantil.

Fallando d'este grande acontecimento em uma carta de 1493, Pedro Martyr d'Anghiera designa Colombo pela antonomasia *quidam, Vir Ligur.* Tambem Tasso, na *Gerusalemme liberata* (XV, st. 25) emprega a mesma poetica periphrase, celebrando o grande navegador:

> *Un uom della Liguria* aurà ardimento
> All incognito corso esparso in primo.

Por uma intuição genial, os esforços de Colombo realisados pelas informações que recebera dos Pilotos portuguezes, identificam-se

---

[1] Colombo partiu do *meridiano dos Açores* para Oéste: Humboldt tira as consequencias d'este rumo: «Se Colombo tivesse seguido a Carta de Toscanelli, ter-se-ia dirigido para o Norte e se teria conservado sob o parallelo de Lisboa; ao passo que na esperança de alcançar Zipangon mais depressa, percorreu metade da sua rota á altura da ilha do Corvo, uma dos Açôres, e inclinando depois para o sul,...» *(Cosmos.*, II, p. 317.) Seguindo este rumo, modificado depois por conselho de Martin Pinzon, elle teria entrado na corrente do *Gulf Stream* e tocaria na Flórida.

no caracter ethnico do *Ligur*, essa raça maritima, activa e soffredora, de que o Luso foi um ramo e o Portuguez o seu mais puro representante. Mesmo na empreza das Navegações reflectidas ou aventurosas, e na fórma dos estabelecimentos coloniaes se destacam as duas raças peninsulares.

Os grandes Descobrimentos maritimos do fim do seculo XV, que deslocaram o commercio dos paizes do Mediterraneo para os povos occidentaes, e determinaram um novo equilibrio politico europeu, põem em evidencia as differenças de raça, que existem entre Portuguezes e Hespanhoes. Heeren aponta essas differenças capitaes no modo como realisaram os seus estabelecimentos coloniaes: «Como os Portuguezes chegaram ás Indias por uma marcha de progressos successivos e regulares, as suas ideias, sobre muitos pontos, tiveram tempo de se formarem, e a natureza do paiz não lhes permittiu de pensar em organisar ahi a exploração de minas, mas simplesmente feitorias de commercio. — Os Hespanhoes, n'este periodo não fizeram senão lançar as primeiras bases do seu systema colonial; os Portuguezes, pelo contrario, estabeleceram-o quasi definitivamente. — Como o Novo Mundo não appresentava outros productos de uma grande importancia, o ouro e a prata, para desgraça dos naturaes do paiz tornou-se o fim unico dos estabelecimentos que os Hespanhoes se propunham de fundar ahi.» [1]

[1] *Manual historico do Systema politico dos Estados da Europa*, p. 22 e 23.

Além das novas concepções, determinaram os Descobrimentos portuguezes uma mais vigorosa actividade economica e mercantil: «o genio da navegação tinha descoberto a America e a passagem do Cabo da Boa Esperança. Os resultados d'este descobrimento operaram uma grande revolução no commercio, fixaram a attenção de todos os povos, e *deram aos espiritos uma direcção nova.* Todas as especulações da industria, por muito tempo fundadas sobre as Cruzadas, dirigiram-se para a America e para as Indias orientaes. — A' medida que os espiritos se esclareciam, uma carreira nova se lhes abria. Um outro enthuziasmo succedia ao das emprezas religiosas;... as Cruzadas já não são para a Europa senão um thema poetico.» [1] — «Logo que fôram conhecidos taes descobrimentos, apoderaram-se inteiramente d'este espirito emprehendedor e aventureiro, que por largo tempo tinha sustentado o ardor das expedições contra os infieis. A direcção dos espiritos, as vistas politicas, as especulações do commercio, tudo foi transformado; e então viu-se declinar a grande revolução das Cruzadas diante da nova revolução que irrompia da descoberta e da conquista de um novo mundo. Os Venezianos, senhores das antigas vias do commercio da India, fôram os primeiros a reconhecerem as mudanças que se operavam e cujas consequencias deviam ser-lhes funestas. Enviaram secretamente emissarios ao sultão do Egypto, interessado como

[1] Michaud, *Historia das Cruzadas*, t. IV, p. 76.

elles em combater a influencia dos Portuguezes. A deputação de Veneza conseguiu alliar o sultão do Cairo com o rei de Calecut e algumas outras potencias italianas, para atacarem as frótas e as tropas de Portugal.» [1] Antes d'estas odiosas intrigas dos Venezianos, que embaraçaram a liga das potencias christãs contra os Turcos, que dominavam no Mediterraneo, elles mandavam a Portugal agentes — *para escreverem o que ouviam d'aquelles que das taes navegações tornavam,* — como refere o chronista Damião de Góes. Conhece-se hoje o systema da diplomacia da Republica de Veneza, e a importancia das Relações secretas dos seus embaixadores; em Portugal mantinha um serviço de informação tal, que muitos dos documentos mais reservados da côrte de D. Manoel, appareceram publicados em traducções italianas no principio do seculo XVI. Pedro Martyr de Anghiera, viajante milanez, relacionado com Colombo e Americo Vespucio, escreveu Relações, que fôram parar ás mãos do *veneziano* Angelo Trevigiano, empregado da embaixada da Senhoria em Castella. E Trevigiano, conhecedor das viagens de Colombo e tambem das de Pedro Alvares Cabral, forneceu noticias importantes ao almirante Malepiero, historiador de Veneza. Tambem por pedido de Trevigiano, o embaixador de Veneza em Lisboa, Matteo Cretico, traduziu-lhe para italiano a primeira descripção official do descobrimento do Brasil. As informações de Cretico eram fidelissimas;

[1] Id., *ib*, p. 44.

pela sua astucia e soborno, o embaixador *veneziano* na côrte de D. Manoel, além de noticias secretas pôde alcançar a revelação de cartas particulares do rei D. Manoel a seu sogro o rei catholico Fernando, dando conta da empreza realisada por Pedro Alvares Cabral em cumprimento de ordens recebidas. Essa carta appareceu traduzida em italiano, em Roma em 1505, nos prelos de João de Besicken. E a Carta de Pero Vaz de Caminha, em que é relatado ao rei D. Manoel o descobrimento das Terras de Santa Cruz, acha-se em completa concordancia com o opusculo italiano coévo, *Paesi nuovamente ritrovati*, tendo a narrativa portugueza de Caminha ficado inedita durante tres seculos. As informações do embaixador Matteo Cretico vulgarisaram-se na collecção dos *Paesi nuovamente ritrovati*, onde em primeira mão figuram as duas Viagens de Cadamosto, ao serviço de Portugal, a Cabo Verde e Senegal, tambem em primeira mão a viagem de Vasco da Gama e a de Alvares Cabral, com a narrativa em italiano da Terceira Viagem de Americo Vespucio, tendo ainda reproduzidas em segunda edição as tres viagens de Colombo, Alonzo Niño e Pinzon.

O historiador Ranke fez sentir o alto valor historico das *Relazioni* dos embaixadores venezianos para o conhecimento da politica complicada da Europa, no seculo XVI; diz elle: «Veneza tinha estendido as suas relações muito longe, em paizes estrangeiros; possuimos as Relações sobre a Persia, sobre Moscou, e principalmente sobre a Inglaterra; mas espanta-me o não encontrar nas collecções al-

lemãs e nas de outros paizes, senão uma relação da embaixada veneziana ácerca de Portugal.» E' explicavel a omissão, por se usarem no principio do seculo XVI as Relações verbaes feitas pelos embaixadores ao conselho dos Pregadi: «A Republica não se contentava sómente com os despachos sobre os negocios correntes, que os seus embaixadores lhe expediam regularmente todos os quinze dias; mas, quando elles estavam de volta depois de dois ou trez annos de ausencia, eram obrigados a fazer um relatorio ao conselho dos Pregadi, em presença de homens que tinham encanecido nos negocios, que haviam desempenhado a mesma missão, ou que eram apoz chamados a exercel-a. Elles se esforçavam a fazer conhecer em particular o princepe junto do qual estavam acreditados, a sua côrte e os seus ministros, o estado das suas finanças, das suas forças militares, de toda a sua administração, as disposições dos seus subditos para com elle, finalmente as suas relações com as outras potencias. — Estes relatorios continham ás vezes tão longas minucias, que a leitura não podia ser feita em uma só noite, e era frequente interromperem-se em meio ou de uma parte importante para descançarem. Eram geralmente feitos de memoria, pelo menos nos antigos tempos; começavam todos por uma allocução dirigida ao Doge e á assembleia. Sente-se, ao lêl-os, que o auctor tudo observara por si, e que a narrativa é a impressão fiel das suas impressões. Cada embaixador esforçava-se o melhor que podia diante de um auditorio digno de um homem de estado. — Por outro lado, muitas ve-

zes foi censurada a Republica por esta especie de autopsia das côrtes e dos estados estrangeiros. Os embaixadores venezianos, diziam, são zelozissimos quando se trata de descobrir o odio ou o amor, o favor ou o desfavor, as forças e os intuitos dos princepes, e muito generosos quando se trata de penetrar os segredos dos gabinetes. Seja como fôr, é innegavel, que os homens que tomam parte ou são iniciados nos negocios publicos possuem sobre a situação politica da sua epoca e sobre os acontecimentos precedentes, assim como sobre as circumstancias decisivas e os interesses dominantes, um conhecimento que se conserva occulto ao publico e que morre ordinariamente com elles. Ora, são estas noções que os embaixadores venezianos colligiam em quasi todas as côrtes da Europa, e que elles communicavam á sua Republica em Relações destinadas a serem cuidadosamente conservadas nos archivos do estado.» [1]

A reacção tremenda que Veneza suscitou contra a acção maritima dos Portuguezes, revela o conhecimento profundo que tinha dos seus planos de occupação e de exploração mercantil. A Republica encarregou-se de enviar para o Egypto e para as costas da Arabia artifices para fundirem canhões, e calafates para construirem náos de guerra.» [2] O sultão do Egypto, induzido a fazer a ameaça de destruir os Logares santos, aterrou por tal fórma o papa, que este se viu forçado a

[1] Ranke, *A Hespanha sob Carlos V*, Prefac.
[2] Michaud, *Histoire des Croisades*, p. 44.

pedir a Dom Manoel que a bem da christandade sustasse as suas novas conquistas. Bem aconselhado, o rei respondeu ao papa que não temia a ameaça do sultão, que pelo seu lado lhe queimaria Meca e Medina, abrindo um mais vasto campo na Asia á propagação da fé christã. O grande presente offerecido ao Papa pelo rei Dom Manoel foi um meio de dissipar-lhe estes terrores, ainda que pelo seu lado o sultão do Egypto não destruiria as egrejas de Jerusalem, que pelos tributos dos peregrinos eram uma pingue fonte de riqueza.

Vencidos os Arabes definitivamente em Hespanha pela conquista de Granada, os Turcos ou Osmanlis substituiram-se na lucta contra as potencias christans no Mediterraneo, tendo-se já apoderado da Hungria. Debalde o Papa chama para uma Cruzada os princepes da christandade. Veneza entende se com os Turcos, para fazer desempedidamente o seu commercio no Levante, e derrotar os emporios dos Portuguezes no Oriente. A França de Francisco I faz tratados com os Turcos; e a Inglaterra receiosa da França, não quer dispender os seus recursos em uma guerra improductiva como a Cruzada, que só interessaria as monarchias continentaes. A Allemanha, pela reacção da Refórma de Luthero contra Roma, pronunciava-se em Ratisbonne contra a cruzada feita aos Turcos.

Carlos V, reunindo a corôa real de Hespanha e a imperial da Allemanha, mostrou-se indifferente á queda da ilha de Rhodes em poder dos Turcos, mostrando audazmente o seu *germanismo*, atacando a Italia com a antiga furia gothica, e fazia o saque de Roma,

exibindo o titulo de Chefe temporal da Egreja, ao mesmo tempo que tinha prisioneiro o seu chefe. A Allemanha invocada para a resistencia contra os Turcos, que ameaçavam todo o Occidente, declarava temer mais a tiara do Papa do que o turbante de Mahomet. Quando o papa Leão X procurava congregar todos os monarchas da Europa a formarem uma Cruzada contra os Turcos, entre os recursos para essa campanha contava com o producto das Indulgencias, como se fizera para as Cruzadas da Edade média. Luthero, ainda obscuro frade augustiniano, insurgiu-se contra esse expediente, protestando contra o plano de Leão X: «*E' um peccado resistir contra os Turcos*, visto que a providencia se serve d'esta nação infiel para visitar as iniquidades do seu povo.» Assim perante a Dieta de Ratisbonne, a Cruzada foi combatida por ser mais um expediente da Côrte de Roma para explorar a credulidade popular e dirigir os reis. Tambem Erasmo considerava o augmento do poder dos Turcos como um castigo do céo infligido aos christãos degenerados, enviados pela providencia irritada; com a sua ironia de erudito, chasqueava da Cruzada em que entram um Cardeal *general*, um bispo *capitão*, um padre *centurião*, que se lhe affiguravam estatuas de ouro e barro, um centauro meio homem meio cavallo. Dividida a Allemanha pelas querellas theologicas da Refórma, este movimento, que tomava uma tendencia *social*, apagou os fervores religiosos tornando irrealisavel ainda uma vez a cruzada. O philosopho Raynal, fallando das consequencias dos Descobrimentos dos Portu-

guezes, proclamou que elles salvaram a Europa da invasão dos Turcos: «Que seria da liberdade? Morreria, se os Portuguezes não embaraçassem o progresso do fanatismo mussulmano fazendo-o parar na impetuosa carreira das suas conquistas, cortando-lhe o nervo das riquezas.» As luctas contra o poder mussulmano no Oriente, deram a Portugal uma missão humana tão grandiosa como a da Grecia derrotando as hordas do imperio dos Persas.

Quando Carlos V, em Tunis, e Philippe II, em Lepanto, se empenharam em combater os Turcos, foi para se tornarem chefes de um imperialismo catholico, e converterem a Egreja em agente do seu despotismo. Pensando em avassallar a Italia, Carlos V, pelo seu engrandecimento como rei de Hespanha, chefe do Imperio germanico, soberano dos Paizes Baixos, e dos dominios da America hespanhola, visava á empreza de enfraquecer a França, e não atacava os Ottomanos já por complacencia com os partidarios da Refórma da Allemanha, já por causa dos seus inimigos na republica romana (França, Italia e Inglaterra.)[1] E quando contradizendo-se, o proprio Luthero appellava já para a lucta contra os Turcos, Carlos V limitava-se a atacar os estados berberescos, que organisados pelo poder ottomano infestavam as costas da Hespanha e da Italia com os seus corsarios. A tomada de Tunis, em 1535, libertando vinte mil cativos, veiu mascarar todas as inconsequencias e

[1] Michaud, *Op. cit.*, t. IV, p. 65.

egoismo de Carlos V exercendo o seu imperialismo *germanico;* como é tambem depois da victoria de Lepanto que Philippe II torna sangrenta a Liga catholica. A acção portugueza no Oriente, é que assegurou á Europa a possibilidade de inaugurar a harmonia mental da *Republica litteraria* da Renascença; e pelo effeito dos nossos Descobrimentos suscitamos a intelligencia e paixão pela Natureza, dando ás verdades racionaes a base verificavel que as tornou a manifestação invencivel do Espirito moderno.

No canto VII dos *Lusiadas* verberou Camões estas dissidencias dos monarchas da Europa, que enchiam de ousadia as invasões dos Turcos, pondo em relêvo a missão grandiosa da *pequena Casa lusitana:*

> Fazei que torne lá ás sylvestres covas
> Dos Caspios montes e da Scythia fria,
> *A Turca geração, que multiplica*
> Na policia da vossa Europa rica.
>
> Mas emtanto, que cegos e sedentos
> Andaes de vosso sangue, oh gente insana,
> Não faltarão christãos atrevimentos
> N'esta *pequena Casa lusitana:*
> De Africa tem maritimos assentos,
> E na Asia mais que todas soberana,
> Na Quarta parte novos campos ara,
> E se mais mundo houvera, lá chegara.
>
> (*Lus.*, VII, 12, 14.)

Camões, reservando-se no alvará de privilegio de 23 de Septembro de 1571 a faculdade de *accrescentar mais alguns Cantos* aos *Lusiadas*, reconheceu que lhe faltava coroar

a assombrosa empreza das Navegações com o final surprehendente da circumducção do globo pelo *aggravado Lusitano*. Nas Estancias ditas *omittidas*, mas verdadeiramente *augmentadas*, como considerou o Dr. João Teixeira Soares, synthetisou Camões esse *feito* de Fernando de Magalhães:

D'aqui sahindo irá d'onde acabada
Sua vida será na fatal Ilha;
Mas proseguindo aventurosa armada
A volta de tam grande maravilha;
Verão a Náo Victoria celebrada
Ir tomar porto junto de Sevilha,
Depois de haver cortado o mar profundo
Dando uma volta em claro a todo o mundo.

O Dr. João Teixeira Soares, consciencioso investigador da historia dos nossos Descobrimentos maritimos, conclue sobre esta estrophe: «E' este visivelmente um trabalho complementar em que Camões condignamente inteirou a narração do facto.» E em seguida põe em relêvo a maxima influencia d'esse *Feito, com verdade, portuguez*, sobre o engrandecimento colonial dos hespanhoes: «O campo que esta navegação audaciosa abriu, o mais directamente possivel, á actividade maritima dos Hespanhoes foi immenso: todo o Oceano Pacifico com suas infinitas Ilhas.

«Dominavam já então os Hespanhoes em boa parte da costa occidental da America, e conheciam este mar nas proximidades d'ella; mas a sua grande navegação n'elle proveiu-lhes do feito de Magalhães.

«A sustentação do pretendido direito da Hespanha ás Molucas; o conhecimento, trans-

mittido por Portuguezes, da navegação d'ellas para a China; a necessidade de receber ali auxilios directos do Mexico e do Pacifico; e finalmente as ideias systematicas sobre a existencia de um continente austral, fôram os principaes moveis das suas navegações por aquelles mares e regiões.

«Uma das suas notaveis consequencias foi o reconhecimento que no estio de 1545 fez D. Inigo Ortis, commandante do galeão S. Joannilho, de toda a costa oriental da Nova Guiné e da Australia até aos 20° de latitude sul. D. Inigo pertencia á armada de Ruy Lopes Villalobos, que em 1542 sahira da Hespanha para as Molucas pelo Estreito de Magalhães, e d'aquellas ilhas sahira a buscar soccorros á Nova Hespanha, (Mexico) navegando pelo hemispherio do sul, depois de uma tentativa infructuosa que no mesmo galeão fôra feita pelo norte. Na lista dos grandes navegadores por parte da Hespanha no mar do Sul, apparecem ainda dois illustres portuguezes: João Fernandes, piloto açoriano, descobridor da Nova Zelandia em 1572 e tambem do Archipelago que d'elle se denomina na costa do Chili; e Pedro Fernandes Queiroz, o descobridor das Novas Hébridas.» [1]

Quando se realisavam no mundo estes *atrevimentos da pequena Casa Lusitana*, o

[1] *Coisas camonianas*, IV. No jornal *Velense*, n.° 43, de 8 de Septembro de 1881. (Da ilha de S. Jorge.) Id. na *Epoca*, n.° 37, de 16 de Septembro de 1882. (Ilha de S. Miguel.)

mesmo espirito de audacia concebia o ideal, que não deixaria apagar na memoria humana estes feitos de que outros se apropriaram, ficando-nos o *pregão eterno.*

A descoberta da America tropical, a passagem á India pelo Cabo da Boa Esperança e a primeira viagem de circumducção do globo, tudo isto realisado de 1492 a 1522, em trinta annos, como observa Humboldt, deu o conhecimento pleno da terra: «A concepção humana tinha-se tornado mais penetrante; o homem estava melhor preparado para receber dentro em si a infinita variedade dos phenomenos, a elaboral-os e a fazel-os servir pela comparação a uma contemplação da natureza mais geral e mais alta. — O aspecto de um continente que apparecia nas vastas solidões do Oceano, isolado do resto da creação, a curiosidade impaciente dos primeiros viajantes e d'aquelles que colligiam as suas narrativas, suscitou desde logo as mais graves questões, que ainda hoje nos occupam. Elles se interrogaram sobre a unidade da raça humana, e as alterações que soffreu o typo commum e originario, sobre as migrações dos povos, e o parentesco das linguas mais dissimilhantes muitas vezes nos seus radicaes do que nas flexões e fórmas grammaticaes, sobre a migração das especies animaes e vegetaes, sobre a causa dos ventos alizios e as correntes pelagicas, sobre o decrescimento progressivo do calor, quer se suba a vertente das Cordilheiras ou se sonde as camadas de agua sobrepostas nas profundezas do Oceano; emfim sobre a acção reciproca dos vulcões reunidos em circuito e sua influencia em relação

aos tremores de terra e ás linhas de elevação de que está sulcada a terra. — Em nenhuma outra epoca, desde a fundação das sociedades, o circulo das ideias, no que é concernente ao mundo exterior e ás relações do espaço, não tinha sido tão subitamente alargado e de uma maneira tão maravilhosa. Nunca se tinha tão vivamente sentido a necessidade de observar a natureza sob as latitudes differentes e em diversos gráos de altura acima do nivel do mar, nem de multiplicar os meios por auxilio dos quaes se póde forçar a revelar os seus segredos.» (*Cosmos*, II, 314.)

«Uma cousa que n'esta obra agitada, contribuiu tambem de uma maneira notavel para o progresso das vistas sobre o mundo, foi o contacto de uma multidão numerosa de europeus com uma natureza exotica, que expandia livremente as suas magnificencias nas planuras e nas regiões montanhosas da America. Apoz a expedição de Vasco da Gama, contemplou-se um egual espectaculo nas costas orientaes da Africa e na India meridional. Desde o comêço do seculo XVI, um medico portuguez, *Garcia d'Orta*, tinha com o apoio do nobre Martim Affonso de Sousa, estabelecido n'esta região, sobre o local hoje occupado pela cidade de Bombaim, um Jardim botanico, no qual cultivava as plantas medicinaes das cercanias. A musa de Camões prestou-lhe o tributo de um elogio patriotico. O impulso estava dado: cada qual sentia o desejo de observar por si mesmo... Dois dos maiores homens do seculo XVI, Conrad Gesner e Andreas Cesalpinus abriram gloriosamente novo

caminho em Zoologia e em Botanica.» *(Id. ib.*, p. 334.) E' para nós glorioso o destaque dado por Alexandre de Humboldt a Garcia d'Orta, o espirito scientifico, e a Camões, a suprema idealisação poetica, no quadro imponente da Renascença. As suas palavras valem uma consagração. O odio contra a natureza, o *tædium vitae*, que tanto caracterisa o ascetismo da Edade média, é na Renascença supplantado pelo encanto da belleza do mundo exterior, pelo deslumbramento expresso em uma linguagem imaginaria e pittoresca. Esse phenomeno, que tanto influiu na contemplação poetica e no estudo da Natureza, foi produzido pelos Descobrimentos de novas regiões geographicas. Humboldt, tratando em uma parte do *Cosmos* sobre o Reflexo do mundo exterior na imaginação do homem, provou largamente esse facto: «No momento em que o mundo se achava subitamente engrandecido, tudo se conjugava para encher o espirito de magnificas imagens e de lhe dar uma mais alta consciencia das forças humanas. Na expedição de Alexandre, os Macedonios trouxeram dos sombrios valles do Industão e dos montes Paropamissos impressões que se encontram ainda vivas, muitos seculos depois, nas obras dos grandes escriptores. O descobrimento da America renovou o effeito produzido pela conquista macedonica; exerceu uma influencia maior do que as Cruzadas nos povos occidentaes. Pela primeira vez o mundo dos trópicos desvendava aos europeus a magnificencia das suas planuras fecundas, e todas as variedades da vida organica distribuidas pelas vertentes das Cordi-

lheiras, com os aspectos do Norte que parecem reflectir-se sobre os planaltos do Mexico, da Nova Granada e do Quito. O prestigio da imaginação, sem a qual não póde existir obra humana verdadeiramente grande, dá um encanto singular ás descripções de Colombo e de Vespucci. Descrevendo as costas do Brasil, Vespucci patentêa um conhecimento exacto dos poetas antigos e modernos.—Nas epocas heroicas da sua historia, os Portuguezes e os Castelhanos não fôram exclusivamente levados pela avidez do ouro, como se suppoz, não comprehendendo o espirito d'estes tempos.—O desejo de visitar paizes longinquos era quanto bastava para arrebatar a mocidade da Peninsula hispanica, das Flandres, de Milão, do sul da Allemanha, para a cadeia dos Andes, para os plainos ardentes de Uraba e de Coro, sob o estandarte de Carlos V. Mais tarde, quando os costumes se adoçaram, e que todas as partes do mundo se patenteavam simultaneamente, esta curiosidade anciosa foi sustentada por outras causas e tomou uma direcção nova. Os espiritos inflammaram-se com um amor apaixonado pela Natureza, de que os Povos do Norte davam o exemplo. A contemplação elevava-se engrandecendo-se ao mesmo tempo o circulo da observação scientifica. A tendencia sentimental e poetica, que se encontrava no imo de todos os corações, tomou uma fórma mais definida no fim do seculo XV, e deu origem a obras litterarias desconhecidas dos tempos.»

Comprovando este asserto, que é uma caracteristica das litteraturas modernas, Humboldt analysa eloquentemente os *Lusiadas*

como o reflexo das impressões vivas da natureza na alma de Camões:

«Este caracter de verdade que nasce de uma observação immediata e pessoal brilha no mais alto grão na grande Epopêa nacional dos Portuguezes. Sente-se fluctuar como que um perfume das flôres da India através d'este poema escripto sob o céo dos tropicos, na gruta de Macáo e nas ilhas das Molucas. Sem me detêr a discutir a opinião aventurosa de Frederico Schlegel, de que os *Lusiadas* de Camões sobrelevam acima do poema de Ariosto pelo esplendor e riqueza de imaginação, eu posso affirmar ao menos, como observador da natureza, que nas partes descriptivas dos *Lusiadas* nunca o enthuziasmo do poeta, o encanto dos versos e os doces accentos da sua melancholia em nada alteraram a verdade dos phenomenos. A arte, tornando as impressões mais vivas, antes augmentou a grandeza e a fidelidade das imagens, como acontece todas as vezes que se toca em uma fonte pura. Camões é inimitavel quando pinta a mudança perpetua que se opera entre o ár e o mar, as harmonias que existem entre a fórma das nuvens, suas transformações successivas e os diversos estados porque passa a superficie do Oceano. Primeiramente mostra esta superficie encrespada por uma leve bafagem de vento; as vagas apenas solevantadas fulgem, refractando o raio de luz que ahi se reflecte; depois uma outra vez, os baixeis de Coelho e de Paulo da Gama, assaltados pela terrivel tempestade, luctam contra os elementos desencadeados. Camões é, no sentido proprio da palavra, um grande pin-

tor maritimo. Elle batalhara ao pé do Atlas, no imperio de Marrocos; tinha combatido sobre o Mar Vermelho e no Golfo Persico; duas vezes dobrara o Cabo, e durante dezeseis annos, penetrado de um profundo sentimento da natureza, elle tinha escutado attento sobre as ribas da India e da China, a todos os phenomenos do Oceano. Descreve-nos o fogo electrico de Santelmo, que os antigos personificavam sob os nomes de Castor e Pollux. Elle chama-lhe: «O lume vivo, que a maritima gente tem por santo» — e pinta a formação successiva de trombas ameaçadoras e mostra — como nuvens tenues se condensam em um vapor espêsso que se enrola em spiral e d'onde desce uma columna que suga avidamente as aguas do mar; como esta nuvem sombria, quando está saturada recolhe em si o pé do funil, e voando pelo céo, espalha a agua doce nas ondas do mar, que a roncadora tromba lhe tinha tomado. —

«Camões não se mostra sómente um grande pintor na descripção dos phenomenos isolados, elle realça tambem em abranger as grandes massas de um simples relance. O terceiro canto do seu poema reproduz em alguns traços a configuração da Europa, desde as frias regiões do Norte até ao reino da Lusitania e ao Estreito onde Hercules realisou o seu ultimo trabalho. Por todo elle faz allusão aos costumes e á civilisação dos povos que habitam esta parte do mundo tão ricamente articulada. Da Prussia, da Moscovia e dos paizes que lavam as aguas frias do Rheno, (que o Rheno frio lava) passa rapidamente ás planicies deliciosas da Grecia, — que creas-

tes os peitos eloquentes, e os juizos da alta phantasia. — No decimo canto, o horisonte alarga-se mais ainda; Thetys conduz o Gama a uma alta montanha para lhe desvendar os segredos da estructura do mundo (a machina do mundo) e o curso dos planetas, segundo o systema de Ptolemeu. E' uma visão contada no estylo de Dante; e como a terra é o centro de tudo o que se move com ella, o poeta aproveita a occasião para expôr o que se sabia dos paizes recentemente descobertos e das suas diversas producções. Não se limita, como fez no terceiro canto, a representar a Europa; todas as partes da terra são passadas em revista, mesmo o paiz de Santa Cruz (o Brasil) e as costas descobertas por Magalhães...

«Louvando sobretudo em Camões o pintor maritimo, quiz mostrar que as scenas da natureza terrestre o tinham menos vivamente attrahido. Já Sismondi notara que nada no seu poema indica que elle se demorasse a contemplar a vegetação tropical e as suas fórmas caracteristicas. Elle não menciona senão os aromas e as producções de que o commercio tirava lucro. O episodio da Ilha encantada, appresenta em verdade a mais graciosa de todas as paizagens, mas a decoração só se compõe, como competia a uma *ilha de Venus*, de myrtos, de cidreiras, de romanzeiras e de limoeiros odoriferos, tudo arbustos proprios do clima da Europa meridional. Christovam Colombo, o maior dos navegadores do seu tempo, sabe melhor gosar as florestas que bordam as costas e dá mais attenção á physionomia das plantas. Mas Colombo escreve um diario de viagem, e ahi consigna as im-

pressões de cada dia, ao passo que a Epopêa de Camões celebra as emprezas dos Portuguezes.»[1] O influxo das Navegações acordava-nos o genio esthetico em outras fórmas de arte.

Apesar de existir a influencia italiana na architectura em Portugal, desde que aqui se demorou André Contucci, de 1485 a 1494, conforme refere Vasari, sob o reinado de D. Manoel o gothico flammejante não cede o passo ás fórmas da architectura classica; em certo ponto assimilam-se, fundem-se, estabelecendo a transição para uma nova eschola. A ogiva gothica e o pleno-centro romano enlaçam a severidade com a elegancia; os ornatos abundantes do gothico terciario cobrem caprichosamente a simplicidade das ordens gregas. Fallando da sacristia da egreja de Belem, o artista Isidore Taylor, comparando-a á sala do Capitulo da cathedral de Senlis, nota-lhe: «a riqueza do gothico flammejante unida á graça e á sciencia dos mestres da Renascença.»

O viajante aventureiro Lichnowsky, passando por Portugal em 1842, notou no mosteiro de Belem a fusão de estylos architectonicos, que elle caracterisava como semi-mauresco-byzantino, semi-normando-gothico, mas através d'essa liga extravagante e confusa, via destacar-se de vez em quando «na *primitiva pureza*, uma peça qualquer das mencionadas architecturas, como triumphando completamente do contagio da liga estranha.»

[1] *Cosmos*, t. II, p. 64 a 68. Trad. Galusky.

Esses vestigios de uma *pureza primitiva* não podiam ser referidos pelo aventureiro viajante ao typo tradicional da raça lusa; e era isso o que fazia Rackzinsky sentir um *encanto indefinido* em uma immensa quantidade de edificios e ornamentos que se encontram em todas as provincias de Portugal.» Esse «estylo particular e caracteristico, que tanto participa do gothico como da renascença» chama-se *manoelino* por formar-se na época da maior vitalidade nacional, em que aconteceu reinar D. Manoel; mas é uma manifestação da raça acordada no seu genio e tradição esthetica. D'èsta fusão tem os criticos da arte pretendido formar um quarto periodo do gothico, chamado quaternario ou *gothico florido*, a que em Portugal se deu o nome particular de *Architectura manoelina*. Emquanto em Italia e França se imitam servilmente os monumentos gregos e romanos, nós tornámos esse estylo de transição definitivo até ao tempo dos Philippes e da degenerescencia classica dos Jesuitas. Sob este aspecto é uma verdadeira originalidade; o mosteiro de Belem, o Convento de Thomar, a Capella imperfeita da Batalha, a egreja de S. Francisco do Porto, são modelos de um momento passageiro da feição gothica, substituida pela perversão do gosto jesuitico. Qual seria a rasão porque não seguimos a norma classica da Renascença? O artista francez Isidore Taylor define bem este caracter propriamente portuguez: «Mas em Portugal este estylo não corresponde ao que assim é denominado em França ou mesmo na Italia; esta observação é commum a todos os munumentos d'este rei-

no construidos pela mesma epoca. A architectura antiga e a architectura gothica ahi conservaram o caracter que ellas appresentam em toda a Europa; porém, *o estylo da Renascença, tornou-se em Portugal um typo particular, que pertence á nação*, typo de força e de graça, de riqueza e de *originalidade*, que não tem outro exemplar na historia da Architectura. Elle não surgiu completamente armado do genio portuguez; no emtanto elle produziu não menos de tres monumentos deliciosos, dos quaes se procuraria debalde por toda a parte o modelo e a copia. São Belem, Cintra, e Batalha. E' verdadeiramente a *fusão do gosto oriental e do estylo occidental.*» A ornamentação, como os melismos na musica, é que dá ás nossas obras architectonicas o aspecto oriental; mas ha uma parte organica, tradicional, que se liga ao genio da raça lusitana, e é o que constitue a originalidade do estylo occidental. A grande acção historica da nacionalidade acordou todas as fibras ethnicas, e esta do genio architectonico não é a menos assombrosa.

Porque esse typo chamado *manoelino* era tradicional na raça, como se verifica em toda a região lusitana; depois, porque o desenvolvimento ornamental vinha exprimir os symbolos dos nossos Descobrimentos. A Architectura emquanto foi uma fórma espontanea da expressão do sentimento era toda symbolica; Hegel explica-a por uma comprehensão imperfeita das ideias abstractas. Nós, povo meridional, sem tendencias para a abstracção, adoptámos a fórma que melhor quadrava com o nosso genio expansivo e scismador.

Descobrindo a India pela róta maritima, vimos no dominio das regiões orientaes o prolongamento do christianismo, emquanto Veneza reconheceu logo a sua ruina como potencia maritima. [1] O grande feito devia ser perpetuado em uma esplendorosa Cathedral, como fôra a independencia do territorio portuguez consagrado na egreja da Batalha depois da victoria de Aljubarrota. Era o padrão melhor comprehendido por nacionaes e estrangeiros. Tendo o architecto de symbolisar os feitos nos differentes ornatos do monumento religioso, os productos do Oriente vinham com a sua novidade extravagante e abundancia excessiva dependurar-se por toda a parte, dar a conhecer os novos climas, a flora e a fauna maravilhosas d'essas regiões estranhas; eram como *Ex votos* que alli vinham depositar os mareantes cansados das tormentas. Revestindo assim o edificio com uma graça não conhecida, o povo sabia ao primeiro relance alcançar o pensamento da obra, lêr na pedra o feito memorando. Isto bastava para ser impossivel banir completamente a arte gothica que se prestava a esta caprichosa espontaneidade ficando symbolicamente bella; o estylo classico, como imitado com canones dogmaticos, não prestava ensejo para este symbolismo audacioso e livre que reunia em uma mesma fórma o sentimento religioso com o espirito aventureiro da navegação que agitava a alma portugueza. Eis a causa porque esse rapido momento de transi-

[1] Daru, *Hist. de Venise*, t. III, p. 295.

ção em que o gothico flammejante se enlaçou com o estylo classico, durara em Portugal o bastante para estabelecer o periodo quaternario, chamado gothico florido, conhecido pela designação nacional de *manoelino*. Os ornatos que tanto o distinguem são a Esphera armillar, flôres das regiões tropicaes, grinaldas, florões, periquitos e aves raras, rendilhados exquisitos com divisas da cavalleria andante, cordas em acanelledura enrolando-se pelas columnas de fórmas jonicas ou corynthias, travando-se no ár em abobada, que deixa pender para baixo grandes laços de pedra, cachos com fructas e relêvos emblematicos; de longe em longe apparecem medalhões com figuras de meio corpo olhando para o horisonte como o marinheiro na amurada do navio espreitando pela immensidade dos mares, vendo através da cerração dos cabos. A ogiva e o semi-circulo romano transformam-se como que imitando o arco do selvagem que verga para despedir a flexa; as janellas ornam-se com stalactites engraçadas, e os trabalhos caracterisam-se com a perfeição do bem acabado; não é o dinheiro que motiva a sumptuosidade, é a crença que incita a perfeição, é a revolta contra o prestigio das regras academicas que dá ao genio portuguez este rasgo de espontaneidade.

Depois do descobrimento do caminho maritimo da India, mandou o rei D. Manoel ao papa Leão x um riquissimo presente, em que ia tambem um Elephante como *symbolo* da Asia; passeou o animal pelas ruas de Roma com grande assombro do povo, que nunca tinha visto um animal tão desmesurado, com

mais assombro da fórma monstruosa do que attendendo ao symbolo da Asia que assim prestava homenagem á religião de Christo. O animalaço offerecido em 1514, viveu apenas dois annos; faltou cedo este divertimento do povo, mandando o papa a Giovane da Udine, discipulo de Raphael, eximio em pintar hypogriphos e animaes phantasticos, que o retratasse ao natural. [1] O Elephante fôra mandado para Portugal em 1506 por Dom Francisco de Almeida, na náo commandada pelo poeta Vasco Gomes de Abreu. [2] Depois de ter produzido em Roma uma revolução nos ornatos da eschola de Raphael, mereceu ser celebrado nas famosas *Epistolae obscurorum Virorum* do cavalleiro Ulric de Hutten, nas quaes a hypocrisia clerical e o pedantismo da Scholastica eram mortalmente verberados. [3] A curiosidade despertada por estas

---

[1] Vasari, *Vida dos Pintores*. Ed. de Florença, de 1852, t. VIII, p. 41, not. 2.

[2] *Pedatura lusitana*. Bibl. do Porto. Ms. 442.

[3] Eis a narrativa da morte do Elephante offerecido ao papa: «Vos bene audivistis qualiter Papa habuit unum magnum animal, quod vocatum fuit Elephas, et habuit ipsum in magno honore, et valde amavit illud. Nunc igitur debetis scire quod tale animal est mortuum. Et quando igitur fuit infirmo, tunc Papa fuit in magna tristitia, et vocavit medicos plures, et dixit eis: Si est possibile, sanate mihi Elephas. Tunc fecerunt magnam diligentiam et viderunt ei urinam, et dederunt ei unam purgationem quae custat quinque centum aureos: sed tamen Elephas... est mortum, et Papa dolet multum, et dicunt quod daret mille ducatos pro Elephas: quia fuit mirable animal, habens longum rostrum in magna quantitate; et quando vidit Papam, tunc geniculavit ei, et dixit cum terribili voce *bar, bar.*» *(Epist.*, Ed. 1757. t. I, p. 305.)

figuras estranhas vindas de ignotas regiões, offerecia um novo elemento de ornato para a pintura e esculptura decorativas. Na Egreja dos Jeronymos os papagaios e periquitos dependuram-se dos cordões que entrelaçam as columnas com a abobada como mastros e enxarcias de um baixel; é o galeão regressando do Oriente enramalhetado, enfeitado com os productos de uma maravilhosa natureza. Fallando da influencia indiana nas Capellas incompletas da Batalha, nota-lhes Robinson, «n'aquella florida e ornamentada estructura o mixto do gothico de transição e da ornamentação indiana. Tambem, por todo o seculo XVI, os elephantes fôram introduzidos com proeminentes feições ornamentaes no côro da Egreja dos Jeronymos em Belem. O estylo manoelino, emfim, — appresenta frequentes vezes, de modo o mais innegavel esta *influencia indiana.*»

O presente levado pelo embaixador Tristão da Cunha ao papa Leão X em 1514 constava de riquissimos trabalhos de Ourivesaria, que D. Manoel lhe offerecia como páreas da India. Consistia em um Pontifical inteiro de brocado de pezo, bordado e guarnecido de pedraria, com romans de ouro massiço, cujos bagos eram rubins, com flôres formadas de perolas, diamantes, amethystas, esmeraldas e rubins; levava mais, uma mitra e báculo, anneis, cruzes, calices e thuribulos, tudo de ouro batido, coberto de pedrarias; tambem lhe mandou muitas moedas de ouro de quinhentos cruzados. Os dois ourives que frequentavam a côrte, Gil Vicente e Diogo Fernandes, por certo tomaram parte na feitura

d'este opulentissimo presente ao papa. O artista eximio, que soube synthetisar na Custodia feita com o primeiro ouro das páreas de Quilôa a fé e o heroismo dos Descobrimentos, teria esparzido o seu genio creador sobre essas maravilhas da embaixada de Tristão da Cunha ao papa.

A Pintura portugueza, que se define com o nome de Gram Vasco, appresenta no seu syncretismo analogo ao da Architectura, um caracter nacional. Emquanto a Pintura flamenga, como observa Joaquim de Vasconcellos, capitulara perante a influencia italiana desde os principios do seculo XVI: «Os nossos pintores da eschola chamada impropriamente Grão-Vasco, (1500-1530) continuam durante trinta annos um estylo, que seus inventores (que os nossos *suppunham* imitar) haviam abandonado ha muito. Fôram archaicos n'isto, sem deixarem de ser ecclecticos, porque introduziam nos seus quadros feições e feitios que não eram flamengos, fundindo *n'uma forte dóse de individualismo nacional* uma dóse não menos forte de cosmopolitismo artistico.

«Francisco de Hollanda tinha o direito de lhes dizer que estavam atrazados meio seculo, mas não devia admirar-se que a sociedade portugueza os applaudisse unanimemente; que essa mesma sociedade, muito pouco culta em materia de arte, affeiçoada sómente ás scenas tragicas e imprevistas do mar e da guerra, deslumbrada pelas grandezas apparatosas, exoticas, da civilisação oriental, achasse pouco gosto nas estudadas, mas simples concepções idealistas dos primeiros mestres italianos.

«A pintura da epoca manoelina é para nós, hoje, uma manifestação complexa; para o Hollanda, doutrinario e intolerante, era um enigma: execução flamenga nos accessorios, desenhados com amorosa phantasia e escrupulo de illuminadores; pintando os typos, *retratando* homens, mulheres e crianças, individualisando sempre, *com um sentimentalismo portuguez*, que já nos *Autos* transformara as grandes scenas da Escriptura sagrada em pequenos quadros de genero, intimos, familiares. —

«No meio d'essas influencias encontradas, *as fórmas physicas meridionaes*, palpitantes, cheias de viço nas mulheres, as quaes são bellas á *italiana*, mas sympaticas, com um toque de malicia graciosa e um ardor mal encoberto. Rostos lindos, oblongos, com olhos fulgurantes, em rica moldura de negras tranças; mãos pequenas e bem modeladas, sahindo de formosos braços, que as longas mangas golpeadas não querem disfarçar. Bustos cheios e curtos, sobre ancas reforçadas, contrastando tanto mais do que os rostos, com os hombros altos e quadrados, com os peitos seccos e alongadas cintas dos flamengos e allemães. N'uma palavra: a *figura feminina nacional*, desprendida de todos as peias, de todos os modelos e proporções consagradas, impondo se sem reserva como modelo. Cada cabeça, cada corpo é um retrato. Nenhum ideal abstracto de belleza, nenhum symbolismo, nenhuma allegoria sequer. *Os homens em geral, pouco notaveis*, custando a reconhecer n'elles a raça heroica do Seculo das Desco-

bertas.» [1] A esta excellente caracteristica da Pintura portugueza ha a accrescentar a paizagem do fundo dos quadros que é a da nossa terra, e a tonalidade opalina da luz do nosso céo.

N'esta hypersthesia da alma portugueza na realisação da sua missão historica dos Descobrimentos, fôram suscitadas todas as suas capacidades mentaes e moraes, que floriram ainda quando já o seculo e as instituições politicas cahiam no retrocesso e no obscurantismo religioso. Todos os productos primaciaes dos nossos Quinhentistas provinham d'este impulso, ou *vis a tergo*, emquanto o seculo assombrado pelas fogueiras inquisitoriaes, pela pérfida captação jesuitica terminava pela extincção da nacionalidade portugueza. Muitas vezes estas manifestações fulgurantes de um impulso passado, mascaram gloriosamente a decadencia latente mas inevitavel em que uma epoca se affunda. [2]

Na tragicomedia *Triumpho do Inverno*, representada em 1530, apontou Gil Vicente a depressão do genio nacional manifestada desde 1510, desde que D. Manoel deixára de convocar côrtes e extinguira as liberdades municipaes ou locaes.

---

[1] *Quatro Dialogos da Pintura antigua*, Nota, p. 79.

[2] Villemain formúla este mesmo pensamento:
«O grão de elevação que attinge o caracter de um povo, é a medida da superioridade que elle póde conservar, ou encontrar nas cousas de arte e de gosto. Esta elevação não é sempre a fórma da liberdade civil, propriamente dita; ella póde, segundo a edade da na-

A Renascença resume-se em uma palavra —a *Acção*. Disse Michelet: «Desde o dia em que a *acção* reentrou no mundo, não sómente resultou uma prodigiosa creação de Sciencias e Artes, de Industrias, de potencias, de forças mechanicas,—mas uma nova força moral». (*Nos Fils*, p. VII). A Era dos Descobrimentos é a *acção*, quebrando a apathia da Edade média. Foi assim o grande seculo XVI em Portugal. A acção portugueza é ainda maior no seu influxo na corrente da civilisação europêa.

ção e o genio de uma epoca, lançar raizes em outra parte, alimentar-se do zelo religioso, da honra aristocratica, da fidelidade cavalheiresca; ella póde manter-se pelo espirito do descobrimento e da empreza longinqua. Assim, *no seculo XVI, Portugal e Hespanha fulgiram com um grande brilho poetico, justamente quando as suas velhas liberdades se iam enfraquecendo.* Assim, a Inglaterra tinha apparecido cheia de invenção eloquente e de imaginação sob o reinado imperioso de Isabel. Assim, o pensamento francez, livre com tanta força e licença, nas longas perturbações da Liga, depois ao mesmo tempo animada e contida por Henrique IV, se tinha disciplinado sem se enfraquecer sob a pezada mas gloriosa mão de Richelieu, e tinha achado tanta grandeza, magnificencia e graça durante o meio seculo que Luiz XIV encheu com o exito das suas armas, dos esplendores da sua côrte e do seu habil ascendente sobre a Europa.

«Mas, semelhantes influencias esgotam-se, com os prestigios da gloria, com as illusões das reminiscencias que as cercam; ellas seriam mal substituidas pela acção unica da força do poder concentrado. A força não inspira senão a obediencia; ella não eleva as almas d'aquelles que obedecem; não suscita o talento, que sempre lhe é suspeito; não deixa campo ao livre-exame, do qual desconfia.» (*Choix d'Etudes de Litterature contemporaine*, p. 336.)

II

A Humanidade revelando-se na Cultura greco-romana e a renovação religiosa

---

O seculo XVI tem sido caracterisado como o maior seculo da historia; n'elle convergiram a maxima somma de impulsos acordando as energias latentes desde que a tremenda reacção catholico-feudal sustou o desenvolvimento mental da primeira Renascença do seculo XIII. Esse fulgor vivo das intelligencias audaciosas apagou-se pelas perseguições religiosas; essas revindicações das classes servas fôram embaraçadas ou illudidas pelo poder real. Successos inesperados atacam a apathia de dois seculos: os Descobrimentos geographicos dos Portuguezes determinaram o accordar de novas energias, que fôram designadas como um *Renascimento:* alongando-se a actividade pacifica do homem exercendo o imperio da vontade sobre a Natureza, novas concepções do mundo physico e

moral impelliam para a demolição das velhas noções tradicionaes e levavam todos os espiritos a reconhecerem a necessidade de uma Synthese ou systema de opiniões sobre o mundo e a consciencia. Dados positivos obrigavam a exercer o criterio *scientifico;* o par cosmologico da Mathematica e Astronomia dos gregos, veiu dar uma base inabalavel á marcha d'esta segunda Renascença, em que ás especulações subjectivas ou metaphysicas substituiu os dados objectivos ou experimentaes. O genio grego não era estudado agora nas manifestações theurgicas do alexandrinismo desvairado pelas idealisações orientaes, n'esse imaginoso neo-platonismo das doutrinas de Jamblico e Porphyrio, como acontecera no seculo XIII, pela corrente das Cruzadas; o genio grego revelava-se agora no duplo aspecto *artistico* e *scientifico*, nas creações bellas dos grandes espiritos da litteratura attica, e dos seus philosophos e investigadores. Por este impulso pratico das Navegações portuguezas, e theorico do verdadeiro e imperecivel hellenismo, a Renascença do seculo XVI não pôde ser dominada pelos poderes conservadores, como no seculo XIII, e poz em discussão, em conflicto, em antinomia todos os problemas sociaes, com coragem moral e com o vigor da intelligencia. Póde-se dizer, que pela primeira vez na humanidade, o seu desenvolvimento recebeu o impulso directo dos pensadores, obedeceu ao poder das ideias. Para lá do Christianismo appareceu uma outra humanidade, que sem ter recebido o influxo da graça divina e da redempção, exprimiu com nitidez as mais seguras ideias moraes,

realisou as mais extraordinarias fórmas artisticas, e systematisou fundamentalmente concepções sobre o universo, transmittidas em Escholas philosophicas, que se reflectiram na elaboração popular do Christianismo. Era a rehabilitação da Antiguidade, do paganismo, amaldiçoado pela Egreja na obra dos seus sabios e poetas, e nas crenças populares polytheicas. O acordar do sentimento da Natureza, na Renascença, era simultaneo com a emoção que tendia fóra da disciplina evangelica para o sentimento da humanidade. Com a curiosidade mental que suggeria o interesse pela Sciencia, manifestava-se a effusão sympathica que inspirava um novo Lyrismo, mais vibrante pela realidade que exprimia. E esse Lyrismo, que Petrarcha transmittira da primeira Renascença para a nova éra de renovação, não era uma imitação das fórmas classicas greco-romanas, tinha uma verdade que o tornava sincero e bello, provinha dos esbôços creados pelos Trovadores no seculo XII, e elaborados na sua fórma definitiva pelo genio italiano.

O estudo dos textos das obras primas da civilisação greco-romana, a sua vulgarisação pela maravilhosa e recente invenção da *Imprensa* tornando accessivel a todos os espiritos essas creações supremas, despertaram o genio critico, deram ao Humanismo essa primeira fórma propriamente philologica; o texto grego dos Evangelhos foi lido na fórma originaria, e começaram as questões interpretativas ou exegeticas que levaram a discutir os dogmas theologicos. Assim a par do humanismo da Renascença, que chega até ao exa-

me das instituições politicas, apparece a Reforma, que começando por uma aspiração a um renascimento da Egreja pela regressão á primitiva simplicidade dos christãos das catacumbas, chega á discussão dos dogmas por um negativismo philosophico. E' n'estes violentos conflictos doutrinarios e de interesses de instituições, que surge a complicação das Guerras religiosas, em que o Poder espiritual e o temporal se ligam para a resistencia conservantista, profundamente perturbadores, mas impotentes para, como no seculo XIII, sustarem a marcha e o exito da Renascença.

A influencia do Hellenismo na Renascença veiu acordar o espirito *scientifico;* as grandes expedições e conquistas de Alexandre na India, fôram subita revelação de uma grande parte da terra, mais assombrosa nos seus productos naturaes do que o mundo ficticio das relações imaginosas. Esses novos conhecimentos fôram coordenados e systematisados por Aristoteles, como nota Humboldt: «Precisamente na epoca em que este rico thesouro se offerecia ao conhecimento humano, os trabalhos de Aristoteles tornavam a construcção d'estes materiaes mais facil e mais variada, guiando as leis da experimentação physica, fixando os espiritos em todas as vias da especulação, dando-lhes o modelo de uma linguagem verdadeiramente scientifica, cuja precisão se accommodava a todas as cambiantes do pensamento.» Os descobrimentos dos Portuguezes, abrindo a róta maritima da India, patentearam as maravilhas naturaes do Oriente, renovando a empreza de Alexandre; e esta circumstancia determinou a preponderancia

do hellenismo *scientifico*, que veiu apoiar o espirito moderno, emquanto os modelos litterarios fôram pervertidos pela banal imitação. E quando contra Aristoteles, que surgia na grande Renascença como *il maestro di color che sanno*, pelo seu saber positivo, ainda Pedro Ramus o confundia com o philosopho deturpado por alexandrinos, arabes e scholasticistas, coube tambem ao portuguez Antonio de Gouvêa repôr o philosopho stagirita na sua inabalavel supremacia mental.

A influencia de Roma, que approximara os povos pelas suas conquistas, egualando-os pelas leis e unificando-os no Imperio, esboçava um direito commum, humano, em que a Humanidade começara a ser entrevista pelos philosophos stoicos. As invasões germanicas perturbaram esta synthese affectiva, e o Christianismo tornado Religião do estado manteve as desegualdades sociaes. Diz Humboldt: «Durante muito tempo nos Estados christãos, a liberdade pessoal de numerosas classes de homens não encontrou apoio junto dos possuidores dos bens ecclesiasticos e das corporações religiosas.» *(Cosmos*, II, 242.) A renascença do Direito romano veiu accordar esse espirito de liberdade individual e civica, completar o impulso hellenico pelo concurso romano conduzindo os separatismos nacionaes ao universalismo.

A Antiguidade classica, nos seus dois elementos organicos, Grecia e Roma, appresenta dois aspectos de Civilisação bem caracterisados, que, como observou Littré, se reconhecem nas differenças entre Homero e Virgilio, entre Euripides e Seneca, Menandro e Plau-

to, Demothenes e Cicero, Thucydides e Tacito, Milciades e Scipião, Alexandre e Cesar. O Christianismo syncretisou estes elementos nos seus dogmas ou o hellenismo, e organisação social, o romanismo; por esse mutuo influxo que apparentemente renegava, foi incorporando na mesma doutrina as raças gauleza, germanica, ligurica, iberica e celta, na longa transição da Edade média. Mas essa unificação religiosa chamada a *Christandade*, avançava no seu desenvolvimento para uma Renascença greco-romana, o *Humanismo;* tal foi o assombroso phenomeno do seculo XIII, que falhou por falta de sciencias positivas. Mas esse fundo da cultura greco-romana actuou mais persistentemente nos cinco grupos cooperadores da Civilisação moderna — a Italia, a França, a Inglaterra, a Allemanha e a Hespanha; através dos caracteres nacionaes, a Renascença classica imprimiu-lhes um mesmo espirito de admiração das fórmas bellas e da imitação, e uma certa obliteração do *germanismo* que preponderou na sociedade feudal em toda a Edade média. A Renascença designa o momento historico em que se effectua esta nova unidade da Civilisação moderna. O *germanismo* reapparecerá na fórma do Imperialismo nas Monarchias absolutas, levadas pelo sonho da *Monarchia universal;* Carlos V, para realisar o Santo Imperio romano, abandona o germanismo da Refórma, ou o seu intuito nacional, para se fortificar com a unidade catholica com quem se liga. Mas, ainda através de todas as dissidencias religiosas, politicas e internacionaes, a Renascença classica era seguida nas Mo-

narchias absolutas, na Egreja catholica, nas democracias, entre os protestantes e livre-pensadores, com o mesmo enthuziasmo, brilhando pelo contraste com todos esses conflictos. Fóra da Egreja existiu uma Grecia e uma Roma, representadas pelos poetas, pelos philosophos e sabios, que tinham alcançado a verdade moral independentemente de toda a revelação, unicamente pelo sentimento humano. O conhecimento d'estes monumentos do passado, que estavam obliterados nos seculos mediévos em que a Egreja fôra a eschola exclusiva, foi uma Renascença da Humanidade, porque realisava a concordia entre a Europa germanica e a Europa romana, que tinham sido sempre antagonicas na marcha social. Agora era necessario uma acção commum, determinada pelos Descobrimentos dos Portuguezes, que tambem vieram authenticar que occupava o globo uma Humanidade mais vasta do que essa que se comprehendia sob o nome de Christandade. Os espiritos mais eminentes da Renascença eram altamente tolerantes, temperando os impetos violentos e sanguinarios dos poderes que se conflagravam. Tres instrumentos technicos deram á Renascença a segurança e perpetuidade do seu influxo; a *Bussola*, a *Imprensa* e o *Telescopio;* são os tres arietes com que o saber formalista da Edade média é dissolvido, e a consciencia é libertada da immobilidade dos dogmas, alargando-se a propria sociedade pelo mundo. A *Bussola* dirige as Navegações desvendando o Mar Tenebroso, por — mares nunca d'antes navegados, circumdando o globo; a *Imprensa* vulgarisa as maravilhas das

litteraturas classicas de pura inspiração humana; o *Telescopio* conquista os céos pelo reconhecimento das Leis astronomicas, destruindo todos os pedantismos e pezadelos da Astrologia. Diante de tantos factos positivos, Leonardo de Vinci formúla o principio, que é a base de todas as Sciencias — fundar o conhecimento na série das inducções. O espirito moderno tornaria a ser perturbado pelas reacções dos poderes, mas jámais extincto, como se viu nos cataclysmos sociaes do fim do seculo XVI, e nas grandiosas syntheses philosophicas do seculo XVII.

Na sua esplendida unidade, a Renascença appresenta variedades em que se revelam os caracteres nacionaes do complexo genio europeu. Ha uma *Renascença italiana*, essencialmente philologica e artistica; ha uma *Renascença franceza*, em que a paixão do hellenismo lhe imprime a disciplina do gosto, e o romanismo a comprehensão da independencia da esphera civil; ha uma *Renascença allemã*, em que através da erudição litteraria predomina o intuito social. Em todas estas manifestações da Renascença brilha singularmente o genio portuguez, desabrochando livremente com altas capacidades no estrangeiro, ao passo que em Portugal se estava em um occaso mental, de que tanto se queixam alguns dos nossos quinhentistas. André de Resende, que estudou na Italia, viajou pela Europa e frequentou a convivencia dos principaes eruditos da primeira metade do seculo XVI, na sua Oração de Sapiencia, recitada na Universidade de Lisboa em 1534, estimula a mocidade a seguir esse movimento

da Renascença, appresentando-lhe o exemplo: «não só na Italia, creadora d'estes estudos, mas tambem da França, da Inglaterra, da Allemanha, n'esta nossa edade disputando a palma das lettras á Italia, e finalmente a Polonia, a mais atrazada de todas as terras antigamente.» Vieram bons philologos para mestres dos princepes, como o hellenista Nicoláo Clenardo; Erasmo chegou a ser convidado por Dom João III, mas o imperialismo de Dom Manoel e o fanatismo de Dom João III abafaram logo esse espirito que na Peninsula se chamou o *Erasmismo.*

Representando o *Humanismo italiano*, que começa pela ida de fidalgos portuguezes á Italia ouvir as lições de Angelo Policiano, como se sabe por uma carta d'este humanista a Dom João II sobre a applicação dos dois filhos do Chanceller João Teixeira, [1] apparece logo Estevam Cavalleiro professor de grego e latim na Universidade de Lisboa, tendo lá ido aperfeiçoar-se nas disciplinas do Helle-

---

[1] «Angelo Policiano faz menção de dois Teixeiras, ao passo que Hermigio Caiado, vivendo então em Florença, nos faz crêr que eram tres; porém á vista do que consta do proprio Caiado na sua Ecloga VII, que dedicou a Alvaro Teixeira, um dos tres, fica o nó bem desatado, e logo se conhece que tanto Policiano como Hermigio disseram a pura verdade. N'aquella dedicatoria se menciona Luiz Teixeira *eloquentiae ipsius alumnus*, mas Tristão Teixeira (continua o poeta) = a quem eu dera o nome pastoril de Thyrso, faleceu em Bolonha aos dezenove annos de edade, não sem lucto e magoa não sómente vossa, porém a mais subida da parte de quantos o trataram e conheceram, e que eram testemunhas dos purissimos costumes, vida regular, pericia

nismo. Foi seu glorioso discipulo André de Resende.

Ayres Barbosa, natural de Aveiro, depois de frequentar Salamanca, foi frequentar os estudos com Angelo Policiano em Florença, tendo ahi por condiscipulo João de Medicis (Leão x). Regressou a Salamanca para reger uma cadeira de Rhetorica, e depois de grego e latim, na doce intimidade intellectual do celebre Antonio de Nebrixa. Cabe-lhe a gloria de ter sido o iniciador dos estudos hellenicos na Peninsula. Depois de aposentado em Salamanca, D. João III o chamou a Lisboa para mestre dos cardeaes Dom Affonso e D. Henrique, falecendo em 1530. Era um eximio poeta latino.

André de Resende, continuador de Ayres Barbosa, é o fundador da Archeologia classica em Portugal, interpretando pelos textos dos geographos gregos, pelos historiadores romanos, e monumentos epigraphicos do solo patrio as antiguidades da Lusitania. D. Pedro de Mascarenhas, embaixador de Portugal em Roma, protegeu muito a André de

---

em ambas *as linguas grega e latina*, e grande saber de ambos os direitos Civil e Canonico=.» *(Eglogae et Silvae Hermici.* Bononiae, 1501.) — «D'estes irmãos foi Luiz Teixeira Lobo o mais celebre, assim na Italia, onde chegou a occupar em Ferrara a instancia do Duque Hercules 2.º a cadeira de Prima de Leis, como em Portugal, onde foi mestre do princepe D. João, depois rei Dom João III; e subiu aos logares mais conspicuos da magistratura.» (Frei Fortunato de San Boaventura, *Litteratos portuguezes em Italia*, p. 82. Ed. Antonio de Portugal.)

Resende, assistindo no seu palacio quando esteve em Bruxellas. Ahi, diante de Carlos V, em uma festa pelo nascimento do Infante D. Manoel, se representou em 1532 o *Auto da Lusitania*, de Gil Vicente, ao qual assistiram Damião de Goes e mais quarenta e outo portuguezes. André de Resende fez a descripção d'essa festa e representação no poemeto latino *Genethliacon Principis Lusitani, ut in Gallia Belgica celebratum est*, — Mense Decembri, MDXXXII. Quando D. Pedro de Mascarenhas acompanhou Carlos V na expedição contra os Turcos em 1529, o embaixador levara comsigo André de Resende.[1] A sua amisade por Erasmo a quem foi visitar, o tornou suspeito á reacção catholica suscitada por Carlos V contra Erasmo, e foi elle uma das primeiras victimas da monopolisação do ensino pelos Jesuitas, sendo fechada por ordem regia a sua eschola em Evora. Cabe a André de Resende, a gloria de ter formado o nome patronymico de *Lusiadas*, com que Camões, conhecedor dos estudos da archeologia classica intitulou a Epopêa nacional. Um dos maiores discipulos de André de Resende, Achilles Estaço, nascido em 1524 e falecido em 1581, periodo que abrange toda a vida de Camões, preferindo á carreira das armas a das lettras, frequentou Louvayna, a Universidade de Pa-

[1] No Nobiliario de Alão de Moraes, vem apontado André de Resende como filho de André Vaz de Resende, residente em Evora e de Leonor Vaz de Goes. No seu testamento de 1 de Dezembro de 1573, declara que ao tempo que o fazia contava sessenta e sete annos.

ris, e em Flandres terminou os seus estudos philologicos. Regeu uma cadeira na Universidade da Sapiencia de Roma; bibliothecario da Livraria manuscripta do Cardeal Sforza, Pio IV o nomeou secretario do Concilio de Trento, de que se excusou, e Pio V o tomou para seu secretario das cartas latinas dirigidas a reis e principes. Dom Sebastião e o Cardeal Dom Henrique o convidaram para ser seu secretario; preferiu ficar em Roma commentando os textos de Cicero, Horacio, Catullo, Tibullo, Callimacho, e traduzindo as obras dos Padres da Egreja que escreveram em grego. Muitos outros humanistas portuguezes ficaram na Italia, nas escholas de Medicina e Direito, que eram animadas do mesmo espirito de erudição classica.

Na Renascença italiana não fôram os portuguezes meros discipulos; figuram tambem como cooperadores. O Cardeal D. Miguel da Silva, embaixador de D. Manoel e D. João III, grande amigo do Cardeal Farnese, (Paulo III) foi protector do desenvolvimento da typographia grega em Roma; ahi imprimiu Zacharias Calliergi em 1515 os *Idylios* de Theocrito, e ao dedicar a D. Miguel da Silva a sua edição *De Atticey vocibus graece*, declara quanto fôra por elle pecuniariamente auxiliado pelo muito aprêço que dá á litteratura grega; n'este mesmo livro o humanista Lactancio Tolomei, endereçou-lhe em versos escriptos em lingua grega um caloroso elogio. Por causa de ter recebido o barrete cardinalicio, malquistou-se com Dom João III, que lhe tirou o bispado de Viseu; e Carlos V, para comprazer com o cunhado não

o quiz receber como Legado a latere. [1] Muitos portuguezes deixaram nome nas escholas e Universidades de Italia, na Medicina e Jurisprudencia, que ensinaram; em 1505 professava em Padua direito civil Jeremias portuguez, citado com louvor por Facciolati; em Mathematica brilhou em Roma Rodrigo, que faleceu da peste que succedeu ao Saque de Roma em 1527; Martinho de Figueiredo, auctor de um *Commentario á Historia natural* de Plinio, de 1529, distingue-se na Universidade de Bolonha, segundo affirma o seu contemporaneo Hermigio Caiado; Gaspar Lusitano regenta em Pisa, por 1550; Thomé Corrêa professa letras humanas em Palermo e successivamente em Roma e em Bolonha de 1586 a 1595, em que faleceu. João Vaz Castello Branco substitue Moreto na cadeira de Rhetorica, na Sapientia romana; e Diogo Pires, que se correspondia com Erasmo, era recommendado pelo cardeal Roberto Nobili como *«un gran poeta e gran letterato greco e latino.»* A realeza, que favorecia a paixão dos estudos humanistas, a ponto de Dom Manoel não admittir ao serviço do paço quem não appresentasse certidão de ter estudado latim, [2] começou a considerar perigosos esses conhecimentos e a desestimar os eruditos que

---

[1] Frei Fortunato de San Boaventura, *Litteratos portuguezes em Italia*, p. 106. (Ed. Faria.)

[2] Carta de D. Manoel de 22 de Janeiro de 1500, para que nenhum moço fidalgo seja apontado nem paga sua moradia sem a certidão do mestre de Grammatica. (Provas da *Hist. Genealogica*, t. II, p. 381.)

estudaram fóra de Portugal. De Hermigio Caiado, escreve Barbosa, que tendo florescido em Bolonha na jurisprudencia, ao ser preterido em Portugal em logares da magistratura, morrera de desgosto em Bemfica. Seria esta desestima que motivaria o deixarem-se ficar tantos portuguezes no estrangeiro na epoca da Renascença; pelas queixas de André de Resende, na *Oratio pro rostris*, infere-se isso. Dom João III convidou Paulo Jovio para escrever em latim a Historia de Portugal, ao que observa Fr. Fortunato de San Boaventura: «quando lhe bastaria André de Resende, cujo estylo e correcção de linguagem se avantaja muito á de Paulo Jovio, e já n'esses dias Jeronymo Osorio mui dignamente poderia encarregar-se da mesma tarefa.» [1]

No *Humanismo francez*, o Collegio de Santa Barbara foi um fóco da mais intensa cultura humanista, dirigido pelos celebres pedagogistas portuguezes Diogo de Gouvêa, seu sobrinho André de Gouvêa, e Diogo de Gouvêa o novo; d'esse Collegio sahiram os grandes humanistas francezes, como Rabelais; Montaigne foi discipulo de André de Gouvêa no Collegio de Bordéos, chamando-lhe nos seus Ensaios *le plus grand Principal de France*. Diogo de Gouvêa, o velho, foi do numero dos *estudantes de El-rei*, que iam subsidiados estudar para Paris; tornou-se celebre pela sua atilada direcção do Collegio de

[1] *Id.*, *ib.*, p. 81.

Santa Barbara. Recommendou a Dom João III que pedisse a Ignacio de Loyola, que fôra seu discipulo, para que lhe enviasse alguns dos seus associados para missionarem na India. Um dos padres foi Francisco Xavier, denominado o Apostolo das Indias. Diogo de Gouvêa veiu morrer em Portugal de provecta edade em 1557, deixando um tratado manuscripto contra Luthero. O sobrinho Diogo de Gouvêa, o moço, foi nomeado por Dom João III theologo para o Concilio de Trento, em 29 de Septembro de 1551. André de Gouvêa, Antonio de Gouvêa e Marçal de Gouvêa fôram estudar na Persia sob a direcção do velho tio; André ficou o Principal do Collegio de Santa Barbara, sendo em 1534 chamado para reformar o Collegio de Guienne, que elevou ao maximo esplendor. Na Refórma dos estudos humanistas em Portugal, Dom João III chamou a Mestre André de Gouvêa em 1545 para vir fundar o *Collegio Real;* grandes desgostos, pelas intrigas jesuiticas lhe precipitaram a morte em 9 de Junho de 1548, vindo o *Collegio Real*, já sob o principalato de Diogo de Teive, a ser entregue aos Jesuitas em 1555, que o transformaram no *Collegio das Artes*, de Coimbra, d'onde fizeram a base dos assaltos contra a Universidade. Antonio de Gouvêa tornou-se o celebre jurisconsulto humanista, admirado por Cujacio e memorado pelo triumpho sobre Pedro Ramus pela defeza de Aristoteles; além dos seus commentarios juridicos, commentou Cicero, Virgilio e Terencio, com recensão dos textos. Marçal de Gouvêa, com não menor merecimento, ficou na sombra depois do occaso das letras hu-

manas sob os Jesuitas. [1] O bispo D. Antonio Pinheiro regeu uma cadeira de Rhetorica, em Paris, e escreveu um commentario ás *Instituições* de Quintiliano, applaudido pelos eruditos contemporaneos. De Paris é chamado Ignacio de Moraes, por carta de D. João III de 21 de janeiro de 1541 para vir reger a cadeira de Grammatica em Coimbra; e foi-lhe confiado o encargo de lêr n'essa Universidade uma cadeira de Poesia. Era de Poesia latina que se tratava; sendo Ignacio de Moraes admirado pelos principaes humanistas coévos, como Jeronymo Cardoso, André de Resende, Antonio de Cabedo, Pedro Sanches e Manoel da Costa.—«Foi muito crescido o numero dos nossos poetas que escreveram em latim; basta dizer que na Carta de Pedro Sanches a Ignacio de Moraes, onde se tece um catalogo dos nossos Poetas latinos, chegam estes ao numero de cincoenta e nove, e é de crêr que fôssem muitos mais, visto que aquella carta achou-se mutilada, e assim se estampou. [2] Toda esta phalange de humanistas que formavam o *Collegio de Mestre André* foi denunciada á Inquisição pelos Jesuitas, dispersando uns, Guerente, Elie Vinet, Arnaud Fabricio, e outros prezos pelo Santo

---

[1] Já em 1524 um Pedro Fernandes, de Evora, figurava em Paris como um eminente professor de latim. (Barbosa, *Bibl. lus.*, III, 576.) Parece que os Gouvêas recrutavam o seu corpo docente entre os fortes eruditos de Evora.

[2] Fr. Fortunato de San Boaventura, *Op. cit.*, p. 86.

Officio e processados, como Bucchanam, Diogo de Teive e o Dr. João da Costa. O jesuitismo fôra organisado por um alumno do Collegio de Santa Barbara; ahi os Gouvêas crearam a vibora que veiu destruir em Portugal a sua fecunda disciplina pedagogica. [1]

O *Humanismo allemão* é representado na Renascença portugueza por Damião de Goes, a quem se póde applicar esta fina observação de Edgar Quinet, que os grandes escriptores e poetas do seculo XVI são extraordinarios homens de acção. Nascido em Fevereiro de 1502, como o declara no processo inquisitorial a que foi submettido aos setenta annos, andou desde 1523 occupado em laboriosas missões diplomaticas; viajou por toda a Europa, percorrendo com espirito curioso e ávido de se instruir os Paizes Baixos, a Dinamarca, Suecia, Noruega, Polonia, Russia, Allemanha, Suissa, Italia e França. D'essas terras mandava informações e obras artisticas, e adquiriu seguro conhecimento dos interesses politicos que se estavam coordenando em um novo equilibrio europeu, que lhe dá o relêvo da sua *Chronica do rei D. Manoel.* Fixou a residencia em Anvers, e pela paixão dos estudos humanistas recusou o importante cargo da Thezouraria da Casa da India. As suas relações intellectuaes alargaramse, com os principaes sabios e artistas da Renascença, principalmente com Erasmo, de

[1] Todo este quadro do Humanismo francez em Portugal está largamente tratado na *Historia da Universidade de Coimbra*, t. I: *O Collegio Real.*

quem foi hospede durante quatro mezes e com quem conservou uma correspondencia luminosa. Oláo Magnus, Joannes Magnus, o artista Glarean, o cardeal Sadoleto, Bembo e Paulo III, Melanchton e Luthero, trataram-o com egualdade, no conflicto das ideias, na phase ainda não intransigente da Refórma; em 1531 ouvia Pomeranus em Lubeck, e conversava com Luthero em Dantzic; as questões theologicas o fizeram permanecer em Louvain nove mezes, sendo chamado por D. João III a Portugal em 1534. As cartas que lhe dirigia Erasmo provocaram-lhe a saudade d'essa vida intellectual, voltando á Allemanha em 1535, para ir em seguida completar os seus estudos na Universidade de Padua. D'aqui partiu Damião de Góes para ir assistir aos ultimos momentos de Erasmo. Voltou para Louvain onde se casou, com Joanna de Hargen, entregando-se aos seus trabalhos litterarios. E' então que publica em 1541 o seu livro, *Fides, Religio et Mores Aetiopum*, dedicado ao papa Paulo III. Em Portugal entendeu o Cardeal-Infante Dom Henrique, Inquisidor geral, prohibir esse livro: «Por ser cá ordenado que *os livros novos que vierem de fóra* primeiro que se vendam sejam vistos por um official da Santa Inquisição.» Por este documento que está no processo do Chronista, se vê que o cardeal D. Henrique, o discipulo do humanista Clenardo, estabelecou a Censura litteraria, tendo mandado formar um catalogo dos Livros prohibidos, *Rol dos Livros por elle defesos*, que se publicou em 11 de Julho de 1541, e se repetiu ampliado em 1561, 1564, 1582, deturpando todas as obras dos nossos

Quinhentistas, que fôram dadas á estampa depois que, como escreve o poeta Dr. Antonio Ferreira na Carta III:

> Escuro e triste foi aquelle dia
> Que ao saber e valor hũ juiz foi dado,
> Que nunca ao claro sol olhos abria.

Conciliando a vida especulativa com a actividade, distinguiu-se Damião de Goes dirigindo os estudantes na defeza de Louvain, que estava sitiada. Em 1545 Dom João III, vendo a importancia com que é considerado, chama-o a Portugal para lhe confiar a educação do princepe Dom João, unico filho sobrevivente e seu herdeiro. E' então que a intriga viperina do jesuita P.e Simão Rodrigues o afasta d'essa missão pedagogica, alarmando a consciencia do monarcha não já pelo seu *erasmismo*, mas por ter conversado com Luthero e Melanchton. Dom João III compensou-o com a nomeação de guarda-mór da Torre do Tombo, e o P.e Simão Rodrigues apresentou contra elle uma denuncia secreta á Inquisição, que surtiu o seu terrivel effeito depois da morte do rei. Foi bruscamente arrancado á sua familia em 1571, e arrojado ao carcere infecto da Inquisição, onde em extremo desconforto, aos setenta annos, se viu coberto de sarna e ozagre. O Cardeal D. Henrique, o que vendeu Portugal aos Castelhanos, como diz a cantiga popular, mandou deturpar a sua *Chronica de D. Manoel*, e depois de condemnado como heretico e lutherano a carcere perpetuo em outubro de 1572, foi mandado

para sua casa, onde o acharam morto mysteriosamente em 30 de Janeiro de 1574.[1] A data de 1571, em que foi preso o insigne humanista, accusa a intensidade do fanatismo, em que Philippe II e Pio V com a Republica de Veneza, formaram a Liga contra o poder ottomano; é sentenciado depois do triumpho de Lepanto em Agosto de 1572; a sua morte corresponde a esse furor sangrento da Saint Barthelemy, cuja matança foi celebrada em Portugal com Te Deum e luminarias.

Na sua revolta contra a hierarchia catholica, Luthero, que na Universidade de Erfurt estudára as lettras humanas em Cicero, Virgilio, Tito Livio e Plauto, não cessa de proclamar o seu desdem pela cultura humanista, negando que elle seja um *latino*, um *grammatico* ou mesmo um *ciceroniano*. E comtudo, o que apparece na sua polemica religiosa, alludindo á historia, á politica ou jurisprudencia, provém d'essas reminiscencias classicas. Se a Refórma em vez de ficar reduzida a birras de sacristia, como no principio a caracterisou Erasmo, exerceu acção social, foi por esse *espirito moderno*, de dignidade civil, de individualismo harmonisado com a concordia humana renovada pelo renascimento da cultura greco-italica. Luthero, educado na philosophia escholastica e na dialectica formalis-

[1] Todos os materiaes para o conhecimento historico de Damião de Goes têm sido publicados por Joaquim de Vasconcellos, G. J. C. Henriques e Dr. Sousa Viterbo.

ta, confundiu este vicio mantido nas polemicas theologicas com as doutrinas de Aristoteles, ao qual chamava no seu desdem monachal *Aristultos*. O espirito de revolta contra a civilisação hellenica levava-o a atacar o seu mais alto representante philosophico; esse mesmo rancor manifesta-se em França em Pedro Ramus, propondo-se sustentar a these: «Que tudo quanto disse Aristoteles fôram estultices.» Cabe ao portuguez Antonio de Gouvêa a gloria de ter feito reconhecer perante a Universidade de Paris a supremacia mental de Aristoteles, separando os seus textos authenticos da confusão dos commentarios e absurdas apostillas dos alexandrinos e dos arabes. A comprehensão da obra de Aristoteles tornou-se mais lucida á medida que foi prevalecendo a corrente scientifica da Renascença, continuando os pares scientificos da Mathematica e Astronomia grega. Pela sua nulla educação scientifica deblaterava Luthero especialmente contra a *Meteorologia* de Aristoteles, porque ahi formulara o principio—que tudo quanto se manifesta na natureza provém de causas naturaes. Luthero revoltava-se contra o principio, porque para elle o arco-iris era o aviso de que estavamos livres do perigo de outro diluvio; que os cometas eram avisos aterradores da divindade; os meteoros, dragões volantes produzidos por espiritos maleficos; nas côres do iris, o amarello era para recordação do fogo no juizo final. Tudo isto se repetia, emquanto se elaborava a concepção positiva do mundo sobre os conhecimentos adquiridos pelas Navegações dos Portuguezes. Era preciso que n'esse movimento de emancipação

das consciencias existisse um determinismo que era posto em acção mesmo por capacidades inconscientes.

Não foi pelo individualismo germanico que se originou a Refórma, mas pelo seu mysticismo de raça emquanto ao sentimento, ou abstracção emquanto á intelligencia. Jacob Grimm, na sua *Mythologia allemã*, fundava no genio germanico em antagonismo contra a cultura latina, a causa immanente do Protestantismo, que veiu a predominar nos tres ramos teutonicos, Germanos, Scandinavos e Anglo-Saxões. Esse antagonismo derivou-o emquanto ao espirito religioso d'essa independencia do genio da Raça, descripto por Tacito, que considerava os templos como prisão dos deuses, consagrando as forças naturaes das florestas e dos montes como fórmas de adoração para o seu sentimento deísta. Na obra de Luthero, o sentimento da Natureza é que o leva a certos rasgos que só um espirito philosophico poderia ter; elle reconhece a dignidade do casamento e da familia, rompendo com o celibato clerical, toma o padre como um homem vivendo pela sociedade, e despresa vivamente o monachismo. Em harmonia com o genio germanico, a Biblia é interpretada allegoricamente contra o dogma das auctoridades patrologicas. Luthero segue as doutrinas mysticas como Tauler, despresando as *obras* e antepondo-lhes a *graça*, segundo San Paulo e Santo Agostinho, já seguidas no seculo XV por João Gerson, Huss, e Wessel de Groningue. Como Erasmo interpreta a Biblia philologicamente como um documento, e assim os demais humanistas, Lu-

thero detesta-o, seguindo o sentido allegorico e tropologico. N'este capricho da imaginação consistia o livre-exame da Refórma, convertendo a exegese em grammatical ou historica segundo a conveniencia. Na lucta da Egreja contra o Protestantismo, sustentada pela Companhia de Jesus, toda a theologia da *Graça efficaz* foi atacada e substituida pela justificação pelas *obras*, (penitencias e indulgencias) que se tornou a base da sua moral accomodaticia. Para Luthero, a *Graça* merecia-se pelo impulso intimo do individuo, salvando-se pela Fé; *Fides sola justificat*. A alma germanica acordava no seu *ethos* para revelar-se como nacionalidade; a Refórma, abandonada por Carlos V pelo Acto de 26 de Maio de 1521, dá a vibração sentimental religiosa ás aspirações do *germanismo* (separado do Imperialismo) inspirando os artistas, como Lucas Cranach, Albrecht Dürer, poetas como Hans Sachs, o principal dos *Maester Sangers*, e Ulric de Hutten, philosophos e humanistas como Reuchlin e Melanchton. N'esta corrente creadora de revivescencia germanica, Luthero cria a prosa allemã, na poderosa traducção da Biblia, e nos Coraes sacros dá o impulso para o desenvolvimento do *Lied* popular que vinha dar expressão ao genio musical da Allemanha. A influencia da publicação da *Germania* de Tacito, viera revelar á Allemanha a consciencia da sua tradição ethnica; e na lucta entre o Sacerdocio e o Imperio, em que o nacionalismo e o espirito secular se accentúam na eleição de Carlos V pelos magnates teutonicos, Hutten vê n'elle um Arminio, symbolisando as luctas da raça germanica contra

Roma. [1] A Allemanha da Refórma proseguiu no seu fecundo engrandecimento nacional, e o Ocidente atrazou-se pelas tremendas reacções do imperialismo de Carlos v. A dictadura monarchica funda-se na Europa do seculo XVI pelo estabelecimento dos *Exercitos permanentes*, organisação militar inventada pelos Turcos e causa dos seus triumphos. Quando a Europa, pelos altos progressos intellectuaes e emprezas economicas avançava libertando-se do prestigio das ficções theologicas, adquirindo o espirito novo pela verificação das verdades racionaes, os seus chefes temporaes retrogradavam á imitação do poder da Turquia.

A Refórma na Inglaterra, que leva a dissidencia á separação da dependencia de Roma sob Henrique VIII, foi mais do que um arbitrio monarchico, foi uma revelação do *nacionalismo;* era o genio germanico immanente na raça saxonia, repellindo a auctoridade romanista. N'essa lucta, que se particularisa contra a Hespanha, (fóco da reacção catholica) a Inglaterra torna-se uma potencia ante o equilibrio europeu; Shakespeare apparece como a synthese da alma britanica, a expressão completa do genio da nacionalidade ingleza.

O problema da Refórma em Hespanha e Portugal appresenta um aspecto especial; no seculo XVI, os tres monarchas Carlos v, Fran-

---

[1] Michelet, diante do brutal imperialismo germanico de Bismark, notava que esta não era a Allemanha de Jacob Grimm.

cisco I e Henrique VIII disputam, na corrente do humanismo que domina todas as intelligencias, qual hade possuir a Erasmo nos seus estados. Tambem Dom João III procurava attrahir Erasmo a Portugal. Erasmo era visitado por hespanhoes e portuguezes como Luiz Vives, Damião de Goes e André de Resende; um louvor de Erasmo era um titulo de superioridade mental.

A simples erudição dos Humanistas sob a influencia de Erasmo, conduzia fatalmente pela recensão critica dos textos á sua interpretação critica doutrinaria, que provocava as dissidencias theologicas. Era o primeiro passo para a Refórma da disciplina da Egreja, cuja necessidade era reconhecida pelos espiritos orthodoxos. Essa aspiração a uma Refórma manifestara-se no seculo XV, nos Concilios de Pisa, de Constança e Basilêa, assembleias constituintes da soberania papal, com os poderes plenos de alterar as bases dogmaticas da religião. Os Papas pozeram-se em antagonismo com os Concilios, impondo a sua soberania acima dos seus poderes constituintes, e procedendo como princepes temporaes na vida luxuosa e desenvolta. O espirito da Refórma, que visava a disciplina, exacerbou-se com as dissipações da côrte romana, e no principio do seculo XVI visou directamente a hierarchia ou o proprio pontificado. Reclama-se de toda a parte um Concilio; os Papas illudem em quanto pódem essa reclamação, que veiu a ser attendida na convocação do Concilio de Trento. Escrevia Edgar Quinet: «No intervallo de duas gerações a Refórma explodiu, não como um rumor surdo, uma censu-

ra timida, mas n'uma scisão estrondosa, triumphante. O Norte rompeu com o Meio Dia; a Egreja dividiu-se; precisando reunir forças para defender-se, d'este momento em diante começa a reacção do Catholicismo ameaçado de succumbir pela surpreza;...» (*Rev. d'Italie*, p. 398.)

O primeiro momento da Refórma foi denominado em Hespanha pelo *Erasmismo*; as obras do grande humanista fôram espalhadas em Hespanha por Luiz Vives, que frequentara em Paris os cursos de philosophia, relacionando-se pessoalmente com Erasmo em Louvain, constituindo então com Budeus o valente triumvirato do Humanismo. A leitura dos Evangelhos facilitada ao vulgo pelas traducções do texto grego, com commentarios, acordava nos espiritos meditativos a critica. A auctoridade do padre cessava ante o crente, que na sua effusão religiosa avançava por si ás fontes da revelação. Os *Erasmistas* não apoiavam Luthero, seguiam a auctoridade da Escriptura. O celebre Nebrija, renovador dos estudos philologicos em Hespanha, preconisava a leitura dos livros sagrados como meio de acabar com o scholasticismo dos theologos; era o amigo intimo de Ayres Barbosa na Universidade de Salamanca. Chamavam-se *romanistas* estes humanistas que insinuando a extirpação dos abusos na Egreja, mas sem se revoltarem contra Roma, estabeleciam uma natural relação entre a Renascença e a Refórma. A influencia de Erasmo é continuada por Alfonso de Valdez, resistindo sempre contra as doutrinas de Luthero. João de Valdez, seu irmão, que fôra

expulso de Hespanha pelo seu mysticismo reformador, por 1530 fixou a residencia em Napoles, onde exerceu um enorme influxo n'esta fórma de agitação religiosa. Ainda em Hespanha, publicou o seu *Dialogo entre Mercurio e Caronte* (edição sem data) sobre o qual Gil Vicente compoz em fórma dramatica o *Auto da Barca do Inferno*, representado na côrte portugueza em 1517; ahi diz um personagem, quando entra para a Barca e vê um fidalgo n'ella:

> Sancta *Joanna de Valdez*,
> Ca he vossa Senhoria.
>
> (*Ob.*, I, 223.)

E tambem o Companheiro do Diabo, referindo-se á alcoviteira Brisida Vaz:

> Diz que não hade vir cá
> Sem *Joanna de Valdez*.
>
> (*Ib.*, p. 231.)

No *Auto da Feira* ataca Gil Vicente a simonia da Côrte de Roma causticamente, o que leva a inferir o sentido ironico com que alludia ao mysticismo reformador de João de Valdez. Essa corrente mystica, que vinha do seculo XV, chegou a organisar-se em Italia. No meio das pompas sensuaes de que se cercou Leão X, favorecendo a paixão pelas obras artisticas do paganismo e um scepticismo mundano, algumas dezenas de padres conspicuos se reuniam na egreja de S. Sulpicio e Dorothéa, formando espontaneamente uma Associação intitulada *Oratorio do Amor divino*,

conferindo entre si sobre a doutrina evangelica, discutida pelos humanistas. Caracciolo, biographo de Paulo IV, falla d'esta tentativa ingenua de regeneração christã, semelhante ás primeiras aspirações protestantes. E' normal vêr os grandes espiritos da Renascença manifestarem-se catholicos, os humanistas pela sua tolerancia, os poetas pelo idealismo neoplatonico, considerando o bello um dogma equiparado á fé. N'esta identidade de emoção, encontram-se cardeaes, como Bembo e Sadoleto; artistas, como Raphael e Miguel Angelo; poetas, como Sanazzaro, Sá de Miranda, Camões e Tasso. E não é para admirar que nas suas obras empreguem na mesma idealisação os Symbolos do Paganismo syncretisados com os do Christianismo. Pomponat, Montaigne, Erasmo e Scaligero, pela cultura humanista attingiam um estado moral de tolerancia diante das questões theologicas, mostrando-se pelo seu indifferentismo mais liberaes do que aquelles que proclamavam a Refórma. E esse indifferentismo fomentava a transigencia da Egreja pelos estudos da Antiguidade pagã. A separação brusca que se realisou dentro do Catholicismo não foi tanto devida aos Protestantes, sacrificados por Carlos V, que queria a sagração imperial de Roma, mas principalmente ao implacavel facinorismo hespanhol, que Ignacio de Loyola pelo systema da rancorosa perfidia da Companhia de Jesus, modificou n'esta fórma mais consentanea com o tempo, que as hecatombes de Torquemada. Emquanto o Protestantismo procurava regressar ás fórmas do Christianismo primitivo, a Egreja de Roma defendeu-se

pela reacção sangrenta das Guerras de Religião, destruindo todo o esplendor da Renascença, e colligando contra o espirito moderno as Monarchias absolutas da Hespanha e da França.

No canto VII dos *Lusiadas*, como em uma introducção á chegada da armada de Vasco da Gama a Calecut, descreve Camões o estado politico da Europa no periodo mais violento das luctas da Refórma, correspondendo ao momento em que o poeta escrevia. Uma má comprehensão historica d'essas estancias do poema tem querido vêr em Camões um espirito em antinomia com a Refórma. Como um humanista culto e inspirado, elle, como os grandes humanistas italianos, não carecia separar-se da Egreja para apoiar uma renascença christã fundada na justificação pela Fé. No Soneto 236 vem a fórmula nitida do *romanismo* de João de Valdés, que nos define o seu sentimento religioso:

> Cousas ha hi que passam sem ser cridas,
> E cousas cridas ha sem ser passadas;
> *Mas, o melhor de tudo é crêr em Christo.*

Quando Camões se achava no fulgor do talento, vulgarisou-se o livro de João de Valdés *Alphabeto christiano*, impresso na Italia em 1546; n'esse eloquente dialogo escripto para Giulia Gonzaga, duqueza de Trajetto, funda toda a disciplina religiosa no amor de Christo. Pela renuncia ao mundo e pela luz da consciencia, chega-se ao amor de Christo: «A perfeição christa não consiste nas obras, que são a consequencia e não a causa da jus-

tificação; consiste inteiramente no amor de Deus, e Christo é a via real da salvação. — Conhecer Deus por Christo, eis todo o Christianismo.» Era esta doutrina seguida por varios monges franciscanos e augustinianos e homens cultos da Italia; na sociedade napolitana, seguiam com enthuziasmo a doutrina de Valdés, a Duqueza do Camerino, Isabel Manrique, irmã do Inquisidor-mór Manrique, arcebispo de Sevilha, Victoria Colonna, Giulia Gonzaga. Ligava-se esta aspiração religiosa a essa corrente dos grandes mysticos do seculo XV, renovada pelo idealismo e emoção artistica da Renascença. Depois da morte de Valdés em 1541, as perseguições da Inquisição fizeram a dispersão dos seus discipulos, uns exilando-se da Italia e outros morrendo na fogueira. E' a essa nova phase de lucta determinada pela influencia hespanhola, que a Refórma se tornou politica e um assalto contra Roma, destacando o conflicto inconciliavel entre o *Germanismo* e o Romanismo. Como espirito da Renascença, e na sua aspiração romanista, não podia Camões ter sympathia pela Refórma tal como se mostrava anarchica na Allemanha e na Inglaterra, tendo-se ahi manifestado como um triumpho do *germanismo*:

> Vêdel-os ALLEMÃES, soberbo gado,
> Que por tão largos campos se apascenta,
> Do Successor de Pedro rebelado,
> Novo pastor e nova seita inventa.
> Vêdel-o em feias guerras occupado,
> (Que, inda co'o cego error se não contenta)
> Não contra o soberbissimo Othomano,
> Mas por sahir do jugo soberano.

Vêdel-o duro INGLEZ, que se nomêa
Rei da velha e santissima Cidade,
Que o torpe Ismaelita senhorêa,
(Quem viu honra tão longe da verdade!)
Entre as boreaes neves se recrêa;
Nova maneira faz de Christandade:
Para os de Christo tem a espada núa,
Não por tomar a terra que era sua.

....

Pois de ti, GALLO indigno, que direi?
Que o nome Christianissimo quizeste,
Não para defendel-o nem guardal-o,
Mas para ser contra elle e derribal-o!

Achas que tens direito em senhorios
De Christãos, sendo o teu tão largo e tanto,
....

Pois que direi d'aquelles que em delicias
Que o vil ocio do mundo traz comsigo,
Gastam as vidas, logram as divicias,
Esquecidos do seu valor antigo?
Nascem da tyrannia inimicicias,
Que o povo forte tem de si inimigo;
Comtigo, ITALIA, fallo, já submersa
Em vicios mil e de ti mesmo adversa.

(*Lus.*, VII, st. 4 a 8.)

Camões verberava a segunda phase da Refórma, como a deturpara a politica imperial e monarchica nos paizes catholicos, inconciliaveis nas suas ambições, e incapazes de se colligarem contra o poder medonho dos Turcos. O papa Adriano, ainda em 1522 em uma mensagem ao Reichstag de Nuremberg, exigindo a repressão contra os Lutheranos, confessava a dissolução da Curia romana, e prometteu a extirpação dos abusos. Foi impotente o papa, para realisar a Refórma pa-

cifica dentro da Egreja; e desde que a facção jesuitica ou *hespanhola* se constituiu, Paulo III preparou a sua maioria parlamentar do episcopado, e convocou o Concilio para Trento. Os Jesuitas o dirigiram e ahi se fizeram valer. Escreve Quinet: «Em frente da Refórma, a Egreja catholica recuou para a Edade média deliberadamente, e o Concilio de Trento foi a expressão d'esta reacção apaixonada e cega. Em logar dos papas meio philosophos que iniciaram a Renascença, apparecem papas inquisidores, que evocam a Saint Barthelemy.» [1] De facto a um Leão X succedem os Adriano VI, os dois Paulos III e IV, Sixto V, Clemente VIII. Pio V, ex-inquisidor, proclama em 1556 a bulla *In Coena Domini*, declarando o Papa supremo Senhor do Poder espiritual e do temporal sobre os reis e princepes. Era a réplica á eliminação da hierarchia pontifical na Allemanha e na Inglaterra. Illusão perturbadora, porque o *Santo Imperio*, que designava a theocracia pontifical romana, assimillou-se ao *germanismo* imperialista de Carlos V, que abandonou a Refórma faltando ao espirito secular da sua eleição pelos magnates teutonicos. Philippe II continuando o plano imperialista do pae, serve-se da forte disciplina inquisitorial da Egreja para cimentar o seu poder introduzindo a Inquisição nos Paizes Baixos. A educação publica na Allemanha é entregue aos Jesuitas, que estabelecem os seus Collegios em Ingolstadt, Colonia, Praga e Vienna. Vinham

[1] Quinet, *Revolutions d'Italie*, p. 413.

atacar toda a vitalidade da Renascença prevertendo o humanismo. Nos humanistas catholicos da phase sincera, a cultura litteraria subordinava as suas crenças religiosas ao bom senso ou predominio de uma rasão clara, não se lançando em exaltações de um dogmatismo imaginoso de exegetica sobre os textos hebraicos e gregos da Biblia. Observa Jules Soury: «Esses humanistas não eram, como Luthero, homens de fé e de acção; orthodoxos eruditos, prelados ciceronianos e philosophos, eram incomparavelmente mais instruidos e mais livres de todos os preconceitos ecclesiasticos. Foi precisamente esta largueza de espirito, e estes refinamentos de instrucção, que os impediram de reagir contra a Egreja.» N'esta corrente é que se educou Camões, ao qual a reacção violenta tanto lhe repugnava no campo protestante (Allemanha e Inglaterra) como no campo catholico, (França e Italia) como se vê nas estrophes dos *Lusiadas*. Camões imprimiu o seu poema quando já o humanismo da Renascença estava monopolisado pelos Jesuitas no ensino dos seus Collegios, e deturpado no gosto insulso da sua rhetorica fria.

O syncretismo da mythologia pagã com as symbolisações do christianismo, que apparece no poema de Camões e nos poetas da segunda metade do seculo XVI, taes como Tasso (discipulo dos Jesuitas) Lope de Vega e Cervantes, é considerado como consequencia d'esta declinação da Renascença, em que era imposta a censura ecclesiastica, e determinadas imagens para excluirem o emprego das entidades polytheicas. Escreve Tobias

Barreto: «a reacção catholica teve tambem o effeito de acabar com o espirito da Renascença. Os grandes Poetas do tempo de Camões, Tasso, Cervantes, Lope de Vega, prestam-se bem ao estudo d'este phenomeno. N'elles se observa como que o processo de transformação do espirito de uma *epoca*, da mythologia pagã na mythologia christã. Sem fallar na bem conhecida intervenção de Venus em prol dos propugnadores da cruz, cabe aqui recordar que na *Galatêa* de Cervantes, na *Arcadia* de Lope de Vega, os templos dos Deuses e os claustros apparecem ao lado uns dos outros. — A intuição da contra-Refórma só chega a fazer-se completamente valer em Calderon, uma geração depois de Cervantes.»

Carlos V e Philippe II fundaram a sua politica imperialista servindo-se dos dois instrumentos da Egreja, Inquisição e Companhia de Jesus, para o engrandecimento da Casa de Austria. A reacção catholica contra a sociedade civil e o individualismo da Refórma, disciplinada no Concilio de Trento, dissolve a Renascença pela chateza da educação ou intervenção pedagogica dos Jesuitas, e pelo ataque ao pensamento na Censura ecclesiastica. Essa tristeza para que pende o alegre e vigoroso Seculo XVI no seu sensualismo artistico, sentiram-na em Portugal Sá de Miranda e Camões, na Italia Miguel Angelo, e na Allemanha Alberto Dürer, synthetisando-a no seu quadro da *Melancholia*. Camões termina a Epopêa nacional com essa nota realista do occaso da grande época, e resume toda a decadencia de Portugal em: «Uma austera, apagada e *vil tristeza*.»

A Renascença da tolerancia dos humanistas affundava-se nas Guerras de Religião; a admiração dos bellos modelos da Litteratura classica apagava-se ante os ouropeis da falsa rhetorica dos Jesuitas; as ordens architectonicas gregas deturpavam-se com o *baroco*. E como a toda a elabaração das ideias corresponde um movimento social acompanhado de effeitos politicos, a essa dissolução do poder espiritual ante as novas concepções da natureza e da historia, contrapôz-se uma concentração do poder temporal na fórma do *imperialismo*, que estabelecia um novo equilibrio europeu. A fixação do imperio Othomano, alargando-se por todo o Mediterraneo, e a queda da importancia commercial de Veneza, pela passagem do Cabo da Boa Esperança ás Indias orientaes pelos Portuguezes, desmoronaram o velho equilibrio dos estados da Europa; a situação de Hespanha sob Carlos V, pelo seu seu fanatismo catholico e pela necessidade de resistencia contra o poder dos Turcos, deu ao chefe da Casa de Austria todas as condições para encarnar em si as duas tradições do Santo Imperio romano com o Imperio germanico. Carlos V, visando a completar a unidade iberica, realisada pela fusão de Castella e Aragão, com a incorporação de Portugal por meio de casamentos reaes, desposou uma filha do rei D. Manoel, e mais tarde o principe Philippe, que foi o II, com a princeza D. Maria, filha de Dom João III. Um laço commum os aproximava: o exagerado fanatismo, que o proprio Carlos V estimulava na familia real portugueza, provocando em D. João III os esforços para o estabeleci-

mento da Inquisição em Portugal; foi tambem o Geral hespanhol, Francisco de Borja que veiu secretamente a Portugal tratar do juramento de D. Carlos, princepe herdeiro no caso do falecimento do recem-nascido D. Sebastião. Todas as energias heroicas do caracter portuguez estavam empenhadas na fixação do nosso dominio oriental, e o commercio era um monopolio do poder real, que traficava por fórma directa e exclusiva. Todas estas riquezas tornaram-se um meio de corrupção, suscitando a avidez dos confiscos pelos processos inquisitoriaes, e as fundações de mosteiros e dotações opulentas de *mil religiosos diligentes*, como os retrata Camões em um verso immortal. A lucta contra o Protestantismo, e a necessidade de combater o desenvolvimento da marinha dos Turcos, que se tornaram senhores das costas da Grecia, Siria e Africa, e tomado Chypre aos Venezianos, ameaçando as potencias occidentaes, levaram Philippe II a tornar-se o chefe da Santa Liga, da campanha contra os Turcos e das reacções catholicas sangrentas. O espirito de nacionalidade e patriotismo portuguez tinha sido apagado pelo *castelhanismo* da côrte, e pela educação jesuitica de duas gerações em quem imprimiram a intransigencia catholica. Antes de findar o grande seculo em que Portugal, como o principal impulsor da civilisação moderna, attingiu o maximo relêvo das suas energias e capacidades ethnicas, estava reduzido sem violencia á condição de provincia castelhana. O sentimento da raça elevou-se na *Terra Portucalense* á fórma de Nação historica; o apagamento d'esse individualis-

mo ethnico pelo fanatismo hespanhol, absorveu a nacionalidade no imperialismo castelhano ou iberico.

A grande vitalidade que se desenvolve na Hespanha na constituição das Nacionalidades, no fim da Edade média, manifesta-se em todo o seu esplendor no *Estado Portucalense*, erigindo-se em Nação autonoma. Portugal competiu n'esse concurso de uma civilisação nascente com a bella poesia dos Trovadores, com a liberdade civil e politica das Cartas de Foral, com a fundação da Universidade, com o estabelecimento do Ministerio publico. E emquanto Portugal se conservou em antinomia com Castella, chegou á consciencia nacional e á missão historica dos Descobrimentos. A approximação politica de Castella, a começar pelo casamento do filho-herdeiro de D. João II, assignala um tremendo influxo de dissolução. A Litteratura inspirada pela vibração d'essa actividade heroica, brilha em toda a época dos Quinhentistas, mas coincidindo com a marcha simultanea de uma irreparavel decadencia da nacionalidade. A approximação da côrte castelhana descobre esses fermentos lethaes: a Hespanha está dominada pelo fanatismo sanguinario da Inquisição, e os Reis catholicos lisonjeando esse poder como regimen policial, desvairados pelas riquezas da recente descoberta da America, vão demolindo com acinte as instituições e as franquias populares e apossam-se do delirio da *Monarchia universal* na odiosa feição do *germanismo*. O casamento austriaco, de que Carlos V foi o producto, trouxe este espirito de uma monarchia absorvente e exclusi-

va ante a qual a liberdade politica foi eliminada e abafada a liberdade de consciencia. A esta altura é que o rei D. Manoel ligando os seus interesses pessoaes á unificação iberica, realisada em parte por Fernando e Isabel, seus sogros, é envolvido nos planos ardilosos de Carlos V, que trabalhava no seu imperialismo germanico para formar a *Monarchia universal.* Esta vesania de megalomania real tambem atacou o rei D. Manoel, como a Francisco I e a Henrique VIII.

Pela renovação dos estudos da Antiguidade classica, reappareceu nas doutrinas politicas do seculo XVI esse sonho monstruoso da *Monarchia universal.* Começara esta ideia a lisongear os Jurisconsultos que no seculo XIII trabalhavam pela independencia do poder monarchico no conflicto do Sacerdocio e do Imperio. A Eschola de Bolonha sustentou pela primeira vez esta utopia do mundo antigo, e sendo abraçada pelos juristas Bulgarus, Martinus, Jacobus e Hugo, conheceram-se os seus effeitos pelo modo como foi funesta á nacionalidade italiana. A Renascença do seculo XVI avivara o typo politico da Antiguidade — a unidade absoluta do Estado sob a fórma de *Monarchia universal.* Canonistas, philosophos e poetas, dissidentes emquanto a theorias moraes ou artisticas, entendiam se quanto a esta face do novo problema social. Enéas Sylvius, que teve intimidade com o humanista portuguez Ayres Barbosa, nega o direito das nações a uma vida independente, e diz que o Imperio é o Papado na sua fórma temporal; d'aqui deduzindo, que o imperador está acima da lei, sendo um crime desobede-

cer-lhe mesmo quando commette uma injustiça. São tremendos os consectarios; Bellarmino sustenta que «julgar conveniente mais do que um monarcha, é ir cahir no polytheismo.» Rabelais, o violento satirico do seculo XVI, ridicularisou no *Pantagruel* a monomania da *Monarchia universal*, descrevendo este sonho da realeza: «sem resistencia elles tomarão cidades, castellos, fortalezas. Em Bayona aprehendereis todos os navios, e costeando para a Galliza e *Portugal*, pilhareis todos os logares maritimos até *Lisboa*, aonde tereis refôrço de toda a equipagem requerida a um conquistador.» (Liv. I, c. 33.) Se não fôsse a Refórma, com o seu espirito individualista e depois nacionalista, Carlos V realisaria o sonho da *Monarchia universal*. Segundo o livro de Sleidan, *De Quatuor summis Imperiis*, formava a Allemanha a quarta Potencia universal. Os sonhos da *Monarchia universal* espalhavam-se entre o vulgo por meio de prophecias fabricadas com astucia e pelas allegorias apocalypticas applicadas ao poder dos Turcos. Escreve Bayle, apontando Carlos V como um dos reis mais embevecidos n'este ideal cesarista: «Fizeram correr uma *prophecia*, que promettia a este Imperador a derrota dos Francezes, a dos Turcos e a conquista da Palestina...» Antonio Pontes, que em 1535 acompanhara Carlos V á expedição de Tunis, consignou em uma relação d'esse feito, que para augmentar a coragem dos soldados *se espalhou entre elles uma prophecia*. N'esta expedição concorreu a aristocracia portugueza com o Infante D. Luiz, que foi tambem poeta, e o grande galeão portuguez San

João quebrou as grossas correntes que obstavam á entrada da armada na Goleta. E' crivel que depois da tomada de Tunis, no regresso dos nossos expedicionarios viessem essas prophecias, que se parecem pelo seu espirito com as *Trovas* messianicas do Bandarra, conhecidas antes de 1541, e com as que David Pareus introduziu no seu commento ao Apocalypse.

Francisco I, escrevendo a Paulo III e respondendo a accusações de Carlos V, diz: «O Imperador crê que tal é o seu destino, e quer tirar a liberdade a todos, *tanto aos seus amigos* como aos inimigos e *reinar sósinho no meio da dissolução universal.*» Em 1539 o embaixador de França escrevia de Roma, a proposito dos planos de Carlos V: «O papa e toda a côrte romana suspeitam fortemente que o Imperador aspire á *Monarhia universal.*» O casamento do princepe Philippe com a princeza D. Maria, filha de D. João III, era mal visto em toda a Europa, como refere Audin; assim se preparava o abysmo em que iria afundar-se a nacionalidade portugueza.

Para os escriptores estrangeiros, a incorporação da nacionalidade portugueza parecia um facto providencial, para fortalecer a Hespanha fazendo-a resistir ao exclusivismo da *Monarchia universal.* Tavannes, nas suas *Memorias*, mostra pela Geographia que Deus não quer a pretendida Monarchia unitaria: «Vendo emprezas tão bem projectadas acabarem mal, crê-se que é obra de Deus, parecendo que impoz barreiras para que se não ultrapassasse loucamente: á Hespanha, os montes Pyrenneos e o mar; á França, o mar, os Pyrenneos, o Rheno, as montanhas da

Suissa e do Piemonte; a Italia tem o mar e os Alpes.» E continúa depois de ter descripto as fronteiras naturaes: «Deus fez vêr a sua vontade, que era, que estes limites não fôssem falseados, e que se não fizesse um monarcha uno; fez nascer ao mesmo tempo Francisco I, Solimão, Henrique VIII, para os oppôr a Carlos V... De novo parece que Deus continúa n'esta vontade; que a França, a Hespanha e a Inglatarra sejam egualmente poderosas, que se não possam engrandecer com prejuizo das outras; tendo tornado o reino de França pela paz unido, poderoso e formidavel; de outra parte *ajuntou Portugal á Hespanha*, e a Escossia á Inglaterra, para que ellas tenham força e meios de se guardarem egualmente umas das outras, impedirem a *Monarchia* e conservarem o seu estado.» [1]

Ranke, na obra *A Hespanha sob Carlos V e Philippe II*, falla do equilibrio politico europeu fundado sob o terror da Monarchia universal, na fórma do imperialismo germanico: «A ideia do equilibrio europeu tinha-se então desenvolvido de uma maneira particular. Pretendia-se que duas grandes Potencias, cujas forças fôssem pouco mais ou menos eguaes, se mantivessem oppostas uma á outra, para que as potencias de uma cathegoria inferior podessem sempre achar protecção junto de uma ou de outra. A destruição d'este equilibrio conduzia immediatamente para a *Monarchia universal*. Aconteceu assim, que

---

[1] *Mem.*, p. 266, 380, 381. Ap. Laurant, *Études sur l'Histoire de l'Humanité*, t. X, p. 23 a 32.

Philippe II foi insensivelmente aborrecido de toda a Europa, d'aquelles que elle atacava e d'aquelles que o seu poder ameaçava de longe.» [1]

E em outro logar: «O que principalmente trouxe a Philippe II o odio geral e as accusações que pezam sobre a sua memoria, praticou elle nos ultimos vinte annos do seu reinado. Durante este ultimo periodo *apoderou-se de Portugal*, atacou a Inglaterra, intrometteu-se nas perturbações interiores da França, e emprehendeu reunir este reino ás possessões da sua Casa; no espaço d'estes vinte annos devastou os Paizes Baixos com guerras constantemente violentas e felizes, e destruiu a liberdade de Aragão, arruinando totalmente os recursos do seu reino.»

O seculo do verdadeiro esplendor do genio nacional e da litteratura portugueza, chamado dos Quinhentistas, é aquelle em que a liberdade politica era supprimida pela não convocação das Côrtes e as instituições populares absorvidas no absolutismo estupido do vaidoso rei D. Manoel. A grandeza dos Descobrimentos na Africa, Asia e America, dava á *pequena Casa lusitana* os fumos inebriantes da Monarchia universal, motivando os casamentos castelhanos de D. Manoel, Dom João III, princepe D. João, e princeza D. Maria. Pelos casamentos completou Philippe II a grandeza da Casa de Austria. Emquanto os valentes navegadores realisaram em trinta annos as maravilhas dos assombrosos Desco-

---

[1] *Op. cit.*, p. 203-205.

brimentos, os seus monarchas retorciam as malhas em que estrangulariam a liberdade de consciencia e de pensamento, e a propria autonomia da nacionalidade sacrificada á unidade catholica. Estavamos assombrados ante o terror das fogueiras inquisitoriaes, e submettidos á férula do ensino jesuitico; a nação mortalmente ferida ainda se inspirava no grandioso sonho de grandeza maritima para a creação da sua architectura, da sua ourivesaria, do seu theatro, do seu lyrismo incomparavel, da sua prosa, da sua historia, sentindo-se viver n'essas creações estheticas e litterarias. Foi no extremo da decadencia portugueza, no anno da Santa Liga, que se ostentava na matança da Saint-Barthelemy, que esse pensamento já realisado dos Descobrimentos apparece idealisado na Epopêa dos *Lusiadas*, de que fez Camões o pregão immortal do ninho seu paterno. A nacionalidade podia supplantar-se no territorio, mas ficava para sempre rediviva nos espiritos. Camões, que nos tormentos de sua vida observara a grandeza territorial dos dominios portuguezes, sentia-se possuido do mesmo sonho da Renascença, considerando Portugal realisando o *Quinto Imperio* do Mundo, depois das Quatro grandes Monarchias dos Assyrios, Persas, Gregos e Romanos:

> Se do grande valor da forte *Gente*
> *De Luso*, não perdeis o pensamento,
> Deveis de ter sabido claramente
> Como é dos Fados grandes certo intento,
> Que por ella se esqueçam os humanos
> De *Assyrios*, *Persas*, *Gregos e Romanos*.
>
> (*Lus.*, I, st. 24.)

Que eu vos prometto... que vejaes
Esquecerem-se Gregos e Romanos,
Pelos illustres feitos que esta Gente
Hade fazer nas partes do Oriente.

(*Lus.*, II, 44.)

A missão da *Quinta Monarchia*, acha-se mais nitidamente alludida na estancia do canto X dos *Lusiadas*, do manuscripto de Manoel Corrêa Montenegro:

Conquista será a quarta, *que no Imperio*
Portuguez só reside com possança,
Pois no sublime e no infimo hemispherio
As quatro partes só do mundo alcança;
E as quatro Nações d'ellas por mysterio
Com que conquista, e tem certa esperança,
Que Christãos, Mouros, Turcos e gentios
Juntarão n'uma Lei seus Senhorios.

E no canto III, est. 20, na descripção da Europa, deduz da situação de Portugal essa missão:

Eis aqui, quasi *cume da cabeça*
De Europa toda, o Reino lusitano.

E por elles, *de tudo emfim senhores,*
Serão dadas na terra leis melhores. [1]

(II, st. 44.)

---

[1] Nas Prophecias do Bandarra, acha-se o reflexo d'estas esperanças tradicionaes da *Quinta Monarchia:*

Portugal tem a bandeira
Com Cinco Quinas no meio.
E segundo vejo e creio
Este é a cabeceira,
E porá sua cimeira
Que em Calvario lhe foi dada,
E será rei da manada
Que vem de longa carreira.

A tradição da *Quinta Monarchia*, que syncretisava a corrente hellenica da *Monarchia universal*, explorada pelos jurisconsultos do seculo XIII; e a allegoria dos quatro monstros politicos da Prophecia de Daniel, (Assyria, Persia, Grecia e Roma) a que se devia seguir a *Quinta Monarchia*, sustentada na utopia christã de Paulo Orosio, e na *Cidade de Deus* de Santo Agostinho, e ainda entre os Anabatistas hollandezes refugiados em Inglaterra e ahi denominados *Homens da Quinta Monarchia*, esta tradição continha um sentido historico em relação a Portugal. Na ideia da *Quinta Monarchia* está implicita a consciencia da autonomia nacional.

Quando começou a reconquista do solo hispanico pelos Asturos, Cantabros e Bascos, combatendo denodadamente os Arabes, os triumphos d'essa guerra santa de libertação determinaram o esbôço de quatro Monarchias, Leão, Castella, Navarra e Aragão. Creados estes fócos politicos nacionaes, o interesse e o instincto natural dos povos levava-os para a Confederação, como se vê pelas Ligas defensivas de Leão, Navarra e Castella no seculo XI, contra Almançor; e a Liga de Aragão, Castella e Navarra no seculo XIII, nas Navas de Tolosa. Mas, pelas ambições reaes estes quatro estados eram incorporados

---

Serão os reis concorrentes
Quatro serão e não mais;
Todos quatro principaes
De Levante ao Poente,
Os outros reis mui contentes
De o vêrem Imperador
E havido por Senhor,
Não por dadiva ou presentes.

em uma unidade imperial por Sancho Magno, por Affonso III, por Fernando o Santo, e ainda por Affonso IX. Durante estas tremendas luctas pessoaes é que o *Territorio Portucalense* se separou da dependencia asturo-leoneza, e de Condado desmembrado da Galliza passou a Estado autonomo sob D. Affonso Henriques: com a independencia em 1143, Portugal ficou reconhecido como uma *Quinta Monarchia*. E emquanto as outras monarchias perdiam a sua autonomia, sendo ora incorporadas na Navarra, logo em Aragão, depois em Castella, esta *Quinta Monarchia* manteve se sempre independente através de seculos, firmada na consciencia da raça, no seu individualismo ethnico que se fortifica em nacionalidade, *nunca de outrem subjugada*, como o proclamou Camões; e avançou para a acção historica, com que revolucionou o mundo. O sonho da *Monarchia universal* e do *Quinto Imperio*, da primeira e segunda Renascenças, vinha agora desvairar os seus governantes para o imperialismo iberico, que sacrificava esta pequena nacionalidade. Quando a nacionalidade portugueza era absorvida em Castella, por Philippe II, esse ideal de grandeza, que se ligava ao prophetismo, dava relêvo á tradição da independencia da *Quinta Monarchia*, nas infindas esperanças da sua revivescencia. Camões acordava esse sentimento de autonomia:

> . . . . nunca os admirados
> Allemães, Gallos, Italos e Inglezes
> Possam dizer que *são para mandados*
> *Mais que para mandar os Portuguezes.*
>
> (Canto X, st. 152.)

Tambem Garcia de Resende em algumas estrophes da *Miscellanea*, que anda junta á sua Chronica de D. João II, condensa nos seus principaes factos o quadro deslumbrante da Renascença portugueza:

E vimos em nossos dias
A letra de fórma achada,
Com que a cada passada
Crescem tanto as Livrarias.
D'Allemanha é o louvor,
Por d'ella ser o author
D'aquella cousa tão dina!
Outros dizem que da China
Ser o primeiro inventor.

Outro Mundo novo vimos
Por nossa gente se achar,
E o nosso navegar
Tão grande, que descobrimos
Cinco mil leguas por mar;
E vimos minas reaes
De ouro e dos outros metaes
No Reyno se descobrir:
Mais que nunca, vi saír
Engenhos de officiaes.

Vimos rir, vimos folgar,
Vimos cousas de prazer,
Vimos zombar e apodar,
Motejar, vimos trovar
Trovas que eram para lêr.
Vimos homens estimados
Por manhas avantajados;
Vimos damas mui formosas,
Mui discretas e manhosas,
E galantes afamados.

Musica vimos chegar
A' mais alta perfeição:
Serzedas, Fontes cantar,
Francisquinho assim juntar
Tanger, cantar sem ração.

Arriaga, que tanger!
O Cego, que grão saber
Nos orgãos! e o Vaena!
Badajoz e outros, que a penna
Deixa agora de escrever.

Pintores, Luminadores
Agora no cume estão;
Ourivisis, Esculptores
Sam mui subtis e melhores...
Vimos o gram MICHAEL,
E ALBERTO e RAPHAEL;
E ha em Portugal taes,
Tam grandes e naturaes
Que vêm quasi ao olivel.

E vimos singularmente
Fazer representações
De estylo mui eloquente,
De mui novas invenções,
E feitas por *Gil Vicente:*
Elle foi o que inventou
Isto cá, e que o usou
Com mais graça e mais doutrina,
Postoque Juan del Encina
O pastoril começou.

Faltava ainda n'esta assombrosa expansão do genio portuguez a creação da Epopêa nacional coroando a sua acção historica. Os eruditos, como André de Resende, João de Barros, Ferreira e o chronista Castanheda, tinham a intuição d'essa necessidade. Esse ideal foi realisado não como um producto do saber humanista, mas como uma expressão da raça, como consequencia da acção servindo a patria com — *braço ás Armas feito*, e *mente ás Musas dada.*

III

O Individualismo e o Espirito moderno

E assim como o seculo merece ser considerado como o maior da Historia, os homens ou melhor as individualidades que n'elle actuaram, fôram excepcionalmente grandes: originalidade de invenção, vigor intellectual, firmeza de vontade, caracter definido, acção energica, multiplicidade de faculdades e de aptidões intervindo na corrente nacional ou na sua época, são as feições com que se manifestam os homens do seculo XVI, até nos seus vicios e crimes. O genio esthetico appresenta-se complexo, como em Miguel Angelo e Leonardo de Vinci; os escriptores são historiadores, poetas, diplomatas; o sentimento religioso de contemplativo torna-se activo na propaganda, nas missões longinquas, convertendo-se a apathia claustral das ordens monasticas na intervenção social da Companhia

de Jesus, pelo ensino e pela direcção espiritual nas côrtes entre o elemento preponderante. E' n'este seculo e entre tão grandiosa floração do invividualismo humano que apparece Camões, destacando como um typo representativo da sua nacionalidade, e simlultaneamente como o creador da fórma poetica que idealisava a actividade da Renascença. E' á luz de uma tão assombrosa época, que o vulto de Camões recebe todo o seu relêvo, destacando-se como um Symbolo, que se torna claro ao tomar-se conhecimento da sua vida, em que a raça, a feição nacional e a aspiração da época se reflectem intensamente.

Estudando o *Reflexo do mundo exterior na imaginação de Camões*, Alexandre de Humboldt ao descrever os descobrimentos do fim do seculo XV, notou esse phenomeno moral da revelação de altas individualidades: «A imaginação sobreexcitada impellia para as grandes emprezas, e por outro lado, a audacia que se manifestava quer no prospero quer no adverso successo, por si agitava a imaginação e mais vivamente a inflammava. Assim, n'este maravilhoso tempo da Conquista, tempo de esforço e de violencia, em que todos os espiritos estavam possuidos da vertigem dos descobrimentos por terra e por mar, muitas circumstancias se reuniram, que, apezar da ausencia de toda a liberdade politica, favoreciam o desenvolvimento dos caracteres individuaes, e coadjuvavam, nos homens superiores, á realisação dos grandes pensamentos, cuja origem reside no imo da alma. Engana-se quem julgar, que os *conquistadores* fôram guiados unicamente pela

sêde do ouro ou pelo fanatismo religioso. Os perigos elevam sempre a poesia da vida, e de mais a época vigorosa da qual investigamos n'este momento a influencia sobre o desenvolvimento da ideia do mundo, dava a todas as emprezas e ás impressões da natureza que produzem nas viagens longinquas um encanto, que começa a apagar-se na nossa epoca culta em meio das innumeras facilidades que abrem o accesso a todas as regiões. Não se tratava sómente de um hemispherio: quasi duas terças partes do globo formavam um mundo novo e inexplorado, um mundo que até então tinha escapado aos olhares, como essa face da lua eternamente vedada aos olhos dos habitantes da terra, em virtude das leis da gravitação.» *(Cosmos*, II, 328.) A coragem, a valentia, o sacrificio tornavam-se *heroismo;* e em vez da imitação das figuras ideaes dos cyclos épicos medievaes, admiravam-se os vultos biographados por Plutarcho, e a galeria dos seus Varões illustres era reproduzida ao vivo pelos homens de acção. O genio da Renascença renegando as ficções poeticas da Edade média, encontrára uma outra craveira para avaliar os individuos, comparando-os aos heroes da Grecia e de Roma; Camões segue esse criterio ao considerar as façanhas portuguezas:

> Que excedem as sonhadas, fabulosas;
> Que excedem *Rhodamonte* e o vão *Rogeiro*
> E *Orlando*, inda que fôra verdadeiro.
>
> *(Lus.*, I, st. 11.)

Raro será o heroe portuguez celebrado nos *Lusiadas*, que não seja comparado em to-

das as suas virtudes a um *heroe* grego ou romano. A fidelidade de Egas Moniz é comparada á de *Zopiro*, aio e valido de Dario (Cant. III, 41); uma derrota que soffreu D. Affonso Henriques é equiparada á de *Pompeu* na Pharsalia, (III, 71 a 73); Inez de Castro assassinada, encontra um símile em *Polyxena* (III, 131, 132); os amores do rei D. Fernando assemelha-os aos de *Hercules* e aos de *Marco Antonio* (III, 141 a 143); o Conde Andeiro é confrontado com *Astyanax* (IV, 5); o Condestavel Nun'Alvares, que possuido do ideal mediévico imitava o typo cavalhairesco de *Galaaz*, dos poemas da Tavola Redonda, é comparado a *Cornelio* e a *Scipião* (IV, 20-1; e VIII, 32); os traidores que seguiram a causa de Castella, reproduzem *Coriolano*, *Sortorio* e *Catilina* (IV, 23); o Infante Santo, que é sacrificado para não ser entregue Ceuta, imita a abnegação de *Atilio Regulo* (IV, 53); quando o rei D. Manoel convida Vasco da Gama para a empreza da descoberta da via maritima da India, o navegador algarvio offerece-se para exceder os *trabalhos de Hercules*, sendo os seus companheiros assemelhados aos *Argonautas* (IV, 79, 80, 83); esse martyr da causa publica, Duarte Pacheco, eguala *Belisario*. Antonomasias historicas tira-as Camões tambem da analogia dos nomes, como o de Heitor da Silveira comparado ao *Heitor* troyano (X, 60); ou D. Leonis Pereira com o *Leonidas* grego: «Mais do que *Leonidas* fez em Grecia, — O nobre Leonis fez em Malaca.» (Son. 228.) A morte do seu joven amigo D. Antonio de Noronha, em uma derrota em Africa, lembra-lhe a de *Euryalo*:

Qual o mancebo *Euryalo* enredado
Entre o poder dos Rútulos, fartando
As iras da soberba e dura guerra,
Do cristalino rosto a côr mudando,

. . . .
Tal te pinto, oh Tionio, dando o esprito
A quem t'o tinha dado...

Para Camões o *heroe* deve ter os caracteres consagrados pela antiguidade classica: a belleza das fórmas ou gentileza, a alliança das armas com as letras ou poesia. Ao fazer o retrato do vice-rei D. Henrique de Menezes, exalta-o pela:

Gentileza de membros corporaes,
Ornados de pudica continencia,
Obra por certo de celeste altura.

Estas virtudes raras e outras mais
Dignas todas da *homerica eloquencia.*
(Son. 228.)

Perderiam n'estes paradigmas com os personagens da historia antiga os heroes portuguezes a sua feição individual e nacional? Achamos uma resposta luminosa em um fragmento escripto por Anthero de Quental, intitulado *O patriotismo e os Lusiadas*, de rara intuição historica: «O patriotismo, como os Portuguezes dos seculos XV e XVI o conceberam, foi um phenomeno moral, quasi unico na Europa de então, e que os tornou muito mais parecidos com os romanos antigos do que com os povos seus contemporaneos. O patriotismo é uma ideia abstracta, que excede a capacidade toda sentimental da raça; o instincto naturalista da raça dá o amor da

terra; não vae mais além; só a ideia nacional póde dar o patriotismo comprehendido á romana e á portugueza. — Esta noção do patriotismo cria uma ordem de sentimentos particulares dos individuos para com a nação, um modo de vêr moral peculiar. E' o dever patriotico, como o comprehenderam, em Roma, Fabricio, Régulo e Catão; em Portugal, Castro, Albuquerque, — o dever patriotico, cuja expressão suprema é o heroismo. Leia se a historia da Europa até ao seculo XVI; abundam os *bravos*, mas difficilmente se encontrarão os *heroes*, segundo o typo magnanimo que a Antiguidade realisou, e que de novo e no seu ponto de vista realisou Portugal durante os seculos XV XVI. No *Peito illustre lusitano* havia então alguma cousa de grande e transcendente, que impellia a nação para um destino extraordinario e suscitava no meio d'ella os heroes, que deviam servir a ideia nacional com a abnegação tenaz e superior com que se serve uma ideia religiosa. E' que o patriotismo é uma especie de religião civil. Foi por essa religião que, durante tres seculos, nos erguêmos no mundo, para realisar um sonho gigantesco e quasi sobrehumano;... A época nacional portugueza, por excellencia, é o seculo XVI. Tudo concorre então para dar ao espirito portuguez aquelle summo gráo de tensão, que produz os grandes movimentos nacionaes. A nacionalidade rompe com impulso irresistivel os seus limites tradicionaes, trasborda fremente como um rio caudaloso, e affirma se na sua plenitude pelas descobertas e pelas conquistas. — A nação faz-se heroe: o

heroismo é a sua atmosphera ordinaria, e todos participam mais ou menos d'esse contagio sublimados. D'aqui, uma concepção particular da vida social, do direito, do dever, tanto para a nação como para os individuos. *Ser portuguez* é alguma cousa de especial, um typo *sui generis* de virilidade e nobreza, que todos procuram realisar, e que a Litteratura idealisa, de que ella se inspira na phase nova em que então entra. — O velho typo cavalheiresco, phantasioso e sentimental, empalidece diante d'esse outro que surge, nobre e digno, quasi severo, o homem do dever, não da sensibilidade, que João de Barros, Ferreira e Miranda vão levantando, e que Camões virá collocar sobre o sublime pedestal épico.

«Este typo, o verdadeiro typo portuguez do seculo XVI, como se revela nos *Lusiadas*, não é com effeito uma mera invenção do genio de Camões: é uma genuina creação nacional, um ideal do sentimento collectivo, que se foi gradualmente formando e depurando até encontrar no grande poeta quem lhe desse uma expressão definitiva. E' por isso mesmo que elle domina, de toda a sua altura, o pensamento e a obra de Camões. O que o poeta canta é o heroismo portuguez, o *Peito illustre lusitano;* em todo o seu Poema se resume a vida moral portugueza durante um seculo».

Depois d'esta nitida synthese philosophica do genio portuguez relacionado com a grande epoca da actividade historica da nacionalidade, causa uma deploravel surpreza vêr como Anthero de Quental attribue as energias de Portugal no seculo XVI aos factos que determi-

naram-lhe a rapida e immediata decadencia! Eis a sua desgraçada affirmativa: «Dentro, a sua força é o resultado da sua concentração: pela *refórma dos Foraes*, pela *Monarchia absoluta*, pela *expulsão dos Judeus*, attinge o maximo da *unidade politica*, social, *religiosa*, isto é, o maximo do poder sobre si mesma. Esta energica cohesão depura o sentimento nacional, dá-lhe uma segura consciencia de si, e leva-a áquelle grão de tensão em que o patriotismo, exaltando-se, se transforma n'uma especie de heroismo universal.» [1] Não se póde escrever em menos linhas maior numero de factos em contradicção com as consequencias historicas. O esplendor da Èra dos Descobrimentos foi offuscado pelo imperialismo do rei D. Manoel, imitando o *germanismo* de Carlos v, atacando todas as instituições populares, e preparando pelos seus casamentos a fusão de Portugal na *unidade iberica*. A intolerancia religiosa na expulsão dos Judeus, foi uma vil transigencia para um casamento real de que dependia a aspiração iberica; e essa intolerancia tornou-se instituição no estabelecimento da Inquisição em Portugal por D. João III, e na entrega da educação aristocratica aos Jesuitas, apagando-se pelo terror dos Autos de fé, e pela cavillação dos directores espirituaes jesuitas a consciencia da nacionalidade, a ponto de se receber Philippe II em Portugal com festas de egreja, musicas e arcos triumphaes, em 1580.

O que foi a refórma dos Foraes? Um meio

[1] *Circulo camoniano*, p. 144 a 146.

de extinguir as garantias locaes consuetudinarias do direito foraleiro. A pretexto de renovar a letra apagada e as palavras meio obsoletas dos Foraes, e de egualar as moedas, o rei D. Manoel, querendo converter essas garantias locaes no direito pessoal das suas *Ordenações* regias, chamou a si todos esses pequenos codigos territoriaes, mandando-os transformar por Fernão de Pina, extinguindo todas as immunidades n'elles contidas, ficando as prestações censiticas primitivas. Esta obra de cavillação visava ao engrandecimento do imperialismo manoelino, que mais se affirmou ainda mandando supprimir e destruir todos os exemplares da edição das *Ordenações do Reino*, de 1514, em que algumas garantias locaes teriam escapado. A renascença scientifica do Direito romano, tornado vigente como subsidiario, servia a causa do Absolutismo para que tendia a realeza no seculo XVI. Appareceram os profundos romanistas, que crearam a archeologia, a critica exegetica, a interpretação das leis pela historia social, substituindo o systema taxativo e casuistico por fórmulas geraes ou syntheticas; mas diante do exagerado *regalismo*, os nossos romanistas, exploraram a confusão do fôro real e canonico, vendo apenas o aspecto lucrativo do Direito. O jurista e poeta André Falcão de Resende descreve esta degradação, dos que seguiam uma actividade mais rendosa e segura do que a da viagem da India:

A morte d'este avisa ao irmão segundo,
Que a pé enxuto siga, e não do Oceano,
Um caminho mais certo e mais jocundo;

Um caminho direito, que *Ulpiano*,
　　Scevola, e outros fizeram, e, inda escuro,
　　Com outros o abriu mais *Justiniano*.
Dão sentença final, que é mais seguro
　　(Ou seja emfim direito ou seja tôrto)
　　Baldo e *Jazão* seguir, que Palinuro.

. . . .

E por isso a este filho o pae avaro
　　Quer que em Leis se gradue, até ser n'ellas
　　Das burlas e das trampas casa e amparo.
Estuda mais que Cépola *Cautellas*,
　　Só *De pane lucrando* escreve e trata;
　　Refaz demandas mil sem desfazel-as.
Intenta sempre ajuntar ouro ou prata,
　　Morre emfim mal e pobre este trampista,
　　Que nunca de ser rico a sêde o mata.
Ao irmão terceiro o pae faz canonista,
　　Dos falsos; e por mais te honrar, Mafoma,
　　Depois de em contas ser fino algorista.
A' pratica mandal-o assenta a Roma,
　　Que as Decisões da Rota e a Curia vêja;
　　E faça de conluios grande somma.
E por manha ou dinheiro, inda que seja,
　　Como Simão, que a graça compra e vende,
　　Trabalhe de acquirir dos bens da Egreja.
E eis o coitado em Roma, e eis do que entende
　　Em Reservas, Regressos, Beneficios,
　　E n'ellas rico e visto ser pretende... [1]

Falcão de Resende escrevia no ultimo quartel do seculo XVI, quando a decadencia portugueza fôra uma consequencia fatal da politica dos seus monarchas; os seus versos são o reflexo da degradação dos espiritos. Os heroes da grande Éra dos Descobrimentos tinham se atascado na indigna chatinagem:

---

1 *Poesias* de André Falcão de Resende, p. 296. (Edição de Coimbra.)

N'outro tempo valeu mais que ouro o engenho;
    Agora engenho tem quem tem mais ouro,
    E só ter ouro é um geral dissenho
Esta falsa cobiça de thezouro
    Leva cega apoz si honra e nobreza,
    Do Tejo, Ana, Mondego, Minho e Douro.
Não fallo já no mais da redondeza;
    Cá em nosso Portugal principalmente
    Sangue e saber por vil metal se présa.

. . . .

Quantos vimos, por ser interesseiros,
    Escurecer o nome e *illustre fama*
    De Portuguezes fortes e guerreiros?
Que se o nobre desejo os leva e chama
    Além de tantos mares exquisitos,
    Cubiça de ouro os escurece e infama.

(*Poes.*, p. 273 e 278.

Camões, que até ao momento em que se estrangulava a Nacionalidade em 1580, observara este processo de tremenda decadencia, tambem notou a differença que ia dos homens da sua época

á *Gente lusitana*,
Por quantas qualidades via n'ella
Da antiga tão amada sua romana,
Nos fortes corações, na grande estrella,
Que mostraram na Terra tingitana,
E na lingua, na qual, quando imagina,
Com pouca corrupção crê que é a latina.

(*Lus.*, I, 33.)

Já não são os heroes que alliavam a penna e a espada que elle contempla; mesmo na Epopêa dos *Lusiadas*, escripta em parte sob a impressão deprimente da decadencia que o envolvia, esses homens de acção já não têm o estimulo da gloria:

Não tinha em tanto os feitos gloriosos
De Achilles, Alexandro na peleja,
Quanto de quem o canta, os numerosos
Versos; isso só louva, isso deseja;...

Vae Cesar subjugando toda França,
E as armas não lhe impedem a sciencia;
Mas n'uma mão a penna, e n'outra a lança,
Egualava de Cicero a eloquencia.
O que de Scipião se sabe e alcança
E' nas comedias grande experiencia;
Lia Alexandro a Homero, de maneira,
Que sempre se lhe sabe á cabeceira.

Emfim, não houve forte capitão
Que não fôsse tambem douto e sciente,
Da Lacia, Grega ou barbara nação,
Se não da Portugueza tamsómente!
Sem vergonha o não digo; que a rasão
De algum não ser por versos excellente,
E' não se vêr presado o verso e a rima;
Porque quem não sabe a arte não na estima.

Por isso, e não por falta de natura,
Não ha tambem Virgilios e Homeros;
Nem haverá, se este costume dura,
Pios Eneas, nem Achilles féros.
Mas o peór que tudo é, que a ventura
Tão asperos os fez e tão austeros,
Tão rudes, e de engenho tão remisso,
Que a muitos lhe dá pouco ou nada d'isso.

(*Lus.*, v, 96 a 98.)

O proprio Camões já não via o *caracter romano* na Gente portugueza, e com vergonha o dizia, ao observar que o sentimento nacional apagava-se na inconsciencia. Falcão de Resende amplia o quadro esboçado por Camões, mostrando em que consistia esse heroismo universal, que era o abysmo da educação portugueza.

E assim mandar ordena um filho á China,
Instructo e chatim já na mercancia,
Nos resgates das Ilhas, Guiné e Mina;
Inhabil na christã philosohia,
Porque o pae, cego, e tendo por affronta,
Diz que qualquer fradinho isto sabia.
Mas, contador experto em caixa e conta,
Sabe comprar barato e vender caro,
Que para sua cubiça isto é que monta.
E já se embarca, e é seu norte e faro
Sempre o negro interesse, e n'elle a prôa,
Deixa atraz patria, o pae e o amigo caro.
Já o mar bravo aos mimos de Lisboa,
A' vida e alma antepondo a fazenda,
Dobrando Cabos, climas, chega a Gôa.
Tira seu fato e faz taverna e venda;
Trampêa e engana, troca, jura, mente,
Como um bofurinheiro emfim põe tenda.
E em que redobre o resto e accrescente
Sempre ao cabedal, mais se desvela
Por navegar os mares do Oriente.
Tenta outra vez Neptuno dando á vela.
Costeia rios, ilhas, enseadas,
Faz viagem á China, até dar n'ella.
Compra na veniaga as mais presadas
Mercadorias; e as que traz vendendo,
Nas embarcações torna carregadas.
Mas c'o dinheiro o amor d'elle crescendo,
Faz a cobiça que inda em vão forceja
As medidas encher; fundo não tendo...

(*Poesias*, p. 295.)

Estes tercetos pódem ser commentados pela *Relação* do P.e Manoel Godinho: «Iam e vinham ricas frótas do Japão, carregadas de prata; da China traziam ouro, sêdas e almiscar; das Molucas o cravo; da Sunda a massa e noz; de Bengala toda a sorte de roupas preciosissimas; de Pegu os estimados rubins; de Ceylão a canella; de Mussulapatão os diamantes; de Manar as pérolas e aljofares; do Achem o bejoim; das Maldivas o am-

bar; de Jafanapatão os elephantes; de Cochim os angelins, tecas e couramas; de todo o Malabar a pimenta e gengibre; de Canará os mantimentos; de Solor o seu páo; de Borneo a camphora; de Maduré o salitre; de Cambaia o anil, o lacar, e roupas de contracto; as baetilhas de Chaul; o incenso de Caxeu; os cavallos da Arabia; as alcatifas da Persia, com toda a sorte de sêdas lavradas e por lavrar; o azebre de Sacotorá; ouro de Sofala; marfim, ebano e ambar de Moçambique; de Ormuz, Diu e Malaca grossas quantias de dinheiro, que rendiam os direitos das náos que por alli passavam. Emfim, não havia cousa de estima por todo o Oriente, que ou por tributo ou commercio, não fôsse do Estado.»

A decadencia de Portugal observada nos *caracteres* no pendor do seculo XVI, reconhecia-se na insania do governo ao abandonar possessões que fôram adquiridas por sacrificios heroicos. A decadencia portugueza em Africa começa sob D. João III, que em 1536 manda abandonar a fortaleza do Cabo de Aguer; em 1542 são abandonados Çafim e Azamor; em 1549 Arzilla e Alcacer-ceguer, concentrando-se ou limitando-se o dominio a Ceuta, Tanger e Tetuão. Na Asia as perdas começaram em 1571, quando em 4 de Novembro a praça do Chalé foi entregue ao Samorim de Calecut. E o sonho do Santo Imperio catholico ou da *Quinta Monarchia*, que arrastou D. Sebastião á aventura da conquista do norte da Africa, desfez-se miserandamente em 1578, dando logar á herança castelhana que absorvia Portugal na unidade iberica.

Não era só o sentimento da nacionalidade que se apagava pela cooperação da *unidade catholica* e *unidade iberica* na realisação do sonho imperialista de Carlos v e do seu continuador Philippe II; a lingua portugueza era abandonada, prevalecendo o *castelhano* na côrte de D. Manoel e D. João III, em consequencia das rainhas hespanholas com quem casaram, e dos numerosos séquitos de damas e cavalleiros que comsigo traziam. E quando no seculo XVI, as linguas vulgares começavam a exprimir pela cultura dos eruditos o caracter das nacionalidades, os nossos Quinhentistas sob o influxo da côrte escreveram grande parte dos seus versos em *castelhano*, chegando a ser, como Sá de Miranda, modelos de purismo. Quando Ferreira protestou em seus versos, para que se fallasse, cantasse e escrevesse a lingua portugueza, reagia contra esse habito da cortezania, e como presentindo que o emprego do castelhano atacava a individualidade politica da nação portugueza. Os versos escriptos por Camões em castelhano fôram motivados por exigencia da côrte, a que allude Jorge Ferreira, quando se queixa de que as trovas castelhanas se tinham apossado do ouvido portuguez. A namorada de Camões, D. Catherina de Athayde, era filha de uma dama hespanhola, que viera no séquito da rainha D. Catherina; não lhe era indifferente o metrificar na lingua que os compositores musicaes preferiam para as Canções da côrte. Quando Gil Vicente empregava o *castelhano* nos seus Autos, além da necessidade de comprazer com a côrte inteiramente hespanholisada, nem por isso deixava de con-

signar o seu desdem, dizendo: «o que quizer fingir, na *castelhana* linguagem achará quanto pedir.» A obliteração d'esta caracteristica da nacionalidade facilitou a perversão do sentimento de patria diante da unidade catholica encarnada na pessoa de Philippe II. Os *Indices Expurgatorios*, introduzidos pelo detestavel Cardeal D. Henrique, dissolveram a elaboração litteraria deturpando as obras capitaes dos Quinhentistas, como Gil Vicente e o proprio Camões, fazendo com que grande numero de escriptos ineditos, ante os rigores da censura, se perdessem, como fôram as Comedias de Paula Vicente, as Poesias de Fernão da Silveira e de seu irmão Heitor da Silveira, os versos de Antonio de Abreu, de André de Quadros, de João Lopes Leitão, de Estacio de Faria, de Antonio Pereira, senhor de Basto, de André da Fonseca, de Antonio de Castilho, do Infante D. Luiz, de Diogo do Couto, de D. Gonçalo Coutinho, além de muitos Cancioneiros manuscriptos systematicamente prohibidos e destruidos por causa das Canções amorosas.

N'este quadro do seculo XVI em que o individualismo portuguez chegou ao maximo do seu relêvo, o meio social, que tudo asphixiou, condensa-se em duas datas que assignalam a ruina da nacionalidade: 1536, inaugurou-se em Portugal a Inquisição, por instigações de Carlos V, e com a perda da *liberdade de consciencia*, cala-se e morre o poeta que mais luctára por ella, Gil Vicente; 1580, a *independencia nacional* fica extincta pela invasão de Philippe II, que impõe os seus direitos dynasticos, e, n'esse mesmo anno morre

em pura pobreza Camões, aquelle que mais profundamente sentiu e soube revelar a consciencia da nacionalidade.

A' imitação de Cassiodoro escrevendo nos Fastos Consulares de Roma:=que o Rei dos Godos, Theodorico, fôra chamado pela vontade de toda a gente,=tambem em 1580 consignaram as memorias do tempo, que Philippe II, ao entrar em Lisboa fôra recebido com *Te Deum* e arcos triumphaes, e cantado por poetas n'este acto da incorporação de Portugal na unidade iberica. Era o effeito do cannibalismo inquisitorial nas classes populares, e da educação dos jesuitas na côrte e fidalguia; a unidade catholica, para vencer o espirito moderno, dava toda a sua força ao chefe da Santa Liga. [1]

---

1 E' assombroso de venalidade o discurso que proferiu Damião de Aguiar, Procurador por Lisboa no juramento dos Tres Estados, nas côrtes de Thomar, a Philippe II: «A mercê soberana, que Deus nosso senhor fez a estes reinos em dar-lhes Vossa Magestade por rei, cria nos animos de vossos vassallos *o contentamento e satisfação que se póde encarecer;* e assim aceitam e juram Vossa Magestade por rei e senhor, e esperam as mercês que lhes tem promettidas, etc.» Vem no rarissimo livro do contemporaneo Isidro Velasquez Salamantino, *Casos dignos de cuento*. Lisboa, 1583.

I

VIDA DE CAMÕES

EPOCA PRIMEIRA

Nascimento, seus ascendentes e educação litteraria

(1524 a 1542)

Um dos caracteres predominantes do seculo XVI é o relêvo surprehendente das individualidades, na acção, no pensamento, na creação artistica, nas fortes paixões, nas heroicas virtudes e até nos espantosos crimes. Estuda-se o maior seculo da Historia na influencia das suas individualidades preponderantes, e por seu turno essas individualidades carecem de ser estudadas nas suas particularidades biographicas, accumulando todos os elementos que constituiram esses caracteres, esses temperamentos, que determinaram as incomparaveis energias. A comprehensão de Camões como homem e como poeta, está mais no quadro do seculo em que elle avulta de um modo inconfundivel; o seu ideal artistico illumina-se ao clarão da Renascença que ainda doira a decadencia para que avança a

nacionalidade que o inspirou. Mas ha no seu organismo influxos atávicos, que explicam o genio poetico como uma remota vibração da tradição do lyrismo galecio-portuguez; ha a nevrose, que lhe exaltou a emotividade e fez d'elle um aventureiro em que a existencia se dispendeu — pelo mundo em pedaços repartida. Não o venceram as decepções, porque um sentimento o absorveu, e lhe deu um fim consciente ás suas capacidades, tornando-se a voz de um povo. Os ascendentes do poeta, os seus contemporaneos e amigos, os meios sociaes em que viveu, venturas e desastres que o temperaram, tudo isso é necessario conhecer para assistir á floração de um genio que acima do seu seculo sobreleva na humanidade.

Para recompôr a sua vida, cheia de incognitas, é indispensavel destacar os problemas de factos e datas capitaes, que a critica vae laboriosamente estabelecendo, na falta de documentos authenticos, por testemunhos de contemporaneos e inferencias luminosas. Defronta-se a critica logo com o problema da data do seu nascimento, e da localidade em que viu a luz. [1]

---

[1] Eliminamos do texto todas as hypotheses que já caducaram, porque complicam o conhecimento dos factos apurados; por vezes convém deixar em notas a historia dos problemas, para accentuar o estado da questão.

A) Origem e genealogia da familia de Camões. — Nascimento do Poeta. — Primeiros annos.

Um facto politico, mas de consequencias historicas na intellectualidade portugueza, deu causa á origem da familia de Camões em Portugal. Travara-se uma lucta contra Pedro o Cruel, (filho de Alfonso XI e da formosissima Maria) levantando os fidalgos hespanhoes, impellindo contra elle o bastardo Enrique II, (filho de Alfonso XI e D. Leonor de Gusman.) N'esta lucta, que chegou ao fratricidio com que Enrique II se apossou do throno, o rei de Portugal Dom Fernando envolveu-se em uma guerra de succesão dispendiosa (1369-1385). Alguns fidalgos que seguiram o partido de Pedro o Cruel, depois do seu assassinato em 1368, refugiaram-se na côrte do seu alliado, em Portugal. N'essa corrente vieram, Fernão Caminha, que foi o sexto avô do poeta Pero de Andrade Caminha, um dos avós de Sá de Miranda, e Vasco Pires de Camões, terceiro avô do immortal épico. O esplendor com que a época quinhentista se manifesta, e em que tanto brilham estes poetas, era como uma revivescencia da unidade lusitana, pela alliança galecio-portugueza. Sobre Vasco Pires de Camões existem abundantes noticias genealogicas, historicas e litterarias, indispensaveis para a comprehensão do seu glorioso descendente. [1] Refugiado em Portugal em

---

[1] Na *Pedatura Lusitana*, de Christovam Alão de Moraes, (Ms. n.º 445 da Bibliotheca do Porto) lê-se: «Este appellido se entende ser o mesmo que Gandara, nas *Armas e Triumphos da Galliza*, p. 584, chama

1370, aqui obteve extraordinarias doações regias; casou com uma filha de Gonçalo Tenreiro, appellidado Capitão-mór das Armadas de Portugal, chamada D. Maria Tenreira. [1] Nasceram d'este casamento tres filhos, d'onde provieram tres ramos genealogicos importantes, de que o menos vasto se extinguiu com o Poeta. Eis o simples prospecto:

1.º *Gonçalo Vaz de Camões*, d'onde descendem numerosas familias aristocraticas, e em que ha homonymos do nosso poeta;

2.º *João Vaz de Camões*, bisavô do poeta;

3.º *Constança Pires*, (linha em que ha varios homonymos de João de Camões e Simão Vaz de Camões, de Coimbra) de quem descendem os Severim de Faria, que honraram o poeta com o primeiro estudo biographico e com um retrato gravado.

Sobre este simples contôrno, póde-se, sem o perigo de confusão, coordenar todas as particularidades historicas e dados genealogicos, que nos dão conhecimento das hereditariedades que mostram n'esta familia qualidades nevroticas, taes como o sentimento poetico, o

---

Vasco Fernandes de Camanho, filho segundo de Fernão Garcia Camanho e de sua mulher D. Constança Soares de Figueirôa. Seu irmão Garcia Fernandes Camanho seguiu a causa de Enrique II. Esse irmão segundo é tambem chamado no Cancioneiro de Baena, *Vasco Lopes de Camões*; e nos documentos das Chancellarias de D. Fernando e de D. João I, é chamado Vasco *Pires* de Camões, sobrenome usado por sua filha Constança *Pires* de Camões. E' este o que tem auctoridade historica.

[1] Segundo Alão de Moraes; Juromenha encontrou o nome de *Francisca*. (*Obr.*, I, p. 13.)

genio da aventura, a paixão pela lucta, a ostentação gastadora e perdularia, as intrigas amorosas; e nos seus cruzamentos e parentescos, as relações que determinaram já a actividade maritima, já as tendencias mysticas da religiosidade, ou da contemplação idealista.

Na *Carta ao Condestavel de Portugal*, mandando-lhe a collecção dos seus versos, descrevia o Marquez de Santillana a coordenação historica da Poesia peninsular, e n'esse inapreciavel documento ao dar noticia do Cancioneiro portuguez que vira, quando pequeno, em casa de sua avó D. Mecia de Cisneros, falla d'esses trovadores, e diz: «Despues destos, vinieron *Basco Peres de Camões* é Ferrant Casquicio é aquel gran enamorado Macias, del qual se fallan sinó quatro canciones...» Não se póde entender das palavras do Marquez de Santillana, escriptas em 1449, que as poesias de Vasco Pires de Camões estivessem colligidas n'esse Cancioneiro, que continha Cantigas serranas e *Dizeres portuguezes e gallegos*, mas que apoz os trovadores D. Diniz, Fernant Gonzalles de Sanabria, se seguira a revivescencia da eschola gallega, representando Vasco Pires de Camões, assim como Macias, a reacção contra os Lais bretãos, e contra as allegorias dantescas, que se imitavam em Castella e Aragão. No Cancioneiro de Baena figura Vasco Pires de Camões em cantares que lhe dirige Fray Diego de Valencia, de Leon, frade franciscano, mestre de theologia, grande letrado, mestre de todas as Artes liberaes, physico, astrologo e mechanico. Todas estas qualidades lhe reco-

nhece Baena, nas rubricas do Cancioneiro, que tambem diz: «en su tiempo no se falló ombre tan fundado en todas çiencias como el.» (Ed. Pidal, t. II, 160.) Não se apagara de todo o esplendor da primeira Renascença do seculo XIII, na peninsula; a poesia lyrica torna-se didactica, servindo para expôr problemas psychologicos e theologicos. Eis uma das trovas ou Perguntas de Fray Diego de Valencia de Leon:

«*Esta pergunta fizo é ordonó el dixo maestre Fray Diego, contra* VASCO LOPES DE CAMÕES, *un cavallero de Galisia:*

Querriendo saber la cosa dubdossa,
paresce que sea ya quanto escura.
Por onde querria, por vuestra mesura
de vós, Vasco Lope, saber una cosa:
en como sse mata en nuve aquosa
el fuego caliente, é fase tornar
piedras é toriscos, relampagos dar,
é muchas fortunas d'afria dañosa.

O frade, versado na physica do seu tempo, pedia a Vasco Pires de Camões, que lhe explicasse a formação do raio na nuvem aquosa. E' certo que Vasco Pires lhe respondeu, e pelos mesmos consoantes; aqui temos uma composição authentica do terceiro avô do cantor dos *Lusiadas:*

«*Respuesta que dió al dicho maestro Fray Diego... el dicho* VASCO LOPES:

Question me fué posta, assas provechosa,
é bien me parece que és de natura,
en su fundamento es de tal figura
en como la agua matar fuego osa.

Pues esta tal obra non es espantosa:
dos cosas contrarias poder se ligar,
la una con otra, é desy alcançar
relampagos, toriscos, afria pedrosa.

E puesto que el fuego non puedo esperar,
pero si sobeja conviene que lo faga,
é por su calidat lo sotil desfaga,
dexando lo duro por pedrificar.
Desy con la nuve fria encontrar,
juntando las otras que son medianeras,
formam-se las afrias de muchas maneras,
por estes contrarios assy se juntar.

Finida

Assy qu'el fuego con agena friura
congela los cuerpos con su gran ardura,
maguer los dissuelve é por su propria calura,
ca si fuer sobejo puede resfriar. [1]

Pela sua parte, tambem Vasco Pires de Camões dirigia perguntas a Fray Diego ácerca da creação do mundo. Em outra cantiga de Fray Diego, pergunta a Vasco Pires de Camões qual o motivo porque muitas vezes se dá um ai sem que nada nos dôa. O primeiro verso revela já as alternativas que o fidalgo gallego recebeu com a coroação de Enrique II, o bastardo fratricida; na terceira estrophe dá a conhecer que Vasco Pires de Camões era um grande sabio e bom conhecedor de medi-

---

[1] *Cancionero de Baena*, t. II, p. 176. — O Visconde de Juromenha, sabendo que Vasco Pires de Camões versejava, suppoz que os dois Sonetos n.º 290 e 291, em gallego, que andam nas Obras de Camões lhe pertenceriam; estes dois apocryphos são hoje reconhecidos como de Diogo Bernardes.

cina: «*Este Decir, como à manera de pergunta, fiso é ordonó el dicho fray Diego contra* VASCO LOPES DE CAMÕES, *Gallego:*

> Vasco Lopes, amigo, Dios vos consuele,
> e mas vos ensalçe en onrra é bien...
>
> E vos, como sabio, dadme letuario
> de los cordiales ó d'estomaticon,
> en mucho me danã aquesta passyon,
> é vos levaredes de min buen salario;
> ca no se me escusa fazer inventario
> sy vós non ponedes aqui vuestras manos:
> por Dios, Vasco Lopes, los viejos e canos
> mandatlos regir por buen ordinario.
>
> (*Ib.*, p. 187.)

Pelos sacrificios pela causa do rei D. Fernando, recebeu Vasco Pires de Camões muitas doações importantes, que attestam o seu grande favoritismo; deu-lhe o rei por mercê a 15 de Março de 1373 a Quinta do Judeu, no termo de Santarem; por carta de 15 de Março de 1374, confere-lhe os bens de um tal Vasco Pires, do Chão de Couce, por que andava servindo na parcialidade do bastardo Enrique de Castella; em carta de 15 de Abril de 1378, concede-lhe o juro e herdade da Quinta de Gestaçó, Casaes e herdades em Evora Monte, Avis e Extremoz, que haviam pertencido á Infanta D. Beatriz; em carta de 28 de Fevereiro, faz lhe mercê de certas terras de Monte-Mór-o-Novo, que pertenceram á mesma Infanta. Por decreto de 7 de Junho de 1380 é nomeado Alcaide mór de Portalegre, e em 1383 posto por Alcaide de Obidos, tendo já sido agraciado com o Senhorio do Castello de Alcanede, Villas do Sardoal, Pu-

nhete, Marvão e Amendoa.[1] Pela sua parte D. Leonor Telles o nomeou aio de seu sobrinho D. Affonso, Conde de Barcellos. Todas estas liberalidades fôram causa de Vasco Pires de Camões seguir depois o partido do seu conterraneo o Conde Andeiro contra o Mestre de Avis. Chegou a tornar-se proverbial a medrança do fidalgo, e n'esse sentido apparece o seu nome em uma Carta em redondilhas de Manoel Machado de Azevedo a seu cunhado o poeta Sá de Miranda:

> Hade enfreiar sua penna
> Como um pôtro desatado,
> Quem quizer ser mais medrado
> Que *Camões* ou João de Mena,
>
> (Est. 8.)

A data d'esta Carta fixa-se pelo verso em que Sá de Miranda é tratado como: «Amigo, senhor e *hirmão.*» Aqui a palavra *hirmão* significa cunhado, parentesco estabelecido pelo casamento do poeta com D. Briolanja de Azevedo em 1536. A comparação ou parallelismo com *João de Mena* é tambem intencional, não pela relação do chefe da eschola poetica castelhana, mas por ser o poeta predilecto da côrte de Enrique II de Castella, o inimigo de D. Fernando de Portugal.

Com Vasco Pires de Camões tambem veiu para Portugal um seu primo, Ayres Peres de Camões, ao qual allude o chronista Fernão Lopes: «Entonce ficou com elles Ayres Perez

---

[1] Chancellaria de D. Fernando. — *Alemquer e seu Concelho* por G. J. Carlos Henriques.

de Camões, *seu primo...*» (Cap. 186, fl. 392, da *Chronica de D. João I.*) Na sua Alcaidaria de Alemquer resistiu Vasco Pires de Camões contra o Mestre de Aviz; colligindo nas suas Chronicas as tradições coévas, Fernão Lopes retrata-o como um caracter venal, contratando com o Condestavel a sua entrega por dinheiro: «E contado havemos como, jazendo o Mestre sobre Alemquer, preitejava com Vasco Pires de Camões, que lhe desse o logar com certas condições, em que se concordaram, recebendo entonce do Mestre soldo, elle e *Gonçalo Tenreiro, seu sogro...* e mandou Vasco Pires ao Mestre seu sogro — com recado sobre certas cousas, e quando tornou de Torres Vedras, parece que Vasco Pires nom foy contente da resposta ou por ventura tinha vontade de fazer aquello que fez, e buscou azo de o fazer mais sem prasmo.» (Cap. 186, fl. 391.) E accrescenta: «Fallando em esto de praça, o que lhe houverom por mal para fidalgo: — Olhay, que vos valha Deus, que boa preytesia fazia commigo o Mestre. Mandey lá meu padre Gonçalo Tenreiro com alguns desembargos, e nom me tornou nenhuma cousa, *inda se me trouvera mil dobras emburilhadas em um trapinho, guardar-lhe ia preitesia;* pois me nom trouve nada, nom curo de lha guardar.» *(Ib.*, fl. 393; e Cap. 17, fl. 34; Cap. 31, fl. 55.) Na *Chronica do Condestavel*, tambem se falla em Vasco Pires de Camões, que abraçara o partido de Castella: «Tendo Vasco Pires de Camões a Villa e o Castello de Alemquer por a rainha D. Leonor, e com muita gente de Castellãos e Portuguezes, o Mestre se partiu de

Lisboa, e Nun'Alvares com elle, nam mais que com duzentas ou trezentas lanças e poucos homéns de pé e bésteiros, e se foi a Alemquer sobre Vasco Pires. E fôram hy feitas muitas escaramuças da gente do Mestre com os que estavam na villa.» (Cap. 21.) Ficando vencedor o Mestre de Avis, confiscou-lhe grande parte dos seus bens: na carta de 15 de Março de 1384 dá o Mestre de Avis ao seu creado Gil Affonso parte dos bens que pertenceram a Vasco Pires de Camões; em 20 de Maio do mesmo anno, as casas que possuia em Lisboa, a um individuo de Alemquer. Ainda lhe deixou numerosas doações, taes como as herdades de Evora, Estremoz e Avis, de que fez varios morgados conhecidos pelo nome das *Camoeiras*. Em Evora dava-se o nome de *Camoeiras* ás casas do Recolhimento de Santa Maria Magdalena, assim chamadas por terem pertencido a descendentes de Vasco Pires de Camões; [1] o morgado das *Camoeiras*, pertenceu a um seu bisneto Lopo Vaz de Camões, e no termo de Alemquer existiu outra propriedade com o titulo de *Quinta de Camões*.

Nas trovas de Fray Diego de Valencia, do Cancioneiro de Baena, allude-se á revolução de Portugal, e ao risco em que o poeta gallego estava de ser prezo:

> Mudamiento de rreyno, fambre, grandes daños,
> muertes muy esquivas, tiempos muy estraños,
> calores e frios, segunt que vos vedes.

---

[1] Fonseca, *Evora gloriosa*, p. 233.

E no final da estrophe: «Que Dios vos aguarde de *mala prision*» determina-se nos o tempo das luctas de Dom João I com Castella. Quando Camões, nos *Lusiadas* exclama: «Oh sordidos *gallegos*, duro bando,» (canto IV, st. 10) e mesmo Sá de Miranda empregava na sua endecha «Vilano, malo, *gallego*», achava-se apagado o conhecimento da unidade ethnica d'estes dois povos, e a fidalguia portugueza esquecia-se de que era na sua melhor parte oriunda de nobres familias de solares da Galliza. Estes factos não obstaram a que os dois excelsos poetas sentissem essa unidade, dando-lhe a expressão nacional.

Do seu casamento com Maria Tenreira, foi primogenito Gonçalo Vaz de Camões, que não interessa immediatamente ao estudo do poeta. [1] Do seu filho segundo João Vaz de

---

[1] Apresentamos a genealogia do primogenito de Vasco Pires de Camões (1.º), para se conhecerem as *homonymias* que confundem a vida do Poeta:

2.º — Gonçalo Vaz de Camões, casou com Constança da Fonseca, filha de Antonio Vasques da Fonseca, Alcaide-mór de Moreira e de Marialva, e de sua mulher D. Mecia Lopes Pacheco; tiveram:

3.º — Antonio Vaz de Camões, que succedeu no morgado de seu avô materno, Lourenço da Fonseca. Não se sabe com quem casou; teve:

Lopo Vaz de Camões;

D. Aldonça Annes de Camões, que foi mulher de Ruy Cacho ou Casco, Alcaide-mór de Avis.

4.º — Lopo Vaz de Camões, (1439-1449), casou com Ignez Gomes da Camara, filha de Diogo Affonso de Aguim, na ilha da Madeira, e de sua mulher Isabel Gonçalves da Camara, filha do descobridor da ilha da Madeira João Gonçalves Zarco; tiveram:

Antonio Vaz de Camões;

Camões é que seguiremos a linha de descendencia, que veiu extinguir-se em Luiz de Camões por essa fatalidade que faz que o genio se não perpetue pelo sangue mas pelas suas obras.

João Vaz de Camões, vassallo de D. Affonso V, tomou parte nas expedições guerreiras d'aquelle monarcha em Africa e Castella, conforme d'elle escreve Manoel Severim de Faria nos *Discursos varios politicos*: «Viveu na cidade de Coimbra, da qual foi benemeri-

---

Simão de Camões da Camara;

Duarte de Camões.

5.º — Antonio Vaz de Camões, casou com D. Isabel de Castro, filha de D. João de Castro, capitão de Evora, bastardo, e neta de D. Diogo de Castro e D. Francisca de Brito; tiveram:

Lopo Vaz de Camões;

D. Francisca de Castro, segunda mulher de Francisco de Faria Severim; terceira mulher de D. Martinho de Sousa e Tavora, Alcaide-mór de Alter do Chão.

Fóra do matrimonio:

Luiz Gonçalves de Camões, que instituiu o Morgado da Torre, em Avis, que foi a Simão de Camões, filho de Duarte de Camões. Na Expedição de Tunis, á qual foi o Infante D. Luiz em 1535, escapando-se de Evora, appresentou-se-lhe para ir como pagem um LUIZ DE CAMÕES; cita este facto D. Carolina Michaëlis na sua edição das Poesias de Sá de Miranda, mostrando que não podia ser o poeta, que apenas contava onze annos de edade. Pela data do acontecimento, só quadra com o homonymo *Luiz Gonçalves de Camões;* teve elle uma filha, D. Bernarda, que em seu testamento mandou metter freira.

Diogo da Fonseca;

D. Antonio;

D. Isabel.

6.º — Lopo Vaz de Camões, (1498), senhor do Morgado da Camoeira, em Evora, e dos que andavam jun-

to cidadão, indo por Procurador ás Côrtes d'aquelles calamitosos tempos da creação delrei D. Affonso; teve o cargo de Corregedor d'aquella Comarca, officio de então de grande jurisdição, porque não havia mais de seis no reino, e ordinariamente eram fidalgos muito honrados, e não professavam letras como ainda agora se usa em algumas partes da Hespanha Tudo isto consta do epitaphio de sua sepultura, que está em uma capella da crasta da sé de Coimbra, que o mesmo João

---

tos de seus paes e avós. Casou com D. Maria da Fonseca, filha de Gaspar Rodrigues Preto, Estribeiro-mór da Imperatriz D. Isabel e de sua mulher D. Mecia da Fonseca, filha de Diogo de Bolhões, corregedor da côrte; tiveram:

Antonio Vaz de Camões;

D. Anna de Castro, primeira mulher de Diogo Lopes de Carvalho, senhor do Couto de Negrellos e Abbadim;

Sebastião de Camões;

Gaspar da Fonseca;

D. Isabel;

D. Maria.

7.º — **Antonio Vaz de Camões**, senhor do Morgado da Camara; casou em Lisboa com D. Francisca da Silveira, filha de D. Alvaro da Silveira, e de sua mulher D. Brites de Mexia. (Nob. da Familia dos Silveiras, fl. 66, Ms. da Bibl. do Porto); tiveram:

Lopo Vaz de Camões; s. g. Era Collegial de San Paulo; metteu-se a frade da Piedade, d'onde saiu morrendo ao fim de dois mezes de doença.

D. Maria da Silveira, herdeira dos Morgados por morte do irmão; casou com Antonio de Magalhães e Menezes, senhor da Barca, e em segundas nupcias com D. Pedro de Mascarenhas.

Frei Antonio da Silveira, religioso de Santo Agostinho; por morte da irmã succedeu nos Morgados.

D. Brites.

Vaz de Camões mandou fazer, onde, á parte do Evangelho se vê um tumulo levantado de marmore, todo lavrado de figuras de meio relêvo, e nos cantos duas maiores, com escudos de suas armas nas mãos, e em cima do tumulo a figura do mesmo João Vaz armado ao modo antigo, com uma espada na mão, e aos pés um rafeiro deitado.» Severim de Faria escrevia por 1624, notando, pela degradação da capella: «porque como faltaram os

---

8.º — Simão de Camões da Camara, filho de Lopo Vaz de Camões. Não se sabe com quem casou.

9.º — Duarte de Camões, filho de Lopo Vaz de Camões; casou com D. Isabel Lobo, filha de Ayres Tavares de Sousa, e teve:

Pedro Gonçalves de Camões;

Luiz de Camões. (E' a este que se refere o testamento de Duarte de Camões, de Evora, datado de 12 de Maio de 1553, em que apparece citado LUIZ DE CAMÕES como seu filho segundo, que succederá no Morgado, no caso do falecimento do primogenito Pero Gonçalves de Camões, e no falecimento d'elle um sobrinho, filho de Antonio Vaz de Camões.) Documento do Livro 1.º da Provedoria de Evora. Publicado por A. F. Barata, na *Commemoração gloriosa*, pag. 8. Em 1576, assigna LUIZ DE CAMÕES em Evora um documento certificando o casamento de Pero Gomes em 6 de Maio d'esse anno. (Storck, *Op. cit.*, p. 15, not. 4.)

D. Maria da Camara, que casou com Francisco de Faria Severim, Executor maior e Secretario de Fazenda de Philippe II.

— Gonçalo Vaz de Camões. (Tambem poeta. Juromenha, *Obr.*, t. II, p. 502.) Casou com D. Margarida da Veiga, e teve:

Duarte de Camões;

D. Joanna Ferreira.

(Ha um Simão Vaz de Camões, que vestiu a roupeta de jesuita; nascido em 1531, sendo seus paes Antonio Vaz de Camões (talvez o 5.º) e D. Isabel Figueira da Costa. Era tambem poeta.)

descendentes do instituidor, ficou devoluta e sem haver quem a ornasse e tivesse cuidado d'ella.» João Vaz de Camões, que se achou com D. Affonso V na batalha do Toro, onde florearam muitos poetas palacianos que têm coplas no Cancioneiro de Resende, casou com Ignez Gomes da Silva, filha natural de Jorge da Silva, de que teve Antão Vaz de Camões.

Pelas noticias genealogicas sabe-se que Antão Vaz de Camões casou com D. Guiomar da Gama, [1] da familia dos Gamas do Algarve, á qual pertencia o grande navegador. Este casamento explica a sua vinda para a côrte, e tambem o cargo de Capitão da Armada, que possuia seu avô Gonçalo Tenreiro, que elle exercera. Nas *Lendas da India*, de Gaspar Correia, cita-se um: «Antão Vaz, que commanda uma caravella, *era honrado e fidalgo cavalleiro.*» (*Op. cit.*, I, p. 530.) E' tambem para inferir que seja este mesmo Antão Vaz aquelle que esteve com Affonso de Albuquerque na tomada de Gôa. Era muito frequente no seculo XVI dar os commandos das náos da India aos fidalgos cavalleiros, não pela sua competencia nautica, mas pela gerarchia do nascimento e parentesco. Deu isto causa a tremendas catastrophes narradas em emocionantes Relações de naufragios. Gil Vicente que conheceu todas as miserias da sociedade portugueza, satirisa este ruino-

---

[1] Na doação de D. Manoel em 1502 a Vasco da Gama, concede: «e se possam em diante chamar de *Dom* — assy seus filhos e netos e todos aquelles que d'elles descenderem.» Ap. *Roteiro do Vasco da Gama* p. 178.

so privilegio da nobreza em uma scena da Tragicomedia *Triumpho do Inverno*, em que apparece uma náo em perigo:

MARINHEIRO: Tomastes vós hoje a altura,
Por saberdes onde estaes?
PILOTO: Co' Rio dos Bôs-Sinais
Me faço a Deus e á ventura.
Ou na Aguada da Boa Paz;
Ou seremos tanto ávante,
Como o Rio do Infante
Segundo o tempo aqui faz;
Ou co' Cabo das Correntes.
MARINHEIRO: Isso é lobo ou rã,
Ou feixe de lenha ou armo de lan;
Isto fazem adherentes.
Quem vos houve a pilotagem
Para a India, d'esta náo?
Porque um piloto de páo
Sabe mais na marinhagem.
....
Esta é uma errada,
Que mil erros traz comsigo,
Officio de tanto p'rigo
Dar-se a quem não sabe nada.
Este ladrão do dinheiro
Faz estes máos terremotos;
Que eu sei mais que dez pilotos,
E sempre sou marinheiro.

(*Obras*, t. II, pag. 469.)

Na sua residencia, ainda em Coimbra, houve do seu casamento dois filhos, um que se occupou no serviço das Armadas, Simão Vaz de Camões, e Bento de Camões, que recebeu o habito de Conego Regrante do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, ordem rica onde professava a nobreza de nascimento, e em cujos Collegios recebia a joven fidalguia a educação dos Estudos menores.

Na *Chronica dos Conegos Regrantes*, de D. Nicoláo de Santa Maria, fallando-se do Prior Geral, em 1539, lê-se: «Teve o nosso Prior D. Bento de Camões um irmão por nome Simão Vaz de Camões, que herdou a casa de seu pae, e casou com D. Anna de Macedo, dos Macedos de Santarem, da qual houve o famoso poeta Luiz de Camões, que não teve successão e n'elle feneceu este ramo do tronco dos Camões n'este reino. *(Op. cit.*, p. 290.)

A residencia de Simão Vaz de Camões em Lisboa e a antiga posse da Quinta do Judeu em Santarem, que pertencera a Vasco Pires de Camões, relacionam-se com o seu casamento com Anna de Macedo, filha de Jorge de Macedo, que viveu em Santarem pelos annos de 1470, e de sua mulher...? de Oliveira. [1]

Por Alvará de 4 de Outubro de 1529, agraciou D. João III a Simão Vaz com a prerogativa de *cidadão de Lisboa*, «pelos serviços e trabalhos que tem nos Armazens da Guiné e India, nas Armadas e cousas do meu serviço.» [2]

Embora n'este documento não venha o appellido de *Camões*, a data e circumstancias

---

[1] *Nobiliario* do Abb. de Perozello, t. IV, fl. 160. Ms. da Bibliotheca do Porto.

[2] *Chancell. de D. João III*, Liv. 17, fl. 133. — No Assento da Casa da India de 1550, o nome inscripto do pae do poeta é *Simão Vaz;* e na Carta de perdão de 7 de Março de 1553 passada ao poeta, vem: «Luiz Vaaz de Camões, filho de *Symão Vaaz*, Caval.º fidalguo de minha casa,» tambem não traz o appellido; era por essa fórma usualmente conhecido.

especiaes quadram com a situação do pae do Poeta; effectivamente Simão Vaz de Camões era natural de Coimbra, residindo em Lisboa, occupado no serviço das Armadas, serviços que se acham allegados no alvará da tença a seu filho. Pedro de Mariz, na biographia do Poeta, conheceu a vaga tradição dos serviços de Simão Vaz de Camões *nas Armadas*, escrevendo laconicamente: «foi por Capitão de uma náo á India, naufragando nas cóstas da Terra firme de Gôa.»

O pae de D. Anna de Macedo, Jorge de Macedo era sobrinho neto de D. Philippa de Macedo, que dos seus amores com D. Affonso de Portugal, depois Bispo de Evora, teve a D. Francisco de Portugal, 1.º Conde de Vimioso, e pae do poeta D. Manoel de Portugal, amigo de Camões. Isto explica a tradição de ter a Casa de Vimioso mandado a mortalha com que se enterrou o poeta, e a protecção que no paço lhe prestava D. Manoel de Portugal. [1]

Nos documentos officiaes, como o Registo da Casa da India e os alvarás da tença ao

---

[1] Nos *Ineditos goesianos*, de Guilherme João Carlos Henriques, p. 166, vem um pequeno esboço genealogico de Jorge de Macedo: «Viveu em Santarem pelos annos de 1470, e depois segundo outros authores, viveu em Azambuja: casou com... e teve:

1 — Francisco de Macedo, que teve de Guiomar de Freitas...

2 — *Anna de Macedo*, que casou com Simão Vaz de Camões, Capitão de mar e guerra na India, e fôram paes do insigne poeta Luiz de Camões.

3 — Ignez de Oliveira de Macedo, que casou com Ruy Dias de Goes.»

poeta, transferida para sua mãe D. Anna de Macedo, é ella chamada Anna de Sá, [1] e em alguns biographos ajuntam-se os dois appellidos Anna de Sá e Macedo.

Nasceu Luiz de Camões em Lisboa, no anno de 1524. Não existe um documento directo e authentico que fixe esta data; os registos parochiaes «livros dos baptisados com os nomes dos padrinhos e madrinhas» só fôram muito depois d'essa data pelo Cardeal Infante Arcebispo de Lisboa D. Affonso estabelecidos nas freguezias da capital. Ha apenas inferencias, que nos aproximam da verdade, convergindo todas para determinal-a. O commentador Manoel Corrêa notara que na estrophe 9 do canto x dos *Lusiadas* fizera o poeta uma allusão á sua edade; Manoel Severim de Faria acceitou esse facto, e tiroulhe as illações. Vejamos a estrophe, do canto ultimo do poema, em que o poeta trabalhava por 1569 a 1570:

> Vão os annos descendo, e *já do Estio*
> *Ha pouco que passar até o Outono;*
> A fortuna me faz o engenho frio,
> Do qual já não me jacto nem me abono.

---

[1] Alvará de 31 de Maio de 1582; Ementa, de 13 de Novembro de 1582; e Alvará de 5 de Fevereiro de 1585 — Os linhagistas ignoraram estes documentos.

Pedro de Mariz, chama-lhe: «Anna de Macedo, mulher nobre de Santarem.» (p. 10.) — Severim: *Anna de Macedo (dos Macedos de Santarem.)* O mesmo o linhagista Jorge de Cabedo, e D. Nicoláo de Santa Maria, *Chron.*, p. 290.

O Dr. Wilhelm Storck por esta variante vulgarissima formou duas individualidades, fazendo uma a *mãe* e outra a *madrasta* de Camões.

Os desgostos me vão levando ao rio
Do negro esquecimento e eterno somno;
Mas tu me dá que cumpra, oh gram rainha
Das Musas, com o que quero á Nação minha.

Era uso corrente equiparar a marcha da vida ás quatro estações do anno; Manoel Corrêa faz sobre a estrophe estas considerações: «Tambem Luiz de Camões divide em quatro partes n'este logar. A primeira edade, *de verão*, é té os 25; a segunda, que se compara ao *estio*, é té os 50, á qual chamam consistencia, porque n'ella está um homem em suas forças; a do *outono*, que é té os 70, na qual edade se colhe já o fructo da vida; e a do *inverno*, que é a que chamamos decrepita. O poeta via-se na *edade de quarenta annos e mais*, e não muito favorecido de princepes, merecendo-o elle tanto, cansado das armas e enfadado com as letras, pelo qual tinha necessidade do favor para proseguir sua empreza; e por isso invoca a Musa Calliope, que lhe dê novas forças e ajuda.» (Fl. 264, ỳ.) Corrêa deixou a fórmula vaga de *quarenta annos e mais;* mas indicando a data em que Camões escrevia esse canto X dos *Lusiadas*, em 1570, (Fl. 297 ỳ.) em que o poeta confessa que já tem *pouco que passar do Estio até o Outono*, ou os 50, os *annos desciam* da sua média além dos quarenta e cinco, apontando o limite que o separava d'essa edade. Assim a 1570 tirando *quarenta e seis annos*, fixa-se o anno de 1524, em que nascera. [1]

---

[1] Severim de Faria, nos *Discursos varios politicos*, fl. 10, applicou este processo de inferencia á data

Agora a inferencia de Manoel de Faria e Sousa, sobre uns apontamentos do Registro da Casa da India, que lhe chegaram ás mãos em 1643; ahi na Lista dos *Homens de Armas*, que se inscreveram para irem na Náo S. Pedro dos Burgalezes em 1550, vem o nome do poeta com *vinte e cinco annos*. Partindo as náos da carreira da India na entrada de Abril, esta seguiu no 1.º de Maio, tendo o poeta 25 annos feitos, (ou começados os 26, que usualmente se contam só quando terminados.) Latino Coelho e o Dr. Storck fizeram observações á arithmetica de Faria e Sousa: «Pois então, cincoenta menos vinte e cinco dão vinte e quatro...» (p. 140.) Na Carta de perdão passada a Luiz de Camões em 7 de Março de 1553, pelo ferimento de Gonçalo Borges, ahi se lê: «*e elle he hum mancebo* e pobre, e me vay este anno servir á India...» Isto dá uma base a que poucos mezes tinha além dos vinte e cinco annos feitos, na sua primeira inscripção.

Ha ainda uma terceira inferencia, para fixar o nascimento de Camões em 1524; na Canção XI vem uma queixa á fatalidade que o acompanhou desde o berço:

> Quando vim da materna sepultura
> De novo ao mundo, logo me fizeram
> *Estrellas infelices*, obrigado.

---

da morte de Camões (1579, segundo o Epitaphio errado): «parece que não passou de *cincoenta e cinco*.» Tirando a esse anno de 1579 — 55, temos fixado a nascimento em 1524.

Correu uma temerosa prophecia pela Europa, que em Fevereiro de 1524 haveria um grande diluvio. E foi tamanho o terror em Portugal, que a rainha D. Leonor, no anno de 1523, mandou escrever pelo Licenciado Frei Antonio de Beja, da ordem de S. Jeronymo, um opusculo contra o juizo dos astrologos; o mesmo fez Carlos v, acceitando a dedicatoria de um opusculo de Cristobal de Arcos, refutando a aterradora prophecia, [1] que tanto alarmava os povos. Esta circumstancia tão extraordinaria, de que ficaram manifestos documentos, não podia pela coincidencia do nascimento do poeta n'esse anno deixar

---

[1] Eis o titulo do folheto portuguez:

Contra os juizos dos astrologos. Breve tratado contra a opinião de alguns ousados astrologos: q por regras de astrologia nõ bem entendidas ousam em publico juyzo dizer: que a quatro ou cinco dias de Fevereiro do anno de 1524, por ajuntamento de alguns planetas em ho signo de Piscis: será grã diluvio na terra. Ho qual tratado pera consolaçam dos fiees: fez e cõpilou de muytos doutores catholicos e sanctos ho licenciado frey Antonio de Beja da ordem do bemaventurado padre e doctor esclarecido da ygreja sam Hiermimo; e foy per elle dedicado e oferecido aa christianissima senhora ha senhora raynha dona Lianor d' Portugal. Aqui veram tambem q cousa he astrologia: é os males e erros q causa sua incerteza e pouca verdade: e como se nô deve dar fé em nenhuma cousa aos astrologos. Ho q tãbem manifesta per ditos d' muy antigos e sanctos doutores. A qual obra se imprime por mãdado de sua alteza. — GERMAN GALHARD. (Tarja gravada em madeira.) In-4.º com 45 folhas, em caracteres gothicos, numeração romana. Seguem-se duas paginas de Index; no verso da ultima as Armas reaes, com o seguinte colophão: «Foi imprimida esta obra a louvor de ds e consolaçam dos fieys; novamente em a çidade

de suscitar-lhe a coincidencia pessimista, do destino inicial da sua vida.

O Dr. Storck acceitando a data do nascimento do poeta como provada, vê nas *estrellas infelices* allusão á orfandade do recem-nascido, e illogicamente conclue: «Th. Braga tentou uma decifração muito diversa que é impossivel acceitar. Julga reconhecer em aquellas palavras, que fallam tão claramente de infortunio *pessoal*, allusões geraes ao anno de 1524, que teve os mais tremendos vaticinios, visto que alguns prophetas prognosticaram um diluvio resultante do ajuntamento e conjuncção de todos os Planetas no signo de Piscis. — Pelo que sei, o tal desesperado pro-

---

nobre de Lisboa, per Germã Galharde emprimidor, por mando da serenissima e muito alta senhora ha senhora raynha dona Lianor, a sete dias de Março de mil quinhentos e vinte e tres annos.»

O folheto de Cristobal de Arcos intitula-se: *Reprobacion nuevamente ordenada contra la falsa prognosticacion del diluvio que dicen que será el anno de 1524 por el ayuntamiento y conjuncion de todos los Planetas en el signo de Piscis.*

E' dedicado a Carlos v, ao qual dirige as seguintes palavras na dedicatoria: «Como el autor del Almanac en la tabla del año de 1524 haya dicho y pronosticado que por el ayuntamiento y conjuncion de los Planetas en Piscis, será indubitable mutacion... en todo el mundo... hase divulgado por todo el vulgo communmente una adivinanza y opinion que hade ser un muy grande diluvio... y de esta causa muchos ya tienen señalados montes muy altos donde se suban, otros hacen arcas ó náos, otros casas y baluartes para se escapar de tan gran diluvio; assi que, por asegurar y quitar de temor tantas gentes y naciones, hice y ordené este tratadillo.» (Descripto por Gallardo, *Ensayo de una Bibliotheca española*, t. I, p. 296.)

gnostico de 1524 não se realisou em Portugal. — As *estrellas infelices* do nosso Poeta nada têm com estas ineptas prophecias.» [1] Pelo facto de se não realisarem os prognosticos, nem por isso os terrores populares deixaram de produzir-se em todo o anno de 1523 até o Fevereiro de 1524, a ponto de intervir com o seu piedoso influxo a rainha D. Leonor, viuva de D. João II e tia de D. João III, para o licenciado Fr. Antonio de Beja escrever o opusculo *Contra o juizo dos Astrologos*. Storck desconhecia o documento portuguez; e sendo o successo tão notorio em Portugal, nada mais expressivo para a Canção autobiographica de Camões, do que tomal-o pelo aziago presagio como marco desditoso do anno do seu nascimento. [2]

Mas n'essa assombrosa Canção, ha outras referencias á infancia do poeta. Por ventura seria o seu nascimento abortivo, por effeito d'esses mesmos terrores? Lê-se na Canção:

> *Foi minha ama uma féra;* que o destino
> *Não quiz que mulher fôsse a que tivesse*
> *Tal nome para mi;* nem a haveria.
> Assi criado fui por que bebesse
> O veneno amoroso, de menino...

---

[1] *Vida e Obras de Camões*, p. 151. Trad. de D. Carolina Michaelis.

[2] No anno de 1524, como se sabe pelas Provisões de 15 de Julho, 9 e 13 de Agosto e 18 de Outubro, repetiram-se os casos da terrivel peste de 1523, em que se fizeram dois cemiterios fóra de Lisboa, continuando a agravar-se em 1525, a ponto de quasi se despovoar a cidade. A phrase *Estrellas infelices* tem um sentido mais que pessoal.

E em outro texto (variante da edição de 1595) repete-se:

> *Por ama tive uma féra*, que o destino
> Não quiz que *melhor* fôsse a que tivesse,
> Para o que elle de mi fazer queria.

Esta versão tira todo o sentido figurado á lição antecedente, d'onde se conclue que o poeta foi amamentado por uma alimaria; e sendo em 1585 ainda viva sua mãe, *muito velha* e muito pobre, vê-se que teria casado por 1522, em edade em que o parto seria mais que laborioso. D'ahi a consequencia da amamentação não materna e o ficar unigenito.

O Dr. Storck considera pouco vulgar a figura do verso: Quando vim da *materna sepultura*, — e diz que a interpretação que admitte é «esta unica: que o nascimento de Camões custou a vida a sua mãe.» [1] *(Op. cit.*,

---

[1] Para comprovar que o poeta ficara sem mãe, allega a estrophe da Endecha que começa:

> Naciendo mesquiño
> Dolor fué mi cama!
> Tristeza fué el ama,
> Cuidado el padrino.
> Vestiose ventura
> Negra vestidura;
> Huyó la ventura.
>
> (*Vida*, p. 157.)

Esta Endecha é feita sobre um typo popular então muito em voga na côrte portugueza e hespanhola, tratado em musica e no lyrismo quinhentista. Apparece no

p. 150.) A *materna sepultura* é phrase biblica vulgar; Bocage emprega-a em um bello soneto, tendo elle perdido sua mãe aos dez annos de edade:

> Do *carcere materno* em hora escura,
> Em momento infeliz, triste, agoirado,
> Me desaferrolhou terrivel Fado,
> Meus dias commettendo á desventura.
>
> Perigosas sementes de ternura
> Havia o Deus feroz em mim lançado,
> Que mil azedos fructos tem brotado,
> Regados pelos prantos da amargura.
>
> (*Obras*, t. II, p. 26; ed. 1849.)

E o que mais impressiona, é Camões confessar o seu precoce temperamento amoroso, na edade infantil:

> E para que o tormento conformado
> Me dessem com a edade, quando abrisse
> Inda menino os olhos brandamente,
> Mandam que diligente
> Um Menino sem olhos me ferisse.
>
> As lagrimas da infancia já manavam
> Com uma saudade namorada;
> O som dos gritos que no berço dava
> Já como de suspiros me soava.
> Co'o Fado estava a edade concertada,
> Porque, quando por 'caso me embalavam,
> Se de amor tristes versos me cantavam,
> Logo me adormecia a natureza;
> Que tão conforme estava co'a tristeza.

Cancioneiro de Ledesma, nos versos de Pero de Andrade Caminha, nas allusões de Antonio Prestes; por isso em Camões não tem uma expressão pessoal e intima, com valor autobiographico, mas o fornecer a letra para uma melodia apreciada na côrte.

O biographo allemão em certo modo justifica o epitheto de *féra* dado por Camões á «mansa ovelha ou cabra domesticada» apontando em Petrarcha *(Canzone* XI, 29): «*la fera* bella e mansueta»; e no Son. CI: «e questa umil *fera*»; e notando as imitações camonianas: *féra formosa* (Eleg. VIII, 4); *fera suave e formosa* (Canç. XII, 70); e *fera humana*. (Son. 75.)[1]

Este temperamento erotico dos grandes poetas, confessado por Camões e Bocage, Garrett o define n'estas linhas autobiographicas das *Viagens na minha terra:* «Este é o unico privilegio dos poetas: que até morrer pódem estar namorados; tambem não lhes conheço outro.» (Cap. XI.) A saudade namorada, de que eram expressão as lagrimas

---

[1] Tendo concluido o Dr. Storck pela sua interpretação concreta: «*que o nascimento de Camões custou a vida a sua mãe*», o que está em contradição com o Alvará da tença de 1585, que dá D. Anna de Sá, sobrevivente a seu filho, e muito velha, recorreu á seguinte e gratuita inferencia: que D. Anna de Sá é uma personalidade differente de uma Dona Anna de Macedo, que na sua conjectura morreu de parto! Transcrevemos as suas palavras: «sômos levados pelos factos a affirmar, embora pareça ousadia, que *Anna de Macedo*, mãe do poeta, morreu ao dar á luz o seu unico filho Luiz Vaz, e que Anna de Sá, segunda mulher de Simão Vaz, era portanto a madrasta do Poeta. Esta conjectura remove de vez todas as difficuldades.» *(Op. cit.*, p. 153.)

Ora, a Ementa de 13 de Novembro de 1582, traz *Ana de Sá mãy de Luiz de Camões*. O Alvará de 31 de Maio d'este anno, transfere a tença a «*Anna de Sá* mãi de Luiz de Camões... muyto velha e pobre»; e no Alvará de 5 de Fevereiro de 1585, vem «*Anna de Sá mulher do dito Simão Vaz e mãy do dito Luiz de Camões*...» Não ha logar para conjecturas.

da infancia, os suspiros que se evolavam dos gritos no berço, Camões os considera como a revelação da fatalidade que lhe impulsionou a vida. N'esta passividade affectiva elle se tornou um representante do genio portuguez pela sua personalidade. Jorge Ferreira de Vasconcellos, em uma scena da comedia *Eufrosina*, descreve este caracter amoroso dos portuguezes:

«E não me negareis ser esta a principal inclinação portugueza, e d'esta lhe veiu a cavalleirosa opinião e primor que tem sobre todos ess'outros, e estimarem as mulheres sobre todos. Porque o enganoso *italiano* dissimula o amor, louva a sua dama por trovas, se a alcança logo a encerra e tem como cativa, se desespera alcançal-a, diz mal d'ella e quer-lh'o. O alegre *francez* trabalha contental-a por serviços, cantigas e festas; vendo-se sujeito chora, como a alcança logo a despresa, e busca outra; se a não póde haver ameaça-a e vinga-se se póde. O frio *allemão* ama brandamente, segue com enganos e peitas, caso que deseje não se sugiga, alcançando-a esfria-se, se a não alcança esquece-se desestimando-a. Só o *portuguez*, âmego e timbre dos hespanhoes e grimpa de todas as nações, como atilado, gentil, galante e nobre esposo, compadece todos os effeitos de amor puro, não consinte mal em sua dama, não soffre vêr-se ausente d'ella, busca de noite e de dia onde e como a veja, queria sempre estar com ella, emagrece com cuidados e má vida, muda toda a má condição em boa, queima-se por dentro em pensamentos, que humilde representa em lagrimas e suspiros, sinaes de ver-

dadeira dôr. Em todo o seu querer unido e conforme com o d'ella, constante na sua fé, e chama sempre por ella em suas affrontas, como a alcança nunca a deixa até á morte, e assim a faz senhora de si mesmo; não pretende proveito, salvo o d'ella, pelo qual commette fouto todos os perigos; nem dormindo perde d'ella lembrança, antes n'isso se deleita, determinando viver e morrer com ella; se desespera mata se ou faz extremos mortaes, tudo isto e muito mais se acha no bom Portuguez, da sua natural constellação apurado no amor...» (Act. V, sc. 5.) Um outro grande poeta portuguez, D. Francisco Manoel de Mello, tambem experimentalmente chegou á mesma conclusão, e apoiando-se sobre o testemunho dos estrangeiros consigna-o: «*o nosso natural é entre as mais nações conhecido por amoroso...*»[1] Cervantes, que esteve alguns annos em Portugal, diz na sua novella de *Persiles y Sigismunda*, que era «*quasi costume morrerem de amar os portuguezes.*» Este *ethos*, que Gil Vicente formulou em um só verso, nas *Côrtes de Jupiter:* «São extremos nos amores,»[2] Camões o reconheceu em si desde a primeira infancia, quando o embalavam com versos de amor.

Esta mesma precocidade se encontra em Dante, namorado de Beatriz da edade de nove annos, quando a viu passar *bianco vestita*. São estas affeições da infancia que deixam na alma do artista esses thezouros infi-

---

[1] *Epanaphoras da Historia portugueza*, p. 286.
[2] *Obras*, t. II, p. 415.

nitos de emoções ingenuas que as recordações vivificam poeticamente, que a critica e a edade não desnaturam, e d'onde tiram todo o colorido que ha de verdade e realidade nas suas obras. Alfieri escreve d'estes precoces transportes da infancia: «*Effeti che poche persone intendono e pochissime provano; ma a che soli pochissimi é consesso l'uscir dalla falla volgare in tutte le umane arte.*» Byron e Canova chegaram a confessar que essas primeiras impressões da infancia ficaram sempre puras através de todos os lances da existencia, alumiando com a luz suave de uma feliz realidade o que ha de triste nas creações. Mozart, tambem na infancia, na venturosa ignorancia das etiquetas palacianas, fallava de amor ás archiduquezas da côrte de Vienna de Austria. Em Goëthe não poderam as syntheses philosophicas do *Fausto* apagar a primeira emoção do amor que eternisa o quadro da seducção de Margarida. Por esse determinismo organico, e caracteristico da raça, Camões presentia que o amor o devia elevar acima do vulgo, dar-lhe um ideal de actividade, tornal-o grande:

> Eu vivia do cego Amor isemto,
> Porém *tão inclinado a viver preso*,
> Que me dava desgosto a liberdade;
> *Um natural desejo tinha acceso*
> *De algum ditoso e doce pensamento,*
> *Que me illustrasse a insana mocidade.*
>
> (Canc. VIII.)

Com esta organisação e instincto desenvolvidos pelo genio nacional, Camões tornou-se desde muito criança um *gran maestro*

d'amore; a cultura litteraria revelava-lhe a casuistica subjectiva da paixão trobadoresca, ainda conservada na tradição lyrica dos nossos Cancioneiros provençalescos portuguezes do seculo XIV.[1] Não é questão indifferente o estudo dos ascendentes do poeta, cuja familia tem por tronco em Portugal um trovador da Galliza; nem mesmo o problema da sua naturalidade, em que evolucionou a floração da infancia.

A naturalidade de Camões tem sido um problema para os seus biographos, terçando uns por Lisboa, outros por Coimbra, entrando tambem na liça mantenedores por Santarem e Alemquer; succedeu-lhe como a Homero:

> Esse que bebeu tanto da agua Aonia,
> Sobre quem tem contenda peregrina
> Entre si Rhodes, Smyrna e Colophonia.
>
> *Lus.*, v, 87.

O testemunho mais antigo e admittido como decisivo é o do licenciado Manoel Corrêa, que no commento á primeira estancia

[1] No *Cancioneiro da Vaticana* existem cinco Canções do trovador Joham Nunes *Camanes*, n.º 252 a 256; e no Cancioneiro Colocci-Brancuti, conservam-se mais tres, n.os 209 a 211, d'este mesmo trovador. Embora se não possa decidir, como opina Storck, se este trovador Joham Nunes *Camanes*, «da pleiada dos poetas dionysios, pertence ao tronco Camões,» (*Vida*, p. 95, nota 3) é elle na realidade um dos representantes do lyrismo galecio-portuguez, que visitara a côrte de D. Diniz quando ella era um centro hegemonico de toda a actividade poetica peninsular. *Camanes* é uma fórma patronymica de *Camano*, como apparece nas genealogias.

dos *Lusiadas* affirma categoricamente: «O Autor d'este Livro foy Luiz de Camões, portuguez de nação, *nascido e creado na cidade de Lisboa*, de pais nobres e conhecidos.» Corrêa allude á intimidade que tinha com o poeta «*segundo tinhamos estreita amisade.*» (Cant. IX, st. 59); e faz alarde das suas conversas: «*e eu em sua vida pratiquei* isto *com elle*...» A asserção de Corrêa foi seguida por Manoel Severim de Faria e depois por Manoel de Faria e Sousa, apoiando-se no Assento da Casa da India, de 1550, em que se lia: «filho de Simão Vaz e Anna de Sá, *moradores em Lisboa*, á Mouraria.» Na Carta de perdão de 7 de Março de 1533, o pae do poeta vem designado como *Cavalleiro fidalgo*, morador em a cidade de Lisboa; vê-se que pela sua categoria era obrigatoria a residencia na capital, e embora fôsse natural de Coimbra, pelo seu casamento aqui estabeleceu domicilio, mesmo como capitão de mar e guerra da India. Tudo isto justifica as palavras de Manoel Corrêa: *nascido e creado na cidade de Lisboa*. Outros biographos, como D. Francisco Alexandre Lobo, ainda recorrem a argumentos tirados dos versos do poeta, como os da Elegia III: «mas o poeta parece declarar a sua naturalidade na Elegia III, em que de certo modo se diz desterrado da patria, ao mesmo tempo que é constante que a escreveu andando desterrado de Lisboa.» [1] Storck con-

[1] D. Francisco Alexandre Lobo, *Obras*, t. I, 29. Em carta publicada por Innocencio Francisco da Silva, na Gazeta setubalense, com data de 15 de Septembro de 1872, sobre este problema, lê-se:

tradicta a inferencia: «Na dita Elegia, o Poeta confessa, sim, andar *desterrado*. Mas desterrado, não de tal terra. *Desterrado do bem*, que em outro tempo possuia.»[1] Ha ainda um argumento a favor de Lisboa: na edição das *Rimas* de Camões de 1607, dedicada por Domingos Fernandes *A' inclyta Universidade de Coimbra*, dá o poeta como natural d'essa cidade; mas ao dar publicidade em 1613 aos Commentarios de Manoel Corrêa, que Pedro de Mariz arrematára em leilão mandado fazer pela Legacia, não emendou o facto da naturalidade de Lisboa, que contradictava a lisonja que seis annos antes fizera a Coimbra. Não foi isto devido a esquecimento, mas a mudança de opinião, reduzida ao facto comprovado, de ser Camões «oriundo de Coimbra pelos ascendentes, mas nascido na cidade de Lisboa.»[2] As mesmas relações dos as-

---

«Para mim a patria de Camões é indubitavelmente Lisboa. Entre as muitas rasões de congruencia que assim m'o persuadem, não é das menos attendiveis ou talvez prepondera sobre todas, equivalendo quasi a prova testemunhal, a auctoridade de Manoel Corrêa, contemporaneo e amigo do poeta, ao qual tratára de perto, e de quem positivamente affirma ser elle aqui nascido. Para invalidar um testemunho tão valioso quanto insuspeito, haver-se-iam mister (ao menos assim o creio) argumentos mais concludentes que os até agora adduzidos pelos que se declaram a favor de outras naturalidades.» (Na *Obra monumental de Camões*, I, p. 11.) José do Canto, na *Collecção camoniana*, p. 9, n.º 18, comprova-o cabalmente.

[1] *Vida e Obras de Camões*, p. 112.

[2] Juromenha, *Obras de Camões*, t. I, p. 10. O Dr. Wilhelm Storck adoptou a naturalidade de Coimbra, e dedicou a sua *Vida e Obras de Camões: A' Cidade de*

cendentes de Santarem e Alemquer, por mal interpretadas deram logar ás lendas que vêm confundir o facto positivo da naturalidade de Camões.

Ao alludir á sua ascendencia de Coimbra, importa conhecer a individualidade de Dom Bento de Camões, tio do Poeta, e que tanta influencia exerceu nos seus primeiros estudos, mesmo no desabrochar da sua adolescencia. Quando Jorge Cardoso escrevia o seu *Agiologio Lusitano*, na Nota *c*, a 4 de Janeiro, consignou: «Por mais que nos cancemos, nunca pudémos descobrir com certeza a patria do servo de Deus Dom Bento. Achamos porém *indicios de ser Coimbra*. E o que mais é, que foi d'aquelles antigos Conegos, que vivendo na largueza da claustra, se quiz

---

Coimbra (onde o Poeta nasceu e se creou) e no Sexto Centenario da Universidade 1290-1890.)

Eis o seu argumento: «O que me move a decidir o pleito sobre a naturalidade de Camões a favor de Coimbra, é, em primeiro logar, o facto de o livreiro da Universidade Domingos Fernandes affirmar positivamente em letra redonda (na Dedicatoria das *Rimas* de Luiz de Camões, por elle editadas á sua custa em 1607, e dirigidas áquelle inclyto estabelecimento) que o Camões nasceu, se criou e estudou na cidade do Mondego, sendo portanto coimbrão: — por nascimento e creação, por officio e por obrigação; — e isto antes de Mariz, Corrêa e Severim se terem pronunciado. Diz elle, depois de enaltecer os meritos da cidade: — fôstes tambem a mesma para com o vosso grande Luiz de Camões, pois nascendo elle n'essa vossa cidade de Coimbra, a vosso peyto como mãe natural o criastes tantos annos: com vossa doutrina como Mestra o ensinastes algus, e com vossos louvores como fiel amiga, o honrastes tantas vezes, a quem senão a vós se deve encommendar esta proteyção de hum vosso filho, disicipulo e amigo, e

espontaneamente sugeitar ao rigor da observancia de uma asperrima vida, á qual deu principio no real Convento de Santa Cruz da mesma cidade, Dom Fr. Braz de Barros, religioso da Ordem de S. Hieronymo, e primeiro Bispo de Leiria, em 13 de Outubro de 1527, por mandado de el-rei Dom João III, e auctoridade apostolica; e com a mesma foi eleito em primeiro Prelado triennal o dito Padre D. Bento, e confirmado em 1539 cujo transito foi em 4 (aliás 2) de Janeiro de 1547, como se lê nos livros novos dos Obitos d'esta Congregação e de outras memorias.» Faleceu em 2 de Janeiro, como o authentica o assen-

---

mais sendo elle já morto, para se não poder defender, e ainda vivo para poder ser offendido.»

O Dr. Storck volta a apoiar-se na circumstancia dos ascendentes de Camões viverem em Coimbra; e confessando a falta de documentos para a prova do asserto do livreiro Domingos Fernandes, conclue: «Decide a questão, a meu vêr, o facto da residencia da familia Camões em Coimbra, durante seculos; depois a affeição constante do poeta pela cidade do Mondego; e por ultimo, os versos autobiographicos da quarta Canção.» (*Op cit.*, p. 114 e 117.) A lenda de Coimbra fica reduzida á lisonja banal de Domingos Fernandes, mercador de Livros, que esteve feitorisando por alguns annos a Livraria da Universidade. Quando o mesmo Domingos Fernandes imprimiu em 1613 os Commentarios de Manoel Corrêa aos *Lusiadas*, nem elle, nem o conimbricense Pedro de Mariz, bacharel em Canones e guarda-mór da Livraria da Universidade, refutaram o facto affirmado pelo licenciado pelo mais tardar desde 1595.

Tambem o Dr. João Teixeira Soares, nos seus importantes estudos *Coisas camonianas*, regressou á ideia da naturalidade de Alemquer, sem mais factos do que os trechos poeticos, que originaram esta hypothese.

to do Obituario: *Quarto nonas Januarii, obiit Benedictus, Presbyter S Crucis, qui fuit primus Generalis nostrae Congregationis.*[1] Como na refórma da Universidade transferida para Coimbra em 1537, os Priores de Santa Cruz eram simultaneamente Cancellarios da Universidade, D. Bento de Camões, que fôra eleito no primeiro Capitulo de 3 de Maio de 1539, foi nomeado por D. João III, por carta de 15 de Dezembro do mesmo anno, Cancellario da Universidade, acompanhando os trabalhos da recente installação. N'este alto cargo litterario é facil de reconhecer a influencia que exerceria na cultura do sobrinho, o precoce Luiz Vaz; mesmo o seu espirito mystico communicou ao poeta as lendas maravilhosas do primeiro rei de Portugal, que entraram nos *Lusiadas*. Memorando o passamento de D. Bento de Camões, escreve Jorge Cardoso: «Em Sancta Cruz de Coimbra, a morte do R. P. Dom Bento, varão em todo o genero de virtudes excellentes, a quem D. Fr. Braz de Bairros, (primeiro Bispo de Leiria), reformador d'esta Congregação entre todos aquelles religiosos escolheu por benemerito do Generalato; no qual procedeu com grande modestia e affabilidade. Estando pois um certo dia recitando algumas devoções (como costumava) diante do sepulchro do S. Rei D. Affonso Enriques, lhe appareceu glorioso, dando-lhe as graças de quam excellentemente se havia portado no cargo.

[1] Juromenha, *Obr.*, t. I, p. 488, que cita o Diario Historico de D. Ignacio de N. S. da Boa Morte.

E já póde ser, lhe desse este aviso do tempo do seu transito, pois os cinco annos que lhe restaram de vida esgotou todos em tal perfeição, como se fôra cidadão do céo.» [1]

Antes da refórma dos Conegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra em 1527 tomára D. Bento de Camões o habito, acceitando todo o rigor disciplinar da clausura, com o que muito comprazeu com D. João III. Por effeito de um terremoto que se sentiu em Lisboa em 1526, a Côrte fugiu para Coimbra; no anno seguinte de 1527, rebentou em Lisboa uma terrivel peste, que se propagou pelo Alemtejo. Dom João III e a rainha D. Catherina achavam-se então refugiados em Coimbra com os fidalgos da sua côrte. No livro *Curationum Medecinalium*, de Amato Lusitano, falla-se da peste continuando a devastar Lisboa e Santarem em 1527, 1528 e 1529. Gil Vicente falla d'esta peste e de doença em casa, residindo então em Santarem. Durante o tempo que a côrte se conservou em Coimbra, faltavam as distrações; queixavam-se de não poderem dar-se ao prazer das bellas caçadas de Almeirim, e publicamente amesquinhavam Coimbra, cujos cidadãos arruinavam suas casas para os tratar com fartura á lei da nobreza. Sá de Miranda, que de pouco regressára

---

[1] *Agiologio lusitano*, t. I, p. 32. — Jorge Cardoso testemunha quanto deveu ao Chantre Manoel Severim de Faria de noticias para a sua obra. A incerteza ácerca da naturalidade de D. Bento de Camões, assim como o sentido ambiguo que Pedro de Mariz dá á de Simão Vaz de Camões, fazem suppôr que tivessem nascido em Lisboa.

da sua viagem á Italia, e tivera a honra de fazer a Falla de recepção do monarcha em Coimbra, em uma Carta em redondilhas a Pero Carvalho verbera esses parasitas cortezãos:

> Fostes *mal agasalhados?*
> Certo, não; que *té as fazendas*
> *Vos davam parvos honrados.*
> Pois que? Porque os privados
> Tinheis longe vossas rendas.

Simão Vaz de Camões, que tinha em Coimbra a casa ou solar herdado de seu avô João Vaz de Camões, não deixaria de acompanhar a côrte n'aquelle seu exodo; seria elle um d'esses *parvos honrados* que dispendeu a sua fazenda com os descontentes privados. Pelo menos podemos explicar assim sua pobreza, e a graça de *cidadão de Lisboa*, que lhe fez o rei em 4 de Outubro de 1829. Para distrahir a côrte foi Gil Vicente a Coimbra representar a *Farça dos Almocreves* e a tragicomedia da *Divisa da Cidade de Coimbra*. Como o fundador do Theatro portuguez estava então residindo em Santarém, nada mais natural do que as suas relações pessoaes com o fidalgo coimbrão Simão Vaz, casado com uma *mulher nobre, dos Macedos de Santarem.* Na *Farça dos Almocreves* allude rapidamente a um *Simão Vaz*, bastante caloteado pelo Fidalgo pobre: «Peor voz tem *Simão Vaz* — Thezoureiro, e capellão...» De facto Simão Vaz tinha cargo administrativo nos Armazens da Guiné e India. Tambem se achava então em Coimbra Jorge Ferreira de Vasconcellos, que allude na sua Comedia *Eufrosina* a tel a

escripto «inda bem tenro» «á sombra dos verdes cinceiraes do Mondego»: frequentaria alli os estudos menores de Santa Cruz, em 1527; o escholar de Grammatica, inscripto nas Moradias da côrte de D. Manoel, foi mais tarde intimo amigo do auspicioso principe D. João, para quem escreveu as suas principaes obras.

As palavras da dedicatoria das *Rimas*, de 1607, em que Domingos Fernandes, feitor da Livraria da Universidade, escreve: «n'essa vossa *cidade de Coimbra a vosso peyto como mãe natural o criastes tantos annos*» entendem-se no rigoroso sentido historico ao tempo da infancia de Camões, desde 1527, que para alli se refugiara a côrte. Alli lhe decorreu a descuidada edade infantil, desligada de todas as preoccupações; assim o descreve na Canção IV:

> Vão as serenas aguas
> Do Mondego descendo,
> E mansamente até o mar não param;
> . . . .
> *N'esta florida terra,*
> *Leda, fresca e serena*
> Ledo e contente para mi vivia;
> . . . .
> De um dia em outro dia,
> O esperar me enganava;
> *Tempo longo passei,*
> *Com a vida folguei,*
> Só porque em bem tamanho se empregava.

Estas recordações de uma vida paradisiaca apparecem-lhe no meio da sua vida tormentosa, como o revela na Canção X:

> Oh, se possivel fosse, que tornasse
> O tempo para traz como a memoria,
> Por *os vestigios da primeira edade!*

E' tambem na Canção IV, que o seu temperamento erotico se denuncia em uma psychose amorosa fugitiva, mas que o impelle pára a idealisação poetica:

> Alli se me mostraram
> N'este logar ameno,
> Em que inda agora mouro,
> Testa de neve e d'ouro;
> Riso brando e suave, olhar sereno,
> Um gesto delicado
> Que sempre n'alma me estará pintado.

Esta paixão incipiente suscitada ao contacto de ingenuas formosuras, nasceu por aquelle motivo que o poeta reconheceu nos seus versos: Conversação domestica affeiçôa.» Em Coimbra vivia o terceiro ramo dos filhos de Vasco Pires de Camões; [1] e são con-

---

[1] A linhagem do terceiro filho de *Vasco Pires de Camões*, é a que envolve as homonymias ácerca da paternidade do poeta, *Simão Vaz de Camões*, e do seu avô *João Vaz de Camões:*

Constança Pires de Camões, casou com Pedro Severim, natural do bispado de Senlis, em França, o qual veiu para Portugal, depois de ter estado em Ceuta com D. João I; tiveram:

Maria Annes Severim;

Caetana de Camões, mulher de Alvaro do Tojal, de quem não teve filhos; nomeou em duas vidas umas casas em Mataporcos em Pedro Alves de Camões, filho de sua irmã Margarida de Camões e do licenciado Alvaro Pires.

— Margarida de Camões. *(Vid. infra.)*

Maria Annes Severim, casou com Gil Annes de Oliveira, de quem teve:

João Gil Severim;

Ascencio Severim;

Belchior Gil Severim.

João Gil Severim, casou com Isabel Gonçalves de

temporaneos do poeta, os filhos de Margarida de Camões, João Vaz de Camões, que foi escholar de Direito, e Pero Alvares de Ca-

---

Pina, filha de Lopo Fernandes de Pina, e irmã do Chronista-mór Ruy de Pina; da qual houve:

Antonio Gil Severim.

Gaspar Gil Severim, que morreu na India solteiro.

D. Ignez de Camões, mulher de Manoel Pegado, que foi á India por Capitão de Sofala.

Casou em segundas nupcias com Violante Vaz de Macedo.

Antonio Gil Severim, serviu muitos annos na India, e se achou no segundo Cêrco de Diu, que defendeu D. João de Mascarenhas. Foi Executor-mór. Casou com Caetana Lopes, de quem houve:

Gaspar Gil Severim;

Belchior Gil Severim;

D. Angela de Sequeira, morreram meninos.

Gaspar Gil Severim, serviu nas armadas da India, e seguiu o Prior do Crato; casou com D. Antonia de Faria e Vasconcellos; tiveram:

Antonio Gil Severim, s. g.

Francisco de Faria Severim;

D. Michaela de Vasconcellos, que morreu moça.

Casou segunda vez com sua prima Juliana de Faria, filha de Duarte Frade de Faria e de uma mulher Maria Severim, da qual teve:

Manoel de Faria Severim, chantre da Sé de Evora, que escreveu uma biographia de Camões nos seus *Discursos varios politicos*, e foi um dos maiores eruditos do seu tempo.

Frei Christovam de Lisboa, frade Capucho.

D. Joanna de Faria, segunda mulher de D. Christovam Manoel.

Pedro Severim de Noronha.

Margarida de Pina, filha terceira de Constança Pires, e de Pedro Severim; casou com o licenciado Alvaro Martins Pires; teve:

mões. Seria talvez a lenda dos amores de *uma prima*, que chegou ao conhecimento de João Pinto Ribeiro, originada d'esses inge-

---

João de Camões;

Pedro Alvares de Camões, em quem sua tia Caetana de Camões nomeou a casa de Mataporcos, em 1539.

João Vaz de Camões, fez o Morgado de Alemquer; vivia em Coimbra na sua casa da Porta Nova, rua que terminava no Chão de Joanne Mendes (onde posteriormente se edificou o Collegio da Sapiencia) e é hoje a rua dos Coutinhos. (*Jornal Heraldico*, n.º 3.) D'este João Vaz de Camões se encontram documentos no cartorio da Sé de Coimbra, que publicou Ribeiro de Vasconcellos no *Instituto de Coimbra*, vol. III, n.º 11, de 1854: «Foi João Vaz de Camões (que d'alcunha chamavam alguns João Vaz de Villa Franca) fidalgo e cidadão d'esta cidade, e já em 1502 n'ella vivia; porque em 9 de Janeiro d'este mesmo anno elle renunciou a terceira vida que tinha em um praso no sitio de Alvor, perto d'esta cidade e do senhorio directo d'este Cabido, a favor de sua mulher *Catalina Pires*, e para um filho ou filha d'entre ambos (Liv. 4 de Emprazamentos da Cathedral, fl. 175); e n'este documento se designa o dito João Vaz por Escholar em Direito, e morador n'esta cidade. — Não apparece d'este anno em diante (1508; *Livro do Azeite*, de 1505) — mais o nome da dita *Catalina Pires;* talvez falecesse pouco depois, porque em 1528 acha-se nomeado este mesmo *João Vaz de Camões*, escudeiro, cidadão, morador d'esta cidade, casado com sua segunda mulher *Branca Tavares*. (Liv. 7 dos Emprazamentos, fl. 222.)

... «João Vaz tendo tido do primeiro (matrimonio) **Simão Vaz de Camões**, achamos o mesmo João Vaz a contractar em 1530 com seu irmão *Pero Vaz*, morador na Villa de Lagos, reino do Algarve, escudeiro do Conde de Monsanto, a renuncia das Casas que este possuia na rua dos Coutinhos a seu favor e de sua mulher Branca Tavares, e para um filho ou filha d'entre ambos, qual o derradeiro nomear em terceira vida, ex-

nuos e primitivos amores de Coimbra? A edade obrigava ao trabalho; e sendo a admissão aos estudos dos Collegios de Santa Cruz aos

---

cluindo d'esta sorte seu primogenito Simão Vaz. D'esta arte viu passar a casa paterna aos irmãos do segundo matrimonio; entre os quaes foi Isabel Tavares a nomeada por successora...

«Faleceu João Vaz pouco mais ou menos em 1550, pois que em 7 de maio d'este anno se acha uma escriptura de renovação de vidas a favor de sua filha *Isabel Tavares*, (Liv. 9, fl. 167) moradora n'esta cidade em casa de sua tia (irmã de sua mãe) Philippa Tavares...»

Este fidalgo coimbrão Simão Vaz de Camões figura nos documentos officiaes desde 1553 até 1576, justamente *quando o pae do poeta não é mais nomeado.* Pelas datas d'esses documentos vê-se que era da mesma edade de Luiz de Camões, e dotado de egual caracter turbulento, obedecendo ambos á extraordinaria mania da sociedade aristocratica do seculo XVI em Portugal e Hespanha, a *Valentia.* Emquanto o poeta estava preso em Lisboa por ter ferido o creado do rei, Gonçalo Borges, Simão Vaz de Camões, seu primo, entrava á força no mosteiro de Sant'Anna, em Coimbra, pelo que era remettido sob prisão para Lisboa (Carta do Corregedor da Comarca de Coimbra, de 25 de Junho de 1553) sendo depois sentenciado a degredo perpetuo para o Brasil e a pregão com cadeado ao pé, de que obteve perdão, (Alvará de 12 de Agosto de 1558) não podendo comtudo apparecer a dez leguas em volta de Coimbra.

Por um Assento da Vereação de Coimbra, (31 de Julho de 1563, fl. 61) dá-se Simão Vaz de Camões casado pela primeira vez em 1562: «que postoque o dito Simão Vaaz *casasse ho ano passado*, disserão que fôra doente e não podera até o presente servir o dito officio de almotacé, nem ter casta apartada sobre si e estar com seu sogro, e por quanto agora estava são, e bem desposto, e começava de sair por fóra e andar pela cidade e ter casa apartada sobre si, o elegerão con-

doze annos, como affirma D. Nicoláo de Santa Maria, *(Chr.*, p. 413) é justamente no anno de 1537, em que attingira Camões os doze

---

forme a Ordenação por ser *casado novamente*, dos honrados da terra › Para não ser eleito almotacé de Coimbra, alcançou Simão Vaz de Camões o Alvará de 10 de Dezembro de 1563, isemptando-o por ser a este tempo Procurador do Collegio de San Thomaz, de Coimbra. Apesar d'isto foi eleito almotacé por determinação de um Alvará e Carta regia de 15 e 24 de Março de 1567, no qual se allude á sua prisão de 1553. Na Vereação da Camara de Coimbra, (1 de Outubro de 1567, fl. 57 ⱴ) foi eleito almotacé d'este mez com Antonio de Alpoim, conseguindo ser isempto d'estas obrigações por carta de 16 de Janeiro de 1568. O almotacé João Ayres fez queixa á Camara de ter sido espancado por Simão Vaz de Camões e por seus criados, pelo que se mandou proceder, por Provisão de 16 de Maio de 1876. (Vidè *Indices e Summarios dos Livros e Documentos da Camara de Coimbra*, P. II, Fasc. I, p. 5, not. 2.)

Este **Simão Vaz de Camões**, foi considerado pae de Luiz de Camões, em 1854, por Miguel Ribeiro de Vasconcellos; e em 1860, o visconde de Juromenha colligiu na mesma persuação todos os documentos relativos a este turbulento personagem. Apontamos a substancia dos documentos:

— Renova por Escriptura de 3 de Agosto de 1553 o praso das Casas da Porta Nova pela renuncia de *Isabel Tavares*, cedendo-lhe o irmão bens para ella casar com Alvaro Pinto.

— Documento de 1553, sobre o assalto de Simão Vaz de Camões ao Convento de Sant'Anna; Carta de perdão de 1558; Documento de 1567, não admittindo a excusa de Almotacé; outro do mesmo anno para o pagamento dos gastos da prisão; Documento do mesmo anno isemptando-o do cargo de Almotacé. Ha mais trez Documentos da Vereação de Coimbra, de 1563, obrigando-o a servir como Almotacé; outro de 1576 sobre offensas corporaes que fizera ao Almotacé em

annos completos, que elle enceta a faina activa dos Estudos menores.

---

exercicio (Fóram publicados por Brito Aranha, *Dicc. bibliog.*, t. XIV, p. 18 a 20, dizendo: «Que resolvam, se poderem, este problema os futuros biographos.») Não ha problema, mas inintelligencia das homonymias. Os Documentos do Cartorio da Sé de Coimbra, publicados por Miguel Ribeiro de Vasconcellos, no volume III do *Instituto* de Coimbra, p. 170, desfazem os equivocos pelas datas de 1530 e 1550.

Casou *Simão Vaz de Camões* por 1562 com D. Francisca Rebella, filha de Alvaro Cardoso, a qual passou a segundas nupcias com o Dr. Roque Tavares. Simão Vaz de Camões morreu sem geração em 1584.

Pero Alvares de Camões, tio de Simão Vaz de Camões; lê-se em Alão de Moraes: «não casou, dizem que teve amores com uma senhora da Casa de Monsanto, das que sahiram no tempo da reformação dos Mosteiros (sc. D. Guiomar de Castro, freira de Odivellas) e d'ella houve: D. Maria de Noronha, que casou contra vontade de seu pae com José Gomes Boscan; e D. Margarida de Noronha, mulher de Diogo Ribeiro.» No Nobiliario de Diogo Rangel, cita-se D. Maria de Noronha «filha de Pero Alvares de Camões e de D. Guiomar de Castro, freira de Odivellas» Vid. Borges de Figueiredo, *O Mosteiro de Odivellas*, p. 191. Em um documento do cartorio da Sé de Coimbra, Pero Alvares de Camões, que vivia em Lagos, casou com Brites Gomes.

Joham de Camões, licenciado, morava em 1565 na Freguezia de S. Nicoláo, onde era proprietario. (Gomes de Brito, *Arte musical*, n.º 132, anno VI.) Em Março de 1590, herdou parte de um padrão de juros, que pertencera a seu pae Gonçalo Barbosa, musico da Camara de João III (Ib., n.º 180). Nas *Provas da Hist. genealogica* ha outro mencionado como filho de Alvaro Martins, e moço fidalgo de D. João III.

Pedro Alves de Camões, em 1565 era dono de predios na rua dos Douradores, na freguezia de S. Nicoláo.

B) No Estudo de Artes e Humanidades nas Escholas de Santa Cruz de Coimbra (1537 a 1542)

No fervor dos estudos que precedeu a creação da Universidade de Coimbra, destacaram-se entre as Escholas das Collegiadas, aquellas que sustentava o Mosteiro de Santa Cruz, merecendo do rei Dom Sancho I a doação de quatrocentos morabitinos «para sustentação dos Conegos do dito Mosteiro, *que estudam nas partes de França*...» Até certo ponto as doutrinas da primeira Renascença do seculo XIII acharam interesse especulativo nos seus escholares, como se vê pela lenda de San Frei Gil. Pelo influxo da segunda Renascença do seculo XVI, tambem pelos Conegos que iam estudar a Paris, fôram reformados os Collegios de Santa Cruz, com um brilho que levou Dom João III a transferir a Universidade de Lisboa para Coimbra. Lisboa, pelo bulicio do seu vasto commercio dos novos Descobrimentos maritimos e conquistas, que pelo trafico e monopolio real dava á côrte uma opulencia ruidosa, tornava-se impropria para a concentração e remanso do estudo. De mais, as pestes terriveis succediam-se quasi periodicamente, forçando os lentes a pedirem para se fechar a Universidade, como em 9 de Maio de 1525 em representação collectiva pela morte do lente de Philosophia moral Agostinho Micas. O proprio monarcha teve de fugir de Lisboa em 1526 para Coimbra, recrudescendo a peste ainda em 1527; para Dom João III Lisboa pareceu-lhe a ruidosa *Coryntho*, e Coimbra

uma nova *Athenas.* A permanencia do monarcha em Coimbra, fel-o planear a refórma do Mosteiro de Santa Cruz, obrigando os seus setenta e dous Conegos á vida da clausura, e apoderando-se de uma grande parte dos seus enormes rendimentos para a refórma da Universidade. Começou a refórma do Mosteiro em 13 de Outubro de 1527, sendo encarregado d'esta empreza, além do provincial dos hieronymitas, Frei Braz de Barros, que apparece á frente do governo do Mosteiro e dirigindo toda a reorganisação pedagogica. Os setenta e dous conegos cruzios, que viviam como princepes episcopaes, revoltaram-se, ficando apenas submissos á clausura vinte e dous Conegos, entre os quaes figura Dom Bento de Camões, que veiu a ser eleito Prior crasteiro no primeiro Capitulo geral de 1539, em 5 de Maio, e Cancellario da Universidade em 15 de Dezembro do mesmo anno. Separaram-se as rendas do Priorado-Mór, que eram usufruidas pelos irmãos do rei, as quaes fôram em grande parte applicadas á construcção de Collegios e salarios de lentes; e aos Conegos, cujo quadro se preencheu, fôram arbitrados os rendimentos de um conto e mil duzentos e trinta e quatro reis. Em outubro de 1528 vieram de Paris *em fórma de Universidade* professores, que tornaram os Estudos do Collegio de Santa Cruz o ponto de convergencia dos filhos da principal nobreza; Frei Braz de Barros viu-se forçado em 1530 a proceder á construcção de dois Collegios defronte do Mosteiro, na rua da Sophia; um era para Theologos e *Artistas*, com nove Collegiaturas, e intitulava-se *Colle-*

gio de Todos os Santos, e na linguagem do vulgo os *Pardos*, por causa do seu habito; e o *Collegio de San Miguel* para Canonistas com Theologos, com nove collegiaturas, chamado tambem os *Roxos*, pela côr da batina. Predominava o systema pedagogico francez, como o que se seguia no Collegio de Santa Barbara, que dirigia em Paris o Doutor Diogo de Gouvêa. De Paris tinham regressado em 1528 Pedro Henriques e Gonçalo Alvares, com Vicente Fabricio, florescendo enormemente o ensino do grego e do latim. Lê-se na *Chronica dos Conegos Regrantes:* «Mandou o Padre Reformador Fr. Braz de Barros vir Mestres da Universidade de Paris, por informação que lhe deu o P.e D. Damião, nosso Conego de Santa Cruz, que lá tinha estudado. Vieram por Mestres de *Grammatica*, de Grego e de Hebraico dous doutores pela Universidade de Paris, ambos portuguezes e mui versados nas ditas linguas, a saber Mestre Pedro Henriques e Mestre Gonçalo Alvares, que depois leram tambem nas Escholas publicas de Coimbra, como dissemos. *Artes*, começou a lêr o nosso conego D. Damião, que depois de ter lido *tres annos* por ordem do dito Reformador, tornou a Paris a receber o gráo de Mestre em Theologia, para vir lêr ao mesmo Mosteiro de Santa Cruz; *Canones* leu o P.e D. Dionisio de Moraes, que era bacharel formado n'elles pela Universidade de Paris. — Começaram a lêr estes Mestres aos Religiosos de Santa Cruz em Outubro de 1528, com tanto aproveitamento dos discipulos, que *correu fama dos Estudos, que havia no dito Mosteiro*, muitos fidalgos e nobres do Reino

mandaram a elle seus filhos. Para estes se fundeu o *Collegio de San Miguel*, dentro do Mosteiro de Santa Cruz, e para *Estudantes honrados pobres* o *Collegio de Todos os Santos*; este tinha o seu dormitorio na casa grande do Terreiro da Procuração, a que chamavam o Galeão, e o outro tinha o seu dormitorio mais para cima, á parte do norte, junto das torres. Perseveraram estes Collegios dentro do Mosteiro até 1544...» *(Op. cit.*, t. II, p. 400.) Fôram construidos mais dois Collegios para as Escholas maiores, o de *San João Baptista* e o de *Santo Agostinho*, para effectuar a mudança da Universidade para Coimbra. O conego D. Damião, que estudava em Paris, fôra encarregado por D. João III de contractar lentes para a nova Universidade; em carta de 1535 escrevia ao seu Prior: «Já agora lá serão, e começará a florescer essa Universidade... Não se agaste vossa Paternidade se dei grande partido aos Mestres, porque d'outra maneira não foi possivel movel-os a irem; mas como a Universidade fôr povoada se acharão outros muitos, e por menos estipendio; que quantos Mestres fôrem necessarios, logo os mandarei e contentarei por metade de quinhentos cruzados, que dei aos que lá vão; porque Mestres em *Artes* acham-se cá ás duzias, e todos pela maior parte doutos e idoneos para ensinarem.» Sobre este assumpto escrevia D. João III a Frei Braz de Barros: «E quanto ao trabalho que dizeis que levastes em asentar co doutor Prado em a regra das *Artes* e os *francezes, que vieram de Paris*, eu creo que seria asy e folgarey que me screvaes quantos lentes sam, e

de que Faculdades. E asy quãtos escolares e estudantes já ouvem em cada ciencia ou arte.»
E em carta de 11 de Março de 1536, escripta de Evora, activa o rei a organisação da Faculdade de *Artes*, para serem chamados para Coimbra os *bolseiros* (Estudantes de El-rei) que estavam em Paris:

«Padre Frei Braz de Barros. Eu el-rei vos envio muito saudar. Vos avieis de poer no fim de Setembro d'este ano hum Mestre que lêa as *Sumulas* por entam fazer hum ano que agora lê o outro de *Logica*, e d'ahi a hum ano outro Mestre que lêa *Filosofia*, que sam os tres anos das *Artes*. E posto que atee ho dito tempo nam seja necessario ordenar os ditos Mestres por atee entam os Conigos nam terem necessidade delles, folgaria ordenardes de os poer logo e mandardelos buscar, que sejam pessoas pera isso sufficientes, asy como fizestes aos que agora temdes, porque queria que as *Artes* se nam leam mais em Lixboa, e mandar que os meus bolseiros de Paris se venham os que ainda ouvem as ditas *Artes* e nam passarã á *Theologia* o que nam seria razam mandal-os revogar nam tendo asy os estudantes que as ouvem em Lisboa como os de Paris outro estudo honde se possam ouvir n'estes reinos, e perderiam o trabalho que tem nisso levado, pelo qual vos agradecerey fazerdel-o logo. E como o tiverdes feito escrevedem'o pera logo mandar revogar os de Lisboa e mandar vir os de Paris. E isto de revogar de Lisboa folgarey que tenhaes em segredo porque nã queria que se soubesse ante de os mandar revogar, encommendo-vos muito que o façaes asy. Anrique

da Mota a fez em Evora aos xj dias de Março de 1536. Rey. — Pera Frei Braz de Barros.»

Organisados os Collegios de Santa Cruz, começaram as aulas da Universidade em 2 de Março de 1537; as Cadeiras de *Theologia*, *Lingua latina* e *grega*, *Artes* e *Medicina* ficaram nos Collegios; as aulas de *Direito Civil* e *Canonico*, *Mathematica*, *Rhetorica* e *Musica* ficaram provisoriamente na residencia do Reitor D. Garcia de Almeida, á *Porta do Belcouce*, junto ao Arco da Estrella, e d'ahi em Setembro passaram para os Paços das Escholas.

Foi no enthuziasmo d'esta refórma da Universidade, que iniciou Camões os seus estudos aos *treze annos*, como estava estabelecido, porventura obtendo alguma das nove collegiaturas ou bolsa do Collegio de Todos os Santos, como *estudante honrado pobre*, e pelo favor a seu tio Dom Bento de Camões, que em 1527 se submettera á refórma bem e merecia de Dom João III. [1] Muitas vezes os factos iso-

---

[1] A influencia de Dom Bento de Camões sobre a educação do poeta seu sobrinho, merece ser comparada com a que na sua Autobiographia confessa Garrett ter recebido de seu tio o Bispo de Angra D. Frei Alexandre da Sagrada Familia: «tomou logo o veneravel prelado a grande predilecção por este seu sobrinho, e começou de dirigir a sua educação, iniciando-o em todos os mysterios da litteratura e das sciencias. Perfeito no latim, forte nos elementos da Arithmetica e da Geometria, principiou a estudar ao mesmo tempo (aos *doze annos* de edade) a lingua grega, a rhetorica, a poetica. Aos treze para os quatorze estava versado em todos os auctores classicos da antiguidade, em os nossos melho-

lados reconstituem-se pelas circumstancias determinantes. Seguindo este criterio, comprehenderemos qual foi a educação de Camões reconstruindo o quadro do ensino, na educação individual do seu tempo.

Manoel Severim de Faria colloca os estudos de Camões n'esta epoca, quando se fez a trasladação da Universidade para Coimbra, sem fixar o anno de 1537: «sendo moço foy estudar a Coimbra, que então começava a florescer em todas as sciencias, por beneficio de El-rei Dom João III, conduzindo este excellente princepe para mestres d'ellas varões insignes e dos mais peritos que então havia em Europa, dos quaes elle aprendeu a *lingua latina* e *philosophia* e mais *letras humanas* com tanta perfeição como mostram seus escriptos.» *(Disc.*, fl. 2, ỽ.) [1] O Dr.

---

res escriptores, e em muitos dos francezes, italianos e castelhanos.» E caracterisando no *Tratado de Educação* esta primeira direcção do sabio tio, diz: «Eu tive a boa fortuna de receber uma educação *portugueza velha*...» Esta continuidade da tradição nos revela a disciplina sympathica dos primeiros estudos de Camões, e a ella a mesma conclusão a que chegou Garrett: «O homem que se destina ou destinou o seu merecimento a uma vocação publica, não póde sem vergonha ignorar as bellas lettras e as classicas.» *(Ib.*, p. 34.)

[1] Na biographia ms. por Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo, lê-se sobre os estudos de Camões: «e foi cultivar (sc. engenho) *de tenra edade* nos Estudos de Coimbra, que floresciam n'aquelle tempo dourado por virtude dos mestres famosos, que El-rei D. João III das Universidades mais insignes da Europa conduzira.» (Ms. n.º 133, da Bibl. nac.) Vê-se que a refórma de 1537 era ainda lembrada no seculo XVII, e reforça a indicação de Severim de Faria.

Storck, n'uma argucia dialectica, desconhecendo o quadro das refórmas pedagogicas de 1537, diz ácerca d'este nitido trecho de Severim de Faria: «pódem referir-se *tanto á Universidade como aos estudos menores nos Collegios dos Cruzios.»* (*Vida*, p. 216.) O facto irrefragavel e historico é que os estudos maiores da Universidade, como Theologia, Jurisprudencia, Medicina, se ensinaram nos Collegios de Santa Cruz, emquanto se não prepararam os Paços das Escholas; que os estudos de Artes e Humanidades, constituiam uma Faculdade universitaria com gráos de Bacharel e Licenciatura, e que estavam, embora localisados em Santa Cruz, incorporados na Universidade. Póde-se já d'aqui comprehender que o titulo de *Bacharel latino*, dado por André Falcão de Resende a Camões, não sendo um titulo official é uma designação vulgar de *Bacharel em Artes*, como essas outras de *Bacharel canonista*, *Bacharel legista*, *Bacharel in utroque*. D. Carolina Michaelis conformando-se com a narrativa vaga de Severim de Faria, escreve, annotando o biographo allemão: «Que pena que ainda aqui faltem algarismos! Uma unica data (1537) e mais o emprego da palavra *Universidade*, e já não havia duvida sobre o sentido exacto da passagem. E sempre tinhamos uma noticia além das que resaltam das Obras do poeta.» (*Ib.*, p. 217 ♀.) Para que pôr a data em algarismos, se o texto refere a refórma importante de 1537? Não falla em Universidade nem em Collegios, porque tudo estava incorporado em um unico estabelecimento cuja séde era Coimbra, onde Camões estu-

dara *sendo moço*. O livreiro Domingos Fernandes é mais cathegorico quando em 1607, na Dedicatoria das *Rimas* de Camões *A' inclyta Universidade de Coimbra*, quando ella já estava separada no Paço das Escholas, escreve: «O vosso Luiz de Camões: pois nascendo n'essa vossa cidade de Coimbra, a vosso peyto como mãy natural o criastes tantos annos: *Com vossa doutrina como Mestra o creastes alguns*; etc.» Domingos Fernandes sabendo que Simão Vaz de Camões era natural de Coimbra, julgou coherente que o filho o fôsse egualmente, como pelo intuito da lisonja lhe convinha; mas estes *tantos annos* de creação, como *alguns de doutrina* têm implicita a referencia á puericia passada em Coimbra e ao adolescente no seu curso de Artes e Humanidades. No texto de Severim de Faria, a phrase *por beneficio de El-rei Dom João III* poderia entender-se uma das nove Collegiaturas dada a Camões, mas em rigor comprehende as grandes refórmas pedagogicas. Conhecido o quadro complexo e geral d'essas refórmas, qualquer facto particular esclarece-se com um caracter positivo, logo que se relacione com o conjuncto. [1] E'

[1] O visconde de Juromenha desconheceu o quadro dos estudos classicos em Portugal no tempo de Camões, declarando: «Seria longo para aqui, e por certo tarefa mui superior ás minhas forças, o descrever o movimento litterario da Academia portugueza, no tempo que foi cursada pelo nosso poeta.» (*Obras*, t. I, p. 18.) E com relação ao Dr. Storck, lamenta D. Carolina Michaelis, que o ultimo biographo de Camões não tivesse consultado a *Chronica dos Regrantes* de D. Nicoláo de Santa Maria: «Tendo-a á sua disposição coor-

este o criterio applicavel á vida de Camões sempre em relação immediata com os acontecimentos sociaes da sua epoca.

Desde o estabelecimento das Universidades sob o Poder real, no seculo XII, o ensino começou a ser centralisado por *Faculdade* ou concessão; como tambem o Poder pontifical intervinha na permissão de *ubique docendi.* Havia porém certas disciplinas que podiam ser ensinadas fóra das Escholas ou particularmente; na carta regia de 22 de Outubro de 1357, determina-se que se não ensine fóra das Escholas «salvo de *Partes*, de *Regras* ou *Gaton* ou de *Cártula* ou de livros menores.» Este pequeno quadro constituiu o que chamamos hoje o ensino primario e elementar. A Cártula foi no seculo XVI aperfeiçoada por João de Barros; o *Gaton* designava os *Disticha Catonis*, versos latinos, que durante mil e duzentos annos as crianças repetiam nas escholas, e ainda no seculo XVI eram adoptados em Coimbra: «Alvaro Lobato, que foi frade de San Domingos e agora *lê o* CATÃO *aos meninos no Collegio*...» [1] Os escholares

---

denaria, sem duvida, um quadro muito mais amplo e fiel da vida escholar portugueza na epoca de Camões, isempto das pequenas sombras que o turvam agora.» (*Vida e Obras*, p. 201, nota 5 ****.)

[1] Na *Historia da Universidade de Coimbra*, t. I, p. 588. Chamavam-se *Abecedarios* ou classe «dos meninos de sete ou menos annos de edade, que, sabendo lêr — viam-se os *Disticos de Catão* em duas linguas e observava-se o costume de entregar a lição escripta primeiro que fôsse recitada.» *Schola Aquitanica*, exposição do systema de André de Gouvêa.

de *regras* eram os que estudavam a Grammatica gradativamente. Em carta de D. João III, de 4 de Julho de 1541 providenceia sobre a queixa do Reitor sobre a «falta que hi ha da *primeira regra* de Grammatica por Christovam d'Abreu...» E na Matricula dos cursos da Universidade em 1540, vem sobre o titulo de Grammatica a lista dos alumnos da *Primeira regra*, da segunda e da terceira *regra*. Os escholares de *partes*, estudavam a *Summa theologica* de San Thomaz apenas na primeira e na segunda *parte*, pelo seu caracter philosophico. A primeira *parte* era uma Ontologia em que se discorria sobre os sêres em geral, os entes de rasão; a segunda *parte* constava da analyse das faculdades. N'este programma dos *escholares de partes* estava excluida aquella que comprehendia a theologia. Na Canção satirica do trovador portuguez Pero Mendes da Fonseca, lê-se uma allusão ao *escholar de partes:*

> Chegou Payo de maas artes
> con seu cerame de Chartes,
> e *non leu el nas partes*
> que chegasse a hun mez...
>
> (*Canc. Vat.*, n.º 1132.)

Se Camões recebeu algum ensino domestico ou particular antes de entrar para as Escholas de Santa Cruz em 1537, foi o que constituia esse quadro facultativo ou livre que descrevêmos. Nos Collegios de S. João e de Santo Agostinho, e no de Todos os Santos, é que se ensinavam os *Cursos de Artes e Humanidades*, em que havia gráo e licencia-

tura, que desde a epoca medieval davam o titulo de Mestre em Artes, *Bacharel latino*, Doutor em Lettras. O curso de Artes comprehendia a Grammatica, a Rhetorica e a Dialectica, segundo o *Trivium* tradicional; o curso de Philosophia moral, era segundo as divisões dogmaticas de Lullo e de S. Boaventura, formado da Monastica ou disciplina individual, Economica e Politica ou governo e leis. Era o quadro do velho saber auctoritario e livresco, que ia ser transformado pelo experimentalismo. Foi n'esta crise pedagogica que frequentou Camões os estudos de Santa Cruz de Coimbra.

O estudo do Latim estava profundamente modificado pelo espirito da Renascença. Os velhos methodos grammaticaes das Escholas da Edade media, que de Raban Mauro, João de Garland, Alexandre Villa-Dei, Gautier e Everard, que se tinham consubstanciado na Grammatica de Pastrana, fôram substituidos pelas doutrinas humanisticas, que Antonio de Nebrixa fôra estudar á Italia. A *Arte velha* ou de Pastrana, foi supplantada pela *Arte Nova*. Jorge Ferreira de Vasconcellos faz na comedia *Eufrosina* uma allusão sarcastica á *Arte velha*: «Como se alguem se rira, se vos ouvisse, d'esses vossos preceitos e *Arte Pastrana*...» (Act. III, sc. 2.) Ainda em 1522 se imprimia em Lisboa esta Grammatica latina; no ensino de Santa Cruz de Coimbra seguia-se a Grammatica de D. Maximo de Sousa; d'elle se lê na *Chronica dos Regrantes*: «Foi o melhor grammatico e rhetorico do seu tempo, foi grande philosopho e mui consummado theologo. Por occasião de ensinar Grammati-

ca a alguns principes e senhores d'este reino, que se creavam com o nosso habito no Mosteiro de Santa Cruz, compoz a primeira *Arte de Latim* e Grammatica, que se imprimiu n'este reino por ordem d'el rei D. João, no Mosteiro de Santa Cruz no anno de 1535, *e por ella se ensinou Latim e Grammatica nas Escholas Menores de Coimbra muitos annos; e ainda depois que se deram estas Escholas menores aos Padres da Companhia* pelos annos de 1555, ensinavam Grammatica pela Arte do P.^e^ Dom Maximo, até que o P.^e^ Manoel Alvares compoz a Arte por onde agora ensinam.» [1] Póde-se affirmar que pela Grammatica latina do conego Dom Maximo de Sousa fez Camões o seu curso de Artes; a lingua portugueza estudava-se simultaneamente com a latina, como se vê pela Grammatica de Fernão de Oliveira, de 1536, que explica a paridade do apparelho grammatologico. D'ahi a illusão que ficou no espirito de Camões, quando ao definir a sympathia da Deusa protectora dos Portuguezes, funda-a na linguagem vernacula:

> E na Lingua, na qual, quando imagina,
> *Com pouca corrupção crê que é a Latina.*
>
> (*Lus.*, cant. I, st. 33.)

---

[1] D. Maximo de Sousa era natural de Soure, filho de Leonel de Sousa e de D. Anna de Macedo, natural de Santarem; faleceu em 6 de Outubro de 1544. A sua Grammatica, depois de substituida pela dos Jesuitas tornou-se muito rara; e em 1668, escrevia D. Nicoláo de Santa Maria: «D'estas Artes do Padre D. Maximo ha ainda algumas na nossa Congregação de Santa Cruz de Coimbra, e nós temos uma em nosso poder em grande estima.» (*Op. cit.*, p. 356.)

Fóra das escholas de Santa Cruz, ensinavam pela Grammatica de D. Maximo de Sousa os mestres conimbricenses Lopo Gallego em 1537, e Christovam de Abreu, desdobrando as classes em primeira, segunda e terceira regra, que constava dos casos e generos; das conjugações; e da syntaxe e syllaba ou prosodia. Era sempre numeroso o curso da Grammatica latina, pela necessidade urgente de fallar e entender essa lingua na frequencia de todas as outras disciplinas maiores e menores.

A preoccupação do latim era tão absoluta que não se attendia á edade dos alumnos para o seu ensino. Em carta de D. João III de 3 de julho de 1536 a Fr. Braz de Barros, que cooperava na refórma dos estudos menores em Santa Cruz, recomendava-lhe um escholar pobre, filho de Manoel Thomaz: «muyto vos encomendo que do menyno façaes ter especiall cuidado pera *latinidade* e *greguo* hade aprender, por q̃ sendo de tão pequena jdade tem jaa allgũ principio no *latim* como la vereis.» [1] Estas precocidades no latim eram

[1] *Hist. da Universidade de Coimbra*, t. I, p. 588. Por esta epoca escrevia Garcia de Resende, na ***Miscellanea***, ácerca d'este phenomeno:

> Em Evora vi um menino,
> Que a dois annos não chegava,
> Entendia e fallava
> E já era bom latino.
> Respondia, perguntava,
> Era de maravilhar,
> Vêr seu saber e fallar,
> Sendo de vinte e dois mezes,
> Monstro entre os Portuguezes
> Para vêr, para notar.

consideradas manifestações geniaes, e conduziam a uma outra exhibição pomposa, a de fallar latim.

Em um Regimento de 18 de Julho de 1538, dado por D. João III á Universidade, estabelece: «Primeiramente hei por bem que os lentes leã em latim, e ho Rector mandaraa que se cumpra assi, e acabada a liçam farã circolo a porta dos Geraes honde lêram, e responderão aas preguntas que os scholares lhe fizerem... e assi mandaraa *que os scholares das portas das scholas para dentro fallem latim*, segundo a provisão que eu já sobre isso passei, ha qual ho Rector veraa e mandara comprir.»

Alludia á Provisão de 16 de Julho de 1537: «e *pera que os scholares se costumem a fallar latim e entendello*, ei por bẽ e mando que os lentes leã ẽ latim suas lições, e não lerã em linguajẽ, e assi as conferencias que os scholares antre si fizerem e preguntas aos lentes e repostas a ellas que se costumã fazer acabadas as liçõens e todo o mais que falarẽ das portas a dentro das scholas seja ẽ latim, sem cousa alguũa falarẽ em linguagẽm, sob pena de que ho contrario fezer paguar por cada vez que falar lingoajẽ ho que ao Rector bẽ parecer.»

Esta mania de fallar latim chegou a invadir a côrte e mesmo a impôr-se como distincção ás damas e princezas; por isso escrevia o Conde de Vimioso a Ayres Telles, em tom epigrammatico:

> Estudaes e fugis de mim,
> *sois latino;*
> que quedas dá o ensino
> do Latim.

Trazeis todo decorado
o *Metamorphoseós;*
eu trar-vos-ey assombrado
de rir de vós.
Coytado, triste de ti,
homem mofino,
que fôste nacer *em sino*
de laty.

(Canc. geral, III, 121.)

Nas Moradias da Casa do rei D. Manoel vem a lista dos mancebos nobres que estudavam Grammatica á sua custa; a cultura classica era um caracteristico da fidalguia. Imitava-se a côrte franceza. Em uma carta de Alciato de 3 de Septembro de 1530, refere-se que o rei Francisco I entrara em contracto com um certo Julio Camillo para aprender *a fallar grego e latim*, tanto em prosa como em verso, com tanta elegancia como Demosthenes e Cicero, Homero ou Virgilio, e isto no decurso de um mez. D. João III não penetrou no latim, mas estimulou com os melhores mestres os infantes seus irmãos, chegando a Infanta D. Maria e as damas da côrte a escreverem, traduzirem e versificarem n'essa lingua classica.

Conta André de Resende, na *Vida do Infante D. Duarte*, como se vira forçado a fallar latim, quando em 1534 lhe appresentou o seu mestre Nicoláo Clenardo: «fez-lhe Clenardo uma breve falla, e o infante me disse que lhe respondesse e dissesse quanto com sua vinda folgava. Eu, para logo começar a desenvolver o Infante, lhe respondi: Senhor, bocca tem vossa alteza, ella por si lh'o diga; e pois hade ser seu mestre, não se acovarde

a lhe fallar latim; o Infante assim o fez, que começou e ajudei-o eu. E pareceu-lhe tão bem o que eu fiz, que logo assentou, que d'ahi em diante como o mestre viesse e estivessem á lição, todos os presentes fallassem latim. Muitos houve, que tinham opinião de letrados, que por não descobrirem o fio de quam mal sabiam fallar latim, escolheram antes não ir á lição, nem entrar emquanto o mestre lá estivesse, e não é necessario nomeal-os. O Infante D. Duarte, como principe discreto, e que em publico não queria que se lhe enxergasse qualquer falta, me chamou a seu aposento e disse-me: — Bem vistes como o Infante meu senhor poz lei que todos fallassem latim; as lições se começarão d'aqui a tres dias; folgaria que se não enxergasse tanto em mim este defeito; qualquer affronta que por isso houver de receber seja antes aqui comvosco só. Alegrei-me em extremo e louvei-lhe muito isto, e comecei logo a fallar-lhe latim, e a desempecer a lingua; foi a cousa de tres dias em maneira, que perdido o primeiro medo, se desenvolveu tanto que, quando veiu a primeira lição fez espanto aos que tal não esperavam vêr, quam facil e não laboriosamente fallava.» *(Op. cit.*, cap. 10.)

Nos Collegios de Santa Cruz, ainda em 1550, como o consigna um documento «a todos é opprobrio fallar *salvo em a lingua latina ou grega.*» Camões esteve submettido a este signo de latim. O Dr. Storck, que traduziu magistralmente toda a obra do poeta, notou o effeito d'esta cultura latinista no seu lexico e estylo haurido em «leituras constantes e vastas, um peculio copiosissimo de pa-

lavras e phrases latinas: Fornecem a prova irrefutavel, de um lado os seus vastos e profundos conhecimentos, verdadeiramente pasmosos, de historia e mythologia classica e em especial da litteratura latina, —conhecimentos até de pormenores minimos que elle explica, como propriedade intrinseca sua, mesmo nas regiões onde não podia ter á mão livros de consulta, como por exemplo em Ceuta, Gôa e Macáo, — e de outro lado a maneira audaz como o Poeta enriqueceu a lingua patria de muitos termos e neologismos classicos que se nacionalisaram depois — trabalho sempre melindroso, que requer, além de um fino sentimento da individualidade do idioma moderno, um saber profundo e seguro.» [1] E' decisivo este testemunho de um erudito allemão, reconhecendo a genuinidade da expressão portugueza realçando sobre uma vasta cultura humanista. Os estudos em Coimbra deram-lhe elementos para todas as manifestações intellectuaes da sua trabalhosa vida.

O estudo do grego, simultaneo com o latim, era disciplina seguida pelos humanistas francezes, tambem praticada nas escholas de Santa Cruz de Coimbra muito antes da trasladação da Universidade, em 1537. Pedro Henriques e Gonçalo Alvares regressaram de Paris em 1528, vindo ensinar o grego em Santa Cruz, com Vicente Fabricio, que dirigia a impressão e revisão dos textos gregos

---

[1] *Vida e Obras*, p. 207. Nota que o poeta empregou apenas quatro phrases latinas, signal que se não deixou viciar pela conversação latina obrigatoria.

na imprensa que trabalhava n'aquelle mosteiro. Em 1534 ahi se imprimiu o livro de Boecio *De Divisionibus et Difinitionibus*, tendo intercaladas palavras em caracteres gregos. Clenardo ao passar por Coimbra ficou maravilhado com aquelle progresso, recommendando a Vaseo, que se quizesse livros gregos se dirigisse a Vicente Fabricio, animando com isso os Conegos Regrantes. Dom Heliodoro de Paiva, compoz um *Vocabulario de Grego e de Hebraico*, que dedicou a D. João III, e imprimiu nos prelos do Mosteiro em 1532. Era então normal no ensino a Grammatica de Theodoro de Gaza. Chamavam-se os estudantes de grammatica *Escholares de regras*, porque se dividia o seu ensino em gráos; em alvará de 5 de Julho de 1541, D. João III dispensa da *collecta* ou minerval «os scholares da grammatica da *primeira* e *segunda regra* e assi os da schola de Lopo Galeguo...»

Completavam o curso de Artes, a Dialectica e a Rhetorica. Na *Vida do Infante D. Duarte*, por seu mestre André de Resende, aponta-se o quadro d'este ensino: «Liamos um tempo em Lisboa a *Dialectica*, e depois de lhe ter lidos os principios por a Arte de Joanne Cetario, tornamo-nos ás Artes; foi o Infante D. Henrique visital-o huma sésta estando nós em lição, levantei-me eu, e davalhe espaço pera pratica e conversação. Não, não, disse o Infante D. Henrique. Eu não quero interromper a lição, sentae-vos e prosegui. — Virei-me para o Infante: Vosso irmão quer estar á lição, bom será que saiba quanto V. A. tem aproveitado com lh'o ouvir de

sua bocca. Cerrou o Infante o livro e em latim competente lhe resumiu o tratado de Porphirio *De Predicabilibus* e as *Cathegorias* de Aristoteles e *Perihermeneias*, tão solta e desempachadamente, que o Infante seu irmão ficou attonito.» Depois passa á disciplina da *Philosophia moral:* «Não é isto bastante quanto agora direi: liamos tambem o livro *De Officiis*, e lêramos este dia o capitulo *De Justicia*. Repetiu de cór assim como jaz e des que acabou lhe disse, agora este lho quero dizer ás versas. E começou da derradeira palavra proseguindo até á primeira sem titubear nem fazer intervallo.» (Cap. 10.) Triste documento do emprego material e mesmo absurdo da memoria, tornado depois exclusivo nas escholas dos Jesuitas. Na Logica estudava-se o *Organum* de Aristoteles, as *Summulas logicales* de Pedro Hispano com os Commentarios de Jorge Bruxellense ou de Lefebre d'Etaples, com repetições, sabatinas e conclusões; eram na linguagem das escholas denominados os *scholares de partes*. Bartholomeu Latomus dedicando a André de Gouvêa a sua traducção da obra de Agricola *De Inventione Dialectica*, diz-lhe em uma carta: «Mas como duas sejam as partes em que ella se divide — a de ensinar e a de fallar, a uma das quaes chamam *Dialectica* e dando á outra o nome de *Rhetorica* — muitas cousas por ellas, tanto n'um como n'outro genero nos fôram transmittidas com grande utilidade.» Fôram estas doutrinas pedagogicas que converteram todo o Humansimo na vacuidade rhetorica, que imperou tres seculos.

Assim como sob o excessivo ensino do latim, Camões não perdeu o sentimento da locução popular e caracteristicamente nacional ou portugueza, tambem escapou ás consequencias dissolventes da Dialectica e da Rhetorica, que além de estafarem o cerebro pelo abuso da memoria, dissolviam o caracter fazendo prevalecer á verdade o sophisma, e á sinceridade da expressão a pompa e emphase mascarando o scepticismo. Na *Philosophia moral*, ou a Ethica, que sob a preoccupação catholica se tornava em uma casuistica, salvou-o a *Philosophia natural* observada nos phenomenos cosmicos, no percurso da sua tormentosa existencia; elle assim o manifesta:

> Se os antigos Philosophos que andaram
> Tantas terras, por vêr segredos d'ellas,
> As maravilhas que eu passei passaram,
> A tão diversos ventos dando as velas,
> Que grandes escripturas que deixaram!
> Que influição de Signos e de Estrellas!
> Que estranhezas! que grandes qualidades!
> E tudo sem mentir, puras verdades.
>
> (*Lus.*, cant. v, st. 23.)

> Os casos vi, que os rudos marinheiros,
> Que têm por mestra a longa experiencia,
> Contam por certos, sempre e verdadeiros,
> Julgando as cousas só pela experiencia.
> E os que têm os juizos mais inteiros,
> Que só por puro engenho e por sciencia
> Vêem do mundo os segredos escondidos,
> Julgam por falsos ou mal entendidos.
>
> (*Ib.*, st. 17.)

Maudsley considera o effeito d'esta cultura ou — saber de experiencia feito, — como o disse o poeta: «novos descobrimentos nos

segredos da natureza conduzem o homem a melhor se adaptar á complexidade do seu meio, dando-lhe uma nova força correspondente;... O melhor mestre é um commercio intimo com a natureza, que nos ensina as lições da experiencia, que deve guiar os homens na conducta da vida; exercendo uma influencia constante e real, que não têm as maximas da philosophia, nem mesmo as doutrinas da religião.» *(Op. cit.*, p. 165.)

Dispõe a carta regia de 9 de Fevereiro de 1537, dirigida ao Prior Crasteiro de Santa Cruz de Coimbra, que então era D. Miguel de Araujo, que a disciplina de Artes se lêsse no *Collegio de Todos os Santos*: «Vi a carta que me screvestes, cõ o debuxo que me enviastes d'essa obra dos Estudos, com os apontamentos em que vem a declaração da largura e altura das paredes, e grandura dos portaes das Aulas e Geraes de Theologia, Canones, Leis e Medicina; agradeço-vos a diligencia com que estas obras se fizeram, que tudo procede do vosso bom zelo e animo virtuoso. Eu sempre fiz fundamento, quando mandei fazer esses Estudos de assentar ahi Universidade e Escolas geraes, pelo sentir assi ser mais serviço de Deus e bē de meus vassallos; e por que os Lentes que ora vão pera começar a lêr Theologia, Canones, Leis e Medicina, hão de ser n'essa cidade por todo este mez de Fevereiro, pera começarem a lêr em 1 de Março que ora vem, mandareis preparar esses Geraes com cadeiras pera os ditos Lentes, e bancos para os Estudantes, e tudo o mais que fôr necessario. E as *Artes* se lerão n'esse vosso *Collegio de Todos os San-*

tos.» [1] Isto mesmo repete D. Nicoláo de Santa Maria, na *Chronica dos Regrantes*: «As *Artes*, *Rhetorica* e *Grammatica*, e linguas de *Grego* e *Hebraico*, se liam no *Collegio de Todos os Santos.*» (p. 293.) Quando D. João III, por alvará de 15 de Dezembro de 1539 tor-

---

[1] Na *Hist. da Universidade de Coimbra*, t. I, p. 456. Ainda em 14 de Dezembro de 1536 os lentes da Universidade de Lisboa representavam a Dom João III para que não mudasse os Estudos para Coimbra. Transcrevemos alguns trechos d'esse interessante documento:

«Senhor. — Fará V. A. muita mercê a esta Universidade querer tomar conclusão sobre o requerimento de se não mudar este Estudo para Coimbra pelas rasões conteúdas na carta que lhe escreveu pelos doutores seus procuradores e outros que elles dirão a V. A.; porque além do gasto que lá fazem e perda das lições das suas cathedras, ainda que se lêam por substitutos, saberão assi os lentes como estudantes o que hão fazer, que todos andam indeterminados, porque se V. A. por cima da justiça que parece a esta Universidade que tem para não mudar o Estudo, determina todavia de o mudar a Coimbra, os lentes que lá não houverem de ir requererão o que lhes cumprir de seus salarios e serviços, e os que houverem de ir ordenarão suas cousas em tempo e assi o farão os estudantes que é a principal parte da Universidade, e crêmos que não é seu serviço e desasocego, em que os põem não vêrem já claramente a determinação de V. A. sobre isto.

«E lembramos a V. A. entre as outras cousas, que ahi ha para se não mudar este Estudo d'aqui, que este bairro em que estes estudantes vivem é o melhor para o gasalhado e saude d'elles, que póde haver em seu reino, e que n'esta cidade quiz El-rei que Deus tem, seu pae, que se fizesse a romaria que se faz por elles cada anno, e assi o Infante D. Henrique, e que aqui quiz el-rei seu pae, que estivesse este Estudo dandolhe casas em que se fizessem as escholas, como diz o prologo dos Estatutos, e assi o quizeram os reis que

nou os Priores do Mosteiro de Santa Cruz Cancellarios da Universidade, deu-lhes a direcção exclusiva «de todos os seus Collegios, a saber: do *Collegio de San João*, e do *Collegio de Santo Agostinho*, e do *Collegio de Todos os Santos*, — e toda a jurisdicção em os Mestres, Estudantes e Officiaes, que em

---

ante elle fôram, cujas vontades parece rasão e justiça serem cumpridas, e que uma parte da renda d'este Estudo é da Capella de Mangancha, que mandou que se cantasse em S. Jorge d'esta cidade, e que uma principal parte dos estudantes são sacerdotes, que se mantém das capellas que aqui ha muitas, que não ha em Coimbra, e que a republica d'esta cidade de que são os mais dos éstudantes receberá mui grande damno, porque não poderão manter seus filhos tão longe; e parece que V. A. devia querer fazer mercê assi aos estudantes como ao povo d'esta cidade, que tem muito amor a seu serviço em lhe não tirar este bem fazendo mercê a Coimbra com tanto damno de Lisboa, principal cousa de seus reinos, e que devia V. A. de haver por seu serviço deixar estar aqui este estudo com sua ordenança, como El-rei que Deus tem, seu pae, o renovou, que muito proveito será a seus reinos haver ahi duas Universidades, pois em outros ha muitas mais. Pedimos a V. A. que com as razões d'esta carta, e da outra que sobre isto lhe escrevemos, com pareceres de letrados e dos do seu conselho, com muita brevidade tome sobre isto aquella conclusão que fôr mais serviço de Deus e seu, e bem commum. N. S. acrescente o real estado de V. A. com muito longa vida. De Lisboa, a 14 de Dezembro de 1536. O Dr. Pedro Nunes — o Dr. Gonçalo Vaz — Dionysius — o licenciado João Alvares o fez — Antonio Mendes Lobo — Silvestre Alvares — Stephanus licenciatus — Francisco de Leiria — Fernand Affonso — Antonius Gonçalves — Jeronymo da Veiga — Nunus licenciatus — Paulo Antonio — Manoel Fernandes.»

(*Corpo chronologico*, Parte 1.ª, Maç. 58, Torre do Tombo.)

elles lêrem, estudarem e servirem. A qual jurisdicção se estenderá em os Mestres sómente em o que tocar ás liçoens, e faltas dos lentes, e em o fazer dos exercicios e disputas, e em as horas que hão de ler... E em os Estudantes e Collegiaes em lhes dar licenças, e em os reprehender e emendar, quando fôrem escandalosos, mal ensinados ou deshonestos...» [1]

Pelos Cursos de Artes e Humanidades que seguiu Camões, e pela circumstancia da sua nobreza, elle foi *porcionista*, ou bolseiro regio do *Collegio de Todos os Santos*, no internato de Santa Cruz de Coimbra. [2] As disciplinas de Theologia, Leis, Medicina e Mathematica eram tambem lidas em outros Collegios do mesmo Mosteiro; mas como ainda não estavam construidos os *Paços das Escholas*, Dom João III unificou-os todos pela nomeação do Cancellario cruzio: «e pela dita maneira *hei por unidos e incorporados os ditos Collegios com a dita Universidade;* e mando que *d'aqui em diante todo seja e se chame huã Universidade*, e todos juntamente hajam e gozem de huns mesmos privilegios, assim dos que até aqui lhe sejam concedidos, como de todos os que ao diante se concederem á dita Universidade.» Por isto se vê, que nas Escholas de Santa Cruz recebeu Camões o gráo que competia no fim do seu Curso de Artes e Humanidades, como *Bacharel latino*.

[1] *Hist. da Universidade de Coimbra*, t I, p. 458.
[2] Póde inferir-se do Soneto LIX, glorificando D. João III na sua morte.

No Regimento dado por Dom João III á Universidade, estabelece-se o tempo dos varios Cursos: «Item, ordenamos que os Scholares que ouverem de receber gráo de *bacharel em Artes*, cursem ao menos tres Cursos, a saber: hum Curso ouvindo texto de *Logica*, e dous de *Philosophia natural*, os quaes tres Cursos se farã em *tres annos*, ouvindo por a maior parte de cada um anno, e *provados os Cursos per testemunhas juradas* perante o scrivão do Studo e o Rector ou Mestre que o hade graduar. E se o mestre de quem ouvir jurar que he sufficiente, poderá receber gráo de bacharel em Artes, posto que não tenha acabados os Cursos, lendo primeiro tres liçoens disputadas, apontadas de um dia para outro.»

O cerimonial do gráo de Bacharel ordenado n'este Regimento é curiosissimo: «Item, ordenamos que o *Bacharel* em qualquer sciencia pague para a Arca do Studo huma dobra d'ouro de banda, e huma ao scrivão, e bedel e huu barrete com hum par de luvas ao padrinho que lhe hade dar o gráo, e luvas ao Rector e Lentes que prezentes fôrem ao Auto; e será obrigado o Rector com a Universidade e ho Bedel diante com sua maça, ir pollo graduando aa sua pousada se fôr no bairro, e o trarão ás Scholas honradamente, onde logo em principio do Auto *fará huã arengua*, e depois lerá huã liçã, e acabada a liçã e disputa se fôr em *Artes*... pedirá o gráo arenguando; e depois d'isto dará as luvas aos sobreditos e fará juramento em as mãos do scrivão o bedel, segundo abaixo se dirá, e esto acabado ho Doutor ou Mestre lhe dará o

gráo, e depois de recebido o gráo, ho graduado dará graças a Deus e aos presentes. E o que houver de receber gráo tomaraa do Doutor ou Mestre da Universidade que lhe aprouver, e loguo ho tornarão honradamente pera sua casa donde o trouxerã; e assi havemos por bẽ que qualquer que se graduar *arme o Geral de panos finos* por honra do Auto.» Cursadas em dois annos a *Grammatica* e a *Rhetorica*, de 1537 a 1539, seguiu Camões os trez Cursos de Artes, *Logica* e *Philosophia natural*, de Outubro de 1539 a 1542, o que prefaz o periodo dos tres annos, para receber o gráo de Bacharel. Em uma Satira de André Falcão de Resende: «*A* LUIZ DE CAMÕES. *Reprehende aos que desprezando os Doutos, gastam o seu com truhães,*» vem uma refereneia ao gráo em Artes de Camões, pois que pelo intuito da dedicatoria representava um douto amesquinhado na decadente sociedade portugueza do ultimo quartel do seculo XVI:

> Esta é, CAMÕES, que quem escreve ou falla
> Em numeroso verso, ou segue e usa
> A poetica prosa, e quer ornal-a,
>
> E o natural engenho applica á Musa,
> Alguma hora do pó se levantando,
> Logo algum vil esp'rito o nota e accusa:
>
> «Vêdes o triste, (diz aos de seu bando)
> Que é *Bacharel latino*, e nada presta;
> E' poeta o coitado, é monstro infando.» [1]

[1] *Obras* de Falcão de Resende, p. 283. Juromenha, *Obras de Camões*, t. I, p. 194.

Este que se alevanta do pó pelo seu verso numeroso, que é Bacharel latino e Poeta, é irrefragavelmente Camões, e não um douto qualquer, porque o contraste perdera de força. O Dr. Storck chegou a interpretar, que Falcão de Resende se referia a si proprio, sem notar que isso importaria uma vaidade estólida. [1] Conhecendo o espirito e tradição *humanista* das Universidades, é que se avalia o que significa a designação de *Bacharel latino.* Do primitivo typo da Eschola geral de Constantinopla, de 425, em que conjunctamente com o Direito se ensinava a Litteratura grega e a Latina, e a Philosophia, os Cursos de Artes formaram parte importante das Universidades medievaes, que fôram a integração de Escholas isoladas. Na Eschola de York, a Grammatica e a Rhetorica eram professadas com a Jurisprudencia; na Eschola de Pavia, *segundo o costume*, as Bellas Lettras e a Jurisprudencia formavam o quadro pedagogico; e Innocencio IV, pela bulla de 1254, exigia as provas das Faculdades de *Artes*, para que os professores de Jurisprudencia podessem ter prebendas, honras e dignidades ecclesiasticas. Os Cursos de *Artes* fôram incorporados com as outras Faculdades nas Universidades, correspondendo o titulo de *Doutor em Lettras* aos seus graduados. Por ventura o grande desenvolvimento

[1] *Vida e Obras de Camões*, p. 221; parte do ponto de vista gratuito, que sendo Camões Bacharel, seria em Leis, e por isso *Bacharel latino* designaria um douto apenas.

dos estudos de Humanidades nos Collegios de Santa Cruz de Coimbra levou Dom João III a trasladar a Universidade de Lisboa para Coimbra em 1537. Os dois versos do quinhentista Antonio Ferreira: «Não fazem damno as Musas aos Doutores, — Antes ajuda a suas Lettras dão,» synthetisam esse luminoso principio pedagogico, que fortificou o genio de Camões na grande epoca do Humanismo.

Em quanto D. João III parecia interessar-se pelo desenvolvimento da instrucção publica, aproveitando os esforços dos Gracianos em Santa Cruz de Coimbra, mudando a Universidade de Lisboa em 1537, n'esse mesmo anno introduziu a Inquisição em Portugal, e confiava aos Dominicanos a acção tenebrosa dos seus tribunaes sangrentos. O povo protestava com o natural bom senso contra esta violencia, sendo a sua voz abafada pelo carcere a arbitrio ou extincta pelas fogueiras. [1]

---

[1] No *Livro das Denunciações da Inquisição*, a partir de 1537, vem um documento revelador d'esse estado da consciencia popular:

«Ana Royz, mulher de hum pintor Xpovã Treque (Christovam de Utrecht), moradora n'esta cidade na Mouraria, freguesia de Santa Justa, testemunha jurada aos santos evangelhos e perguntada devasamēnte pelo dito doutor Joham de Mello inquysidor, que se sabia algũna pesoa ou pesoas que disesem ou fizessem alguaa cousa contra nosa santa fee catolleca que ho disese: dise ella testemunha que he verdade que averá hũn ano ou quinze mezes pouco mais ou menos que ella testemunha fora a Ribeira por hum saco de carvã e ho foy cõprar a hũua molher grosa preta, que ora he presa, e que nã he lembrada do nome e vende car-

(c) Durante o governo do Cancellario da Universidade Dom Bento de Camões

Com a grande refórma do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra começada em 1527, submettendo os seus opulentos conegos á clausura claustral, iniciaram-se tambem novos desenvolvimentos do ensino por mestres que estudaram em Paris, e que tornaram o Collegio de Santa Cruz o fóco de cultura dos jovens fidalgos portuguezes. Foi este progresso pedagogico que determinou Dom João III a trasladar a Universidade de Lisboa para Coimbra em 1537, suavisando a violencia de

---

vã, a qual disera a ella testemunha que se asentase, e ella testemunha se asentara, e a dita mulher estava só e a dita mulher lhe perguntara:

— Que novas avia por esta cidade?

E ella testemunha disera; que:

— Nam sabya

E ella lhe disera:

— Que novas tinha da Inquisiçã?

E ella testemunha lhe dissera, que:

— Diziã que vinha, e se era asy que vinha, que era hua cousa mui santa que tanto era por hua Lei velha como pela nova, segundo diziam.

E a dita mulher lhe disera:

— Nunca o ouvireis nem vereis em vossos dias.

E ella dera com ambas as mãos figas, dizendo:

Tome pera El Rey! tome para quem ho aconselhou; e tome para o Papa que ha outorgou Porque per derradeiro hamde fycar por quem sam, e força de dinheiro hade acabar todo

E al nao dise, e ao costume dise nihil, e por não saber asynar asiney aqui a seu roguo, eu notairo e eu Jorge Velho notairo ho escrevi. Jorge Velho. J.º de Mello.» (Fl. 39.) Dr. Sousa Viterbo, *Mem. da Academia*, t. x, P. I, p. 152, 2.ª Cl.)

applicar uma grande parte dos rendimentos de Santa Cruz aos gastos da Universidade. Durante este periodo de actividade dos Collegios depois de 1527, fôram Priores crasteiros de Santa Cruz D. Dionysio de Moraes (1530 a 1533), Dom Paulo Galvão (1533 a 1536), D. Miguel de Araujo (1536 a 1539); foi então que Dom João III para honrar o Mosteiro, que tanto cooperara com a Universidade com os seus proprios Collegios e com o sacrificio dos rendimentos da communidade, concedeu o titulo de Cancellario da Universidade de Coimbra aos Priores crasteiros de Santa Cruz. No capitulo geral dos Conventos augustinianos celebrado em 5 de Maio de 1539, foi eleito Dom Bento de Camões Prior geral, sendo tambem elle o primeiro que recebendo o cargo de Cancellario da Universidade o exerceu durante o seu triennio de 1539 a 1542. Não póde este facto ser indifferente para a vida de Luiz de Camões; primeiramente a convivencia com o homem austero e cheio de auctoridade, incutia áquelle espirito lucido e irrequieto uma comprehensão elevada da existencia, e facilitava lhe as condições para adquirir uma vasta leitura servindo se da riquissima livraria do mosteiro. Tambem não era um escholar que passasse desapercebido a seus mestres, no curriculo dos cursos, por que antes dos seus rasgos geniaes fulgirem já o nome de Dom Bento de Camões lhe servia de égide. E só com a convivencia com mestres muito illustrados, como os chamados *parisienses* Pedro Henriques, Gonçalo Alvares, Vicente Fabricio, os grammaticos João Fernandes, Belchior Bellia-

go, Ignacio de Moraes, D. Maximo de Sousa e Dom Heliodoro de Paiva, que regeram Artes e Humanidades durante o quinquenio dos estudos de Camões, é que se póde explicar o profundo saber humanistico por elle adquirido em Coimbra no remanso que o poeta nunca mais teve depois na côrte e muito menos na epoca tormentosa da India.

Quando no Canto III dos *Lusiadas* o poeta esboça pittorescamente a successão dos reis de Portugal lembra se da Universidade de Coimbra, ao fallar de Dom Diniz seu instituidor, e descreve-a com emoção viva, sob a impressão que lhe ficára d'aquelles primeiros cinco annos em que fôra restituida á sua antiga séde:

> Fez primeiro em Coimbra exercitar-se
> O valioso officio de Minerva;
> E de Helicona as Musas fez passar-se
> A pizar do Mondego a fertil herva.
> Quanto póde de Athenas desejar-se
> Tudo o soberbo Apollo aqui reserva;
> Aqui as capellas dá tecidos de ouro,
> Do Baccharo e do sempre verde louro.
>
> (*Lus.*, III, 97.)

A carta regia de 15 de Dezembro de 1539, em que D. João III outorga o cargo de Cancellario da Universidade aos Priores de Santa Cruz, fundamenta essa distincção: «A quantos esta minha carta virem faço saber, — que considerando eu como em o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra jazem os corpos dos reis de gloriosa memoria, a saber: del Rey Dom Affonso Henriques e del Rey Dom Sancho, seu

filho, primeiros Reys d'este Reyno de Portugal; e bem assi havendo respeito ao dito Mosteiro ser ora por ordenança tambem reformado, e estar em tanta observancia, e se fazer em elle tanto serviço a Nosso Senhor, e *em os Collegios que em elle mandei fazer, tanto fruito e proveito dos meus Reynos e senhorios*, *em as Linguas*, *Artes e Theologia*, pelas quaes cousas recebendo eu muito prazer e contentamento: E querendo accrescentar, honrar e fazer mercê ao dito Mosteiro, de meu proprio motu hei por bem e me praz fazer mercê, como de feito faço ao Prior do dito Mosteiro e Geral da Congregação que ora he, e pelo tempo que fôr, do Officio de Cancellario da Universidade da dita Cidade de Coimbra, do qual officio lhe faço mercê com todas as honras e privilegios, antecedencias, preferencias e prerogativas com que o tiveram e d'elles usaram sempre os Cancellarios que fôram em esta dita cidade de Lisboa até ao tempo que d'ella mudei os Estudos para a dita Cidade de Coimbra. E por esta mando ao Reytor, Lentes, Conselheiros, Deputados, Estudantes da dita Universidade, que ora são, e ao diante fôrem, que hajam pelo sobredito modo o *dito Prior*, *que ora he*, e aos que pelo tempo fôrem por Cancellario da dita Universidade; e que todos os gráos de Licenças, Doctorados e Magisterios se dêem pelo dito Cancellario em o dito Mosteiro, onde se farão os exames; e os ditos Gráos se darão pela Bulla e Privilegio concedido á dita Universidade pelo Santo Padre a minha instancia em Theologia, e Canones; e em Leis, Medicina e Artes se darão sempre

por minha auctoridade, como até ao presente, se darão segundo a fórma do meu Regimento e Estatutos da Universidade. Dos quaes Gráos o dito Cancellario passará Cartas em fórma aos graduados, com declaração da auctoridade por que fôram dados expressa nas ditas Cartas feitas pello escrivão da Universidade e assinadas por elle dito Cancellario. E mando que das portas a dentro do dito Mosteiro e da sua Capella de S. João, e de todos os seus Collegios, a saber, do *Collegio de S. João* e do *Collegio de Santo Agostinho* e do *Collegio de Todos os Santos* o dito Padre Cancellario haja e tenha toda a jurisdicção em os Mestres, Estudantes e Officiaes que em elles lêrem, estudarem e servirem. A qual jurisdicção se entenderá em os Mestres sómente em o que tocar ás liçõens e faltas dos lentes, e em o fazer dos exercicios e disputas, e em as horas que hão de lêr, e em lhes dar as licenças pera irem fóra, e pera lêrem outros por elles, e em lhes mandar pagar seus salarios, e em os mandar multar em elles, quando em as sobreditas cousas lhe fôrem desobedientes. E em os Estudantes e Collegiaes em lhes dar licenças, e em os reprehender e emendar, quando fôrem escandalosos, mal ensinados ou deshonestos, e em as cousas que dão torvação a bem estudar. —

«E quando acontecer o dito Cancellario ser ausente, ou ter outro impedimento, tenha suas vezes em o dito officio aquelle Religioso que as tiver em a governança do dito Mosteiro, e pela dita maneira hei por *unidos e incorporados os ditos Collegios com a dita Universidade*; e mando que d'aqui em dian-

te *todo seja e se chame hũa Universidade*, e todos juntamente hajam e gozem de uns mesmos privilegios, assi dos que até qui lhe são concedidos, como de todos os que ao diante se concederàm á dita Universidade.» [1]

Por aqui se vê a importancia que o cargo de Cancellario deu aos Priores de Santa Cruz de Coimbra na refórma da Universidade em 1537, incorporando n'ella os seus Collegios do Mosteiro, já afamados no ensino publico. Não é pois possivel equivoco sobre o facto de ter Luiz de Camões sido alumno da Universidade de Coimbra.

Eleito Prior geral em 5 de Maio de 1539, foi Dom Bento de Camões o primeiro que exerceu o alto cargo de Cancellario da Universidade; d'elle escreve D. Nicoláo de Santa Maria, na *Chronica dos Regrantes:* «tomou o habito de Conego regrante no Mosteiro de Santa Cruz antes da refórma (1527) e foi um dos Conegos que a *acceitaram*, e por isso e por sua qualidade, letras e virtude, muito estimado de El-Rei D. João III, que festejou muito ser elle o primeiro Prior Geral (1539) e o fez tambem primeiro Cancellario da nova Universidade de Coimbra...» *(Ib.*, p. 290.) O governo de Dom Bento de Camões foi perturbado por conflictos que como Prior geral de Santa Cruz teve com o poder real. Em 14 de Agosto de 1539, um collegial do *Collegio de Todos os Santos* achou um grande thezouro debaixo das escadas que iam para a

[1] *Chronica dos Regrantes*, Liv. VII, cap. 14. — *Historia da Universidade de Coimbra*. t. I, p. 458.

torre do Mosteiro; o achador, Aleixo de Figueiredo, ia subrepticiamente passando o thezouro para casa de seu pae, por nome Nuno Borges. Divulgado o successo, entendeu Dom Bento de Camões que o thezouro era propriedade do Mosteiro de Santa Cruz; pelo seu lado el rei Dom João III, fundado na Ordenação do reino reclamava o thezouro como pertencendo á corôa. Tornou se o facto litigioso; diz o chronista cruzio: «Sobre este thezouro andou o Prior Geral Dom Bento em requerimentos e demanda com El-rey, dizendo pertencer ao mosteiro, *mas deram sentença por El-rey*» (*Op. cit*, p. 290.) Logo no anno seguinte, em 20 de Outubro de 1540, vagaram as rendas avultadas do Priorado-Mór de Santa Cruz por morte do Infante D. Duarte, irmão de D. João III, que as disfructava sendo casado; Dom Bento, como Prior Geral apoderou-se d'essas rendas em prol do seu Mosteiro, tão cerceado pelas refórmas e fundações de D. João III. O rei não esteve pela apropriação, e appellou para o Papa Paulo III, que convindo-lhe captar o poder real, mandou em 1541 que essas rendas fôssem deferidas a um outro D. Duarte, filho bastardo de D. João III e de uma D. Isabel Moniz, môça da camara da rainha D. Leonor, terceira mulher de D. Manoel. Merece considerar-se a religiosidade fanatica de D. João III como se conciliava com a liberalidade com que dotava seus irmãos e filhos bastardos com os bens ecclesiasticos. A este bastardo Dom Duarte, falecido em 1543, com vinte e dous annos, dera D. João III as abbadias de San Miguel de Refoios de Basto, de

San Bento, de San Martinho de Caramos, de San João de Longavaros, e ainda o Priorado Mór de Santa Cruz de Coimbra, dandolhe a mais em 1542 o Arcebispado de Braga, vago pelo falecimento de Frei Diogo da Silva. Estas rendas do joven bastardo passavam pela mão de D. João III e eram dispendidas a seu arbitrio; pela avidez do monarcha, presuppõe-se que a austeridade de D. Bento de Camões o affrontava, convertendo-se a antiga estima em surda antipathia. Estes factos levam a inferir que mais tarde, quando o moço poeta Luiz de Camões entrou na côrte de D. João III, como sobrinho de Dom Bento estas hostilidades fôssem habilmente recordadas por mediocres invejosos do seu talento.

Sob o governo do terceiro reitor da Universidade, Frei Bernardo da Cruz, bispo de S. Thomé, que não sympathisava com os Conegos de Santa Cruz, soffreu o Cancellario Dom Bento de Camões, conflictos de jurisdicção, em que teve de intervir o reformador Dom Frei Braz de Barros reclamando para Dom João III: «vêr esta casa que V. A. mandou reformar, em que ha tanta virtude e religião, ser assi tratada e posta em tanto perigo e dasassocego como a cada dia põe o bispo reitor. — E porque eu em o principio d'estes desassocegos cuidei que esto se podia temperar com algumas boas palavras e com alguns bons meios e com humildade d'estes religiosos, todavia não aproveitei, ante cada dia se vae o fogo mais ateando; nem para temperar esta ha hi lembrança dos merecimentos d'esta casa *por respeito dos Reis que em ella estão sepultados*, nem da boa religião que em ella se

guarda, nem que alguns Collegios em algumas outras Universidades e Estudos Geraes teem outras maiores prerogativas que esta casa; nem o proveito que a dita casa tem feito e faz em esta Universidade, assi em mantêr Collegios como em crear letrados que ajudem a sustentar, mas todo o intento parece que é prival-a assi das graças que por V. A. de seu proprio motu lhe foram dadas como das outras com que pōr bem de sua reformação está decorada; e deixo as outras offensas e affrontas passadas, que o dicto bispo tem feitas a esta casa depois da sua vinda por reitor e que já o *Padre Prior* disia; quero contar o que agora aconteceu estando em costume depois que estes Estudos se começaram, de os religiosos d'esta casa arguirem, e fazerem seus autos escholasticos de dentro de uma grade da egreja e do Geral de Santa Catharina e d'outros onde se fazem; hoje em este dia estando Dom Affonso prestes com licença do conselho da Universidade para fazer um auto de bacharel que se diz Tentativa; e tendo as despezas pagas e as conclusões mandadas e o *Cancellario* e Doutores juntos em o Geral, e o presidente para se subir á cathedra, o dicto bispo reitor mandou aos ditos mestres e bedeis, que se Dom Affonso se não fosse ao Geral que não se fizesse o dito auto; e assi foi que todos se foram; e porque *o dicto Cancellario que é ora o vigario da casa, e entende isto*, como era rasão, quizera mandar por as provisões que tem de V. A. aos officiaes e lentes o contrario, eu lhe disse por se não fazer assuada nem outros desmanchos que em semelhantes divisões acontecem, que

dilatasse o auto té eu escrever a V. A.»[1] Por esta carta de Frei Braz de Barros de 15 de Dezembro de 1541, vê-se que o conflicto se passara com D. Bento de Camões. Findo o reitorado de Frei Bernardo da Cruz, restabeleceu-se a harmonia entre o Mosteiro de Santa Cruz e a Universidade, pelo admiravel governo de Frei Diogo de Março, que na Universidade de Louvain tinha sido condiscipulo de Frei Braz de Barros. E' natural que por esta antinomia entre o Cancellario e o Reitor, terminando Luiz de Camões o seu curso de Artes e Humanidades aos dezoitos annos, não proseguisse cursando Leis ou Canones. Parece quasi forçada a sua partida de Coimbra para Lisboa.

Dom Bento de Camões acabou o seu triennio prioral em 5 de Maio de 1542, concentrando-se na apathia contemplativa; descreve-se no *Agiologio lusitano* este estado ascetico: «Estando pois certo dia recitando algumas devoções, como de costume diante do sepulchro do Santo Rei *Dom Affonso Henriques, lhe appareceu glorioso*, dando-lhe as graças de quam *excellentemente se havia portado no cargo.*» *(Op. cit.*, I, p. 22.) Estas apparições de D. Affonso Henriques eram um truque frequente com que os Cruzios defendiam as suas rendas ou prerogativas nos assaltos do poder real.

A lenda da visão de Dom Bento de Camões indica-nos a via por onde o poeta co-

[1] *Corpo chronologico*. Parte 1.ª Maç. 71. Doc. 33. Torre do Tombo.

nhecera as pittorescas lendas que então se colligiam para a sanctificação do fundador da monarchia, taes como o Milagre de Ourique, a fidelidade do Egas Moniz, a praga de sua mãe D. Tareja, que elle soube admiravelmente entretecer nos *Lusiadas*, e por ventura lidas por concessão especial no pergaminho das *Chronicas breves de Santa Cruz* de Coimbra. [1]

Isto conduz á inferencia, que teria Dom Bento de Camões intimidades litterarias com o sobrinho, que deslumbrava pelo precoce talento.

E' natural que tentasse attrahil-o para a vida ecclesiastica em que a sua capacidade o elevaria a dignidades na hierarchia ; é o que

---

[1] D'este Mosteiro de Santa Cruz, póde-se com verdade dizer o que o Dr. Storck applica phantasticamente á Batalha «para assentar no espirito profundamente impressionado do Poeta a semente fecunda da epopêa dos *Lusiadas*, que germinando e avigorando pouco a pouco as suas raizes, saiu lentamente á luz e desabrochou em esplendida poesia, bebendo o ár puro do sentimento nacional, alimentado pelas influencias de um systema completo de philosophia. Nós, os allemães lembramo-nos aqui do mancebo Friedrich Gottlieb Klopstock que, dois seculos mais tarde, se inspirou na cathedral de Quedlinburg aos pés do sarcophago do Imperador Henrique I, resolvendo cantar com tuba heroica, entre lanças e arnezes — *aquelle libertador das Terras germanicas*. Klopstock não realisou a tenção patriotica; Camões, porém levou o seu rude Canto através dos Mares e continentes, protegendo-o contra os mil aggravos de guerras e batalhas, salvando-o do naufragio medonho, com risco da propria vida, e conservando illeso no regresso ás praias lusitanas aquelle fructo gerado em uma vida de indizivel pesar e amargura.» (*Vida e Obras*, p. 257.)

se entende pelos planos de vida expostos em uma carta attribuida ao poeta, publicada pela primeira vez por Juromenha: «Tomei o pulso a *todos os estados da vida*, e nenhum achei em perfeita saude; porque *a dos Clerigos* para remedio a vêjo tomar mais da vida que da salvação da alma; *a dos Frades*, inda que por baixo dos habitos tem uns pontinhos, que, quem tudo deixa por Deus, nada havia de querer do mundo; *a dos casados* é boa de tomar e ruim de sustentar e peor de deixar; *a dos solteiros*, barca de vidro sem leme, que he bem ruim navegação: ora temperai-me lá esta gaita, que nem asi, nem asi, acharás meo real de descanso n'esta vida...»[1] Conta Manuel Corrêa, que nos ultimos annos de sua vida Luiz de Camões comprazia-se em ir ouvir as theses de Theologia moral ao visinho convento de S. Domingos; era um resto da sympathia que essas questões lhe mereceram na epoca dos primeiros estudos, quando hesitava ante a carreira ecclesiastica. No Cancioneiro manuscripto colligido por Luiz Franco, que a si se dá o titulo de *Companheiro em o estado da India e muito amigo de Luiz de Camões*, vem uma Elegia celebrando a Sexta feira da Paixão, acompanhada de um Soneto dedicatorio, que o visconde de Juromenha considerou como composição dedicada por Camões a seu tio e depois de eleito em 1539

---

[1] Juromenha, *Obras de Camões*, t. II, p. 17: «apparece em *um paragrapho inedito* de uma das suas Cartas impressas, e se encontra em um manuscripto que possuo, onde esta Carta vem por integra.»

Prior Geral. Pelo menos, no comêço da Elegia ha umas allusões ás suas funcções pastoraes:

Divino, almo pastor, Delio dourado,
A quem de Amphrisio *já viram os prados*
Guardar formoso, rico e branco gado.

Os setenta e dois Conegos cruzios usavam effectivamente habito branco. E no Soneto allude-se tambem ao seu caracter de religioso:

A ti, senhor, a quem as sacras Musas,
Nutrem e cibam de porção divina,

. . . .

Este pequeno fructo, produzido
Do meu saber e fraco entendimento,
Uma vontade grande te offerece.

Se fôr de ti notado de atrevido,
D'aqui peço perdão do atrevimento,
O qual esta vontade te merece.

No fim da Elegia torna a referir-se á veneranda individualidade a quem era dedicada:

Recebe, pão da vida, este pequeno
Sacrificio de mim, á sombra escripto
De um alto freixo d'este valle ameno.

E dá-me tanta graça e tanto esp'rito
Para que sempre louve, qual espero,
O teu saber profundo e infinito.

Tomára ser Virgilio ou ser Homero,
Somente no saber, que foi divino,
Que ser o que elles foram não no quero.[1]

---

[1] Soneto CCCXLIX; e Elegia XXIX. Ed. Juromenha.

N'esta Elegia faz o poeta um alarde de conhecimentos mythologicos, misturando-os com symbolos christãos, como quem estava imitando Sanazzaro; alli se apontam as *Nymphas*, as *Nove irmãs*, *Timbreo*, *Phebo*, a *Hesperia Thetis*, *Xanto*, *Galatêa*, *Daphne*, *Clio*, *Panopea*, *Doris*, *Zéphyro*, *Favonio*, *Clais*, *Aquario*, *Piscis*, *Europa*, *Pellio*, *Ossa*, *Ema*, *Pindo*, *Atlante*, *Jupiter*, *Phlegra* e *Acheronte*. Terminando a composição, indica o logar em que a escrevera; seria o valle ameno a mata do mosteiro de Santa Cruz. A Elegia é desproporcionada, com uma abundancia facil, de de quem dominava o verso endecassyllabo.

O triumpho da eschola italiana, iniciada por Sá de Miranda no seu regresso a Portugal em 1526, era definitivo; Dom Manuel de Portugal, amigo de Camões, adheria áquelle movimento litterario, e o *atrevimento* a que no Soneto que fica citado alludia Camões, consistiria na versificação em *metro endecassyllabo*, abalançando-se a escrever em *tercetos* ou capitulo, como se chamava a essa fórma estrophica. [1] Camões tornou a tratar este assumpto em uma outra Elegia mais breve *A' Paixão de Christo Nosso Senhor*, como quem se penitenciára da sua primeira exuberancia. No final da Elegia XXIX, o verso: «*To*-

---

[1] O Dr. Storck, na *Vida e Obras de Luiz de Camões*, (p. 240) traz: «Anteriormente, julguei não dever affirmar nem negar a justiça da hypothese de Juromenha e Braga. Hoje digo que essas poesias devem ser retiradas das Obras camonianas, emquanto não se apresentarem provas da sua authenticidade.» Têm a mesma authenticidade dos outros textos camonianos do Cancioneiro de Luiz Franco, e reforçando-as a interpretação.

mara ser Virgilio ou ser Homero» é considerado plausivelmente por Juromenha como uma aspiração do poeta á concepção de uma Epopêa nacional.

Notando Faria e Sousa nas composições lyricas de Camões a expressão precoce d'esse pensamento realisado na edade madura, é este facto mais uma prova da authenticidade da *Elegia da Paixão*. Não deixaria de suscitar esse pensamento o *Panegyrico de D. João III* publicado por João de Barros em 1533, no qual exaltando a poesia heroica em que «se cantavam antigamente os feitos notaveis dos grandes homens — o que se fosse usado em Hespanha e toda a Europa, se me eu não engano, mais proveito de tal musica naceria, do que nace de saudosas cantigas e trovas namoradas» João de Barros referia se ao enlêvo das Eglogas de Bernardim Ribeiro, e do *Crisfal* de Christovam Falcão, que empolgavam todas as emoções; e possuido da concepção historica, comprehendia a opportunidade ou o realismo da poesia heroica para os talentos do seu tempo. E' possivel que a semente da sua palavra germinasse na mente do joven poeta, por que a aspiração a realisar a Epopêa portugueza transparecia por vezes nos versos lyricos como uma expressão da sua pujança.

A admiração pela poesia da Eschola italiana não o tornava incompativel com as velhas fórmas nacionaes. Os talentos poeticos do joven escholar foram conhecidos e immediatamente aproveitados para os divertimentos dramaticos da Universidade, nas férias dos estudos. Na reforma de D. João III man-

da se regular as leituras de Direito pelas divisões seguidas na Universidade de Salamanca; por esta dependencia não admira que em Coimbra se seguissem os mesmos costumes escholarescos. Nos Estatutos da Universidade de Salamanca estabelecem-se as epocas em que se permittem as representações scenicas: «La Pascua de Natal, Carnes toliendas. Pascua de Resurrecion y Pentecostes de un año saldran los estudiantes de cada uno de los Colegios a orar y hazer declamaciones publicamente. Item, *de cada Colegio cada año se representará una comedia de Plauto y Terencio*, y Tragicomedia, la primera el primero de las octavas de Corpus xpi y las otras en los domingos siguientes; y el regente que mejor hiziere y representare las dichas *Comedias o Tragedias* se le den seis ducados del Arca del Estudio y sejan juezes para dar este premio el Rector y Maestro-escuela.» [1] Era este costume commum a todas as Universidades da Europa, e encontram-se manifestações em Coimbra, nas Escholas de Santa Cruz, no Collegio Real, e ainda sob os Jesuitas com as suas apparatosas Tragicomedias latinas. Eram um exercicio litterario e um divertimento ferial. Camões refere-se a este costume, e á festa escholar em que eram mais ruidosas as representações; assim no *Auto de El-rei Seleuco*, diz: «Tu fazes já melhores argumentos que *moços de Estudo* por *dia de San Nicoláo*.» Camões era um d'esses que

[1] Ap. Vidal y Dias, *Memoria historica de la Universidad de Salamanca*, p. 94.

sabia achar pittorescos argumentos; em Plauto encontrou o gracioso thema comico dos amores de Jupiter por Alcmena, rendendo-lhe as esquivanças sob a fórma simulada de seu marido Amphytrião, e apezar de todo o prestigio da fórma classica elaborou-o no typo do Auto vicentino. Em Coimbra tinha Gil Vicente representado diante da côrte, quando alli se demorou, a sua farça dos *Almocreves*, o *Auto da Serra da Estrella*, e a *Tragicomedia da Divisa da Cidade de Coimbra*. Por certo que estes espectaculos nacionaes e unicos não estavam ainda esquecidos, tendo-se divulgado em folhas volantes em semi-gotico algumas das mais populares composições de Gil Vicente. No *Auto dos Enfatriões*, escripto por Camões para esses divertimentos da Universidade, em que elle foi por ventura o ensaiador, ou mesmo um dos representantes, é manifesto o seu conhecimento da Tragicomedia *Dom Duardos* de Gil Vicente. A creada Bromia, entra cantando o romance de Flérida, com que Gil Vicente terminou o seu Auto, e que foi glosado por varios poetas no seculo XVI, tornando se popular; eis o texto de Camões:

Voyme a las tierras estrañas
A do ventura me guia.

E seguia uma versão oral, ou variante, por que no texto representado em Evora por Gil Vicente em 1533, vem:

Voyme *á* tierras *estrangeras*
Pues ventura *allá* me guia. [1]

[1] Alludindo ao emprego do Centão, escreve D. Francisco de Portugal, na *Arte de Galanteria:*

Camões segue tambem o preceito de Gil Vicente no emprego do *castelhano;* quando Mercurio falla, como companheiro de Jupiter para a seducção de Alcmena, exprime-se em portuguez; quando se encarna no criado Sosia, emprega o *castelhano* para o fingimento ou disfarce. [1] O thema da comedia plautina prestava-se á fórma italiana do *imbroglio*, mas Camões que abraçara no Lyrismo o gosto petrarchista, preferiu seguir no theatro as fórmas vicentinas, em redondilhas, o Auto na sua estructura perfeita. A paixão pelo theatro não pareceu um accidente simples da vida escholar; em Lisboa essa paixão leva-o á intimidade com o poeta tunante Antonio Ribeiro Chiado. O *Auto dos Enfatriões* foi como obra da mocidade desprezado pelo poeta; ou perdido entre aquelles que o representaram;

Que solamente los sufrimos en esto de valerse de versos, los que la antiguidad estableció aprobaciones, una vez en la vida, otra en la muerte, dexando exceptuado por comision particular el *Auto de Dom Duardes*, en aquellas certezas echas de molde para successos materiales:

> O que agua tão saborosa,
> Toda se me apresenta en el corazon.
> O responde como vistes
> O vistes como respondes,
> Sagrada flôr de las flôres.

«Y lo de Artada a Julian, para las criadas en las desesperaciones, si mi consejo tomara no se iria, aunque con riesgo de que le suceda como al (D. Juan de Silva, Conde de Portalegre) que trayendo por resposta dos versos de un Romance a uma dama dixo ella:

— O que cansada cosa, discretos de cartapacio.» (P. 160.)

[1] *Eschola de Gil Vicente*, p. 204.

sómente em 1587 é que appareceu posthumo em uma collecção de Autos populares. E' um precioso documento para revelar a vida escholaresca de Coimbra, e uma pagina palpitante da mocidade do poeta n'esse meio culto. Os biographos não comprehenderam o seu valor historico. Montaigne, nos seus *Ensaios*, descreve os divertimentos dramaticos que se usavam no Collegio de Guyenne sob o principalado de Mestre André de Gouveia: «eu desempenhei os primeiros personagens nas Tragedias latinas de Buchanan, de Guerente e de Moret, que se representaram no nosso Collegio de Guyenne, com dignidade.» (Liv. I, cap. 25). Na descripção d'este Collegio por Gaullieur, reconhece-se que: «No Collegio de Guyenne o theatro era em certa maneira uma parte da educação.» Foi nos estudos de Coimbra que se revelou o gosto dramatico de Jorge Ferreira de Vasconcellos e do Dr. Antonio Ferreira. Estes divertimentos conservaram-se com fervor, pois que em 1551, quando o Prior do Crato, filho natural do Infante D. Luiz, acabou os seus estudos de Philosophia e Metaphysica, ao dar-lhe o Prior Geral D. Francisco de Mendanha, Cancellario da Universidade, o gráo de Bacharel em Artes, houve uma grande festa dramatica. Lê-se na *Chronica dos Regrantes*: «Ordenou então o mesmo Prior Geral, que este acto se fizesse com grande solemnidade. Para isso houve provisão de El-rei D. João III, que podesse o sr. D. Antonio receber o dito gráo em Santa Cruz, na Aula do Geral em que se fazem os *Quodlibetos* e *Augustinianas*. E que seu mestre o Padre D. Braz lhe orasse no acto, e lhe

pozesse as insignias de Mestre em Artes. Ordenou mais para a tarde d'aquelle dia uma *Tragedia do Gigante Golias*, em latim, *que representaram os Estudantes actuaes da Universidade*, na Claustra da Portaria, que fica anterior ao Mosteiro.» (Liv. x, p. 183). «De tarde se representou a Tragedia do *Gigante Golias* na Claustra da Portaria, com grande apparato e se acabou com uma musica mui suave, cantando a córos aquella letra do triumpho de David, que teve do Gigante: — Saul percussit mille — Et David decem millia». (*Ib.*, t. II, p. 319.) Na linguagem popular portugueza ainda se encontra o nome de *Goliardo*, significando o frascario, derivado das tropelias que faziam os estudantes que representavam de *Golias*. Chiado, que era verdadeiramente um ex-frade *goliardo*, diz na *Pratica de outo Figuras*: «Em beber sou um *Golias*.» Por esta narrativa da festa dramatica no bacharelato de D. Antonio, Prior do Crato, nas Escholas de Santa Cruz, se nos revela como e em que condições foi representado o *Auto dos Enfatriões*, por ventura escripto por Camões para celebrar a recepção do seu gráo de *bacharel latino*. [1] Estes cos-

---

[1] Escreve Juromenha: «Consta-nos que no Archivo da Universidade de Coimbra existem matriculas muito antigas, que vão ao tempo da trasladação, e registo das formaturas; porém tendo-se ali procurado a do nosso Poeta *não se encontrou.*» (*Obras*, t. I, p. x, not. 2). E' uma omissão explicavel. Nas leis organicas da trasladação da Universidade de Lisboa para Coimbra, acham-se disposições prohibindo aos estudantes frequentarem as aulas e fazerem formatura sem terem effectuado a matricula nos diversos annos. O rigor da

tumes escholarescos communs a todas as Universidades, explicam-nos esse caracter impetuoso de valentão e arruaceiro, que manifestou Camões já fóra de Coimbra. Descreve este costume Quicherat na *Historia do Collegio de Santa Barbara*, gloriosamente regentado pelos nossos Gouvêas: «Formou-se no seio das escholas uma classe de professores valentões e espadachins, que argumentavam puchando pelos cópos; e ainda mais os disci-

---

lei mostra quanto este abuso estava inveterado, chegando-se até a provar a frequencia para receber o gráo por testemunhas. Em uma Carta régia de 3 de Novembro de 1539, lê-se: «que alguns estudantes se não querem assentar na matricula d'essa Universidade... e os annos que cursarem não poderão provar por testemunhas», etc. — E em uma Portaria de 18 de Março de 1540, acha-se concedida licença a dois estudantes para provarem a sua frequencia por testemunhas, visto não estarem matriculados: «Reverendo Reitor Amiguo, eu El-Rey vos envio muito saudar. Vi a carta que me escrevestes e que dizees como nã quizestes que se contassem os Cursos aos Bachareis que ora se querem graduar, senã aaquelles que se acham matriculados segundo forma da Provisão e Regimento que sobre ello passei: foi assi bem feito e assi ei por bẽ que se cumpra e guarde, e porem pelas rezons que na dita Carta dais, ei por bẽ que a Gaspar Antunes, scholar de Leis e a Luis Daraujo studante de Canones, se receba a *prova de testemunhas* para elles provarem ho dito Gaspar Antunes tres annos que diz que studou nesse studo de Coimbra sem ser matriculado, e a Luiz de Araujo dous annos que outrosi diz que studou no dito estudo sem se matricular, e provando os ditos cursos por testemunhas lhe sejã contados no numero dos cursos que hã de ter para se graduarem de bachareis assi como se lhe contárã se estiveram matriculados. Anrique da Mota, a fez a dezenove de Março de mil quinhentos e quarenta.»

pulos das classes superiores auctorisavam-se com o exemplo para trazerem debaixo da capa a espada curta...» Em carta régia de D. João III, de 26 de Agosto de 1538, determina-se: «que nenhuũ studante dos Studos da minha cidade de Coimbra *tragua espada* de dia pela cidade assi como tenho mandado que as nã traguã de noite, e trazendo-as contra esta minha defeza mando ao meirinho da Universidade que lhas tome e se perquã para elle. — e assi ei por bẽ que nã traguã punhal nẽ dagua sob a mesma pena.» Foi esta carta publicada em 7 de Outubro pelo escrivão da Universidade Heitor Rodrigues. As *regalias* das Universidades permittiam certas festas turbulentas ou as *Soiças*, sobretudo na celebração dos *Reis Magos*. «N'este dia, como escreve Quicherat, as portas dos Collegios ficavam abertas, e os escholares livres de toda a vigilancia, saíam cobertos de andrajos, e com o fato do avêsso, ou com qualquer outro arranjo ridiculo. Iam a um logar formar uma grande assembléa... Alli nomeava-se por acclamação o *Roi des Sots*.» Em uma Provisão de D. João III, de 4 de Julho de 1541, determina-se: «quanto aa *Soiça* muito custosa que alguñs studantes este anno fizerã de que vos escandalisastes por nã ser cousa de studantes, ei por bẽ avendo respeito ao que dizees, que se nã faça mais e vós lho defendee.»

As cerimonias do gráo de doutoramento tambem admittiam certas praticas grotescas dos escholares, a que se dava o nome de *Vejamen* e tambem de *Invectivas*, segundo se costumava em Paris: «e ho que receber o gráo ficará em baixo assentado em huã cadeira e

diante hũa mesa com seu banqual e estarão com elle dous bachareis ou licenciados, e leraa huma breve lição... ; e acabado esto, hum homem honrado louvará então letras e costumes do graduando e *em linguagem per palavras honestas diraa alguns defeitos graciosos pera folguar que nam sejam muito de sentir*, e nisto o scrivão lhe dará juramento em fórma antes que suba a receber o gráo.» Guerra y Orbe falla d'este costume nas Universidades hespanholas: «Los *Vejamens* habianse introduzido en España á imitacion del Gimnasio de Paris, sustituyendo ó parodiando con picantes burlas y sazonados dictos los enfadosos panegyricos. — Llamase *Vejamen* el de los medicos e juristas, y se escribia en lengua castellana; pero decian *Gallo*, *Actus gallicus*, como allusion de su origen, al de los theologos pronunciado en latin.» Em carta regia de 1 de Julho de 1541, prohibiam-se os versos satiricos ás portas da Universidade de Coimbra: «Eu El-rei faço saber a vós Lecenciado Estevão Nogueira, Conservador (juiz privativo) da Universidade de Coimbra, que eu ei por bẽ e me praz, que quando se pozerem algũas *Invectivas* ou cartas ou *Trovas de mal dizer* aas portas das Scholas, ou dentro das ditas scholas que sejam defamatorias contra alguaãs pessoas, que possam tirar devassa sobre quem as taes *Invectivas*, cartas ou *trovas* fez e assi sobre quẽ as pos nas ditas scholas; e achando algũas pessoas culpadas as prenderees e procedereees contra ellas como vos parecer justiça segundo fórma de minhas ordenações, dando appellação e aggravo nos casos em que couber...»

Além d'estas liberdades estudantescas que pertubavam os esplendores da reforma, tornavam-se excessivos os Descantes ou musicas nocturnas, a que o solicito D. João III teve de acudir em carta de 20 de Junho de 1539, dirigida ao Reitor: «Reverendo Bispo Rector amiguo. Eu El-rey vos envio muito saudar. Eu são enformado que *algũs studantes d'essa Universidade* nã esguardãndo ho que cumpre a serviço de deus e meu e ha honestidade de suas pessoas, *andam de noite com armas fazendo musicas* e outros autos não mui honestos por essa cidade, de que se segue escandalo aos cidadaons e moradores e pouqua authoridade e honra aa Universidade; e por que recebo desprazer de taes cousas se fazerẽ, vos encomendo que vos enformees disso e ho estranhai aas pessoas que ho fizerem segundo a qualidade de suas pessoas; e mandae chamar o meirinho da Universidade e lhe dizee de minha parte que olhe por isso e cumpra minhas ordenaçoens, e assi as ordenanças que sobre isso tenho feitas, porque nã ho fazẽdo assi eu proverei no caso como ouver por bem e vós me escrevee ho que neste caso passa mui decradamente. Anrique da Motta a fez ẽ Lixboa aos vinte dias de Junho de mil quinhentos trinta e nove.» [1]

[1] Em uma carta de D. João III, de 25 de Novembro de 1540, ao Bispo reitor, vem a noticia de um estudante cábula, que perturbava os estudos pela sua desenvoltura: «Eu sou enformado que huũ studante d'essa Universidade que se chama Araujo, he homẽ que nã vive honestamente nẽ studa como deve fazer, e despende mal ho que lhe seu pae dá; e porque isto alẽ de

Como existia na Universidade uma Cadeira de *Musica*, disciplina que fazia parte do *Trivium*, muitas d'essas *Soiças* e *Descantes* nocturnos seriam mais do que simples melodias populares mas composições de Cançonetas e Arias no gosto francez, a que allude Gil Vicente, e a que Antonio Prestes chamava musicas *jusquinas* (do maestro Josquin des Prés). N'estes divertimentos é que se deve estabelecer a convivencia de Camões com Jorge de Monte-Mór, que em Coimbra se tornava profissional de canto e composição contrapontica.

As referencias que faz Camões na Canção IV ao tempo em que *ledo e contente vivia* pelas margens do Mondego, levam a aproximal-as da narrativa que faz Jorge de Monte-Mór de egual época da sua vida, inferindo-se que ambos os poetas conviveram na familiaridade das escholas. Escreve Jorge de Monte-Mór, na Epistola a Sá de Miranda:

---

ser perda para elle he máo exēpro pera os outros, vos encomendo que o mandees chamar e o amoestae, e aconselhae que se emende e stude, como bom studante deve fazer, porque nã se emendando eu proverei n'isso como ouver por bē e mandarei que nã estee no studo nē na cidade. Anrique da Mota a fez em Lixboa aos vinte cinquo de Novembro de mil quinhentos trinta e nove.» E em carta de 23 de Setembro de 1539: «Eu sou informado que algũs studantes nã esguardando o que cumpre a seu habito e aa honra d'esses Studos, por alguãs leves cousas que os a isso movem estando nas scholas ouvindo os lentes, *pateam com os pees e batem com os tinteiros* aos que vão tarde a ouvir, e a outros, ho que não ei por bē e me despraz d'ello encomendovos e mandovos que d'aqui em diante o defendaes que se nã façã as semelhantes cousas sob penas que vos bē parecer, etc.»

Riberas me crié del rio Mondego.
. . . .
El-rio de Mondego y su ribera
Con otros mis eguales passeava,
Sugeto al crudo Amor y su bandera;
Con elles *a cantar me exercitava*, etc.

Esta precocidade na paixão amorosa, que acordava o sentimento poetico, é revelada simultaneamente pelos dois poetas, e em edade que tanto os aproximava. Jorge de Monte-Mór, nascido em 19 de Março de 1523, não seguiu em Coimbra o Curso de Artes e Humanidades, mas estudou theorica e praticamente a Musica, como carreira profissional. Quando Camões veiu para Lisboa, tambem Jorge de Monte-Mór se appresentou na côrte habilitado para entrar como musico da Capella da princeza D. Maria, que em 1543 casára com o principe D. Philippe. Jorge de Monte Mór viera para Coimbra frequentar as aulas de Musica do Mosteiro de Santa Cruz; era ahi que, como *Escholar pobre* elle podia encontrar recursos para a frequencia d'aquella disciplina, que formava parte obrigada do quadro pedagogico das Universidades. No Mosteiro de Santa Cruz havia o costume tradicional das *Rações cobertas*, que os Priores-Móres destinavam a pobres honrados, por intenção do fundador San Theotonio; nas reformas ordenadas por D. João III desde 1527, essas *Rações cobertas* foram destinadas a auxiliar *estudantes pobres*, conservando a intenção primitiva. Eram vinte e quatro as *Rações cobertas*, e a ellas concorreram e se formaram com esse auxilio escholares que se graduaram na Universidade, que foram

advogados, juizes e desembargadores. [1] Podemos acceitar sem hypothese, que Jorge de Monte-Mór se aproveitou d'este recurso que prestava o Mosteiro de Santa Cruz aos escholares pobres, tornando-se musico profissional, cultivando ao mesmo tempo a poesia com outros *seus eguaes* na edade e na vocação poetica. [2] Por certo que não era na pobre villa em que nascera, que elle encontrava quem lhe ensinasse Musica; a vocação o impellia a dirigir-se para o centro activo que era o Mosteiro de Santa Cruz, onde a par da mocidade aristocratica havia tambem as *Rações cobertas* para os desprotegidos da fortuna. Florescia então em Santa Cruz o Conego D. Heliodoro de Paiva, collaço de D. João III, do qual se lê na *Chronica dos Regrantes*: «Sabia as linguas de Hebraico, grego e latim com toda a perfeição, e as fallava e escrevia como a lingua portugueza. Foi tambem grande escrivão de todas as letras, illuminava e pin-

[1] D. Nicoláo de S. Maria, *Chron. dos Regrantes*, Liv. VII, p. 64.

[2] O Dr. Storck manifesta-se contra as relações de Jorge de Monte-Mór com Camões, com este debil fundamento: «*Monte-Mór*, onde este Novellista nasceu, villa banhada pelas aguas do Mondego, *dista de Coimbra ainda boa legua.* — E da convivencia collegial não se póde fallar, porque Jorge de Monte-Mór *nem latim sabia*. Sendo assim, relações de intimidade infantil só seriam provaveis, se os paes dos dois rapazes fossem amigos, mas nada consta a respeito. E quanto á quadra da primeira mocidade — aos annos proximos de 1537, em que Monte-Mór vivera talvez em Coimbra, servindo-lhe o seu talento musical de ganha-pão — a camaradagem supposta por Th. Braga, parece pouco acceitavel.» (*Vida e Obras de Camões*, p. 175.)

tava excellentemente. *Era cantor e musico destro e contrapontista*, compoz muitas *Missas* e *Magnificat* de canto de orgão, e *Motetes* mui suaves; tangia o orgão e craviorgão com notavel ár e graça, tangia viola de arco e tocava harpa e cantava a ella, com tanta suavidade que enlevava os ouvintes. *(Op. cit*, p. 327.) Era tambem muito rica de obras theoricas a livraria de Santa Cruz.

Datam d'estes estudos em Santa Cruz de Coimbra as amisades de Camões com a mocidade da principal fidalguia portugueza; ahi conheceu D. Gonçalo da Silveira, filho do antigo poeta do Cancioneiro geral, D. Luiz da Silveira, a quem celebrou nos seus *Lusiadas*. Falla o chronista cruzio: «da boa creação que o Padre D. Gonçalo da Silveira teve no mesmo Mosteiro, ou tambem querendo seguir *o costume antigo dos senhores do nosso Portugal o velho*, os quaes mandavam os seus filhos que haviam de seguir o estudo ecclesiastico ao dito Mosteiro a estudar letras e virtudes, como fez o Infante D. Luiz, a seu filho natural o senhor D. Antonio, e o duque D. Jaime a seus filhos, senhor Dom Fulgencio e D. Theotonio; e o Marquez de Ferreira, D. Francisco de Mello, a seu filho D. João de Bragança; e o Conde de Portalegre D. João da Silva a seu filho D. Antonio da Silva; e finalmente o Conde da Sortelha a *D. Gonçalo da Silva*.» *(Ch. dos Regr.*, p. 413). No Soneto XXXV Camões celebrando o seu martyrio nas missões, falla d'elle como quem o conheceu n'aquella penetração intima das escolas:

Mais poderás contar a toda a gente,
Que *sempre deu na vida claro indicio*
De vir a merecer tão santa morte.

Quando se achava Camões ainda em Coimbra em 1542, o Duque de Bragança D. Theodosio, vindo em romaria a San Thiago, segundo a costumada devoção da epoca, agasalhou-se no Mosteiro de Santa Cruz, onde se demorou alguns dias, como refere a *Chronica dos Regrantes* (t. II, p. 298). No Soneto XXI, celebrou Camões o Duque Dom Theodosio de Bragança, na sua visita, e ahi accentua um phenomeno terrivel que se passava na sociedade portugueza:

Ao nosso Portugal, *que agora vêmos*
Tão differente do seu sêr primeiro,
Os vossos deram honra e liberdade.

E em vós, grão successor e novo herdeiro
Do Bragançào Estado, ha mil extremos
Eguaes ao sangue e móres que a edade. [1]

Tinha então Camões dezouto annos, e estava apto para moralisar conscientemente sobre os phenomenos sociaes; elle via ergue-

[1] Juromenha, computando em 1535 escripto o Soneto XXI, de Camões, ao novo herdeiro da Casa de Bragança, diz: «provavelmente o foi no anno de 1535, no qual *intentou acompanhar o Infante D. Luiz á expedição da Goleta*..» (*Obr.* I, p. 16). Quem é que intentara acompanhar o Infante? Vê-se que Juromenha se referia ou a *Luiz de Camões*, que então confundia com o homonymo, filho de Duarte de Camões, de Evora, ou a Dom Theodosio, que isso fizera. A redacção de Juromenha é amphibologica; em todo o caso é inadmissivel que Luiz Vaz fizesse um Soneto aos onze annos.

rem se as fogueiras da Inquisição, que estava desde 1536 estabelecida em Portugal, tendo já um tribunal do Santo Officio a funccionar em Coimbra; via a côrte dominada pelo sanguinario fanatismo *castelhano*, e a nobreza ávida em apanhar doações regias, commandos de armadas e capitanias. Ao cheiro d'esta canella despovoava-se o reino, assim já o observara Sá de Miranda, que então vivia desalentado na sua Commenda das Duas Egrejas. Em Coimbra entravam uns padres alcunhados *Franchinotes*, que se davam a si proprios o nome de *Apostolos*, e que se haviam de celebrisar no mundo sob o titulo de Companhia de Jesus. Esses padres empregavam todos os meios de captação, a começar pela direcção espiritual do rei e infantes, pelo rapto dos filhos da principal nobreza, como se vira em D. Gonçalo da Silveira, e pela hallucinação do povo com os terrores rhetoricos da morte e do inferno. Tal era o Portugal da segunda metade do seculo XVI, *que agora vemos — tão differente do seu sêr primeiro»*.[1] A esta visita de D. Theodosio a Coimbra, refere-se mais claramente Camões no Soneto CCXXVII, pelo qual se vê que o duque estava ausente da côrte, tendo aproveitado a passagem por

[1] Desconhecendo taes factos, é que Juromenha fixa este Soneto XXI em 1535, fundando-se na phrase *novo herdeiro*, que só podia ser escripta depois da morte do duque D. Jayme em 20 de Setembro de 1533. Como era isto impossivel, por que teria o poeta nove ou dez annos, o Dr. Storck, sem fundamento colloca o Soneto quando Camões já vivia em Lisboa. (*Vida*, p. 275.)

Coimbra, para mandar seus irmãos D. Theotonio, que veiu a ser bispo de Evora, e D. Fulgencio, que entre outros pingues beneficios foi Dom Prior de Guimarães, para serem educados em Santa Cruz:

> Levantae, minhas Tágides, a frente,
> *Deixando o Tejo* ás sombras rumorosas
> . . . .
> *Fique um pouco de vós o rio ausente.*
>
> . . . .
>
> *Vinde vêr a Theodosio*, grande e claro,
> A quem está offerecendo maior canto
> Na cythara dourada o mesmo Apollo.
>
> Minerva do saber dá-lhe o dom raro,
> Pallas lhe dá o valor de mais espanto,
> E a Fama o leva já de pólo a pólo.

Entre as obras da mocidade, d'este periodo de Coimbra, colloca o visconde de Juromenha o Fragmento de uma versão portugueza dos *Triumphos* de Petrarcha, evidentemente do meado do seculo XVI, mas copiada em magnifica caligraphia em um rico volume encadernado em pergaminho do seculo XVII. A fórma do traslado revela que era muito apreciado o original quinhentista. A traducção é anonyma, pois que falta ao volume a folha do frontispicio; Juromenha, porém, considerou-o um esbôço de Camões, e incluiu-o com o erudito commentario adjunto na edição das Obras do Poeta. Contém o *Triumpho do Amor* e o *Triumpho da Fama* (este até ao Capitulo III, ℣ 35) em versos endecasyllabos na mesma fórma estrophica de tercetos. Poder-se-ha plausivelmente attribuir essa

versão a Camões, como tentâme nos seus estudos de Coimbra? Se os endecasyllabos não condizem com a perfeição que já tinha Camões n'este metro, como se vê pela Canção IV, em que se despede de Coimbra, nos extensos Commentarios em prosa vêm factos que incitam á presumpção de ser obra do poeta; vêm ahi citados onze Sonetos de Petrarcha explicando o pensamento do auctor dos *Triumphos*, e esses mesmos Sonetos fôram conhecidos e muitos d'elles traduzidos por Camões; certas explanações mythologicas lá vemos citadas, que depois fôram elaboradas artisticamente pelo poeta, como os Sonetos de Leandro e Hero, de Jacob e Rachel, a tradição de Stratonice, thema do *Auto de El-Rei Seleuco*, as comparações de Canace, Baccho considerado deus indiano, o dito celebre de Scipião, que elle empregara. N'estes Commentarios acham-se factos que se encontram na Glosa de Gesualdo, publicada em 1553, o que nos dá o limite em que trabalhava n'estes estudos criticos, que fôram interrompidos e ficaram por aperfeiçoar. Esta mesma data de 1553, em que estava Camões vehementemente sugestionado para a elaboração dos *Lusiadas*, é tambem indicio do motivo do abandono d'esse esbôço fragmentario da versão dos *Triumphos* de Petrarcha.

O Dr. Storck rejeita a attribuição a Camões, fundamentando em que não acha nas obras do poeta o «minimo vestigio dos largos estudos que o ignoto traductor ou antes commentador de Petrarcha dedicou ao *Cyclo bretão* e ás biographias dos trovadores provençaes.» (*Vida*, p. 243.) Para a vida dos

Trovadores bastavam as noticias publicadas por Nostradamus em 1518; para as Novellas da Tavola Redonda, as suas relações com Francisco de Moraes, que dedicára o *Palmeirim de Inglaterra* á Infanta D. Maria, e a copia do *Livro de Joseph ad Aramatia* offerecida a D. João III, pelo Dr. Manoel Alvares (na Torre do Tombo, Ms. n.º 643), como os trabalhos novellescos de Jorge Ferreira de Vasconcellos e de D. Gonçalo Coutinho, no mesmo cyclo, mostram-nos que bem podia conhecer essas Novellas do Cyclo bretão, mas que o seu ideal historico levava a desprezar, como nos *Lusiadas* declara de *Orlando* e do vão *Rogeiro*. Junto á *Diana* de Monte-Mór, tambem foi publicada uma versão do *Triumpho do Amor*, em redondilhas, da qual Gallardo achou uma lição mais completa em um Cancioneiro manuscripto; vê-se que essa obra de Petrarcha seduzia os poetas quinhentistas.

Na epoca em que saíu Camões de Coimbra, já frequentava as escholas a geração que achamos memorada pouco depois em 1544; era reitor no Collegio de S. Miguel Francisco de Mesquita; collegiaes D. Antonio da Silva, que veiu a ser capellão de D. Sebastião; Manoel de Quadros, que morreu em Alcacer Kibir, e irmão de André de Quadros, amigo de Camões; Manoel da Fonseca, que foi corregedor da côrte e primeiro juiz do Fisco; João de Araujo, que veiu a ser deão de Leiria; Manoel de Vide, que foi desembargador do paço; Manoel de Almeida, que foi corregedor da côrte e Antonio de Barros, que governou o Priorado do Crato. No Collegio de Todos os Santos, era reitor Aleixo de Figueiredo, e

collegiaes Rodrigo Lopes de Carvalho, Francisco Pinheiro, Antonio Serrão, Fernão de Brito, João de Seixas, Luiz de Castilho, filho de Diogo de Castilho, e Gonçalo Pires, filho de Duarte Pires, mestre das obras dos dois Collegios.

Quando Camões deixou Coimbra, em fins de 1542, ainda o ensino humanistico não estava corrompido pela falsa comprehensão da antiguidade e negação de todo o espirito nacional dos Jesuitas. [1]

E' a alliança d'estes dois elementos que equilibra o genio de Camões, tornando-o superior aos melhores espiritos exclusivistas da Renascença. Pela leitura das suas obras descobre-se logo duas educações distinctas, apparentemente antinomicas, mas no fundo solidarias: Os seus versos estão cheios de paradigmas, que provam o conhecimento que tinha de Homero, de Virgilio, de Petrarcha e Sa-

---

[1] Sobre o caracter do ensino litterario dos Jesuitas traçou Michelet este scintillante juizo: «E' deploravel vêr protestantes e livres pensadores (Bacon, Ranke, Sismondi, Augusto Comte) louvarem os Jesuitas como mestres e excellentes latinistas. Elles tiveram um conhecimento superficial da Antiguidade. Evidentemente, nunca lêram nem conheceram os grandes eruditos do seculo XVI. Nas mãos dos Jesuitas tudo se tornou froixo e falso. Estas linguas másculas e altivas, o que ficaram sendo nos seus Collegios? Quão molles e effeminadas! O seu reinado de *humanistas* póde chamar-se com inteira verdade, o predominio da chateza.

«Nunca o diabo fará a obra de Deus. O mais que faz são contrafacções ignobeis e caricaturas. O fructo jesuitico, derivado da Italia corrupta, do grotesco idylio de Tirsis e de Corydon, envenenou a Italia.» (*Nos Fils*, p. 149, 4.ª ed.)

nazzaro, da Mythologia, dos Geographos gregos e das Encyclopedias em que se condensavam os estudos classicos; [1] mas todo este pezo de erudição e auctoridade dos preconceitos humanistas não conseguiram apagar da sua alma o sentimento *nacional*, que transpira na sympathia das allusões aos Romances populares tradicionaes, aos Anexins e modismos vulgares, na preferencia dada á fórma vicentina do Auto em seus tentâmes dramaticos, nas lendas que matizam a Historia de

[1] O Dr. Wilhelm Storck, que estudou laboriosamente as Obras de Camões, traduzindo-as para allemão integralmente e commentando-as, descreve com rigor os seus conhecimentos classicos:

«Os seus conhecimentos philosophicos derivam, quanto a pormenores, na apparencia, da leitura de Diogenes de Laerte, Plutarcho, Cicero, Valerio Maximo, Aulo Gellio, Plinio senior e das Anthologias. Encontram-se a miudo reminiscencias d'estes escriptores em passagens camonianas, dando logar á resolução de pequenos problemas, principalmente quando nos achamos em frente de textos deturpados. Mas os auctores classicos que ennumerei, não são os unicos gregos e romanos que o Camões manuseava frequentemente. As suas poesias dão testemunho claro de como conhecia ditos e feitos de uma longa série de escriptores illustres: Homero, Aeliano, Xenophonte, Virgilio, Lucano, Ovidio, Horacio, Plauto, Livio, Eutropio, Justino, Ptolomeu, e outros, ficando indecisa a questão se lia as obras gregas no original.

«Os variadissimos conhecimentos de Camões, que se manifestam em todas as suas obras, documentando uma vasta leitura... Saber muito era o caracteristico d'aquella época; a instrucção encyclopedica, sonho dourado dos humanistas. — A quantidade e variedade de saber scientifico, manifestado nas obras de Camões, causa admiração, principalmente se considerarmos a raridade de bibliothecas volumosas, e o alto valor dos codices impressos e manuscriptos, que n'aquellas éras

Portugal, que elle soube com tanta arte enramalhetar nos *Lusiadas*. Esta educação nacional, apagada em Ferreira systematicamente e em Caminha, fez-se de um modo natural e simples na boa soltura das margens do Mondego, em uma terra animada de tradições historicas, e de costumes velhos e caracteristicos. Esta educação é que fortificou o seu individualismo, alentando-lhe o sentimento da Nacionalidade, que se tornava mais intenso, quanto mais os acontecimentos tendiam para apagal-o. Por ventura esse sentimento, que

---

difficultava aos estudiosos a acquisição e até mesmo o uso dos livros. Mas admiração muito mais intensa desperta a fidelidade e segurança da memoria do Poeta. Quer esteja em Coimbra, quer em Lisboa, em Ceuta, Goa, Malaca, Banda, Macau ou Moçambique, quer ande em terra ou vogue no alto mar, em toda a parte elle dispõe dos seus multiplices e vastissimos conhecimentos em historia universal, geographia, astronomia, mythologia classica, litteraturas antigas e modernas, poesia culta e popular, tanto da Italia como das Hespanhas, aproveitando-os com a mais perfeita exactidão, como filho legitimo do periodo de Renascimento e Humanista dos mais doutos e distinctos do seu tempo. — E um dominio como o de Camões sobre tão vasto campo de conhecimentos, não se alcança sonhando, da noite para o dia, mas sim estudando assidua e methodicamente com engenho e arte, talento e enthusiasmo, ajudado por mestres e guias e a estimulante companhia de camaradas e émulos. — Não é difficil adivinhar quem proporcionaria ao adolescente occasião de consultar e lêr bons livros. Dom Bento havia de pôr á disposição do sobrinho o que o seu peculio tinha de aproveitavel, e franqueava certamente, como Prior Geral e Cancellario da Universidade, ao talentoso e tenacissimo collegial e estudante Luis Vaz a Livraria de Santa Cruz e a bibliotheca da Universidade.» (*Vida e Obras de Camões*, p. 224 a 228.)

se elevava acima da psychose de um primeiro e indefinido amor, o arrancou de Coimbra, *d'essa florida terra*, onde *ledo e contente* para si vivera. A Canção IV é uma deliciosa e incomparavel despedida de Coimbra; parte como impellido por uma força invencivel:

> Oh, quem me alli dissera
> Que de amor tão profundo
> O fim podesse vêr eu algum'hora!
> E quem cuidar pudera
> Que houvesse ahi no mundo
> Apartar-me eu de vós, minha senhora!

Camões escrevia admiravelmente o castelhano; por certo que o não apprendeu no pouco tempo que frequentou a côrte de Dom João III, mas conhecia-o das muitas leituras das obras classicas que andavam traduzidas do grego e latim para castelhano. Apontaremos algumas que lhe eram accessiveis na época dos estudos em Coimbra:

— *Libro del Ysopo*, famoso fabulista. Burgos, 1496.

— *Vidas de los illustres Varones griegos e Romanos*. Tradacção de Alfonso de Palencia. Sevilha, 1491-1508.

— *La Filosofia moral*, de Aristoteles: *Etica*, *Economica* y *Politica*. Zaragoza, 1509.

— *Iliada* de Homero, traduzida do grego e latim por Juan de Mena. Valladolid, 1519.

— Obras de Aristoteles, traduzidas do latim por Juan Gines Sepulveda. Paris, 1531 e 1532. In-fol.

— *Metaphysica* de Aristoteles. Roma, 1537.

— *Las Guerras civiles de los Romanos*, de Apiano. Trad. por Diego Salazar. Alcalá, 1536.

— *Leandro y Hero*, de Museu. Traduzido por Juan Boscan. Barcelona, 1543.

E' excusado citar as obras castelhanas que elle conhecia, por que pertencem ao tempo da sua maior actividade poetica.

Desde que o poeta não quiz lisongear seu tio seguindo o estado ecclesiastico, de que o afastaram esses precoces amores, a terminação do seu curso de Artes e Humanidades obrigara-o a regressar a Lisboa, á casa paterna, para entrar na lucta da vida, com o favor da côrte, onde eram conhecidos os seus talentos. No Soneto CXXXIII, descreve Camões a partida de Coimbra, sentindo que o pensamento lhe vôa sempre para aquella terra aonde ledo vivera:

> *Doces e claras aguas do Mondego,*
> Doce repouso de minha lembrança,
> Onde a comprida e perfida esperança
> Longo tempo apoz si me trouxe cego.
>
> *De vós me aparto*, si; porém não nego,
> Que inda a longa memoria que me alcança,
> Me não deixa de vós fazer mudança,
> Mas quanto mais me alongo mais me achego.

A tradição d'esta psychose amorosa de Camões relacionada com a sua partida para Lisboa, syncretisou-se com outros factos; assim nas *Lembranças* de Diogo de Payva de Andrade, filho do chronista Francisco de Andrade, lê-se em algumas linhas biographicas de Camões:

«*Por estes amores* foi quatro vezes desterrado: *uma de Coimbra*, estando lá a côrte, *para Lisboa;* etc.»

E' presumivel, que terminado o Curso na Universidade em 1542, seus paes o obrigassem a regressar a Lisboa, affastando-o d'essa paixão incipiente, de que elle falla com tanto enlêvo accentuando o forçado e inesperado apartamento. D'ahi essa impressão de um

*

primeiro desterro.[1] Mas essa lembrança que o acompanha, vae delir-se na côrte, exaltando o seu estado de espirito em que qualquer galanteio feminil o empolgaria; ahi tudo convergia para exaltar-lhe o temperamento vibratil e o éstro repentista, sendo o talento deslumbrante, a graça espontanea, a vivacidade communicativa que o impozeram, mais do que o nascimento, as altas amisades pessoaes e a sua excepcional cultura humanista.

[1] Camillo Castello Branco, possuidor do Ms. das *Lembranças* de Diogo de Paiva de Andrade, transcreveu as linhas biographicas mas não soube interpretar o fundo de verdade que existia na tradição, tomando o seu syncretismo á letra: «O desterro de Camões de Coimbra, onde estava a còrte, é a novidade que não póde conciliar com o facto de ter residido D. João III em Coimbra nos annos immediatos a 1542... Sei tão sómente que o rei esteve em Coimbra por 1527 e 1550.» (*Luiz de Camões*, Notas biograph., p. 15.) Nas tradições são muitas vezes erradas as circumstancias, e verdadeiro o facto na sua generalidade; outras vezes pela realidade das circumstancias restabelece-se o facto concreto á sua verdade deturpada. E' indispensavel esta base hermeneutica para interpretar as numerosas tradições que envolvem a vida de Camões, que os biographos apontam como curiosidades, sem lhes extrahir os residuos historicos. Diogo de Payva de Andrade, filho do chronista Francisco de Andrade, nascido em 1576, ainda em vida de Camões, era um curioso de antiguidades e um humanista; refutou varios erros de Fr. Bernardo de Brito, no seu *Exame de Antiguidades*, (1616) e escreveu o *Casamento perfeito*, (1630) que encerra valiosas noticias da vida civil portugueza. Escreveu tambem um poema latino *Chauleidos*, no gosto da epopêa de Stacio, celebrando o Cêrco de Chaul de 1570-71. As linhas biographicas de Camões resumem a sua vida relacionada com os seus amores; Faria e Sousa, que desconheceu esta fonte, segue as mesmas indicações, o que revela que ambos encontraram um mesmo veio tradicional.

EPOCA SEGUNDA

A Côrte de D. João III

(1543 a 1553)

—

Conhecido o quadro pedagogico da época em que cursou Camões os estudos de Coimbra, determina-se pelo corriculo dos cinco annos começados em 1537, que regressaria á casa paterna, tomado o grão, em fins de 1542. Juromenha fixou esta data por um processo laborioso e aproximativo, para supprir a falta de conhecimento do quadro dos estudos que o esclareceria com mais segurança. Interpreta estas palavras da Carta I de Camões, escripta da India, em 1553: «Porque, quando cuido que sem peccado que me obrigasse a tres dias de purgatorio, passei *tres mil dias* de más linguas, peóres tenções, damnadas vontades, nascidas de pura inveja...» Apezar de Storck achar «estranheza que Camões obrigasse um intimo amigo a um calculo arithmetico bastante complicado — capaz de ar-

rumar devidamente os *outo annos* com mais tres mezes ou *oitenta dias,*» é evidente que esse trecho da carta tem um valor chronologico e autobiographico. Os *tres mil dias*, que se reduzem a *outo annos e outenta dias*, arrumam-se com verdade diante dos factos positivos: Embarcando Camões para a India em 24 de Março de 1553, (comprehendem-se n'este trimestre os *outenta dias)* ficam os *outo annos*, que subtrahidos de 1552, nos reportam ao anno de 1544, no qual effectivamente chegou a ter entrada no paço, onde suscitou, pelo deslumbramento do seu genio as mais profundas invejas. [1] Na biographia manuscripta por Frei Francisco de S. Agostinho Macedo vem a tradição dos epithetos admirativos que lhe davam na côrte: «Era galante com desenfado; aprazivel com primor; cortez com gracejo;... era bem visto e melhor ouvido. Chamavam-lhe *Sereia do Paço, Cysne do Tejo.*» As damnadas tenções e as cavillosas invejas fôram-se accentuando depois nos epithetos odientos de *Trinca-Fortes*, *Homem das abas grandes*, e *Cara sem olhos.*

Quando Camões regressou a Lisboa contava os seus dezenove annos; como, sem bens de fortuna nem importancia individual, foi elle admittido no paço? Não foi admittido immediatamente. Só quando penetrou na côrte a fama do seu talento poetico incomparavel,

[1] Descontando *dois annos* em Ceuta, é que Juromenha vem á data de 1542, *(Obras*, t. I, p. 25) ou 1543, confusamente.

e as damas da mais alta gerarchia, como D. Francisca de Aragão, lhe pediam versos ou lhe davam Tenções para glosas, é que se facilitaram as appresentações, pela intimidade que tinha com outros fidalgos tambem poetas e dignatarios do paço. Dos fins de 1542 a 1543 passou Camões vida desafogada, sem outra occupação mais do que despedir-se da sua mocidade. Observa o Dr. Storck: «dando ou acceitando por provado — que Simão Vaz de Camões e D. Anna de Sá residiam em Lisboa — de certo que davam casa e mesa ao moço descuidado e ocioso, que desperdiçava o seu tempo a versejar, a atar e desatar amores, a vaguear pelas ruas e praças de Lisboa, folgando a deshoras com amigos e companheiros em recontros e pendencias de mancebos, brigando de noite com outros valentões e deixando-se arrebatar a desafios e duellos.» (*Vida*, p. 271.) Embora o Dr. Storck exagere o quadro e o antecipe, é certo que n'esse anno de 1543 se manifestou «bom justador, manso, discreto, galante, partes que a qualquer mulher abalam.» (*Filodemo*, p. 415.) Fôram as damas que primeiro o admiraram, e o attrahiram para a côrte.

A passagem repentina de um meio intellectual e contemplativo, como era a vida confinada n'um Collegio universitario, para a agitação ruidosa de uma Côrte turbulenta e festiva, bastava para produzir um deslumbramento e desequilibrio moral na organisação emotiva de um adolescente, emquanto se não adaptasse a esse meio. Maudsley, na *Pyhsiologia do Espirito*, considerou este phenomeno: «Quando uma grande e subita revolução

do eu é produzida por uma causa externa, ella é cheia de perigos para a estabilidade mental do individuo; nada é mais perigoso para o equilibrio de um caracter do que o facto de collocar um individuo em circumstancias externas completamente differentes, sem que a sua vida interna ahi se tenha preparado ou adaptado;...» *(Op. cit.*, p. 421.) No seu regresso de Coimbra para a populosa Lisboa em 1543, na impetuosidade e soltura dos seus dezenove annos, Camões, suscitado pelas impressões de uma larga sociabilidade, estava longe de encarar a sério o problema da vida na sua fórma concreta de fazer carreira. E essa incapacidade momentanea, transitoria, era considerada como consequencia da sua excepcional organisação poetica. Amisades perigosas o envolviam n'estas diversões, que tanto contrastavam com os dias serenos de Coimbra; nos Côrros e Pateos de Comedias conheceu esse frade franciscano ribaldo Antonio Ribeiro Chiado, que chegou a representar diante de D. João III o seu *Auto da natural Invenção*; por ventura valentões como Calisto de Siqueira, [1] ou escholares como Luiz de Lemos, o acompanhavam na espontaneidade d'aquelle temperamento impulsivo. Em uma Carta de Camões, que esteve inedita até 1904, encontram-se traços d'esta pittoresca existencia folgasã; falla na taverna

---

[1] Callisto de Siqueira, filho natural de Francisco de Siqueira, Escrivão da Cosinha del Rey, mulato mui conhecido por valente, homem grande espingardeiro...» (Couto, *Decada* VIII, 7.)

do Malcosinhado, onde se encontravam sempre «uns Cupidos *valentes*, dos quaes suas alcunhas são Matadores, Matarins, Matantes, e outros nomes derivados d'estes, porque se acham com cascos e rodelas, *cum gladiis et fustibus*, como se Nosso Senhor tivesse de padecer outra vez.» O *Matante* era o typo comico do Espadachim dos Autos populares, como se vê por umas coplas de Caminha; por isso accrescentava Camões: «Na paz mostram coração — Na guerra mostram as costas», observação que mais tarde repetiu com sarcasmo na satira dos *Disparates da India*. Seria d'este tempo a alcunha de *Trinca Fortes*, que lhe poz o poeta Chiado; Juromenha encontrou em um manuscripto: «um Epigramma do seu amigo Antonio Ribeiro Chiado, em um certâme poetico e gracioso, sendo o prémio posto por um fidalgo uns melões, que tinha em uma giga uma regateira:

Luisa, tu te avisa
Que taes melões lhe não dês;
Porque esse que ahi vês,
Trinca Fortes mala guisa.» [1]

Nos Manuscriptos da Collecção pombalina, n.º 133, vem a folhas 124 o Epigramma completo, com a rubrica: *Trova que disse hũ francez a hũa regateira*. O verso final tem a variante: «Triquesfortes males gisa», que parece uma deturpação. Em seguida vem outra quadra com a rubrica: «*Resposta de Camões achando-se presente:*

[1] Jur., *Obras de Camões*, t. I, p. 137: não cita o manuscripto.

Luisa, quem sem camisa,
Te colhera entre os lençoes;
Não me deras dois melões
Que sejam de boa guisa.» [1]

Na Ecloga XV, ou funerea, descreve Camões esta crise passageira da vida em Lisboa, que durou apenas até á sua entrada na côrte:

Emquanto este pastor o pensamento
Logrou, sem que em amores o empregasse
Se não só em buscar contentamento;

Festa não se fazia em que faltasse
A sua frauta que elle assi tangia,
Que outra nunca se ouviu que lhe egualasse.

Já agora não é aquelle que soía,
Vejo-o na condição todo mudado;
Mudada tambem d'elle está a alegria.

Essa mudança de condição foi uma consequencia decisiva da sua entrada na côrte, franqueada pela prestigiosa fama de um ge-

---

[1] Lopes de Mendonça publicou estes Epigrammas nas Actas das Sessões da Academia, 2.ª Classe, vol. II, pag. 17) sem indicar o numero do Ms. Pombalino. E aprecia: «Este improviso, sem a menor pretenção litteraria, de um feitio popularmente libertino, ageita-se bem á indole irrequieta e folgazã, maliciosa e sensual do estudante brigão, do qual devia desabrochar mais tarde o sublime Epico.» O nome de *Trinca-fortes* ainda era popular no seculo XVII, nos Villancicos:

Eu esta pobre camisa
Vos offereço, senhora;
Supposto que venha agora
Trinqua-forte, mala guisa.

(*Anth. port.*, pag. 327.)

nio excepcional, que suscitou logo as mais profundas invejas. que lhe complicaram a existencia, e a psychose de um immenso amor, que se tornou uma angustiosa fatalidade. Esse anno de descuido, que se póde definitivamente fixar em 1543, reapparece nas suas recordações como um contraste de encanto diante das paixões e decepções que o envolvem.

Na Ecloga II, descreve Camões aquelles primeiros tempos da vida de Lisboa ainda descuidado de preoccupações amorosas:

Que bem livre vivia e bem isento,
Sem que ao jugo me visse submettido
De nenhum amoroso pensamento!

Lembra-me. amigo Agrario, que o sentido
Tão fóra de amor tinha, que me ria
De quem por elle via andar perdido.

De varias côres sempre me vestia;
De boninas a fronte coroava,
Nenhum pastor cantando me vencia.

A barba então nas faces me apontava,
Na lucta, na carreira, em qualquer manha
Sempre a palma entre todos alcançava.

Da minha tenra edade, em tudo estranha.
Vendo, como acontece. affeiçoadas
Muitas Nymphas do rio e da montanha;

Com palavras mimosas e forjadas,
De solta liberdade e livre peito,
As trazia contentes e enganadas.

Mas não querendo Amor. que d'este geito
Dos corações andasse triumphando,
Em quem elle creou tão puro affeito;

Pouco a pouco me foi assi levando
Dissimuladamente ás mãos de quem
Toda esta injuria agora está vingando.

As damas da côrte começaram a mandar-lhe pedir Glosas e Tenções sobre Voltas que andavam mais em voga nos serões do paço; no torneio de poetas fidalgos que nos circulos femininos lisongeavam uma certa deidade, eram os versos de Camões os mais impressionantes pela belleza da fórma e pelos requintes do galanteio cobrindo uma vibração apaixonada. Quando Sá de Miranda vivia no retiro da sua Commenda das Duas Egrejas, no Alto Minho, ainda da côrte lhe pediam Tenções para esses torneios de galanteria palaciana; a mesma distincção deram a Camões. D'ahi, pela sua amisade e parentesco com D. Manoel de Portugal, que regressara de Roma em fins de 1542, pela admiração que lhe dedicava D. Francisca de Aragão, a primeira festa ruidosa do paço serviria de pretexto para ser convidado ou melhor attrahido a frequentar a côrte. De facto em 1544 é o Principe herdeiro Dom João jurado solemnemente em Almeirim. Ha um fervor momentaneo por poesia e bellas letras, que se ligavam com o plano da sua educação e com o da cultura da Infanta D. Maria, a quem Francisco de Moraes, recemchegado de Paris, dedicara a sua novella do *Palmeirim de Inglaterra*. Quem, melhor do que Francisco de Moraes poderia apreciar o genio de Camões, e com o enthusiasmo pela sua incomparavel superioridade, fallar do joven poeta ao embaixador D. Francisco de Noronha, conde de Linhares, então com alto cargo e valimento na côrte. Sómente um poeta é que sabe lêr e comprehender outro poeta, como o affirmou Filinto Elysio. E Camões achava-se possuido já de

um pensamento, que se ia tornar a noenergia da sua vida — *um novo espirito*, que será o Canto heroico que anda idealisando.

O estado de espirito, em plena liberdade critica e de uma alegria exhuberante, em que se representa a sua vida n'esse anno de 1543, é-nos authenticado por uma *Carta de Luis Camões a hũ seu amigo*, encontrada em um manuscripto da Casa de Vimieiro, na qual accentúa o bigotismo da côrte sob a influencia dos *Apostolos*, como então se chamavam a si proprios os Jesuitas. [1] Transcrevemol-a integralmente pela intensa luz que projecta n'este rapido periodo em que desconhece o soffrimento moral, e em que pinta fortemente a sociedade em que se agita:

«Hua vossa me deram, a qual pelo descostume me poz em tamanho espanto como contentamento em saber novas de quem tanto as desejava; mas nem com esta vos forrareis do esquecimento que de mim tivestes em me não escreverdes antes de vos irdes. Antre alguas novas que mandastes vi que me gabaveis a vida rustica, como são aguas craras, arvores altas sombrias, fontes que correm, aves que cantam, e outras *Saudades* de Bernaldim Ribeiro, *quae vitam faciunt beatam*. Não vos nego a enveja que d'ella vos tenho nem o pouco conhecimento que d'ella tendes, pois me dizeis que vos enfada já. A troco

[1] Ms. 8571, da Bibliotheca Nacional, fl. 22 v. e 23 v. letra do fim do seculo XVI. Está publicada e annotada pelo Dr. Xavier da Cunha, em folheto. Coimbra, 1904.

d'estas novas vos darei outras d'esta terra tam contrarias d'essas como esta vos dirá.

«Primeiramente vos digo que cá vivem os homens na mão do mundo, o que não fazem os de lá; por que se lá tendes conta com visitar fazenda, enxertar arvores, dispôr cravos, ir vêr se a lagarta róe a vinha, rir das rusticas palavras dos pastores, ouvir seus não fingidos amores, os de cá ham de ter conta com exercitar suas vidas de maneira que floreçam suas obras, porque a lagarta das más linguas não rôa a vinha das vidas alheias, e trazer sempre aparadas as palavras para fallar com quem se presa d'isso, cousa que eu tenho por grande trabalho andar á descrição de amores fingidos, que os pastores de lá não tem. E para vêrdes, digo que ha cá dama tam dama, que pelo ser de muitos se a hũ mostra bom rostro por que lhe quer bem, aos outros não mostra ruim por que lhes não quer mal. Em comparação d'esta, digo que creou nosso senhor o camaleão na arte de qualquer logar donde o põem. Ao redor de cada uma d'estas vereis estar hũa duzia de parvos tão confiados, que cada hũ jurará que he mais favorecido que todos. Hũs vereis encostados sobre as espadas, os chapéos até os olhos, e a parvoice até os artelhos, cabeça entre os hombros, capa curta, pernas compridas, nunca lhes falta hua conteira dourada que luz ao longe. Estes, quando vão pelo sol, olham-se á sombra; e se se vêem bem dispostos, dizem que teve muita razão Narciso de se namorar de si mesmo; estes no andar carregam as pernas para fóra, trocem os sapatos para dentro, trazem sempre *Boscan* na manga, fallam pouco,

e tudo saudades, enfadonhos na conversação pelo que cumpre á gravidade de amor.

«N'estes fazem alcouveteiras seus officios, como são: palavras doces, esperanças longas, recados falsos; ou vos fallam pela greta da porta, como vos não fallou, estava mal disposta, sentiu-a sua mãe. Por que esta é a isca com que *Celestina* apanhava las cien monedas a Calisto com sua sobrenfusa. Outras damas *hay* cá, que ainda que não sejam tam fermosas como Helena, são altivas, como são hũas beatas de San Domingos, e *outras que conversam os* APOSTOLOS: estas se geram de viuvas honestas, e de casadas que têm os maridos no Cabo Verde; assim que hũas por casar e outras por lhes Deus trazer os maridos, de cuja vinda ellas fogem, nunqua lhes escapam as quartas feiras em Santa Barbora, as sextas em Nossa Senhora do Monte, os sabbados em Nossa Senhora da Graça, dias do Espirito Santo. Hũas dizem que jejuam a pão e agua, outras que não comem cousa que padeça morte, e d'estas ha algũas de estofa que fazem ir uma náo á India em tres dias; grandes capellos e habitos de sarja:

> Contas na mão,
> e o olho ladrão,
> e haja eu perdão.

«Porque debaixo lhes achareis mantéos debruados, gravins laurados, jubões de holanda alvos e justos. Estas não se servem com musicas suaves nem vestidos lustrosos, mas com grossas peitas, cruzados amarellos, que — por dineros baila el perro, — por que palavras

sem mais *in vanum laboraverunt.* Os Cupidos d'estas não são dos bem vestidos, que namoram com palavras, mas hũs de capuzes frisados e de pelotes de petrina ao olivel do embigo sem pantufos. Estes medram por sesudos e disimulados afóra as custas: tambem cozem n'este forno frades de San Francisco, que andam com as calças desatacadas e os lombos recheados, e assim os de Santo Eloy, que tem que dar, (ainda que o Doutor Martim Vaz do Casal, diz que são annexos a molheres fidalgas pola comunicação e conversação das confissões, e eu digo, que jogam de todalas armas, por que — Todos somos del merino.

Quanto he ao que toca a est'outras damas d'aluguer ha muito que escrever d'ellas; alguns dirão, que como quer que n'estas não ha ahi mais que pagar e andar, não póde haver engano n'este jogo, digo que he ao contrario, porque vereis estar hu rosto que fará a castidade de Lucrecia luxuriosa, hua testa d'alabastro, hus olhos de morde-e-fuge, hũ nariz de manteiga crua, hua bocca de pucarinho d'Estremoz, mas, *O pueri, latet...* E se vos disserem que estas pelam os que as têm, assentae que é fabula, porque eu vi muitos não terem nada de seu, e agora os vejo com mulas e cavallos. D'alguas conseguintes vossas amigas vos darei novas. Maria Caldeira matou-a seu marido; grande perda para o povo, que reparava muitas orfãs e adubava os pagodes de Lisboa, a fóra outras obras de grandes respeitos. E porque esta senhora não vivesse muito tempo no outro mundo só, se partiu para lá Beatriz da Mota, vossa amiga.

D'este diluvio houveram algũas d'estas damas medo, e edificaram hũa Torre de Babylonia, onde se accolheram; e vos certifico que são já as linguas tantas, que cedo cahirá, porque ali vereis moiros, judeus, castelhanos, leonezes, frades, clerigos, casados, solteiros, moços e velhos. A esta torre chamaram accolheita, pela fortaleza d'ella; mas o philosopho *João de Melo* [1] lhe poz nome o Rompeo, porque he de tres páos, sc.: de Francisca Gomes a tarifa, Antonia Braz, afóra a Bolla, que he Maria da Rosa. Eu o chrismei ha poucos dias, e lhe puz o nome o *Malcosinhado*, porque sempre achareis n'elle que comer, quer bem, quer mal. E tudo o d'estas senhoras he brando, rostos novos e canos velhos; são boas para Nymphas d'agua, por que não deitam mais que a cabeça fóra. A rasão por que se comem estas por Lisboa mais que as outras, he que afóra seus rostinhos, servem de foliões que cantam e bailam tão bem, que não hão inveja aos que El Rei mandou chamar. E o pagode que se faz sem estas he da seita dos Epicuros, que punham a bemaventurança em comer e beber; mas eu digo que o faziam, porque estas não foram em seu tempo.

N'estas casas acharão continuamente muitos Cupidos valentes, dos quaes suas alcu-

[1] Julgamos uma referencia sarcastica ao terrivel inquisidor João de Mello, domestico do Cardeal Infante D. Affonso em Evora, que pertencendo ao Tribunal do Santo officio de Evora em 1536, passou para o de Lisboa em 1539, onde se fez notar pelo seu rigor. Em 3 de Outubro de 1541, assignava a sentença contra Bandarra. Esta allusão determina-nos com segurança a epoca a que se refere a carta de Camões.

nhas são — matadores, matistas, matarins, matantes, e outros nomes derivados d'estes, porque sempre os achareis com cascos e rodelas, *cum gladiis et fustibus*, como se Nosso Senhor houvesse de padecer outra vez. Confesso-vos que estes me fazem fazer o mesmo. Estes na pratica dir-vos-hão que

> Sus arreos son las armas,
> su descanso es pelear.

«Mas, sei-vos dizer, que se

> Na paz mostram coração,
> Na guerra mostram as costas;
> Porque aqui torce a porca o rabo.

«Como vos parece, senhor, que se pode viver entre estes, que não seja melhor essa vida que vos enfada, essa quietação branda, com um dormir á sombra de hũa arvore, e ao tom de um ribeiro, ouvindo a harmonia dos passarinhos, em braços com os Sonetos de Petrarcha, *Arcadia* de Sanazaro, *Eglogas* de Virgilio, onde vêdes aquillo que vêdes? Se a vós, senhor, essa vida vos não contenta, vinde trocar pela minha, que eu vos tornarei o que fôr bem.

«E não vos esqueçaes de escrever mais, porque ainda me fica que responder, cujas mãos beijo.»

A comprehensão d'esta carta depende do conhecimento da data em que foi escripta; é omissa, mas estabelece se pela referencia á *conversação dos Apostolos*, ou os Jesuitas, quando se tornaram os directores espirituaes da côrte, e armaram procissões de penitencia, firmando o seu predominio em 1543. O bea-

terio, então se differençava pelos varios coios que frequentava, na egreja de San Domingos, na ermida de Santa Barbara situada ao Campo da Fôrca, na capellinha da Senhora do Monte, ás sextas feiras, [1] e aos sabbados na Graça, e com suas devoções especiaes, umas para casarem, outras porque têm os maridos ausentes. As alegres digressões em volta de Almeirim estavam abandonadas por este fervor religioso, que mascarava as intrigas amorosas. Camões escreveu umas redondilhas *A uma senhora resando por umas contas*, com a intelligencia da situação:

Peço-vos que me digaes
As orações que resastes,
Se são pelos que matastes,
Se por vós, que assi mataes?
Se são por vós, são perdidas;
Que qual será a oração
Que seja satisfação,
Senhora, de tantas vidas.

As cinco estrophes d'estas redondilhas são de uma graça e finura incomparaveis. A ideia agradou, e motivou o desenvolvimento da primeira estrophe glosada como delicioso commentario, dirigido *A uma Senhora resando.* Tornara-se uma elegancia cortesanesca o

[1] Annotando esta passagem, escreve o Dr. Xavier da Cunha: «Ainda hoje a pittoresca Ermida de N. S. do Monte é mui concorrida ás sextas feiras por devotos, e sobretudo por devotas que na iminencia da maternidade vão alli sentar-se na lendaria cadeira do bispo S. Gens esperançadas em que esse acto piedoso lhes proporcionará feliz successo ao nascimento dos filhos.»

*

resar nas contas, que eram tambem um adorno, um luxo. Na *Arte de Galanteria*, D. Francisco de Portugal avisava as damas: «ni en la tribuna haga demasiado ruido con las cuentas, que no parecerá que resa devota, si no que llama devotos.» *(Op. cit.*, p. 43.) Foi tambem em uma egreja, que Luiz de Camões viu a juvenil *Dama da Rainha*, que se lhe apossou do espirito:

Todas as almas tristes se mostravam
Pela piedade do Feitor divino,
Onde ante o seu aspecto peregrino
O devido tributo lhe pagavam.

Meus sentidos então livres estavam,
Que até hi foi constante o seu destino;
Quando uns olhos, de que eu não era dino,
A furto da rasão me saltearam.

A nova vista me cegou de todo,
Nasceu do descostume a estranheza
Da suave e angelica presença.

Para remediar-me não ha hi modo!
Oh, porque fez a huma Natureza
Entre os nascidos tanta differença? [1]

Seria na Capella real, junto dos Paços da Ribeira, [2] que poderia Camões vêr a angelica

[1] No Cancioneiro de Luiz Franco. (Juromenha, Soneto 303. *Obr. II*, p. 152.)

[2] Os Paços da Ribeira estendiam-se na sua ampla área de norte a sul até ao mar; rodeados de areadas em que se arruavam mercadores, diante da sua vasta frontaria estendia-se o Terreiro do Paço, que ainda conserva o nome; sobre um dos lados se elevava um torreão, em cujos baixos estava estabelecida a Casa da India, ficando-lhe a leste a Alfandega, a Casa dos Contos e o Terreiro do Trigo. Á porta principal da cidade era o Pelourinho velho, onde estavam officialmente doze

presença, no séquito da Rainha. A Capella real, com frente para o largo do Relogio, hoje denominado do Pelourinho, tinha ingresso por duas amplas escadas, achando-se cercada por lojas de capellistas. Olhar, sentir amor por uma dama do Paço e *muito moça*, o proprio Camões lhe chamou um atrevimento.

A situação não era uma imitação do caso dos amores de Petrarcha, como o fazia suppôr a relação paraphrastica do Soneto III com o Soneto LXXVII de Camões; estava na realidade dos novos fervores devotos da côrte de Dom João III, tal como a Carta transcripta o revela. Um immenso desejo incitaria o poeta a pretender entrar na côrte, para vêr a *rara e angelica figura* — que a furto da rasão o salteara. Como conseguil-o? É certo que os seus versos foram lidos no paço, e apreciados; Dom João III entendia de poesia, e o Infante D. Luiz era excellente poeta. O rei desejou vêr os versos de Camões, as redon-

---

escrivães para redigirem em nome das pessoas analphabetas; d'alli se seguia para o occidente a Rua Nova, a principal da cidade, com arcarias gothicas, onde havia o mais activo commercio de negociantes nacionaes e estrangeiros, inglezes, flamengos e *estantes* florentinos Para o norte ia a Rua Nova d'El Rei dar ao Rocio, um dos extremos da cidade, onde se erguiam o palacio dos Estáos, agora da Inquisição, o Hospital de Todos os Santos, e a léste o *Convento de S. Domingos*, estendendo-se adiante o bairro da *Mouraria*, e sobranceiro o Monte de *Sant'Anna*, em volta de cuja egreja se iam accumulando as casarias. Era n'este bairro novo, que se estendera para o valle rompendo a muralha, que morava a familia de Camões, quando frequentou os Paços da Ribeira; no monte de Sant'Anna habitou nos ultimos annos da vida e d'alli vinha intellectualmente distrair-se com os frades de S. Domingos.

dilhas que as Damas repetiam. O poeta o disse na sua Carta II: «E porque não digaes que não sou gente fóra do meu bairro, vêdes, ahi vae uma Volta, feita a este Mote, que escolhi da manada dos engeitados, e cuido que não é tão dedo queimado, que não seja *dos que El Rei mandou chamar*; o qual falla assi

Não quero, não quero
Jubão amarello...»

Vejamos como se preparou a entrada na côrte.

As relações de Camões com Francisco de Moraes, auctor do *Palmeirim de Inglaterra*, que regressara de França em 1543, como secretario do embaixador D. Francisco de Noronha, 2.º Conde de Linhares, e a circumstancia de ser este o Camareiro-mór da rainha D. Catherina, é que nos explicam como o poeta dedicou o seu Idyllio (Ecloga V) áquelle fidalgo. Começa: «A quem darei queixumes magoados?» Vê-se que era uma das suas primeiras offertas litterarias. Nas edições primeiras traz a rubrica: «*Feito do Autor na sua puericia.*» Ainda não tinha os vinte annos o poeta; póde-se portanto acceitar a inducção tradicional da rubrica. A rubrica da edição de 1595: «*A Dom Antonio de Noronha*» veiu complicar a comprehensão, pelo anachronismo; mas mantinha a verdade de um elemento tradicional. O Dr. Storck esclareceu o problema: «A tradição levando nos á casa dos Condes de Linhares, não erra. Erra apenas a pessôa que indica. D. Francisco de Noronha é o — Senhor famoso e excellente — especial em graças entre a gente, — a quem os suspiros

magoados do primeiro Idyllio camoneano se dirigem, e não o pequenino D. Antonio... que mal contava de sete a oito annos. Ao pae, e não ao filho, diz o Poeta:

> Por partes mil lançando a phantasia
> *Busquei na terra estrella, que guiasse*
> *Meu rudo verso*, em cuja companhia
> A santa piedade sempre andasse;
> Luzente e clara como a luz do dia,
> Que o rudo engenho meu me alumiasse;
> E em vossas perfeições, grão Senhor, vejo
> Ainda além cumprido o meu desejo.»

O poeta dedicando ao Conde de Linhares aquelle quadro idyllico das — vãs querellas, brandas e amorosas — revela o alto pensamento que lhe absorve a mocidade, a Epopêa que sonha e elabora como expressão das suas aspirações:

> Em quanto eu apparelho *um novo esprito*
> E voz de cysne tal que o mundo espante,
> Com que de vós, Senhor, em alto grito
> Louvores mil em toda a parte cante;
> Ouvi o canto agreste em tronco escrito,
> Entre vacas e gado petulante:
> *Que quando tempo fôr, em melhor modo*
> *Hade-me ouvir* por vos *o mundo todo.*

Eram então muito lidas na côrte as duas Eclogas *Trovas de dois Pastores* (Ecloga III de Bernardim Ribeiro) e o *Crisfal*, de Christovam Falcão, em edições anonymas em folha volante. Camões foi attrahido para esses quadros bucolicos, começando pelo monologo idyllico. Mas a sua aspiração era mais alta, e a ella alludia com viva confiança. Como camareiro-mór da rainha D. Catherina, seria

D. Francisco de Noronha, quem lhe preparou a entrada nos serões da côrte? Achamos natural esta inferencia, sabendo-se que a fama do talento primacial do poeta provocava curiosidade nas damas do paço. O Idyllio amoroso (Ecloga V) exprime uma situação vaga, anterior á paixão que o empolgou; essas estrophes, carregadas de tintas mythologicas, pertencem áquellas composições em que de livre peito, com palavras forjadas trazia as damas contentes e illudidas sobre o objectivo que o inspirava. Depois das festas do casamento da princeza D. Maria com o principe Philippe, herdeiro da corôa de Hespanha, em 1543, começaram as festas de Almeirim, em 1544, sendo jurado herdeiro do throno portuguez o Principe D. João. É no meio d'estas alegrias, que mascaravam grandes tristezas, como a da subita decepção da Infanta D. Maria, e os aziagos prognosticos do Infante D. Luiz, que Luiz de Camões começa a ser admittido no paço e a brilhar pelos lampejos de seu genio. Foi rapido esse periodo, em que o forçaram sem culpa sua a ausentar-se da côrte terriveis circumstancias que se reflectiram na sombria transformação do caracter de D. João III e da côrte portugueza.

A) Os Serões nos Paços da Ribeira e de Santa Clara

Aquelle espirito despreoccupado de interesses, generoso e perdulario, apaixonado pela idealisação poetica, destemido e provocador pelas réplicas sarcasticas ás invejas e calumnias que repellia, entrava em uma côrte

sombria pelo prestigio do genio, com toda a impericia da sua edade ingenua. A ruina era inevitavel; e tanto mais immediata seria, quanto foi calorosa a admiração do primeiro momento. A mansão regia era quasi monachal: « San Francisco Xavier não duvidou comparar o palacio d'este soberano (D. João III) ao mais observante e bem regulado mosteiro.» [1] É indispensavel conhecer por dentro a côrte de Dom João III, para comprehender a vida de Camões n'esses fugitivos dias de enthusiasmo e galanteio, que duraram desde 1544 a principios de 1546, e que lhe inspiraram as mais bellas creações do seu lyrismo. A Côrte de Dom João III apparece descripta nos seus mais occultos aspectos nas *Instrucções sobre as cousas de Portugal, dadas ao Nuncio Aloysio Lippomano*, por ordem de Paulo III, por breve de 29 de Outubro de 1542 creditado diplomaticamente junto do monarcha. [2] O que se passava em 1542, pelo que se lê nas Instrucções, era uma situação permanente: « O Rei, e a seu exemplo toda a nobreza que o rodêa, *dá grandissimo credito aos Frades;* ou seja pela diligencia d'elles ou por negligencia e descuido dos prelados, tornaram-se tyrannos do reino, por via das confissões e prédicas.» Os nomes dos frades mais influentes são ahi apontados ao Nuncio, para saber julgar com esses valores: « Na ordem de *Santo Agostinho*, tres frades prin-

[1] Fr. Fortunato de S. Boaventura, *Litteratura portugueza em Italia*, p. 96.

[2] Acham-se em italiano, publicadas no *Corpo diplomatico portuguez*, t. V, p. 130 a 152.

cipaes: Frei João Soares, confessor do rei, frade de poucas letras, mas de grande audacia e ambiciosissimo, de opiniões péssimas, e declarado inimigo da Sé Apostolica; faz negocios de toda a casta, sob o pretexto da confissão. Os outros dois frades — confessam grande numero de pessoas, e andam muito juntos ao rei, *são dois castelhanos*, Villa Franca e Montoro. O rei, e muitos dos altos fidalgos confiam n'elles bastante.»

Sob a influencia dos Gracianos é que Dom João III se interessou pelas grandes reformas, tornando os Collegios de Santa Cruz de Coimbra o primeiro nucleo para a reorganisação da Universidade, trasladada para Coimbra em 1537. Esta influencia foi contraminada pelos Dominicanos, desde que Dom João III foi instigado por seu cunhado o Imperador Carlos V, para estabelecer a Inquisição em Portugal. Lê-se nas *Instrucções* ao Nuncio uma observação referente ao frade hieronymita e valenciano Frei Michele: «não querendo uma vez absolver o rei, não foi mais chamado para o confessar, entrando em seu logar Fr. João Soares.»

Da Ordem de *San Domingos*, o frade *castelhano* Padaglier (Frei Jeronymo Padilha) prégador e litterato, era apontado como «homem de novidade e atrevido.» E em relação ao Tribunal da Inquisição traz esta indicação pasmosa: «É bem que o Nuncio saiba mais, que se diz que o Infante D. Luiz é muito afferrado sobre a *Inquisição*, por lhe ser assim *imposto pelo Imperador*, que se faça o mais rigorosa que se possa em Portugal; porque teme que o exemplo de Portugal possa

um dia reduzir a sua Inquisição aos mesmos termos.—O outro pretexto que move o Imperador, é que a Inquisição de Portugal dá aos Castelhanos aquelle refugio que tinham quando em Castella eram mal tratados, e tambem aquelles que fugiam de Portugal, todos ou por uma ou por outra, ficavam sob o Poder do Imperador ou dos seus, e em Flandres ha um grande numero e todos quantos precisam dão dinheiro.» Da influencia politica do Infante D. Luiz, expõe: «Junto do Rei nas cousas importantes, pode muito o Infante Dom Luiz, *por auctoridade que se arrogou quasi violentamente.*» E accrescenta: «os irmãos do Rei querem ser tratados como o rei.» E n'estas condições recommenda-se: «É preciso que o Nuncio saiba quem préga e quem confessa as pessoas principaes.» O Conde da Castanheira é um d'esses mais preponderantes «por muita amisade que lhe tem o rei. É este um homem pessimo, appellando sempre para a sua consciencia e devoção, para se entender por este meio com os frades que tratam com o rei continuamente. O Conde de Vimioso tambem tem certa auctoridade junto do rei. Da rainha D. Catherina destaca-se esta nota viva: «Dizem que a Rainha toma deliberadamente parte nos negocios publicos, e quer mostrar e fazer parecer, que é assim. É senhora muito devota. Principalmente fallando com ella, reduzir todas as cousas o mais que se puder (como em verdade se deve fazer) ao serviço de Deus e bem da Egreja, fazendo sempre menção da consciencia, do outro mundo, e do perigo da heresia, das censuras da Egreja, em summa,

de tudo o que faz medo ás senhoras religiosas e que produz n'ella todo o effeito.» Vê-se como insinuava a suggestão do fanatismo para explorar a obsessão dos terrores da outra vida, que soffria esta filha de Joanna a Doida, a rainha D. Catherina.

O estado de depressão moral da nação é assim notado: «Em Portugal são de continuo infinitos os litigios matrimoniaes e tambem ecclesiasticos.» E tendo o Nuncio Auditor, tem em mão todo o reino, pela causa principal ou outras dependencias,» — «A Nobreza, e grande parte do povo não pode de modo nenhum sair das mãos da Sé Apostolica, nem fazer qualquer cousa sem Roma, por que todos ou por via das Commendas ou dos Beneficios com Habito, ou emphyteutas ou parentes de padres, vivem de bens da Egreja com bullas e provisões da Sé Apostolica, sem a qual ninguem se julga seguro...» A decadencia de Portugal era já reconhecida em Roma: «Portugal ao presente está reduzido a pouquissima força; o Rei, além de ser pobrissimo e com dividas grandissimas dentro e fóra do reino, com enormes juros, *é muito grandemente mal visto do povo*, e muito mais da nobreza, não por sua má natureza, que deixado a si mesmo não procederia assim, mas pelos máos conselhos e actos d'aquelles que estão junto d'elle.» — «As cousas de Portugal com França pelos conflictos das navegações e da irmã (a Infanta D. Maria) filha da Rainha de França, que os francezes reclamam, com o Imperador e com outras paixões secretas, estão reduzidas ao ponto, que se receia uma total ruina.»

N'esta crise de depressão moral e politica é que a Companhia de Jesus entrou em Portugal, recommendada pelo celebre pedagogista Dr. Diogo de Gouvêa e pelo embaixador D. Pedro de Mascarenhas, que estava na intimidade de Carlos V. Os da Companhia de Jesus arrogavam-se o titulo de *Apostolos*; Dom João III pedia para Roma ao Geral Ignacio de Loyola alguns socios para as missões no Oriente. O fervor que elles produziam era quasi um delirio; o Infante D. Luiz queria professar na Companhia, á imitação do Duque de Gandia, mas foi preciso intervir auctoritariamente o proprio Loyola, para o afastar d'essa obsessão que podia desmascarar a propaganda capciosa ou os raptos da Companhia na mocidade das familias fidalgas. Dom João III, que sob o influxo dos Dominicanos considerava o ser Inquisidor-Geral como de mais valia que a propria realeza, entregou-se em absoluto á Companhia de Jesus, concedendo as mais latas e inconsideradas doações áquella nova ordem, que chegou a alterar as leis civis, podendo receber doações de bens de pessoas na menor edade! Liberto do conflicto das ambições de Augustinianos e Dominicanos, que o dominavam, emancipava-se agora um pouco entregando-se passivamente á disciplina dos Jesuitas, que lhe lisongearam a vontade occupando-se da organisação dos Collegio das Artes em Coimbra e de Santo Antão em Lisboa, para expurgarem as disciplinas humanisticas do *erasmismo* com que estavam inquinadas em Portugal e Hespanha. O rei, obedecendo a esta suggestão, dizia que aos escholares os queria — *mais catholi-*

cos e menos latinos. Era a regressão á apathia medieval. A religião christã pela passividade mystica conduz ao estado de apathia. Se no seculo XVI o espirito da Antiguidade pagã não tivesse contraminado pelos exemplos da sociabilidade prevalecendo sobre a personalidade, ou a acção heroica, este emocionismo christão teria embaraçado a éra nova de actividade que poz termo á Edade média.

Agora os Jesuitas vinham com a pratica dos *Exercicios espirituaes* exacerbar a concentração subjectiva e doentia, pela contemplação da morte e dos terrores do inferno; pelas confissões frequentes apagando todo o individualismo diante do padre director. O Infante D. Luiz, o discipulo do Dr. Pedro Nunes, submettia-se á direcção espiritual do jesuita P.e Diogo Mirão; o Cardeal D. Henrique, que fôra nomeado Inquisidor Geral, apagou o seu resentimento contra a Companhia e tomou como director espiritual o P.e Leão Henriques. Outro *Apostolo* o P.e Gonçalo de Mello dirigia ou estava de posse das timoratas consciencias da Infanta D. Isabel e de seus filhos D. Duarte, D. Maria, princeza de Parma, e da Duqueza de Bragança D. Catherina. Dom João III era confessado e governado pelo astuto P.e Simão Rodrigues, que se apoderou da educação do Princepe D. João, afastando da confiança do monarcha o egregio humanista Damião de Góes, por ter sido amigo de Erasmo e ter fallado com Luthero. Multiplicavam as devoções ridiculas por varias ermidas da côrte, como se vê pela Carta de Camões em que allude aos *Aposto-*

*

los, a quem o povo chamava com despreso os *Franchinotes*, escarnecendo-os pelos trajos que usavam de pelotes com mantéo curto, bordão de cana e alforges pendurados a tiracollo com fitas de ourello. Estas exterioridades impressionavam mulheres crédulas, como a rainha D. Catherina, em que recrudescia a loucura da mãe pela exaltação religiosa sob os terrores da morte. [1]

A doutrina dos Jesuitas, para se apoderarem das consciencias pelas mais fortes emoções, consistiu em concentrar todos os meios de representação imaginosa para dar relêvo impressionante á ideia da morte. Era a base unica da sua ascese, levada até á preoccupação do delirio e da monomania. O grande alienista Maudsley examinou o effeito d'esta ideia da morte: « ella é appresentada ao christão com todos os horrores imaginaveis, como a consequencia e a punição do peccado, o maximo terror, o ultimo inimigo, o momento em que os diabos contentes se apoderam da sua preza, a entrada possivel para os tormentos inexprimiveis durante toda a eternidade. Parece-nos que será impossivel conceber as horas infinitas de tormento, a intra-

---

[1] O caracter sombrio e exageradamente fanatico da Rainha D. Catherina é explicado pelos antecedentes do seu nascimento e mocidade: « Filha posthuma de Philippe o Bello, nasceu em Torquemada, durante o phantastico cortejo funebre em que a viuva (Joanna a Doida) levou a Granada o corpo do defuncto rei. E viveu sempre em severa reclusão ao pé da mãe em Tordesillas, d'onde saíu directamente para occupar o throno portuguez. » D. Carolina Michaëlis, *A Infanta Dona Maria de Portugal*, p. 92, Nota 194.

duzivel agonia do espirito que esta doutrina deve ter produzido desde que foi pela primeira vez propagada; quantas reflexões amargas, que pungimento agudo de remorsos, que temores agonisantes, que torturantes exames de consciencia, que terrores medonhos produzidos nas consciencias anciosas e delicadas por uma doutrina, que ultrapassando muito em barbarie tudo quanto a superstição a mais brutal dos selvagens ainda póde conceber, — para mais é ensinada do alto de milhares de pulpitos em todos os paizes civilisados, posto que não haja um individuo com entendimento claro, que analysando rigorosamente os seus pensamentos e examinando severamente o que esta doutrina significa, possa dizer no imo de seu coração que crê n'ella. A esperança e o terror, que assentam sobre o instincto da propria conservação em quanto ao futuro, são as duas paixões mais poderosas da nossa natureza, e é sobre ellas que se firmou a religião, que trabalha com todos os artificios poderosos do seu systema, sendo o seu fim e o seu effeito o produzir, não uma subordinação saudavel do sentimento á rasão, mas um predominio doentio da emoção. [1]

Como este terror levava pela depressão nervosa á apathia, os Jesuitas contrapozeram-lhe a esperança, cujos effeitos se obtinham pelas obras, com que se compravam as indulgencias. D'aqui toda essa Moral accommodaticia, cheia de restricções mentaes, de sophis-

[1] *Pathologie de l'Esprit*, p. 156.

mas capciosos, fazendo o jogo entre o terror e a esperança, para estabelecer a direcção espiritual e apoderar-se dos individuos pela abdicação da propria vontade. Estes temerosos agentes da psychose morbida entraram em uma Côrte, em que a religiosidade apparatosa do monachismo ameaçava de absorver a sociedade civil; a familia real, numerosa, cahida na degenerescencia pelas suas terriveis hereditariedades, achou nas doutrinas dos Jesuitas o encanto e a seducção da religiosidade subjectiva systematisada nos Exercicios espirituaes; e essa religiosidade não era incompativel com os galanteios da côrte, com os amores aventurosos, com os interesses obscuros, porque na penitencia estava o recurso para todas as esperanças. O predominio dos Jesuitas estabeleceu uma verdadeira crise social, que em menos de duas gerações tinha transformado o caracter da sociedade culta portugueza, desnacionalisada e mesmo deshumanisada.

O casamento da princeza D. Maria com o principe Philippe de Castella, em 1543, a par das grandes festas palacianas produziu profundos despeitos, que vieram tornar mais sombria a côrte. O pedido que trazia o embaixador hespanhol era para a Infanta D. Maria, irmã consanguinea de Dom João III, distincta pela sua belleza e cultura. Approuve a D. João III substituil-a pela princeza D. Maria, sua filha, quasi ainda na infantilidade. Esta perfidia, com os embaraços constantes que o rei oppunha para que a Infanta não fosse para sua mãe, casada em segundas nupcias com Francisco I, mostram que a sua religiosidade não

estava de accôrdo com a moralidade. A Infanta manteve-se em uma serenidade de espirito reveladora de uma intelligencia superior, creando em volta de si uma atmosphera de cultura litteraria e artistica, proporcionando-lhe verdadeiros gosos moraes.

O Infante D. Luiz, que se intromettia no governo do irmão, tinha seus intuitos de casar com a princeza que ia ser futura rainha de Hespanha. A surpreza da resolução de Dom João III desnorteou-o; e fez manifestação do seu resentimento em umas Trovas propheticas sobre as consequencias d'esse casamento *castelhano* para a autonomia de Portugal. Em uma Miscellanea manuscripta da Bibliotheca do Porto, e no Cancioneiro da Bibliotheca de Evora, encontram-se essas *Trovas que se fizeram quando El Rei D. João III casou a princeza D. Maria, sua filha, com Filippe, filho do Imperador Carlos V, rei de Hespanha, e dizem que as fez o Infante D. Luiz, seu irmão.* No Cancioneiro de Evora vêm publicados em nome de Nuno Alvares Pereira, irmão do Senhor de Basto, o amigo de Sá de Miranda; transcrevemos algumas estrophes:

Ya se te viene llegando
aquel tiempo, hermano mio,
de *todo tu señorio*
perderes brinca brincando.
En verdad,
como sea tu bondad
de innocencia ceñida,
no sentiste la maldad
en tus consejos tecida.

Los que por amigos tienes,
mas que a tus hermanos,

fueron sus consejos sanos
a provecho de sus bienes;
y estos tales
sus pensamientos caudales
son como podian ser,
muy grandes cosas hazer
fuera de las leys mentales.

En caso tan varonil
y aun para peor ser,
trocaste tu parecer
por um loco feminil.
Si supieras,
en tus passados pudieras
ver quanto mal ordenó
una muger que quedó
la qual Dios quitó deveras.

. . . .

Si muchos hijos barones
tubieras, podiera ser,
que los consejos de ayer
fueron dignos de perdones;
pero cata,
que si Dios un solo mata,
lo que no está muy lexos,
que tus gemidos ni quexas
no valdran oro ni plata.

Y aquel deseado amigo
que a nuestras cuestas procuras,
no te enganen las pinturas
dulces que tras con sigo;
que su fuero
es llegar como cordero
hasta donde puede hallar
tiempo de poder tragar,
como lobo, carne y cuero.

. . . .

A tus hermanos carnales
deveras crer ya por cierto,
que lumbreras tan reales
te daran seguro puerto;
y tal par

Dios te los quiso dexar,
por quitarte de contiendas,
y si a otros le encomiendas,
mal tras mal has de encontrar.

Dexa las opiniones
de la religião christiana,
y sê christiano á la llana,
no te cures de invenciones:
mira el clero,
que te aclara sin duelo;
no dexes levar la manta,
a los que sob color santa
te quieren poner por el suelo. [1]
. . . .

A primeira estrophe refere-se ao abandono de Çafin e Azamor em 1543; na terceira estrophe põe em fóco a perfidia de Carlos v, que por exclusão feminina queria fundar a unidade iberica; na quarta estancia condemna o conselho louco e feminil, alludindo á rainha D. Catherina, irmã do imperador Carlos v, e coadjuvando-o no engrandecimento da Casa de Austria; na trova quinta aventa o prognostico do falecimento do princepe Dom João, extinguindo-se a successão dynastica. No Cancioneiro de Evora vem com estas trovas a nota: «*quando casou a princeza Dona Maria com o princepe de Castella D. Filippe, no anno de 1453, em que parece que profetisou a morte do princepe Dom João, que Deus tem.*» N'este codice falta a estrophe das opiniões e invenções christãs, em que o

[1] Publicado na integra no *Cat. da Bibliotheca Falha*, Parte IV, p. 178.— No Cancioneiro publicado por A. F. Barata, p. 154, vem em nome de D. Nuno Alvares Pereira, com variantes e estancias omittidas.

poeta ainda se não conformara com as doutrinas e praticas jesuiticas, servindo então a Companhia Carlos v, no seu plano de incorporação de Portugal. Por estas Trovas se observa como o casamento da princeza dera azo a tremebundas preoccupações politicas, que se confirmaram nas maiores catastrophes.

O Infante D. Luiz cultivava a poesia, não só a fórma do Auto vicentino, como o mais delicado lyrismo petrarchista; attribue-se-lhe o Soneto que anda entre os de Camões: *Horas breves do meu contentamento.* «Alguns Sonetos sacros de sentimento profundo e fórma polida andam incorporados nas obras lyricas de Camões.» [1] Barbosa Machado colligiu a seguinte Copla do Infante:

Muito vence o que se vence,
Muito diz quem não diz tudo;
Porque a um discreto pertence
A tempo fazer-se mudo.

Quando se descreve a austeridade da rainha D. Catherina sob uma exclusiva preoccupação religiosa, chega a parecer incompativel com o seu espirito toda a distracção litteraria que nos apparece illuminando os serões da côrte. A educação da mulher, no seu tempo, reflectia toda a cultura mental da Renascença; por isso alguns escriptores lhe dedicaram livros, como o Dr. Affonso de Guevara, lente

[1] D. Carolina Michaëlis, *A Infanta D. Maria*, p. 92, nota 201. Em varios manuscriptos encontram-ss com o nome do Infante D. Luiz quatorze Sonetos que os colleccionadores acharam attribuidos a Camões.

de Anatomia, Frei Luiz de Granada e Frei Francisco Jimenes. Em um documento da Torre do Tombo, em que se descrevem as despezas da rainha D. Catherina, vem a relação das obras que compunham a sua Livraria, e as contas pagas aos seus impressor Affonso Lourenço e livreiro João de Borgonha. [1] Entre esses livros existem muitos de ascetismo, e devocionarios apreciaveis pelas suas luxuosissimas encadernações; mas destacam-se outras obras de litteratura, que nos definem a corrente do gosto dominante. Ahi se aponta por trezentos reaes «hũa *Caroniqa Troyana*, que encadernou em bezerro com volta e fitas e quatro tachões dourados.» As quatro partes da *Caronica d'Espanha*; «960 reaes que despendeu em 25 de Abril do dito anno (de 1544) em mandar guarnecer hum *Cancioneiro portugues*»; era evidentemente o *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende, publicado em 1516. Além das obras classicas, como as *Vidas dos Homens illustres* por Plutarcho, acham-se descriptas obras castelhanas, taes como os *Proverbios* de Inigo Lopez de Mendoza (Marquez de Santillana), *Las Trezientas* de Juan de Mena, e o *Cancionero* de Juan del Enzina, as Trovas de Jorge Manrique, com *Recued el alma adormida* com sua glosa; *Los Nueve de la Fama* encadernado em setim branco com suas fitas verdes, a impressão de Lisboa, por Germão Galhardo

---

[1] Publicado pelo Dr. Sousa Viterbo na memoria academica *A Livraria real especialmente no reinado de D. Manoel.*

de 1530; o *Cancionero* castelhano, talvez o de Hernã de Castillo; *Mingo Revulgo* com glosa. Citam-se tambem os *Triumphos* de Petrarcha, as *Consolações* de Boecio, o *Regimento de Princepes*, o *Esopo*, além de numerosos livros mysticos. «Todos estes libros se entregarã a *Juana Vas* por mandado verbal de sua Alteza segund que estan en esta folla.» «E outro livro que se intitula *Principio da lingua portuguesa*, de purgaminho, escrito de mão encadernado em tavoas, cuberto de veludo aleonado, que ten hũa brocha de prata e na metade d'ella ten hũ camafeo falso.» A referencia á illustre conimbricense Joanna Vaz, á qual Ayres Barbosa dirigiu uns versos latinos, vem valorisar as palavras que o Dr. João de Barros, no *Espelho de casados*, publicado em 1540, diz da sua capacidade intellectual: «Joanna Vaz, natural de Coimbra, criada da Rainha nossa senhora, por suas virtudes e doctrinas mui aceita a ella nas letras latinas e outras artes humanas mui docta, de quem vi algumas cartas por que bem se pode provar esta noticia que dou d'ella.» A rainha D. Catherina, que creou desde a mais tenra edade a Infanta D. Maria, quando se lhe apartou casa, entendeu dever fazer parte d'ella Joanna Vaz, que a acompanhara na sua educação.

Encontram-se frequentemente nos Cancioneiros manuscriptos poesias de Jorge Fernandes, denominado o *Fradinho da Rainha*. Era um poeta da côrte que fôra estudar letras humanas por ordem da rainha D. Catherina; quando ella morreu, e apoz a derrota de D. Sebastião em Africa em 1578, passou a

Castella, onde professou na ordem dos Menores da Provincia da Conceição com o nome de Frei Paulo da Cruz. Metrificava em latim com facilidade, e na poesia portugueza versificava na medida velha ao gosto da côrte, e nas fórmas italianas. O Mote glosado por Camões: «Sem vós e com meu cuidado» teve tambem uma Glosa do *Frade da Rainha*, de que se conservou esta quintilha:

Tendo-me esta alma cativa
Um cuidado que a maltrata,
Vêr-vos me faz com que viva;
Que meu cuidado me mata,
E vossa vista me aviva.

No mesmo Cancioneiro manuscripto, que pertenceu ao visconde de Juromenha, vem tres estrophes ou Vilancete ao Mote;

Fostes meu bem, mas agora
Nem meu, que d'outro vos vejo,
Nem bem, que vos não desejo. [1]

Os versos endecasyllabos que restam de Jorge Fernandes são um extenso Capitulo *Do Frade da Rainha em louvor da vida solitaria a um homem que deixando-a se foi viver a hũa quinta*; a traducção de uma Ode de Horacio (II, 24) e uns tercetos exprimindo os seus desalentos amorosos. O verso endecasyllabo é ainda sem plasticidade e sem brilho. O poema em cinco cantos *Outavas ao Invicto Martyr S. Vicente* feitas pelo P. F. Paulo

[1] Na collecção de versos de Estevam Rodrigues de Castro vem com variantes este Vilancete. (Ineditos de A. L. Caminha, t. II, p. 194.)

da Cruz, chamado o Fradinho da Rainha, traz esta referencia ao seu passado poetico:

> Seja grato o meu breve *ultimo canto*,
> Reliquias da esquecida inutil arte
> Com que vãmente já folguei menino,
> Não de todo infeliz no canto indino. [1]

Frei Paulo da Cruz tentou publicar a collecção dos seus versos com o nome de *Jorge Fernandes, Fradinho da Rainha*, mas foi-lhe negada a permissão; regressando a Castella, morreu em 1631.

O medico da rainha D. Catherina, Francisco Lopes, tambem era poeta e auctor do *Lôor de Nuestra Señora*, em diversos generos de metros. A queixa de Jorge Ferreira de Vasconcellos de se terem as cantigas castelhanas apoderado do ouvido portuguez, pode bem explicar-se pela lisonja á rainha D. Catherina, que apreciava dignamente a poesia.

Entre as damas da côrte da rainha D. Catherina brilhava a formosissima e intelligente D. Francisca de Aragão, em volta da qual se reuniam os poetas palacianos que a galanteavam, ou que exaltadamente a amavam, como Pero de Andrade Caminha e D. Manoel de Portugal. Ella pedia versos a Camões, distinguindo-o por essa fórma de todos os outros; e não deixaria esta homenagem ao genio de influir nas rivalidades e odios que o envolveram. Em uma carta de D. João de Borja (fi-

---

[1] Publicado no livro de Diogo Pires Cinza, *Vida, Morte e trasladação do invicto Martyr S. Vicente*, fl. 114 v — 1614.

lho do Duque de Gandia) que veiu a desposal-a, acham-se estas linhas que a retratam vivamente: «D. Francisca de Aragon es hija de Nuno Rodrigues Barreto y de D. Leonor de Milan. Hase criado desde muy pequeña en casa de la Reyna de Portugal. *Es la mas valida dama que S. A. ha tenido, y mas estimada assi por su entendimiento y valor como por su bien parecer. Es la persona de que mas gusto muestra tener la Reyna.* Sirve la copa y viste y toca S. A. y en todo el tiempo en que la camarera mayor y las damas van a comer y a cenar, queda ella sola con la Reyna, assi por ser su oficio como por lo mucho que S. A. gusta de su entretenimiento y conversacion por tenerla muy buena y facil. Es tenida por la muger que mejor ha sabido hacer el officio de dama que ha havido en nuestro tiempo en Portugal y cierto entiendo que poderia poner escuela desta faculdad, segun lo bien que sabe servir a su Reyna y ha sabido ser servida como dama.» [1] Por este bello retrato de D. Francisca de Aragão comprehende-se o alcance da homenagem que prestava a Camões entre os outros poetas. Era permittido uma certa liberdade nos versos inspirados ou dedicados ás damas do paço; D. Francisco de Portugal explica esse costume aconselhando as damas a lêrem todos os versos que lhes fizerem: «Lea versos que le hizierae, que las licencias poeticas han assegurado este genero de razones, pues le quitaron el

[1] Ap. *Infanta D. Maria*, nota 229. Por D. Carolina Michaelis de Vasconcellos.

credito; y cosa fué assás festejada de un galan, que no queriendo acetal-os la Dama, le embió el parecer de un Monge muy conocido por escrupuloso letrado, que en conciencia estava obligada a leerlos, considerando que se los hizo le custó el pensarlos, y se no los hizo le custó el pedilos.» [1] Visaria o aulico os escrupulos da Rainha?

Caminha em varias poesias louva D. Francisca de Aragão, e «*no fim de um livro dos meus versos*» escreve:

S'a estes versos louvados e nacidos
De tua nunca vista formosura,
E a teu nome real offerecidos
Com a fé que te devem, clara e pura,
Acontecer chegar a teus ouvidos;
Nem podem desejar maior ventura,
Francisca formosissima, nem querem
Mais nada, nem mais nada ha por que esperem.

(*Obras*, p. 381.)

Caminha tornou a offerecer-lhe outro livro de versos, que em 1898 foi publicado pelo illustre romanologo Dr. Priesbch; n'esta collecção vem muitos Vilancetes dirigidos por outros poetas a D. Francisca de Aragão. Emquanto ella acceitava com complacencia tantas Redondilhas, Sonetos e Odes, com esse gosto intuitivo que têm as mulheres, pedia directamente versos a Camões, como se vê por esta rubrica: «*A D. Francisca de Aragão, que lhe mandou glosar este verso:* Mas porém a que cuidados?»

Camões glosou-o promptamente, enviando-

[1] *Arte de Galanteria*, p. 42. Ed. 1683.

lhe as coplas acompanhadas de uma Carta, fórma peculiar da galanteria do paço, como observa D. Francisco de Portugal: «Será la *Carta* breve y llana y ligera, un logar entre lo mismo enamorado que libre, todo el caudal en lo discreto; las razones medidas y la letra sin borrones.» *(Arte,* p. 144.) Camões na *Carta a D. Francisca de Aragão, Dama do paço,* seguiu o preceito a rigor:

«Senhora.—Deixei-me enterrar no esquecimento de V. M., crendo me seria mais seguro; mas agora que he servida de me tornar a resuscitar, por mostrar seus poderes, lembro-lhe que uma vida trabalhosa he menos de agradecer que uma morte descansada. Mas se esta vida, que agora de novo me dá, foi para me tornar a tomar, servindo-se d'ella, não me fica mais que desejar que poder acertar com este Mote de V. M., ao qual dei tres entendimentos, segundo as palavras d'elle poderão soffrer; se forem bons he o Mote de V. M., se máos, são as glosas minhas.» [1]

Importa saber os tramites que se exigiam na côrte para chegar qualquer Glosa a uma dama: era preciso dispensa da Camareira-mór para que o Mordomo lh'a fosse entregar por sua mão. Allude a estes tramites D. Francisco de Portugal: «Aunque dizia un discreto, (Villa Mediana) que no se podian sufrir *Cabezas de Motes* por las manos que corren y por el desasseo con que llegan a las de las

[1] Juromenha separou esta Carta das Redondilhas collocando-a sem sentido entre as outras Cartas de Camões. (*Obr.*, t. v, p. 235.)

Damas, con aquella obligacion, de que no se puede ninguno sin la dispensacion de la Camarera-Mayor, aquel dallas a un Mordomo que las dê a la Dama a que van encaminadas, y ella levallos á la Reyna, que los abra, y luego mandar que les respondan, mas cerimonias solian tener, que lo tiempo fue quitando como impertinencias.» *(Art. de Galant.* p. 124.) «Los que se trazen en la antecamara, y manda luego sobre alguna particularidad á question, no siendo tan solemnes, son mas solemnisados.» *(Ib.,* 139.) «Sufrense estas burlas cortezes, embian-se con licencia del Mayordomo semanero, y a vezes sin ella...» *(Ib.,* 140.)

Por estas etiquetas palacianas se vê que difficuldades encontraria Camões quando satisfazia a estes pedidos de versos. Aquellas coplas: *A huma Dama que lhe mandou pedir algumas obras suas*, mostram o embaraço em que está para dizer quanto sente, e quanto mais eloquente seria se ella o visse:

> Senhora, se eu alcançasse
> No tempo que lêr quereis,
> Que a dita dos meus papeis
> Pela minha se trocasse;
> E por vêr
> Tudo o que posso escrever
> Em mais breve relação,
> Indo eu onde elles vão
> Por mim só quizesseis lêr.
>
> (*Obr.*, t. IV, p. 37.)

Uma outra dama brindava Camões com uma penna, na certeza que lhe inspiraria uma deliciosa poesia; Caminha não encontrava d'estes favores. *A huma dama que lhe deu*

uma penna, agradeceu Camões, com uma Decima. D'esta fórma poetica diz o auctor da *Arte de Galanteria*: «Las *Decimas* no se cerrará las puertas de Palacio, pues tanto se entran por las del pecho; los otros modos de versar hizieranse para leídos, y estos para sentirlos...» (p. 111.)

Apesar de todo o esplendor da eschola italiana inaugurada por Sá de Miranda, os versos de redondilha ou da *Medida velha* dominavam no paço por imposição da galanteria das Damas. A cada passo encontra-se Camões lisongeando este gosto nas mais delicadas Redondilhas, glosando Motes velhos, ou versos proverbiaes de antigos poetas castelhanos. Muitas vezes se encontram os mesmos Motes glosados tambem por Caminha, por certo por exigencia das Damas; citaremos os que simultaneamente trataram:

— Para que me dão tormento (Camões, t. IV, p. 65; Caminha, *Poes. ined.*, p. 227.)

— Ay de mi (Id., p. 173; e p. 235.)

— Justa fué mi perdicion (p. 111; 245.)

— Na fonte está Lianor (p. 81; 297.)

— De pequena tomei amor (p. 61; 298.)

— Vida da minha alma (p. 127; 341.)

— Catherina bem promette (p. 94; 345.)

— Coifa de beirame (p. 128; 345.)

— Tende-me mão n'elle (p. 134; 350-2.)

— Saudade minha (p. 126; 368.)

— Sem vós e com meu cuidado (p. 115; 370.)

— Pariome mi madre, (Camões; Caminha, 348.)

— A fuera, consejos vanos (p. 161; 458.)

Sobre as praxes exigidas para glosar es-

tes Motes, observa o auctor da *Arte de Galanteria:* « *Glosas*, solamente quando el Mote fuere de Dama, que no tiene el entendimiento todo el logar en esto modo de dezir, antes es atar el ingenio a cosas, que a vezes hará mal logar otras mayores, mas estoy de la parte de las *Bueltas*, que los antigos ivanse atrás los affeitos.» (p. 118.) «... el *Mote* no llevará retruecano, ni sentencia sin derivacion, ni cosa que huela a Romance, claro, elegante y agudo, decifrando de entre los terminos que se propone, haziendo proprio lo ageno, que aquel Mote será mas acertado que mayor affecto descubriere, y con mayor pureza le reprezentare...» (p. 143.) Em uma côrte em que se fallava exclusivamente o *castelhano*, Camões pela sua vasta leitura de traducções de obras classicas, escrevia perfeitamente versos castelhanos. Caminha, crescendo em rivalidade diante dos triumphos de Camões, avançava para o odio e para a calumnia. Certos Sonetos de Camões, que eram muito apreciados pela belleza da imitação petrarchista, Caminha refazia-os debalde, deixando patente a sua mediocridade. [1] Não se podia ser galanteador no paço sem saber rimar de prompto sobre qualquer accidente e caso fortuito; dizia D. Francisco de Portugal: «Que hazer una Copla era entendimiento, y muchas es parte de necedad; se refiere de un buen juicio, (D. Juan de Silva) el galan no hade

[1] Taes são: Soneto 102 de Camões, e o 75 de Caminha; o 2 para o 87: o 69 para 82; o 165 para 89; o 18 para o 138; o 167 para o 88; o 271 para o 44.

ser Poeta, mas hade hazer versos, aunque no sea mas que por no pedillos prestados...» E era preceito palaciano: «*las Coplas castellanas son las mas proprias para palacio*, por mas desnudas de arte...» (p. 105.) Camões brilhava pela elegancia da linguagem e agudeza do pensamento, improvisando sobre o que se passava entre as damas; revela-o em umas Voltas *A D. Guiomar de Blaesfet, queimando-se com uma vela no rosto:*

> Amor, que a todos offende,
> Teve, senhora, por gosto
> Que sentisse o vosso rosto
> O que nas almas accende.

Era esta dama filha de Francisco de Gusmão, Mordomo-mór da Infanta D. Maria, e de D. Joanna de Blaesfet, que viera para Portugal no séquito da rainha D. Catherina em 1524; era por tanto D. Guiomar mais nova do que Camões. As Voltas agradaram, e Camões tratou de novo o mesmo caso, então na fórma mais considerada, em um Soneto:

> O fogo que na branda cêra ardia
> Vendo o rosto gentil que eu n'alma vejo,
> Se accendeu de outro fogo do desejo
> Por alcançar a luz que vence o dia.
> ....
>
> Namoram-se, senhora, os Elementos
> De vós, e queima o fogo aquella neve
> Que queima corações e pensamentos
>
> (*Soneto* XXXIX.)

Iria esta galanteria até á emoção amorosa? Camões escreveu um Mote que tem por epigraphe: *A huma Dama com quem queria andar de amores,—se ella não fôra afei-*

çoada ao outro. D. Guiomar de Blaesfet veiu a casar com D. Simão de Menezes, mais tarde morto em Alcacer Kibir. N'estas intrigas amorosas, Camões tornava-se o centro de convergencia de outros poetas, pela sua supremacia genial diante das damas. D. Manoel de Portugal, que tinha regressado de Italia em 1542, andava enamorado por D. Francisca de Aragão, que se mostrava fria para o terceiro filho do Conde de Vimioso. A proposito d'este amor, traz uma anecdota o auctor da *Arte de Galanteria*: «D. Manoel dezia, que no queria mas si nó licencia para poder con unos organos en el terrero del palacio, enternecer la señora Dona Francisca.» (p. 168.) Considerando a importancia que Sá de Miranda ligava a D. Manoel de Portugal, *mimoso das Musas*, comprehende-se melhor a sua amisade por Camões, então o intimo confidente, e como *lume do paço* seu guia nos serões da côrte. Commentando o verso do Soneto LXIII:

> Escriptos para sempre já ficaes
> *Onde vos mostrarão todos c'o dedo,*

Faria e Sousa escreve, que pessôa que tivera conhecimento intimo com Camões lhe dissera, que quando o poeta passava pelas ruas de Lisboa, paravam e o apontavam com admiração. Tudo isto devia suscitar invejas latentes, que tramavam a sua ruina, embaraçando-lhe a carreira social.

N'este tempo os Romances populares revivesciam no gosto da côrte por andarem postos em musica pelos compositores castelhanos Valderrabano, Salinas, Luiz Milan, Fuenllana, Pizador, e as damas compraziam-

se em cantal-os com os mais seductores requebros. Contra esta fórma castelhana fallavam os poetas petrarchistas; toca esse antagonismo o auctor da *Arte de Galanteria:* «El *Soneto* logar tiene en todo: la maestria d'ellos guardase para los estudiosos, aunque séan muy buenos, se hagan tarde y quando la occasion pida salir a plaza, que *las Damas no estan obligadas a saber la Poetica de Aristoteles, ni ay muger que apeteça versos sinó aquelles que tienen pocas syllabas*, pensamientos vivos y mucho ayre, que son propriedades de *Romance, cuyos desenfados parece que se hizieron solamente para ellas...*» (p. 114.) Os versos curtos ou de poucas syllabas eram os que melhor se punham em musica e cantavam. Camões intercalou versos dos mais vulgarisados, Romances da côrte nas suas Cartas, Autos e Satiras, sempre com graça, sabendo tambem tirar d'esta fórma velha relêvo para a expressão subjectiva.

N'este periodo rapido em que passou fulgurante pela côrte, teve Camões a emoção profunda que se apoderou de todos os seus sentimentos, os amores por uma *dama da rainha;* e ainda no paço a vista das *Colgaduras do Triumpho da India* representava-lhe objectivamente os quadros que elle aspirava a tratar como um novo pensamento nos seus Cantos heroicos. Entre os livros que pertenciam á Livraria do rei D. Manoel, acha-se descripto: «Outro, escripto em pergaminho, enluminado a lugares d'ouro, dos *Treumfos da India*, cuberto de veludo cremesym, com quatro brochas, sete cantos com duas rosas no meio esmaltadas, tudo de cobre dourado.»

Sousa Viterbo faz a hypothese plausivel de que este livro contivesse os debuxos feitos por artista para serem passados ás tapeçarias, ou pannos de armar, que se acham descriptos em uma minuta, hoje publicada, dos vinte e seis assumptos que o rei D. Manoel mandara fazer representando o Descobrimento e conquistas da India. [1] Estas descripções, feitas por mão do escrivão da puridade Antonio de Alcaçova Carneiro, já foram confrontadas com os quadros dos *Lusiadas*, por Joaquim de Vasconcellos, podendo-se concluir pela sua concordancia, que o poeta fôra impressionado na sua idealisação por essas colgaduras. Celebrando esse amor com a *dama do paço*, liga o poeta a ventura d'esse sentimento ao exito do Canto heroico que elaborava mentalmente.

A côrte da rainha D. Catherina, máo grado a sua austeridade religiosa, continuava a tradição do esplendor dos Serões do paço, em que brilhavam os poetas e os apaixonados. Escreve D. Carolina Michaëlis, deslocando do palacio da Infanta D. Maria para o da rainha sua tia essas manifestações de poesia e galanteria, de que ficaram vestigios nos Cancioneiros do seculo XVI: « E' facto, que no paço da rainha viviam ou se reuniam as *inspiradoras* de fama. Foi dama sua aquella D. Maria Manoel, que havia enfeitiçado o velho Duque de Coimbra, como D. Anna de Aragão, a briosa defensora da independencia nacional; tanto a *Natercia* de Camões, como aquella gentil D. Margarida da Silva, por

[1] *A Livraria real*, p. 15.

cuja causa o melhor amigo do poeta (D. Antonio de Noronha) morreu nos campos africanos, senhora tão gentil que em seu louvor concorreram trinta a quarenta fidalgos, incluindo o grande stoico (Sá de Miranda) no seu retiro minhoto. Dama da rainha foi Dona Francisca de Aragão, entre todas as formosas a que melhor sabia o seu officio de dama, contentando a severa soberana e inspirando apesar d'isso, não só o suave Jorge de Montemór e o cerimonioso Caminha, mas tambem o sentimental D. Manuel de Portugal, da casa de Vimioso, e o proprio Luiz de Camões, sem que por causa de tantas homenagens o filho de S. Francisco de Borja desdenhasse consorciar-se com ella. Dama da rainha, emfim, aquella D. Guiomar Henriques, cuja esquivez inflammou D. Simão da Silveira e não desagradou ao inclyto D. Diego de Mendoza.

«Foi por tanto nas salas da rainha onde desabrocharam, para onde eram remettidos e onde os cortezãos saboreavam a maior parte dos intermezzos lyricos que constituem o livro de ouro da Litteratura portugueza: Motes chistosos, Voltas alegres, Glosas requintadas, Trovas satiricas, Cartas mui galantes, Sonetos cultos, Eglogas sentimentaes, Epithalamios solemnes, Epistolas judiciosas, Outavas narrativas, Elegias graves e affectuosas, Odes sublimes.

«Foi lá que se deram esses incidentes fallados, essas anedoctas picantes, esses ditos graciosos que continuaram a sustentar no seculo XVI a antiga triple fama de — namorados, de galantes e de promptos e agudos nas

respostas, de que gosavam os portuguezes...»[1]

N'esta atmosphera estonteante, é que tambem foi Camões arrebatado «*por huns amores no paço da Rainha*,» conforme se expressa a tradição que chegou ao conhecimento de Pedro de Mariz. D. Carolina Michaëlis formúla a conclusão: «A quem objectar que a côrte de D. João III e D. Catherina — introductores fanaticos da Inquisição e da Companhia de Jesus — era antes que tudo *eschola de santa doutrina*, respondo que nem por isso deixou de ser o que fôra nos seculos anteriores: *escola de fina galantaria*, de onde saíam mestres e modelos na arte de amar; e selva de aventuras romanticas, onde se desenrolaram innumeros dramas de amor.» (p. 5.) Mais do que a dansa e o canto, prestava-se a estes galanteios a poesia: «A preferencia era dada naturalmente aos generos ligeiros da *Eschola velha*. Conservam-se versos talhados então em pedra, cortados em arvores,[2] inscriptos em folhas de hera, e certa-

---

[1] D. Carolina Michaëlis, *A Infanta D. Maria*, p. 52.

[2] Camões no *Auto de Filodemo* allude a este costume, quando falla dos que juram: «*por quantos Sonetos estão escriptos pelos troncos das arvores do vale Luso*...» (Acto II, sc 1.) E no Soneto 14, allude á mesma usança:

> Cansado já de andar por a espessura,
> *No tronco de uma faia*, por lembrança
> *Escreve estas palavras de tristeza:*
>
> — Nunca ponha ninguem sua esperança
> Em peito feminil, que de natura
> Sómente em ser mudavel tem firmeza.

mente na época estival, durante alegres merendas em Santos-o-Velho, e em Cintra. Versos lançados nos aposentos das damas, hoje de amor, ámanhã de escarneo. Versos sem canto para Livros de memorias, Cancioneiros ou Albuns. Inumeros Vilancetes em louvor de damas, homenagem em geral de um só galan, mas frequentemente collaborado por uma sociedade de cortezãos.[1] — Uma legião de Motes, escolhidos pelas damas, serviam para os seus servidores adivinharem e explicarem nas Quintilhas e Decimas ora engraçadas ora profundas, o *entendimento* ou seja a *tenção*, que ellas, as preponentes lhes ligavam.

«Um dia, alguma que a sorte havia em qualquer jogo de espirito designado pela inspiradora — digamos, D. Catherina de Athaide, proferiu o thema:

Olvidé y aborreci.

fitando o amado. E o Camões, fingindo de repentista, replicava:

Ha-se de entender assi:
¿Que des que os di mi cuidado,
A quantas huve mirado
Olvidé y aborreci.

«Outra vez é D. Francisca de Aragão, que escreve a lapis n'um bilhetinho perfumado a regra: *Mas porém a que cuidados* (sem pon-

---

[1] Reconstruido sobre as *Poesias ineditas* de Caminha publicadas pelo Dr. Priesbch, que authenticam a verdade do quadro.

tuação elucidativa, bem se vê), resuscitando por esse meio o magno poeta, que ella por um amúo qualquer, havia enterrado no esquecimento durante alguns dias...» [1] D'estas galanterias passadas em Cintra e Almerim com as damas, escreveu o commentador quasi contemporaneo de Camões, D. Marcos de San Lourenço: «Estas Nayadas eram *as Damas do Paço, as quaes se iam recrear áquellas florestas com as Rainhas de Portugal, em quanto Deus quiz que elle gozasse d'estes mimos*, dos quaes por que não soube usar veiu a carcer d'elles.» [2] As relações com a côrte de França, onde era rainha a mãe da Infanta D. Maria, alentavam o velho costume da galantaria *á lei de França.* Em uma memoria franceza do principio do seculo XVI, á qual allude d'Hericault, na vida de Marot, lê-se: «N'este tempo havia um costume, e era, que *ficava mal aos mancebos de boas familias o não terem uma namorada*, a qual não era escolhida por elles nem tampouco pela sua affeição, mas eram-lhes dadas por alguns parentes ou superiores, ou *ellas tamben escolhiam aquelles por quem queriam ser servidas na côrte.*» [3]

A vida intima da côrte franceza acha-se descripta em uma carta de Francisco de Moraes, o auctor do *Palmeirim de Inglaterra*, de 10 de Dezembro de 1541, quando estava em Paris como secretario da Embaixada de

---

[1] *A Infanta D. Maria*, p. 55.
[2] Ap. Juromenha, *Obr.* I, p. 32.
[3] Nas *Oeuvres de Marot*, p. XXXIX. Ed. 1867.

D. Francisco de Noronha, 1.º conde de Linhares. Em contraste com esse quadro de desenvoltura dos jogos da péla, do aléo e outras *momarias*, falla da austeridade da rainha D. Leonor, mãe da Infanta D. Maria. N'esse meio hallucinante, o proprio Francisco de Moraes, já quinquagenario, achou-se possuido por uns amores tardios pela joven Torsi. Sob essa emoção passional foi-lhe a imaginação para as aventuras cavalheirescas e escreveu a novella do *Palmeirim de Inglaterra*. Regressando para Portugal em fins de 1543 com o embaixador que era Camareiro-mór da rainha D. Catherina, achamol-o logo tomando parte nos divertimentos palacianos, contribuindo com as suas Voltas e Redondilhas. No Cancioneiro manuscripto de Luiz Franco (fl. 102) vem uma quadra com a rubrica *Vilancete de Francisco de Moraes*, que apparece glosada por Camões com o titulo

MOTE ALHEIO

Triste vida se me ordena.
Pois quer vossa condição,
Que os males que daes por pena
Me fiquem por galardão

As quatro deliciosas Decimas de Camões glosando esta quadra, representam uma paixão nascente, timida mas feliz no soffrimento. Vem na edição das *Rimas* de 1595 junto do Mote que no Manuscripto do Poeta é attribuido á Infanta D. Maria, a quem Francisco de Moraes dedicara o seu *Palmeirim de Inglaterra*, logo ao chegar de França, pela «obrigação em que estou a V. A. por filha

da Raynha Christianissima de França, vossa mãy, de que já recebi mercês...» De uma situação da Novella do *Palmeirim*, em que na porta do castello está um escudo em que está esculpida uma mulher, com umas letras brancas no regaço que diziam: *Miraguarda*, foi pedido a Camões o sentido nas tenções da divisa mysteriosa. Por ventura pedir-lh'o-ia a Infanta D. Maria, ou a dama que lhe lembrava que a mirasse com cautella. E' o que se lê nas linhas brancas

Á Tenção de MIRAGUARDA

Vêr e mais guardar
De vêr outro dia,
Quem o acabaria.

VOLTAS

Da lindeza vossa,
Dama, quem a *vê*,
Impossivel é
Que *guardar-se* possa
Se faz tanta móssa
Vêr-vos um só dia,
Quem se *guardaria*?

Melhor deve ser
N'este aventurar
Vêr e não *guardar*,
Que *guardar* e *vêr*.
Vêr e defender,
Muito bom seria,
Mas quem poderia?

(*Obr.* IV, 124)

A intelligencia da situação em que se achava Camões, na sua paixão incipiente, leva a sentir n'estas redondilhas um outro sabor

esthetico. Estas relações do poeta com Francisco de Moraes, esclarecem-nos como poderia Camões ter-se encontrado com a Infanta D. Maria. A excelsa princeza cultivando as bellas lettras e a musica como em uma *Academia* no seu palacio de Santa Clara, rodeada de senhoras intelligentes e instruidissimas, como Joanna Vaz, Paula Vicente, filha do immortal comico Gil Vicente, Luisa Sigêa, mestra de linguas, e Angela Sigêa, excellente musica, pela reserva natural do espirito melancolico e delicado não recebia cavalheiros e poetas aulicos.[1] Grandes soffrimentos moraes a forçavam a esse retrahimento; e é natural que D. João III, que tanto a melindrara, para lhe attenuar a tendencia para o isolamento facilitasse os divertimentos litterarios no *Paço da Rainha*. Sua tia a rainha D. Catherina cuidara da sua creação desde os dois annos; e como a neta de Isabel de Castella que mais herdou o seu gosto e interesse litterario, facilitou-lhe a mais esmerada cultura humanista.

[1] As Academias de senhoras eram então frequentes; a viuva de D João II reunia varias damas formando uma *Eschola de Santa Doutrina.* A Condessa de Vimioso exercia entre as Senhoras em Evora no seu palacio, quando a visitavam, um influxo de cultura, como refere o P.e Fonseca (*Evora Gloriosa*, p. 627): «O mesmo usava D. Joanna de Vilhena com as senhoras que a vinham visitar, dando a cada uma d'ellas alguns trabalhos com que as entretêr; e entretanto, ou lhes lia algum capitulo dos documentos que o Conde tinha composto, ou lhes contava algum exemplo ou historia santa com que adoçar o trabalho; o que fazia com tanta graça que assim D. Brites, duqueza de Coimbra e Aveiro, com todas as mais senhoras frequentavam com gosto a *Eschola de Dona Joanna.*»

Alguns dos seus primeiros mestres, como Antonio de Abreu e Manoel Barata, apparecem-nos mais tarde apontados entre os amigos de Camões. E' de presumir que esses estudos intensos a que alludem Aspilcueta Navarro, o jurisconsulto Manoel da Costa, o Sutil, e outros humanistas fossem um meio empregado para a trazer distrahida das saudades de sua mãe, que convolara a segundas nupcias com Francisco I. A Infanta era extraordinariamente rica, e seu irmão D. João III evitava por todos os meios o entregar-lhe a herança paterna. Segundo a informação do embaixador de Veneza á Senhoria, era a princeza possuidora de 400.000 escudos, augmentados com mais 200:000 nos ganhos da chatinagem real da India, além do dote de sua mãe hypothecado ao Condado de Lorena, com os respectivos juros. Era evidentemente uma das princezas mais ricas da Europa, um bello partido para uma casa real. Appareceram-lhe logo tres protectores para dispôrem do seu destino: o Imperador Carlos V, seu tio, que pensou em casal-a com o Archiduque Maximiliano, herdeiro do throno da Allemanha, embaraçando o plano de Francisco I, que pretendia casal-a com o seu filho mais novo o Duque de Orleans. N'este jogo de interesses Carlos V sacrifica a sobrinha, a Infanta D. Maria, casando sua filha a princeza D. Maria com o Archiduque Maximiliano, e cede-lhe como noivo seu filho, herdeiro do throno da Hespanha, o princepe Philippe. Entra no jogo D. João III, e quando o embaixador de Hespanha vem com o pedido da mão da Infanta, o rei como bom pae mas pér-

fido irmão substitue-lhe sua filha a princeza D. Maria, casando-a com Philippe em 1543. E' então que a rainha D. Leonor reclama constantemente sua filha, sendo sempre illudida com evasivas e dilações por D. João III. O estado de espirito em que se achava a Infanta D. Maria, no periodo em que frequentou Camões a côrte, encontra-se observado em uma carta de D. Sancho de Cordova enviado extraordinario a Carlos V: «Es persona de *grande entendimiento y cordura*, muy reposada y *de pocas palabras y bien dichas;* es de las valerosas personas que he visto y tenen-se sus determinaciones como de tal... ha mas de dos años que se ensaya en un vestido y recojimiento muy bueno, y mucha oracion, y esto no como hypocrita...» O que se encerra n'estas palavras esclarece-se pelo que se relata na vida do seu confessor S. Pedro de Alcantara. A Infanta D. Maria magoada com tanta desconsideração, intentou fazer-se freira; mas impediu-lhe essa resolução o santo confessor, como se sabe pela correspondencia inserta na *Vida de S. Pedro de Alcantara.* Na obra de Fray Diego de Madrid [1] se diz, que por sua indicação fundara a Infanta o Mosteiro das Descalsas reaes de Evora, denominado Santa Helena do Monte Calvario.

Attrahida para os serões do paço da Rainha, a Infanta não se mostrava indifferente ás manifestações do talento e da imaginação;

---

[1] Fray Diego de Madrid, *Vida de S. Pedro de Alcantara*, t. II. Madrid, 1765. Apud Barrantes. *Narraciones Extremeñas*, p. 136, nota.

é natural, que pela sua longanimidade désse tambem o seu Mote ou Tenção.

Na Miscellanea poetica do Municipio do Porto (espolio do Conde de Azevedo) encontrou D. Carolina Michaëlis uma Volta *Da Infanta D. Maria, que nunca teve dita para casar, sendo grande senhora.* E diz:

Já não posso ser contente,
Tenho a esperança perdida,
Ando perdida entre a gente,
Não mouro, nem tenho vida.

Nem descanso, nem repouso,
Meu mal cada vez sobeja;
O que a minha alma deseja
Não posso dizer nem ouso.
Assi vivo descontente,
De assás dôr entristecida:
Ando perdida entre a gente,
Não mouro, nem tenho vida.

Como *Mote alheio*, foi essa quadra glosada por varios poetas contemporaneos da Infanta, como D. Francisco de Portugal, conde de Vimioso, Francisco de Sá de Menezes, Luiz de Camões, um Anonymo do Cancioneiro de Evora, e Diogo Bernardes; e já no seculo XVIII por Francisco Rodrigues Lobo e Simão Machado. Sobre a attribuição á Infanta, escreve D. Carolina Michaëlis: «Emquanto não se descobrir um nome de auctor anterior á Infanta, não é illicito todavia propagar a quadra como da sua lavra, tendo em conta de obra de D. Maria tambem a Volta — que é anonyma e falla em nome de uma mulher.» [1]

[1] *A Infanta D. Maria*, p. 57.

As damas da côrte usualmente poetavam e davam Motes, que eram glosados nos serões pelos galanteadores. Na *Arte de Galanteria* considerava-se esta prenda como distincção para uma dama: «que haga una *Endexa* y una *Redondilla* y que sepa responder a un *Mote*, y aunque haga algunas, sera cosa asás lucida, *sin que las escriva en hojas de arboles*, como los oraculos, ni profetisen como las Sybilas, seran estimadas como profecias y respetadas como oraculos. En todolos tiempos florescieron grandes ingenios en mugeres, no desdize la pluma del Aguila, que tambien se buela con ella como con la espada, aunque la *Senhora D. Maria de Portugal*, que igualó en lo mas la virtud y el entendimiento, que solo es discreta quien es santa, excellentemente dixo:

> Se soubera fazer trovas,
> De que me satisfizera,
> Inda assi as não fizera.

«Pero enquanto Damas, no le aprovamos mas estudio, que antes le tomara rebolviendo unos jasmines que uno Tito Livio, rociando con agua de ambar que no sudando con una Arte poetica de Escaligero.» (*Op. cit.*, 43.) Nas Moradias da Casa da rainha D. Catherina, figura Paula Vicente com o assentamento de *Tangedora* e môça da Camara; esta sympathica cooperadora de Gil Vicente na coordenação dos seus Autos, foi a mais dedicada companheira da Infanta. Tambem Joanna Vaz e Luisa Sigêa, que apparecem nas Moradias da Casa da Rainha com o titulo de *Latinas* e

o ordenado de 6$000 rs., (Jur., *Obr.*, I, 31) foram cedidas para a Infanta, como professoras e senhoras da sua casa. A entrada da Sigêa como mestra de linguas, em 1544, tendo então quatorze annos, explica-se pelo seu raro talento n'essa ordem de conhecimentos; d'ella escreve Feyjó, no *Teatro critico:* «natural de Toledo y originaria de Francia, sobre ser erudita en la Philosophia e buenas-Lettras, fué singular en el ornamento de las lenguas: por que supo la *latina*, la *grega*, la *hebraica*, la *arabica*, e la *syriaca*, y en estas lenguas se diz que escribió una carta a Paulo III. Siendo despues su padre Diego Sigeo llamado á la côrte de Lisboa para preceptor de Theodosio de Portugal, Duque de Berganza, la Infanta D. Maria de Portugal hija del rey Don Manoel y de su tercera esposa Dona Leonor de Austria, que era muy amante de las letras, quiso tener en compania á la sabia Sigêa.» [1] E' de 1544 o seu assentamento na moradia, e de 1546 a data da Carta polyglota ao papa Paulo III. Luisa Sigêa sentiu na côrte portugueza uma corrente hostil, quando as disciplinas humanistas foram entregues aos Jesuitas em 1555; n'essa obnubilação que apagou o brilhantismo da Renascença em Portugal, Luisa Sigêa deixou a côrte privada de toda a protecção, em 1557, casando com um cavalleiro de Burgos, Francisco de Cuebas, senhor de Villanasur. Algumas cartas, que existem em Madrid e no Museu Britanico, escriptas por

---

[1] *Theatro critico*, I, p. 377.

Luisa Sigêa, mostram a tendencia especulativa do seu espirito para os problemas moraes. No seculo XVI, era costume na convivencia social fazer-se perguntas, para provocar respostas difficeis com subtileza e facilidade. Na *Vida de Manoel Machado de Azevedo*, pelo Marquez de Montebello, vêm umas vinte perguntas apresentadas no fim de um banquete a que assistiu Sá de Miranda, no solar de Crasto, na festa de Santa Margarida feita por seu cunhado. Eram:

— Qual o maior engano?

— Qual a mayor enfermidade?

— Qual a mayor saude? etc.

Em uma Carta (VII, attribuida a Camões) achada por Juromenha, vem as perguntas:

— Qual é o maior aggravo que se pode fazer a um homem?

— Qual é a cousa mais importuna?

— Que cousa é esperança? e para que?

Na côrte da Infanta D. Maria era tambem usual o passatempo das Perguntas. Em uma das Cartas de Luisa Sigêa, do Museu Britanico, lê-se:

«Senhor. Perguntastes-me est'outro dia, que livros me parecia que lêsseis para d'elles poder-vos aproveitar na conversação galante e a *Perguntas e Respostas*, que se apresentam aos que tratam d'ella.» Desculpando-se da demora em satisfazer o pedido, começa indicando as partes de que deve constar a boa conversação: «Eu para mim a quereria graciosa, galante, cheia de novidade, sisuda e honesta, que se começasse com desejos e se acabasse sem enfado. Porque, se fôr galante, palavras, gestos, repentes, agudezas não fal-

tarão a proposito e a seu tempo; e se fôr graciosa, não virão contos, que são os que entretêm fóra de tempo, antes se saberão intercalar por tal arte que pareçam proprios, não emprestados, naturaes, não furtados de outro, e gostosos, não inconvenientes. Se cheia de novidades, terá o que acima digo, e mais uma certa compostura de cousas que se sóe tratar, travada por tal arte, que cada dia se deseja, e pareça sempre que fica começada, e nunca enfade. Não lhe fará damno sobre estas tres propriedades ser por vezes séria, honesta sempre, pois o siso e a gravidade nas pessoas dá confiança aos que conversam e credito aos com quem se conversa de se poder fiar d'elles palavras e outras cousas que traz comsigo a conversação. E a honestidade e compostura faz ser mais gostoso o que se ouve e diz, por que sob estas duas cabem todas as cousas que se podem desejar, tratar e descobrir e pretender na vida; e da desenvoltura e demasiada soltura não se fiam senão os que não sabem nem valem nada, que é mui pouco para desejar.

«Esta conversação alcança por tres meios: o primeiro, pelo habito de conversar sempre com pessoa de valor e de arte, que livremente possa e saiba ir á mão ao que não fôr como o que tenho apontado. O segundo, lição de livros galantes e avisados, de historias ou fabulas, como poetas, que em um verso disseram mais do que outros em quatro regras, e em uma pennada resumiram uma historia ou fabula, que é o que melhor parece na conversação, por quanto contenta o laconismo, ou os historiadores que misturaram bem cartas

sentenciosas e praticas com os grandes feitos e determinações de honra, para dar lustre ás historias tanto de homens como de mulheres, do que se pode tomar bastante, não só para persuadir na conversação o que se deseja como para dar com taes exemplos confiança e assim para se emprehender o que se pretende. Oradores egualmente, que com boas côres rhetoricas quanto quizerem saberão dar a entender e tratal-o com arte tal, que quem o ouvisse não se cansasse se fosse extenso, nem se enfadasse não sendo do seu gosto, tanta foi a força da persuasão e o sal que misturaram com as suas palavras em latim e em toscano, que é lingua para este effeito mais saborosa, os *Triumphos* de Petrarcha, as estancias e *Asolanos* de Bembo, e outros mil, que não temos que enumerar, pois o sabem todos, sabendo-o mui poucos, pelo pouco que os usam. [1]

O terceiro, e principal via para alcançar a boa conversação é a determinação mui firme que se deve ter de não pensar, quem pretender tel-a, nem dizer nem desejar cousa vil, nem soez... Resumindo, a pessoa que pretende ter boa conversação e de arte, deve ser no aspecto branda, nas palavras comedida,

[1] Esta referencia aos *Triumphos* de Petrarcha, explica-nos o interesse que fez tentar a traducção anonyma em portuguez do texto fragmentario attribuido a Camões por Juromenha. Merecia conferir-se esta versão com a castelhana de 1553 «*en la medida y numero de versos que tiene en el toscano, y con nueva glosa.*» E' possivel que a impressa em Medina del Campo facilitasse a tentativa portugueza.

nos gestos grave, no discurso da conversação saborosa e lida, e de bom senso para dizer as cousas com sal e gosto de quem as ouça, e affeiçoada a cousas grandes, e que tome de véras o exercicio das boas letras e maneiras, para que o que a conversar lhe dê credito como a pessoa habil e destra no que diz e pretende; pois o decurso da vida faz muito ao caso para isto... Não se deve pensar que logo em dois dias se alcança o supradito. Annos requer, tempo e experiencia e occasiões, e n'este intuito dar-se de véras á boa lição, pois tem esta differença da conversação viva, que não se acha n'ella senão o bom que aquelles disseram, e n'esta outra ha máos trechos; por que se é continua cansa, se grosseira dá cuidado, se larga falta com que entretêl-a, se curta fica sempre metade por dizer, principalmente se é com quem se gosta de tratar; e a outra toma-se quando se quer e deixa-se quando enfada, e faz-se d'ella um habito de soffrer, de entender, de esperar, de perseverar, pois seus fructos não se colhem senão por estes meios...» [1]

Depois d'este quadro que nos releva a fina sociabilidade na côrte frequentada pela joven Luisa Sigêa, apparece-nos um outro aspecto a que allude Camões, fallando no Auto do *Filodemo* de: «Huns almofaçados, que com dois ceitis fendem a anca pelo meio, e se presam de brandos na conversação, e de fallarem pouco e sempre comsigo dizendo que não

[1] Publicada em original castelhano com outras na *Revue hispanique*, VIII anno, p 280 a 284.

*

darão *meia hora de triste* pelo Thezouro de Veneza; e gabam mais Garcilasso que Boscão; e ambos lhe sáem das mãos virgens; etc.» Uma das *Cartas familiares de Loysa Sygea*, em castelhano, que se guarda no Museu Britanico, trata d'este sentimento da tristeza, da qual transcrevemos alguns trechos, que nos representam o meio moral em que se vivia:

«Senhor. Bem parece que haveis pouco experimentado que cousa é tristeza, pois me pedistes est'outro dia que vos dissesse qual era a causa porque estando alguem triste fallava e escrevia melhor do que estando alegre; e crêde-me, que se vos não estimasse tanto que a resposta d'isto deixára á mesma tristeza, que muito á vossa custa vos ensinára seus effeitos;.....» Define a tristeza: «um habito de larga continuação de não vêr alguem o que deseja, e se o vê, acabar-se-lhe ao começar, que a alma contrae.» E descrevendo as variedades da tristeza, fixa uma que é uma conta feita de larga experiencia de trabalhos, uma determinação inteira de não gostar de nada, causada por continuos desgostos, um desengano de alma quieta que se alcança por largo uso de descontentamentos, e por clara mostra de desejos não cumpridos; ...nos principios é dura como a morte, depois quanto mais nos entregamos a ella mais contente se está.» Considera esta tristeza em quanto ás edades; nas dos môços «as mais das vezes por affeição demasiada a cousas impossiveis; ...na edade varonil são de honra e estima...; na edade madura, são de cansaço, porque o conhecer a brevidade

da vida, que sempre lhe vem á memoria mais do que aos outros, e não lhe ter succedido o que desejavam, tira-lhes toda a esperança.» Luisa Sigêa, que acabou em tristeza a sua vida prematura, conhecia este problema moral pela convivencia com a excelsa Infanta D. Maria na sua sublime mudez com que soube occultar annos de verdadeira tristeza. A bella conversação em que Luisa Sigêa era eximia, pela opulencia de referencias dos escriptores classicos e reflexões moraes, fazem-nos comprehender essa chamada *Academia da Senhora Infanta*, em que se cantavam e tocavam as numerosissimas melodias, que andavam em voga pela Europa.

A presença de Paula Vicente e Angela Sigêa em casa da Infanta D. Maria denuncía o vivo interesse com que ahi se cultivava a musica vocal e instrumental. Os compositores do seculo XVI compunham Canções para serem cantadas á viola d'arco ou rabeca, e os theoricos como Luiz Milan, Francisco Salinas, Luiz Narvaes e Enrique de Valderrabano, intercalavam nos seus livros os *Cantares velhos* que serviam para expressão das melodias caracteristicas. Cantavam *a solas*, ou como diziam então os italianos *Canzone ad una voce* ou monodias, em que espontaneamente se estava creando a fórma suprema da Aria. Dominavam na côrte as duas influencias musicaes, a hespanhola e a franceza, que se podem bem personificar a primeira em Paula Vicente, e a segunda em Angela Sigêa. Gil Vicente tinha empregado nos seus Autos numerosissimas Canções com melodias castelhanas, nacionaes e propriamente pessoaes; mui-

tas d'essas Melodias existem hoje publicadas por Barbieri no *Cancioneiro musical do seculo XV*, podendo-se reconstruir esta parte artistica da obra vicentina. Sua filha Paula Vicente, *tangedora* profissional, conhecia todo este repertorio lyrico, tão variado e rico de melodias populares, umas *a solas* (*Soláos*, de que falla Jorge Ferreira) outras coreadas ou *Guayadas*, acompanhando as dansas. A Infanta D. Maria, intima amiga de Paula Vicente, encontrava n'esta poetisa, que tambem se conservou solteira, os suaves desafogos da sua fundada tristeza, fazendo-a cantar Motes velhos, Lettrilhas e Vilancetes, que serviam para o canto, dando logar a novas imitações lyricas para renovarem pela expressão caracteristica da palavra essas velhas e sympathicas melodias. Os Cancioneiros manuscriptos do seculo XVI estão cheios d'essas composições graciosissimas, encontrando-se com frequencia tratando os mesmos themas poeticos Gil Vicente, Camões, Caminha e Bernardes, para renovarem pela palavra a mesma melodia. E Garcia de Resende, que tambem era musico, como André de Resende e Damião de Goes, falla d'este desenvolvimento artistico da sociabilidade aulica:

> Musica vimos chegar
> A' mais alta perfeição:
> Sarzedas, Fontes, cantar,
> Francisquinho assim juntar,
> Tanger, cantar sem ração.
> Arriaga! que tanger!
> O Cego, que grão saber
> Nos orgãos! E o Vaena?
> Badajoz! e outros, que a penna
> Deixa agora de escrever.

Aqui se accentuava já a erudição, em que prevalecia o estylo *fugado* sob a influencia da auctoridade dos Mestres flamengos. O gosto *francez* destacava-se pelo estylo harmonico simples, com a simultaneidade de vozes; vêmos n'este tempo os moralistas austeros insurgirem-se contra as musicas *jusquinas*, imitadas de Josquin des Près, como se vê no *Auto da Ave Maria* de Antonio Prestes. Esta corrente musical podemol-a representar na côrte pela influencia de Angela Sigêa, em casa da Infanta, onde as Cançonetas francezas eram vivas lembranças de sua mãe. Diante dos textos da poesia de Cancioneiro, que apparece nas Redondilhas dos nossos quinhentistas, e do conhecimento das musicas das Canções, em parte reproduzidas pelos theoricos do seculo XVI ou impressas pelos Musicographos como Barbieri e Pedrell, podemos hoje caracterisar os tres estylos das Canções de côrte, no tempo em que contribuia Camões com as suas Coplas e Voltas para tornar mais interessantes essas Melodias. Acceitava-se o estylo *Fugado*, obedecendo ao prestigio dos mestres flamengos, considerando as suas quadraturas com uma certa seriedade ecclesiastica. A par d'esta corrente contrapontica, que ia encontrar na Egreja o seu desenvolvimento, dominava na Côrte o estylo *expressivo* da Canção desenvolvendo a sua melodia caracteristica da tonalidade popular, e ligando-a sempre á palavra metrificada das Lettrilhas, Motes e Vilancetes, com que os compositores hespanhoes se adiantaram ao seu tempo, realisando o problema da alliança indissoluvel entre a palavra e o

canto. A outra corrente, propriamente franceza, sem ser dominada pelo contraponto, avançava ao trabalho artistico da simultaneidade de vozes, sem abandonar o estylo *harmonico simples*.

A' sympathia que inspirava a situação da Infanta D. Maria, envolvida nas egoistas tramas politicas de Carlos V, Francisco I e Dom João III, e á merecida admiração que impunha o seu talento e esmerada cultura aos grandes humanistas, vinha tambem prestar-lhe preito a paixão dos poetas da côrte que a idealisavam. Camões foi o confidente de alguns d'esses *amores em silencio*; refere-os em umas Voltas a este Mote alheio ou anexim popular

> Perdigão perdeu a penna.
> Não ha mal que lhe não venha.

Um curioso linhagista colheu essa ignorada tradição amorosa explicando o sentido mysterioso dos versos de Camões, ou abonando-se com elles. No precioso manuscripto *Quarta parte das Familias nobres de Portugal*, offerecido em Fevereiro de 1649 pelo Prior do Hospital do Beato João de Deus de Monte Mór a Manoel Severim de Faria, lê-se:

« SILVAS — Casa do Regedor. *Jorge da Silva*, filho terceiro do Regedor João da Silva, irmão de Diogo da Silva. Casou com D. Luiza de Barros, filha herdeira de João de Barros e de D. Philippa de Mello, de quem não teve filhos. Foi fidalgo de grandes brios e altivos pensamentos; *sendo moço namorou a Infanta Dona Maria filha de El Rei D. Ma-*

noel, e fez taes extremos que, chegando á noticia d'Elrei D. João III, irmão da Infanta, o mandou prender no Limoeiro, onde esteve o tempo que pareceu bastante para seu castigo; *e a esta prisão e amores fez Luiz de Camões umas Voltas áquella Cantiga velha:* Perdigão perdeu a pena, etc., que começam:

> Perdigão, que o pensamento, etc.» [1]

Lidas á luz de tão curiosa revelação do indiscreto linhagista, despertam estas Voltas um interesse vivissimo, illuminando a vida de Camõas n'essa brevissima frequencia do paço. As Voltas alludem á temeridade da paixão de Jorge da Silva, que tambem era poeta, e de quem restam versos mysticos:

> Perdigão, que *o pensamento*
> *Subiu a um alto logar*,
> Perde a penna de voar,
> *Ganha a pena do tormento.*
> Não tem no ár, nem no vento
> Azas com que se sustenha;
> Não ha mal que lhe não venha.
>
> *Quiz voar a uma alta torre*,
> Mas achou-se desazado;
> E vendo-se depennado
> De puro penado morre.
> *Se a queixumes se soccorre,*
> *Lança no fogo mais lenha*:
> Não ha mal que lhe não venha.

(*Obr.*, t. IV, 79.)

[1] Ap. Jur., *Obr.*, t. IV, p. 452.

D. Carolina Michaëlis, no seu livro *A Infanta D. Maria*, (p. 70) recusando valor historico á lenda do nobiliarista anonymo, confessa: «Certo é que o grande poeta lyrico ao paraphrasear o adagio popular, pensava em qualquer aventura determinada de amor; no vôo de Icaro de algum temerario môço palaciano, que, menos calado do que o Beato Amadeo, tornara publicos os seus mais secretos sentimentos, sendo por isso despenhado, de azas quebradas e ferido, do alto dos seus sonhos.» E valorisa os seus indicios pelas Voltas sobre o Mote da Infanta: *Já não posso ser contente.* (p. 63.) E fallando dos serviços publicos e composições litterarias, de Jorge da Silva, accrescenta: «Todos esses titulos e essas virtudes, não põem embargo a que na sua mocidade se apaixonasse por uma Infanta. Podiamos mesmo considerar a sua mystica fugida da côrte, realisada antes de 1549, segundo chronistas coévos, e a sua actividade como escriptor devoto, consequencia de seu profundo desgosto e de uma crise affectiva.» [1] A lenda dos amores de Jorge da Silva propagava-se sobre esse fundo tradicional dos amores do seu antepassado D. João da Silva pela Princeza D. Leonor, filha do rei D. Duarte, que foi casada com o Imperador Frederico III, e que se completava pela veneração

[1] Op. cit., p. 72. D. Carolina Michaëlis cita um outro Jorge da Silva, dos Silvas de Portalegre, que n'este tempo andava na côrte, que fôra preso por communicar com o Cardeal da Silva, seu tio desnaturalisado, que outros dizem por ter amado a Princeza D. Maria, filha de D. João III.

do santo, o Beato Amadeo, em que se immortalisou o namorado. [1] No Mote glosado por Camões, o nome *Perdigão* tem um intuito: a allusão satirica ao *Falcão* da Empreza do seu antepassado D. João da Silva, com que pela divisa *Ignoto Deo* declarava á princeza o seu amor.

São numerosas e interessantes as intrigas amorosas na côrte de D. João III; mas este periodo de galanteria delicada e de poesia idealista vae apagar-se pelo mesmo sôpro gelido que mirrou a floração do humanismo da Renascença portugueza.

---

[1] Lê-se na *Evora gloriosa*, p. 236 e 422: «Chamado antecedentemente D. João da Silva, foi filho de Ruy Gomes da Silva, famoso Fronteiro de Ceuta, e Alcaide-mór de Campo Mayor e Ouguella, e Senhor da Chamusca e Ulme, e de D. Isabel de Menezes, filha do nosso 2.º Conde de Vianna e 1.º de Villa Real, D. Pedro de Menezes, primeiro Governador de Ceuta. N'esta cidade nasceu D. João da Silva e sua irmã Dona Brites da Silva, conforme algumas noticias, e conforme a outros na de Evora, onde um e outro se educaram debaixo da tutella de um tio João Gomes da Silva: ...seu irmão, depois de se applicar ás Letras humanas e áquellas artes dignas de seu nascimento, entrou a servir no paço do nosso rei D. Duarte, onde tendo muitas occasiões de vêr a Infanta D. Leonor, se arrebatou tanto da sua rara formosura, que entre os limites do respeito devido a tão soberana pessôa, lhe consagrou todas as suas venerações e pensamentos; o que explicou engenhosamente tomando por empreza um Falcão volante com as letras *Ignoto Deo*. Assim viveu algum tempo. D. João, contente com poder vêr e venerar aquelle luzido sol, mas chegado o anno de 1449, vendo-o promettido ao Imperador Frederico III, e que se ausentava para diverso horisonte, se contemplou cego e desesperado; mas sabendo que estava destinada para

B) Os amores de Nathercia — Afastamento da Côrte: no Ribatejo e em Ceuta

Ao entrar na côrte, ainda então mal obumbrada pela recrudescencia do fanatismo inquisitorial e jesuitico, Camões, na efflorescencia dos seus dezenove annos, era admirado pelas damas do paço, que o suscitavam pondo em fóco as scintillações geniaes do seu espirito; mas aquella intelligencia fulgurante e bem cultivada procurava um objectivo a que consagrar todas as suas energias. Elle mesmo confessa-o na Canção VIII:

> Um natural desejo tinha accêso
> De algum ditoso e doce pensamento
> Que me illustrasse a insana mocidade.

Esse pensamento de uma fecunda mocidade, que havia encher-lhe a vida e tornal-o grande, já o tinha achado; em volta d'elle

---

Camareira-mór da nova Imperatriz sua tia D. Guiomar, Condessa de Villa Real, se aproveitou da occasião de tão boa companhia para poder sem nota fazer a jornada de Italia, para onde a Imperatriz se partia.

Embarcou-se D. João da Silva em Janeiro de 1452, acompanhou-a até Sena, onde a esperavam Frederico III, Ladisláo, rei da Hungria, e Alberto, Archiduque de Austria; e quando assistiu em Roma ao casamento pela mão do Pontifice, mudou de nome no de Amadeo, e vestido de saial entranhou-se no Apenino, fazendo vida penitente com os monges de S. Jeronymo. Fez-se depois frade franciscano, em um conventiculo que fundou de N. S.ª da Paz. Chamou-o a Roma o papa Sixto IV; faleceu em Agosto de 1482. Um livro dos seus *Sonetos sagrados*, conservou-se inedito no Collegio dos Jesuitas em Coimbra, segundo noticia de Barbosa Machado.

pairava-lhe a imaginação idealisando os feitos narrados nos pulverulentos chronicons da historia portugueza ou representados em alguns monumentos da arte nacional. Era o Canto heroico da Gente lusitana, o Pregão eterno, que se elaborava no audacioso pensamento. Os eruditos, referindo tantos feitos grandiosos, sentiam que elles não tivessem ainda inspirado um novo Homero, que os não universalisasse um outro Virgilio. Os poetas da Renascença sentiam-se mesquinhos diante d'estes supremos modelos. E ahi, nos Paços da Ribeira, quando Camões se via mais estimulado pelos quadros do *Descobrimento da India* representados nas colgaduras manoelinas, de repente o seu pensamento é offuscado pela fulguração de uma belleza feminina que lhe empolga todos os sentimentos do seu sêr moral. Foi a psychose subita, que o tornou namorado, apaixonado, louco pela candura e seducção da mulher que ainda mal se destaca da criança, sem a consciencia do seu poder. Desde esse momento decisivo da sua vida, o mundo appareceu-lhe a uma outra luz, sob um aspecto que até ali não vira, sentindo-se absorto em uma atmosphera de encanto:

> Um não sei que suave, respirando
> Causava um admiravel, novo espanto,
> Que as cousas insensiveis o sentiam.

E' quasi com terror que esta fascinação que anima as cousas materiaes, o leva a considerar o surprehendente reflexo em si proprio:

Porque, quando vi dar entendimento
A's cousas que o não tinham, o temor
Me fez cuidar que effeito em mi faria!
Conheci-me não ter conhecimento.

Sob esta emoção perdendo a consciencia critica, abandona-se ao sentimento exclusivo e absoluto:

Assi, que indo perdendo o sentimento
A parte racional, me entristecia
Vêl-a a um appetite submetida;
Mas dentro n'alma o fim do pensamento
Por tão sublime causa me dizia
Que era rasão ser a rasão vencida.
Oh grão concêrto este!
Quem será que não julgue por celeste
A causa d'onde vem tamanho effeito;
Que faz n'um coração
Que venha o appetite a ser rasão?

Na Canção v retrata os traços physionomicos, as linhas sensuaes que acordando o desejo, elevam a mulher á adoração:

.....os olhos bellos,
Verdes e graciosos,
Debaixo de arcos negros e delgados;
Os ondados cabellos
Loiros, longos, formosos,
Agora ao vento soltos, ora atados.
Os dentes, que cercados
Estão de sangue e riso,
As perlas imitando;
A testa onde cegando
A vista está; o carão delgado e liso,
A côr, a graça, o siso,
O seguro repouso honesto e brando,
Que Deus na terra deu
Para sinal de paz ao mundo seu.

(Jur., *Obr.*, t, II, 510.)

O seu caracter transformou-se n'esta crise passional, em que outros poetas se afundaram, como Bernardim Ribeiro e Garci Sanchez de Badajoz; declara-o na Canção VIII:

> Depois de entregue já ao meu desejo
> Ou quasi n'elle todo convertido,
> Solitario, silvestre e inhumano.
> Tão contente fiquei de ser perdido,
> Que me parece tudo quanto vèjo
> Excusado, senão meu proprio dano
> Bebendo este suave e doce engano,
> A trôco dos sentidos que perdia,
> Vi que Amor me esculpia
> Dentro n'alma a figura illustre e bella,
> A gravidade, o siso,
> A mansidão, a graça, o doce riso.

Na deslumbrante psychose, aquella mulher é unica no mundo, e sómente ella o lançou n'esse estado de amnesia; na Canção XI, em que historía todas as phases amarguradas d'este immenso amor, representa Camões o rapido momento em que ficou tomado:

> O doce e piedoso
> Mover de olhos, que as almas suspendia,
> Foram as hervas magicas, que o Céo
> Me fez beber: as quaes por longos annos
> N'outro sêr me tiveram transformado,
> E tão contente de me vêr trocado,
> Que as magoas enganava co'os enganos;
> . . . .

No preludio da Ecloga I, celebrando a morte de D. Antonio de Noronha e do Princepe D. João, escripta em 1554, desenha Camões um quadro da côrte de D. João III, que elle illuminara com os fulgores do seu talento:

Eu vi já d'este campo as varias flores
A's estrellas do céo fazendo inveja;
Adornados andar vi os pastores
De quanto por o mundo se deseja;
E vi co'o campo competir nas côres
Os trajes, de obra tanta e tão sobeja,
Que se a rica materia lhe faltava,
A obra de mais rica sobejava.

E vi perder seu preço ás brancas rosas,
E quasi escurecer-se o claro dia
Diante de umas mostras perigosas,
Que Venus mais que nunca engrandecia.
As pastoras, emfim, vi tão formosas,
Que o Amor de si mesmo se temia;
Mas mais temia o pensamento falto
De não ser para ter temor tão alto.

Camões recordava-se d'aquella constellação de damas, que traziam fascinada uma pleiada de jovens fidalgos inspirados poetas, que formavam uma nova geração de *Fieis do Amor;* eram D. Manuel de Portugal e Pedro de Andrade Caminha, apaixonados por Dona Francisca de Aragão; Jorge da Silva, louco de admiração pela encantadora Infanta Dona Maria; D. Simão da Silveira, sempre alquebrado pelos rigores de D. Guiomar Henriques, João Lopes Leitão procurando fallar ás damas como a borboleta que se arroja para a luz, e embora mais tarde, obedece a esta corrente de idealismo erotico o gentil D. Antonio de Noronha, bem perdido por D. Margarida da Silva. Eram estes os pastores adornados, que vira Camões n'aquelles Paços da Ribeira, onde as damas faziam inveja ás estrellas do céo, e onde viu tambem as *mostras perigosas*, que lhe tiraram ao pensamento o *temor tão alto*, perigosas porque a que o inspirava

entrava apenas na adolescencia, e era dama da rainha, temerosa pela sua austeridade. Todas essas paixões foram mais ou menos transitorias, méramente galanteios ou sonhos desilludidos; sómente Camões sentiu profundamente, dominado por uma absorpção absoluta. O Dr. Storck, estudando como eximio traductor as poesias completas de Camões, e compenetrando-se das situações da sua vida, chegou á conclusão fundamental: «Das poesias de Camões resulta, que *na sua vida houve uma só paixão* forte, profundamente arreigada, que lhe proporcionou poucos e fugazes dias de felicidade e longos annos de tormentos. Ella acompanha e persegue ainda o expatriado, através de terras e mares, na miseria do desterro — perpetua saudade da sua alma.» [1] Quem foi essa dama, em que se concentrou a existencia affectiva do poeta, e de quem provieram todos os seus trabalhos?

Entre varios nomes poeticos de damas, apenas com expressão allegorica, apparece nos Sonetos de Camões (n.os 70, 103, 147 e 163, na Ecloga XV e em um Acrostico em redondilhas) o nome de *Natercia*, anagramma perfeito de *Caterina*, ao qual se liga na Ecloga e no Acrostico o appellido de *Athayde*. Revelado furtiva ou indiscretamente o nome da namorada Catherina de Athayde, a que familia pertencia ella, quando nas Moradias da Côrte e nas genealogias contemporaneas se encontram quatro damas com este mesmo nome?

---

1 *Vida e Obras*, p. 323. (Trad. Michaelis.)

Eis um problema, que nos amores de Camões é semelhante ao que os eruditos italianos investigam na vida de Tasso sob o titulo de *systema dos amores*. Os biographos de Camões seguem os mesmos processos para determinarem quem fôra a inspiradora dos seus versos ardentes e realistas. Entre as apaixonadas referencias dos versos de Tasso ás damas que elle cortejava na côrte de Ferrara, destacam-se tres *Eleonoras*, cuja belleza idealisou na synthese esthetica de Armida e de Herminia: eram Leonora San Vitale, e a princeza Eleonora d'Este na fulguração dos seus trinta annos; eram Lucrezia Bandidjio e Lucrezia d'Este, casada com o Duque de Urbino. D'entre esse côro de gentileza que o inspirava na côrte de Ferrara, qual foi a mulher que lhe dominou todas as emoções? Foram as princezas? e qual d'ellas, a casada, Lucrezia, ou a solteira Eleonora?

Eis o *systema dos amores*, que os eruditos tassistas resolvem com argumentos exegeticos.

Dá se com Camões o mesmo trabalho de exegese, para determinar quem fosse a namorada do poeta; e esse problema já existia antes de Camões voltar de Ceuta, em 1550, por isso que Frei João do Rosario perguntava por vezes á sua confessada D. Catherina de Athayde, filha de Alvaro de Sousa, se fôra o *Poeta desterrado por ssa rasão*. A resposta que ella dava ao seu director espiritual era sempre negativa, *que assim não era*. Esta dama casara do paço com Ruy Pereira de Miranda Borges; e uma outra dama da rainha, que tinha egual nome, era *muito moça*,

circumstancia que levava a procurar outros homonymos. Não admira que o problema chegasse ao seculo XVII indefinido, complicando-se na tradição pelo syncretismo das homonymias. Nas *Lembranças* de Diogo de Paiva de Andrade, filho do chronista e Guarda mór da Torre do Tombo Francisco de Andrade, que pretencia á phalange poetica de Caminha, Diogo Bernardes e Jeronymo Corte Real, colligiu esse erudito vagas tradições da côrte em relação aos amores de Camões, que por outras ignoradas vias apparecem mais tarde em Faria e Sousa. N'essas poucas linhas das *Lembranças*, [1] em que já se systematisam os amores do poeta, pelos quaes o dá *quatro vezes desterrado*, vem o nome da dama desligado de toda a elucidação genealogica: «Luiz de Camões, poeta bem conhecido,... namorou *Catharina de Athayde*... A esta senhora dedicou muitas das suas obras, e ainda que com differentes nomes é a mesma de que falla repetidas vezes.»

Na sua inconsciencia de compilador, o seiscentista Paiva de Andrade, cáe logo no syncretismo tradicional de D. Catherina de Athayde, filha de Alvaro de Sousa: «Foi dama da rainha D. Catherina, e continuando os amores com boa correspondencia, *mudou ella de objecto para os agrados*, de que Camões se queixa em suas composições.» Como estas *Lembranças* permaneceram manuscriptas e

[1] Publicadas por Camillo em 1880, no opusculo *Luiz de Camoes — Notas biographicas*, p. 14 e 15.

ignoradas, o appellido de Athayde chegou a ficar esquecido.

O nome da amada do Poeta, ao qual em anagramma de *Natercia* allude quatro vezes nos Sonetos LXX, CIII, CXLVII e CLXIII, continuou ignorado por muito tempo. até á descoberta da Egloga XV. João Pinto Ribeiro referiu-se a um nome genealogicamente errado; escreve Faria e Sousa: « el Licenciado Juan Pinto Ribeiro entiende que ella se llamava *Doña Caterina de Almada su prima*, é que la celebrava con el nome de Natercia, cifra del de *Caterina*, como parece del Soneto 70.» Acceitando a indicação de *sua prima*, apparece-nos uma *D. Catherina de Athayde* septima filha de D. Francisco da Gama, estribeiro-mór de D. João III, e de D. Guiomar de Vilhena, filha do Conde de Vimioso; foi segunda mulher de D. Pedro de Noronha, senhor de Villa Verde. [1]

E' natural que o poeta lhe dirigisse algum galanteio poetico, como era usual na côrte, e que fosse repellido como um *primo pobre*. Em umas Redondilhas, glosou Camões este:

MOTE

No monte de Amor andei,
Por ser monteiro de fama,
Sem tomar gamo nem *gama*

VOLTA

Achei-me tão elevado
N'este monte a montear,

---

[1] *Nobiliario* Ms. de D Antonio de Lima. fl. 594. *Pedatura lusitana*, fl. 261 v. (Bibl do Porto, Ms. 443.)

Que donde cuidei caçar
Eu mesmo fiquei caçado.
Caçador desesperado,
Sahi de uma e outra rama,
Sem tomar gamo nem *gama*.

Levava por meus monteiros,
N'esta caça de tormentos,
Os meus ais, que como ventos
Iam diante ligeiros.
Uns tão tristes companheiros
Levei, como quem ama,
Por descobrir esta *gama*.

A roupa de montear
Que n'este dia levava,
Era o mal que me pesava,
A corneta o suspirar.
Já não podia cessar
Como touro quando brama,
Só por buscar esta *gama*.

Os cães eram meus tormentos
Cheios de muita agonia,
O furão minha porfia,
As rêdes meus pensamentos.
Nem me valeu tomar ventos,
Nem penetrar pela rama,
Para descobrir tal *gama*.

(*Obr.*, t. iv, p. 177.)

Ha evidentemente uma intenção de galanteio n'esta palavra *gama*, que se relaciona com a tradição de uma *sua prima*. Os desdens da orgulhosa familia do almirante nos explicarão o resentimento profundo de Camões, que lhe escapou n'esta estrophe XCIX do canto quinto dos *Lusiadas*:

A's Musas agradeça o *nosso Gama*
O muito amor da Patria, que as obriga
A dar *aos seus* na Lyra nome e fama
De toda a illustre e bellica fadiga;

> Que elle, *nem quem na estirpe seu se chama*,
> Calliope não tem por tão amiga,
> Nem as filhas do Tejo, que deixassem
> As télas de ouro fino e que o cantassem.

Como explicar este protesto no poema em que exalta os feitos de Vasco da Gama, o heroe idealisado? Com certeza, tinha sido amesquinhado, ferido na sua dignidade, na côrte. Assim como *D. Catherina de Athayde* (de Sousa) se excusava de ter sido amada por Camões, quando isso lhe perguntava o seu confessor Fr. João do Rosario, é tambem admissivel, que *D. Catherina de Athayde* (da Gama) levasse mais longe a sua excusa, determinando mesmo a descoberta da sua homonyma e verdadeira namorada.

O simples nome de *Catherina de Athayde* era insufficiente para se conhecer quem fôra a namorada de Camões; muitas damas da côrte usavam este nome, que só se differenciava pelos appellidos de familia. [1] Faria e Sousa, já

[1] Já nos estudos camoneanos do seculo XIX, appareceu uma outra hypothese, formulada por D. Francisco Alexandre Lobo, na sua *Memoria*, (p. 177) crendo que seria *D. Catherina de Athayde* uma filha de D. Antonio de Athayde, primeiro Conde da Castanheira, o conselheiro mais favorito de D. João III, que abusava do seu valimento pela prepotencia. D'aqui logicamente deduzia *os desterros* do poeta da côrte e as perseguições que o envolveram. Havia aqui o syncretismo tradicional do *odio dos Athaydes* contra Bernardim Ribeiro e Sa de Miranda: «Eis por que os biographos de Camões se obstinaram em fazer da dama do poeta uma filha de favorito...» Isto observa D. Carolina Michaelis, (*Vida*, p. 339) notando que das seis filhas do Conde da Castanheira nenhuma teve o nome de Catherina, segundo informa a Historia genealogica de D. Antonio Caetano de Sousa.

muito tarde, no decurso das suas explorações por miscellaneas poeticas, encontrou em fórma de Acrostico umas redondilhas sobre os nomes *Luis — Caterina de Ataíde;* não chegou a aproveitar-se d'ellas na edição do texto camoneano. Colligiu-as Juromenha nos manuscriptos de Faria e Sousa; transcrevemol-as aqui, por que o Dr. Storck as considera uma falsificação do commentador, de todo inadmissivel:

MOTE

L ume d'esta vida,
V eja-me esse lume,
J á que se presume,
S em o vêr, perdida.

VOLTA

C oncedei luz tal
A quem vós cegastes;
T oda me tirastes,
E ssa só me val;
R asão he, querida,
J á vir do alto cume,
N orte de tal lume
A alma perdida.

D esatando hide
E sta tréva escura,
A urora, onde pura
T oda luz reside:
A y, que atada a vida
J á com esse lume,
D eixa o seu queixume,
E stima-se perdida.

Pela fórma em redondilha de arte menor, vê-se que foi uma improvisação de momento, na côrte, directamente passada á inspiradora,

quando a paixão era já confessada. Tem o estylo da galanteria d'essa epoca e a expressão da verdade sentida. Mas, rigorosamente, quem lêsse as redondilhas em Acrostico não ficava sabendo quem era essa *Caterina de Athaide*, se a de Sousa, se a da Castanheira, se a da Gama ou ainda a de Lima. [1]

Desde a descoberta da Ecloga XV de Camões, *á morte de D. Catherina de Athaide, Dama da Rainha*, fixou Faria e Sousa o nome da namorada do poeta como filha de D. Antonio de Lima, da qual memora o Nobiliario manuscripto do seculo XVI, por outro D. Antonio de Lima: «D. CATHERINA DE ATHAYDE, *que sendo Dama da dita Rainha, morreu no Paço moça.*» [1] Mais tarde pela pu-

---

[1] O Dr. Storck affirma, que são uma «linda descoberta calculada para *documentar* os amores de Liso e Natercia, ou *Luis e Caterina*. E accrescenta: «infiro que só muito tarde, depois de concluido o Commentario dos Sonetos — lhe veiu a ideia luminosa de forjar o Acrostico.» (*Vida*, p. 388). Para que servia a Faria e Sousa essa simulação litteraria, se o Acrostico não comprovava o seu intuito, que era determinar em D. Catherina de Athayde, filha de D. Antonio *de Lima*, a namorada do poeta? E uma vez no absurdo, Storck caminha para outro, considerando essas deliciosas e expressivas redondilhas «uma versalhada insignificante» não sendo «provavel que o poeta desvendasse o mysterio que encobria os seus castos amores.» O mysterio prevalecia, por isso que eram várias as damas d'este nome, e o Acrostico era uma fórma frequente dos galanteios da côrte

[1] Importa destacar o linhagista do seu homonymo, pae da namorada do poeta; tinha elle o appellido de *Pereira*, sendo filho de Diogo Lopes de Lima, senhor de Castro Daire, alcaide-mór de Guimaraes e copeiro-mór de D. João III.

blicação das Poesias de Pero de Andrade Caminha, em 1791, pela Academia real das Sciencias, ahi appareceu o Epitaphio XXII: *A' Senhora* D. CATHERINA DE ATAIDE, *filha de D. Antonio de Lima, Dama da Rainha.* Caminha tinha motivos para sensibilisar-se por este falecimento prematuro, porque D. Antonio de Lima era Camareiro-mór do Infante D. Duarte, em cuja casa servia como camareiro menor Andrade Caminha. [1]

---

[1] Diante d'estes factos irrefragaveis, surgiu o problema de ser a namorada do Poeta *D. Catherina de Athaide*, filha de Alvaro de Sousa e de D. Philippa de Athayde. Em carta de 2 de Agosto de 1852, dirigiu Bento José Rodrigues Xavier de Magalhães a Alexandre Herculano, um excerpto dos Papeis de Fr. João do Rosario relativo ao Convento dos Dominicos de Aveiro, em que se encontravam estas linhas referentes á dama alludida:

«*E todalas vezes que no Poeta desterrado por ssa rasão lhe falava, sempre em resposta havia que assim não era, e que fora aquella alma grande, que para emprezas grandes, e a regioens tão apartadas o levara.*»

Herculano entregou a carta ao Visconde de Juromenha, que acceitou sem mais prova a negativa de D. Catherina de Athayde (de Sousa). No Almanack de Lembranças para 1855, p. 330, saíu a noticia: «Na capella-mór do convento de Dominicos d'esta cidade (Aveiro) está collocado do lado do Evangelho um tumulo singelo e hoje arruinado, que se julga ser de *D. Catherina de Athayde, decantada debaixo do nome de Nathercia nos versos do immortal Camões.*» E transcreve a inscripção do tumulo:

=Aqui jaz *D. Catharina d'Athaide*, filha d'Alvaro de Sousa e de Dona Filippa d'Athaide, e por ser devota d'esta casa lhe deixou vinte mil reis de juro; tem por isso missa quotidiana, e lhe deram esta capella a ella e a seu pae e mais herdeiros descendentes. Faleceu a 28 de Setembro de 1551.=

Transcrevemos do Nobiliario de D. Antonio de Lima, manuscripto genealogico do seculo XVI, a noticia da familia de D. Catherina de Athayde:

«D. Antonio de Lima, filho primogenito d'este D. Diogo de Lima, foi Mordomo-mór do Infante D. Duarte, filho de elrei D. Manoel, e depois foi Camareiro mór do snr. Infante D. Duarte, Condestabre e Duque de Guimaraens, seu filho, e foi commendador de

Camillo Castello Branco, nas *Notas biographicas* de Camões, teceu uma historia romanesca para mostrar que esta D. Catherina de Athayde, que casou com Ruy Borges Pereira de Miranda, fôra a namorada do poeta: Apossado iniquamente dos senhorios de Carvalhaes, Ilhavo e Verdemilho, Ruy Borges, filho de Antonia de Berredo, affeiçoou-se a D. Catherina de Athayde, filha de Alvaro de Sousa, Veador da Casa da Rainha, senhor de Eixo e Requeixo, nas visinhanças de Aveiro. D. Catherina era pobre, como filha segunda; seu irmão André de Sousa era simples clerigo, prior de Requeixo; o senhor da casa era o primogenito Diogo Lopes de Sousa.

«D Catherina acceitara o galanteio do poeta Luiz Vaz de Camões, talvez antes de ser requestada por Borges de Miranda. O senhor de Ilhavo, rivalisado pelo juvenil poeta, sentia-se inferior ante o espirito da dama da rainha. Seria um estupido consciente; queixou-se talvez á mãe, ...mas é natural que a mãe de Ruy Borges recorresse directamente ao rei solicitando o desterro do perigoso émulo de seu filho. Assim póde motivar-se o primeiro desterro de Camões para longe da côrte; e o segundo para Africa em castigo da teimosia d'elle e das vacillações de Catherina de Athayde na acceitação do opulento Ruy Borges...

«Saíu Camões para a Africa em 1547, e lá se deteve proximamente dois annos. Quando regressou, a dama da rainha era já casada com Ruy Borges e vivia na casa do esposo convisinha de Aveiro, entregue ao ascetismo sob a direcção de frei João do Rosario, frade

Cucujães, da Ordem de Christo. Foi casado com D. Maria Bocca Negra, dama da Rainha D. Catherina, mulher de elrei D. João III, que com ella veiu de Castella, (e filha de Francisco Velasques de Aguilar, trinchante do princepe D. João, pae de el-rei D. Sebastião, e marido de D. Cecilia de Mello, Camareira pequena e Guarda-roupa da dita Rainha;) de quem houve:

D. Diogo de Lima;

---

dominicano.» Camillo serve-se do Soneto CCLXXIV, para provar que se referia a esta deslealdade da dama:

> Mas eu de vossos males a esquivança
> De que agora me vejo bem vingado,
> Não a quizera tanto á vossa custa.

«Semelhante Soneto dirigido á outra D. Catherina de Athayde, dama do paço que morreu solteira, não tem explicação. Claro é que Luiz de Camões allude á mulher que o vinga padecendo as magoas resultantes de uma alliança em que elle foi ingratamente sacrificado.» E para fortificar a sua hypothese accrescenta o conflicto com Gonçalo Borges:

«O poeta grangeara inimigos na côrte. Deviam ser os Berredos e os parentes de Ruy Borges de Miranda. Entre os mais proximos d'este havia *um seu irmão bastardo, Gonçalo Borges*, creado do paço, a cargo de quem corria a fiscalisação dos arreios da casa real.» (p. 18 a 26.) Estava bem engendrada a hypothese sobre o Soneto e o conflicto na procissão de Corpus em 1552; mas as datas são implacaveis, derruindo as mais plausiveis phantasias.

José do Canto refutou a opinião de Camillo completamente: «A esta aéria presumpção se oppõe um documento existente na Torre do Tombo, no respectivo livro das Moradias da Casa da Rainha — que fixa o casamento de *Cataryna d atayde f.ª d'alv.º de sousa*, — no anno de 1543.

D. Duarte de Lima, (morreu no Cerco de Chaul.)

D. Francisco de Lima, (Chantre de Evora, e bom letrado.)

D. João (morreu em Chaul, no tempo de D. Luiz de Athayde) [1]

Dona Catherina de Athaide, *que sendo Dama da dita Rainha, morreu no Paço môça.*

D. Cecilia, freira no Mosteiro da Boa Vista.

D. Joanna de Lima, que casou com Martim Affonso de Miranda, Camareiro-mór do Cardeal Infante D. Henrique.

D. Isabel de Lima, que foi freira na Boa Vista.» [2]

«A' margem do assentamento d'esta senhora, lê-se: = *Em almeirim a* VII *de dez.*ro *de 1543 ouve certidão dona cateryna pera tirar seu casamento por fazer certo ser casada pera fazenda del Rey nozo senhor e por tanto foy riscada a qual certidão tirou aires de sousa porella.* =

Diante d'estes factos positivos, torna-se inadmissivel a hypothese dos seus amores com Luiz de Camões, que em 1542 frequentava ainda os estudos de Coimbra, e quando regressou a Lisboa em 1543, já Catherina de Athayde (de Sousa) estava casada com Ruy Borges vivendo proximo de Aveiro. *(Collecção camoniana*, pag. 75): «não se podem confundir (esses amores) com os da verdadeira Natercia, que conforme toda a probabilidade e as allusões do proprio poeta, foram os *primeiros*, e começaram cêrca do mesmo tempo. Se Natercia não fôra muito outra, como achar rasão plausivel para os subsequentes degredos? Como explicar as saudosas Canções que passados mais de dez annos, ainda Camões dirigia do Oriente á dama querida, que se apoderara de todos os seus affectos, e que elle julgava sempre viva?»

[1] Couto, *Decada* VIII, cap. 22, 32, 36, 37, 38.

[2] Ms. da Bibliotheca do Porto, n.º 344, fl. 128 v. Este Nobiliario manuscripto existe na Torre do Tombo e na Bibliotheca nacional.

Vê-se por este excerpto genealogico que a familia era numerosa, vivendo de empregos do paço. D. Maria Bocca Negra veiu no sequito da Rainha D. Catherina para Portugal em 1525. Na *Chronica* de D. Francesillo de Zuñiga, bobo official de Carlos V, ao descrever a jornada da rainha D. Catherina para Portugal, vem a seguinte anedocta ácerca de D. Maria Bocca Negra: «Don Pedro d'Avila llevaba una bestia menor, que en romance se dice asno, y llevaba una moza de camara que se llamaba *Boca-Negra*, y el requiebro que le decia era:

> N'hora mala os conoci,
> pues por *Boca-Negra* me perdi.
>
> (Cap. XLIII.)

Esta dama, que a rainha muito estimava, casou em 1528 com D. Antonio de Lima, tambem empregado da familia real, e dignatario; nasceram d'este consorcio quatro rapazes e quatro meninas, assim agrupados pelo linhagista, mas com certeza naturalmente entremeados. Muito proximo da verdade andaremos collocando o nascimento de Catherina de Athayde em 1531, porque falecendo môça em 1526 ainda não completara a maioridade ou os seus vinte e cinco annos. A sahida de Catherina de Athayde (de Sousa) pelo seu casamento em 1543, dera logar para a nomeação de uma outra dama da Rainha; n'esse anno D. Catherina de Athayde (de Lima) completava doze annos, e a Rainha que bem conhecia a necessidade de D. Maria Boca-Negra, (confessa-o no seu testamento) nomeou-lhe a filha para o cargo de sua da-

ma, que já se tornava conhecida pela estremada formosura. Camões viu-a antes de ella pertencer ao paço; assim se deduz da tradição conservada nas *Lembranças* de Paiva de Andrade: «*Foi depois dama da Rainha D. Catherina, e continuando os amores com boa correspondencia*...» Fixada a entrada de Camões na côrte em 1544, como se infere de factos inilludiveis, a paixão amorosa irrompe manifestamente confessada logo em 1544. Esta data é verificada pelo Dr. Storck, interpretando a estrophe 2.ª da Canção VII:

No Touro entrava Phebo, e Progne vinha,
O côrno de Acheloo Flora entornava,
Quando o Amor soltava
Os fios de ouro, as tranças encrespadas
Ao doce vento esquivas,
Os olhos rutilando chammas vivas
E as rosas entre a neve semeadas
Co' riso tão galante,
Que um peito desfizera de diamante.

Este processo metaphorico de datar o acontecimento foi empregado por Camões nos *Lusiadas*, para fixar chronologicamente o domingo de Paschoa de 1498, em 15 de Abril:

Era no tempo alegre *quando entrava*
No roubador de Europa a luz phebêa,
Quando um e outro côrno lhe aquentava
E Flora derramava o de Amalthea:
A memoria do dia renovava
O pressuroso sol que o céo rodêa,
Em que Aquelle, a quem tudo está sujeito,
O sêlo poz a quanto tinha feito.

(Cant. II, st. 72.)

Vê-se portanto que ha um sentido chronologico na estancia 2.ª da Canção VII, e o Dr. Storck precisou-o nitidamente pelo Calendario universal de Kesselmeyer, que a sexta-feira da Paixão, [1] a que se refere o Soneto, cahira em 11 de Abril de 1544: «o que tudo corresponde melhor ás indicações metaphoricas que temos examinado.» (*Vida*, p. 227.) Na Canção VIII, que é uma remodelação da VII, refere Camões esta crise passional:

> Eu vivia do cego Amor isento,
> Porém tão inclinado a viver preso,
> Que me dava desgosto a liberdade.
> Um natural desejo tinha acceso
> De algum ditoso e doce pensamento
> Que me illustrasse a insana mocidade.
> *Tornava do anno já a primeira edade;*
> *A revestida terra se alegrava,*
> Quando o Amor me mostrava
> Os fios de ouro, as tranças desatadas
> Ao doce vento estivo;
> Os olhos rutilando lume vivo,
> As rosas entre a neve semeadas;
> *O gesto grave e ledo,*
> *Que juntos move em mi desejo e medo.*

O local em que sentira esse abalo moral, foi por Paiva de Andrade e Manoel de Faria e Sousa determinado na egreja das Chagas, por uma *tradição* que serviu para interpretar o Soneto CXXIII, que começa:

[1] Paiva de Andade interpreta em 19 ou 20 de Abril de 1542; e Faria e Sousa em 7 de Abril do mesmo anno, sendo a quasi concordancia dos dois seiscentistas proveniente da mesma tradição.

A *chaga*, que, Senhora, me fizestes,
Não foi para curar-se n'um só dia;
Por que crescendo vae em tal porfia,
Que bem descobre o intento que tivestes.

Chronologicamente, vê-se que o facto é inadmissivel; mas deve procurar-se o residuo de verdade que se encerra em toda a tradição inconscientemente transmittida.

Nas *Lembranças* ineditas de Diogo de Paiva de Andrade, sobrinho do celebrado orador, vêm algumas linhas tradicionaes e biographicas sobre Camões, anteriores aos trabalhos de Faria e Sousa; encontram-se em dados pontos os dois escriptores, que se não conheceram, signal que hauriram na mesma tradição. Ahi Paiva de Andrade, citando antes de Faria e Sousa o nome de *Catharina de Athayde*, declara: «principiou a inclinação em 19, ou 20 de Abril do anno de 1542, em Sexta-feira da Semana santa, *indo ella á Egreja das Chagas em Lisboa, onde o poeta se achava.*» Isto repete Faria e Sousa; pura lenda, que as datas historicas dissolvem. Em 1542 é que Frei Diogo de Lisboa instituiu a *Irmandade das Chagas de Christo*, composta *dos homens que versavam a carreira da India*, tendo a sua séde no Convento da SS. Trindade. Dissidencias entre a Irmandade e os Frades, fizeram que erigissem uma egreja propria, obtendo a permissão do papa Paulo III, que lhe concedeu a cathegoria de parochia. A Egreja das Chagas foi erecta entre as parochias de Santa Catherina e dos Martyres, no alto sobranceiro ao Tejo, sendo sagrada em 30 de Novembro de 1552, transferindo-se para alli a Irmandade em 1553, no

anno em que Camões partiu para a India. Sem dependencia do prelado diocesano, a Capellania das Chagas «*administrava sacramentos aos homens do mar e navegantes da India*, e ao entrarem as Náos da India, repicavam os sinos da Egreja das Chagas, por que eram da Irmandade *os homens qae mareiam e governam as Náos que vem da India.*» [1] Só se pode tornar verdadeira a lenda, considerando que na trasladação da Irmandade das Chagas para a sua Egreja em 1553, Camões antes de partir para a India assistira a essa festa a que concorreu a côrte, e então veria pela ultima vez Catherina de Athayde no séquito da Rainha. Com as prerogativas de Parochia ahi se poderia celebrar as Chagas antes da Sexta feira da Paixão, realisando-se a partida da Armada no domingo de Ramos, em 26 de Março.

Da interpretação chronologica da Canção VII conclue o Dr. Storck, á luz de um quadro mais exacto da epoca da vida de Camões na côrte: « Bastará assentarmos como certo que os amores de Luiz Vaz começaram na primavera de 1544, na temporada paschoal, e que um anno mais tarde, na primavera de 1545, principiaram as tristezas, os desconsolos, os revézes e os perigos causados pela má vontade dos mexeriqueiros e intrigantes palacianos.» [2] Confirmam-nos estas datas o facto psychologico de começarem os amores tendo

[1] Carlos Testa, *Artigos dispersos: A Egreja das Chagas*, p 35 a 46.
[2] *Vida e Obras*, p. 328.

Catherina de Athayde os seus treze annos, achando-se na intensidade em que se denunciaram dos quatorze para os quinze annos. Essa *tenra edade* é sempre accentuada nos versos do poeta.

Na Egloga *á morte de D. Catherina de Athayde*, se encarece o facto da sua morte prematura:

> Como não te applacou *tão tenra edade*
> Ao cortar de seu fio, oh Parca dura,
> Que agora o mundo matas de saudade?

No texto do Cancioneiro de Luiz Franco, em tercetos que se não encontram na lição de Faria e Sousa, insiste o poeta na circumstancia da juventude da namorada:

> Quem cuidara que *huns tão tenros annos*
> E uma tal claridade, que excedia
> Quanto podem cuidar peitos humanos:
>
> E aquelle olhar brando, que fazia
> Ao mesmo Amor guerra livremente
> Podesse perecer em algum dia!
>
> . . . .
>
> Ah morte! morte dura e fera!
> Como não te movia uma beldade,
> Que até as duras pedras commovera!
>
> Como não te moveu *uma tenra edade*,
> Como não te moveu a sorte dura
> Dos que agora sentem sua saudade.

No incomparavel Soneto á morte de Natercia, sob a impressão abrupta da noticia recebida em Gôa, Camões para accentuar a magoa sem remedio de perdel-a, insiste na circumstancia de ter fallecido:

Tão cedo, d'esta vida descontente...
Roga a Deus, que *teus annos encurtou*,
Que tão cedo de cá me leve a vêr-te,
Quão cedo de meus olhos te levou.

(Soneto XIX.)

E' certo, que esta circumstancia da *tenra edade*, *tenros annos*, a fatalidade que *tão cedo* lhe *encurtou os annos*, e a observação do linhagista, *morreu no Paço moça*, discrimina peremptoriamente as duas damas da Rainha, uma que morreu nova e casada em sua casa em 1551, e outra que morreu no Paço *moça*, quando o poeta já se achava havia tres annos na India, cujo passamento consagra. [1] Mas acima d'este resultado historico, ha o facto *psychologico* capitalissimo, que nos revela o caracter que tomou essa paixão amorosa por uma criança bella, descuidada, que sentia acordar-se-lhe na alma o primeiro impulso affectivo deslumbrada pelo genio primacial que ella via admirado por todas as outras damas da côrte. Esse galanteio com que a criança brinca, fazendo soffrer o poeta, torna-se já na mulher surprehendente de belleza uma paixão absoluta, irrefreavel, que á primeira decepção a levará até á morte. Nos

[1] Escreveu o Dr. João Teixeira Soares: A identidade de D. Catherina de Athayde discute-se principalmente com relação a duas senhoras: a filha de Alvaro de Sousa, de Aveiro, morta n'aquella cidade em Fevereiro de 1551, dois annos antes da sahida de Camões para a India e já casada com Ruy Pereira Borges, e a filha de D. Antonio de Lima, morta em 1556, isto é, tres annos depois d'aquella sahida. *Cousas Camonianas* (Na *Epoca*, n.º 33. Ponta Delgada, 19-VIII 1882.)

Sonetos de Camões é que patentemente se destacam estas phases do seu amor, confundidos pelos compiladores que os foram publicando; e sómente pelo processo *psychologico* se descobrem todas essas phases passionaes, que se tornam um drama intensamente doloroso. O criterio *psychologico* só modernamente foi comprehendido, e d'elle depende uma nova luz na historia.

O estudo da obra de Camões, para ser bem comprehendida, impõe o conhecimento da sua vida; mas tendo passado uma existencia desapercebida para os seus contemporaneos, poucos factos chegaram a nós os vindouros, sendo necessario muitas vezes pelas referencias autobiographicas nas suas obras reconstruir o quadro da sua vida. Qual o processo critico para reconhecer essa physionomia moral do Poeta, sem divagações phantasistas, mas com segurança e verdade nas deducções, que se tornem inferencias historicas? Pelo processo psychologico, illuminando a biographia sobre o fundo tambem reconstruido e melhor conhecido do meio social ou da sua epoca. Maudsley, na *Physiologia do Espirito*, insiste no alcance psychologico das biographias: «Todo o homem destinado a uma actividade qualquer, e os seus actos resultando evidentemente das suas relações com as circumstancias, é claro que a biographia, que collocar simultaneamente em linha de conta o individuo e as circumstancias, bem como a sua acção e reacções reciprocas, poderá só assim patentear o homem de uma maneira adequada. — Qual foi a força de caracter de tal homem? qual foi a das circum-

stancias? Como é que elle as combateu? ou como é que foi affectado por ellas?—O que resultou d'esta lucta, attendendo ás condições particulares da evolução do individuo? — São estas as questões a que uma boa biographia deve procurar responder. Ella considera os homens como sêres concretos; toma nota, se quer cumprir conscientemente o seu plano, dos seus antecedentes atávicos; descobre-lhes as dissimilhanças dos seus caracteres e capacidades; fixa a justa parte que compete á influencia benefica ou funesta do ambiente; considera a trama da vida como o resultado inevitavel dos elementos e das condições com as quaes e sob as quaes foi entretecida, e desenvencilha pacientemente os fios emaranhados. Em summa, a biographia é a applicação da sciencia positiva á vida humana, e a consequencia necessaria do progresso da philosophia inductiva. Não é para maravilhar que a biographia fórme hoje parte tão consideravel da Litteratura...» (*Op. cit.*, p. 13.) Maudsley, considerando a biographia como processo para a psychologia scientifica, diz: «Ella nos fornece o fio do desenvolvimento do espirito no individuo, na sua evolução através das influencias da hereditariedade, da educação e das condições em meio das quaes viveu.» E considerando o meio social, observa: «Effectivamente o individuo é a *unidade social*, que Augusto Comte tão bem caracterisou, e elle não pode ser comprehendido a fundo independentemente do meio social no qual vive; o estudo das relações da sua organisação psychica com a natureza humana, de que é a unidade, é tão indispensa-

vel como o estudo das relações entre a sua organisação physica e o meio ambiente.» *(Op. cit.*, p. 53.)

Seguindo este criterio *psychologico* na manifestação passional de uma criança para quem o amor é ainda galanteio apparecendo como um brinquedo de sociabilidade, resalta logo o realismo dos mais exaltados versos de Camões deslumbrado por uma belleza sobrehumana, que o domina pela inconsciencia da sua incomparavel formosura. Os soffrimentos, as venturas inesperadas, os desalentos subitos e a condemnação d'esses amores, tudo deriva de uma *tenra edade* auctoritariamente protegida. O retrato, todo de expressão moral da mulher que foi a Circe fascinadora do Poeta, desenhado delicadamente no Soneto XXXV, revela-nos uma criança ingenua, timida e sensivel, n'aquella edade com que Bernardim Ribeiro nos deu a conhecer Aonia: «donzella *d'antre treze ou quatorze annos*, sem saber que cousa era bemquerer...» N'esta edade se define toda a psychologia d'esse amor, nas suas crises de indifferença, de descuido, de rigor, depois de paixão absorvente que vae até á morte. Notando esta circumstancia especialissima, comprehender-se-ha em toda a sua luz o Soneto:

Um mover de olhos brando e piedoso,
 Sem vêr de que; um riso brando e honesto
 Quasi forçado; um doce e humilde gesto
 De qualquer alegria duvidoso;

Um desejo quieto e vergonhoso,
 Um repouso gravissimo e modesto,
 Uma pura bondade, manifesto
 Indicio da alma, limpo e gracioso;

Um encolhido ousar; uma brandura,
Um medo sem ter culpa; um ár sereno,
Um longo e obediente soffrimento;

Esta foi a celeste formosura
Da minha Circe, e o magico veneno
Que pôde transformar meu pensamento.

E' verdadeiramente a menina e môça, que encanta pela passividade da sua brandura, pela serenidade modesta, de um pudor que se denuncia involuntariamente. No Soneto LXXVIII retrata-a com as mesmas côres, que fixam a sua physionomia moral:

Leda serenidade deleitosa,
Que representa em terra um paraiso;
Entre rubis e perlas doce riso,
Debaixo do oiro e neve côr de rosa;

Presença moderada e graciosa,
Onde ensinando estão despejo e siso,
Que se póde por arte e por aviso
Como por natureza ser formosa.

Falla, de que ou já vida ou morte pende,
Rara e suave emfim, Senhora vossa,
Repouso na alegria comedido;

Estas as armas são com que me rende
E me cativa Amor; mas não que possa
Despojar-me da gloria de rendido.

O poeta era visita da casa de D. Antonio de Lima, e n'essa frequencia via de perto as qualidades da encantadora criança, como revela no Soneto LXXXVII:

Conversação domestica affeiçôa,
Ora em fórma de limpa e sã vontade,
Ora de uma *amorosa piedade*,
Sem olhar qualidade da pessôa.

Se depois, por ventura vos magôa
Com desamor e pouca lealdade,
Logo vos faz mentira da verdade
O brando Amor, que tudo emfim perdôa.

Não são isto, que fallo, conjecturas.
Que o pensamento julga na apparencia
Por fazer delicadas escripturas.

Metida tenho a mão na consciencia,
E não fallo senão *verdades puras*
Que me ensinou a viva experiencia.

O poeta lembrando-se que a vira uma vez com os seus cabellos louros ondados esparzidos, outra prezos, enastrados por sua mão bella, anceia o momento em que poderá mais outra vez vel-a:

Se imaginando só tanta belleza
De si com nova gloria a alma se esquece;
Que será quando a vir? Ah, quem a visse!

(*Sonet.* LXXXIV.)

Mas a criança, porque «sem saber que cousa era bem querer,» brinca com o amor, mostra-se rigorosa, desegual, dissolvendo irrefletida todas as esperanças que suscitara por travessura. No Soneto CXX com que periphrase denuncia a crueza que ella lhe inflige:

Tornae essa brancura á alva açucena,
E essa purpurea côr ás puras rosas,
Tornae ao sol as chammas luminosas
D'essa vista que a roubos vos condemna.

Tornae á suavissima Sirena
D'essa voz as cadencias deleitosas;
Tornae a graça ás Graças, que queixosas
Estão de a ter por vós menos serena.

Tornae á bella Venus a belleza;
A Minerva o saber, o engenho e arte,
E a pureza á castissima Diana.

Despojae-vos de toda essa grandeza
De dões; e ficareis em toda a parte
Comvosco só, que é só *ser inhumana.*

Todos esses caprichosos rigores com que a criança se diverte, accendem mais a paixão na alma do poeta:

Porém, se então me vêdes por acêrto,
Esse aspero desprêzo com que olhaes
Me torna a animar a alma enfraquecida.

Oh gentil cura! Oh estranho desconcêrto!
Que dareis co'um favor que vós não daes,
Quando com um desprezo me daes vida.

(*Sonet.* LXV.)

E submisso áquella magestade, que lhe prostra todos os sentidos, pede-lhe que imponha uma norma, comtanto que a possa vêr:

Dae-me uma lei, senhora, de querer-vos,
Porque a guarde, sob pena de enojar-vos;
Pois a fé que me obriga a tanto amar-vos
Fará, que fique em lei de obedecer-vos.

Tudo me defendei, se não de vêr-vos
E dentro na minha alma contemplar-vos:
Que se assi não chegar a contentar-vos,
Ao menos nunca chegue a aborrecer-vos.

(*Sonet.* LXVIII.)

E n'estes brincos de amorosos rigores, a crueldade inconsciente da criancice vae até provocar o ciume; no Soneto LXX o poeta emprega pela primeira vez o nome de *Nathercia*, em que vae a queixa desolada:

> Quando *Liso*, pastor, n'um campo verde
> *Natercia*, crúa nympha, só buscava,
> Com mil suspiros tristes que derrama:
>
> — *Porque te vás de quem por ti se perde,*
> *Para quem pouco te ama?* (suspirava);
> E o ecco lhe responde: «Pouco te ama.»

No Soneto CXLVII tratando-a ainda pelo anagramma de *Nathercia*, nome que o poeta inventara e que é uma cousa sua, exprobalhe a attenção que dava a outro:

> Ah, *Nathercia* cruel! Quem te desvia
> Esse cuidado teu do meu cuidado?
> Se tanto heide penar desenganado,
> Enganado de ti viver queria.
>
> Que foi d'aquella fé que tu me deste?
> D'aquelle puro amor que me mostraste?
> Quem tudo trocar póde tão asinha?
>
> *Quando esses olhos teus n'outro puzeste,*
> Como te não lembrou que me juraste
> Por toda a sua luz que eras só minha?

Aquelle ciume provocado era uma experiencia de pura infantilidade feminina; Catherina não lhe previra o effeito deprimente, e para acudir ao mal que estava causando, facilmente convenceu o poeta, de que as suas queixas eram injustas. No Soneto XCIV o poeta concluindo: «Que eu só da culpa vossa pague a pena», desenha o quadro d'esta reconciliação:

> Se tomo a minha pena em penitencia
> *Do erro em que caiu o pensamento,*
> Não abrando, mas dobro meu tormento,
> Que a tanto e mais obriga a paciencia.

E se *uma côr de morto na apparencia,*
Um espalhar suspiros vãos ao vento,
Não faz em vós, senhora, movimento,
Fique o meu mal em vossa consciencia.

A creança sente já o seu poder de mulher, e querendo ter consciencia d'esse imperio affectivo, vae repetindo os momentos de crueza para com o namorado poeta:

Um firme coração posto em ventura;
Um desejar honesto que se engeite...
Um vêr-vos de piedade e de brandura
Sempre inimiga..................

Ando buscando causa que desculpe
Crueza tão estranha: porém quanto
N'isso trabalho mais, mais me mal trata.

D'onde vem, que não ha quem vos não culpe:
A vós, por que mataes quem vos quer tanto,
A mim, por querer tanto a quem me mata.

(*Soneto* CXIII.)

E obedecendo á fatalidade do seu destino, o poeta sente ainda n'esse rigor um vislumbre de interesse da parte da namorada:

Assi não busco eu cura contra a dôr,
Porque, buscando alguma, entendo bem
Que n'esse mesmo ponto me perdi.

Quereis que viva, emfim, n'este rigor?
Sómente o querer vosso me convem;
Assi quereis que seja? Seja assi.

(*Soneto* CXXIII.)

O poeta reconhecendo-lhe a condição esquiva, exora que ante as lagrimas choradas com verdade se modifique um pouco:

Por vós perdi, senhora, a liberdade,
E nem da propria vida estou seguro;
Rompei d'esse rigor o forte muro,
Não passe tanto ávante a crueldade.

Ao prazer dos desprezos dae já fim;
Não vos chamem cruel, nome devido
A quem se ri de quem suspira e ama.

Abrandae esse peito endurecido,
Por o que toca a vós; já não por mim,
Que eu aventure a vida e vós a fama.

(*Sonet.* CCLII.)

E lembra-lhe que esse poder com que tanto o domina é uma primavera que passa:

Colhei, colhei do tempo fugitivo
E da vossa belleza o doce fructo;
Que em vão fóra de tempo é desejado.

E a mi, que por vós morro e por vós vivo,
Fazei pagar a Amor o seu tributo,
Contente de por vós o ter pagado.

(*Sonet.* CCLIX.)

O poeta falla-lhe tambem da sua propria mocidade, causa de tanta paixão:

Este amor que vos tenho limpo e puro,
Do pensamento vil nunca tocado,
Em minha tenra edade começado,
Tel-o dentro d'esta alma só procuro.

(*Sonet.* CLXIV.)

E no Soneto CCLXXV, resumindo toda a passividade deante dos continuados rigores, eleva se á magestade do sacrificio como um cavalleiro do amor:

Quando, senhora, quiz Amor que amasse
Essa grã perfeição e gentileza,
Logo deu por sentença — que a crueza
Em vosso peito amor accrescentasse. .

Determinou, que nada me apartasse,
Nem desfavor cruel, nem aspereza;
Mas, que em minha rarissima firmeza
Vossa isenção cruel se executasse.

E pois. tendes aqui offerecida
Esta alma vossa a vosso sacrificio,
Acabae de fartar vossa vontade.

Não lhe alargueis, senhora, mais a vida;
Acabará morrendo em seu officio,
Sua fé defendendo e lealdade.

N'um momento subito e inconsiderado todas estas cruezas desapparecem, como brumas passageiras, e um favor, um penhor firma entre os dois namorados a confiança: Nathercia deu-lhe uma laçada dos seus cabellos louros. Consagra essa dadiva o Soneto XLII:

Lindo e subtil trançado, que ficaste
Em *penhor do remedio* que mereço;
Se só comtigo, vendo-te, endoudeço,
Que fôra co'os cabellos que apertaste?

Aquellas tranças de ouro que ligaste,
Que os raios do sol têm em pouco preço,
Não sei se ou por engano do que peço,
Ou para me matar as desataste.

Lindo trançado, em minhas mãos te vejo,
E por satisfação de minhas dôres,
Como quem não tem outra, heide tomar-te.

E se não fôr contente o meu desejo
Dir-lhe-hei, que n'esta regra dos amores
Por o todo tambem se toma a parte.

No Soneto CVI ainda torna a referir-se a este penhor excepcional:

Ditosa esta alma vossa, a que quizestes
Pôr em posse de prenda tão subida,
Qual esta que benigna, emfim, me destes.

Será sempre anteposta á mesma vida:
Esta estimar em menos me fizestes,
Se antes que essa outra a quero vêr perdida.

O poeta não póde com tanta felicidade; anda quebrantado, quasi louco, como denunciando o seu segredo; e no Soneto CLI exprime esse estado:

Julga-me toda a gente por perdido,
Vendo-me, tão entregue a meu cuidado,
Andar sempre dos homens apartado,
E de humanos commercios esquecido.

Mas eu, que tenho o mundo conhecido,
E quasi que sobre elle ando dobrado,
Tenho por baixo, rustico e enganado
Quem não é com meu mal engrandecido.

Vá revolvendo a terra, o mar e o vento,
Honras busque e riquezas a outra gente,
Vencendo ferro, fogo, frio e calma;

Que eu por amor sómento me contento
De trazer esculpido eternamente
Vosso formoso gesto dentro da alma.

Em um Soneto escripto em *castelhano* a Nathercia, e intimo, porque a mãe d'ella era castelhana, compara as duas epocas em que a vida se lhe divide:

Bien veo que era vida deleitosa
Aquella que lograba sin temores,
Cuando gustos de Amor tuve por viento;

Mas viendo hoy á Natercia tan hermosa,
Hallo en esta prision glorias mayores,
Y en perderlas por libre hallo tormento.

(*Sonet.* CLXIII.)

Nathercia entrega-lhe deliberadamente a sua alma; volta ao seu natural de brandura, com que tanto impressionara o poeta na intensa psychose; resumindo toda a pequena historia d'aquelle amor, escreveu no Soneto CCXCV:

> Quantas penas, Amor, quantos cuidados,
> Quantas lagrimas tristes sem proveito,
> De que mil vezes, olhos, rosto e peito
> Por ti, cego, me viste já banhados.
>
> Quantos mortaes suspiros derramados
> Do coração por tanto a ti sujeito;
> Quantos males, emfim, tu me tens feito,
> Todos foram em mi bem empregados.
>
> A tudo satisfaz (confesso-te isto)
> Uma só vista branda e amorosa
> De quem me cativou minha ventura.
>
> Oh, sempre para mi hora ditosa!
> Que posso temer já, pois tenho visto,
> Com tanto gosto meu, tanta brandura?

Esta confiança dura pouco; começam as incertezas, os desalentos. Conhecidos aquelles amores, a familia de Nathercia reflecte na sua curta edade, *muito môça*, e aprecia os meritos do apaixonado, tambem môço de talento, cultivado, mas sem posição social. Era um fraco partido para uma dama de nascimento; pelo seu saber litterario e loquella brilhante, poderia entrar no serviço de um principe como esse poeta Pero de Andrade Caminha, que medrava na casa do Infante Dom Duarte, ou como Achilles Estaço, secretario de Cardeaes e de Papas, na sua isolada clericatura. Todas estas considerações seriam apresentadas a Nathercia, que como criança

submissa facilmente acreditava. O poeta reconhece que toda a sua ventura fôra um engano:

Onde porei meus olhos, que não veja
 A causa de que nasce o meu tormento?...
Já sei como se engana quem deseja
 Em vão amor, fiel contentamento.

(*Soneto* cx.)

No Soneto CLIV, todo em phrases interrogativas, que são os problemas do seu amor, começa pela pergunta:

Que esperaes, esperança? — Desespéro.
 Quem d'isso a causa foi? — *Uma mudança.*
Que sentis, alma, vós? — Que amor é fero.
 E emfim, como viveis? — *Sem confiança.*

 Quem vos sustenta, logo? — Uma lembrança.
 E só n'ella esperaes? — Só n'ella espero.

Este estado de incerteza prolonga-se, aggravado outra vez pelo espinho do ciume; define-o no magoado Soneto CCLXXIII:

Sustenta meu viver uma esperança
 Derivada de um bem tão desejado,
 Que quando n'ella estou mais confiado
 Mór duvida me põe qualquer mudança.

E quando inda este bem na mór pujança
 De seus gostos me tem mais enlevado,
 Me atormenta então vêr eu, que alcançado
 Será por quem de vós não tem lembrança.

Camões não previa a influencia hostil da familia de Catherina, e attribuia a grande desconfiança ao seu desamor, dizendo-lhe com amargura:

Perca-se emfim já tudo o que esperei,
Pois n'outro amor já tendes esperança;
Tão patente será vossa mudança,
Quanto eu encobri sempre o que vos dei.

Dei-vos a alma, vida e o sentido;
De tudo o que em mi ha vos fiz senhora,
Prometteis e negaes o mesmo Amor.

Agora tal estou, que de perdido,
Não sei por onde vou, mas algum'hora
Vos dará tal lembrança grande dôr.

(*Soneto* CCLXVI.)

Os desalentos da decepção profunda em que cahiu o seu espirito resume-os no Soneto CCLXXXVIII:

Doce sonho, suave e soberano,
Se por mais longo tempo me durara!
Ah, quem de sonho tal nunca acordara,
Pois havia de vêr tal desengano.

Ah, deleitoso bem! Ah doce engano!
Se por mais longo espaço me enganara!
Se então a vida misera acabara,
De alegria e pesar morrera ufano.

O golpe foi de surpreza, como pela intervenção de um podêr extranho; seria auctoridade paterna, ou qualquer censura da Rainha? O poeta aproxima os extremos com que fulgiu o seu amor:

Ditoso seja o dia e hora, quando
Tão delicados olhos me feriam!
Ditosos os sentidos que sentiam
Estar-se em seu desejo traspassando.

Assi cantava, quando Amor virou
A roda á esperança, que corria
Tão ligeira, que quasi era invisibil.

Converteu-se-me em noite o claro dia;
E se alguma esperança me ficou,
Será de maior mal, se fôr possibil.

Esse maior mal veiu, e implacavel; no Soneto CXXI, o poeta vê-o aproximar-se: o apartamento forçado.

De mil suspeitas vãs se me levantam
Trabalhos e desgostos verdadeiros,
. . . .

Quando cuido que tomo porto ou terra,
Tal vento se levanta em um instante
Que subito da vida desconfio.

O dia, hora ou o ultimo momento
De vida, em que meus fados me pozeram,
Já minhas esperanças se perderam,
Já não me enganará meu pensamento.

Triste mudança, *duro apartamento*,
Que perder em tão breve me fizeram
Tudo o que meus serviços mereceram.
Oh quantas cousas muda o mudamento!

Não espero já vêr cousa passada,
Porque vejo que *tão longa partida*
Me não consente esperanças de tornada.

(*Soneto* CCCXX).

Dona Catherina de Athayde mal contaria os quinze annos; a sua pouca edade impunha o protegel-a, e tanto mais que a sua familia dispunha de poucos bens de fortuna, como se sabe por uma clausula do testamento da Rainha, e Luiz Vaz de Camões apezar do brilhantismo do talento era filho de um fidalgo pobre. O afastamento do poeta da côrte foi brusco, parecendo por isso um desterro; não teve esse afastamento um caracter offi-

cial, parece que seria ordenado pela rainha D. Catherina, muito amiga da sua camareira D. Maria Bocanegra. Camões conheceu d'onde lhe vinha o golpe inflexivel, e na Ode III, descrevendo a desolação em que jaz apartado d'aquella que tanto amava, põe em contraste a sua situação com a de Orpheo, applacando as furias do Orco e conseguindo trazer outra vez á vida Eurydice pelo poder do seu canto:

De todo já admirada
A Rainha infernal e commovida,
Te deu a desejada
Esposa, que perdida
De tantos dias já tivera a vida.

Pois minha desventura
Como já não abranda uma alma humana,
Que he contra mi mais dura,
E inda mais deshumana,
Que o furor de Callirhöe profana?

Oh crua, esquiva e féra,
Duro peito, cruel e empedernido,
De alguma tigre féra
Lá na Hircania nascido,
Ou d'entre as duras rochas produzido.

Ha n'estas estrophes uma insistencia que denuncia uma personalidade conhecida; Juromenha reconheceu-o: «Parece fazer uma allusão á rainha D. Catherina, que mais cruel que Proserpina, lhe rouba a vista da sua amante.» (*Obr.*, II, p. 535.) Conhecida a situação no seu conjuncto, o facto da severidade da Rainha D. Catherina contra os amores do Poeta, deixa de ser uma simples interpretação, mas uma confidencia.

*

No Soneto XXIV, descreve Camões a despedida e separação commovente pela serenidade que affecta; conversaram até ao alvorecer:

Aquella triste e leda madrugada,
Cheia toda de magoa e de piedade,
Emquanto houver no mundo saudade,
Quero que seja sempre celebrada.

Ella só, quando amena e marchetada
Sahia, dando á terra claridade,
Viu apartar-se de uma outra vontade,
Que nunca poderá vêr-se apartada;

Ella só, viu as lagrimas em fio
Que de uns e de outros olhos derivadas,
Juntando-se, formaram largo rio;

Ella, ouviu as palavras magoadas
Que poderão tornar o fogo frio,
E dar descanso ás almas condemnadas.

A impressão d'aquella alvorada da despedida, tão bella como a de Romeu e Julietta idealisada por Shakespeare, Camões torna ainda a exprimil-a no delicioso Soneto CCCXVII, colligido no Cancioneiro de Luiz Franco:

Aquelles claros olhos, que chorando
Ficavam, quando d'elles me partia,
Agora que farão? Quem m'o diria?
Se por ventura estarão em mi cuidando.

Se terão na memoria, como ou quando
D'elles me vi tão longe de alegria?
Ou se estarão aquelle alegre dia
Que torne a vêl-os, n'alma figurando?

Se contarão as horas e os momentos?
Se acharão n'um momento muitos annos?
Se fallarão com as aves e com os ventos?

Oh, bem aventurados fingimentos,
Que n'esta ausencia, tão doces enganos
Sabeis fazer aos tristes pensamentos!

No Soneto LXXV, o poeta reconhece que mais do que a ausencia é a lembrança do castigo que a motiva e que lhe dóe:

Ditoso seja emfim qualquer estado
Onde enganos, desprêsos e isenção
Trazem um coração atormentado.

Mas triste quem se sente magoado
De *erros em que não póde haver perdão,*
Sem ficar na alma a magoa do peccado.

Ainda na Ecloga II, descreve o poeta a indole d'este amor, que o dominara em absoluto:

Não póde quem quer muito ser culpado
Em nenhum êrro, quando vem a ser
Este amor em doudice transformado.

Amor não será amor, se não vier
Com doudices, deshonras, dissensões,
Pazes, guerras, prazer e desprazer;

Perigos, linguas más, murmurações,
Ciumes, arruidos, competencias,
Temores, nôjos, mortes, perdições.

Estas são verdadeiras penitencias
De quem põe o desejo onde não deve,
De quem engana alheias innocencias.

Mas isto tem o amor, que não se escreve
Senão d'onde é illicito e custoso;
E d'onde é mais o risco, mais se atreve.

. . . .

N'isto fenecem pensamentos vãos,
Tristes serviços mal galardoados,
Cuja gloria se passa d'entre as mãos.

Lagrimas e suspiros arrancados
D'alma, todos se pagam com enganos;
E oxalá foram muitos enganados!

Andam com seu tormento tão ufanos,
Que gastam na doçura de um cuidado
Apoz uma esperança muitos annos.

O poeta não soube guardar o segredo da sua felicidade; os impetos da paixão davam-lhe ousadias descuidadas que o denunciavam, e de que os invejosos do peregrino talento sabiam tirar partido para o perderem. Nathercia, na namorada *travessura* da edade juvenil, ia lêr os versos que elle lhe improvisava e logo *fugindo vergonhosa.*

Na Ecloga III, Camões já afastado da côrte representa uns imaginosos encontros com a sua namorada, e exproba-lhe o esquecimento; a realidade salta no dialogo:

—Oh aspecto suave e peregrino!
Pois como, tão asinha assi se esquece
Uma fé verdadeira, um amor fino?

. . . .

—Que me queres, Almeno, ou que porfia
Foi a tua tão áspera commigo?
Minha vontade não t'o merecia.

Se com amor o fazes, eu te digo,
Que amor, que tanto mal me faz em tudo
Não pode ser amor, mas inimigo.

Não és tu de saber tão falto e rudo,
Que tão sem siso amasses, como amaste

Onde viste tu, nympha, amor sisudo?
Por que já não te lembra que folgaste
Com meus tormentos tristes, e algum'hora
Com teus formosos olhos já me olhaste?

Como te esquece já, gentil pastora,
Que *folgavas de lêr nos freixos verdes*
O que de ti 'screvia cada hora?

Porque a memoria tão á pressa perdes
Do amor que me mostravas, que eu não digo
Se o vós, oh altos montes, não disserdes?

E como te não lembras do *perigo*
A que só por me ouvir te aventuravas,
Buscando horas de sésta, horas de abrigo?
. . . .

E escondendo-te logo na espessura
Ias fugindo, como *vergonhosa*
Da namorada e doce travessura.
. . . .

Se más tenções puzeram nodoa fêa
Em nosso firme amor, de inveja pura,
Por que pagarei eu a culpa alheia?

Quem d'esta fé, quem d'este amor não cura,
Nunca teve sujeito o coração;
Que o firme amor como a alma eterno dura.

«Mal conheces, Almeno, uma affeição;
Que se eu d'esse amor tenho esquecimento
Meus olhos magoados t'o dirão.

Mas *teu sobejo e livre atrevimento*
E teu pouco segredo, descuidando,
Foi causa d'este longo apartamento.
. . . .

Um só segredo meu te manifesto:
Que te quiz muito em quanto Deus queria;
Mas de pura affeição, de amor honesto.

E pois *de teus descuidos e ousadia*
Nasceu tão dura e áspera mudança,
Folgo; que muitas vezes t'o dizia.

Em uma lição manuscripta d'esta Egloga encontrou Faria e Sousa mais dois tercetos,

em que se revela que a namorada do poeta pensou em recolher-se á vida religiosa da clausura:

> E verdade; mas já tenho perdida
> Essa affeição que em ti mal empreguei,
> E n'outra mais honesta convertida:
>
> Amor casto, *divino amor tomei*,
> Amor, a cujo amor está sujeito
> Quanto vive; por este te deixei.

E' presumivel que para applacar a Rainha, se offerecesse Catherina de Athayde para entrar em um convento; a Rainha estava sob a angustia inconsolavel da perda de sua filha a princeza D. Maria, morta de parto em 1545. Isto a levava a esse sombrio retrahimento, não consentindo mais estas galanterias na côrte. Era o occaso do espirito de D. João III, que faz epoca no seu governo. Outras circumstancias influiram para a imposição de um regimen de austeridade nas relações da côrte.

Dom João III, como se vê por uma anedocta da *Arte de Galanteria*, era severo com os escandalos amorosos no Paço. «Bien pudiera aqui traer lo del Conde de Vimioso, que veniendo de *un Consejo de Estado adonde se havia tratado el grossero modo de galantear, que habia acaecido en Palacio*, por que condemnó á muerte el dichoso cumplice, que despues de perdonado de cuchillo, se le executó de casamiento.» *(Op. cit.*, p. 167.)

Nos versos dos poetas contemporaneos allude-se a este escandalo amoroso acontecido nos Paços de Santarem em 1546; foi o caso,

que nos aposentos da formosa D. Juliana de Lara, filha do Marquez de Villa Real, entrara de noite o filho do Conde Barão de Alvito. No Cancioneiro de Evora vem umas *Trovas á Sentença dada contra um fidalgo*, que contrastou o crime com a ventura do culpado:

A sentença já é dada;
Pero foi mal requerida,
Toda pessoa culpada
Deve estar arrependida.
. . . .

E pois se punha em direito
Esta tal condemnação,
Houveram de ter respeito,
Que *ainda que era feio o feito*
Era fermosa a rasão:
E devera de lembrar
Ao Senhor e aos Doutores,
Que *os erros por amores*
Erros são de perdoar.

Todos n'este caso erraram,
Todo o mundo n'elle errou;
Erraram os que julgaram,
Muito mais o que julgou.
Só Dom Fuão acertou;
E postoque não responde,
Nem o querem escuitar,
Mais queria ser o Conde,
Que *El Rey, que o manda matar*.
. . . .

Honrados e deshonrados
Accusaram o Senhor;
Devendo de ser lembrados
Que *Deus ao bom amador*
Nunca demandou peccados.
Mas quem tem má condição
N'ella faz seu fundamento,
E póde mais a tenção,
Do que póde o entendimento,
. . . .

Dona Juliana, ainda parenta da familia real, foi casada com o Duque de Aveiro, e nas trovas vem este final:

> Perdôe Deus ao Senhor
> Que isto quiz pôr em doutores,
> Para dar causas maiores,
> A que nasçam d'um amor
> Muitos grandes desamores;
> Porém isto haverá cabo,
> E tudo virá a paz,
> Em que pez' a um diabo
> Que taes obras sempre faz.
>
> (*Canc.*, ed. Barata, p. 32-5.)

Esta peripecia fixa-nos o anno de 1546 como a epoca em que prorompeu a austeridade e intransigencia com as galanterias amorosas do Paço. Nas *Obras* de Caminha (p. 361) encontra-se um Epigramma «*A João Lopes Leitão, estando preso em sua casa, por entrar uma porta a vêr as Damas, contra vontade do Porteiro.*» Isto nos mostra que o que acontecia agora a este poeta e grande amigo de Camões, fatalmente lhe succederia desde que se tornaram conhecidos os seus amores.

Tambem n'este mesmo anno de 1546, depois de um prolongado estado de loucura attonita produzida por uma decepção de amor, foi o poeta Bernardim Ribeiro internado como incuravel no Hospital de Todos os Santos. A sua historia intima estava revelada na pungentissima Egloga *Dialogo de dois Pastores Silvestre e Amador*, (Christovam Falcão e Bernardim Ribeiro) na mutua confidencia das suas desgraças amorosas. As *Saudades* liam-se secretamente em traslados com a avidez de quem conhecia os persona-

gens d'esse episodio da côrte manoelina. Era um exemplo tragico, que não devia repetir-se, impondo o bom senso das pessoas auctorisadas tréguas a paixões que versos vehementissimos exacerbavam e que a sensibilidade delicada das donzellas na flôr da edade podia converter em delirio. O proprio Bernardim Ribeiro retratara a ingenuidade de Aonia: «ainda então donzella *d'antre treze ou quatorze annos, sem saber que cousa era bem querer...*» (*Saud.*, cap. XIX, P. I.) Era a edade tambem de Nathercia, com a mesma ignorancia do que era bem querer, e deslumbrada pelo fulgor de um poeta como Camões, na florente edade dos vinte e um annos arrebatado pelas mais intensas emoções. Com o poeta só se importavam os que pela inveja lhe tramavam o desfavor da côrte; mas Nathercia, *d'antre treze para quatorze annos* é que carecia ser defendida para não cahir na depressão moral em que uma contrariedade precipitou Aonia. A' Rainha, que por espirito de protecção a admittira por *Dama no Paço, muito moça*, competia o atalhar aquelle amor nascente antes de se tornar absoluto. D'aqui a sua severidade, que os casos do tempo suscitavam, e de que parece ter-se arrependido referindo-se a Catherina de Athayde no seu testamento. [1]

---

[1] Pelo testamento da Rainha. vê-se que a familia de D. Antonio de Lima não vivia na opulencia, pelo legado seguinte: «A D. Maria Bocanegra, havendo respeito ao muito tempo que seus paes e ella me serviram, *e a que tem necessidade*, mando que se dêem cincoenta mil reis de tença em cada anno, em sua vida. *e*

Na Elegia I relata Camões inequivocamente o seu destêrro da côrte, comparando em certa fórma a situação com a de Ovidio desterrado — Na aspereza do Ponto:

> D'esta arte me figura a phantasia
> A vida com que morro, *desterrado*
> Do bem que em outro tempo possuia.
>
> Aqui contemplo o gosto já passado,
> Que nunca passará por a memoria
> De quem o traz na mente debuxado.
>
> Aqui, vejo a caduca e debil gloria
> Desenganar meu erro co'a mudança
> Que faz a fragil vida transitoria.
>
> Aqui me representa esta lembrança
> *Quão pouca culpa tenho;* e me entristece
> *Vêr sem rasão a pena que me alcança*
>
> Que a pena que com causa se padece
> A causa tira o sentimento d'ella;
> *Mas muito doe a que se não merece.*

E divagando pelas campinas do Ribatejo, descreve Camões aquella paisagem caracteristica admiravelmente sentida e pintada por Garrett; esses tercetos têm uma vibração vívida:

> D'aqui me vou, com passo carregado
> A um outeiro erguido, e alli me assento,
> Soltando toda a rédea a meu cuidado
>
> Depois de farto já de meu tormento,
> Estendo estes meus olhos saudosos
> A' parte d'onde tinha o pensamento,

---

principalmente respeitando o tempo que D. CATHERINA sua filha, me serviu

Esta reminiscencia sympathica seria a consciencia de ter-lhe amargurado o seu destino.

Não vejo senão montes pedregosos:
E sem graça e sem flor os campos vejo,
Que já floridos vira, e graciosos.

Vejo o puro, suave e rico Tejo,
Com as concavas barcas, que nadando
Vão pondo em doce effeito o seu desejo.
. . . .

D'alli fallo co'a agua, que não sente
Com cujo sentimento esta alma sáe
Em lagrimas desfeita claramente:

— Oh fugitivas ondas! esperae;
Que, pois me não levaes em companhia,
Ao menos estas lagrimas levae.

Até que venha aquelle alegre dia
Que eu vá onde vós ides, *livre* e ledo;
Mas tanto tempo quem o passaria?

Não pode tanto bem chegar tão cedo;
Porque primeiro a vida acabará,
Que se acabe tão aspero degredo. [1]

Desde que os amores do paço foram conhecidos, não faltaram invejas e rivalidades para tirarem partido contra Camões. Pedro de Mariz, no prologo biographico de 1613, foi o primeiro que consignou a tradição do seu afastamento da côrte: «Vendo-se n'este desamparo, *(como alguns dizem* homiziado ou desterrado *por huns amores no Paço da*

---

[1] O Dr. Storck chega a suppôr um *decreto real que o desterrasse da côrte.* (Vida, pag. 382.) Não era caso para tal, e seria mesmo absurdo; ao afastamento prolongado chama-se vulgarmente um desterro.

Rainha.)» Manoel Severim de Faria repete: «Continuou em Lisboa algum tempo, *até que uns amores*, que segundo dizem, tomou no Paço, o fizeram desterrar da côrte.» O modo de expressar de Severim ainda aponta a tradição, carregando mais na fórma do apartamento, chamando-lhe *desterro*. Nos Commentarios ineditos de D. Marcos de San Lourenço, fallando das suas relações com as damas do paço, insiste na tradição: «... d'estes mimos, dos quaes *porque os não soube usar* veiu a carecer d'elles.»

E' então que entre os Camonistas do seculo XVII, se systematisam como destêrros todas as mudanças de terra, na vida do poeta; assim apontou Diogo de Paiva nas suas *Lembranças:* «Por estes amores foi quatro vezes desterrado: uma de Coimbra, estando lá a côrte, para Lisboa; outra *de Lisboa para Santarem;* outra *de Lisboa para a Africa;* e finalmente de Lisboa para a India...» Não rejeita Faria e Sousa completamente esta systematisação formada pelo syncretismo de factos com tradições e interpretações exegeticas de expressões poeticas. Manoel de Faria e Sousa colligiu por outras vias essa tradição persistente, com elementos que esclarecem o facto: «Y ay tradiciones, que una (dama) *de palacio* fué la ocasion de su destierro, porque perdido por ella y haciendola perder por si, fué el remedio *apartarle*. D'este *apartamiento* se lamenta en aquella Elegia, que comiença: O sulmonense Ovidio...» E accrescenta uma circumstancia que prevaleceu para este apartamento da côrte: «resultó *(parece que a instancia de los parientes d'ella)* de desterrar-

*

le.»[1] Assim se pode bem notar, que ha nas tradições um fundo de verdade, deturpada quasi sempre pelas vistas systematicas dos biographos tomando as suas interpretações por factos. Por praxe da côrte: «não era permittido aos — môços fidalgos — que andavam no paço — tomar trajo de varão *sem terem passado á Africa*, e virem de lá com certidões de valorosos.» E' pois muito natural, que sendo Camões filho de cavalleiro fidalgo lhe fosse vedada a entrada no paço sob este pretexto de ter de ir á Africa, para lhe competirem os trajes requeridos pela etiqueta. Um simples pretexto, que equivale a uma exclusão. Isto explica por que foi Camões para Ceuta, depois da excursão breve pelo Ribatejo, e as suas ulteriores esperanças no regresso á côrte em 1550.

Tomando no sentido usual a palavra *desterro*, que significa figuradamente uma ausencia forçada ou prolongada, torna-se corre-

---

[1] Os amores de Camões e D. Catherina de Athayde, ambos nobres e jovens, não eram motivo para o afastamento abrupto do poeta da còrte; forçaram-o a sahir de Lisboa, temendo o perigo de um *casamento a furto*, como fizera o poeta do *Crisfal* com D. Maria Brandão. Eram frequentes estes casos no seculo XVI, e pelas Constituições do Arcebispado de Lisboa de 1537, eram válidos os *casamentos a furto*, sendo «ho homem de quatorze annos, e ha mulher de doze, e de menor edade nom.» (Tit. VIII, Const. I.) Catherina de Athayde contava quinze annos quando Camões foi mandado sahir da còrte; seria a suspeita de um *casamento a furto* a *nodoa feia* que a inveja puzera em seu firme amor, como refere o poeta na Ecloga III? Era então em Camões muito viva a impressão do *Crisfal*, de que usava muitos versos como aphorismos.

lativa de *homizio* ou ausencia voluntaria diante de abruptos acontecimentos, como emprega estes dois vocabulos Pedro de Mariz. Como a mãe do poeta era natural de Santarem, a tradição tendeu para localisar o retiro para esse logar; mas o poeta, demorou-se pelo Ribatejo, como se determina pelos seus versos, e pela tradição que o faz hospede de Dom Gonçalo Coutinho, seu amigo, na Quinta dos Vaqueiros, [1] no Ribatejo, proxima de Santarem.

No preambulo descriptivo da Egloga II descreve Camões o seu refugio ou desterro no Ribatejo:

> Ao longo do sereno
> Tejo, suave e brando,
> N'um valle de altas arvores sombrio,
> Estava o triste Almeno,
> Suspiros espalhando
> Ao vento, e doces lagrimas ao rio.
> No derradeiro fio
> O tinha a esperança,
> Que com doces enganos
> Lhe sustentara a vida tantos annos,
> N'uma amorosa e branda confiança;
> Que quem tanto queria,
> Parece que não erra se confia.
> . . . .
> Do frio e *doce Tejo*
> *As aguas se tornaram*
> Ardentes e *salgadas*.
> Depois que minhas lagrimas cansadas
> Com seu puro licôr se misturaram;
> Como quando mistura
> Hyppanis c'o Exampêo sua agua pura.

[1] Allude a esta hospedagem, em um Epigramma latino, Manoel de Sousa Coutinho (Fr. Luiz de Sousa)

Sobre esta passagem escreve Juromenha, annotando: « Por estas e outras citações se vê que o Poeta escrevia esta composição nas margens do Tejo, *onde elle se estreita e as aguas correm doces;* á semelhança das lagrimas misturadas com o rio, como Hepanis e Exampêo, dá a entender que tinha presente *o Zézere misturando-se com o Tejo» (Ob.*, III, p. 367.) Barreto Feio interpretando a Canção XIII, sustenta que andara pelas visinhanças do Zézere; porém esta composição pertence a Miguel Leitão de Andrade, que a esse tempo ainda não era nascido. Como lhe fallaria por estes sitios a lembrança do enamorado cantor do *Crisfal!* Ha na Ecloga III analoga situação no encontro dos dois amantes que se recriminam.

Frequentemente emprega Camões a comparação do touro para exprimir os impetos da valentia, como ao narrar a batalha de Ourique:

> Qual no côrro sanguineo o ledo amante.
> Vendo a formosa dama desejada,
> O touro busca, e pondo-se diante
> Salta, corre, sibila, acena e brada;
> Mas o animal atroce n'esse instante,
> Com a fronte cornigera inclinada,
> Bramando duro corre, e os olhos cerra,
> Derriba, fere, mata e põe por terra.
>
> (*Lus.*, III, st. 88.)

Sobre o emprego d'esta imagem, escreve o Dr. Balthazar Osorio, na *Fauna dos Lusiadas:* « E assim ainda mais vezes, quando procura encarnar a ferocidade, é do animal mais bravo e vulgar do paiz e de que o Poeta tinha sem duvida mais conhecimento, que se lembra. No Canto VI, estancia 84, referindo-se á furia dos ventos insubmissos:

Assim dizendo, os ventos que luctavam
Como touros indomitos bramando,...

mais uma vez se recorda da féra cujos instinctos de *certo observou no Ribatejo* por occasião do seu desterro da côrte, ou com quem por ventura se defrontava com outros fidalgos seus amigos em Almeirim ou em Almada, quebrando lanças nas festas dos touros...» Na Carta I, compara-se aos *touros da Merceana.*

Pelas proximidades de Pedrogam, d'onde visitou o Convento dos Dominicanos, gastou Camões o tempo que destinava para restituir-se aos áres de Coimbra. Uma carta inedita, attribuida por Juromenha a Camões, (é a VII) poderia considerar-se como referida a esta situação: «Novas minhas estava para não escrever, porque não ousava confessar que temia deixar um estado por outro, que mais me enfadasse, pois n'esta parte me venciam dois receios: a hum, *largar o que com tanto me enganei*, outro, de não saber o como me haveria no que tinha provado; mas aqui entrou a rasão dizendo-me, que *do que tinha me bastara o desengano* e que para o que buscava me servisse o conselho qual *estou resoluto de ir este anno a Coimbra, restituir-me aos áres em que me criei, parte do tempo que perdido tenho*, e entretanto que eu mais de perto não posso córar estas opiniões com que ás duvidas respondo,...»[1]

[1] Juromenha, *Obras de Camões*, t V, p 243; encontrada com a Carta primeira da India em um Cancioneiro em que vinham muitas poesias authenticas de Camões. D Carolina Michaelis considera-a *segundo todas as probabilidades* obra de um Conde de Alcou-

Esta circumstancia do intento de restituir-se aos áres de Coimbra, em que se criara, quadra plenamente com a situação do Poeta, divagando sem destino pelo Ribatejo. O facto do falecimento de seu tio Dom Bento de Camões em 2 de Janeiro de 1547, veiu atalhar esta resolução plausivel e pacificadora; e aggravando mais a sua amargura, determinaria como que um acto de desespêro suggerindo-lhe a partida para a estação militar de Ceuta. Todas estas circumstancias se systematisam dando relêvo áquella explosão sentimental da Ecloga I:

> Por que primeiro a vida acabará,
> *Que se acabe tão áspero degredo.*

Não era com certeza uma paixão amorosa, entre os dois namorados jovens e fidalgos, na côrte de D. João III, onde eram frequentes esses casos, que levantaria diante de Camões tantas contrariedades e malevolencia até o tornarem incompativel com o Paço, vendo-se forçado a ausentar-se de Lisboa. O proprio poeta reconhece mais algumas causas além do amor; no Soneto CXCIII indica-as sem as pormenorisar:

> *Erros meus, má fortuna, Amor ardente,*
> Em minha perdição se conjuraram;
> Os *erros* e a *Fortuna* sobejaram,
> Que para mi bastava *Amor* sómente.

---

tim, e a resposta de um *A. de M.* (Storck, *Vida de Camões*, p. 391.) E' frequente entre os copistas curiosos attribuirem a si ou firmarem com o seu nome os versos ou prosas que trasladam; conhece este phenomeno quem manusêa manuscriptos.

*

Tudo passei; mas tenho tão presente
A grande dôr das cousas que passaram,
Que já as frequencias suas me ensinaram
A desejos deixar de ser contente.

Errei todo o discurso de meus annos,
Dei causa a que a Fortuna castigasse
As minhas mal fundadas esperanças.

De *Amor* não vi senão breves enganos;
Oh, quem tanto podesse, que fartasse
Este meu duro genio de vinganças.

N'este Soneto systematisa com verdade surprehendente os factos fundamentaes, que converteram a sua vida em um continuado desastre. Compete a quem estuda o quadro da sua vida, agrupar sob essa trilogia fatidica os factos isolados ou desconnexos, que por isso não são comprehendidos, recebendo assim uma nova luz.

Que *erros* poderia ter commettido um rapaz contando apenas vinte e um annos, instruido, de sentimentos elevados e aspirações dignas? Frequentar os Páteos das Comedias, ou acceitar a convivencia de algum frade goliardo como Antonio Ribeiro Chiado? Tinha-se descuidado um pouco de arranjar pelo seu talento uma posição social. Em verdade, Camões tinha gasto o melhor do seu tempo em acquiescer ás divas que lhe pediam versos, escrevendo cartas ás damas mais valiosas do paço que o distinguiam excepcionalmente. Incapaz de se rebaixar aos calculos das mesquinhas ambições, mesmo satisfazendo os pedidos com que o mortificavam, deu elle causa ás rivalidades que tramaram as perseguições de que foi victima. O seu ta-

lento dramatico conhecido pelo bello *Auto dos Amphytriões*, em que allia ás fórmas vicentinas o espirito da antiguidade classica, denunciou-lhe o gosto, e para uma festa domestica pediram-lhe que compuzesse um Auto expressamente. Em 1545 escreveu Camões o Auto encantador de *El Rei Seleuco*. Esta data é fixada pela inferencia de Juromenha: «Devia ser escripta depois do anno de 1545, pois no Prologo, o môço diz, fazendo menção da moeda os *bazarucos*: = que se agora fôra aquelle tempo em que corriam as moedas dos *sambarcos*, etc. = os quaes corriam ainda no tempo de D. João de Castro, pois n'esse mesmo anno revogou este vice-rei a lei do seu antecessor Martim Affonso de Mello, que lhe alterou o valor.» (*Obr.*, t. IV, 480.) D'este mesmo Prologo deduz-se, que o Auto fôra composto no curto espaço de tres dias e representado em casa de Estacio da Fonseca, enteado de Duarte Rodrigues, reposteiro de D. João III; por esta circumstancia, D. Carolina Michaëlis e o Dr. Storck explicam a origem do Auto como uma peça genethliaca para ser representada em vespera de noivado, e comparam-o com o costume da Allemanha o *Polterabend Scherz*, em que dramaticamente se festejavam os paranymphos. [1] E' muito presumivel que o thema dos amores de Stratonice e de Antigono não fosse escolhido por Camões. Seria conhecido do poeta pelos *Commentarios dos Triumphos* de Petrarcha e pelos auctores classicos; mas a re-

[1] *Revista lusitana*, I, p. 384.

ferencia a esse caso dos amores do filho do velho rei Seleuco pela sua formosa e joven *madrasta*, approveitada pelo Dr. João de Barros no seu *Espelho de Casados*, publicado em 1540, incitava as attenções da côrte. Quem mais apaixonado do que Camões para dar todo o relêvo a esse problema moral pelo effeito dramatico? Eis como o Dr. João de Barros enunciou o caso: «*Outros* (sc. paes) fezeram grandes estremos por filhos. Seleuco Rey, deu sua mulher a seu filho Antigono da qual elle era tam namorado que veo adoeçer a morte; e estando muytos fisicos de nam entenderem de sua doença, hum delles tomando-lhe o pulso lh'o sentiu alterar e desfaleçer assi como a madrasta se chegava e apartava delle. E então apertando com elle o fisico lh'o veo a descobrir: o fisico disse a Elrei, o qual por lhe dar a vida consintio o adulterio que dizem que he mayor dor que a morte dos filhos, e que a morte propria. De maneira que sem conto som as dores que os casados tem com seus filhos, que asi como muyto os amam asy sintem sua pena.» (*Op. cit.*, fl. III.) Tinha este exemplo velho grande analogia com o successo que se deu em Portugal com o rei D. Manoel, que em antithese do Rei Seleuco, se desposou em terceiras nupcias com D. Leonor de Austria, noiva pretendida do princepe D. João (o III). Se realmente era inopportuno tratar theatralmente o caso do *Rei Seleuco*, por causa das reminiscencias da côrte portugueza, e isso causou embaraços ao poeta, devemos considerar o Auto como tendo sido o *seu erro*, que elle vagamente confessa. Observou Juromenha:

«Esta comedia não devia agradar na côrte, pois sabemos que El Rei D. Manoel não representou com seu filho D. João III o papel de Seleuco, antes lhe tomou a noiva que lhe estava destinada.» (*Op. cit.*, IV, 481.) Convém considerar outra circumstancia: tendo sido publicado o *Auto de El rei Seleuco* em 1616, de um manuscripto que possuia o Conde de Penaguião, vê-se que o Auto fôra parar ás mãos do Camareiro do Princepe real, talvez por denuncia pérfida contra o poeta fundando-se em allusões que nem elle mesmo notara. O episodio palaciano não estava apagado nas lembranças dos aulicos, por que esse conflicto prolongou ainda os seus effeitos aos primeiros annos do reinado do monarcha piedoso.

A situação de D. João III com sua *madrasta* D. Leonor de Austria, viuva do rei D. Manoel, era muito delicada pelos antecedentes conhecidos. Desde novos e emquanto princepes embalaram-se na ideia do seu consorcio; criavam-se um para o outro. Quando o princepe pediu ao pae auctorisação para o casamento, pretextou D. Manoel a grave doença da rainha D. Maria, sua segunda mulher, addiando a requerida resolução, para depois do proximo desenlace fatal. Logo que se achou viuvo, mandou D. Manoel pedir a mão de D. Leonor de Austria para si, pretextando o enviado, que o princepe D. João era idiota ou *bobo*. Foi assim illudida, que ella casou por procuração com o velho rei; e quando ao entrar em Portugal, o princepe D. João foi ao seu encontro, joven e apaixonado, pensando que era a sua noiva, ella achando-o tão gentil, disse com magoa para as suas damas e com

acerba ironia: «Este es el *bobo?*» Assim o contava D. Brites de Mendonça, que vinha no seu sequito. (*Annaes de D. João III*, P. I, c. 4) Dom Manoel procedera assim receiando-se de que tendo o princepe estado o desapossasse do throno! as perturbações da côrte apressaram-lhe a morte, falecendo ao fim de tres annos, ficando de baixa edade com vinte e dois mezes a Infanta D. Maria, nascida em 8 de junho de 1521.

Os antigos amores, os ciumes reprimidos, o desgosto da decepção commum aproximaram a rainha viuva e joven do rei, que ainda não tinha escolhido esposa; conviviam muito, embora habitassem palacios separados mas visinhos. Nas pestes violentas de 1523 e 1524, retirou-se D. João III para o Alemtejo, e a rainha viuva com a filhinha seguia-o logo após. Os povos começaram a representar ao rei para que se casasse com a juvenil *madrasta*, como conta o chronista Francisco de Andrade. (*Chr.*, P. I, cap. 29.) D. João III chegou a tratar do casamento, perguntando-lhe um dos seus enviados, do estrangeiro, se procederia no caso. O embaixador de Henrique VIII, em Hespanha, escrevia-lhe: «Que o rei de Portugal não consentia que a rainha viuva viesse a Hespanha, por que *estava namorado d'ella e a queria desposar.*» Passava-se isto em Fevereiro de 1523. Quando D. João III seguia fugindo da peste para Santarem, veiu após elle a rainha viuva, sahindo-lhe ao encontro em Muge o embaixador de Carlos V, Cristovão Barroso, intimando-lhe em nome do Imperador seu irmão que não proseguisse mais, devendo sahir de Portugal.

Assim o effectuou em Maio de 1523. Foi assim que ella se viu repentinamente separada de sua filha, para sempre. Em 1525 estava D. João III casado com D. Catherina de Austria, irmã da rainha viuva, que tratou com o maior carinho a Infanta D. Maria; e D. Leonor casava por combinações politicas de Carlos V com Francisco I.

Todo este drama affectivo de D. João III e da sua madrasta «*pequena de corpo* — de *boa graça e despejo* e de condição branda e assisada» como escrevia Pero Corrêa, embaixador em Flandres em 1517, estava ainda na lembrança de todos, quando em 1545 compoz Camões o *Auto de El Rei Seleuco!* O assumpto interessante, pelo conflicto moral, era um êrro, por que se prestava a malsinações calumniosas, a malévolas interpretações.

Para o interesse da sua vida, a composição d'este Auto foi um dos *êrros* de que se accusa; não faltavam rivalidades mesquinhas para o intrigarem, provocando o seu affastamento da côrte. De mais, o *Auto do Rei Seleuco* fizera um certo ruido: ahi no seu Prologo teve o poeta a coragem de proclamar a graça do frade ribaldo Antonio Ribeiro Chiado, que tambem foi louvado pelo aulico Jorge Ferreira de Vasconcellos. Fallando do gracioso do Auto, diz o representante no Prologo: «e eu por gracioso o tomei; e mais tem outra cousa, que uma trova fal-a tão bem como vós, ou como eu, ou *como o Chiado*.» No Prologo de *Elrei Seleuco* descreve Camões os assaltos dos Embuçados que pretendem entrar no Côrro á força; este costume ainda persistia no seculo XVIII, como se vê pelo *Fo-*

lheto de ambas Lisboas, de 1730: «N'este bairro (Tanoaria) ás luzes de palidas fogueiras entre os nocturnos divertimentos, que permitte o festivo da noite, se representaram uns divertidos Entremezes, e não acabarem como taes á pancada se tem por milagre, porque certos rebuçados foram á vista da funçâo esmoer a cêa...» Entre os encomios a Camões, o Soneto que começa: — Quem é este que na Harpa lusitana — que anda attribuido ao seu intimo amigo João Lopes Leitão, allude a uma brilhante creação dramatica, e ao caracter classico, com que

> Abate as Musas gregas e latinas,
> E faz que ao mundo esqueçam *as plautinas*
> *Graças*, com graça e alegre Lyra ufana.

Como seu intimo amigo, João Lopes Leitão conhecia as tentativas épicas do Canto heroico, que andava em elaboração, que o absorvia e o fortificava. Era uma gestação sobrehumana; e esse, que abate as Musas gregas e latinas,

> Luis de Camões é, que a soberana
> Potencia lhe influiu partes divinas,
> Por quem espiram as flores e boninas
> Da *homerica Musa* e *mantuana*.

Camões agradeceu pelas mesmas rimas a bella homenagem de João Lopes Leitão, no Soneto LXII, e exalta-lhe tambem o seu talento poetico por um delicado parallelismo. Por essa resposta se infere, como mais tarde comprehendeu o Dr. Storck, que esse Soneto foi composto *antes do desterro, na primeira época lisbonense*, e sem duvida, por que se

persuadiu — de que alguns Cantos dos *Lusiadas* já estavam então promptos...» A referencia ao talento poetico do seu glorificador, só póde legitimamente quadrar com João Lopes Leitão, mas não com um desconhecido Francisco Gomes de Azevedo, que em um manuscripto apparece «assignando o Soneto laudatorio.» (*Vida*, p. 383.) Foi n'esses rapidos dias felizes da côrte, que nunca mais voltaram, que João Lopes Leitão, saudando o revelador das *graças plautinas* nos festejados Autos dos *Amphytriões* e de *El rei Seleuco*, leva mais longe o assombro, e denuncia a renovação das bellezas da Musa homerica e mantuana. Não era na India, que João Lopes Leitão tendo-se encontrado com Camões, e ambos nas inclemencias da vida militar, o saudaria, como entendeu Faria e Sousa, com o enthusiasmo que reflectia a admiração do meio ambiente.

Infelizmente poucos subsidios restam para reconstruir a vida de João Lopes Leitão; contemporaneo e amigo da mocidade de Luiz de Camões, este joven poeta pertencia á principal fidalguia portugueza. Frequentaram ambos a côrte, sendo o confidente dos seus amores no paço; no Soneto CXXXIV diz-lhe Camões:

Senhor *João Lopes*, o meu baixo estado
Hontem vi posto em grão tão excellente,
Que sendo vós inveja a toda a gente,
Só por mi vos quizereis vêr trocado.

O gesto vi suave e delicado
Que já vos fez contente e descontente,
Lançar ao vento a voz tão docemente,
Que fez o ár sereno e socegado.

Vi-lhe em poucas palavras dizer quanto
Ninguem diria em muitas; mas eu chego
A expirar só de ouvir a doce falla.

Oh, mal haja a Fortuna e o môço cego!
Elle, que os corações obriga a tanto.
Ella, porque os estados deseguala.

Nos seus galanteios no paço, João Lopes Leitão soffria do mesmo delirio amoroso de Camões, quebrantando por vezes a etiqueta aulica. Nos versos de Pero de Andrade Caminha acha-se uma copla: «*A João Lopes Leitão, estando preso em sua casa, por entrar uma porta a vêr as Damas contra vontade do Porteiro:*

Ainda hoje vim a saber,
Que se agora vos não vemos,
E' por que quizestes vêr
O que todos vêr tememos...

«*Resposta de* JOÃO LOPES:

Bem podera eu soffrer
O trabalho em que me vejo,
Se vêr quem tanto desejo
M a mim não foram tolher;
Que antes me quero perder
Por vêr o que mais tememos,
Que deixando de o vêr,
Viver seguro de extremos.

Estou-me agora doendo
De quem tiver para si,
Que é melhor andar vendo
Verduras, que estar aqui.
Ninguem haja dó de mi
Por me vêr n'esta prisão,
Hajam do meu coração
Que vê tanto damno em si. [1]

[1] Nas *Poesias de Caminha*, p. 361. Ed. da Academia.

O Soneto de Camões dando-lhe noticia de ter fallado com a sua namorada, esclarece a situação a que allude Caminha. João Lopes Leitão estava *vivendo entre as verduras* da sua casa na provincia; em breve teve tambem Camões de sahir da côrte por analogo motivo, de que se exproba:

> Mas teu *sobejo e livre atrevimento*
> E teu *pouco segredo*, descuidando
> *Foi causa d'este longo apartamento.*

Se as poesias de João Lopes Leitão não estivessem irremediavelmente perdidas, quantos episodios da vida de Camões nos seriam por ellas revelados. Esta personalidade sympathica, que sobrevive nas poesias de Camões, figura nas noticias heraldicas. Os Nobiliarios manuscriptos do seculo XVI dão-nos João Lopes Leitão por filho de Francisco Leitão, fidalgo do tempo de D. Manoel, e de D. Joanna Freire, filha de Rodrigo de Sande, védor da rainha D. Maria, e embaixador ao rei catholico D. Fernando, a quem servira na conquista de Granada e de quem recebeu o Dom. Este avô materno do poeta figura tambom no *Cancioneiro geral* de Garcia de Rezende, em um Apodo de 1498 ás ceroulas de Manoel de Noronha:

> Depois de bem apodadas.
> *cheas de pena e de mel*, [1]
> seram logo empicotadas
> ou enforcadas.

[1] Allude ao symbolismo juridlco dos nossos Foraes, de castigo infamante das *penas e mel*. Michelet, *Origines du Droil français*, p. 383.

pois nos gastaran papel.
Fôra melhor do ouropel
meu coraçam
esta vossa envençam.

(*Canc. ger.* t. III, p. 137.)

A avó do poeta, D. Margarida Freire, apparece como dama muito festejada no Cancioneiro de Resende, pelos principaes poetas da côrte de D. Manoel, taes como João da Silveira, Luiz da Silveira, Jorge da Silveira, D. Lourenço de Almeida, Conde de Alcoutim, Fernão Telles, Conde de Vimioso, Conde de Faram, D. Francisco de Biveiros, D. João Lobo, Diogo de Mello, Jorge de Mello e outros muitos. (*Canc. ger.*, III, 43.) Como João Lopes Leitão teria na familia quem lhe recordasse os afamados *Serões* da côrte de D. Manoel, e quem lhe suscitasse n'alma o sentimento da poesia e o espirito de galanteio. Entrou muito creança para o serviço do paço, sendo escolhido para pagem da lança do Princepe Dom João, filho unico de D. João III; Camões exalta a indole poetica do que foi o primeiro a loual-o:

De tão divino accento em voz humana,
De elegancias que são tão peregrinas,
Sei bem que minhas obras não são dinas;
Que o rudo engenho meu me desengana.

Porém, da vossa penna illustre mana
Licór que vence as aguas cabalinas,
E comvosco, do Tejo as flores finas
Farão inveja á copla mantuana.

E pois a vós de si não sendo avaras,
As filhas de Mnemósine formosas
Partes dadas vos tem ao mundo claras.

*

A minha musa e a vossa tão famosa,
Ambas se podem n'elle chamar raras,
A vosa de alta, a minha de invejosa.

(Sonet. LXII.)

João Lopes Leitão [1] pertence a essa segunda geração dos *Fieis de Amor*, que succedeu a Bernardim Ribeiro e a Christovam Falcão; reconhecia o genio de Camões e acompanhava-o nas intrigas amorosas da côrte. Vem nas Redondilhas de Camões um Mote e Volta *A João Lopes Leitão, sobre uma peça de cacha que deu a uma dama que se lhe fazia donzella:*

MOTE:

Se vossa dama vos dá
Tudo quanto vós quizestes,
Dizei-me: P'ra que lhe destes
O que vos ella fez já?

VOLTA:

Sendo os rostos envidados,
E vós de cachas mil contos
Sabeis com quam poucos pontos
Que lhes achastes quebrados;
Se o que tem que vos dá,
Vós mui bem lh'o merecestes,
Por que se a cacha lhe destes,
Tinha-vol-a feito já.

(*Ob.*, t. IV, 49.)

---

[1] Basta o agradecimento de Camões pelas mesmas consoantes, exaltando o auctor do Soneto — Quem é este que na Harpa lusitana — para se reconhecer que não era dirigido a um desconhecido. Francisco Gomes de Azevedo, encontrou-o em um manuscripto. E como poderia um ignorado sujeito conhecer tão intimamente Camões e fazer-lhe a glorificação convicta e fervorosa? N'estas attribuições Faria e Sousa teve melhores fundamentos que o Dr. Storck.

Pelas suas importantes relações de familia, João Lopes Leitão regressa brevemente á côrte já perdoado dos atrevidos galanteios, estimado pelo princepe D. João, pelo seu talento poetico; seu irmão Pedro Leitão, pagem do Livro em casa do Infante D. Duarte, era tambem poeta, figurando no certâme do *Receio de louvor* a D. Margarida da Silva. [1] Dirigiu-lhe da India uma carta João Lopes Leitão, a qual se guarda na bibliotheca da Ajuda. [2] Segundo os Nobiliarios manuscriptos, este amigo de Camões, que o foi encontrar na India e assistiu ao *Banquete de Trovas*, não casou, e d'elle ficara uma filha natural chamada D. Violante Leitão, que se metteu freira em Odivellas. Um outro seu irmão foi frade dominico, Fr. Estevam Leitão, que seguiu o partido do Prior do Crato.

Para Camões não se abrandaram os rigores, e augmentaram as malevolencias pela impunidade da distancia. Elle mesmo se queixa d'esta covardia: «Então ajuntou-se a isto acharem-me sempre na pele a virtude de Achilles, que não podia ser cortada se não pela sola dos pés; as quaes de m'as não verem nunca, me fez vêr as de muitos, e não engeitar conversações de menor impressão, a quem fracos punham máo nome, vingando com a lingua o que não podiam com o braço.» Este *máo nome* era a alcunha de *Trinca Fortes*, revelado pelo epigramma do Chiado;

---

[1] *Poesias ineditas de P. de Andrade Caminha*, p. 288. Ed. Priebsch.

[2] Juromenha, *Obr.*, t. II, p. 432.

como se vê por esta Carta primeira dirigida da India, Camões andava então envolvido nas praxes fidalgas da *Valentia*, e pode-se consideral-a tambem um dos *seus erros*, a que no Soneto allude. Na Elegia II tratando do seu amor, escapava-lhe a nota da *Valentia* que o dominava:

> Amor não será amor, se não vier
> Com doudices, deshonras, dissenções,
> Pazes, guerras, prazer e desprazer;
>
> Perigos, linguas más, murmurações,
> Ciumes, arruidos, competencias,
> Temores, nôjos, mortes, perdições.

A praxe da *Valentia* foi uma pandemia da sociedade do seculo XVI, sendo em Camões uma das causas que o afastaram da côrte. Acha-se uma precisa descripção d'esta monomania na novella picaresca de Vicente Espinel, *Vida del Escudero Marcos de Obregon*: «entre muchas cosas que me succedieron fué una *dar en Valentia;* que havia entonces, y aun créo que ahora hay, una especie de gente, que ni parecen cristianos, ni moros, ni gentiles; sinó su religion es adoraren la diosa *Valentia*, por que les parece que estando en esta confradia, los tendran y respetaran por *valientes*, no curando á serlo, si no á parecelo:» (p. 189.) Fallando de si, o poeta hespanhol Vicente Espinel descreve perfeitamente os perigos da mocidade portugueza: «Púseme espada y en las obligaciones en que se pone quien la ciñe, que *con el desvanecimiento de la Valentia* y con el haber dado en poeta y musico, que qualquiere de las tres bastaba para deribar otro juicio mejor que el mio, co-

mencé á alear mas de lo que me estaba y a tenerme por paseante, de manera que no habia portuguez mas azucarado que yo...» Esta comparação final, e as feições do *valente* do seculo XVI esboçadas por Espinel, dão-nos a comprehensão d'esta phase do caracter de Camões, que reapparecendo em muitas situações da sua vida, explicam uma das causas do afastamento da côrte. Este costume da *Valentia*, que foi idealisado em Novellas picarescas e Comedias famosas hespanholas, conservou-se no seculo XVII em Portugal, como se vê pelo encontro nocturno de D. Francisco Manoel de Mello e D. João IV, e tambem na morte de Pedro Severim de Noronha, filho d'aquelle que mandou gravar o primeiro retrato de Camões, assassinado uma noite na Tanoaria pelos mulatos de D. Affonso VI. No seculo XVIII a fidalguia da côrte ainda conservava a praxe da *Valentia*, apontando-se Sebastião José de Carvalho (depois Marquez de Pombal) afamado n'essas vacações nocturnas. No prologo do *Auto de El rei Seleuco* allude Camões ao costume caracteristico: «Ora vieram uns Embuçadotes, e *quizeram entrar por força;* eil-o *arrancamento na mão;* deram uma pedrada...» Os Côrros ou Pateos das Comedias, em que lhe representam os Autos e os arranques da Valentia, elle bem cêdo os considerou como os *erros* que vieram aggravar-lhe a corrente que o impellia para a desgraça. [1]

---

[1] E' destituido de verdade o retrato que Anthero do Quental fez de Camões, considerando romanticas as suas desventuras: «A bem considerar, Camões foi an-

Depois dos seus *erros* ou delictos da mocidade, como lhes chamaria Camillo, apontou Camões a *má Fortuna* conjurando-se com o *Amor ardente*, para a sua perdição. Embora vaga e indefinida, a phrase *má Fortuna* exprime uma realidade; successos extranhos á vontade e de que elle não tinha a minima responsabilidade actuaram na sua existencia embaraçando as legitimas aspirações do talento. Não faltaria na côrte quem recordasse a Dom João III, que o imaginoso e apaixonado poeta era sobrinho de Dom Bento de Camões, com quem o rei tivera varios conflictos: primeiramente, a posse do thesouro achado em 14 de Agosto de 1539 pelo collegial do Collegio de Todos os Santos Aleixo de Figueiredo, debaixo das escadas que iam para a torre do Mosteiro de Santa Cruz; queria Dom Bento de Camões, então Prior geral, que o thesouro pertencesse ao Mosteiro, e o monarcha pretendia-o pelo seu direito magestatico. N'este conflicto foi dada sentença a favor de D. João III. Passado este caso, em que D. Bento de Camões pugnava a favor da sua Ordem, surgiu em 1540 outro conflicto com o rei; as grossas rendas do Priorado mór de Santa Cruz, que eram recebidas pelo Infante D. Duarte, vagaram por sua morte, e entendeu o Prior Geral que ellas regressavam ao Mosteiro; Dom João III quiz

---

tes um homem feliz, do que um desgraçado. A felicidade burgueza e pacifica não lhe convinha; teve a vida de aventuras e de fortes emoções que quadravam ao seu genio, e que todo o verdadeiro poeta preferirá sempre, do que estou persuadido, a qualquer felicidade calma e monotona» (*Circulo*, p. 171.)

*

dar essas rendas ao seu bastardo, filho de D. Isabel Moniz, Dom Duarte, que mandara crear no convento da Costa, fazendo-o na mais tenra edade Prior-mór de Santa Cruz de Coimbra, com dezoito annos apenas. O rei appelou para a Curia romana, e o papa Paulo III em 1541, mandou deferir as rendas ao monarcha para a nomeação do seu bastardo, que veiu a morrer em Lisboa em 1543 antes de ser sagrado arcebispo de Braga. Além d'isto, durante o triennio em que D. Bento de Camões exerceu o cargo de Cancellario da Universidade, andou sempre em conflictos de jurisdicção com o Reitor da Universidade, o Bispo de San Thomé, que como dominicano professava grande antipathia contra quem era augustiniano. O reformador Frei Braz de Barros escrevia por vezes ao monarcha, esclarecendo e attenuando estas birras, em que a rasão estava sempre do lado de Dom Bento de Camões. Todas estas lembranças do primeiro Cancellario da Universidade, austero de costumes e fechado na pureza do seu ascetismo, eram fracas recommendações para o poeta medrar na côrte; Camões o reconhecera bem ao alludir á sua *má fortuna.*

Educado na corrente humanista franceza, que tanto fizera florescer as Escholas de Santa Cruz de Coimbra, esse brilhantismo era agora offuscado pelo predominio dos Jesuitas no animo de D. João III, que trataram de monopolisar o Ensino médio. A eschola de André de Resende foi mandada fechar; e o espirito d'esta transformação brusca, resumia-se na phrase de Dom João III em relação aos escholares, — que os queria *mais catholi-*

cos e menos latinos. Ia imperar o pezado e estupidecente methodo *alvaristico*, e apagar-se toda a elegancia dos bons classicos e o doce culto da Antiguidade. Não era esta crise pedagogica e litteraria uma *má fortuna* para Camões, creado em uma mais saudavel e franca atmosphera de mentalidade, em que o pensamento e a imaginação se fortificavam penetrando o espirito da Antiguidade classica?

Mas esta crise ainda se tornou mais grave, quando em 1545 tratou Dom João III de nomear um sabio humanista para dirigir a educação litteraria do esperançoso princepe Dom João. Lembrou-se o monarcha de chamar para Portugal o portentoso Damião de Goes, afamado entre os grandes humanistas da Europa, e confiar-lhe a educação do princepe. Era realmente uma ventura o ter nascido em tempo que se podia receber lições de Damião de Goes; elle por ordem do rei regressou á patria com toda a sua familia. Logo que o jesuita P.e Simão Rodrigues soube da intenção do rei, fez uma accusação secreta á Inquisição de Evora, em 5 de Septembro de 1545, denunciando que Damião de Goes vivera na intimidade de Erasmo, que conversara com Luthero, e era amigo de Melanchton. E como habil jesuita, levou Dom João III a faltar ao compromisso do convite a Damião de Goes, fazendo-o preferir para mestre do princepe D. João o Dr. Antonio Pinheiro, que em Paris fôra celebrado professor de Rhetorica. [1]

[1] *Historia da Universidade de Coimbra*, t. I, p. 378.

A accusação secreta feita pelo P.e Simão Rodrigues surtiu o seu terrivel effeito em tempo conveniente, sendo Damião de Goes arrastado ao carcere inquisitorial; e o Dr. Antonio Pinheiro, cooperando no plano jesuitico, foi nomeado Bispo de Leiria e tornou-se decidido partidario de Philippe II. Em roda do princepe D. João agruparam-se poetas e fidalgos que mais se conformassem com a monita do P.e Simão Rodrigues. Para attenuar as admirações que o genio de Camões provocava, suscitaram no princepe o enthusiasmo pelo velho Sá de Miranda, philosophicamente refugiado na sua quinta da Tapada no alto Minho. A tradição da hostilidade de Sá de Miranda contra Camões não tem outro sentido se não o intuito dos que dirigiam os enthusiasmos ingenuos do princepe D. João. [1] E como se esta *má fortuna* ainda não bastasse, como diz o poeta no seu nitidissimo Soneto, para castigar as suas mal fundadas esperanças, veiu com os *breves enganos* um ardente amor tornar irremissivel a sua perdição.

Na Canção XI, incomparavel expressão do sentimento humano, e de um extraordinario valor autobiographico, descreve Camões a paixão exclusiva que lhe enche a vida. E' a historia do seu *amor* relacionado com todos os accidentes, soffrimentos e desastres que constituiram a trama da sua existencia. A Canção XI é uma admiravel synthese, em que

---

[1] O poeta Philippe de Aguilar, que mandava versos a Sá de Miranda, era filho de Francisco Velasques de Aguilar, trinchante mór do princepe D. João; e por sua mãe primo de D. Catherina de Athayde.

define todos os transes porque passou até ao refugio das suas recordações.

Descreve o temperamento amoroso, revelado desde o berço pela exquisita sensibilidade que lhe causavam as cantigas tristes com que era adormecido. Essa precocidade preparava-o para a impressão decisiva da imagem real, que tantas vezes entrevira em sonhos:

> De quem eu vi depois o original,
> Que de todos os grandes desatinos
> Faz a culpa soberba e soberana.

E diante d'aquella fórma humana, que scintilava espiritos divinos, passam-se as rapidas crises dos desdens, das enganosas esperanças, da incerteza, e de sentir-se comprehendido, mas invejado, envolvido em perseguições odiosas:

> Que genero tão novo de tormento
> Teve *Amor*, sem que fosse tão sómente
> Provado em mi, mas todo executado!
> Implacaveis durezas, que ao fervente
> Desejo, que dá força ao pensamento
> Tinham de seu proposito abalado,
> . . . .
> Aqui sombras phantasticas trazidas
> De algumas temerarias esperanças...
> Mas a dôr do desprezo recebido
> Que todo o phantasiar desatinava,
> Estes enganos punha em desconcerto.
> Aqui o adivinhar, e ter por certo
> Que era verdade quanto adivinhava,
> E logo o desdizer-me de corrido;
> Dar ás cousas que viu outro sentido;
> . . . .

E depois que um doce e piedoso mover de olhos, um gesto puro e trasparente o encontraram, e

N'outro sêr me tiveram transformado.
E tão contente de me vêr trocado,
Que as magoas enganava co'os enganos
. . . .

Deu-se a fatalidade da separação brusca, relegado da côrte para não mais vêl-a. Camões descreve esta situação, que vae determinar inteiramente o plano da sua vida, cada vez mais tormentosa e desesperada:

Pois quem póde pintar a vida ausente
Com um descontentar-me quanto via,
E aquelle estar tão longe d'onde estava;
O fallar sem saber o que dizia;
Andar sem vêr por onde; e juntamente
Suspirar sem saber que suspirava?

. . . .
Agora co'o furor da magoa irado,
Querer e não querer deixar de amar;
E mudar n'outra parte, por vingança
O desejo privado de esperança,
Que tão mal se podia já mudar?

. . . .
Este curso contíno de tristeza,
Estes passos vanmente derramades,
Me foram apagando o ardente gosto
Que tão de siso na alma tinha posto.

N'este prolongado e amarissimo tormento, Camões vê-se forçado a deixar a patria, ir para muito longe para se esquecer de tudo e de si mesmo. Elle descreve este passo desesperado:

D'esta arte a vida em outra fui trocando;
Eu não, mas o destino feio, irado;
Que eu, inda assi, por outra a não trocara.
Fez-me deixar o patrio ninho amado,
Passando o longo mar, que ameaçando
Tantas vezes me esteve a vida cara.

Agora exp'rimentando a furia rara
De Marte, que nos olhos quiz que logo
Visse, e tocasse o acerbo fructo seu,
E n'este escudo meu
A pintura verão do infesto fogo.

N'estes versos resume o poeta a sua partida para Ceuta, o tempo que ahi serviu militarmente e como foi ferido, perdendo o olho direito. Na Canção XI, escripta nos ultimos annos de Camões, este facto é uma recordação que se encadêa na série das suas calamidades; aqui é um ponto de partida que nos leva a acompanhal-o das digressões pelo Ribatejo para o norte de Africa. Que motivos levariam Camões, como homem culto destinado á actividade mental, á vida artistica e especulativa, a arrojar-se a um clima inhospito, ao ruido da guarnição militar aborrecida, sequestrado a todos os interesse do espirito?

Não foi por certo uma aventura, mas um pensamento que o impellia á importante resolução. Esse pensamento apparece expresso em muitas das suas composições lyricas e é proclamado nos *Lusiadas*. E' o *Imperio africano*. Todo o homem culto do seculo XVI conhecia a importancia da queda de Constantinopla sob o poder dos Turcos, e as tremendas consequencias do desenvolvimento maritimo dos Osmanlis no Mediterraneo e estabelecimento dos Estados berberescos no norte da Africa, perturbando pela pirataria todas as nações occidentaes, como a Italia, a Hespanha e Portugal.

Ao terminar os seus estudos, em 1542, Camões viu n'esse anno Dom João III commetter o deploravel erro governativo de abando-

nar Safim e Azamor. Os deslumbramentos da côrte e a sua tenra edade fizeram-lhe esquecer esse symptoma de decadencia. Agora no meio dos seus intimos desalentos, um facto importante veiu revelar-lhe quanto digno seria gastar o viço da mocidade indo combater contra os mouros. Em 1547 succedeu o famoso cêrco de Mazagão, tão celebrado pelos poetas contemporaneos, como Jorge Ferreira de Vasconcellos na comedia *Ulyssipo*, e por Chiado na *Pratica de outo figuras*, em que se reflecte a forte impressão causada por este acontecimento no animo publico:

GAMA: Além vejo que arrefece.
LOPO: Tudo agora está em paz.
GAMA: Isso é que me apraz.
O Xerife?
LOPO: Não parece,
Dizem que em Marrocos jaz.
GAMA: Senhor, como nos acodes
á maior tribulação.
LOPO: *Sabeis já de Mazagão,*
Que é outro segundo Rhodes?
GAMA: Tendes infinda rasão;
a Fortaleza
está sobre uma penedia,
que não pode ser minada.
LOPO: *Dizem-me que está cercada.*
GAMA: *Si; da banda da enxovia,*
Que do mar não é feito nada.
LOPO: Porém tudo hade ter fim,
Não ha quem viva quieto;
ho milhor he ser discreto
e assentai que passa assi.

(FL. 3 v)

Este successo suggeriu a Camões o trocar o desterro infructuoso do Ribatejo pela vida de acção nos recontros de Africa, cumprindo

assim a pragmatica exigida, dirigindo-se para Ceuta, a principal conquista portugueza, onde se faziam appréstos para a resistencia. Pela confissão de D. Catherina de Athayde (de Sousa) a Frei João do Rosario, tempos antes da sua morte em 1551, perguntada sobre a causa do destêrro de Camões, se fôra por amores, respondeu: «que assim não era; e *que fôra aquella alma grande, que para emprezas grandes e a regiões tão apartadas o levara.*»

Como saberia esta dama, vivendo casada na provincia desde 1543, que o admirado poeta sahira de Portugal para *regiões apartadas*, levado pela sua alma sublime para emprezas grandes? Basta considerar, que sua mãe D. Philippa de Athayde, era camareira-mór da rainha D. Catherina, e seu pae D. Alvaro de Sousa era *Védor da Casa da Rainha;* elles a informariam das noticias e pequenos interesses da côrte. O que seriam estas *emprezas grandes?* O poeta já elaborava mentalmente o Canto heroico da historia portugueza; esse ideal o fez comprehender a importancia politica do Imperio africano, inicio da grandeza de Portugal. O acontecimento de 1547 veiu dar relêvo ao seu pensamento, pela importancia que o dominio do norte de Africa exercia sobre a politica e a segurança da Europa.

Vejamos em breve summula o problema africano no seculo XVI, para bem comprehender o pensamento de Camões, que o inspirou com tanta sinceridade, e do qual D. Sebastião mais impulsivo do que intelligente converteu em uma estupenda catastrophe. O Mediterraneo estava dominado por tres povos que ahi

exerciam a sua actividade; os *Osmanlis*, os *Italianos* e *Hespanhoes*, que pela sua desunião deixavam engrandecer o perigo turco. Os Osmanlis tinham-se apoderado da Hungria, e eram servidos na guerra pelos Tartaros, a cuja raça pertenciam; sustentavam uma incessante lucta contra os outros dois povos que mal se ligavam para combatel-os. Venceram os Hespanhoes nas costas de Africa e os Italianos nas costas da Grecia; ameaçaram Oran, atacaram com todas as suas forças Malta, conquistaram Chypre, infestando pela pirataria as costas italianas e hespanholas. Era a perspectiva da antiga invasão dos Arabes feita agora pelos Turcos, que os substituiam; era urgente destruil-os para mantêr a acção livre d'estes povos no Mediterraneo, e isto sómente por uma colligação pelo influxo da religião catholica e pelos interesses politicos. Desde a tomada de Chypre em 1538 por Barbaroxa, que atacou e venceu a armada christã junto a Prevesa, os Turcos ficaram senhores do Mediterraneo até 1571, em que a victoria de Lepanto por D. João de Austria, lhes destruiu a sua preponderancia.

E' n'este longo periodo de 1538 a 1571, em que os Turcos estabelecendo-se nas costas africanas, tornam o Imperio africano o problema vital para as nações catholicas occidentaes. As luctas do imperialismo, em que Carlos V, Francisco I e Henrique VIII sacrificam as energias da Europa aos seus egoismos, tornam mais terrivel o problema africano, por que os Turcos já não encontram uma resistencia decisiva. A lucta dos dois povos contra os Osmanlis, como observa Ranke, im-

primiu-lhes um caracter mixto de altivez e de solercia, de presumpção e de engenhosa curiosidade, de cavalleria romantica e de politica artificiosa, de crença nos astros e de mysticismo cheio de abnegação.» [1] Como homem culto e valoroso Camões comprehendia este problema, vendo a antithese portugueza: em uma epoca inicia-se o Imperio africano pela tomada de Ceuta em 1415, de Alcacer Ceguer em 1458, de Arzilla e Tanger em 1471, de Anafé em 1468, derrota do Princepe de Fez e Maquinés sob D. Manoel, tomada de Safim em 1508, de Azamor em 1513, de Amagor em 1515; em outra epoca, sob D. João III começa o desmoronamento d'esse Imperio, pelo abandono da fortaleza de Cabo de Aguer em 1536, e depois da tomada de Chypre, em que começa o Imperio de Barbaroxa no Mediterraneo, são em 1542 abandonadas por ordem regia Safim e Azamor. A defeza heroica do Cêrco de Mazagão vinha acordar na alma do poeta o ideal africano, que tinha de soffrer em 1549 uma terrivel decepção, quando D. João III mandou estupidamente abandonar Arzilla e Alcacer Ceguer, ficando o Imperio de Africa reduzido a Ceuta, Tanger e Tetuão. A ideia do heroismo em Africa era substituida pelo espirito de ganancia na India.

No admiravel episodio do *Velho de Restello*, em que se appresenta Camões como um sublime symbolista, propõe no momento do

---

[1] *Hist. dos Osmanlis.*

deslumbramento da aventura indiana, o problema concreto africano:

Não tens junto comtigo o Ismaelita,
Com quem sempre terás guerras sobejas?
Não segue elle do Arabio a lei maldita,
Se tu pela de Christo só pelejas?
Não tem cidades mil, terra infinita,
Se terras e riqueza mais desejas?
Não é elle por armas esforçado,
Se queres por victorias ser louvado?

Deixas crescer ás portas o inimigo
Por ires buscar outro de tão longe,
Por quem se despovôe o reino antigo,
Se enfraqueça e se vá deitando a longe?
Buscas o incerto e incognito perigo,
Porque a fama te exalte e te lisonge,
Chamando-te Senhor, com larga copia,
Da India, Persia, Arabia e da Ethiopia!

(*Lus.*, IV, 100-1)

E fallando de D. João I, exalta-o pela lucida iniciativa da acção guerreira:

Este é o primeiro rei que se desterra
Da patria, por fazer que o Africano
Conheça pelas armas quanto excede
A Lei de Christo á Lei de Mafamede.

(Id. ib., est 48.)

Na Egloga I, em que celebra a morte do seu joven amigo D. Antonio de Noronha, em Africa, ao alludir ao nascimento de D. Sebastião, vaticina:

— que a ser conservado do Destino,
As benignas estrellas promettendo
Lhe estão o largo pasto de Ampelusa
Co'o Monte que em máo ponto viu Medusa.

Tinha o poeta a comprehensão clara do problema, a que Dom Sebastião desde 1574

a 1578 deu a fórma de uma missão mystica de um Cavalleiro celeste. A partida de Camões para a Africa não foi uma aventura de poeta, mas o impulso de um pensamento que lhe fizera comprehender a *grande empreza.*

Deliberado a partir para a Africa, dirigiu-se Camões a Lisboa para seguir em qualquer náo do estado; [1] conhecida a resolução desesperada, alguns amigos intervieram, e parece que a familia de Catherina de Athayde já se mostrava complacente. No Soneto CXLI esboça-se esta situação:

> Na desesperação já repousava
> O peito longamente magoado,
> E com seu damno eterno concertado
> Já não temia, ja não desejava.
>
> Quando *uma sombra vã me assegurava*
> *Que algum bem me podia estar guardado*
> *Em tão formosa imagem*, que o traslado
> N'alma ficou, que n'ella se enlevava.
>
> Que credito que dá tão facilmente
> O coração áquillo que deseja,
> Quando lhe esquece o féro seu destino!
>
> Ah! deixem-me enganar, que eu sou contente;
> Pois postoque maior meu damno seja,
> Fica-me a gloria já do que imagino.

Apesar de deslumbrarem o poeta aquellas inesperadas esperanças, elle reconheceu que

---

[1] Na segunda Vida de Camões, refere Faria e Sousa a tradição, que o poeta voltou de Santarem á côrte, e que por ter reatado os seus amores lhe fôra infligido um segundo destêrro para Ceuta. Storck borda outra hypothese: a commutação da pena do destêrro no Ribatejo, por dois annos de serviço militar em Ceuta.

a edade lhe impunha um systema de vida, uma situação social; e partiu para Ceuta, referindo-se a esta viagem o Soneto CXXXIX:

Por cima d'estas aguas forte e firme
  Irei aonde os Fados o ordenaram,
  Pois por cima de quantas derramaram
  Aquelles claros olhos pude vir-me.

Já chegado era o fim de despedir-me;
  Já mil impedimentos se acabaram,
  Quando rios de amor se atravessaram
  A me impedir o passo de partir-me.

Passei-os eu com animo obstinado,
  Com que a morte forçada gloriosa
  Faz o vencido já desesperado.

Em qual figura ou gésto desusado,
  Pode já fazer medo a morte irosa
  A quem tem a seus pés rendido e atado?

Era Catherina de Athayde que lhe pedia para ficar em Lisboa; os grandes desgostos tornaram o animo obstinado para aquelle passo, e partiu. Por certo que esta situação descripta n'estes dois Sonetos é muito differente d'aquelle estado de espirito com que partiu annos depois para a India tendo *enforcado todas as suas esperanças.* Camões descreve com suave magoa a partida para Ceuta, em umas deliciosas Voltas:

Partir não me atrevo,
Que me lembram magoas;
Se me levam aguas,
Nos olhos as levo.

Se vou ao Tejo
Pera me partir,
Nam me posso ir
Sem vêr meu desejo,

E quando o vêjo,
Partir não me atrevo;
Se me levam aguas
Nos olhos as levo.

Se de saudade
Morrerei ou não,
Meus olhos dirão
De mi a verdade.
Por elles me atrevo
A lançar ás aguas,
Que mostrem as magoas
Que n'esta alma levo.

As aguas que em vão
Me fazem chorar,
Se ellas são do mar,
Estas de amor são.
Por ellas relevo
Todas minhas magoas;
Que se força de aguas
Me leva, eu as levo.

Todas me entristecem.
Todas são salgadas;
Porém as choradas
Doces me parecem.
Correi, doces aguas,
Que se em vós me enlévo,
Não dóem as maguas
Que no peito levo. [1]

Dera-se uma acalmação na alma do poeta, sabendo que ainda era amado. A viagem para Ceuta, como se verifica pela marcha de algumas frótas, durava geralmente dez dias; e quando as calmarias pezavam, as frotas apor-

[1] No *Cancioneiro de Evora*, publicado por Hardung, p. 30, vem a primeira estrophe, que completa o texto colligido dos manuscriptos de Faria e Sousa por Juromenha, *Obr.*, IV, 121.

tavam nas costas do Algarve, em Faro ou Lagos. Da Canção XVI infere Juromenha, que a náo em que ia Camões para Ceuta aportara junto a Villa Nova de Portimão, no sitio da *ribeira de Buyna*, fundando-se nos seguintes versos:

> Por meio de umas serras mui fragosas,
> Cercadas de sylvestres arvoredos,
> Retumbando por asperos penedos,
> Correm perennes aguas deleitosas
> Na *Ribeira de Buina*, assi chamada.

Storck não acceita esta inferencia plausivel, pela serenidade que inspira a Camões este trecho da paizagem algarvia: «Contra a opinião de Juromenha falla a serenidade ou mesmo a intima alegria em que os versos de Camões envolvem o quadro da paizagem — assim como a affeição candida e terna da homenagem prestada na estrophe final á dama querida.» (*Vida*, p. 400.) E' justamente a expressão intima do regosijo moral que lhe deixou a noticia — Que algum bem lhe podia estar guardado, — o que dá certo aspecto de verdade á Canção XVI e ás suavissimas endechas da despedida para Ceuta.

Na Canção XI, que é uma Autobiographia de Camões, encontra-se a impressão d'esta viagem forçada:

> Agora peregrino, vago, errante,
> Vendo nações, linguagens e costumes,
> Céos varios, qualidades differentes,
> Só por seguir com passos diligentes
> A ti, Fortuna injusta, que consumes
> As edades, levando-lhes diante
> Uma esperança em vista de diamante: etc.

A Carta de Camões, que começa pela locução tradicional: «Esta váe *com candêa na mão* morrer nas de v. m.» [1] é considerada pelo Dr. Storck como tendo sido escripta de Ceuta. [2]

O estado melancholico de uma tristeza idealmente systematisada, que prevalece na Elegia II, é o que transpira de toda esta Carta, em que elle, servindo-se de uns versos de Garcilasso, allude á situação material:

> *La mar en medio* y terras he dejado
> A cuanto bien, cuitado, yo tenia:

E fazendo considerações sobre a sua situação moral, intercala na prosa pittoresca versos da Ecloga *Crisfal*, então em voga, que o poeta sabia de cór:

> Emfim en la tierra queda
> E o mais a alma acompanha.

Na estrophe 85 do *Crisfal*, lê-se:

> *Cá fica o aver na terra,*
> *O amor a alma acompanha.*

Prosegue Camões: «Ao alvo d'estes cuidados jogam meus pensamentos á barreira, tendo-me já por costume tão contente de triste que triste me faria ser contente por

---

[1] Era uso metter na mão do moribundo uma candêa accesa, como conta o P.e João Figueira que assim estivera, querendo significar o estado mortal a que chegou. *(Lendas da India.)*

[2] *Vida*, p. 405.

*

Que o longo uso dos annos
Se converte em natureza.
(St. 10)

Pois o que é para mór mal
Tenho eu para mór bem.
(St. 12)

Na prosa epistolar intercala Camões: «mas a dôr dissimulada dará seu fructo, que a tristeza no coração é como traça em panno.» Na strophe 43 do *Crisfal*, vem:

Anda a dôr dissimulada,
Mas ella dará seu fruito.

A Carta é originalissima na fórma pela prosa faceta entresachada de Voltas, começos de Esparsas, e um fragmento de Soneto, que a termina, em que representa o jogo de vaza de ouros, alludindo á pobreza por cujo motivo se oppozeram ao seu amor:

Forçou-me Amor um dia a que jogasse,
Deu as cartas, e az de ouros levantou;
E sem respeitar mão, logo triumphou,
Cuidando que o metal que me enganasse;

Dizendo, pois triumphou, — que *triumphasse*
A uma sota de ouros, que jogou;
Eu então por burlar quem me burlou
Tres páos joguei, e disse, que ganhasse.

Tres páos é uma phrase que designa a fôrca; n'este sentido a emprega Camões na copla «*A humas senhoras, que jogando perto de uma janella, lhes cahiram* tres páos *e deram na cabeça de Camões:*

Para evitar dias máos
Da vida triste que passo,
Mandem-me dar um baraço,
Que já cá tenho tres páos.» [1]

Vê-se que a Carta estava ainda vibrando ás emoções dos recentes dias em que se homisiara da côrte.

Na Elegia II, com que se fundamenta a estada do poeta em Ceuta, aponta elle a transição para esse novo meio:

Já quieto me achava co'a tristeza;
E *alli não me faltava um brando engano*,
Que tirasse desejos da fraqueza.

Mas, vendo-me enganado estar ufano,
Deu á roda a Fortuna; e deu commigo
Onde de novo choro o novo dano.

Camões devia sentir a surpreza da importancia d'esse soberbo emporio de Ceuta, que desde que ficou sob o dominio portuguez em 1415, não decahira da sua florescencia primitiva. Ceuta *(Sebtah)* era então o entreposto de um immenso commercio com o Levante, Africa e Italia, como observa Vivien de Saint Martin. N'esse centro de sciencias e de artes, tinham os Arabes introduzido a fabricação do papel, a cultura do algodão, e os trabalhos afamados da seda, do fio de ferro e de latão mantinham ainda a actividade de outr'ora. Era bastante rendosa a pescaria do coral; verdadeiramente a ruina industrial de Ceuta começou «a partir do momento em que ficou em

[1] *Obras*, t. IV, p. 191. (Ed. Jur).

poder dos hespanhóes.» (1580.) Camões espera que este novo espectaculo o arranque á sua concentração:

A's vezes cuido em mi, se a novidade
E extranheza das cousas, co'a mudança
Poderiam mudar uma vontade.

E com isto figuro na lembrança
A nova terra, o novo trato humano,
A estrangeira progenie, a extranha usança.

Subo-me ao monte, que Hercules thebano
Do altissimo Calpe dividiu,
Dando caminho ao Mar mediterraneo;

D'alli estou tenteando d'onde viu
O pomar das Hespéridas, matando
A serpe, que a seu passo resistiu.

Estou-me em outra parte figurando
O poderoso Anteo, que derribado
Mais força se lhe vinha accrescentando;

Porém, do herculeo braço subjugado,
No ár deixando a vida, não podendo
Dos soccorros da mãe ser ajudado.

Mas, nem com isto emfim que estou dizendo.
Nem com as armas tão continuadas,
De amorosas lembranças me defendo.

Embevecido na melancholia das suas recordações, o poeta procura nas perspectivas da natureza um alivio, uma acalmação ás saudades:

Ando gastando a vida trabalhosa,
E esparzindo a continua soidade
Ao longo de uma praia soidosa.

Vejo do mar a instabilidade,
Como com seu ruido impetuoso
Retumba na maior concavidade.

De furibundas ondas poderoso,
Na terra, a seu pesar, está tomando
Logar, em que se estenda, cavernoso.

....

A todas estas cousas tenho inveja
Tamanha, que não sei determinar-me,
Por mais determinado que me veja.

Se quero em tanto mal desesperar-me
Não posso, porque Amor e saudade
Nem licença me dão para matar-me.

Camões tinha encontrado n'aquellas paragens um amigo, com quem podia desabafar, dar largas á explosão do sentimento em que se absorvia:

Senhor, se vos espanta o soffrimento
Que tenho em tanto mal, para escrevel-o
Furto este breve espaço ao meu tormento.

Porque, quem tem poder para soffrel-o,
Sem acabar a vida co'o cuidado,
Tambem terá poder para dizel-o.

Nem eu escrevo um mal já acostumado;
Mas n'alma minha triste e saudosa
A saudade escreve e eu traslado.

Quem era este senhor, a quem Camões escrevia com a intimidade de lhe confessar os seus soffrimentos, como a um confidente e amigo? Esta Elegia II, na lição manuscripta do Cancioneiro de Luiz Franco, tem a rubrica: *De Ceita, a um amigo;* e na edição das *Rimas* de 1595, em que se acham as lyricas mais authenticas de Camões, vem com a rubrica: *A Dom Antonio de Noronha, estando na India.* Estas rubricas completam-se, evidenciando o erro, de que escrevendo Ca-

mões de Ceuta, não estava n'este periodo na India D. Antonio de Noronha. Por um documento historico corrige-se o facto deturpado no texto de Soropita; nos manuscriptos do Conde de S. Lourenço acha-se um *Regimento para D. Antonio de Noronha ir á cidade de Aden*, datado de 1548. [1] Juromenha reconheceu a deturpação do copista, dizendo: «E' este um dos muitos erros com que andavam os manuscriptos d'onde Fernão Rodrigues Lobo Soropita copiou e com o seu escrupulo conservou.» (*Obr.*, III, 456.) O traslado da Elegia II corrige-se pelo Regimento de 1548, substituindo *estando na India* por *estando em Aden*. Acclara-se a situação historica dos dois amigos; Camões escrevia a D. Antonio de Noronha para Aden:

> Já deve de bastar o que aqui digo,
> Para dar a entender o mais que calo,
> A quem viu já tão aspero perigo.
>
> E se nos brandos peitos faz abalo
> Um peito magoado e descontente,
> Que obriga a quem o ouve a consolal-o;
>
> Não quero mais se não que largamente,
> Senhor, me mandeis novas d'essa terra,
> Que alguma d'ellas me fará contente.

Quem era D. Antonio de Noronha? Era o valoroso sobrinho do Capitão de Ceuta D. Affonso de Noronha, tambem poeta. [2] Na

---

[1] Mss comprados para o Estado, e catalogados por José Maria Antonio Nogueira. (Na Torre de Tombo).

[2] A Capitania de Ceuta andava na Casa de Villa Real e de Linhares; o filho do 1.º Marquez de Villa Real, D. Antonio de Noronha, 1.º Conde de Linhares,

clamorosa decadencia das conquistas de Africa, estes dois cavalleiros conservavam as tradições e os sentimentos generosos dos fronteiros de outr'ora, como D. Pedro de Menezes,

---

foi *Capitão de Ceuta;* e seu irmão D. João de Noronha, Prior de S. Cruz de Coimbra, foi *Bispo de Ceuta.*

— Seguiram-se n'esta Capitania, D. Pedro de Menezes, filho do 2.º Marquez de Villa Real, que casara com D. Brites de Lara, a amada prima de D. João III; e D. Affonso de Noronha, que serviu por seu irmão D. Pedro desde 1548 a 1549, sendo n'este anno chamado para partir como Vice-Rei na Armada de 1550. D. João de Noronha, irmão d'estes dois, falecido em 16 de Agosto de 1524 e tendo casado clandestinamente, houve depois de viuvo um filho natural, *D. Antão de Noronha*, que acompanhou para a India seu tio Vice-Rei. E' este o amigo intimo de Camões. A celebre dama erudita D. Leonor de Noronha, grande latinista e que traduziu para portuguez as *Eneadas* de Sabellico, era irmã d'estes tres fidalgos.

— Do 1.º Conde de Linhares D. Antonio de Noronha, foi primogenito D. Francisco de Noronha, 2.º Conde de Linhares, casado com D. Violante de Andrade, de quem foi filho *D. Antonio de Noronha*, a criança gentil escolhida para justar com o Princepe D. João no Torneio de Xabregas; morreu com seu tio D. Pedro de Menezes no desastre de Ceuta em Abril de 1553. Foi intimo amigo de Camões, que celebrou a sua morte prematura em uma Egloga e Soneto, tendo-lhe dedicado a sua Elegia III.

Vê-se que tanto na côrte, como na guarnição de Ceuta teve Camões relações intimas com a poderosa e nobilissima familia dos Noronhas do ramo Villa Real e do de Linhares.

— Ha outros homonymos, como D. Antonio de Noronha, filho do Vice-rei D. Garcia de Noronha, que foi Capitão de Malaca, onde faleceu em 1568; e D. Antonio de Noronha, de alcunha o Catarraz, filho de D. Martinho de Noronha, que foi Capitão de Diu em 1556, e serviu com o Vice-rei D. Constantino de Bragança. A estes não se acham referencias em Camões.

D. João Coutinho, os aguerridos João Falcão ou Gomes Freire, sendo o ultimo d'esta geração sublime o afamado poeta palaciano D. João de Menezes. Camões ainda lhes celebrava os ditos memoraveis de valentia, como o de D. Pedro de Menezes, primeiro fronteiro de Ceuta:

> Emquanto do seguro azambujeiro
> Nos pastores de Luso houver cajados,
> Com o valor antiguo, que primeiro
> Os fez no mundo tão assignalados,
> Não temas tu, Frondelio companheiro,
> Que em algum tempo sejam subjugados;
> Nem que a cerviz indomita obedeça
> A outro jugo qualquer que se lhe off'reça.
>
> (Eglog. I)

Com estes dois vultos historicos é que serviu Camões em Ceuta; em fim de 1547, Dom Antão (ou Antonio) de Noronha substituiu até Julho de 1548 seu tio D. Affonso de Noronha na Capitania de Ceuta. Foi n'este periodo que se estabeleceu a intimidade do poeta, e que interessou o seu valente amigo pelos soffrimentos de um naufrago da vida. Tendo partido para Aden em 1548 D. Antonio de Noronha, para alli lhe enviou a Elegia *de Ceita, a um amigo*, (Ms. Luiz Franco) talvez já no anno de 1549.

E' áquelle generoso amigo que são dirigidas as Outavas I que se intitulam *Desconcerto do mundo*, de um espirito que se apoia em firmes concepções philosophicas. Nas rubricas das Outavas I dá-se o mesmo caso que na Elegia II; em uma lição acha-se: *Epistola de Camões a um amigo;* e em outro texto: *A D. Antonio de Noronha, sobre o descon-*

certo do mundo. O caracter d'esta composição, tão repassada de conformidade philosophica, põe em evidencia, que não poderia ser dirigida áquelle joven filho do 2.º Conde de Linhares, D. Antonio de Noronha, que pouco mais teria de doze annos. [1]

E' ainda ao heroico capitão de Africa, que dirigia Camões a Ode XIII, colligida dos ineditos de Luiz Franco; n'ella, já escripta na India, ainda se recorda Camões dos seus valentes feitos em Africa:

A vós, cuja alta fama
Vi entre os Garamantas conhecida,
A' luz que o sol derrama
Na terra enobrecida
Por vós, já tão de todo escurecida. [2]

Por aqui se vê, que o bravo D. Antão de Noronha era tambem Poeta; e justifica-se por que motivo lhe dirigia as suas mais delicadas composições:

Não é de confiado
Mostrar-vos minhas cousas, pois conheço
Que tendes alcançado
N'isto o mais alto preço,
E quanto em mostral-as desmereço.

---

[1] O Dr. Storck adopta em absoluto este personagem, para dar corpo á sua hypothese phantasista, de ter sido Camões pedagogo de D. Antonio de Noronha, empregado em casa do Conde de Linhares.

[2] No texto manuscripto do Canto I dos *Lusiadas*, no Cancioneiro de Luiz Franco, vem uma estrophe, que tambem apparece no 1.º Manuscripto dos seis Cantos achado por Faria e Sousa, em que se lê:

Já deixa á mão direita os *Garamantes*
E os desertos de Lybia circumstantes.
. . . .

Nas Outavas I a Dom Antonio de Noronha, seu companheiro na estação de Africa, descrevendo-lhe Camões os desconcertos do mundo, falla com enthusiasmo da vida intellectual, que era o seu sonho de felicidade:

Mas, se o sereno céo me concedera
Qualquer quieto, humilde e doce estado,
Onde com minhas Musas só vivera,
Sem vêr-me em terra alheia degradado;
E alli outrem ninguem me conhecera,
Nem eu conhecera outrem mais honrado
Se não a vós, tambem como eu contente,
Que bem sei que o serieis facilmente:

E ao longo de huma clara e pura fonte,
Que em borbulhas nascendo, convidasse
Ao doce passarinho, que vos conte
Quem da cara consorte o apartasse;
Depois, cobrindo a neve o verde monte,
Ao gasalhado o frio nos levasse,
Avivando o juizo ao doce estudo,
Mais certo manjar de alma, emfim, que tudo.

Cantara-nos aquelle, que tão claro
O fez o fogo da arvore phebea,
A qual elle em estylo grande e raro
Louvando o crystalino Sorga enfreia;
Tangera-nos na frauta Sanazaro,
Ora nos montes, ora por a areia;
Passara celebrando o Tejo ufano
O brando e doce Lasso castelhano.

E comnosco tambem se achara aquella,
Cuja lembrança e cujo claro gesto
N'alma sómente vejo, por que n'ella
Está em essencia puro e manifesto;
Por alta influição de minha estrella
Mitigando o rigor do peito honesto,
Entretecendo rosas nos cabellos,
De que tomasse a luz o sol em vel-os;
. . . .

Mas por onde me leva a phantasia?
Porque imagino eu bemaventuranças,
Se tão longe a Fortuna me desvia,
Que inda me não consente as esperanças?
Se *um novo pensamento* Amor me cria
Onde o logar, o tempo, as esquivanças
Do bem me fazem tão desamparado,
Que não póde ser mais que imaginado?

Um novo Pensamento era a idealisação em que andava da Epopêa nacional, a que o amor viera dar um maior relêvo, para impôr a sua supremacia mental; elle mesmo o confessara a Catherina de Athaide. N'este naufragio da vida em que se via envolvido, o seu desamparo difficultava-lhe a realisação d'esse Pensamento novo. Na tediosa vida da guarnição militar de Ceuta refugiava-se n'esse Pensamento, deixando nas imagens e comparações poeticas as impressões immediatas que ia recebendo.

A comparação da valentia do Condestavel Nun'alvares Pereira equiparada á do leão, na bella estrophe 34 do canto IV dos *Lusiadas*, tem sido considerada como inspirada pelas impressões directas do tempo da estação de Camões em Ceuta:

Está ali Nuno, qual *pelos outeiros*
De Ceita está o fortissimo leão,
Que cercado se vê dos cavalleiros,
Que os campos vão correr de Tetuão;
Perseguem-no co'as lanças, e elle iroso
Torvado um pouco está, mas não medroso.

No seu estudo *A Fauna dos Lusiadas*, observa o Dr. Balthazar Osorio: «Poderia talvez julgar-se que este facto, o leão cercado por cavalleiros portuguezes, não encontraria

documento historico que o comprovasse, e que a estrophe transcripta contém apenas uma phantasia do Poeta, esquecendo-se que elle é sempre exacto em tudo que conta ou a que se refere. Todavia a caça aos leões era passatempo vulgar entre os nossos fronteiros do Moghreb; quando lhes faltavam mouros para combater, o que era raro, iam desafiar os leões no fôjo, isto talvez para que o vigor não esmorecesse ou para que o ânimo se não quebrantasse.» E para fundamentar este asserto, transcreve dos *Annaes de D. João III* este quadro, tracejado por Frei Luiz de Sousa: «e cerraremos este capitulo com umas perigosas montarias de leões, a que o Conde era tão affeiçoado, como se foram de muito passatempo. Disseram-lhe um dia, que no valle dos Borrazeiros estavam dois leões que tinham morto um cavallo: mandou logo vir lanças d'arremêço, e espingardeiros a cavallo, e bater o mato. A poucos golpes saltou fóra um dos dois, e vendo-se cercado de cavallaria e de muitos cães, poz as mãos em alguns, e assi os abriu e matou logo, sendo assás bravos, como se foram cordeirinhos. Tirou-lhe o Conde primeira lança e pregou-lh'a de maneira que o leão se sintiu, e acudindo á dor lançou mão da lança, e logo correu a vingar-se, mas em continente foy passado de outras; porque D. Francisco acudindo a seu pae, e Fernão da Silva que com elle estava, empenaram no leão cada um sua lança; e D. Francisco não contente com o arremêço, tomando nas mãos outra de monte, poz as pernas ao cavallo e o foi encontrar a todo o correr, de sorte que lh'a ensopou no corpo.

*

Mas não lhe houvera de sahir bem o lance, se não fôra soccorrido do Conde, que com segunda lançada varou o leão de parte a parte, e logo o cravaram tantas dos cavalleiros que ficou estirado, e o Conde o mandou levar em uma azémola á Condessa, que muito aborrecia taes presentes.» (*Annaes*, p. 295.)

No canto IV dos *Lusiadas*, estancias 36 e 37, ha uma outra comparação, que se torna realidade em um facto narrado por Fr. Luiz de Sousa, nos *Annaes de D. João III*:

> Qual parida leôa, fera e brava,
> Que os filhos, que no ninho sós estão,
> Sentiu, que emquanto pasto lhe buscara
> O pastor de Massylia lh'os furtara.
>
> Corre raivosa, e freme, e com bramidos
> Os montes Sete Irmãos atrôa e abala.

Eis a passagem de Frei Luiz de Sousa, succedida com Antonio Leite, capitão de Mazagão: «tendo novas de uma leôa, que com dous filhos já grandes lhe tinha feito dano em um fato de gado, se foi a ella com nove de cavallo, e fazendo-lhe tiro um bésteiro de cavallo por nome Antonio Rodrigues, a leôa sahiu a elle, e colheu o cavallo pelas ancas com unhas e dentes; o cavalleiro esteve tão acordado que levou da espada e a feriu em uma pá; e cahindo logo o cavallo, e elle juntamente, se levantou ligeiro em pé, e com a espada na mão e gentil ár deu ao andar pera a leôa, que todavia com estar brava e muito assanhada o arreceiou; e fez volta bramindo, e correu contra outros cavalleiros e a ambos feriu os cavallos: e todavia não pôde escapar

a tantos e ficou morta. Mas affirma o capitão, que tendo morto muitos outros leões, não vira nenhum egual a esta, nem em ferocidade nem em ligeireza.» (*Ib.*, p. 209.)

E' para reparar que estas duas comparações se encontram ambas no Canto IV dos *Lusiadas*, que o Dr. Storck julga já andar em elaboração, quando o poeta esteve na guarnição de Ceuta.

Na Egloga VII *Os Faunos*, traz comparações da zoologia africana:

> Nas Lybicas montanhas,
> As Scitalas são féras, de pintura
> Tão singular, que co'a vista encantam,
> As hyenas levantam
> A voz tão natural á voz humana,
> Que a quem as ouve, facilmente engana.

A vida na guarnição militar nas possessões de Africa acha-se descripta em umas *Trovas de Manoel Pereira d'Ocem, estando em Arzilla, a um seu amigo, que estava em Portugal, em que lhe dá novas de si e da Terra.* [1] Juromenha publicou essas Trovas em nome de Camões, inferindo d'ellas factos biographicos do poeta; [2] mas reconhecido o seu verdadeiro auctor, são sempre aproveitaveis para a vida do poeta, representando-nos o meio militar em que passou dois annos:

---

[1] Publicadas no *Cancioneiro geral* de A. F. Barata. Evora 1902.

[2] *Obras*, t. IV, p. 147 a 159. D. Carolina Michaëlis, que examinou o Ms. do Cancioneiro impresso por Barata, procedeu a essa restituição do apocrypho camoniano, indicação seguida pelo Dr. Storck. (Vid. *Zeitschift fur romanische Litteratur*, vol. VII, p. 416.)

Melhor fôra ter caladas
As novas que ha n'esta terra,
Pois aonde vim buscar guerra
Sómente achei badaladas.
Assim estou tão enfadado...

A gente é peor em dobro,
As vergonhas são perdidas,
Fallam das alheias vidas
E põem as armas em cobro.
Poucos hão medo á vergonha,
E a mui poucos se hade ouvir:
Mais vale morrer com honra
Que deshonrado bivir.

Não ha conversação como d'antes
Por que ha mister cem mil tentos
Com moradores praguentos
E fronteiros mui galantes...

Nenhum remedio a meus danos
Vejo por alguma via,
Senão vendo aquelle dia
Que hade ser fim de dois annos...

Da guerra novas mais certas
Brevemente são contadas,
No verão portas fechadas,
No inverno pouco abertas.
Qualquer Mouro desmandado,
Nos commette sem n'hum pejo.
E — aquelle postigo viejo,
Que sempre esteve fechado.

Isto não é praguejar,
Mas toda a culpa é da fome,
Porque gente que não come
Mal poderá pelejar...

Tudo são queixas em vão,
E tudo são vãos clamores,
Capitão dos moradores,
Elles contra o Capitão...

E em uma segunda Carta, Manoel Pereira de Ocem exprime a mesma melancholia camoniana, terminando cada estrophe com dois versos centonicos de romances velhos:

Andando só, como digo,
Apartado da manada,
Fazendo contas commigo,
Que emfim não fundem nada...

Vinham de esporas douradas
E vestidos de alegria,
Com adargas embraçadas,
La flor de la Berberia...

Gentes de muitas maneiras
E de diversas feições,
Corriam a estas tranqueiras
Como a ganhar perdões;...

Contar feitos esquecidos
E' muito contra minh'arte,
Houve mortos e feridos.
Houve mal de parte a parte.

Quizera dizer-vos mais,
Mas pois vos não digo tudo,
Fazei conta que sou mudo
E entendei-me por sinaes.

N'estas duas Cartas em trovas de Manoel Pereira de Ocem, além da vida desconfortada da guarnição descreve-se uma d'essas frequentes escaramuças contra os assaltos dos bandos berberes nas suas depradações e surprezas. Foi n'uma d'estas escaramuças aventurosas e inglorias que perdeu Camões o olho direito, em risco de morte por falta de tratamento. Deixando a lenda infundada de um

combate naval batendo-se ao lado de seu pae, como conta Faria e Sousa, é certo o facto, que «*perdió el ojo derecho*, aviendole dado en el una centella de un canonazo.» (*Vida seg.*, § 14.) Na Canção XI, em que o Poeta recapitula toda a sua vida, allude ao facto de ter provado o fructo acerbo de Marte nos olhos, em que ficou a marca do infesto fogo. No retrato gravado, cópia de um retrato a oleo, que se publicou em 1624 nos *Discursos varios* de Manel Severim de Faria, é representado Camões de meio corpo, de tres quartos para a esquerda, cego do *olho direito;* authentíca a nobre cicatriz do poeta.[1] Tambem na Carta primeira da India chasquêa do seu defeito, ao qual torna a apontar em um magoado Epigramma, e no A B C feito em motes:

> Galathêa sois, senhora,
> Da fermosura extremo,
> E eu perdido *Polyphemo.*

Segundo os costumes da epoca, o serviço em Ceuta era obrigatorio por *dois annos*, para poder-se entrar na posse de qualquer rendosa commenda. Foi cumprindo este requesito, que Gonçalo Mendes de Sá, o primogenito de Sá de Miranda, morreu em 1553 na

---

[1] Nas copias d'esta gravura inverteu-se por impericia a imagem, ficando Camões cego do *olho esquerdo* na copia de 1639, na de 1641, e na de 1731. Faria e Sousa fez uma copia á penna de um retráto a oleo, que pertencera ao licenciado Manoel Corrêa; n'elle estava leso o *olho direito.*

*

surpreza perto de Ceuta, desastre memoravel na historia portugueza. Manoel Pereira de Ocem, que se achava em Arzilla, assim o confirma na Carta:

> Nenhum remedio a meus danos
> Vejo por alguma via,
> Senão vendo *aquelle dia*
> *Que hade ser fim de dois annos.*

O que determinaria o regresso de Camões a Lisboa, e como fixar-lhe a data? Em Novembro de 1549, o velho Capitão de Ceuta, D. Affonso de Noronha, foi chamado á côrte para partir para a India como Vice-rei na Armada de 1550. Camões acompanhou-o para Lisboa, no empenho de seguir com o valente cavalleiro para a India. A resolução do poeta, abandonando agora o pensamento africano, que tanto o inspirava no seu ideal épico, obedecia ao desgosto da inanidade de todo o esforço, vendo desmoronar-se o Imperio que os antepassados cimentaram com o seu sangue. Em 1549, mandou D. João III que se abandonasse Arzilla e Alcácer-Ceguer; a demora de Camões em Africa era um confrangimento de espirito. A India apparecia-lhe agora como a miragem da Éra dos Descobrimentos, e lá esperava encontrar as tradições vivas do heroismo, com que fôra fundado o Imperio oriental. Não era o ânimo de lucro que o impellia para a India, mas a ardente aspiração de dar realidade ao *novo Pensamento*. O abandono de Arzilla e Alcacer Ceguér deixou o vestigio da sua lethal impressão nos versos de outros poetas; por ventura as Outavas em endechas sobre o despejo de

Arzilla, de um anonymo, pertenceriam a Manoel Pereira de Ocem?

Desde que Dom João III mandou abandonar Arzilla em 1549, considerando mais vantajosa a concentração de forças na India por se segurar e explorar com mais vantagem aquelle remotissimo imperio, a Africa tornava-se um campo esteril para o heroismo portuguez. Este golpe abrupto na aspiração de Camões, que comprehendia a necessidade da acção de Portugal no norte de Africa para salvaguardar a segurança das nações meridionaes, veiu desnorteal-o na sua actividade pensando em acompanhar para a India Dom Affonso de Noronha, que fôra chamado pelo rei. O abandono de Arzilla deixou um ecco doloroso na poesia d'esse tempo; existem umas Outavas em endechas *Sobre o despejo de Arzila em dia de S. Bartholomeu*, narrando o vergonhoso acontecimento:

> Quem a meu pranto dará companhia
> Que faz a meus olhos de lagrimas fontes,
> Para de novo chorar pelos montes,
> Que a filha de Jove mil annos carpia:
> Arzilla mui cheia de cavalleria,
> Que a Mouros e Africa fez tão crûa guerra,
> Soo jaz agora desfeita por terra,
> Deixada por medo a quem a temia.
>
> . . . .
>
> Oh quanto ditosos e bem afortundos
> Foram aquelles, a quem a ventura
> No campo de Arzila lhes deu sepultura,
> Antes que vissem seus campos deixados.
> Morreram por Patria, por pram de seus fados,
> Mas vós, os que vivos de Arzilla partistes,
> Em a ultima hora dos olhos a vistes,
> Deveis para sempre ser magoados:

Vós outros, soldados, soccorro e repairo
Que Arzilla perdendo máo soldo ganhastes,
Dizei-me se vistes por terras que andastes
D'algũa outra terra tão séstro fadairo?
Se algum antre vós, cruel ou cossairo,
Se esteve sem dor a vêr tal perdimento,
Em tudo veria signaes de lamento.
Em tudo má sombra e triste doairo.

. . . .

As môças de Arzila se foram chorosas,
Deixaram desertas as suas janellas,
Aonde os mancebos as viam a ellas
Em dias alegres, louçãs e formosas:

. . . .

Alcacer-Ceguer, rasão é que chores
Com estes logares comtigo fadados
A seres em breve a Mouros tornados,
Como cabanas de vagos pastores!
Aqui não vos canto os vossos louvores,
Que musica em nôjo seria importuna;
Fez seu officio comvosco a fortuna,
E fez outras vezes com Reys e senhores.

O auctor anonymo d'estas vinte e quatro Outavas vivia em Tanger, e receiava que chegasse a vez de ser tambem abandonada:

Cidade de Tangere, filha de Anteo,
Mais nobre, antiga das que Africa tinha,
Por vêres pelada a barba visinha
A tua de môlho terás com receio.
Nunca tu venhas a ter rey alheo,
Nem vás na ruina dos outros logares
Nem influencia esquerda de mares
Assi te persigua per curso tão feo.

A este poemeto seguem-se mais vinte estrophes a D. Duarte de Menezes, por mandar

deitar fóra de Tanger o auctor do lamento *Sobre o despojo de Arzila.*[1]

Em 1542, quando já a Inquisição funccionava sanguinosamente em Portugal, e os Jesuitas começavam a sua deleteria direcção espiritual na côrte, consignou Camões esta tremenda crise nacional, referindo-a em um Soneto ao Duque D. Theodosio:

> Ao novo Portugal, que agora vêmos
> Tão differente do seu sêr primeiro.
>
> (Sonet. xxi.)

Poucos annos eram decorridos, e essa degradação tornara-se mais temerosa, como o comêço de um desmoronamento, de inevitavel ruina. Os annos da guarnição de Ceuta fizeram-o vêr de perto como se dissolvia o glorioso Imperio africano, reduzido já ao despojo mesquinho de Ceuta, Tanger e Tetuão! O sentimento de glorificação enthuziastica que inspirava Camões para elaborar o Canto heroico, misturava-se com um presentimento de ruina, que agora imprimia a anciedade do protesto, a furia grande do Pregão eterno, que libertasse o ninho seu paterno da lei da morte. A desolação da Africa portugueza deu á sua Lyra mais afamada que ditosa, este timbre, que nos eternisa na historia. *India e Brasil*, como observou Sá de Miranda, eram a vertigem da attracção pelo espirito de ganancia, que maculava até os fortes caracteres; Camões resolveu partir para a India, para retemperar o seu ideal na tradição viva do

---

[1] *Obras ineditas.* Ed. Caminha, t. I, 194 a 212.

heroismo portuguez. Em nada o preoccupavam as riquezas: «não lhe duravam os bens temporaes mais que em quanto elle não via occasião de os despender a seu belprazer.» Foi este traço do seu caracter que os contemporaneos transmittiram a Mariz, seu primeiro biographo; esse traço explica os annos tormentosos no Oriente.

C) Regresso de Camões a Lisboa, até á partida para a India (1550-1553)

Aproveitando a vinda de D. Affonso de Noronha, chamado a Lisboa para ir desempenhar o triennio de Vice-Rei na India, Camões regressou na matalotagem, decidido a acompanhal-o na Armada que tinha de partir por Abril ou Maio de 1550. Seduzia-o um mais vasto campo de acção; é natural, mesmo, que pelas qualidades de bravura que mostrou nos recontros em Africa, e sobretudo pela lucidez do seu espirito, Dom Affonso de Noronha, que bem conhecia a intimidade de Camões com seu sobrinho D. Antão de Noronha, lhe afagasse a ideia de alistar-se na Armada que ia partir para a India.

O regresso de Ceuta em fins de Novembro, attentos os dez dias de viagem ordinaria, leva a fixar a chegada a Lisboa em comêços de Dezembro de 1549. Seus paes moravam então á Mouraria, esse antigo arrabalde de Lisboa concedido, depois da tomada da cidade em 1147, aos Mouros, o qual desde o tempo do rei D. Manoel se tornara um populoso bairro, rompendo a antiga muralha,

em que ainda subsiste a primitiva porta (o Arco do Marquez de Alegrete).

Sómente em 1 de Maio de 1550 é que a Armada partiu, commandada por Fernão Lopes de Albergaria; era composta da Náo San Pedro, (vulgarmente denominada dos *Burgalezes)* da Frol de la Mar, Santa Cruz, Trindade e a caravella S. João. [1] Figueiredo Falcão fixa a partida em 28 de Março. E' certo que fez Camões o seu alistamento; a demora de Março até Maio deu occasião ao poeta para reflectir e deixar-se possuir de novas esperanças na carreira litteraria, ficando em Lisboa. O seu alistamento consta do apontamento que em 1643 foi conhecido por Manoel de Faria e Souza, em fórma de extracto ou Registro resumido dos Livros da Casa da India, em que se transcreveu esta inscripção referente a 1550:

« *Luiz de Camões, filho de Simão Vaz e Anna de Sá, moradores em Lisboa, á Mouraria, Escudeiro, de vinte e cinco annos, barbiruivo; trouxe por fiador a seu pae; vae na Náo San Pedro dos Burgalezes.* »

A este texto abreviado do termo official, accrescenta Faria e Sousa: « Esta Nave era la en que iba el Vi-Rey que entonces passava a la India; e su nombre Don Alonso de Noroña. Estos assientos se hazian en titulos differentes, conforme el puesto en que cada persona iba a servir. Y el Poeta estava as-

---

[1] Figueiredo Falcão, *Indice de toda a Fazenda*, p. 163; Couto aponta em logar da Trindade e Santa Cruz, a Biscainha e Sant'Anna.

sentado en el titulo de los — *Hombres de Armas.*» E termina o acerrimo commentador: «Aunque el Poeta se huviesse alistado el ano de 1550, *no se embarcó;* etc.»

Lembrou-se o Dr. Storck de affirmar e sustentar com argumentos dialecticos, que o Assento da Casa da India era um documento falso fabricado pela má fé de Faria e Sousa: «E' verdade que a obra de fancaria, publicada em 1685, gosou a fama e disfructou as honras de um authentico documento official, durante dois seculos e tanto, illudindo toda a gente,...» (*Vida e Obr.*, p. 127.) «E visto que, desde a memoravel data em que Faria e Sousa descobriu os seus assentamentos, todos os biographos do Poeta coordenam a sua vida sobre a base dos taes documentos pseudo-authenticos, e em conformidade com elles» vae Storck, quanto ás passagens que dizem respeito á edade de Camões, «analysal-as uma por uma, distinguindo bem entre os dizeres do pretendido documento official e os ingredientes addicionados pelo glossador apaixonado e preoccupado.» Começa o exame, tendo esclarecido, que em 1643 Faria e Sousa estava em Madrid; e transcreve a passagem explicativa com que o commentador dá conta da sua descoberta:

«*Pero el año 1643 vino a mis manos un Registro de la Casa de la India de Lisboa, de todas las personas principales que passaron a servir en la India desde el año 1500 hasta estes nuestros años.*»

Contra isto applica o Dr. Storck o seu processo logico, para mostrar que era uma falsificação de Faria e Sousa: «As listas

abrangiam, dil-o elle, os annos de 1500 a 1643 — um periodo de cento e quarenta e tres annos. — Saíam annualmente de Lisboa para a India uns sete navios, termo médio. A cada náo e á sua companha de 400 a 500 homens, entre marinheiros e soldados, competia um livro ou registro especial: o assentamento de todos elles, com os seus nomes inteiros e mais pertences, exigia, sem duvida alguma, muitas folhas de papel grande. — Pode-se calcular que, durante o periodo especificado, uns 450:000 lançamentos encheriam perto de mil in-folios! A fanfarronice de ter tido á mão, em Madrid, o *Registro geral* completo, teria sido um erro demasiadamente palmar, indigno da finura de um Faria e Sousa. Eis por que elle subtilisou a ponto de dar com o expediente do seu *extracto official*...

«Restaria ainda saber como foi que Sousa arranjou em Madrid, a quinhentos kilometros de Lisboa, o tal registro simplificado? Podiam dispensal-o na capital, onde sem duvida se conservava para fins administrativos?»

E enfiando uma série de perguntas desconnexas, a que não espera resposta, conclue: «Muito embora gerações successivas dessem credito ao impostor, durante dois seculos, as rasões extrinsecas já adduzidas seriam sufficientes, segundo me parece, para eu pôr de parte, em nome da critica camoniana, os contos da carochinha narrados por Faria e Sousa.» (*Ib.*, p. 133.)

O Dr. Storck começou por não comprehender o sentido das palavras de Faria e Sousa, confundindo *um Registro* com *o Registro* authentico da Casa da India, que con-

stava de centenares de volumes; e *un Registro* significava uma Lista resumida contendo apenas a indicação «*de las personas mas principales que passaron a servir en la India*»; vê-se consequentemente que quem compilou esse Registro extra-officialmente se limitou a transcrever sómente os nomes de pessoas a que ligava interesse historico ou genealogico. Se o Dr. Storck tivesse entendido o facto, não faria a pergunta: «Que significa, em especial, um *Registro da Casa da India das pessoas mais principaes*? Linschoten não conhece tal registro reservado exclusivamente para as pessoas mais illustradas. Em primeiro logar seria extremamente singular que officialmente se elaborasse um registo de tal feitio, tão pouco pratico e prestadio; e em segundo logar, que bitola estabelecer para a *illustração* das pessoas? Os ascendentes? os titulos? ou antes o pôsto que cada um occupava no serviço militar e naval? — N'uma palavra, parece-me impossivel dar com as rasões que poderiam ter levado á elaboração, além da matricula geral, de um rol authentico, peculiar e especial da fidalguia, continuado n'este sentido durante mais de cento e quarenta annos, apesar de não ter prol nem proveito para ninguem!

«O registro, que se diz ido ás mãos de Faria e Sousa, nunca existiu, portanto. Deve ser uma obra de phantasia, ou em bom portuguez uma falsificação.» (*Ib.*, 131.)

O Dr. Storck é que levantou este moinho de vento, fazendo de uma Lista de apontamentos das *principaes pessoas* que foram servir á India, de curiosidade particular, um Re-

gisto authentico, official, absurdo como resumo e inepto como especial da fidalguia, concluindo triumphantemente que era uma invenção de Faria e Sousa.

Podé-se hoje vêr esse livro, a que allude Faria e Sousa; é o Manuscripto N.º 123 da Collecção pombalina, que tem o titulo: *Memoria das Pessoas que passaram á India nos annos de 1504 a 1628*... que tirámos dos Livros da Casa da India, etc.

Ahi vem a indicação das Armadas nos annos successivos, com alguns nomes de individuos, a que se ligou mais interesse; e quando se chega ao anno de 1550, faltam as folhas que alcançam os annos em que se deveria encontrar apontada a Armada em que seguiu Camões para a India. Vê-se que uma feroz curiosidade levou a esse vandalismo desgraçado. Mas nem por isso o Livro deixa de ser uma Lista, Memoria ou Registo *das principaes pessoas*, que passaram á India. O mesmo vandalismo se deu com os Manuscriptos genealogicos de Manoel Severim de Faria extrahidos da Torre do Tombo, quando ella estava no Castello de S. Jorge, ficando em branco as paginas relativas á familia de Camões. (Jur., *Obr.*, I, p. XI.) O logar truncado do Ms. 123 denuncía o interesse exclusivo do apontamento. D'esta Memoria nos servimos já com vantagem para a resolução do problema de Christovam Falcão se na realidade embarcara para a India. [1] O Dr. Storck teve a infelicidade de ser levado ao

[1] *Bernardim Ribeiro e o Bucolismo*, p. 335. Porto, 1897.

seu negativismo fiando-se na deploravel biographia do *Album Camoniano.*[1]

Porque não embarcaria Camões para a India em 1550? Segundo uma tradição vaga, consignada por Severim de Faria, alentaram-o grandes esperanças litterarias: «parece que esta arte (a Poesia) o trouxe outra vez a Lisboa, onde continuou algum tempo...» E completando a noticia tradicional, escreve Se-

---

[1] Contra os factos indicados por Faria e Sousa oppõe o Dr. Storck uma das suas hypotheses gratuitas: que «Simão Vaz já não era entre os vivos no anno de 1550;» concluindo, que não podia ser Camões tratado de *escudeiro*, competindo-lhe de direito o titulo de *cavalleiro-fidalgo;* e tambem que «Anna de Sá não era a mãe carnal do poeta; e, segundo todas as probabilidades, ainda não residia n'aquelles tempos no bairro da Mouraria de Lisboa.» (*Ib.*, p. 133) Para se conhecer que não é falso o apontamento de Faria e Sousa basta notar, que elle traz o nome de *Simão Vaz* tal como se acha no alvará de 1529, que o naturalisa cidadão de Lisboa, e na carta de perdão a Camões, em 1553; nem Faria se afastaria dos linhagistas que davam á mãe de Camões o nome de *Anna de Macedo*, apparecendo sómente nos documentos officiaes e authenticos o nome de *Anna de Sá*, como no da tença de 1585 Para tomar este apontamento de Faria como falso é preciso acreditar nas seguintes hypotheses infundadas do Dr Storck: Que nascera Camões em Coimbra e que até 1550 ahi vivera sua madrasta Anna de Sá; que fôra sua mãe uma Anna de Macedo, já fallecida; e que seu pae Simão Vaz já não era vivo em 1550, sendo impossivel que «o defuncto de ha muito affiançasse a pessoa de Luis Vaz.»

D. Carolina Michaelis, escreve na saa edição dos *Lusiadas* (Bibliotheca romanica N.º 10): «Postoque Faria e Sousa seja em geral guia pouco seguro, os seus dizeres acerca de um alistamento anterior (em 1550) rescindido por motivos ignorados, talvez nao sejam invenção pura.»

verim: «Tornando ao Reino, ou por causa dos amores da Côrte, ou *por vêr que as flores da sua poesia lhe não davam fructo, como costumam, determinou de se passar á India.*» De 1550 a 1553 é o periodo das carinhosas esperanças; durante tres annos que esteve na côrte, apesar de todas as invejas e intrigas, deixou-se embalar por ellas, até que descorsoado ou vencido, como diz na Carta I da India: «mandei enforcar *a quantas esperanças dera de comer até então* com pregão publico: por falsificadoras de moeda. E desenganei *esses pensamentos que por casa trazia*, por que em mim não ficasse pedra sobre pedra.»

A confissão do poeta concorda com a tradição apontada pelo seu segundo biographo. Hoje podemos precisar historicamente a situação. Em 1550 o princepe D. João, acompanhara seu pae D. João III em visita á Universidade de Coimbra, com grande interesse mental, revelando um fervoroso gosto pela poesia e litteratura; quer pela influencia domestica de seus tios os Infantes D. Luiz, D. Duarte, e D. Maria, que versificavam, ou pela boa cultura dada por seu mestre o Dr. Antonio Pinheiro, chamado directamente de Paris para encarreger se da sua educação, é certo que o princepe D. João empregou o prestigio da sua alta cathegoria para que os Poetas portuguezes lhe enviassem as suas obras, que estavam na quasi totalidade manuscriptas e ineditas. O poeta mais admirado e venerado d'essa época, o Dr. Francisco de Sá de Miranda, que havia abandonado a côrte, o favor de D. João III, e se refugiara

estoicamente na sua quinta da Tapada, por pedido expresso do princepe trasladava os seus versos, enviando-lh'os por tres vezes; [1] as poesias de Sá de Miranda, hoje difficilmente apreciadas pelo vulgar leitor, eram no seculo XVI um encanto para as damas, como se vê por um Soneto de André Falcão de Resende: *A huma dama que lia por o livro de Francisco de Sá de Miranda.*

O afamado poeta do Cancioneiro geral, João Rodrigues de Sá, era o Camareiro mór do Princepe D. João; do seu talento poetico escreve Frei Manoel da Esperança, na *Historia seraphica*: «A este respeito celebrou a sua frescura (sc. do rio Leça) a Musa galante do insigne portuguez João Rodrigues de Sá com a Canção que dizia:

> Oh rio de Leça,
> Como corres manso!
> Se eu tiver descanso
> Em ti começa. [2]

D. Garcia de Almeida, que foi o primeiro Reitor da Universidade de Coimbra, era o Védor da Casa do Princepe D. João. Dom Manoel de Portugal, filho do 1.º Conde de Vimioso e de D. Joanna de Vilhena, sua segunda mulher, por especial consideração do seu talento poetico mereceu que D. João III lhe concedesse a *entrada livre* no palacio do

[1] Estes cadernos, taes como foram mandados ao Princepe D. João III, estão hoje publicados na incomparavel edição das *Poesias* de Sá de Miranda, feita por D. Carolina Michaelis.

[2] Op. cit., p. 178.

princepe D. João; Sá de Miranda o estimava em extremo, e dirigia-lhe composições suas, depois que D. Manoel de Portugal regressara em 1542 da Italia. Fernão da Silveira, tambem offertou os seus *Poemas*, hoje perdidos, ao Princepe D. João, que em carta escripta de Almeirim a 4 de Março de 1551, lh'os mandou pedir; e por carta de 22 de Janeiro de 1552, os mandara copiar pelo seu môço da camara Luiz Vicente, filho do fundador do Theatro portuguez. [1] Jorge Ferreira de Vasconcellos, vivendo na intimidade do princepe, para elle passou a limpo a sua Comedia *Euphrosina*, e em 1554, publicou em Coimbra os *Triumphos de Sagramor*, em que se tratam os Feitos dos Cavalleiros da Segunda Tavola Redonda. *Dedicado ao Princepe Dom João*. Pelo talento da poesia é que João Lo-

---

[1] No Obituario da Misericordia de Evora vem falecido em 27 de Março de 1568: *Fernão da Silveira*, filho do Coudel-mór.

Em 1551, o principe D. João escrevia a Fernão da Silveira, que vivia em Evora, pedindo-lhe os seus versos:

«Fernão da Silveira. Eu o Princepe vos envio muito saudar. Porque receberei grande contentamento com vêr todas as Obras que tendes feito, vos recommendo muito me queiraes enviar o traslado d'ellas, e não deixeis alguma de que m'o não envieis; e quanto mais breve o fizerdes, tanto mais prazer receberei e tanto mais vol-o agradecerei. Escripta em Almeirim, em 4 de Março de 1551. Princepe.»

Na sua impaciencia de obter copia dos versos de Fernão da Silveira, mandou o Princepe o seu secretario, môço da camara, Luiz Vicente, filho de Gil Vicente, em fins de janeiro de 1552, para fazer todo o traslado. Levava o copista a seguinte carta:

«Eu o Princepe, vos envio muito saudar. Pelo que

pes Leitão foi readmittido na côrte, como pagem da lança do princepe. Era para ser dedicada ao princepe, que o Dr. Antonio Ferreira, ainda nos estudos de Coimbra, escrevia a sua Comedia *Bristo*. Brilhava outra vez a poesia na côrte, como se vê pelos innumeros poetas fidalgos que collaboravam com Pedro de Andrade Caminha, da casa do Infante D. Duarte. O poeta Filippe de Aguilar, primo de Catherina de Athayde, era filho do trinchante-mór do princepe.

Com quanta rasão podia Camões ter esperanças de se mudar a sua sorte adversa, vendo que havia um princepe joven que protegia o talento e apreciava a bella poesia. Foram com certeza estas as esperanças que nutria, e de que falla desalentado na Carta I da India.[1] Por isso que era Camões reconhe-

---

me escrevestes por uma carta vossa ácerca de vos mandar alguns escrivães para trasladarem as vossas Obras, que os dias passados vos mandei pedir; envio agora Luiz Vicente, meu moço da Camara, que he bom escrivão para as trasladar e m'as trazer; e cumprindo tomar alguns outros escrivães mais, elle o fará, por que assim lh'o mandei que o fizesse e vae provido de todo o necessario para assim o fazer; encommendo-vos muito que lhe deis todo o aviamento para lhe cumprir, por quanto mais cedo vierem vossas Obras, mais folgarei. Antonio Fernão a fez em Almeirim, a 29 dias do mez de janeiro de 1552 annos. (Nobiliario da Familia dos Silveiras, fl. 212. Ms. da Bibl. do Porto.)

O traslado em grande folio teve por titulo *Poemas de Fernão da Silveira, Senhor de Sarzedas, dedicado ao Princepe Dom João*. Conservou-se na Livraria do Duque de Lafões. Descreve-o Barbosa Machado.

[1] O Dr. Storck acceitou este nosso modo de vêr e dá-lhe relêvo. (*Vida* p. 408.)

cido como um genio pelo seu intenso lyrismo, empregaram-se logo os meios odiosos da calumnia e damnadas tenções para evitarem a sua aproximação do princepe. Camões ainda procura o valimento de pessoas sérias para vencer essa corrente traiçoeira. E' ao grande humanista Dr. Antonio Pinheiro, o pedagogo do Princepe D. João, que endereça o Soneto CXC, allusivo ao seu tentâme de Epopêa portugueza:

Despois que viu Cybele o corpo humano
Do formoso Atys seu verde *pinheiro*,
Em piedade o vão furor primeiro
Convertido, chorava o grave dano.

E, á sua dôr fazendo illustre engano,
A Jupiter pediu, que o verdadeiro
Prêço da nobre palma e do loureiro
Ao seu *pinheiro* desse, soberano.

Mais lhe concede o filho poderoso
Que, crescendo, as estrellas tocar possa,
Vendo os segredos lá do Céo superno.

Oh ditoso *pinheiro! Oh, mais ditoso*
Quem se vir coroar da rama vossa,
Cantando á vossa sombra Verso eterno.

Este Soneto foi sempre mal comprehendido pelos commentadores e biographos de Camões; Faria e Sousa foi de opinião que se referia a D. Rodrigo Pinheiro, bispo do Funchal, depois de Angra e por fim do Porto, nomeado Governador da Casa do Civel em 1548. Não fundamenta o asserto; simplesmente a allusão de Atys convertido em *pinheiro* tinha sido thema do poemeto de Cada-

val Gravio, *Pithyographia*, dedicado a esse bispo.[1]

Depois d'esta hypothese, apresenta Juromenha outra, tambem seguida pelo Dr. Storck: o Soneto CXC parece-lhe dedicado ao bispo D. Gonçalo Pinheiro, grande humanista e hebraisante, que fôra bispo de Tanger, e em 1543 embaixador junto de Francisco I, sendo nomeado ao voltar para Portugal desembargador do Paço por carta de 14 de Novembro de 1548, e transferido para o bispado de Viseu em 1553. Como D. Gonçalo Pinheiro assignou a Carta de perdão a Camões em 7 de Março de 1553, conclue Juromenha: «o certo é que a nomeação do bispo e a sahida do Poeta da prisão, foram successos que ambos tiveram logar no mesmo mez e anno de 1553, e esta coincidencia dá toda a probabilidade á nossa conjectura.» (*Obr.*, I, 53.)— «O Soneto — em o qual, debaixo da allegoria de um *pinheiro*, se dirige o Poeta a uma pessoa de elevada posição social d'este mesmo appellido, dá rasão para acreditar, que o bispo,

[1] O celebrado humanista gallego Cadaval Gravio (D. Alvaro Cadaval Valladares de Sotomayor) dedicou ao bispo do Porto D. Rodrigo Pinheiro um poemeto latino *Pithyographia*, em reconhecimento de ter sido hospedado na Quinta da Maia. Ahi descreve um *Pinheiro* em que cantam as aves: e a metamorphose da nympha Pitys e de Atis em pinheiro. Foi o poemeto impresso em Lisboa em 1568, contendo mais: — *Epitaphio* em louvor da Princeza D. Maria, primeira esposa de Philippe II; o *Encomiasticon Carmen* a D. Gaspar Avelaneda de Zuniga; a *Brachiologia* ao Infante D. Duarte, neto de D. Manoel, e um Carmen a Ruy Gomes da Silva.

que antes o tinha sido de Tanger na Africa, e que talvez tivesse alli conhecido o Poeta, aproveitasse a sua recente nomeação, para impetrar por esta occasião como graça especial do soberano, a soltura do poeta.» *(Ib.*, 52.) Contra esta generosa hypothese a favor de D. Gonçalo Pinheiro, oppõe D. Carolina Michaëlis: «Pena é, sómente, que o Soneto não contenha um unico pensamento ou palavra allusiva á protecção que o prelado se dignou dispensar a Camões, nem ao goso da liberdade, alcançada ao cabo de mezes de enfadonha prisão! — Apenas — e nas ultimas tres linhas o desejo de cantar o Verso eterno dos *Lusiadas* á sombra de um Pinheiro. De reconhecimento nem uma palavra.» *(Vida*, p. 428, not. *) E' bem considerado.

O *pinheiro*, a quem foi concedido o prêço do loureiro e da palma, é o Dr. Antonio Pinheiro, laureado nas cathedras de Paris, onde regera Rhetorica e Theologia, d'onde veiu em 1545 chamado para mestre do Princepe Dom João. Foi n'essa epoca venturosa de Camões na côrte, que o Dr. Antonio Pinheiro teve occasião de admirar-lhe o genio poetico. Na sua elevação a Bispo de Miranda, como diz o Poeta, é que ficou — «Vendo os *segredos lá do Céo* superno.» Por ventura o Soneto foi dirigido a D. Antonio Pinheiro em 1551, quando elle fez a *Pregação funebre* por mandado de D. João III, *no dia da trasladação dos ossos do muito alto e mui poderoso princepe El rey D. Manoel, seu pay, e a Rainha D. Maria, sua mãe, de louvada memoria.* D. Antonio Pinheiro tinha uma excepcional importancia na côrte, e desde 1545 não havia

acto official apparatoso em que elle não fosse o orador; elle é que podia patrocinar Camões approximando-o do Princepe D. João, cantando á sua sombra *Verso eterno*. Mas... «foi este prelado um dos que deslealmente serviram as intrigas castelhanas no tempo do Cardeal Rei, que prepararam a entrega de Portugal ao ambicioso Philippe II.» (Jur.; *Ob.*, II, 468.)

Camões vendo que D. Antonio Pinheiro devia a sua situação de mestre do Princepe ao jesuita Padre Simão Rodrigues, comprehenderia a inefficacia do seu valimento notando agora como o mesmo jesuita, sob um aspecto benigno, movia na Inquisição de Lisboa em 1550 uma perseguição contra os professores do Collegio Real de Coimbra. Era o mesmo intrigante que machinara a ruina de Damião de Goes, demolindo a nova fundação do Collegio real em que ensinavam Humanidades os insignes professores que comsigo trouxera de França Mestre André de Gouvêa.

Como ficou exposto na *Historia da Universidade de Coimbra* em 1547, depois de D. João III ter renovado o pessoal docente mandando vir jurisconsultos celebres de Italia, confiou a André de Gouvêa a missão de vir fundar um Collegio de Artes e Humanidades, com professores por elle escolhidos. Ninguem melhor para tal encargo do que *le plus grand Principal de France*, como Montaigne caracterisou André de Gouvêa. O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra manifestou a sua hostilidade contra esta independencia da Universidade tendo um Collegio proprio. Mestre André de Gouvêa licenciara-se no Col-

legio de Bordéos, trazendo para Portugal um Collegio inteiro em que figuravam Diogo de Teive, o Dr. João da Costa, Jorge Buchanan e seu irmão Patricio Buchanan, Nicolás Grouchy, Guilherme Guerente, Elie Vinet, e outros vultos alguns distinctos na Renascença franceza. A hostilidade de Santa Cruz teve logo por bandeira os titulos de *Parisienses e Bordalezes*, em antipathia inconciliavel; os Cruzios primavam de terem estudado em Paris, em quanto que os do Collegio de Mestre André tinham vindo de Bordéos. Os Jesuitas aproveitaram estas dissidencias, e desde que André de Gouvêa morreu de doença repentina nos trabalhos da sua installação, facil foi despresar o Collegio Real, prendendo por denuncias de lutheranismo alguns dos mais notaveis professores, como Diogo de Teive, o Dr. João da Costa e o grande humanista George Buchanan. Os outros professores viram-se forçados a ausentarem-se de Portugal, e D. João III, dominado pelo P.e Simão Rodrigues, mandou entregar aos Jesuitas o Collegio Real, que se incorporou com o Collegio das Artes, fundado em Coimbra pela Companhia e dotado pelas rendas da Universidade. Qundo Camões chegou a Lisboa em fins de 1549 estava esta lucta travada, e em 1550 o P.e Simão Rodrigues era uma das testemunhas juradas contra a orthodoxia dos professores *bordalezes*; estavam presos na Inquisição de Lisboa, em julgamento Buchanan, Teive e o Dr João da Costa. O facto deixou-lhe a impressão da avidez e espirito de intriga dos *mil Religiosos diligentes*, que verberou nos *Lusiadas*. A perspectiva da florescencia hu-

manista sob o impulso de André de Gouvêa, e em que podia achar emprego a sua grande cultura litteraria, foi mais uma das esperanças de Camões que se desfez diante das perseguições que afastaram de Portugal os professores francezes, que viram os seus tres collegas nos carceres inquisitoriaes. Como é que D. Antonio Pinheiro, que era feitura dos Jesuitas, poderia interessar-se por Camões e quando alguns rivaes seus eram obececadamente reaccionarios?

N'este empenho de ser apreciado pelo intelligente princepe, serviu-se Camões da sua amisade e ainda parentesco com D. Manoel de Portugal, que bem conhecia todos os planos que andava elaborando para a formação de uma Epopêa portugueza. Dirigiu-lhe a Ode VII, intercalando aí aquelle verso de Sá de Miranda: *Senhor Dom Manoel de Portugal*, (Eclog. IV.) alludindo delicadamente ao grande louvor que merecera do iniciador da Eschola italiana, e de quem elle era um discipulo fervoroso:

A quem farão os Hymnos, Odes, Cantos
Em Thebas Amphion,
Em Lesbos Arion,
Se não a vós, *por quem restituida*
Se vê da Poesia já perdida
A honra e gloria egual,
Senhor Dom Manoel de Portugal?

Imitando os esp'ritos já passados,
Gentis, altos, reaes,
Honra benigna daes
A meu tão baixo quam zeloso engenho,
Por Mecenas a vós celebro e tenho;
E sacro o nome vosso
Farei, se alguma cousa em verso posso.

O rudo *Canto meu, que resuscita*
As honras sepultadas,
As palmas já passadas
Nos bellicosos campos lusitanos,
Para thezouro dos futuros annos,
Comvosco se defende
Da Lei lethêa, á qual tudo se rende.

Na vossa arvore ornada de honra e gloria,
Achou tronco excellente
A hera florescente
Para a minha até aqui de baixa estima;
N'ella, para trepar, se encosta e arrima;
E n'ella subireis
Tão alto, quanto os ramos estendeis

Esta Ode tem sido erradamente collocada no quadro da vida de Camões, attribuindo por ella a D. Manoel de Portugal o ter apresentado o poeta ao rei D. Sebastião para offerecer-lhe o poema dos *Lusiadas*. Hypothese gratuita; *a hera florescente*, que para *trepar* se encosta á arvore ornada, está indicando que isto se não passava na velhice do poeta, mas na sua mocidade. A protecção ou valimento de D. Manoel de Portugal para a reentrada na côrte, como se expressa na Ode VII, colloca-se n'este periodo em que tinha Camões grandes *esperanças* de ser apreciado pelo Princepe D. João, junto do qual gosava D. Manoel de Portugal as livres entradas. O critico camoniano D. Francisco Alexandre Lobo determina a data d'esta Ode VII, *antes da partida de Camões para a India*, isto é anteriormente a 1553. E' luminosa esta inferencia: «Deixa vêr o theor d'esta Ode, que foi composta no reino; e se foi composta no

reino, é quasi necessario referir a sua composição *ao tempo em que andou por Lisboa, antes de se embarcar para a India.*» E insiste: «a Ode VII foi obra da sua mocidade, depois de concluidos os estudos de Coimbra, e *antes da resolução decisiva de sahir do reino.* Em D. Manoel de Portugal achou tronco robusto e benigno para se encostar a *hera florescente* de seu peregrino engenho *já invejado da fortuna e opprimido da vil necessidade* segundo o que elle declara na Ode.»[1] O Canto, que resuscitara as Honras sepultadas, era então exclusivamente historico; a idealisação dos Descobrimentos maritimos — *Por mares nunca d'antes navegados*, não tem referencia na Ode VII, o que é muito caracteristico para a elaboração definitiva da Epopêa.

Infelizmente D. Manuel de Portugal nada conseguiu a favor de Camões, contra a virulencia das *más linguas*, das *peores tenções e damnadas vontades nascidas de pura inveja;* na queixa que o poeta deixou na sua Carta I tambem allude com magoa ás *amisades mais brandas que cêra que se accendiam em odios* . e D. Manoel de Portugal como se sabe pela sua vida, era um caracter passivo, acabando em um mysticismo resignado.

Depois do regresso de Ceuta, procurou Camões saber novas de D Catherina de Athayde. Que impressão lhe causaria a lesão do olho direito, que tanto o desfeiava? Na

[1] *Hist e Memorias da Academia*, t. VII, p. 171.

côrte já lhe jogavam Epigrammas; uma dama chamou lhe com desdem *Cara sem olhos.* [1] O poeta com a sua suprema generosidade, glosou esse mote affrontoso:

> Sem olhos vi o mal claro
> Que dos olhos se seguiu:
> Pois *cara sem olhos* viu
> Olhos que lhe custam caro.
> De olhos não faço menção,
> Pois quereis que olhos não sejam,
> Vendo-vos, olhos sobejam,
> Não vos vendo, olhos não são.

Catherina de Athayde viu o poeta depois do regresso de Ceuta e não lhe fez sentir estranheza. Conta-o o poeta no Soneto XCI:

> Vós, que de olhos suaves e serenos
> Com justa causa a vida cativaes,
> E que os outros cuidados condemnaes
> Por indevidos, baixos e pequenos;
>
> Se de Amor os domesticos venenos,
> Nunca provados, quero que sintaes,
> Que é tanto mais o amor despois que amaes,
> Quanto são mais as causas de ser menos;
>
> *E não presuma alguem que algum defeito*
> *Quando na cousa amada se appresenta,*
> *Possa diminuir o amor perfeito;*

---

[1] Na biographia de Camões por Frei Francisco de Santo Agostinho Macedo, vem referencia a nobre cicatriz por que era apodado entre as damas: «As Damas o motejavam de feo, com piques de nomes: chamando-lhe *Cara sem olhos* e *Diabo sem luzes*, a que elle replicou com chistes e graças...» (Ms., n.º 331, fl. 3, da Bibl. nac.).

Os biographos de Camões nunca souberam aproveitar o elemento constructivo que ha n'estes vestigios tradicionaes, que elles tornaram frivolas curiosidades.

Antes o dobra mais; e se atormenta,
Pouco a pouco desculpa o brando peito;
Que amor com seus contrarios se accrescenta.

O amor de Camões, diante d'esta sublime simplicidade de Catherina de Athayde, torna-se um mais vehemente estimulo para a realisação do pensamento da sua vida.

A Egloga IV, que na edição de 1594 traz o titulo *A uma Dama*, representa perfeitamente o seu regresso á côrte em 1550, quando fundou as suas esperanças na realisação da Epopêa portugueza. Ella o poderá inspirar n'esse alto ideal:

Com qualquer pouca parte,
Senhora, que me deis de ajuda vossa,
Podeis fazer que eu possa
Escurecer ao sol resplandecente;
Podeis fazer, que a gente
Em mi do grão poder vosso se espante;
E que vossos louvores sempre cante

Podeis fazer que *creça de hora em hora*
O nome Lusitano, e faça inveja
A Smyrna, que de Homero se engrandece;
Podeis fazer tambem que *o mundo veja*
Soar na ruda frauta o que a sonora
Cithara Mantuana só merece.

Na Egloga alternam o canto dois pastores, representando-se Camões com o nome de Frondoso, recriminando a amada do esquecimento do passado:

Olhos, que viram tua formosura,
Vida, que só de vêr-te se sustinha;
Vontade, que em ti estava transformada,
Alma, que essa alma tua em si só tinha,
Tão unida commigo, quanto a pura
Alma co'o debil corpo está liada:

E que agora apartada
Te vê de si com tal apartamento,
Qual será seu tormento?

. . . .

Logra tu tua gloria, eu meu tormento.
Nenhum apartamento,
Belisa. *me fará deixar de amar-te:*
Porque em nenhuma parte
Poderás nunca estar sem mi hum' hora.

E Camões terminando o canto amaebeo dos dois pastores «ao longo da *Ribeira* deleitosa,» dirige-se no epilogo outra vez á Dama, que invocara:

Se aquillo que eu pretendo
D'este trabalho haver, que é todo vosso,
Senhora, alcançar posso;
Não será muito *haver tambem a gloria*
E o louro da victoria,
Que Virgilio procura e haver pretende,
Pois o mesmo Virgilio a vós se rende.

Os dois pastores, que alternam no canto celebrando os seus amores, são Camões e o joven D. Antonio de Noronha, que andava loucamente apaixonado por D. Margarida da Silva *(Silvana*, na Egloga.) [1] O Morgado de

[1] Na identidade psychologica das naturezas geniaes, esta amisade de Camões é comparavel á de Goethe, por Frederico Stein, ao qual a mãe do poeta escrevia em carta de 9 de Janeiro de 1780: «Goethe teve sempre amisade a galhardos rapazes, e encanta-me que a sua convivencia vos torne feliz.

Matheus, nas notas á biographia de Camões, que acompanha a edição monumental dos *Lusiadas*, apontou o problema da amisade de Camões, com os seus vinte e sete annos de edade, com D. Antonio de Noronha tendo pouco mais de quinze. Pelas condições psychologicas concluiu, que a *Elegia* de Ceuta e as *Outavas* a D. Antonio de Noronha são de uma epoca inteiramente incompativel com a extrema juvenilidade do filho do Conde de Linhares. Quando Camões regressou a Lisboa, era o joven D. Antonio de Noronha, da mesma edade do Princepe D. João, muito estimado na côrte; como apaixonado, conhecendo os perseguidos amores de Camões aproximou-se d'elle, tornou-se o seu confidente, dando-lhe noticias de D. Catherina de Athayde. O Dr. Storck, que tanto phantasiou sobre as relações do poeta em casa do Conde de Linhares, observa com justeza ácerca de D. Antonio de Noronha: «Confidente e intermediario nos amores de Luiz de Camões e D. Catherina de Athayde, confessar-lhe-ia a ardente paixão que tinha por D. Margarida da Silva...» (*Vida*, p. 420). A Egloga VII dos *Faunos* fundamenta estas intimidades dos dois namorados:

> Se o meu engenho é rudo ou imperfeito
> Bem sabe onde se salva.............
>
> Em vós minha fraqueza se defende;
> Em vós instilla a fonte do Pegáso
> O que o meu Canto por mundo estende.

Tinha sido a poesia amorosa que suscitara a sympathia do joven D. Antonio de Noro-

nha por Camões; o pobre expedicionario de Africa teve esperança que pelo seu valimento minorassem as hostilidades palacianas. A Egloga dos *Faunos*, admiravel esbôço do episodio da *Ilha dos Amores*, que andava idealisando, celebra os amores de dois apaixonados, que seguiam as Nymphas de alvas carnes:

> Mas *dois* sylvestres deuses, que traziam
> O pensamento *em duas* occupado,
> A quem de longe mais que a si queriam;
>
> Não lhes ficava monte, valle ou prado,
> Nem arvore, por onde quer que andavam,
> Que não soubesse d'elles seu cuidado.

D. Antonio de Noronha, que frequentava o *paço*, dava noticia a Camões da suave Catherina de Athayde; o poeta aconselhava-o nos desalentos da sua paixão por D. Margarida da Silva. O pae de D. Margarida da Silva, D. Garcia de Almeida, fôra Reitor da Universidade de Coimbra no tempo em que Camões frequentou os estudos; Camões manteve sempre uma profunda sympathia pelos Almeidas. Os amores de D. Antonio de Noronha eram contrariados pela familia; eguala-se a Camões na mesma anciedade, apesar da differença de annos, n'esse periodo de 1551 a 1553, em que a dura fatalidade os separou para sempre.

O pensamento da Epopêa nacional que se illuminava com os amores de Nathercia, servia de objectivo para os Epigrammas de Pedro de Andrade Caminha, cansado de ouvir fallar n'essa tão annunciada obra genial;

assim no Epigramma CXLV, quasi parodiando a invocação dos *Lusiadas*, ataca-o Caminha:

> Dizes que o bom Poeta hade ter *furia*,
> Se nom hade ter mais és bom poeta;
> Mas se o Poeta hade ter mais que furia,
> Tu não tens mais que *furia de Poeta*.

Comprehende-se a certeza do golpe, aproximando este Epigramma da estrophe da invocação dos *Lusiadas:*

> *Dae-me uma furia grande* e sonorosa,
> E não de agreste avena ou frauta ruda,
> Mas de tuba canora e bellicosa
> Que o peito accende e a côr ao gesto muda.

Caminha tambem ataca Luiz de Camões por causa das innovações que fizera na poesia pastoril:

> A teu sabôr escreves o que escreves,
> A leis de outros poetas nom te obrigas;
> Tambem tu és poeta, e nom te deves
> Atar a leis de Poesia antigas;
> Faze leis e desfaze, como fazes,
> Ri-te dos outros se te satisfazes

Referia-se este Epigramma CXLIV de Caminha á Egloga VI, no *estylo piscatorio* innovado por Camões em Portugal:

> A rustica *contenda desusada*
> *Entre as Musas dos bosques e as areias*
> De seus rudos cultores modulada.
>
> . . . .
>
> Vereis, Duque sereno, *o estylo vario*
> *A nós novo*, mas n'outro mar cantado
> De um que só foi das Musas secretario.

O pescador Sincero, que amansado
Tem o pégo Prochyta co'o canto
Por as sonoras ondas compassado,

D'este seguindo o som, que pode tanto,
E misturando o antigo Mantuano,
Façamos novo estylo, novo espanto.

A fórma da genialidade de Camões não foi a de uma sobreexcitação da sensibilidade, mantendo em estado morbido os elementos nervosos; a bôa cultura synthetica, completando-se pela synergia da sua vida em diversissimos meios, teve um objectivo para onde convergiram todas as assimilações mentaes e adaptações praticas, por uma fórma serena, deliberada e consciente — foi a expressão sympathica da Patria portugueza pela creação da Epopêa moderna. Maudsley caracterisa estes genios exemplificando-os com as individualidades supremas de Shakespeare e de Goëthe. No meio de todos os acontecimentos da vida, as altas individualidades «fazem a integração das suas faculdades mentaes, pelas quaes de facto se formam a imaginação verdadeiramente creadora dos maiores poetas, e a rasão potente e quasi intuitiva dos maiores philosophos. — Embora se possa dizer descuidadamente, que é exacto que o genio de um poeta subjectivo e de uma sensibilidade delicada indica uma condição morbida dos elementos nervosos, não se póde comtudo sustentar, apoz um momento de reflexão, que o genio de homens como Shakespeare e Goëthe tivesse origem n'um estado morbido. O impulso que leva estes homens a realisar a sua grande obra, não é o resultado de um

descontentamento, mas de uma não — satisfação — de um desejo de adaptação; elles têm necessidade de sentir, e de conhecer cada vez mais a natureza sob os seus numerosos aspectos, e de se pôrem em relações cada vez mais intimas com ella; as suas potencialidades internas manifestam-se por um sentimento de necessidade, por um desejo, um instincto não satisfeito, taes como os elementos organicos inferiores manifestam a sua sêde... — Os actos do genio podem ser novos, sahirem fóra da rotina do pensamento ou do procedimento: apezar d'isso, embora pareçam estranhos ou surprehendentes aos que trabalham com regularidade automatica no organismo social, elles contém de uma maneira consciente ou inconsciente, um designio bem determinado; implicitamente, ha n'elles o reconhecimento das relações exteriores, resposta intelligente a estas relações; por outras palavras, elles têm por fim a satisfação de um impulso que lhes é inherente, e não se exerce menos reflectidamente, embora seja inconsciente da sua natureza e do seu fim.» (*Op. cit.*, p. 322.) Mostrando tambem como uma grande imaginação coexiste sempre com uma grande intelligencia, observa Maudsley: «No genio verdadeiro póde haver o desvio do curso habitual das cousas; mas a organisação do existente é reconhecida como a base de um desenvolvimento mais elevado: o passado fusiona-se com o futuro em molde novo.» (*Ib.*, 224.) Isto explica a obra de Camões, na corrente da Renascença, na tremenda reacção catholica, e ainda no meio da decadencia da nacionalidade, revivificando as tradições de

um passado glorioso e aspirando a um futuro no seu Poema ou Pregão eterno.

Camões não alcançara com os seus dois annos de Ceuta o despacho de uma Commenda; trazia comtudo um signal evidente da sua coragem, que lhe dava mais audacia e bravura: perdera o olho direito em uma refrega, e isto o expunha aos motejos alvares, como os que o pseudo Avelaneda vibrara contra Cervantes no prologo da parte apocrypha do *Don Quixote.* Pedro de Andrade Caminha, no Epigramma CX, refere-se indubitavelmente a Camões apóz o seu regresso de Ceuta, alludindo caricatamente a ter um olho de menos:

Contenda de dois

Um tem *dois olhos*, e com vista clara,
Outro *um só tem*, e esse co'a vista estreita;
Um diz áquelle: «Amigo, eu apostara
A qual de nós tem vista mais perfeita?»
Quem houvera que a si nom se enganara,
Como o outro, que enganado a apósta acceita?
Diz-lhe este: «Vê que vejo mais que ti,
Pois dois olhos te vejo, *um só* tu a mi.

Contra a interpretação historica d'este Epigramma, oppõe o Dr. Storck: «seria mui pouco nobre e circumspecto da parte de Caminha motejar injuriosa e maliciosamente de um signal ganho no campo da honra, quando batalhava pelo rei e pela patria;...» (*Vida*, p. 416.) A este argumento moral contrapômos outro argumento moral decisivo: foi este mesmo Caminha, que desceu á indignidade de ir denunciar á Inquisição Damião de Góes,

aggravando-lhe a situação, quando o velho chronista jazia n'um infecto carcere do Santo Officio, como se lê no processo respectivo. A malevolencia que conspirava contra Camões, forjava-lhe calumnias affrontosas, para exautoral-o da sua valentia; na *Nova Floresta* do P.e Manoel Bernardes, (t. IV, p. 43) narra-se inconscientemente uma tradição — que um fidalgo encarregara Camões, conhecido como valentão, de dar cabo de um individuo, que era cego de um olho. Passado tempo, como a commissão se não cumprira, o fidalgo increpou Camões, respondendo-lhe o Poeta:

> Logo lhe não vi bom geito,
> Quando vol-o dei por morto;
> Porque *tôrto* matar *tôrto*
> Não me pareceu direito. [1]

Propositadamente visava-se a infamar aquelle caracter generoso e digno, por anedoctas transmittidas anonymamente. Juromenha encontrou uma alcunha que lhe deram, como a um rascão, — *o homem das abas grandes*: «o que deu logar a um Epigramma (inedito) seu, ao ouvir uma senhora, que estava a uma janella, chamar outra para vêr o *homem das abas grandes*, que começa: — Quem por abas me quer conhecer, etc. — e que eu não termino por ser d'aquellas poesias do nosso Poeta, que peccam algum tanto contra a decencia.» [2]

[1] Faria e Sousa, Comm. aos *Lusiadas*, I, 51; e Fr. Francisco de Santa Maria, *Anno historico*, t. II, p. 369.

[2] Jur., *Obras*, I, p. 134.

Caminha, no Epigramma CXXX, *A um que se gabava de Cavalleiro*, deixou o vestigio do fóco d'onde dimanavam as calumnias execrandas, que faziam de Camões um matante:

Gabaste-te de grande Cavalleiro,
E se em matar está a Cavallaria,
Devem-te n'isto ter por verdadeiro,
Pois matas mil co'a lingua cada dia;
Sempre no mal dizer és o primeiro,
No bem dizer a lingua se te esfria;
Este é o esforço com que alçar-te queres,
Estas as armas com que a tantos feres.

E como Camões era já pelo pensamento da sua Epopêa, que andava idealisando, con siderado *grande Poeta*, Caminha encommodado com essa acclamação, vibra-lhe o Epigramma CXLII:

Nada, segundo entendo, te parece,
Grande Poeta, bem na alheia Musa;
Nunca ante ti na tua erro apparece,
E se t'o mostram das-lhe logo a escusa;
Se o conselho te enfada e te avorrece,
Que se póde dizer a quem isto usa,
Se não, que bem seus versos lhe pareçam,
E os alheios lhe enfadem e avorreçam.

No seu Epigramma CXLVIII, Caminha chega a revelar relações intimas que em tempo tivera com Camões:

Muitas vezes meus versos me pediste
Que t'os mostrasse, e nunca t'os mostrei;
Em nom pedir-te os teus, se bem sentiste,
Entenderias porque t'os neguei:
Da paga me temi; se a nom temera,
Muitas vezes meus versos já te lêra.

Como que a dar verdade a esta referencia de Caminha, encontra-se na Livraria da Casa de Cadaval, um manuscripto contendo papeis e Cartas particulares de D. Gonçalo Coutinho (amigo de Camões) em que vem este verso: *Um pensamento perdi*, glosado em outavas em redondilhas, pelos seguintes poetas:

— D. Francisco de Moura,
— Pero de Andrade Caminha,
— Antonio Ferreira,
— Diogo Bernardes,
— LUIS DE CAMÕES
— O Conde de Mattosinhos.

D. Francisco de Moura, teve relações intimas com Caminha, Ferreira e Bernardes, que, como se deprehende da Carta XXX d'este, possuia a collecção dos seus versos; resta d'elle, glosada por Caminha, esta Cantiga:

Toda la noche suspiro,
Harto llegar á llamarte;
Que el dia que no te miro,
Mas deseo de mirarte

(Caminha, *Poes. ined.*, 269.)

A glosa commum do verso *Um pensamento perdi*, pela presença de Antonio Ferreira no grupo em que está Camões, leva a collocar o facto como passado antes de 1553, e antes do nome satirico de *Magalio* ser empregado por Ferreira como parcial de Caminha.

Lembrando-nos da genealogia fidalga de Camões e da sua forte educação erudita, que

o destacava entre os espiritos cultos da Renascença, figurando tambem por esses requisitos na côrte, torna-se patente o sentido do Epigramma CVI, de Pero de Andrade Caminha *A um que tinha grande opinião de saber e de sangue*:

Se está o saber na propria opinião,
Tu só, sem falta, sabes mais que todos;
Se tambem está n'ella a geração,
Tambem, sem falta, és nobre mais que os Godos;
Mas se está no que sabe o mundo todo,
Sabe-se, que nem sabes, nem és Godo.

O que levaria Caminha a atacar Camões sobre qualidades que o poeta não alardeava? E' este o argumento que oppõe o Dr. Storck, (*op. cit.*, 366) que nunca sobre a sua nobreza bravatêa Camões. A resposta está em um facto suggestivo; em 1551 publicou o Licenciado Molina o livro *Descripcion del Reyno da Galizia y de las cosas notables del*; citam-se n'essa obra os CAMAÑOS com o seu solar proximo da Corunha, descrevendo as suas armas — um Escudo dourado com um braço em mãos de um Anjo entre duas azas, sustentando uma corôa na mão. A fl. LVI, vem:

Tambien en Galizia verey los *Camaños*
notorios hidalgos y buenos solares...

Pela data da publicação d'este livro em 1551, vê-se que o appellido de CAMÕES era discutido na côrte e que o poeta achava ensejo para repellir aquelles que insidiosamente tentavam deprimil-o. Mas Pero de Andrade Caminha não se contentava com chasquear da sua nobreza e saber; encommodava-o tam-

bem aquella *mocidade* ardente e dominadora, cheia de vigor: assim no Epigramma CXLIII, nega a Camões o saber e a *mocidade:*

> Por Poeta douto, e *mancebo* és julgado,
> E esta opinião de ti nom é secreta;
> Mas vejo-te de ti ser tão louvado
> De *mancebo* e de douto e de poeta.
> Que de ti (se perdôas) nom concebo,
> Que és poeta, nem douto, *nem mancebo.*

Camões contava em 1551 vinte e sete annos, o que torna manifesto o objectivo do Epigramma odioso. Caminha era apenas mais velho quatro annos, e encommodava-o o seu aspecto de garbosa mocidade, sem esquecer a distincção que Camões merecera da cortejada D. Francisca de Aragão, por quem era Caminha friamente tratado. Considera o Dr. Storck muitos dos Epigrammas de Caminha contra Camões, como inoffensivos exercicios de rima, paraphraseando ou imitando varios Epigrammas de Marcial; mas o facto da imitação não inhibe um intuito ou applicação, que com evidentes circumstancias apparece comprovada.

Camões era atacado por todas as suas qualidades, servindo para Epigrammas e chascos «*vingando com a lingua o que não podiam com o braço*,» como elle conta na Carta primeira da India. Tudo o impellia para um acto de desespero, o que tambem era um plano, conhecido o seu temperamento impetuoso, para o inutilisar de vez. No Epigramma *A um que se gaba de Cavalleiro*, revela-se o natural protesto contra os que o motejavam, chamando-lhe *Cavalleiro de Africa*; dava-se este titulo com certo intuito desdenhoso áquelles

que tinham militado em Africa, e que eram assim nobilitados para exercerem funcções especiaes, entre as quaes uma era a de pegarem ás varas do pálio na Procissão do Corpo de Deus, recebendo por isso uma paga mercenaria. Foi justamente no dia da Procissão do Corpo de Deus em Lisboa, em 16 de Junho de 1552, que se achou Camões envolvido em uma contenda em que teve de arrancar da espada e ferir Gonçalo Borges, creado dos arreios de D. João III, quando passava a cavallo por uma das ruas da procissão, entre o Rocio e Santo Antão. Gonçalo Borges era filho de Antonio Borges de Miranda, senhor de Carvalhaes, Ilhavo e Verdemilho, e de uma senhora da Casa de Barbacena; fôra porém roubado da successão da casa assim como seu irmão Simão Borges, porque seu pae passara a segundas nupcias com Antonia Berrêdo, amasia de D. João III, que fez succeder na casa o filho d'este segundo consorcio Ruy Borges Pereira de Miranda. O rei iniquo consolara Gonçalo Borges dando-lhe o cargo de creado dos seus arreios; é de suppôr que motejado de pobre, Camões lhe replicasse com a ignavia da situação, e se originasse d'elle ou de dois embuçados que passavam, a contenda brusca em que Camões arrancou da espada, em prol dos amigos que reconhecera. Estava dado o passo definitivo para a sua desgraça; cahira nas garras da justiça. A solemnidade do dia e a presença do rei na cidade, aggravavam sobremaneira o facto de puchar da espada e de ferir o creado do monarcha. Perturbar o apparatoso espectaculo religioso, que encantava o povo,

deslumbrado com a excepcional sumptuosidade! Vejamos o quadro conforme os costumes do tempo.

A hostia ou eucharistia era levada em uma custodia de ouro, cravejada de brilhantes, dentro de uma *charola guayolla* ou nicho envidraçado, em procissão solemnissima na primeira quinta feira da outava de Pentecostes, partindo da Sé cathedral até ao convento de S. Domingos, regressando outra vez á sé. O Rei acompanhava a pé debaixo do pálio, levando á sua direita o princepe herdeiro; pegavam ás varas do palio *outo Cavalleiros africanos*, estipendiados pelo Senado, e para isso nomeados. Trez Vereadores de vára vermelha seguiam atraz, ladeando o pálio todos os fidalgos livremente. Exhibiam-se os Officios com os seus Castellos e Bandeiras, com os emblemas que os differenciavam, com suas Dansas figuradas, Tourinhas, dansa das Colarejas, das Hortelôas, das Corraleiras, das Regateiras. As Bandeiras dos Officios eram com paineis bordados a ouro sobre damasco, sobre brocado, symbolisando a actividade de cada officio, figurando tambem os seus Santos Patronos da Irmandade; os porta estandartes vestiam ópas e tunicas avivadas a galões de prata. E além dos seus Estandartes, cada Officio exhibia *Invenções*, ou apparatos symbolicos e dramaticos do mais pittoresco effeito: os Hortelãos ou Almoynheyros levavam uma horta ou Almoinha; os Sapateiros um *Draguo;* os Armeiros levavam um *Sagitorio*, representando um soldado peão; os Peliteyros ou Surradores levavam o *Guato paull;* os Alfaytes a *Serpe;* os Tanoeyros levavam as *Torres;* os Pedreiros e Carpintei-

ros o *Engenho;* os Calafates da Ribeira a *Náo* e a *Galé;* os Esparteiros levavam a *Dama e os Gallantes*, com seus gestos e phrases desenvoltas; — o *Rei David* dançava diante do pálio e iam *Previncos* ou Diabos agrilhoados levados por Anjos, e *Imperadores* com sua côrte, *Gigantes* como S. Christovam; os Carniceiros iam com seu *Emperador e Rey*. Alguns *Castellos* eram substituidos por *tochas de prata*, como os Tabelliães, mercadores e Corretores. Depois dos Officios seguiam as Confrarias e Irmandades religiosas e as Communidades pela ordem estabelecida, Carmo e Trindade, S. Francisco da Cidade, Meninos Orfãos, Paulistas, Dominicanos, o Cabido e todos os Clerigos seculares, e o Senado, todos com suas tochas de cêra branca na mão. As ruas por onde passava a procissão eram tapetadas de verdura de espadana e areia encarnada, alecrim, e as portas, janellas e varandas eram ornamentadas com colchas de sêda, brocado, estendendo-se alcatifas, e pendurando colgaduras de raz ; as ruas, pelo intenso calor, eram cobertas de tôldos. A Procissão dirigia-se a San Domingos pelas ruas da Praça da Palha, das Arcas e Tanoaria ; todos os officios postavam-se em álas á porta do Mosteiro, onde se fazia a Prégação. Dom João III esmerava-se a dar todo o esplendor á Procissão do Corpo de Deus, e a Camara, para lhe prestar toda a sumptuosidade, creou mais tarde uma verba especial chamada do *Rendimento da columnata*.

No meio d'aquella multidão e arruido, era facil aos dois embuçados evadirem-se ; Camões, sempre destemido, não fugiu, sendo por

isso prezo no Tronquo da cidade, onde ficou em consequencia da devassa sobre o ferimento e até livrar-se. O *Tronco* era a cadêa municipal, que além de detenção para as contravenções e cumprimento das sentenças dos Almotacés, tambem servia de calabouço para custodiar os delinquentes emquanto não eram julgados até que iam cumprir sentença na Cadêa. Nas *Ordenações do Reino*, livro V, titulo 97, acham-se valiosas indicações sobre o Tronco: «E todas as pessoas que na cidade de Lisboa fôrem prezas pelos alcaides d'ella, por serem achadas de dia ou de noite *embuçadas ou com armas defezas*, ou de noite depois do sino de recolher com quaesquer armas ou sem ellas, sejam levadas ao *Tronco* e prezas em elle, e os alcaides não levarão as pessoas, que por os ditos comprehenderem, á Cadeia da cidade e no dito Tronco lhes darão as Justiças livramento a que pertencer paz e livramento. E o alcaide que levar alguns dos taes prezos a outra qualquer prizão, incorrerá em suspensão de seu officio até nossa mercê. E assim havemos por bem, que não sejam mudados nenhuns dos ditos prezos para outra alguma cadeia da cidade, nem da côrte, salvo quando por especial mandado do Regedor algum fôr mandado mudar, por lhe sahirem culpas mais graves das acima declaradas. E sendo prezos por outros casos, os poderão levar ao *Tronco*, comtanto que ao outro dia pela manhã até o meio dia os levem á cadeia da cidade, sob pena de as Justiças que assim o não fizerem pagarem trinta cruzados por cada vez, a metade para o accusador e a outra metade para o Hospital da cidade de Lisboa.»

Como era de praxe, pelo pórte de arma defeza tinha o poeta de ser prezo no Tronco; mas em consequencia do ferimento em um creado do paço e na côrte, conforme a devassa, era obrigatoria a mudança para uma enxovia da Cadeia da cidade. Competia ao Regedor das Justiças o ordenar essa mudança; por certo a amisade de Camões com a familia de D. João da Silva, então Regedor, influiria na attenuação d'estes rigores. A prisão do Tronco, como se sabe por uma carta regia de 18 de Janeiro de 1567, era nas casas de Affonso da Barreira; ahi se ordena aos vereadores: que pela muyta necessidade que ha de hua cadea nessa cidade, pera os prezos se prenderem, asy de noite como de dia, ei por bem e vos mando, que compreis *as casas d'Affonso da Barreira*, morador n'essa cidade, *em que soya estar o Tronco*, pelo preço que vós com elle concertardes ou pelo em que forem avaliadas no estado em que ora estão, nas quaes casas e chão d'ellas fareis fazer cadeia, pera se n'ella prenderem os prezos que eu mandar, e pera os da almotaçaria... E mando que ellas fiquem pera sempre á dita Camara...»[1]

Estava pois em 1552 o Tronco da cidade estabelecido nas casas de Affonso da Barreira, em um edificio adaptado, o qual passado tempo se considerou falto de condições, como se deprehende por um Accôrdo em Vereação de 6

---

[1] *Livro I de Cons. e Dec. d'el-rei D. Sebastião*, fl. 43. Ap. *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa* por Freire de Oliveira, t. I, p. 413.

de Outubro de 1515, «sobre algũa pratica que ouverã do que era ordenado se levar de *tronquagem* n'aquellas pessoas, que ao dito Tronco som levados presos, e do que se levava, e por se avitarem alguũs danos e comodias que os tronqueiros que por os tempos tem carrego d'estas no dito Tronco, levam dos que assi vam presos, — accordaram todos juntamente que o dito tronqueiro, que no dito tronco ora está, e d'aqui avante por os tempos esteverem, sejam obrigados de *dar candea com que se vejam os ditos presos;* e assi sejam obrigados de *mandar levar suas necessidades a camareiros fóra*, tudo á custa d'elles ditos tronqueiros; e elles levarão de cada hũa pessoa, que assi for preso, quer jaça muyto tempo, quer pouco, *dezeseis reis e mais nom*, s.: quatorze rs. de tronquagem, e dous para as ditas despezas; e qualquer tronqueiro que mais levar d'aqui ávante que os ditos 16 rs., na maneira que dito he, seja prezo, e da cadea pagará dez cruzados para as obras da cidade; e assi *sejam os ditos tronqueiros obrigados a dar auga para beber*, em abastança, *aos ditos presos;* e se algũ dos ditos presos se queixar que lhe nõ dam a dita auga, ou nom deem as ditas cousas sobreditas, e lhe for provado, ẽncorrerá na dita pena; e bem assi nõ levará nẽhũu premio de nẽhuu preso, por o teer ẽ çima, nẽ solto, ne em outra maneira, soomente os ditos dezeseis rs., so a dita pena.» [1] Por este extracto do accordo da vereação com

[1] *Livro I da Vereação* da Camara de Lisboa. fl. 8. Apud Freire de Oliveira, *Elementos*.

os procuradores dos misteres e com o Vedor da Fazenda, se vêem os costumes da prisão do Tronco, aos quaes ficou sujeito Camões durante os longos mezes que ahi esteve detido. Em um Soneto, (inedito até 1880) consignou Camões o soffrimento que o acabrunhou na prisão do Tronco:

Tristezas! compassar tristes gemidos!
Passo a noite e o dia imaginando;
N'esta escura cova estou cuidando
De me vêr com meus dias tão perdidos!

Vão passando como sombra, escondidos,
E sem fructo nenhum irem deixando,
Mais que os vêr passando e rodando
Com a roda da fortuna e meus sentidos.

N'estas imaginações, triste. commigo
Estou, na alma enlevado, que não sento
Se com alguem fallando estou, o que digo.

Se vem alguem estar, no pensamento
Nem sei dizer de mim n'este tormento
Se estou fóra de mim, se estou commigo. [1]

A vida do carcere tenebroso tem um certo realismo n'este Soneto, embora imperfeitamente conservado na cópia inedita; o que o torna admiravel é o quadro subjectivo, em que todo o horror do ambiente se reflecte na angustia moral do poeta. A impressão profundamente dolorosa d'esses outo mezes de prisão consignou-a Camões na assombrosa Canção XI, com os mais patheticos traços autobiographicos:

---

[1] Soneto 355, da traducção de Storck, e *Vida e Obras de Camões*, p. 423.

A piedade humana me faltava,
A gente amiga já contraria via
No *perigo primeiro:* e no *segundo*
Terra em que pôr os pés me falecia,
Ar para respirar se me negava,
E faltava-me emfim o tempo e o mundo.

Que segredo tão arduo e tão profundo,
Nascer para viver, e para a vida
Faltar-me quanto o mundo tem para ella:
E não poder perdel-a,
Estando tantas vezes já perdida!

Camões escreveu estes versos já como recordação do passado, mas é vivissima a emoção persistente; ahi considera o *perigo primeiro*, quando foi arrojado ao carcere do Tronco como um assassino, e abandonado ás leis implacaveis pelos que se diziam seus amigos, que se lhe mostravam contrarios. O *perigo segundo*, designa a situação em que pelo facto de puchar espada onde estava o rei e sua côrte, se tornava o crime de lesa-magestade, estando por isso incurso em pena maior ou capital. Terra em que pôr os pés lhe falecia, e mesmo a falta de tempo, alludem ao seu embarque forçado, substituindo um individuo obscuro, e em occasião em que seu pae andava embarcado, deixando sua mãe desvalida quasi ao desamparo.

Na situação angustiosa de Camões, em que — a piedade humana lhe faltava, — como descreve na Canção autobiographica, o unico apoio moral que lhe deu validez foi ainda o pensamento da Epopêa portugueza. Era-lhe agora suggerido pelo apparecimento da *Historia do Descobrimento e Conquista da India pelos Portuguezes*, impressa em Coimbra

por João de Barreira e João Alvares, e escripta por Fernão Lopes de Castanheda, que animou com as suas impressões directas as empolgantes narrativas; como se lê no colophão d'esse livro in-folio «Acabou-se aos vinte dias do mez de Janeiro de M.D.LII.» Camões estava livre ainda e longe do accidente que o levou á prisão no Tronco; ahi n'essas horas amarguradas pôde elle repassar-se da leitura da Historia emocionante de Fernão Lopes de Castanheda, escripta nos momentos de repouso que lhe ficavam ao valente soldado, das fainas de bedel da Universidade de Coimbra. De facto nos *Lusiadas* as suas fontes historicas encontram-se immediatamente na obra de Castanheda, de 1552, completadas mais tarde com as narrativas das *Decadas* de João de Barros. [1] Na cadêa do

[1] Attribuia-se infundadamente ás *Decadas* a fonte immediata dos *Lusiadas*; em uma Carta de D. Marcos de S. Lourenço, commentador do principio do seculo XVII, descrevendo o seu trabalho de annotação dos *Lusiadas*, declara: «Na geographia segui sempre João de Barros, homem famosissimo e em tudo excellente.» E termina: «Mais de meio Commento tirei de João de Barros, e sem a sua geographia impossivel he a entendimento algum, commentar Luiz de Camões...» (Ap. Juromenha, I, 326.) Storck exclue pelo exame bibliographico a influencia immediata de João de Barros, notando que a primeira *Decada* acabou de imprimir-se *em Lisboa, por Germão Galhardo aos 24 dias de Março de 1553* — isto é, dois dias antes de Camões partir para a India; e a segunda appareceu posteriormente tambem em Lisboa pelo mesmo impressor e *no mesmo anno*, talvez nos fins de 1553. (*Vida*, p. 427.) O Dr. José Maria Rodrigues, no *Instituto*, determinou a influencia immediata de Castanheda.

Tronco teve como refugio a leitura da *Historia* de Castanheda, que o estimulava á idealisação da sua Epopêa. Maudsley aponta, na obra *Pathologia do Espirito*, o influxo de uma ideia no equilibrio mental: «Não se pode negar que um projecto no qual um homem habitualmente se concentra, que está sempre no seu pensamento, e para a realisação do qual tende toda a sua energia, não modifique o seu caracter...» No meio de uma sociedade fanatisada, entre os desvairados da *Valentia*, e no conflicto de odientas mediocridades, tudo impellia Camões para a misanthropia; a sua ideia dominante, a expressão do *ethos* portuguez, em uma Epopêa nacional, que se foi definindo e apossando-se do seu espirito, tornou-se um refugio, um equilibrio mental nos *Desconcertos do mundo*, e contra os escalavros de um destino material. E a sua elaboração dos *Lusiadas* no carcere actualisa-se pelo roteiro do heroe confundido com o da sua proxima viagem para a India.

Emquanto Camões jazia desde 16 de Junho na prisão infecta do Tronco, preparavam-se ruidosas festas na côrte para a celebração do casamento do princepe D. João com sua prima D. Joanna, filha de Carlos V; o poeta seria informado pelos seus dois intimos amigos João Lopes Leitão e D. Antonio de Noronha, escolhido pela sua juvenilidade para justar com o princepe no projectado torneio de Xabregas. Já sete semanas tinham passado na angustia do Tronco, quando em 5 de Agosto de 1552 se celebrou o afamado Torneio de Xabregas, historiado por Jorge Ferreira de Vasconcellos no seu *Memorial*

dos Cavalleiros da Segunda Tavola Redonda. N'essas apparatosas festas appareceu no Tejo uma barca com a deusa Diana, acompanhada de duas Nymphas, uma com uma harpa, outra com um arrabil cantando estancias da Egloga primeira de Garcilasso. Seria uma d'essas Nymphas, ou melhor a Diana a sobrehumana Nathercia? Pela narrativa de qualquer dos seus amigos que o visitavam no Tronco, pôde representar á sua mente o quadro que tracejou no Soneto CCCIX:

> Em um batel, que com doce meneio
> O aurifero Tejo dividia,
> Vi bellas Damas, ou melhor diria,
> Bellas Estrellas e um Sol no meio.

Em Novembro de 1552 chegava a Lisboa o poeta Jorge de Monte-Mór, no séquito da princeza D. Joanna; se as lembranças do tempo de Coimbra não estavam apagadas, elle iria visitar Camões á cadêa do Tronco. Não é banal a hypothese, por que a elaboração dos *Lusiadas*, então, suggerira a Jorge de Monte-Mór a paixão por esse thema épico: «Monte-Mór determinou-se escrever em verso o *Descobrimento da India oriental*, mas a morte, que logo lhe sobreveiu, lhe atalhou o intento.» (Craesbeck, ed. da *Diana* de 1624.) Em 5 de Dezembro de 1552 celebrou-se o desposorio do Princepe D. João, com todo o regosijo, mas não houve um indulto para o esquecido Camões. «A piedade humana me faltava» — exclamou elle em um verso eterno. D. Antonio Pinheiro esqueceu-o no seu egoismo de padre e de favorito da côrte.

Como salvar Camões da pena maior que competia ao crime de *lesa magestade*, por ter arrancado espada estando o rei e sua casa em Lisboa? Era preciso que Gonçalo Borges lhe perdoasse; assim havia base para Camões requerer o perdão regio, evitando o julgamento, que seria condemnatorio. A generosa D. Francisca de Aragão, sempre acatada na côrte, obteve o perdão de Gonçalo Borges, e a liberdade para Camões. Como provar isto? Por uma tradição repetida, mas não comprehendida pelos que a archivaram. Examinemol-a a esta luz.

Nos *Apophtegmas* de Pedro José Supico vem attribuida a Camões uma anecdota, cuja situação se pode fixar por 1552, pouco antes da sua prisão: «Achava-se no Terreyro do Paço conversando com Luiz de Camões Jorge de Monte-Mór, celebre poeta d'aquelles tempos. Estava em uma janella do quarto das Damas, *D Francisca de Aragão*, dama mui formosa da rainha D. Catherina. Chegou-se um pobre a pedir-lhe esmola, e Jorge de Monte-Mór apontando para a dita senhora, lhe respondeu:

Si. hermano, pedis por Dios,
A'quel Serafin pedid,
Y pedid para los dos,
La libertad para mi,
La limosna para vós.» [1]

No Ms. 133, da Collecção Pombalina, fl. 124, vem este mesmo Epigramma com a

[1] *Apothegmas*, Liv. I, P. I, p. 38. Ed. 1761.

rubrica: «*Estando Camões a hũ canto respondeu a hum pobre que lhe pediu esmola:*

Pobre, que pedis por Dios,
Llegad y pedid alli,
Y pedid para los dos:
La limosna para vós,
La liberdad para mi »

D'esta estrophe reproduzida na Communicação academica, escreve Lopes de Mendonça: «é perfeitamente intelligivel e consentanea com a feição madrigalesca de Camões. Pode sem desdouro, — quer-me parecer, figurar entre as suas mais galantes redondilhas.»

Não importa ligar veracidade a estas anedoctas; basta-lhes, para valorisal-as, o representarem o meio social, as ideias e preconceitos dominantes, o espirito incomprehendido que ellas transmittiram, para se reconstituir uma verdade moral.

Depois de ter sido alcançada de Gonçalo Borges a desistencia de toda a acção criminal ou civel contra Camões, quasi ao fim de um anno de prisão no Tronco da cidade, foi lavrado e assignado um Instrumento de perdão pelo tabelião publico das Notas de Lisboa Antonio Vaz Castello Branco, pelo qual constava, que Gonçalo Borges estava curado e sem deformidade. Em vista d'este instrumento, datado de 13 de Fevereiro de 1553, dirigiu Camões em requerimento petição a El rei D. João III, para que houvesse por bem perdoal-o do ferimento de Gonçalo Borges como constava da devassa tirada sobre esse caso. Foi a informar aos Desembargadores do Paço a Petição, e sobre o seu Pare-

cer, teve o Passe da respectiva Carta de Perdão, pagando préviamente quatro mil reis para a Arca da Piedade. Obtido o Assignado do Bispo de San Thomé, de que lhe fôra entregue essa multa, e o recibo pelo escrivão Alexandre Lopes em como o carregou em receita, foi a final assignada Carta de Perdão a Luiz de Camões, em 7 de Março de 1553, pelos dois desembargadores D. Gonçalo Pinheiro e Dr. João Monteiro. Levou onze dias este processo de indulto, o que perante a morosidade da justiça do tempo, leva a inferir que teve Camões pessoa influente que interveiu para lhe ser dada a liberdade; e que, apesar de constar na propria Carta de perdão que era um *mancebo pobre*, a exigencia dos quatro mil reis para a Arca da Piedade só poderia ser satisfeita por uma sublime generosidade, para depois ser solto. Vencida a reluctancia de Gonçalo Borges, accedendo ao que se lhe impoz por cortezania, faltava o caso de lesa-magestade, e para conseguir-se o perdão real, foi preciso quasi como uma commutação de pena offerecer-se o poeta para ir servir como soldado na India, partindo logo na Armada d'esse anno!

Carta de perdão a Luis de Camões

D Johão Et. A todollos corregedores. ouvidores Juizes e Justiças officiaes e pessoas de meus reinos e senhorios a que esta minha Carta de perdão for mostrada, e o conhecimento d'ella com direito pertencer, saude: faço-vos saber que *Luis Vaaz de Camões* filho de Symão Vaaz, Cavalleiro fidalguo de minha casa morador em esta cidade de Lisboa. me enviou dizer per sua petiçam que elle estáa preso no tronquo desta

cidade por ser culpado em huma devassa que se tirou sobre o ferimento de Gonçallo borges que tinha carreguo dos meus arreos por se dizer que andando o dito gonçallo borges passeando a cavallo no rocio desta cidade dia de Corpore Xpti na rua de Sancto antão alem de S. domingos, defronte das casas do pero Vaaz que dous homens emmascarados a cavallo se poseram a passear e a zombar com o dito gonçallo borges, e que na dita zombaria vieram a haver brigas d'arrancar e que elle supplicante acudira em favor dos ditos emmascarados conhecendoos por serem seus amiguos. E que de proposito com huma espada ferira ao dito Gonçallo borges de huma ferida no pescoço junto do cabello do toutiço, estando eu nesta cidade com minha côrte e casa de supricaçam e levando outros em sua companhia. E o dito gonçallo borges he são e sem aleijão nem deformidade, e lhe tem perdoado como se mostra do perdão junto a sua petiçam. e elle supricante he hum mancebo e pobre e me vay este anno servir á India, enviando me elle supricante pedir por mercê ouvesse por bem de lhe perdoar a culpa que no dito caso tem da maneira que diz, e o instrumento de perdão que apresentou parecia ser feito e asynado por antonio vaaz de Castelbranco pubrico tabalião das notas em esta cidade de Lixboa e seus termos aos XXIII dias do mez de fevereiro do anno presente de mil quinhentos cinquenta e trez annos pello qual se mostrava gonçallo borges que tem carreguo dos meos arreos por ser ja são da ferida sem aleijão nem desformidade para que o senhor deus lhe perdoe seus peccados de sua boa livre vontade perdoar ao dito *Luiz Vaaz de Camões* toda sua justiça, que contra elle possa ter e o não queria por ello acusar nen demandar crimemente nem civelmente e lhe perdoava toda justiça dano corregimento, e todo o que contra elle per dereito podesse alcançar com tanto que o dito supricante se livre do dito caso a sua custa e despeza e me pedia por mercê lhe perdoasse minha justiça segundo que todo esto melhor e mais compridamente em o dito instrumento de perdam se conthem. E eu vendo o que me elle supricante assi dizer e pedir mandou se asy he como elle diz e hy mais não ha, visto um parecer com o meu passe e querendo-lhe fazer graça e mercê tenho por bem e me praz de lhe perdoar a culpa que tem no caso conteudo em sua pitiçam pelo modo que nella de-

clara visto o perdam da parte que apresenta e pagará quatro mil reis pera piedade E por quanto, logo pagou os ditos quatro mil reis pera ao bispo de Sancthomé do meu conselho, e meu esmoler segundo delle fuy certo per hum seu assynado e, per outro de alexandre lopes meu capellão e escrivam do dito carguo que os sobre elle carregou em recepta Vos mando que o mandeis soltar se por al não for preso. E da quy em diante o não prendaes, nem mandeis prender, nem lhe façaes nem consintaes ser feito mal nem outro desaguisado quanto he por razão do conteudo em sua petiçam em esta ultima carta declarado por que minha mercê e vontade he de lhe assy perdoar pela guisa que dito he. O que asy compry huns e outros e al não façaes. Dada em esta minha cidade de Lixboa aos sete dias do mez de Março e feita aos 3 do dito mez. El Rei nosso Sr. o mandou por dom gonçallo pinheiro bispo de Viseu e per o doutor Joham Mont.ro chanceler do mestrado de nosso senhor Jesu Christo ambos do meu conselho e seus desembargadores do paço e petições. francisco martins a fez por antonio godinho anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos e cincoenta e tres annos, e eu antonio godinho a fiz escrever. Concertado. Pedro de Oliveira Concertado. Luis Carvalho, Pedro Gomes.[1]

Passada a Carta de Perdão em 7 de Março, obteve Camões a soltura na hypothese mais favoravel no dia seguinte, tendo apenas dezeseis dias de liberdade até á hora do embarque para a India em 24 de Março de 1524. Nem tempo teve para preparar-se com roupas e alimentos para uma tormentosa viagem de

[1] *Perdões e Legitimações de D. João III*, Livro XX, fl. 296 v. — Juromenha, *Obr.*, t. I, p. 166. — Custa a crêr como este documento tão patente na Torre do Tombo não despertou a curiosidade de nenhum investigador camoniano. D Antonio Alvaro da Cunha no seculo XVII ou D. Francisco Alexandre Lobo, no seculo XIX.

seis mezes e sob a disciplina inflexivel do homem de guerra. [1]

D'esta vez não se appresentou seu pae como fiador, no Registo da Casa da India, como em 1550. D'aqui se infere que estava ausente de Lisboa, ou que, melindrado pela prisão do filho se não quizesse prestar a nova responsabilidade. [2] As tradições, colhidas pelos linhagistas, auxiliam o esclarecimento do problema. No Manuscripto genealogico de Cabedo (1602 a 1604) encontrou Camillo Castello Branco esta referencia a Simão Vaz de Camões: «*que foi por Capitão de uma náo á India, e deu á cósta á vista de Goa; salvou-se em uma taboa, e lá morreu, deixando viuva Anna de Macedo, dos Macedos de Santarem.*»

Quasi dez annos depois d'este trecho de

[1] Quando era ainda ignorada a existencia da Carta de Perdão, que authentíca a data da partida de Camões para a India, já Severim de Faria tinha determinado o anno de 1553 por um processo deductivo: «Não achei em seus versos, nem em memoria alguma o anno em que se embarcou. Sómente escreve, que tanto que chegou a Gôa sahiu o Vice-Rei com uma armada sobre o Rey da Pimenta. Foi esta empreza, segundo referem as historias da India, no fim do anno de 1553. Pelo que consta que partiu de Lisboa no março de 1553 com Fernando Alvares Cabral, que, indo por Capitão de quatro náos, só elle chegou á India no primeiro de Setembro do mesmo anno.» (*Disc.*, fl. 3) Fixada tão lucidamente esta data, para que havia Faria e Sousa fabricar um documento, como o increpa o Dr. Storck, repetindo o que já estava sabido?

[2] A Carta de perdão a Camões nada tem de humilhante; já em 1551 fôra passada a Christovam Falcão uma carta de perdão por ter ferido o Meirinho de Portalegre.

Cabedo, publicou Pedro de Mariz em 1613, na biographia do poeta, que Simão Vaz: «*foy por Capitão de uma náo á India, naufragando nas costas da terra firme de Gôa.*»

E fallando do naufragio do poeta, confunde-o com o do pae, misturando dados da tradição de Cabedo, d'esta fórma: «E como o nosso Poeta ficou *sem pay, e tão pobre, que se salvou em uma taboa em tempo que esperava ficar rico:* vendo-se n'este desamparo (ou como dizem homiziado ou desterrado por huns amores no Paço da Rainha, se embarcou para a India.» Pelo *Indice de toda a Fazenda*, por Figueiredo Falcão, sabe-se que uma Náo Conceição, em 1553 arribada, tinha em 1555, no seu naufragio, segundo a relação de Manoel Rangel, por Feitor um tal *Simão Vaz*, que ahi morreu.[1]

[1] Na *Relação do Naufragio da Náo Conceição* em 1555, no Baixo de Pero dos Banhos, lê-se: «Tanto que *Simão Vaz*, Feitor da Náo, a viu arrombada, logo se metteu na primeira batelada, em a qual saíu em terra, e andou n'ella por espaço de uma hora toda em redondo, tão pasmado, como homem fóra de seu juizo. Lembrou-se que lhe ficára um pouco de dinheiro em um cofre; tanto que lhe lembrou, tornou-se a embarcar para tornar á Náo, e quando lá foi já o não achou; então se tornou com o Capitão e com Affonso da *Gama*, que inda não tinha vindo á terra, e quando se veiu ao desembarcar não se quiz sahir do batel, e disse-lhe o Capitão Affonso da *Gama*: «Não torneis á Náo, que não tendes lá que fazer. Elle, dizem que, respondeu: «Eu quero tornar para fazer tirar algumas cousas que são necessarias. E não se quiz sahir e ficou em o batel com o Contra-mestre e marinheiros; e tanto que o batel foi remando e que se afastou das pedras, olhou para terra e então disse que o tornassem a pôr

Faria e Sousa transcrevendo as indicações que encontrou no Livro de apontamentos das Pessoas que passaram á India, continúa:

«*Aunque el Poeta se huviese alistado el año de 1550 no se embarcó: hizolo el de 1553 en que fué por Capitão Mayor de las Naves Fernando Alvares Cabral.*»

E accrescenta Faria e Sousa os esclarecimentos decisivos:

«*En el Registro de la gente d'ella y titulo de la Gente de guerra, ay este assiento: =Fernando Casado, hijo de Manuel Casado y de Blanca Queymada, moradores en Lisboa, Escudero. Fué en su lugar* LUIZ DE CAMÕES, *hijo de Simão Vaz y Ana de Sá, Escudero; y recebio 2400 reis como los demas* =

No livro do viajante Pyrard, contendo a

---

em terra; e os marinheiros e Contra-Mestre não quizeram, por que tinham já levada a fateixa, e os mares quebravam muito rijo: não ousaram a tornar; e n'isto chamou por um mancebo que se chamava Pedro Alvares sobrinho do Mestre, marinheiro da Náo, e dizem que lhe dissera d'esta maneira: — Dizei-me, Foam; querem-me matar os marinheiros? E elle lhe respondeu, que nem dissesse tal cousa. nem cuidasse n'isso. Respondeu então o Feitor: — Se sois meu amigo, ponde-me em terra, se não lançar-me-hei ao mar. E n'isto lhe disse um Antonio Gonçalves, que vinha por Condestavel da Náo, — que se lançasse, se quizesse, que não havia de tornar á terra; e elle com isto se despediu e se lançou ao mar, e indo para terra, vieram uns mares grandes, e passaram por riba d'elle, e vindo junto das pedras veiu um mar e o botou entre as mesmas pedras, e alli se afogou e ao outro dia o acharam morto, porque o mar o botou fóra, e vinha com umas mordeduras nas pernas, que pareciam de peixes, e en-

noticia da sua navegação das Indias Orientaes, de 1601 a 1611, descreve-se a organisação das Armadas que partiam de Lisboa: «Quando se quer fazer um embarque de Lisboa para a India, fazem uma léva de soldados por todo o Portugal, em cada freguezia, como cá se faz com os gastadores, e acceitam toda a sorte de gente, de qualquer qualidade e condições que seja, comtanto que chegue á edade de nove a dez annos; e esses *tomam a rol e ficam tidos e pagos por soldados.* Se não se acha quem queira ir de propria vontade, fazem-nos ir por força, sem differença de edade, e todos matriculados na Casa da India, de Lisboa, onde dão *fiador* até embarcarem. Adianta-se-lhes todo o dinheiro da viagem, por que a maior parte são filhos de gente pobre, e têm necessidade de se vestir e

---

terramol-o na Ilha, e com a sua morte fômos muito tristes, porque até então não tinha morrido nenhuma pessoa.» (*Historia Tragico-maritima*, t. I, p. 186.)

Seria este *Simão Vaz* o pae do Poeta? Com este simples nome é referido como pae de Luiz Vaz de Camões na Carta de Perdão de 7 de Março de 1553, e no Assento da Casa da India para o embarque do poeta em 1550; e esse mesmo *Simão Vaz* que trabalhava nos Armazens da Guiné e India e nas Armadas em 1529, é o *Simão Vaz* Feitor da Náo Conceição naufragada em 1555.

Além d'isso, Simão Vaz de Camões era filho de D. Guiomar da *Gama*, e o piloto da Náo era Affonso da *Gama*, que tratava o Feitor com intimidade.

As tradições conservadas por Cabedo e Pedro de Mariz de ter o pae do poeta naufragado, salvando-se em uma *taboa* (batelada) em tempo que esperava ficar rico e depois lá morreu, coincidem com a época de 1553 (ausente de Lisboa) e 1555 em que morre.

armar.» Camões teve de appresentar fiador, recebendo 2$400 reis *como os demais;* bem prova isto o estado de pobreza de sua familia, e quasi que o alistamento forçado, solto de poucos dias da cadêa do Tronco. Ha no Soneto CLVIII um verso em que o poeta protesta contra o repentino embarque para a India por determinação official:

> Eu me aparto de vós, Nymphas do Tejo,
> *Quando menos temia esta partida;*
> E se a minha alma vae entristecida,
> Nos olhos o vereis com que vos vêjo

A observação *como os demais* posta no alistamento de Camões, substituindo um obscuro recruta, mostra que nem a fidalguia do seu nascimento, nem a excepcional cultura de intelligencia e valiosas relações pessoaes o differenciaram da *Gente de guerra*, apanhada a laço, segundo o costume notado por Pyrard; e comtudo, nota o viajante: «Entre esses soldados matriculados ha dignidades e qualidades mais honradas umas que outras, e estas precedencias lhes vêm umas de raça e prosápia, outras de seus serviços e virtudes, e outras ainda de favor; de sorte que recebem paga segundo estas differenças mais ou menos.» Com certeza houve o intuito de affrontar em Camões a fidalguia, as virtudes, os serviços em Africa, emfim, prival-o de todo o favor. *A piedade humana me faltava*, exclamou Camões na Canção XI, synthetisando esta crise da sua vida.

O erudito Storck procura invalidar o valor historico d'este assento, partindo de que redigido em fórmulas officiaes ellas não são

eguaes entre o primeiro e o segundo assento; e que faltando-lhe a indicação do *fiador*, isso denunciava a falsificação: «O que me surprehendeu primeiro e me fez desconfiar, foi exacta e unicamente este incomprehensivel esquecimento do falsificador que não se lembrou da *caução*.» (*Vida e Obr*., p. 135.) Juromenha encontrou nos Apontamentos do padre D. Flaminio, um que «traz a copia de um registro da mesma Casa da India, pelo qual consta que fôra *fiador do Poeta Belchior Barreto*, e que julgo era seu tio, casado com uma irmã de sua mãe...» (*Obr*., I, 53.) Outra vez se insurge o Dr. Storck, considerando o apontamento, achado por Juromenha, como sendo um acto de caridade do P.e D. Flaminio para salvar Faria e Sousa da omissão do nome do fiador de Camões! Pela sua parte D. Carolina Michaëlis, procurando acudir ao Dr. Storck, põe em nota: «Nenhuma obra bibliographica nos elucida sobre o Padre D. Flaminio e a parte que quiz tomar na fixação de uma data importante da vida de Camões.» D. Flaminio era um frade augustiniano «profundo indagador de noticias genealogicas»; como nada imprimiu não apparece o seu nome nas bibliographias; e o seu apontamento, nunca aproveitado até 1860, só foi colligido com o intuito de pesquiza linhagista, aproveitando-se talvez de noticias [1] do

[1] Por este tempo e na communidade de D. Flaminio, vivia D. Marcos de San Lourenço, que commentava os *Lusiadas*, dando conta em carta de 25 de Septembro de 1637 a Jorge Cardoso, que tinha completo para a impressão cinco Cantos do seu *Commentario*

*

commentador D. Marcos de S. Lourenço. E que aproveitava a Faria e Sousa fabricar documentos para contradictar as suas primeiras affirmações? Elle o manifesta: «Estos dos assientos, que son infalibles, nos oferecen algunas novedades, *que desdizen mucho algo de lo que diximos en su vida*, seguindo los primeros que se occuparon en escribirla.»

O poeta comico Antonio Ribeiro Chiado, que mereceu uma louvavel referencia de Camões no *Auto de El rei Seleuco*, ao descrever os perigos da côrte no seu auto *Pratica de Outo Figuras*, parece retratar as decepções do amigo que desde 1543 a 1553 fôra dispendendo a vida em enganosas esperanças:

Oulha, conhece teu mal,
Não te engane o bem do Paço.
Pois n'elle gastas o aço
E ficas no ferro tal.
E' uma tal peçonha
Esta que todos nos cega,
E é tinha que se apega
E é mal que se não sonha,
Quanto homem depois renega.
Ha dez annos
Que me mantenho de enganos,
Sem sentir lavrar os erpes
Mui mais danados que serpes,
E tudo para meus danos.
Oh Paço! oh Paço! eu diria
Que és thezouro de maldades,
Pois nos gastas as edades
No melhor da mancebia.

---

sobre os 10 Cantos dos Lusiadas de Camões. Ficou inedito.

Juromenha extrahiu algumas linhas d'este Commentario, referentes ao Canto III, estancia 16 dos *Lusiadas.*

Quem cuidasse
Ante que no Paço entrasse.
O que hade ser ao diante,
Certo que escolhesse ante
Cousa com que se matasse.

Não se pode affirmar que o Chiado pintava n'estes versos a situação de Camões; mas pelas relações de amisade não ignorava que elle perdera o melhor da sua mocidade, dos dezenove aos vinte nove annos, mantendo-se de esperanças que fôra forçado a enforcar ao partir para a India. Na Carta I, da India, escreve: que partia de Portugal, «como quem o fazia para o outro mundo; — mandei enforcar a *quantas esperanças dera de comer até então*, com pregão publico: Por falsificadoras de moeda. E desenganei esses pensamentos que por casa trazia, por que em mim não ficasse pedra sobre pedra. — Porque quando cuido, que sem peccado que me obrigasse a tres dias de purgatorio, passei tres mil de *más linguas, peores tenções, damnadas vontades*, nascidas de *pura inveja*... Da qual tambem *amisades mais brandas que cêra*, se accendiam em odios, que disparavam lume que me deitava mais pingos na fama, que nos couros de um leitão. Então ajuntou-se a isto acharem-me sempre na pelle a virtude de Achilles, que não podia ser cortado senão pelas solas dos pés; as quaes de m'as não vêrem nunca, me fez vêr a de muitos, e não engeitar conversações da mesma impressão, a quem fracos punham máo nome, *vingando com a lingua o que não podiam com o braço*. Em fim — eu não sei com que me pague saber tão bem fugir a quantos laços n'essa terra me armavam os acontecimentos...»

Todas as phrases do texto transcripto d'esta Carta têm um singular valor historico; comprehendem os successos que lhe complicaram a vida no decennio de 1543 a 1553, (os *tres mil dias*. que são os outo annos, descontando os dois annos em Ceuta.) Detalhando as causas do seu soffrimento, caracterisamol-as pelas proprias indicações do poeta:

— *Más linguas:* as allusões a ser fidalgo pobre, vaidoso da sua linhagem; valentão; chascos ao Trinca-Fortes, Cara sem olhos, e homem das abas grandes, e toda a materia a que deu Caminha curso nos seus Epigrammas.

— *Peóres tenções:* Relacionando o seu parentesco como sobrinho de Dom Bento de Camões, lembrando conflictos d'este como Prior geral de Santa Cruz de Coimbra com el-rei D. João III, e com o Reitor da Universidade, emquanto foi Cancellario.

— *Damnadas vontades:* a malevolente interpretação do *Auto de El rei Seleuco*, dando-o como allusivo a el-rei D. João III e aos mallogrados amores com sua madrasta D. Leonor de Austria; tambem a entrega do manuscripto ao Camareiro-mór João Rodrigues de Sá, entre cujos papeis se conservou.

— *Pura inveja:* dos poetas cortezãos, como Pero de Andrade Caminha e seus apaniguados, Philippe de Aguilar, Jeronymo Côrte Real, etc.

— *Amisades brandas:* de amigos que se mostraram indifferentes á sua desgraça, tendo aliás altas influencias na côrte, como D. Manoel de Portugal, Dom Antonio Pinheiro, D. Theodosio, duque de Bragança, e o conde de Linhares, etc.

— *Vinganças com a lingua:* Calumnias dos cobardes, que o desacreditavam na côrte a occultas, para que não os prejudicasse a sua superioridade mental e moral; fazendo-o passar como perdulario, brigão e motejador implacavel.

— *A fatalidade dos acontecimentos:* O caso fortuito do encontro de Gonçalo Borges, tendo de acudir a dois amigos, que fugiram e o deixaram nas garras da justiça, e que elle com toda a nobreza nunca denunciou, carregando com a responsabilidade tremenda do crime de lesa-magestade.

A partida de Camões para a India, pareceu aos biographos que no seculo XVII colligiram tradições da vida do poeta, ainda *um desterro*, como o escreveu Paiva de Andrade nas suas *Lembranças.* Nas tradições ha sempre um residuo de verdade; nos *Lusiadas* vê-se o reflexo da emoção pessoal do poeta, quando na despedida dos nautas deixa este traço:

> Certifico-te, oh rei, que *se contemplo*
> *Como fui d'estas praias apartado,*
> Cheio dentro de duvida e receio,
> Que apenas nos meus olhos ponho o freio
> (Cant. IV, st. 87.)

Com uma grande intuição sentimental de esta scena de despedida, o Dr. João Teixeira Soares considera como reminiscencia do ultimo abraço de sua mãe estes versos:

> «Oh, filho, a quem eu tinha
> Só para refrigerio e doce amparo
> D'esta cansada ja velhice minha,
> Que em chôro acabará, penoso e amaro,
> Porque me deixas, misera e mesquinha?
> Porque de mi te vás, oh filho caro?
> (Ib., st. 90.)

EPOCA TERCEIRA

Dezeseis annos no Oriente

(1553 a 1569)

—

Abandonada a Africa, no plano da administração de D. João III, a viagem da India era o recurso das familias fidalgas para a carreira dos seus filhos; dil-o Diogo do Couto nos Dialogos do *Soldado pratico:* «que os mais dos homens fidalgos querem mandar seus filhos — á India; porque *como não ha já Africa*, não lhes podem dar despezas para estas partes, e o tempo está de tal maneira, que não ha homem tão abastado n'este reino que possa sustentar mais que um filho, ainda com trabalho, *e todos se querem lançar n'essa India ás más fadas* . . » (p. 38, 1.ª redacção.) «seus paes não fazem pouco em lançar sua carga em outro, e mandam-nos á India aonde S. Alteza os sustenta muito differente do que seus paes o podem fazer, em casas de gran des alugueis com pagens desbarretados, gen-

tes bem ataviadas, que dizia o Conde Viso-Rei pelos fidalgos da India, que sempre andavam ás cannas... e ha mancebos fidalgos tão ditosos, que em sahindo do ninho e casas de seus paes, lhes manda dar S. Alteza para sua despeza trezentos ou quatrocentos cruzados, ou tres ou quatro mil por anno, que é uma boa merçê, e que se antigamente dava a fidalgos velhos no serviço e cheios de muitas cãs, e por isso não ha dinheiro que baste á India para as grandes despezas que S. Alteza faz;... mas o peior he, que *nenhum quer ser soldado, todos querem ser Capitães*, por que dizem que o serviço do soldado he muito, e que não tem nome nem preço para o requerimento das mercês...» (*Id.*, p. 39.) Camões inscripto como soldado, obrigado ao serviço militar de cinco annos, estava inhibido de receber essas mercês regias, e a India não lhe apparecia como uma esperança salvadora. Não era equiparado ao «Fidalgo mancebo, que vem do Reyno sem hum cruzado, querer logo ter casas de trinta de alugueis por mez, cavallo ajaezado de prata, caprazões ricos...» trajando «calção de veludo, espadas douradas, tranças de ouro, passamanes de guarniçóes de ouro e prata...» (*Ib.*, 140.) Substituindo entre a gente de armas a um filho do povo, competia a Camões como aos soldados de bom tempo, como descreve Diogo do Couto: «sayo de guingão pardo, ceroulas de cheila, gibão do mesmo, coura de couro golpeado, gôrro de milão, espada curta em talabarte de anta...» (*Ib.*, 142.) Esta desegualdade evidenciava-se logo na formação das Armadas em Lisboa, como observa o chro-

nista: «por onde, já nas Armadas que fazem não tratam dos navios que são necessarios para a jornada, senão dos Fidalgos a que hamde dar embarcação, as quaes as não tomam para mais que levar os seus môços; e os soldados ficam na terra, e as mercês que lhes fazem não lh'as medem pela despeza da gente que levam, senão pelo appellido que têm...» (*Ib.*, 39.) Camões não tinha illusões sobre a administração politica e economica dos Vice-Reis na India, como o manifestou logo no seu juizo em uma das Cartas que chegou até nós; deixando a Africa quando o poder real a abandonava, seguiu para a India quando o nosso Imperio oriental se dissolvia por uma depradação governativa. Esta tremenda crise é apontada por Diogo do Couto: « As rendas da India não bastam para as despezas ordinarias.» (*Ib.*, 34.) E pondo em contraste as duas épocas: «na India quando n'ella não havia mais do que dois mil homens; que gastavam o tempo de inverno e de verão nas Armadas da Costa da India e no Estreito, e não tinham outra vida, então servia (sc. a matricula); mas agora, que ha quinze ou dezeseis mil homens repartidos pelas Fortalezas, cidades, villas e castellos de S. Alteza, e outras que elles por si fizeram em terra e logares de inimigos, que estão povoados com filhos e netos e uns e outros vivem como naturaes com fazenda de raiz e muita renda, vivem negociando seus proveitos, como abelhas, e para as Armadas de S. Alteza *acham-se muitos para receber e poucos para servir*, estando vencendo sempre na Matricula de S. Alteza, sem nunca o ser-

virem sendo necessario.» (p. 33.) Era o que ainda hoje se chama viver á mesa do orçamento. Diogo do Couto aponta alguns d'esses boeiros por onde se esgotavam as riquezas da India: «vem esta pobreza dos muitos ordenados de Arcebispos, Bispos, Inquisidores e outros officiaes, despezas dos Mosteiros que agora ha...» (*Ib.*, p. 48.) Paga adiantada de cinco mil pardáos aos Capitães de Chaul, Baçaim e Diu «que *estava em costume a fazer-se aos Capitães*, para poderem ganhar alguma cousa em suas Fortalezas, e que para isso davam fiança para segurar a Fazenda de S. Alteza...» (*Ib.*, p. 52.) Era a pilhagem organisada na administração: «Todos os cargos de Escrivães, Commissarios, Juizes, e outros officiaes das Indias, são distribuidos pelo termo de *tres annos*, e devem ser exercidos pessoalmente, sendo por grande favor transferidos a um genro como dote da mulher.» Facto notado pelo hollandez Linschott, no seu *Itinerario*, (p. 59.) Cada funccionario fazia render o officio quanto possivel n'este triennio; e o peor é o que se dava com o governo dos Vice-Reis, sempre voluntariosos e sem plano. Diogo do Couto o notava: «de maneira que cada tres annos vêdes a India demudada, que se não conhece, *como homem que entra em Auto por muitas figuras com differentes trajos*; por que não ha nenhum Vice-Rei que queira conservar e sustentar o que achou feito por outro.» (*Ib.*, p. 74.) Camões seguiu para a India quando os Vice-Reis se succediam no mais desaforado delirio de se enriquecerem; e com o exemplo de cima, todo o funccionalismo medrava na concussão e peculato.

Escreve Silveira, nas *Memorias de um Soldado da India*: «parece cousa vergonhosa e de grande escandalo vêr o que muitos Vice-Reis tiram d'aquelle governo de tres annos: que não é sabido nem entendido o numero de dinheiro que embolsam, senão de pessoas que com secreta curiosidade o sabem observar,—os quinhentos ou seiscentos mil cruzados que a troco de tanto descredito da auctoridade real, sangue e vidas de seus proximos naturaes portuguezes embolsam.» (p. 146.) Diogo do Couto, no *Soldado pratico*, aponta alguns d'esses modos como roubavam, explorando a cunhagem e alteração do valor da moeda: «Quer um Vice-Rei bater moeda falsa, que assim lhe posso chamar, pois damnifica o povo: val o cobre a quarenta xerafins o quintal; batem os bazarucos a razão de sessenta e setenta; vem os mouros da outra banda, que trazem o olho em nossas cousas, e vendo o excessivo ganho, batem logo lá em terra firme grande quantidade de bazarucos e á formiga a metem em Goa, na qual ganham um poço de ouro, porque ainda a fazem mais pequena. Vêm os mercadores das vacas, padeiros, botiqueiros, hortalões, e todos os mais, ou não querem tomar a moeda, ou valendo trezentos reis um xerafim, pedem trezentos e sessenta; accrescentam um bazaruco na medida do arroz, no peixe, na carne; o padeiro faz o pão de menos pezo, e assim por esta maneira todas as mais cousas, com que os pobres perecem e clamam; acodem logo com o remedio, que é abater na moeda tres bazarucos, que valham dous, que é grande roubo, e assim o povo padece, e o

criado do Viso-Rey, que abateu o seu cobre fica com cinco e seis mil cruzados de ganho, e se lhe quereis ir á mão, e dizeis que não póde bater aquella moeda, ri-se de vós e zomba de todos.» (p. 138.)

Depois d'isto, o quadro do funccionalismo afinado ao mesmo diapasão, leva a avidez até ao esgotamento das riquezas da India, acudindo n'esta ameaçadora escassez o commercio da China, e por ultimo o trafico real exclusivo do Japão. Silveira, nas *Memorias de um Soldado da India*, descreveu ao vivo esta miseria moral da administração portugueza, que era um symptoma da decadencia de um Imperio tão heroicamente fundado:

«Tem estes ministros da fazenda por tão proprio o que furtam, que já não fazem d'isso algum escrupulo de consciencia.—Conforme a isto, os Escrivães que lançam aos soldados e o Feitor que lhes hade pagar o dinheiro, se concertam e fazem entre si sua repartição:—o escrivão de boa habilidade entre dois soldados vivos transpõe um morto ou que anda na China; e depois na pousada fazem suas contas, e cada um leva o que lhe cabe do seu suór e trabalho.

«Outra se vae em criados de fidalgos, alcoviteiros, malsins, pagens e similhantes, que têm suas intelligencias para receberem com os soldados d'aquelle pagamento; e depois ficam em Gôa servindo a quem servem sem algum medo nem vergonha, por ser *a India mãe piedosissima de velhacos e cruel madrasta de homens de bem.*

«Outros têm amisades com os Capitães de fustas e galés: e a essa conta alcançam d'el-

les que os ponham no Rol para receberem paga, e que os acompanham até encontrarem navios de chatins ou sahirem n'algum porto onde se fiquem, por que lhes importa muito chegar a Cochim ou ao Norte a certo negocio: e algumas vezes a dar cutiladas ou fazer outra maior maldade por dinheiro que lhes dão.» (Silv. *ib.*, p. 155.)

«O modo como hoje se provê em nossas Armadas indianas é este. Dá-se ao Capitão do navio ou galé, que vae para o Malabar ou para qualquer outra parte, para cada soldado tanto para biscouto e arroz, quando não n'o ha nos armazens... e tanto para carne, pescado e outras miudezas, e cem pardáos de mercê sendo o navio ligeiro, se é galé trezentos, e ás vezes mais. — Porém este provimento não é mais que por tempo de tres mezes: e depois lhe dão o dinheiro para elles se provêrem.

«Estes Capitães (exceptuando alguns zelosos e amigos da honra, que não são muitos) tanto que vêem na sua mão o dinheiro d'aquella provincia, fazem logo suas contas de quanto hão de forrar, para passarem aquelle inverno em Gôa com grande casa em rua corrente e seus pagens e bom cavallo, para melhor e com mais auctoridade poderem namorar, tratar com alcoviteiras e parar largamente aos dados. — D'esta maneira enchendo a bolsa do mantimento do pobre soldado e da muxara (ração, do malaio *musara)* dos marinheiros — que pagando-se quarenta não trazem mais de dezoito e algumas vezes menos — vêm estes desalmados a ter cabedal para combater mulheres casadas e donzellas,

fazendo mil excessos... E no fim da jornada, quando fôra muita justiça fazel-os morrer por justiça, lhes dão uma Fortaleza de que em tres annos, por caminhos tão illicitos ou mais, venham a tirar mil cruzados, que com menos se contentam.» (p. 156.) O espirito do lucro confundia a actividade militar com a avidez da onzena e do mercantilismo, como descreve Linschott, no seu *Itinerario:* «Ha outros soldados que são empregados por alguns dos seus amigos a fazerem algumas viagens e a exercer alguns negocios, e são chamados *Chatins*, porque quando a Fróta se equipa se recusam a seguil-a, o que é da sua liberdade, e embora não vão á guerra nem por isso deixam de ser chamados soldados.» O senso moral soffrera uma profunda alteração na consciencia portugueza; com o seu raro tino critico indica-o Diogo do Couto, no *Soldado pratico*: «no tempo de agora mais são os males que se dissimulam, que os que se castigam; porque ás vezes val mais a desculpa dos culpados, que a verdade dos leaes; ...quanto mais que os officiaes d'este tempo tem dado hum entendimento a este nome *peitas*, que lhe não dera melhor Bartholo para favor do seu direito; cuido que está provado pelos *Padres confessores da Companhia*, que são os mais rigorosos que agora ha em casos de restituição; — e dizem, que peita se entende a que se toma da parte antes de a despachar e concerto que com ella fazeis por seu despacho; mas se estas duas cousas não intervierem no negocio, se a parte foi despachada simplesmente e á boa fé lhe foi feita mercê — pode muito bem depois de despa-

chada a parte, gratificar e agradecer ao despachador o beneficio recebido, e que se o não fizer será havido por ingrato e máo homem de côrte, etc » (*Ib.*, p. 14.) Além da moral jesuitica, fundada em restricções mentaes e sophismas soezes, a Companhia exercia um grande influxo de intriga pelo seu desenvolvimento temporal no governo da India, em que se tornara um elemento perturbador. Camões conhecera esse influxo deleterio nos estudos humanisticos de Coimbra, cuja direcção tiraram ao Mosteiro de Santa Cruz; fôra encontrar na côrte de D. João III esse falso ascetismo, com que se apoderou da familia real, extorquindo-lhe espantosos privilegios e riquezas; vinha agora encontrar uma mais ferrenha *diligencia* da Companhia, que por tantos aspectos se lhe mostrara antipathica. A vida da India, para onde os acontecimentos o impelliram, era um abysmo onde os odios, as doenças, os desastres e a miseria o supplantariam se o não fortificasse uma aspiração ideal — o Pensamento novo que o alenta e a que procura dar fórma artistica. Esses dezeseis annos, que passou na India, longe da Sião querida, que era Lisboa, acham-se constituindo dois periodos: o 1.º comprehende a sua actividade militar durante os *cinco annos* de serviço obrigatorio (1553 a 1558); o 2.º em que em suave convivencia litteraria se refugia na idealisação poetica, repassando e coordenando as suas composições.

1.º Periodo: Cinco annos de vida militar

A) Viagem para a India — Chegada a Goa — Expedição contra o Chembé (1553)

Embora se conhecesse tarde o documento official que authentica em que Armada partiu Camões para a India, a Elegia III, em que descreve a sua viagem, as grandes borrascas, na passagem do Cabo da Boa Esperança, a chegada a Goa e logo o primeiro feito de armas contra o Rei da Pimenta em que tomou parte, levava a precisar datas irrefragaveis, rigorosamente historicas. Essa admiravel Elegia, que tem a rubrica vaga *Da India a um amigo*, acha-se no Cancioneiro manuscripto de Luiz Franco, (fl. 4) com a dedicatoria *Da India, a Dom Antonio de Noronha*, o seu joven amigo, filho do segundo Conde de Linhares, o enamorado de D. Margarida da Silva, prematuramente morto na terrivel surpreza de Tetuão em 18 de Abril de 1553, quando Camões levava já vinte e seis dias de viagem. Na Elegia III, ao descrever a chegada áquella terra: *De todo o pobre honrado sepultura*, narra com singeleza o seu baptismo de sangue: *Foi logo necessario termos guerra.*

Não escaparam a Manoel Severim de Faria estas circumstancias, e por ellas deduziu com rigor em que Armada partira Camões para a India, determinando pelo feito de armas a data da chegada a Goa: Foi esta empreza, segundo referem as historias da India, no fim do anno de 1553. Pelo que consta que

partiu de Lisboa no março de 1553 com Fernando Alvares Cabral, que indo por Capitão mór de quatro náos, só elle chegou á India no primeiro de septembro do mesmo anno.» (Fl. 3.) Effectivamente Diogo do Couto refere que «a *Náo San Bento*, em que vinha Fernão Alvares Cabral, que o Março atraz passado tinha partido do Reino por Capitão-mór de quatro náos, e d'ellas *só chegou esta a Goa.*»[1] Interessantes noticias d'esta viagem tormentosa encontram-se na *Relação summaria da Viagem que fez Fernão d'Alvares Cabral, desde que partiu d'este Reyno por Capitão-mór da Armada que foi no anno de 1553 ás partes da India*, escripta por Manoel de Mesquita Perestrello, *que se achou no naufragio* da torna-viagem, em 23 de Abril de 1554, na Terra do Natal. Era composta a Armada de cinco navios; como a náo *Santo Antonio*, que devia ser commandada por D. Manoel de Menezes, se queimou no Tejo quando ainda estava recebendo carga, partiram apenas quatro, nos dias 23 e 24 de Março de 1553, em um domingo de ramos, como indica Perestrello. Storck, corrige pelo Kalendario universal de Kisselmeyer fixando pelo domingo de ramos o dia 26. Variam os nomes de algumas náos nas indicações de Perestrello, Figueiredo Falcão e Diogo do Couto, que são uniformes quanto aos nomes dos Capitães. Belchior de Sousa commandava a *Con-*

[1] *Decada* VI, liv. 10, cap 11 O Bispo de Viseu, na sua *Memoria*, p. 183, nota C, seguiu estas referencias destacando os factos positivos.

ceição (ou *Cerveira)*, D. Pedro de Noronha, a *Loreto*, ou *Rosario* ou *Santa Cruz)*. Ruy Pereira de Sousa a *Santa Maria da Barca;* e Fernão Alvares Cabral, como Capitão-mór ia na *Náo San Bento* «*que era então a melhor que então havia na carreira*» e levava por piloto Diogo Garcia, o Castelhano, por mestre Antonio Ledo, e por contra-mestre Francisco Pires, todos homens muito estimados em seus cargos...» Foi desastrosa a viagem d'esta Armada, como narra Perestrello: «Partiram do porto d'esta cidade de Lisboa em Domingo de ramos, 24 de Março do dito anno, e seguiram sua róta alguns dias, assim em conserva, até que andando o tempo, succederam tão diversos acontecimentos, que foi forçado a apartarem-se uns dos outros, ajudando-se cada um do caminho que melhor lhe parecia, segundo a paragem em que se achavam, para salvamento das vidas e fazendas que levavam a seu cargo...» [1] Antes de seguir-se o roteiro da náo *San Bento*, através de tremendas borrascas, é tambem commovente o estado moral de Camões, que exprime na Carta I, na Elegia III e ainda nos *Lusiadas;* sentia que caminhava para a morte, certo de que nenhuma esperança lhe restava: «Despois que d'essa terra parti, *como quem o fazia para o outro mundo.*» A familia de Catherina de Athayde planeara casal-a com outro, mas fôra baldado esse empenho; dil-o o poeta no Soneto XCI, alludindo aos

---

[1] A *Relação* de Perestrello vem na *Historia tragico-maritima*, t. I, p. 41.

domesticos venenos, nunca provados, e antes certo de que era *mais o amor*, quanto *as causas eram de ser menos.* Elle na despedida lembra-se das «danadas vontades, nascidas de pura inveja, de vêrem *su amada yedra de si arrancada, y en otro muro asida...*»[1] Magoava-o a situação em que ficava, exposta ás solicitações prementes da familia, em uma tristeza nostalgica, contrariada no seu amor, vindo a morrer de saudade, ao fim de tres annos, *tão cedo.* Com este desmoronamento de esperanças e pensamentos, o poeta procurou «*fugir a quantos laços n'essa terra me armavam os acontecimentos...*»

A impressão da partida vibra intensamente na estancia dos *Lusiadas* quando descreve a sahida da Armada de Vasco da Gama, cujo roteiro syncretisa com o seu proprio:

> Já a vista pouco e pouco se desterra
> D'aquelles patrios montes que ficavam;
> Ficava o caro Tejo e a fresca serra
> De Cintra, e n'ella os olhos se alongavam.
> *Ficava-nos tambem na amada terra*
> *O coração, que as magoas lá deixavam;*
> E já despois que toda se escondeu,
> Não vimos mais, emfim, que mar e céo.
>
> (Cant. v, st. 3)

Era ainda a emoção do amor, que o alentava n'esta situação de completa incerteza, que elle na ironia de tantas decepções ca-

[1] Magnin explicava: «Esta phrase poderia fazer suppôr que a sua eleita se havia casado com outro.» Não é possivel tal supposição diante dos documentos authenticos; revela a tentativa da familia, que o poeta conhecia.

racterisa: «*assi posto em estado, que me não via se não por entre lusco e fusco...*» No Soneto CXLIII, talvez communicado na despedida, faz a profissão de fé de um sentimento que é o seu viatico:

> Gentil senhora, se a fortuna imiga,
> Que contra mi com todo o céo conspira,
> Os olhos meus de vêr os vossos tira,
> Porque em mais graves casos me persiga;
>
> Commigo levo esta alma, que se obriga
> *Na mór pressa do mar, de fogo e d'ira,*
> *A dar-vos a memoria*, que suspira
> Só por fazer comvosco eterna liga.
>
> N'esta alma, onde a fortuna póde pouco,
> *Tão viva vos terei*, que frio e fome
> Vos não possam tirar, nem mais perigos;
>
> Antes, com som de voz, trémulo e rouco,
> Por vós chamando, só com vosso nome
> Farei fugir os ventos, e os imigos.

No Soneto XXII exprime o protesto, da infinda lembrança que o acompanha:

> De vós me parto, oh vida, e em tal mudança
> Sinto vivo da morte o sentimento;
> Não sei para que é ter contentamento,
> Se mais hade perder quem mais alcança.
>
> Mas, dou-vos esta firme segurança:
> Que postoque me mate o meu tormento,
> Por as aguas do eterno esquecimento
> Segura passará minha lembrança.
>
> Antes, sem vós, meus olhos se entristeçam,
> Que com cousa outra alguma se contentem;
> Antes os esqueçaes, que vos esqueçam.
>
> Antes, n'esta lembrança se atormentem,
> Que com esquecimento desmereçam
> A gloria que em soffrer tal pena sentem.

Na Elegia III, em que relata ao seu juvenil amigo D. Antonio de Noronha a viagem para a India, começa pelo dito de Themistocles ao poeta Simonides que lhe exaltara a arte mnemonica:

Se me desses uma arte, que em meus dias
Me não lembrasse nada do passado,
Oh quanto melhor obra me farias!

Se este excellente dito ponderado
Fosse *por quem se visse estar ausente*
Em longas esperanças degradado;

. . . .

De que serve ás pessoas o lembrar-se
Do que se passou já, pois tudo passa,
Se não de entristecer-se e magoar-se?

Os primeiros dias da viagem passaram-se serenamente, dando logar ao poeta a estas intimas concentrações de melancholia, em que as ondas o embalavam:

Soltava Eolo a rédea e liberdade
Ao manso Favonio brandamente,
E eu a tinha já solta á saudade.

Neptuno tinha posto o seu tridente;
A prôa a branca espuma dividia,
Com a gente maritima contente.

O côro das Nereidas nos seguia;
Os ventos, namorada Galatêa,
Comsigo *socegados os movia.*

. . . .

Eu, trazendo lembranças por antolhos,
Trazia os olhos na *agua socegada*,
E a agua sem socego nos meus olhos.

A bemaventurança já passada
Diante de mi tinha tão presente,
Como se não mudasse o tempo nada.

. . . .

Estas lembranças, que me acompanhavam
Por *a tranquilidade da bonança*,
Nem na tormenta triste me deixavam;

Porque, chegando ao Cabo da Esperança,
Comêço da saudade que renova,
Lembrando a longa e aspera mudança;

Começa aqui a antithese, em que á tranquilidade bonançosa dos primeiros dias da viagem se contrapoz a tremenda borrasca que dispersou repentinamente a Armada de Fernão Alvares Cabral. A náo Conceição arribou a Lisboa; a Santa Maria da Barca só chegou a Cochim em fins de Novembro; e a Loreto ou Rosario teve de ir invernar a Moçambique. Sómente a náo *San Bento* chegou a Goa; d'ella diz Perestrello na sua Relação: «fazia tanta vantagem a todas as outras em *grandeza, fortaleza e bondade.*»

Estes desastres das Armadas que partiam para a India provinham de serem despachadas muito tarde do reino, transpondo difficilmente o Cabo, e pelos fortes ventos do Nordeste tendo de invernarem em Moçambique. A epoca em que partiu a Armada em que ia Camões, 26 de Março, fazia prevêr as calamidades succedidas. Em uma carta do Vice-rei D. Francisco de Almeida, já se accusa o erro de despachar as Armadas para a India *em Abril.*[1] Em fins de Março é que começam

[1] . . não são chegados cá os officiaes, nem outros provimentos, e tudo he *porque os vossos officiaes de Lisboa dizem qus vos forram dinheiro em despedir as Armadas em Abril.*» E accrescenta mais adeante: «E

as fortes tempestades da Costa africana, que duram até Septembro; o grande fundador da Geographia geral Bernard Varenius, mostrando como na zona tropical só ha duas estações, verão e inverno, differenciando-se pelo calor e humidade, exemplifica esta lei climatologica como a que se passa na costa occidental de Africa ao sul do Equador: «O inverno começa pouco mais ou menos ao mesmo tempo que a nossa primavera, e dura de 15 de Março até 15 de Septembro. O verão vae de 15 de Septembro até 15 de Março. Durante o verão as chuvas faltam totalmente ou são raras, o céo está constantemente sereno. Durante o inverno, ao contrario, raramente apparece o sol um dia, tanto as nuvens e as chuvas obscurecem a atmosphera. As trovoadas são tambem frequentes. Não chove quasi nunca todo o dia, mas a maior parte do tempo, durante duas horas da manhã e duas da tarde, cáem fortes bátegas de agua, que absorve logo a terra ávida...» A boçalidade da administração, indifferente ás leis naturaes, que afrontava por sordidos interesses, causava as frequentes perdas das náos

mande V. Alteza que partam em Fevereiro, o mais tardar, por que bem vêdes o jogo que vos tem feito o partirem as náos de lá tão tarde; e perguntae a vossos officiaes qual he mór perda — se gastar e perder um mez e dois de soldo d'armada, que elles dizem que vos aproveitam em deter a partida das náos em Lisboa, ou se he mór perda um anno que as náos ficam em Moçambique, por que chegam tarde, do que elles darão contas a Deus da gente que ahi morre ao desamparo, de que não tenho culpa.» (Ap. *Annaes das Scienc. e das Lettras*, II, 144.)

*

da carreira da India, e enorme sacrificio de vidas. [1] A gente da Armada era mettida a capricho dos Capitães sem lotação. No *Soldado pratico*, observava Diogo do Couto: «Dois mil homens — parece que basta, porque vae muita para a gente ir sã e bem tratada no alojamento; porque a viagem é comprida e trabalhosa, e differentes chuvas, aonde a gente mata uma a outra; e tambem irão mais seguros, se retardarem no caminho mais do tempo acostumado, de não terem tanta falta de agua e de mantimentos; e seria de parecer, que não fosse toda a gente de armas, se não alguns homens do mar bombardeiros, para ficarem servindo na India, de que ha muita falta;»... (p. 35.) Francisco Rodrigues da Silveira, nas *Memorias de um soldado da India*, descreve as molestias dos que se embarcavam n'esta carreira; «corrupção de gengivas, (escorbuto) febres pestilentas, fluxos de ventre e outra grande copia de enfermidades, que muitas vezes consomem na viagem a maior parte, causadas assim da malicia e da diversidade dos áres e climas por onde passam, mantimentos pôdres e de pessima qualidade, que os infernaes ministros do provimento em Lisboa mettem n'ellas, e tambem da fome, que tendo por provimento de el rei prover-se cada náo por sete mezes, as

[1] Escreve Diogo do Couto, no *Soldado pratico*, p. 8 «este reyno está muito falto d'estes officiaes (pilotos) havendo n'elle os melhores, que se podem achar em todo o mundo; e vem esta falta de pilotos e homens do mar das muitas Náos que são perdidas n'esta carreira de annos para cá, por nossos peccados»...»

não provêem senão por cinco, com que depois vêm a perecer os miseraveis, se na viagem põe mais tempo, como de ordinario acontece...» A todos estes medonhos accidentes ficou exposto Camões, organisação delicada de artista, temperamento destinado ás contemplações especulativas. Sómente o poder de uma ideia poderia influir-lhe uma latente energia.

Cheio de interesse é o roteiro da sua viagem, que por um rasgo genial identificou nos *Lusiadas* com a róta de Vasco da Gama. O Dr. Storck notou esta circumstancia: «Mas podemos compôr um quadro vivo dos acontecimentos e das impressões de Camões lendo a descripção brilhante da expedição de Vasco da Gama; os factos são historicos, mas o pincel do grande artista retratou o que vira em 1553, dando-lhe um colorido pessoal.» (*Vida*, p. 446.) O que levaria Camões a syncretisar as duas rótas? Dois motivos: primeiramente a data da partida de Vasco da Gama em 28 de Março[1] de 1497, era com differença de dois dias a mesma em que partira de Lisboa a Armada de Fernão Alvares Cabral em 26 de Março (Domingo de ramos) de 1553, e por tanto sob os mesmos accidentes das hoje conhecidas leis meteorologicas; em segundo logar, usava o poeta de plena liberdade de artista, por que no seu tempo não se conhecia o Roteiro apocrypho da viagem de Vasco da Gama, inintelligente fabricação litteraria,

---

[1] Gaspar Correa, nas *Lendas da India*, contra Castanheda e João de Barros.

cheia de erros de datas calendaricas, e de excursos alheios a um diario de bordo. [1] As referencias pessoaes da róta nos *Lusiadas* esclarecem-se com os dados apontados por Linschott, que navegou na mesma carreira. [2]

> *De Mauritania os montes e logares,*
> Terra que Anteo n'um tempo possuiu,
> *Deixando á mão esquerda...*
>
> *Passámos a grande ilha da Madeira,*
> Que do muito arvoredo assi se chama,
> Das que nós povoámos a primeira,
> Mais celebre por nome, que por fama.

Linschott aponta a mesma direcção: «A 8 de Abril do anno de 1583, dia de *sexta feira santa, epoca em que as Náos partem ordinariamente*, fizemo-nos á vela, tomando a *róta da ilha da Madeira.*» (p. 4.)

«A 15 de Abril descobrimos a *Madeira* e *Porto Santo*, onde os navios se separam uns dos outros e tomam diversas rótas, cada um fazendo tudo para adiantar-se ao seu companheiro na esperança de maiores lucros ao que chegar mais cedo á India; esta emulação

---

[1] F. Ayala, no *Oriente portuguez* — Revista da Commissão archeologica da India portugueza, vol. II, p. 596 a 604.

[2] *Histoire de la Navigation* de Jean Hugues de Linschott, Hollandois, *aux Indes Orientales*. Contenant diverses Descriptions des lieux jusques à present descouvertes par les Portugais. Observations des Coustumes et singularités de là et d'autres declarations. Avec Annotations de B. Paludanus... Item, quelques Cartes geographiques et autres Figures. 2.ª ed. A Amsterdam, 1619. 1 vol. (A viagem é de 1581.)

torna por vezes a navegação desgraçada, não se podendo soccorrer uns aos outros, quando se acham de noite em perigo ou em tempo de tormenta.» Explica-nos este costume como se dispersou a Armada em que ia Camões, antes mesmo das inevitaveis borrascas da estação.

Aponta Linschott outro costume para notar o que se passou na náo *San Bento*: «As Náos que vão ás Indias tem por costume levar cada uma 400 a 500 homens e ás vezes mais soldados e marinheiros, segundo as exigencias do tempo. — Logo que os navios estão no mar alto, faz-se a revista de todos os marinheiros e soldados. Os que arrolados se acham ausentes, são notados pelo Escrivão, para que na volta se dirijam aos *fiadores, por que todos são fiados*, e os bens e bagagens dos ausentes que se acham no navio são vendidos em leilão, postos em inventario entregue á guarda do Capitão do navio. O mesmo com os que morrem a bordo.» Toda a descripção da costa africana é exclusivamente do roteiro de Camões, por que Vasco da Gama seguiu ao largo sempre directamente para o Cabo. Prosegue o poeta alludindo á costa da Numidia:

> Deixámos de Massylia a esteril costa
> Onde seu gado os Azenegues pastam;
> . . . .
> Passamos o limite aonde chega
> O sol, que para o Norte os carros guia,
> Onde jazem os povos, a quem nega
> O filho de Clymene a côr do dia;
> Aqui gentes estranhas lava e rega
> Do negro Sanagá a corrente fria,
> Onde o cabo Arsinario o nome perde,
> Chamando-se dos nossos Cabo-Verde.

Passadas tendo já as Canarias ilhas,
Que tiveram por nome Fortunadas,
Entrámos navegando pelas filhas
Do velho Hesperio, Hesperidas chamadas,
Terras por onde novas maravilhas
Andaram vendo já nossas Armadas;
Alli tomámos porto com bom vento,
Por tomarmos da terra mantimento.

A'quella ilha aportámos, que tomou
O nome do guerreiro Sanct'Iago...
D'aqui, tanto que Bóreas nos ventou,
Tornámos a cortar o immenso lago
Do salgado Oceano, e assi deixámos
A terra, onde o refresco dôce achámos.

Por aqui rodeando a larga parte
De Afriea, que ficava ao Oriente,
A provincia Jalofo, que reparte
Por diversas nações a negra gente;
A mui grande Mandinga, por cuja arte
Lográmos o metal rico e luzente,
Que do curvo Gambêa as aguas bebe,
As quaes o largo Atlantico recebe.

As Dorcadas passámos, povoadas
Das irmãs, que outro tempo alli viviam,
Que de vista total sendo privadas
Todas tres de um só olho se serviam. [1]
Sempre emfim para o Austro a aguda prôa,
No grandissimo golfão nos mettemos

---

[1] O Dr. José Maria Rodrigues, nos seus valiosos e novos estudos sobre as *Fontes dos Lusiadas*, escreve: «Onde foi o Poeta buscar a designação de *Dorcadas* para dar a um grupo de ilhas situadas na foz do Gambia e a Serra Leôa?» E em nota esclarece: «Confrontando a est. 11 com a 10 e 12.ª, 1-3, não é difficil identificar as Dorcadas do poeta com o Archipelago de Bijagoz. Estas tres estancias ligam-se immediatamente com a 7.ª e referem-se não á viagem de Vasco da Gama, como a 8.ª e a 9.ª, mas á do proprio poeta. Quando este, no Oriente, remodelou o seu Poema... encorporou no que já tinha escripto uma parte do Roteiro da Náo San Bento em que fôra á India.» (*Instituto* de Coimbra, vol. 52, p. 627.)

Deixando a Serra asperrima Leôa
Co'o Cabo a quem das Palmas nome demos;
O grande rio, onde batendo sôa
O mar nas praias notas que alli temos,
Ficou co'a ilha illustre que tomou
O nome de um que o lado a Deus tocou.

Alli o grande reino está de Congo,
Por nós já convertido á fé de Christo,
Por onde o Zaire passa claro e longo,
Rio pelos antiguos nunca visto.
Por este largo mar emfim me alongo,
Do conhecido polo de Callisto,
Tendo o término ardente já passado,
Onde *o meio do mundo* é limitado.

Vejamos em Linschott os accidentes que soffriam os navegadores n'estas regiões das calmas: «A 24 de Abril nos appareceu a *Costa da Guiné*, a qual começa no 9º, estendendo-se até á linha Equinocial. Ouviam-se trovões e raios, com tanta quantidade de chuva repentina, que se viam muitas vezes forçados a recolher as velas... Approximando-se mais da terra, o mar não é tão bravo, e ordinariamente ha taes calmarias que os Navios ficam ás vezes dois mezes n'esta costa antes de poderem passar a Linha, a qual logo que a passam são levados por um vento geral que é o Sulsudeste. Ora a róta que têm n'esta costa é penivel e incerta. Porque nas alturas do Brasil sob o gráo 18 ha certos escólhos, que os Portuguezes chamam *Abrolhos*, que se estendem no Oceano por 70 leguas, á direita do lado da terra baixa. Os marinheiros para evitarem o perigo aproximam-se o mais que podem das Costas de Guiné, porque se se aproximam d'estes escolhos são forçados de arribar a Portugal, não sem grande perigo de naufragar.

«O Piloto bem previdente, para evitar esta calmaria não se aproximará muito da costa da Guiné, e tambem não costeará o Brasil com medo de cahir nos escólhos, tendo assim de manter-se n'uma róta média, que servirá muito ao avanço da sua viagem.» (p. 6.)

A arribada da náo de Belchior de Sousa a Lisboa foi para fugir á sua perda inevitavel nos Abrolhos. No seu roteiro Linschott esclarece esta circumstancia: «A 12 de Junho, escapámos e sobrepujamos os escolhos do Brasil, o que deu a todos uma grande alegria, ficando por isso *fóra do receio de arribar a Portugal.*» Referindo-se no seu diario a 26 de Maio, escreve Linschott: «passámos a linha equinocial, que divide a ilha de San Thomé pelo meio na costa de Guiné, e então começamos a vêr a *Estrella do Polo austral*, tendo perdido a do Norte, tendo o Sol do meio dia ao Septentrião.» Camões descrevendo a ilha de San Thomé (st. XII) e passado o *meio do mundo* (st. XIII), descreve o espectaculo da *Estrella Nova*, ou o Cruzeiro do Sul, que o deixou deslumbrado:

> Já descoberto tinhamos diante
> Lá no novo hemispherio a *Nova Estrella*.
> *Não vista de outra gente*, que ignorante
> Alguns tempos esteve incerta d'ella.
> Vimos *a parte menos rutilante*
> E por falta de estrellas menos bella,
> Do polo fixo, onde inda se não sabe
> Que outra terra comece ou mar acabe.

Ha uma reminiscencia dos celebres versos de Dante allusivos á *Estrella nova* ou o Cru-

zeiro do Sul; [1] a *parte menos rutilante* designa essa assombrosa agglomeração de astros, que os astronomos chamaram as *Nuvens de Magalhães* «objecto unico no mundo dos phenomenos celestes, e que augmenta ainda o encanto pittoresco do hemispherio austral,» como diz Alexandre de Humboldt. Arago, na sua *Astronomia popular*, collocou as *Nuvens de Magalhães* a Grande e a Pequena entre as Constellações admittidas; e lamentando não ter tido a fortuna de contemplar este phenomeno da abobada estrellada, transcreve do *Cosmos* de Humboldt alguns traços do quadro: «As duas *Nuvens de Magalhães*, que naturalmente receberam primeiro dos Pilotos portuguezes o nome de *Nuvens do Cabo*, captivam a attenção do viajante pelo seu bri-

[1] Escreve o Dr. João Teixeira Soares: «Nos primeiros quatro versos d'esta estancia (XIV) ha uma reminiscencia do Dante... No *Purgatorio*, canto I. verso 22 e seguintes, disse o Florentino

Io mi volvi a man destra, e posi mente
All' altro polo e vidi *Quattro Stelle*
Non viste mai fuor chealla prima gente.

Goder pareva il Ciel di lor fiammelle:
O settentrional vedovo sito,
Poi che privato sei di mirar quelle!

«Dante não viu a *Cruz do Sul*, mas teve conhecimento d'ella pela tradição dos negociantes italianos e dos navegadores arabes do Oceano Indico.

«O primeiro documento portuguez em que se menciona esta Constellação pertence ao seculo XV. E' a Carta que o Physico Mestre João, medico da Armada de Pedro Alvares Cabral, participa desde o Brasil a el rei D. Manoel em Abril de 1500 a Descoberta d'este paiz.» (*A Epoca*, n.º 36, 1882.)

lhantismo, pelo seu isolamento que as faz sobresahir mais e pela orbita que descrevem de concerto em roda do polo austral, ainda que em distancias deseguaes. Seu nome actual tem evidentemente por origem o de Magalhães, postoque não foi elle quem primeiro as observou. A maior das *Nuvens de Magalhães* cobre 42°, e a menor 10° quadrados da abobada celeste.— Herschel achou na Grande Nuvem 582 estrellas, 291 nebuloses, e 46 agglomerações estellares; na Pequena contou 200 estrellas, 37 nebulosas, e 7 agglomerações estellares. As *Nuvens de Magalhães* offerecem aos olhos do observador uma especie de miniatura do céo estrellado: descobrem-se n'ellas constellações, agglomerações estellares e materia nebulosa em differentes estados de condensação.» (*Cosmos*, III, 403.

Camões concentra em uma inimitavel estancia todos os aspectos d'esta arrojada travessia:

> Contar-te largamente as perigosas
> Cousas do mar, que os homens não entendem,
> *Subitas trovoadas temerosas,*
> *Relampagos que o ár em fogo accendem;*
> *Negros chuveiros, noites tenebrosas,*
> *Bramidos de trovões*, que o mundo fendem,
> Não menos é trabalho, que grande erro,
> Ainda que tivesse a voz de ferro.
>
> (St. xvi.

Na Elegia III, em que communica as suas impressões pessoaes ao joven D. Antonio de Noronha, descreve esta mesma situação logo depois do desembarque:

Debaixo estando já da *Estrella nova*
Que no novo Hemispherio resplandece,
Dando do segundo axe certa prova;

Eis a noite com nuvens se escurece,
Do ár subitamente foge o dia,
E todo o largo Oceano se embravece.

A machina do mundo parecia
Que em tormentas se vinha desfazendo;
Em serras todo o mar se convertia.

Lutando Bóreas fero e Noto horrendo,
Sonoras tempestades levantavam,
Das náos as velas concavas rompendo.

As cordas co'o ruido assoviavam;
Os marinheiros, já desesperados,
Com gritos para o céo o ár coalhavam.

Os raios por Vulcano fabricados
Vibrava o féro e aspero Tonante,
Tremendo os Polos ambos de assombrados.

Amor, alli mostrando-se possante,
E que por algum medo não fugia,
Mas quanto mais trabalho, mais constante;

Vendo a morte presente, em mi dizia:
Se algum'hora, senhora, vos lembrasse,
Nada do que passei me lembraria.

Apesar d'estes incomportaveis trabalhos, não deixava a marinhagem de divertir-se, como refere Linschott, depois de terem passado a linha: «A 29 de Maio, dia de Pentecostes, *segundo certo antigo costume*, foi eleito no navio um Imperador e todos os Officiaes substituidos, e fez-se um banquete, que dura ordinariamente tres ou quatro dias.» Os typos graciosos de Leonardo e de Velloso, nos *Lusiadas*, com os seus contos para distrahirem

a marinhagem, foram suscitados pela pratica d'este antigo costume. Linschott descreve a approximação do Cabo da Boa Esperança com factos que esclarecem a idealisação de Camões: « A 11 de Julho, o Governador julgou que estavamos a 50 leguas do Cabo da Boa Esperança, — approximando-se da terra para considerar o Cabo pelo *engano causado por uma nuvem e obscuridade*, elle se achou a duas leguas da terra firme, o que nos fez medo.» Os afamados navegadores Cook e La Peyrouse fallam n'estes enganos a que chamaram *Terras de bruma;* os nossos antigos navegadores acreditaram n'essas *Ilhas empoadas* ou encantadas, que desapparecem, e em cujo descobrimento confiavam, chegando até a premunirem-se com alvarás de privilegios. Essas apparições das *Terras de brumas* suscitavam a imaginação de Camões para a idealisação do seu episodio da *Ilha dos Amores*, mais do que as classicas tradições das Ilhas Fortunatas ou do *Sonho de Scipião.* A sublime creação do *Adamastor*, com que representa a passagem do Cabo da Boa Esperança, é sob a fórma de uma d'essas *brumas* que se annuncia, depois dos cinco dias da partida da bahia de Santa Helena até ao Cabo:

Porém já *cinco soes* eram passados,
Que d'alli nos partiramos, cortando
Os mares nunca d'outrem navegados,
Prosperamente os ventos assoprando;
Quando uma noite, estando descuidados,
Na cortadora prôa vigiando,
Uma nuvem, que os áres escurece,
Sobre nossas cabeças apparece.

Tão temerosa vinha e carregada,
Que poz nos corações um grande medo...
Bramindo o negro mar de longe brada,
Como se desse em vão n'algum rochedo.
. . . .
Que ameaço divino ou que segredo
Este clima e este mar nos appresenta,
Que mór cousa parece que tormenta?

Achada esta mythificação grandiosa e incomparavel, o episodio do *Adamastor* constituiu-se synthetisando todos os clamorosos desastres da inimaginavel historia tragico-maritimo portugueza. [1]

Uma circumstancia da róta da India era se poderiam passado o Cabo ir refrescar a Moçambique. Escreve Linschott no seu diario: «Estavamos nas alturas da Terra da Natividade... N'este ponto os Capitães ordinariamente tomam conselho, se devem *levar a sua róta entre a terra de Africa e a ilha de San Lourenço*, ou se elles devem deixar a ilha á mão esquerda. Levando a róta entre a Ilha e a Terra, vae-se a Moçambique e a Goa. Deixando a Ilha á esquerda, a corrente impede

[1] Com o nome de *Olho de boi* mythificavam os marinheiros os perigos do Cabo da Boa Esperança; escreve Diogo do Couto, no *Soldado pratico*: «Não ouviu v. s. dizer de um fuzil, que deu na volta do Cabo da Boa Esperança na Armada do Pedro Alvares Cabral, que por não amainar logo, por não terem experiencia d'elle, que, tanto que dá n'aquella paragem, se ajunta um tempo novo e tormentoso, se perderam quatro Náos umas á vista das outras, e as que ficaram foi porque não levavam os traquetes de gávea e as mezenas dadas; e d'este desastre naceu o aviso que se dá por Regimento, que n'aquella paragem não dem as náos as velas perigosas.» (p. 9.)

que se possa surgir em Goa, mas é-se levado adiante tomando porto em Cochim, distante cem leguas de Gôa... Os que passam o Cabo em Julho chegam facilmente a Moçambique, têm meio de refrescar de agua e repousar-se dez ou doze dias. Mas os que passam em Agosto são obrigados a irem a Cochim...» (p. 7.)

Referindo a viagem da Náo San Bento, em que ia Camões, diz do capitão-mór Fernão d'Alvares: «o qual sobrepujando com sabia experiencia a todos os contrastes que lhe sebrevieram, *dobrando o Cabo da Boa Esperança em tempo que não podia já ir a Moçambique*, se lançou fóra da ilha de San Lourenço, e só entre todas as da sua Armada passou *aquelle anno* á India e foi surgir na entrada do mez de (Septembro[1]) á barra de Gôa, onde esteve descansando dos enfadamentos do mar.»

[1] Ha na Relação da Viagem da náo San Bento evidente equivoco escrevendo-se *Fevereiro* por Septembro, por que a ser assim, era Fevereiro de 1554, e não *d'aquelle anno* de 1553, em que se estava. D. Carolina Michaelis opina pelo mesmo equivoco, em que Fevereiro está escripto por Septembro. (*Vida*, p. 455, nota 1 *)

O Dr. Storck, não tendo reparado no facto da náo San Bento passar por fóra da Ilha de San Lourenço (Madagascar) e por isso não podendo refrescar em Moçambique, dá por seu mero arbitrio á viagem de Camões «dez a doze dias de refresco em Moçambique,» (*Vida*, p. 453.) Confessa, que pela «exactidão d'esta hypothese tem direito a contradictar Perestrello,» (p. 447) fundando-se em outras viagens, que dão todos os visos de certeza á conjectura que a San Bento apportara a Moçambique em fins de Julho de 1553.» (*Vida*, p. 448.)

Na Carta I da India, refere Camões ter passado «*seis mezes de má vida por esse mar.*» Tomando á letra este periodo usual das viagens, contam-se effectivamente seis mezes, descontando os ultimos dias de Março, da partida, do mez de Septembro, o que colloca a chegada em 25. Deu-se com a chegada da Náo San Bento a Gôa, unica vinda do reino n'esse anno de 1553, a entrada de uma outra náo que invernara em Moçambique, trazendo outo tripulantes e quatorze escravos e quatro escravas que tinham escapado do espantoso naufragio do Galeão San João, e que através dos desertos conseguiram chegar a Moçambique em 25 de Maio de 1553. Desembarcando ao mesmo tempo em Gôa, recebeu Camões a impressão profunda do miserando naufragio que em 1552 soffrera Manoel de Sousa de Sepulveda, na Costa do Natal, morrendo com sua mulher a formosissima D. Leonor de Sá e seus filhos. E' mesmo crivel que ouvisse da bocca do guardião da Náo Alvaro Fernandes a narrativa oral, por elle redigida depois na impressionante Relação. Ahi em Gôa ouviu Camões a sombria lenda dos amores de Sepulveda e de D. Leonor de Sá, que se ligava com agouro ao naufragio. Dizia-se que Luiz Falcão de Sousa, capitão de Ormuz, fôra morto á espingarda «por mando de Manoel de Sousa de Sepulveda, por intentar casar com Dona Leonor de Sá, que era mulher formosa, filha de Garcia de Sá, de quem o Sepulveda andava enamorado, e se casou depois, e todos foram a esperar o castigo de Deus á Terra do Natal.»

A impressão produzida na mente de Ca-

mões conjunctamente com estas mysteriosas coincidencias, depois de ter affrontado as tempestades do Cabo da Boa Esperança, que n'esse anno de 1553 foram as mais tremendas, levaram o poeta a dar relêvo com essa catastrophe ás ameaças do Adamastor; essas tres estrophes dos *Lusiadas* são inexcediveis de tragica belleza pela impressão viva da recente realidade:

Outro virá tambem de honrada fama,
Liberal, cavalleiro, enamorado,
E comsigo trará a formosa dama,
Que Amor por grão mercê lhe terá dado.
Triste ventura e negro fado os chama,
N'este terreno meu, que duro e irado
Os deixará de um crú naufragio vivos
Para vêrem trabalhos excessivos.

Verão morrer com fome os filhos caros,
Em tanto amor gerados e nascidos;
Verão os Cafres ásperos e avaros,
Tirar á linda dama seus vestidos;
Os cristalinos membros e preclaros
A' calma, ao frio, ao ár verão despidos,
Despois de ter pisada longamente
Co'os delicados pés a areia ardente.

E verão mais os olhos, que escaparem
A tanto mal, a tanta desventura,
Os dois amantes miseros ficarem
Na férvida e implacabil espessura.
Alli, depois que as pedras abrandarem
Com lagrimas de dôr, de magoa pura,
Abraçados as almas soltarão
Da formosa e miserrima prisão.

(*Lus.*, v, est. 46 a 48.)

A chegada das Náos do Reino era sempre um motivo de anciedade, pelo receio das catastrophes. Rodrigues da Silveira, nas *Me-*

morias de um Soldado da India, (p. 18) contrastando com o desdem com que eram tratados os soldados recem-vindos, escreve: «Porque vêr as ancias, os cuidados e afflicções com que *tanto que chega o mez de Agosto* se esperam estas Náos, e o regosijo e alvorôço com que se festejam depois de chegadas, que não fica sino em egreja que se não quebre...» Este regosijo era uma expansão superficial, por que os desgraçados que tinham escapado aos naufragios, ao escorbuto, ás infecções pestilentes, eram deixados ao abandono depois do desembarque. Escreve o Silveira, nas pittorescas Memorias: «Chegam estes pobres soldados — pela maior parte desembarcam sem um real de prata para com elle comerem aquelle primeiro dia. Depois de desembarcados e de receberem uma copiosissima salva de gritos e appellidos infames, não só dos môços e negros, mas tambem dos praticos da sua mesma nação e patria; aquelle que não leve dinheiro ou cartas para algum amigo ou parente, logo aquella primeira noite alberga pelos alpendres das egrejas ou dentro de algum navio dos que na ribeira estão varados, com tanta miseria e desventura, como se com gram fortuna os houvera o mar lançado em algum porto ou terra de inimigos. Assim passam o segundo e terceiro dia, empenhando ou vendendo a capa e a espada se a levam, até se desenganarem do estylo da terra. E vão de quatro em quatro e de seis em seis tomando suas casinhas, d'onde se estão pasmando e consumindo de pura fome, de que muitos vêm a enfermar e morrer. E os que são de tão robusta natureza que podem

superar com saude todos estes contrastes, vão entretendo o tempo e suas miserias como melhor podem, á sombra das esperanças, que os praticos lhes dão da Armada que d'alli a dois ou tres mezes se hade fazer para o Malabar; etc.» (p. 17.)

Camões conheceu este miserando espectaculo da chegada a Gôa, e na Elegia III, a Dom Antonio de Noronha, depois de lhe ter descripto as tempestades do Cabo, refere:

D'est'arte me chegou minha ventura
A esta desejada e longa terra,
De todo pobre honrado sepultura.

Vi quanta vaidade em nós se encerra
E nos proprios quam pouca; contra quem
Foi logo necessario termos guerra.

A vida de Gôa, á medida que o poeta a conhece mais intimamente, foi descripta em Sonetos, que são como ferro em braza sobre pustulas. Camões referindo-se logo a uma entrada em campanha, confirma o que tanto condemnava Silveira, por mandarem para a guerra os soldados sem que «quando menos se refresquem cinco ou seis dias depois de tão larga e prolixa navegação...» (*Mem.* p. 18.)

E' de presumir que não se veria Camões em Gôa tanto ao abandono como os outros soldados; se não trouxe cartas do reino, tinha parentes na India; nas noticias genealogicas da familia Severim, descendente de Vasco Pires de Camões, encontra se um João de Camões, que serviu na India onde casou, filho de Pedro Alves de Camões, senhor do Morgado de Camões de Alemquer, e de D. Luiza de Carvalho. Conhecel-o-ia do tempo do des-

terro do Ribatejo. Tambem estava na India a este tempo Gonçalo Vaz de Camões, filho de Simão de Camões da Camara, que era Capitão de Damão; Gaspar Gil Severim, que morreu solteiro na India, e Antonio Gil Severim, seu irmão, que serviu muitos annos na India e se achou no segundo cêrco de Diu, e recebeu depois do Cardeal Rei o cargo de Executor-mór da Fazenda real, alli conheceriam Camões, por que eram contemporaneos. Tambem Manoel Pegado, casado com D. Ignez de Camões, irmã dos antecedentes, estava na India; e Duarte Frade de Faria, egualmente casado na familia dos Severins. Qualquer de estas familias o teria agasalhado? Pelo menos na Carta da India, escripta para Lisboa na torna viagem de 1554, diz: «*vivo mais venerado que os touros da Merceana, e mais quieto que a cella de um frade prégador.*» Cumpre notar que foi da familia dos Severins que Luiz de Camões recebeu as melhores homenagens publicas no seculo XVII, uma excellente biographia critica e um retrato gravado. O Vice-Rei D. Affonso de Noronha, que bem conhecia a valentia do poeta, levou-o logo em fins de Novembro de 1553 á expedição contra o Chembé. Na Elegia III, dirigida ao sobrinho do Vice-rei, descreve essa primeira empreza em que:

Foi logo necessario termos guerra:

Uma ilha, que o Rei de Poreá tem,
E que o Rei da Pimenta lhe tomara,
Fômos tomar-lh'a e succedeu-nos bem.

Com uma grossa Armada, que juntara
O Viso-Rei, de Gôa nos partimos
Com toda a gente de armas que se achara.

E com pouco trabalho destruimos
A gente no curvo arco exercitada:
Com morte, com incendios os punimos.

Era a Ilha com aguas, alagada,
De modo que se andava em almadias,
Emfim, outra Veneza trasladada.

N'ella nos detivemos sós dois dias,
Que foram para alguns os derradeiros,
Pois passaram da Estyge as ondas frias.

Que estes são os remedios verdadeiros
Que para a vida estão apparelhados
Aos que a querem ter por cavalleiros.

Oh Lavradores, bem aventurados!
Se conhecessem seu contentamento,
Como vivem no campo socegados!
. . . .

Depois da rapida descripção do feito guerreiro, transita o poeta para a idealisação da vida rustica do trabalho pacifico e productivo, de um desejo de tranquillidade meditativa e de harmonia moral, aspiração que já confessara na guarnição de Ceuta a D. Antão de Noronha nas *Outavas I*. N'este estado de espirito amesquinha pois a sua primeira campanha, que Diogo do Couto descreveu extensamente na *Decada VI* e que durou não dois dias mas quinze. Quando Camões chegou a Gôa já se estava em fervoroso preparativo de uma Armada em que iria o proprio Vice-Rei Dom Affonso de Noronha castigar um regulo que hostilisara os outros régulos alliados de Portugal, embaraçando o commercio da pimenta. Era o rei do Chembé ou da Pimenta, que se apoderara de certas ilhotas do rei de Porcá, cujo reino constava de algumas aldeias

de pescadores e de piratas. Que tinha o Vice-Rei com estas pugnas, frequentes entre os pequenos regulos de Cananor, Calicut, Tanor, Cranganor, Cochim, Repolim, Chembé, Porcá, Coulão e Travancor na costa ao sul de Gôa? Pela importancia da Armada que partiu em fins de Novembro de 1553 de Gôa, perigavam os interesses do commercio portuguez e da auctoridade real. Os reis de Chembé ou da Pimenta, conspiravam sempre desde 1549, ligavam-se com o Çamorim de Calicut, que com outros princepes Malabares difficultavam os carregamentos da pimenta, forçando a proteger com uma Armada os mercadores que levavam a Cochim a Armada annual da torna-viagem. O pensamento da expedição ao Chembé não era uma aventura, mas um plano decisivo para pôr termo a essa hostilidade do régulo, como succedeu. Contava a Armada, em que se juntaram quantos soldados se encontraram, e em que tambem foi Camões sem ter repousado da fadiga da tormentosa viagem de seis mezes, de cem navios, galés, galeões, galeotas latinas, fustas e caravellas, indo o Vice-Rei na náo Reliquias. Por esta circumstancia de ter saído de Gôa o Vice-Rei é que Diogo do Couto descreve na *Decada VI* a expedição do Chembé, em que além de muitos capitães e cavalleiros, iam D. Fernando de Menezes, filho do Vice-Rei, Bastião de Sá, D. Alvaro de Noronha, filho do anterior Viso-Rei Dom Garcia de Noronha, que voltara da Capitania de Ormuz, Vasco da Cunha, Dom Antão de Noronha, amigo e companheiro de Camões em Ceuta, Francisco Barreto, que se fez notar pouco tempo depois pela sua austeri-

dade como Governador, Gil de Goes, Manoel de Mascarenhas, irmão de Dom Pedro de Mascarenhas que ia entrar na successão da vice-realeza, Antonio Moniz Barreto, D. Diogo de Athayde e outros mais.

Ao seguir a Armada a sua róta, pelas costas do Malabar, n'esta primeira campanha indiana mostrou Camões a verdade da sua divisa: — N'uma mão sempre a espada, na outra a penna. Dom Affonso de Noronha aportou a Cananor, recebendo ahi a noticia de ter chegado a Cochim a náo Santa Maria da Barca, da Armada de 1553, em que vinham os despachos de segunda via. Houve ahi desembarque de alguns cavalleiros e soldados; ahi, na capella de San Thiago estava a sepultura de D. Henrique de Menezes, glorioso Vice-Rei da India, que falecera em Cananor. E' natural que fosse essa visita ao tumulo do heroe, ainda parente do Vice-rei, que motivasse aquella paragem. Camões compoz um Soneto exaltando a memoria de D. Henrique de Menezes, talvez diante do seu tumulo, lisonjeando o Vice-rei e seu filho, que mezes depois acompanha sob o seu commando na Armada do Norte. O Soneto dá a impressão da realidade:

Esforço grande, egual ao pensamento,
Pensamentos em obras divulgados,
E não em peito timido encerrados,
E desfeitos despois em chuva e vento;

Animo, de cobiça baixa isento,
Digno por isso só de altos estados,
Fero açoite dos nunca bem domados
Povos do Malabar, sanguinolento;

Gentileza de membros corporaes,
Ornados de pudica continencia,
Obra por certo rara da natura;

Estas virtudes e outras muitas mais,
Dinas todas da homerica eloquencia,
Jazem debaixo d'esta sepultura.

A emoção moral que este Soneto exprime é traduzivel na incomparavel melodia de Beethoven *In questa tomba oscura*... O poeta alcançava um ascendente moral entre os cavalleiros da expedição, [1] mas feria inconscientemente o governo da India que se afundava na expoliação desvairada e nas fraudes de todo o funccionalismo. Fôra em D. Henrique de Menezes, septimo Vice-Rei da India, que acabara a pleiade d'esses extraordinarios caracteres que cimentaram o Imperio portuguez no Oriente. Largando de Cananor, tocou a Armada em Cholé, chegando á barra da ria de Cochim, onde com o capitão João da Fonseca, se fez conselho sobre a fórma do ataque. Como o rei de Chembé estava bem armado, aconselhou o capitão de Cochim que lhe arrasassem o Pagode de Baiqueta e destroçassem todos os palmares. A Armada tendo ancorado defronte de Tecancute, e feito o desembarque com pequenas galés, como refere Couto: «começou a assolar e destruir e pôr a ferro e fogo todas aquellas ilhas d'aquella parte, matando e ca-

[1] Escreve Pedro de Mariz, segundo os testemunhos contemporaneos: «Mas nella (India) foy sempre muyto estimado, assi polo valor de sua pessoa na guerra, como pola excellencia do seu engenho.»

ptivando muita gente, e depois de não haver cousa alguma de pé, se tornou a embarcar para a Armada.» Assegurada a victoria, a Armada voltou para Cochim, onde se carregavam as Náos para o reino; alli chegaram depois os emissarios do rei da Pimenta a pedir paz e acceitando todas as condições. Storck fundado em computos de Diogo de Couto, conclue: «Toda a expedição desde a sahida de Gôa até ao regresso durara entre oito e doze semanas, de fins de Novembro a principios de Fevereiro.» (*Vida*, p. 512.) Vê-se por tanto que Camões não quiz alardear valentias nos versos em que descreveu a expedição; e isto explica-nos porque é que Diogo do Couto na *Decada VI* não incluiu o seu nome entre os outros guerreiros: elle não se fazia lembrado, como os demais usavam. [1] O filho do Vice-Rei, D. Fernando de Menezes teve de recolher a Gôa mais cedo para preparar a *Armada do Norte*, que no comêço do anno de 1554 tinha de ir fazer o cruzeiro em uma das estações contra a pirataria dos Arabes, ou no Golfo Persico ou no Estreito do Mar Roxo. Era o commando de uma Armada uma distincção que gosavam os filhos dos Vice-Reis, como o declara Diogo do Couto no *Soldado pratico:* «Os filhos dos Viso-Reis têm outra

[1] Sobre estas omissões de Diogo de Couto, sendo aliás amigo de Camões, escreve D. Francisco Alexandre Lobo: «um d'aquelles mysterios que deixam perplexa a critica mais aguda, e em cuja explicação me parece superfluo consumir tempo e diligencia.» (*Mem.*, p. 204.) Couto trabalhava sobre dados officiaes e *informações pessoaes* que lhe forneciam.

preeminencia, e lhes têm os homens outro respeito para folgar de servir com elles; e ainda isto não bastou, que sempre nas Armadas que foram, eu vi que as mandavam acompanhadas de Fidalgos velhos e experimentados na guerra, como v. s. pode saber pelos que se acharam com D. Fernando no desbarato das Galés dos Turcos.» (p. 45, 1.ª red.) Camões acompanhou o filho do Vice-Rei D. Affonso de Noronha n'esta Armada; parece que o joven commandante o estimava, porquanto o poeta o compararia com o seu parente Dom Henrique de Menezes, que foi Vice-Rei da India aos vinte outo annos:

Outro Menezes... *cuja edade*
E' maior na prudencia que nos annos,
Governará, e fará o ditoso Henrique,
Que perpetua memoria d'elle fique.

Não vencerá sómente os Malabares,
Destruindo Panane com Coulete,
Commettendo as bombardas, que nos áres
Se vingam só do peito que as commette,
Mas com virtudes certo singulares
Vence os imigos de alma todos sete,
De cubiça triumpha e incontinencia,
Que em tal edade é summa de excellencia.

(*Lus.* x, est. 54-55.)

Estas comparações da edade e da virtude, longe de lisongearem o Vice-Rei, feriam-no inconscientemente, por que o poeta ignorava toda a fraudulenta administração de Dom Affonso de Noronha. Camões revelou a sua decepção, quando ouviu e soube vèr o que se passava em volta de si.

A Armada do Norte, que em Fevereiro de 1554 tinha de partir de Gôa em expedição ao

Estreito de Méca com ordem de ir invernar no Golfo Persico para esperar as galés que sahiam de Bassorá em Agosto, era composta de seis galeões com 1200 homens, de seis caravellas e de vinte e cinco fustas. (Couto, *Dec. VI*, l. 10, c. 18.) Em quanto se chamavam os soldados, se equipavam a capricho, e se provia a Armada de mantimentos para outo mezes, demorou-se Camões n'esse curto periodo em Gôa, ainda distrahido com o espectaculo de tudo quanto o rodeava:

> Vendo nações, linguagens e costumes,
> Céos varios, qualidades differentes,
> Só por seguir com passos diligentes
> A ti, Fortuna injusta...

Cabe aqui um pequeno quadro da vida de Gôa e do seu aspecto, tal como a vira Camões, e como nol-a representa o viajante hollandez Linschott com todo o seu realismo descriptivo:

«A cidade de Gôa é a capital de toda a costa da India oriental, onde os Portuguezes estancêam. O que torna esta cidade afamada é a residencia que ahi faz o Vice-Rei em nome do rei de Portugal. E' tambem ahi a séde do Arcebispo e do Conselho real, que estende a sua auctoridade por quasi todas as regiões do Oriente. Ahi se fazem feiras e mercados, onde se encontram todas as mercadorias do Levante, e a que concorrem grande numero de mercadores da Arabia, Armenia, Persia, Cambaia, Bengala, Pegu, Sião, Malaca, Java, das Molucas, da China, e de outras paragens, concorrendo ahi tanto para venderem como para comprarem. Gôa está cercada de um rio que corre entre a Ilha e a costa, conservando

uma mesma largura no espaço de tres leguas, que é o que tem de extensão a ilha do lado da terra firme; depois torneada para dentro do lado septemtrional da cidade; d'ahi por um circuito quasi em fórma de crescente vae para o mar do lado do meio-dia. Entre a ilha e a terra firme ha algumas outras ilhotas habitadas por naturaes do paiz. Em certos sitios a agua é tão baixa de uma das costas da ilha, que se poderia facilmente passar a váo, no verão, em cujo sitio a ilha está defendida por um Forte levantado outr'ora pelos portuguezes para impedir as correrias dos habitantes da terra firme, que andavam quasi sempre em guerra, tendo Hidalcão planeado estabelecer assedio d'este lado da embocadura. Do lado septemtrional da ilha é a terra de Bardez, cuja altura serve de defeza e de protecção aos Navios portuguezes, que descarregam com mais segurança. Esta terra está sob o dominio dos Portuguezes, contendo muitas aldeias habitadas por aldeãos chamados Canarins e que são na maior parte christãos, andando não obstante nús, segundo o seu antigo costume, tendo apenas cobertas as partes pudendas. A palmeira da India, que dá as nozes de côco, cresce ahi abundantemente como nas outras ilhas da embocadura. Esta ilha de Bardez é separada da terra firme por um estreitissimo riacho. Na costa meridional da ilha de Gôa vê-se uma outra ilhota chamada Salsete, que pertence egualmente aos portuguezes, tambem com habitantes parecidos aos de Bardez e com fructos semelhantes... As ditas terras de Bardez e de Salsete são arrendadas em nome de El Rei,

para as despezas do Arcebispado, dos Conventos, do clero, como do Vice-rei e de outros officiaes do Rei, que são pagos pela renda annual d'estas ilhas por privilegio real. Quanto á ilha de Gôa propriamente, é muito montanhosa e em alguns sitios tão lamacenta, que com difficuldade se póde ir a pé até á embocadura da ribeira.— Pela pouca fundura da ribeira, os navios de cem toneladas são forçados a descarregarem em Bardez.

« A cidade é ornada de bellos edificios á moda dos de Portugal, mas não tão altos por causa dos calores. Detraz das casas vêem-se geralmente jardins e vergeis cheios de fructas da India de toda a especie. Tambem os ha muito agradaveis, que servem aos portuguezes de passatempo, e onde as indianas se recreiam. E' embellezada de templos e mosteiros de todas as ordens, nem mais nem menos que Lisboa. Mas não ha nenhum convento de freiras, por que é difficilimo submetter os indios ao jugo da castidade...»

« Os Portuguezes têm ahi as mesmas leis e costumes de Portugal, e ahi permanecem misturados com indios, pagãos, mouros, judeus, armenios, guzerates, banianos, birmanes e outros povos das Indias, que frequentam e habitam ahi com liberdade da sua religião, salvo que lhes é prohibido queimar corpos humanos mortos ou vivos, nem as cerimonias dos seus casamentos, nem outras superstições diabolicas...

« A ilha não produz quasi nada do que é necessario á vida, sómente ha ahi algum gado, gallinhas, cabras e pombos; o terreno é deserto, esteril e pedregulhento, improprio

*

para cultura, de sorte que tudo quanto é preciso para a alimentação vem de Salsete e Bardez e principalmente da terra firme.

«Os cereaes, o arroz e outros grãos e tambem o azeite e outras cousas necessarias são trazidas por mar dos paizes estrangeiros, como de Cambaia, do Malabar e outros logares. O vinho de palma ahi se fabrica, podendo exportar-se com abundancia. Ha em Gôa pouca agua potavel, e essa só se encontra em uma fonte chamada *Baganin* a um quarto de legua da cidade; todos os habitantes bebem d'ella, e lá mandam os seus escravos buscal-a em talhas de barro, as quaes vendem pela ilha. Quanto á agua necessaria para cosinhar a carne e para lavar, ha nas casas póços d'onde a tiram.

«Ha tambem na cidade de Gôa encontro diario e ajuntamento de habitantes e estrangeiros das Indias e outras nações visinhas, como na Bolsa de Anvers, mas com alguma differença: nobres e plebeus misturam-se com os mercadores, e todas as cousas ahi se vendem como em um mercado ou feira. Este ajuntamento diario executa-se todo o anno, excepto nos dias de festa, empregando algumas horas antes da missa... Os pregões das cousas que estão para vender fazem-se na rua principal chamada Rua Direita; chama-se-lhe Leilão. Os que ahi concorrem trazem correntes de ouro, perolas, anneis e outras joias, trazendo uns ranchos de escravos de um e outro sexo que são para vender, facilitando a escolha aos compradores... Acham-se ahi tambem cavallos da Arabia, drogas e especearias de toda a sorte, gomma odorifera,

bellas tapeçarias, e infinitas outras curiosidades de Cambaia, Sinda, Bengala, da China e outras partes. Tambem ahi se trazem os espolios dos falecidos para serem vendidos com pregão publico sem distincção de pessôa, de tal modo, que mesmo que o Vice-rei morresse, os seus bens seriam logo postos em almoeda, para que o direito dos pupillos e das viuvas ficasse melhor guardado e as dividas se pagassem. E o que torna este mercado tão celebre, porque acontece muitas vezes n'este logar que muitos pelo vehemente calor e injuria do ár, assim como falta de regimen na alimentação, ahi são arrebatados de morte subita:» (Cap. XXIX, p. 37.)

A vida de Camões em terra pode bem ser conhecida pelo que Linschott escreveu dos soldados em Gôa e que Pyrard repetiu mais pittorescamente: «Elles vivem em commum muitas vezes aos dez ou doze, na mesma casa, tendo um servo commum ou dois para lhes escovar o fato. Entre os moveis do seu aposento tem cinco ou seis cadeiras, uma meza e um leito, conforme o numero. Sua comida é arroz cosido com agua, peixe salgado e outras cousas de pouco valor sem pão; sua bebida é agua da fonte. Servem-se de dois ou tres fatos em commum, que vestem quando sáem, emquanto que os que ficam em casa apenas se contentam com a camisa e roupas brancas por causa do calor do dia.» (p. 61.)

«Em relação aos privilegios e immunidades da cidade, ninguem pode gosal-os se não fôr casado ou chefe de familia, ou soldado pago, o que é um muito honesto estado. Porque estes soldados não estão sob commando,

nem adstrictos por juramento a alguma companhia; esta maneira de arrolar a gente de guerra não é usada nas Indias. E quando os Portuguezes chegam ás Indias, é-lhes livre ir para onde lhes apraza, sem obrigação de se fixar em um ponto. Comtudo os seus nomes e soldos que devem receber são apontados em Portugal em um Rol que é enviado todos os annos ás Indias com os navios.»

E' este o aspecto da pobreza em que viveu Camões na India, a que alludem os biographos, em contraste com a opulencia dos jovens fidalgos privilegiados. A sahida na Armada do Norte parecia-lhe um refugio para as calmas e impaludismo de Gôa, e é com um certo espirito marcial que dirige um Soneto ao joven commandante D. Fernando de Menezes:

> Illustre e digno ramo dos Menezes,
> Aos quaes o providente e largo Céo
> (Que errar não sabe) em dote concedeu
> Rompessem os mahometicos arnezes;
>
> Desprezando a Fortuna e seus revezes,
> Ide para onde o Fado vos moveu;
> Erguei flammas no Mar alto Erythreo,
> E sereis nova luz aos Portuguezes.
>
> Opprimi com tão firme e forte peito
> O Pirata insolente, que se espante
> E trema Taprobana e Gedrosia.
>
> Dae nova causa á côr do Arabo Estreito,
> Assi, que o Roxo mar, d'aqui em diante
> O seja só com sangue de Turquia.
>
> (Son. VI.)

Este Soneto fôra escripto antes da partida da Armada, exprimindo ainda os venturosos

augurios; é certo que já Camões não estava em Gôa, quando se fizeram as apparatosas festas pela chegada dos ossos de San Francisco Xavier e sua inhumação no Collegio de San Paulo. D'essas festas falla o P.e Belchior em uma carta: «depois de alguns mezes o levaram para Gôa... Chegado o corpo a Gôa, o sahiu a receber toda a cidade até o caes, e *com grande solemnidade* o pozeram no Collegio de San Paulo, da Companhia de Jesus, e *deixando os do povo de trabalhar alguns dias pela alegria*, acudiu tanto numero de gente a visitar o corpo, que conveo pela quietação, Padres e Irmãos tornal-o outra vez a meter ao caixão...»[1] Não escaparia á emoção de Camões este enthusiasmo publico passado em 13 de fevereiro de 1554, se elle ainda estivesse em Gôa; é justa esta conclusão, que Storck tira da de «não existirem versos seus em celebração do acto solemne.» (*Vida*, p. 524.) Esta expedição ao Estreito de Meca foi ter o seu principal campo de acção no Golfo Persico; d'aqui, o syncretismo de uma só expedição em 1554, em que a *Armada do Norte* não estacionou no Guardafui, não tendo por isso o poeta a oppressão de um cruzeiro atroz como aquelle que lhe inspirou a assombrosa Canção X: *Junto de um seco, duro, esteril monte*...

O Dr. Storck, não destacou as duas Expedições navaes no Estreito de Meca: a que combateu e estacionou depois no Golfo Persico em 1554, e aquella que em 1555 se passou na es-

[1] *Mem. e hist. da Academia*, t. x, P. II, p. 115.

tação ou cruzeiro do Monte Felix. E' notavel como a observação psychologica leva a achar a incongruencia historica e a discriminal-as: na primeira Expedição está Camões animado do espirito marcial que lhe inspira o Soneto a D. Fernando de Menezes, o joven commandante filho do Vice-Rei; na segunda Expedição manifesta-se uma profunda desolação moral sob a calmaria e doenças pestilenciaes do *prolongado* cruzeiro, em que toda a sua insondavel angustia se expande na incomparavel Canção X. Como se operou esta alteração no seu espirito? As causas d'este abalo decisivo deram-se por factos que historicamente discriminam as duas expedições navaes.

B) Os dois Cruzeiros na Armada do Norte: no Golfo Persico (1554) e no Estreito de Meca (1555)

A situação em que se achava o Imperio portuguez na India, sustentando-se pelas suas Armadas, esclarece-se pela acção da Inglaterra no meado do seculo XIX, luctando ainda com os mesmos factores. Em um estudo *O Mar Vermelho e o Golfo Persico*, encontram-se elementos e considerações que fazem bem comprehender pelo proceder de Inglaterra a resistencia portugueza: « A necessidade de *reprimir a piratavia* tem sido um pretexto para intervir nos negocios dos pequenos estados do litoral do mar de Osman; os Arabes não se mostravam menos ardentes em pilhar os navios, do que as caravanas. A seus olhos os marinheiros hindus são pagãos, os navegadores europeus infieis, os navega-

*

dores persas scismaticos; isto assente, os Arabes faziam o côrso com as suas pezadas barcas armadas de dois canhões. Os negociantes de Benchir e de Bassorá eram arruinados pelos piratas, continuando esta situação até que os Inglezes, com os recursos modernos da navegação a vapor se impozeram de uma fórma definitiva. O que se estava passando em 1844 era em tudo semelhante ao que os portuguezes affrontavam no seculo XVI, tendo contra si as monções que lhes fechavam os Estreitos; occupavam os mesmos pontos estrategicos. Lê-se no referido estudo: «A Inglaterra que monopolisa o commercio do mundo, tem sempre na lembrança que ha duas vias pelas quaes a Europa communica de uma maneira mais directa com as Indias: o *Mar Vermelho* e o *Golfo Persico*; ella sabe que por esta dupla via o Occidente recebia outr'ora os productos do Oriente. Importa mais a esta nação do que a todas as outras reunidas o *tornar praticaveis e seguras estas paragens*, que se descuravam desde a decadencia do commercio veneziano e os Descobrimentos dos Portuguezes.» [1] Eram justamente estes dois pontos que os Vice-Reis da India occupavam annualmente por um Cruzeiro de outo mezes pela *Armada do Norte*. Linschott falla da formação d'esta Armada, com particularidades que illuminam para nós hoje a vida de Camões.

«Na entrada do verão, quando a neces-

[1] *O Mar Vermelho e o Golfo Persico*. Revue des Revues, t. II, 1844.

sidade impõe que se equipe a Frota para libertar o mar dos piratas malabares, escumadores do mar e grandes inimigos dos Portuguezes, pouco mais ou menos pelo mez de Septembro publica-se o embarque ao som de tambor, a fim dos que desejam ir para o mar venham receber a sua paga. E então o Viso-Rei estabelece um General, abaixo do qual estão todos os outros chefes e capitães particulares tendo o commando das galés e fragatas, tripuladas por cem homens aquellas, e estas por trinta. Todos estes recebem os seus soldos aos trimestres conforme a matricula e gráo do seu officio. O simples soldado recebe sete pardáos, que valem tres tostões, moeda de Portugal. — Esta Armada estaciona no mar e espia os Piratas até ao mez de Abril, impedindo que exerçam alguma hostilidade. No fim de Abril recolhe a Gôa, por que então começa o inverno n'estas paragens. Acabada esta viagem, os soldados recebem a sua baixa e podem retirar-se para onde quizerem, e não recebem mais paga do rei.» (p. 59.) No livro da Fazenda da India encontra-se nota do mantimento que competia por mez a estas Armadas, com as rações de cada soldado; [1] estes factos apparentemente sem interesse revelam-nos o tratamento a que resistiu Ca-

---

[1] Biscouto, 1 arratel por dia; carne, o mesmo; arroz, 2 medidas a cada pessoa; manteiga, 1 canada por mez; azeite, 1 quartilho por mez; assucar, 1 arratel, id; vinagre, 1 quartilho id; litões, 16 peças id.; peixe serra, 1 por mez id.; 1 Vaca (de Gôa) 5 arrobas. — Meio cruzado a cada pessoa: por mez para conducto dando-se-lhe só biscouto.

mões. Não é menos curiosa a maneira como se equipavam as Armadas, dando-nos ao vivo o meio em que o poeta gastou os cinco annos de serviço militar a que estava obrigado.

Nas *Memorias de um Soldado da India* descreve Silveira como se apparelhavam as Armadas: «Chegado o tempo de fazer Armada, a que precedem sempre muitos avisos que cada dia ora de uma parte ora de outra vem de navios de Corsarios que são sahidos e de muitos damnos que têm feito; nomêa o Viso-Rei ao Capitão-mór... com a somma de galés e navios, e assim os demais capitães, dando-lhes copia de soldados que se devem embarcar; que são de ordinario a trinta por navio e sessenta por galé...

«Depois de publicados os capitães da Armada, emquanto se fornece de bastimentos, munições e de chusma, a qual muita vez se faz de negros tomados aos seus donos pelas ruas com grandes forças e extorsões, precedendo outro numero de desordens.. têm cuidado nossos Capitães (que sempre são fidalgos, e alguns sem ponta de barba, chegados aquelle mesmo anno de Portugal) de adquirir para seus navios *aquelles soldados que mais bem vestidos e galantes encontram pelas ruas*, procurando logo saber-lhes as pousadas onde os vão obrigar com suas visitas e promessas e dadivas.» Esta classe constava, como escreve Silveira, «na maior parte d'estas de adulteros, malsins, alcoviteiros, ladrões de noite, homens que acutilam e matam por dinheiro, e outros de semelhante raça.» (p. 20.)

«Como nossos Capitães têm o numero de

soldados que cada um deve levar, se tocam os atambores, e se vão chegando aos paços do Viso Rei, onde se faz o pagamento, e se dá a cada soldado a quarta parte do que em cada um anno tem de soldo, conforme á usança de Portugal e ao *assento que se lhe fez em Lisboa na Casa da India;* revolvendo, primeiro que se lhe meta na mão o dinheiro, muito maior copia de Livros do que tem um famoso jurisconsulto.

«Recebida esta paga (a que os portuguezes chamamos quartel) que no geral serão dez xerafins, e valerão pouco menos de tres mil reis; lança-se o pregão pela cidade pelo qual se manda embarcar, limitando o dia e a hora precisamente; e se embarcam todos, cada um com as armas que póde ou quer levar. O que tem vestido e camisas bastante para *outo mezes, que de ordinario se anda na Armada*, compra com os dez xerafins de sua paga uma espingarda, e o que não tem vestido e camisas compra aquelle até onde pode abranger o dinheiro, e leva uma espada e rodela: outros levam cada um sua alabarda; e alguns pretendem andar nas galés e nos navios bem ataviados, e sahir em os portos ou terra de paz mui vestidos e galantes, ainda que não tenham com que pelejar ao tempo de menear as armas. Outros ha que, ainda que possam levar espingarda, por fidalguia e doçura querem antes uma rodella e uma espada curta de bom córte com uma guarnição prateada. Com esta soldadesca, assim apercebida e armada á eleição de cada um sáem as Armadas de Gôa, indo cada navio avolumado de caixas, canastras, tarros,

jarras, barris e cheio de môços e negros...» (p. 21.)

Seguir a marcha da Armada do Norte commandada pelo joven D. Fernando de Menezes, que se dirigiu de Goa para o Estreito de Meca ou costas do Mar Vermelho, é tomar conhecimento da vida aventurosa d'esta empreza contra os piratas malabares, em que combatera Camões. A derrota seguiu para a costa da Arabia, pairando junto do Monte Felix, o Bar-ef-Fil, esperando as náos de Achem, Malaca e Cambaia carregadas de ricas mercadorias: ouro, cobre, pedras preciosas, betel, enxofre, benjoim, camphora e pimenta. Pelas fustas que foram á exploração do Estreito, soube-se que no porto de Meca estavam algumas galeotas, e por se entrar em Abril no periodo da invernia trataram de irem estacionar a Ormuz, cujo Estreito communica o mar da Arabia com o Golfo Persico, onde existe o principal centro de commercio em Bassorá. Navegando para leste sem encontrarem corsarios, quasi a meio da costa perto de Dofar foram atacar os Fartaquins, com grandissimo perigo no desembarque dos bateis, saltando os soldados ao mar e avançando com fuzilaria contra os Fartaquins que resistiram em numero de trezentos em cavallos e elephantes. Como pela grande resaca a artelheria, não pôde ser desembarcada, abandonando-se o plano de assalto á fortaleza, embarcaram outra vez, costeando a Arabia Felix, passaram o cabo de Rosalgate e foram dar fundo a Mascate, centro de commercio importante na ponta avançada da Arabia do lado da India e á entrada do Golfo Persico.

Aqui encontraram Bernardim de Sousa, com ordem de entregar o galeão em que viera a D. Antão de Noronha, passando a gente dos navios de alto bordo para a Armada de Dom Fernando de Menezes, que a entregou a Manoel de Vasconcellos, indo o filho do Vice-rei com Bernaldim de Sousa para Ormuz. Chegou a Ormuz a noticia de que o corsario Ale-Cheloby sahira com quinze galés de Bassorá, com tenção de passar para Suez. Bassorá, a dois kilometros da margem direita ou occidental da reunião do Tigre e Euphrates, era o primeiro centro do commercio da Asia mussulmana, mas insaluberrima pelos pantanos que a circumdam. Nos mezes de Septembro, Outubro e Novembro os mercadores do Golfo Persico, India, Mascate, Bender-Buchir, e outros de Bagdad, ali trocavam os seus productos por tamaras e cereaes. D. Fernando de Menezes, com o audacioso D. Antão de Noronha, seu primo, planearam fechar Ale-Cheloby no golfo de Bassorá, não o deixando refugiar-se no Golfo Persico; tendo-se escapado, foi outra vez visto a doze leguas de Mascate, tomando-lhe seis galés com riquissima carga, com cincoenta peças de bronze, e arrojando ao mar a guarnição. Em Mascate mandou D. Fernando de Menezes curar os portuguezes feridos, e benzidas as seis galés repartiu-as pelos fidalgos e capitães. N'esta audaciosa aventura achou-se Camões, mas não foi contemplado com a preza nem o seu nome figurou nas chronicas. Estava-se em 20 de Septembro de 1554, e em principios de Outubro dirigiu-se a Armada triumphante para Gôa, onde aportou gloriosa em principios de Novembro.

Nos versos de Camões, encontra-se um Soneto, da sua estação de Bassorá, cidade edificada sobre a margem occidental do Euphrates; ahi já apparenta um estado de alma desalentada, começo de uma crise nostalgica, de que sómente o poderá salvar uma ideia fecunda que lhe restitua a energia moral:

> Na *ribeira do Euphrates* assentado,
> Discorrendo me achei pela memoria
> Aquelle breve bem, aquella gloria
> Que em ti, doce Sião, tinha passado.
>
> Da causa de meus males perguntado
> Me foi: — Como não cantas a historia
> Do teu passado bem, e da victoria
> Que sempre de teu mal has alcançado...
>
> Não sabes, que a quem canta se lhe esquece
> O mal, ainda que grave e rigoroso?
> Canta, pois, e não chores d'essa sorte. —
>
> Respondi com suspiros: — Quando crece
> A minha saudade, o piedoso
> Remedio é não cantar senão a morte.

Não era uma allegoria biblica o quadro d'este bello Soneto; effectivamente sobre a margem occidental do Euphrates, em Bassorá, ahi o seu antigo amigo e confidente de Ceuta, D. Antão de Noronha lembra-lhe a historia do *passado bem*, e incita-o a desabafar no seu intenso lyrismo. A' chegada a Gôa, Camões ia encontrar grandes mudanças, e dolorosas noticias trazidas do reino, na náo que conduzira o novo Vice-rei D. Pedro de Mascarenhas, que já estava exercendo o governo.

A Náo Santa Cruz, commandada por Belchior de Sousa, que partira na Armada de

1553 (em que seguiu Camões) tendo arribado a Lisboa, onde invernou, largou para Gôa em fins de Março de 1554 como capitania, levando o Vice-Rei D. Pedro de Mascarenhas, e ali deu fundo em 26 de Septembro. A vinda d'aquelle velho embaixador de quem Carlos V fôra muito amigo, era uma violencia contra a sua edade; era necessario mandar um homem austéro para sustar as depradações da fazenda publica que faziam os Vice-Reis desde Martim Affonso de Sousa até D. Affonso de Noronha. O Infante D. Luiz lhe impoz esse sacrificio. Com a chegada sinistra do Vice-rei, chegaram tambem as tristes novas de que fallecera permaturamente o Principe Dom João em 2 de Janeiro de 1554, que nascera posthumo Dom Sebastião, a debil vergontea dynastica, em 20 de Janeiro d'esse mesmo anno. N'esta viagem chegara tambem do reino o seu saudoso amigo e poeta, companheiro dos dias alegres da côrte, João Lopes Leitão;[1] este lhe contaria o impressionante desastre em 18 de Abril de 1553, proximo de Ceuta, em que morreu em uma surpreza dos arabes com todos os cavalleiros que o acompanhavam, o querido e intimo confidente D. Antonio de Noronha; tambem lhe narra o soffrimento de D. Catharina de Athayde, conservando-se solteira, não provando os *domesticos venenos*, e retrahida em uma tristeza muda que nem a boa vontade da Rainha podia consolar. Concentrando-se n'estas impressões, a que se associavam recordações de alegria e de esperança, Camões escreveu uma bella

---

[1] Couto, *Decada* VII, 1, 3.

Egloga celebrando a morte dos dois justadores do Torneio de Xabregas, o Princepe Dom João e D. Antonio de Noronha, e liga ao nascimento de D. Sebastião a aspiração do ideal de um Imperio africano. A' morte de D. Antonio de Noronha consagrou um sentido Soneto, em que lhe deu a immortalidade:

Em flor vos arrancou, de então crecida,
Ah, senhor Dom Antonio! a dura sorte,
D'onde fazendo andava o braço forte
A fama dos antiguos esquecida.

Uma só rasão tenho conhecida
Com que tamanha magoa se conforte:
Que se no mundo havia honrada morte,
Não podieis vós ter mais larga vida.

Se meus humildes versos podem tanto
Que co'o desejo meu se eguale a arte,
Especial materia me sereis;

E celebrando em triste e longo canto,
Se morrestes nas mãos do féro Marte,
Na memoria das gentes vivereis.

(Son. xv.)

E ainda vive. Por este tempo escreveu Camões uma Carta, que veiu para Lisboa nas náos de torna-viagem por Janeiro de 1555; ahi allude a estes tragicos successos: «Por agora não mais, senão que este *Soneto* que aqui vae, que fiz á morte de D. Antonio de Noronha, vos mando em sinal de quanto d'ella me pesou. Uma *Egloga* fiz sobre a mesma materia, a qual tambem trata alguma cousa da morte do Princepe, [1] que me parece

[1] Na Elegia de D. Francisco de Sá de Menezes á morte do Princepe D. João, allude-se ao apagamento d'aquelle fervor litterario que se ia manifestando entre os poetas:

melhor que quantas fiz. Tambem vol-a mandara para mostrardes lá a Miguel Dias, que pela muita amisade de D. Antonio folgaria de a vêr; mas *a occupação de escrever muitas Cartas para o reino*, me não deu logar. Tambem lá escrevo a Luiz de Lemos [1] em resposta de outra que vi sua; se lh'a não derem, saiba que é culpa da viagem, na qual tudo se perde.» Fixada a epoca em que esta Carta foi escripta, por Janeiro de 1555, n'ella se vê reflectido o estado moral em que se achava Camões em Gôa, depois da chegada da Armada do Norte do cruzeiro do Golfo Persico. O poeta conhece já perfeitamente o meio dissoluto em que vive e que detesta, n'essa babylonica e doentia Gôa: «Emfim, senhor, eu não sei com que me pague saber tão bem fugir a quantos laços n'essa terra me armavam os acontecimentos, como com me vir a esta, onde vivo mais venerado que os touros de Merceana, e mais quieto que a cella de um frade prégador. *Da terra vos sei di-*

As festas dos Pastores d'esta terra
Cobertas estão já de esquecimento;
Não sei a branca lua onde se encerra,

Que depois que minguou, não cresceu mais,
Nem parece erva verde em toda a terra,
Aborrecem-me os versos naturaes.
A Sanfonha estrangeira...

(*Canc. d'Evora*, p. 58. Ed. Barata.)

[1] Na *Historia da Universidade de Coimbra*, t. I, p. 368, vem citado um *Luiz de Lemos* natural de Fronteira, philosopho e doutor em Medicina, que ensinou em Salamanca na sua mocidade. A amisade de Camões é hoje o seu titulo de immortalidade.

zer, que é mãe de vilões ruins e madrasta de homens honrados. Porque os que se cá lançam a buscar dinheiro, sempre se sustentam sobre agua como bexigas; mas os que sua opinião deita

A las armas, Mouriscote, [1]

como maré corpos mortos á praia, sabei que antes que amadureçam se secam. Já estes que tomavam esta opinião de *valentes* ás costas, crêde que nunca

Riberas de Duero arriba
cavalgaron Zamoranos,
que roncas de tal soberbia
entre si fuesen hablando;

e quando vêm ao effeito da obra, salvam-se com dizer, que não podem fazer tamanhas duas cousas, como é prometter e dar. Informado d'isto veiu a esta terra João Toscano, que, como se achasse em algum magusto de rufiões, verdadeiramente que ali era

Su comer las carnes crudas
su beber la viva sangre.

---

[1] Romance do seculo XVI, hoje completamente desconhecido. D'elle escreve Amador de los Rios: « O romance de *Moriscote*, não se encontra effectivamente nas collecções; foi porém tão popular em principios do seculo XVI, que quasi todos os compositores de musica de *vihuela* o citam entre os outros romances velhos e passa-calles, que appresentam como modellos; mas só copiam os quatro primeiros versos, suppondo indubitavelmente que os cantores de romances e affeiçoados sabiam a continuação. Os versos apenas referidos, são:

A' las armas, Moriscote,
si las has en voluntade;
y se acercan los francezes,
los que en romeria vane.»

(*Hist. de la Litterat. esp.*, t. II, p. 627.)

«Callisto de Sequeira se veiu cá mais humanamente, por que assi o prometteu em uma tormenta grande em que se viu. Mas um Manoel Serrão, que, *sicut et nos*, manqueja de um olho, se tem cá provado arresoadamente, porque fui tomado por juiz de certas palavras, de que elle fez desdizer a um soldado, o qual, pela postura de sua pessoa era cá tido em boa conta.»

Estes traços pittorescos da Carta, esclarecem-se com as descripções realistas de Linschott, Francisco Rodrigues da Silveira e de Pyrard. Eis o quadro da vida dos soldados em terra, como refere Pyrard; «juntam-se em numero de nove ou dez mais ou menos e tomam um aposento, que lá são mui baratos... Mobilam estes aposentos de leitos, mezas e outros utensilios, e têm um *escravo* ou dois para todos. De ordinario moram em casas terreas por causa do grande calor. Estes soldados vivem pela maior parte mesquinhamente, ao menos aquelles que não têm alguma traça. Em todo o dia estão na sala, ou á porta assentados em cadeiras, á sombra e á fresca em camisa e ceroulas, e alli cantam e tocam guitarra ou outro instrumento. — São muito cortezes com quem passa pela rua e de mui boa vontade offerecem a casa para que possam entrar os que passam, sentar-se, galhofar e praticar com elles. Nunca sáem todos juntos pela cidade, mas aos dois e aos tres quando muito, por que ás vezes não têm mais de tres ou quatro vestidos para servir a dez ou a doze.» Isto explica o sentido gracioso d'essa redondilha de Camões *A um fidalgo que lhe tardava com uma camisa galante*,

que lhe promettera, na India.» Prosegue Pyrard: «E todavia, quem os vir marchar pela cidade dirá, que são senhores de dez ou doze mil libras de renda, por que vão cheios de gravidade, e *levam junto de si um escravo*, um homem que lhes segura um grande sombreiro ou guarda-sol.» Chamava-se a este escravo *boi;* d'aqui a confusão com o *Jáo* designando o escravo de Camões, tão idealisado sem a comprehensão historica. Escreve ainda Pyrard: «Andam os soldados de que fallamos, vestidos de seda o mais soberbamente que se pode imaginar, mas logo que chegam ás pousadas promptamente largam os vestidos, e os passam a outros, se querem sair a seu turno. Vagueam de noite pela cidade, e por via d'elles corre-se muito risco de andar pela rua depois das outo ou nove horas, apesar de fazerem rondar os meirinhos com seus homens, por que aquelles soldados são muito valentes.» N'este fim do anno de 1554, viu-se Camões envolvido entre esses valentões, que o tomaram por juiz das suas pendencias, taes como Manoel Serrão e Callisto de Sequeira [1]

---

[1] Camillo, nas *Notas biographicas*, p. 40, escreve: «Era este Manoel Serrão um ricaço de Baçaim, senhor de quatro aldeias...» E abona-se com este trecho das *Memorias de um soldado da India :* «Dentro em Gôa se cortam braços e pernas e se lançam narizes e queixadas em baixo cada dia e cada hora, e não ha justiça que sobre o caso faça alguma diligencia: dando por razão que o não permitte a India, por que cada qual pretende satisfazer-se por suas mãos de quem o tem aggravado.» De Calisto de Sequeira, o Mulato, falla Diogo do Couto, como grande espingardeiro. (Storck, *Vida*, p. 498, nota 2.)

Depois dos guapos, seguia-se a revista das damas da terra, que eram quasi todas de *muita edade* e incapazes de perceberem um conceito amoroso tirado de Petrarcha ou de Boscan, fallavam um portuguez mascavado de termos asiaticos, com uma deturpação dialectal de fórmas como se pode ainda hoje lêr nos Evangelhos traduzidos em portuguez de Ceylão: «Se das damas da terra quereis novas, as quaes são obrigatorias a uma carta, como marinheiros á festa de S. Frei Pero Gonçalves, sabei que as portuguezas todas *cáem de maduras*, que não ha cabo que lhe tenha os pontos, se lhe quizerem lançar pedaço. Pois as que a terra dá, além de *serem de rala*, fazei-me mercê que lhe falleis alguns amores de Petrarcha ou de Boscão; respondem-vos *uma linguagem meada de ervilhaca, que trava na garganta do entendimento*, a qual vos lança agua na fervura, na mór quentura do mundo.» E contrapunha a esta crúa realidade as lembranças das venturas de Lisboa: «Ora julgae, senhor, o que sentirá um estomago costumado a resistir ás falsidades de um rostinho de tauxia, de uma dama lisbonense, que chia como um pucarinho novo com agua, vendo-se agora entre esta carne de salé, que nenhum amor dá de si.» Esta comparação do *pucarinho novo* ainda apparece em um despique de conversados, da tradição popular de Coimbra:

Por um *pucarinho novo*
E rodeado de flores,
Quem me fôra tão ditosa
Que desse agua aos meus amores.

(*Canc. popular*, p. 142.)

D'aquellas damas idealisadas por Camões disse D. Francisco Manoel de Mello, tambem do mesmo temperamento amoroso e egualmente desgraçado:

Um fallar com tanto geito,
Um ditinho de repente,
Que affeiçôa;
Um ter em tudo respeito,
Ai, Deus me mate co'a gente
De Lisboa.

Linschott e Pyrard dão-nos retratos das mulheres de Gôa, justificando a impressão de Camões: «As mulheres dos portuguezes mestiças ou christãs nas Indias, quasi que não são vistas, sendo a maior parte do tempo reclusas em casa, sem sahirem senão á egreja ou a alguma visita, bem que raramente e não sem serem muito bem guardadas, sendo levadas em palanquins cobertos com uma colcha ou outra cobertura.» Pelo seu lado Pyrard accentúa: «A occupação das mulheres não é outra durante todo o dia, mais que cantar e tanger instrumentos, e algumas vezes, raras, se visitam. Mas, ainda que em Gôa as mulheres sejam muito impudicas, e que o clima e os alimentos da terra as favoreçam, todavia nem lá nem nas outras cidades portuguezas ha alcouce publico. . . O mais ordinario passatempo das mulheres é estar todos os dias ás janellas, e são mui bellas, grandes e espaçosas em fórma de galerias e sacadas, com gelosias e rótulas mui lindamente pintadas, de modo que ellas podem vêr sem ser vistas.» Camões synthetisou a vida de Gôa em um Soneto de um tremendo realismo:

Cá n'esta Babylonia, d'onde mana
Materia a quanto mal o mundo cria,
Cá d'onde o puro Amor não tem valia,
Que a Mãe, que manda mais, tudo profana;

Cá, d'onde o mal se afina, o bem se dana,
E pode mais que a honra a tyrannia;
Cá, d'onde a errada e cega Monarchia
Cuida que um nome vão a Deus engana;

Cá, n'este labyrinto onde a Nobreza,
O Valor, o Saber pedindo vão
A's portas da Cobiça e da Vileza;

Cá, n'este escuro cáos de confusão,
Cumprindo o curso estou da natureza;
Vê se me esquecerei de ti, Sião!

(Son. cxciv.)

Contra o governo dos dois ulimos Vice-reis correu n'este anno de 1554 uma Satira pungente, moldada sobre a fórma das coplas de Jorge Manrique universalmente conhecidas pelo primeiro verso: *Recuerd el alma dormida*, que eram então muito da paixão de D. João III.[1] Pode-se fixar a data d'esta parodia satirica; tendo a Náo Boa Ventura,

---

[1] No Ms. *Memorias dos Ditos e Sentenças*, fl. 40, lê-se: «O Conde de Vimioso pedindo-lhe El rei que lhe tomasse hum creado por môço da camara, gaboulhe de gentil homem, musico, discreto, e sobretudo muito lido; e Elrei, porque o Conde se não desobrigasse por ally do agradecimento, disse-lhe que folgava de o vêr; e o Conde trazendo-lh'o, perguntou El Rey ao mancebo após outras cousas: — Se sabia de cór as Trovas de Dom Jorge Manrique, que começam: *Recuerde el alma dormida?* elle respondeu-lhe que não; disse-lhe El Rey: — Pois não sabeis nada; mas, eu vos acceito por meu, pois m'o pede o Conde» (Ms. n.º 1126, na Torre do Tombo.)

*

da Armada que trouxe o Vice-Rei D. Pedro de Mascarenhas, naufragado á chegada: «Perdeu-se na costa de Gôa a 18 de Septembro de 1554,» [1] a este facto alludem as coplas:

Ved con quan poco amor
los nabios mal tratamos,
que tenemos!
Las galeras, és dolor,
primero que las varamos
las perdemos.

D'ellas, por su edad,
mas que cosas desastradas
que acaecen,
otras por floxedad
nuevas quillas y costados
apodrecen.

Decidme la hermosura
de *la Armada que a Suez*
bien llegara;
no mireis quan sin ventura
sin llegar a la veliez
qual se para.

Pues la sangre de los Godos
nos rije con su flaqueza
envilecida,
por quales vias e modos
será nuestra fortaleza
conocida.

Elogiando-se ahi o ultimo grande Vice-rei D. Henrique de Menezes, a Satira feria fundo os ultimos governos dos Noronhas, [2] cujas depradações obrigaram o rei á nomeação do austero D. Pedro de Mascarenhas:

---

[1] Figueiredo Falcão, *Indice de toda a Fazenda*, p. 165.

[2] Nas *Mem. de Litt.*, t. v, p. 361, citam-se: *Trovas a D. Garcia, Viso-Rei da India, pelas de D. Jorge Manrique. Em hespanhol.*

Esta India es camiño
da triste vida cansada
y de pesar;
el que viene, es desatino
no haga otra jornada
sin parar.

Partimos donde nascemos,
andamos siempre y servimos
y gastamos
la vida y quanto tenemos,
y se con razon pedimos
no alcançamos.

Todo lo hemos perder,
lo por ganar y ganado,
que es peor;
y a nuestro parecer
el menor hecho passado
fue mejor.

Y pues vemos lo presente
de tirano mal regido
y gobernado;
juzgaremos sabiamente
no ser el Rey bien servido,
mas robado.

. . . .

Estaria D. Pedro de Mascarenhas á altura da missão reorganisadora que lhe era confiada? Tinha contra si a sua edade avançada e uma vida cheia de serviços. Os Jesuitas, que estendiam o seu dominio na India portugueza, lembraram-se que fôra D. Pedro de Mascarenhas em 1542, então embaixador em Roma, que recommendara a D. João III a nova Companhia de Jesus, e que elle a introduzira em Portugal; em uma carta do P.e Belchior Carneiro, lê-se: «Estando em Lampacau, me foram cartas dos Padres da India, em que me

escreviam, que era necessario tornar-me o mais cedo que pudesse para a India, *por que viera o Vice-Rei Dom Pedro de Mascarenhas, tão zeloso da honra de Deus, e tambem verdadeiro amigo da Companhia*, com que todo o serviço de Deus se podesse acabar...» [1] Diogo do Couto, no *Soldado pratico*, tambem o retrata: «o mais sisudo Viso-Rei que nunca foi á India, que foi D. Pedro de Mascarenhas; tanto que chegou e se viu perseguido de requerimentos de Religiosos e de Prelados, que lhe traziam mais petições que o Secretario; como os teve juntos todos, fez-lhe uma fallasinha, da qual era substancia, que o encommendassem a Deus em suas orações, e lhe deixassem servir o cargo, de que havia de dar contas a Deus e a seu Rey; e que lhe não appresentassem petições, nem lhe fallassem em negocios, nem em confirmações de cargos, nem provimento de outros; que sómente requeressem o necessario para o provimento de suas cousas e obras, por que o faria de muito boa vontade; e o mais promettia não fazer, nem lhes dar para isso entrada em sua casa.» (*Op. cit.*, p. 22) A integridade de D. Pedro de Mascarenhas revelar-lhe-ia agora a avidez dos Jesuitas; Dom João III concedera-lhes um poder verdadeiramente temporal na India, que contrastava com o dos seus generaes. [2] O Viso-Rei desen-

---

[1] *Historia e Mem.*, da Academia das Sciencias, t. x, P. I, p. 98

[2] Escreve Ismael Gracias: «os Padres da Companhia de Jesus, aos quaes a Côrte havia desde muitas epocas confiado a administração dos Armazens dos

volveu uma grande actividade e energia na administração; d'entre os seus numerosos actos destacamos a Armada de tres navios de alto bordo, que mandou preparar para ir atacar o terrivel corsario Safar, sob o commando do velho e experimentado Manoel de Vasconcellos. Esta Armada partiu de Gôa em Fevereiro de 1555, para ir estacionar junto do Monte Felix, ao norte do Cabo de Guardafui. N'esta expedição partiu novamente Camões, e n'ella soffreu as calmas tediosas e pestilentes, que o levaram áquelle estado de desolação que relata na sua Canção X. O poeta já tinha servido no sub-commando de Manoel de Vasconcellos, na Armada do Norte de 1554; era este commandante natural da ilha da Madeira, filho de Lopo Mendes de Vasconcellos, e como seu pae serviu valentemente como capitão de Cananor e de Malaca. Sua esposa, D. Isabel da Veiga, era denominada a — *Matrona de Diu*, porque acompanhara seu marido n'aquelle celebre Cêrco fazendo actos de excepcional bravura. Era com este homem audaz e venerando, que Luiz de Camões abandonava Gôa e se expunha ao doentio e prolongado cruzeiro. N'aquella aborrecida,

---

provimentos de guerra, dos celeiros, dos mantimentos, da fundição da Artilheria e das obras das fortificações nas differentes praças do Norte com o proprio titulo de Administradores.» (*Oriente portuguez*, vol. III, p. 16.) Estes poderes foram augmentados por carta regia de 22 de Março de 1635, de 23 de Abril de 1737. E' por isso que o erudito Cunha Rivara considerou essa preponderancia dos Jesuitas na India «como uma das principaes causas da decadencia do Imperio Indo-portuguez.» (*Chronista de Tiassuary*, vol. I, p. 281.)

paragem alli esteve a Armada esperando as Náos que vinham do Achem, mantendo-se até passar a monção, para ir em Septembro invernar a Mascate, na entrada do Golfo Persico, para proteger as Náos de Ormuz na sua róta para Gôa. E' n'esta estação que D. Francisco Alexandre Lobo colloca o cruzeiro de Camões, segundo a opinião de Manuel Severim de Faria, que dá o regresso do poeta a Gôa nos primeiros dias de Outubro de 1555, quando «já governava havia *quasi quatro mezes* Francisco Barreto» (*Disc.*, fl. 3) Dera-se o falecimento de D. Pedro de Mascarenhas em 16 de Junho d'esse anno, e desde esse dia ficara investido do Governo da India Francisco Barreto pela carta de prego em que estava nomeado. [1]

Camões sentiu bastante este longo cruzeiro de 1555; trazia as impressões vivas das noticias que recebera do reino no fim do anno anterior, que lhe augmentavam a dôr moral, em um meio calmoso, pestilente, sem ao menos ter o esgotamento da lucta contra os piratas Sanganes, que então não appareciam. De-

[1] O Dr Storck adoptou o cruzeiro no Estreito de Meca em 1554; mas reconhece, que o espirito marcial do poeta no Soneto a D. Fernando de Menezes está em antithese com a profunda melancholia da Canção x, composta em uma estação naval muito demorada, como foi a de 1555, pela qual opta, desde Severim de Faria a maior parte dos biographos. A verdade completa está no desdobramento d'estas expedições em 1554 e 1555. Storck reconhece: «E' certo que o tom geral e os sentimentos da poesia divergem dos que a Canção exhala. Mas isso pouco importa. — As duas obras exigem rhetorica differente.» (*Vida*, p. 525.)

creve Rodrigues da Silveira, d'este cruzeiro do Estreito do Mar Roxo: «dois ventos são os que alli cursam, *um parte do levante com que se entra*, e outro do poente com que se sáe, e venta cada um d'elles *seis mezes* sem algum intervallo.» *(Mem.*, p. 22.*)* Foi esta estação forçada de seis mezes proximo do Ras-ef-Fil, (o Monte Felix) rochedo que tira o seu nome da figuração da cabeça do elephante, ilhéo junto do Cabo do Guardafui *(Iard Hafun)*, e ao longo do Estreito de Bab-el-Mandeb. O viajante Salt descreve esse promontorio do Guardafui da costa oriental de Africa, deixando ao sul a entrada do golfo de Aden; o mar rebentando nos seus areaes, altas montanhas ao fundo dão-lhe um aspecto sublime. Deram-lhe os antigos o nome de Cabo dos Aromata, e assim o designa Camões, com as suas fortes reminiscencias classicas. Em volta de si via Camões cahirem os seus camaradas atacados das febres exantemicas, alli fechados pela monção; no Soneto CIII descreve a morte de um rapaz de vinte annos, natural de Alemquer, e n'essa fórma laconica de epitaphio ressumbra uma insondavel tristeza, e inextinguivel saudade da patria:

No mundo poucos annos e cansados
Vivi, cheios de vil miseria e dura;
Foi-me tão cedo a luz do dia escura,
Que não vi cinco lustros acabados.

Corri terras e mares apartados,
Buscando á vida algum remedio ou cura;
Mas aquillo que, emfim, não dá ventura,
Não o dão os trabalhos arriscados.

Criou-me Portugal na verde e cara
Patria minha Alemquer; mas ár corruto
Que n'este meu terreno vaso tinha,

Me fez manjar de peixes em ti, bruto
Mar, que bates a Abassia féra e avara,
Tão longe da ditosa patria minha.

Quem seria este desgraçado môço, que a condolencia de Camões tornou immortal? Encontrámos o seu nome, em um appenso manuscripto que está encadernado na edição das *Rimas* de 1595; tem ahi este Soneto a rubrica em letra do seculo XVI: *A Pero Moniz, que morreu no mar do Monte Felix, em epitaphio.* [1]

No meio d'estes perigos da peste de bordo e avergado sob a angustia moral, no tedio do prolongado cruzeiro, é que elle escreveu a Canção X, a mais profunda expressão da dôr humana:

---

[1] No exemplar da Bibliotheca nacional; desde Faria e Sousa se considerava este Soneto allusivo á morte de Ruy Dias por ordem implacavel de Affonso de Albuquerque. Camões, nos *Lusiadas*, canto X, est. 45 a 47, condemnou esse acto execrando do heroe; mas Ruy Dias não foi executado no mar da Abassia; diz Barros que fôra no rio de Gôa. Escreveu Innocencio em carta de 2 de Janeiro de 1873: «Ignora-se, nem talvez será possivel descobrir de futuro quem fosse o sujeito *morto no mar da Abassia*, cujo fim desventurado lhe serviu de assumpto. Provavelmente algum desconhecido amigo ou camarada do poeta. Os que suppozeram o Soneto allusivo ao tragico fim do soldado Ruy Dias, mandado enforcar por Affonso de Albuquerque, cahiram (seja dito de passagem) em redondo engano: porque esse facto occorreu a grande distancia do *mar da Abassia*, isto é, no rio de Goa onde a Armada estivera invernando e fez larga detença; como é notorio em João de Barros, que na *Decada II*, livro 5, cap. 7, relata miudamente o caso com todas as circumstancias concomitantes. Nem sei mesmo como racionalmente podesse dizer-se que morrera de *ár corrupto* um homem que foi enforcado.» (*Dicc. bibliographico*, t. XIV, p. 11.)

Junto de um secco, duro, esteril Monte,
Inutil e despido, calvo e informe,
Da natureza em tudo aborrecido;
Onde nem ave vôa ou féra dorme,
Nem corre claro rio ou ferve fonte,
Nem verde ramo faz doce ruido;
Cujo nome, do vulgo introduzido,
E' *Felix*, por antiphrase infelice;
O qual a natureza
Situou junto á parte
Aonde um braço d'alto mar reparte
A Abassia da Arabica aspereza...

O Cabo se descobre, com que a costa
Africana, que do Austro vem correndo,
Limite faz, Aromata chamado;
Aromata outro tempo, que volvendo
A roda, a ruda lingua mal composta
Dos proprios outro nome lhe tem dado.
Aqui, no mar, que quer apressurado
Entrar por a garganta d'este braço,
Me trouxe um tempo e teve
Minha fera ventura.
Aqui, n'esta remota, aspera e dura
Parte do mundo, quiz que a vida breve,
Tambem de si deixasse um breve espaço,
Porque ficasse a vida
Por o mundo em pedaços repartida.

Aqui me achei gastando uns tristes dias,
Tristes, forçados, máos e solitarios,
De trabalho, dôr e de ira cheios:
Não tendo tão sómente por contrarios
A vida, o sol ardente, as aguas frias,
Os áres grossos, férvidos e feios,
Mas os meus pensamentos, que são meios
Para enganar a propria naturesa,
Tambem vi contra mi:
Trazendo-me á memoria
Alguma já passada e breve gloria,
Que eu já no mundo vi, quando vivi;
Por me dobrar dos males a aspereza,
Por mostrar-me que havia
No mundo muitas horas de alegria.

Aqui 'stive eu com estes pensamentos
Gastando tempo e vida; os quaes tão alto
Me subiam nas azas, que cahia
(Oh, vêde se seria leve o salto!)
De sonhados e vãos contentamentos
Em desesperação de vêr um dia.
O imaginar aqui se convertia
Em improvisos chóros e em suspiros,
    Que rompiam os áres.
    Aqui a alma cativa,
Chagada toda, estava em carne viva,
De dôres rodeada e de pezares,
Desamparada e descoberta aos tiros
    Da soberba Fortuna,
Soberba, inexoravel e importuna.

Não tinha parte d'onde se deitasse,
Nem esperança alguma, onde a cabeça
Um pouco reclinasse, por descanso:
Tudo dôr lhe era e causa que padeça.
Mas que pereça não; porque passasse
O que quiz o destino nunca manso.
Oh, que este irado mar gemendo amanso!
Estes ventos, da voz importunados,
    Parece que se enfreciam:
    Sómente, céo severo
As estrellas e o fado sempre fero,
Com meu perpetuo damno se recreiam,
Mostrando-se potentes e indignados
    Contra um corpo terreno,
Bicho da terra vil e tão pequeno.

Se de tantos trabalhos só tirasse
Saber inda por certo que algum'hora
Lembrava a uns claros olhos que já vi;
E se esta triste voz, rompendo fóra,
As orelhas angelicas tocasse
D'aquella em cuja vista já vivi;
A qual, tornando um pouco sobre si,
Revolvendo na mente presurosa
    Os tempos já passados
    De meus dóces errores,
De meus suaves males e furores,
Por ella padecidos e buscados,

E (postoque já tarde) piedosa
Um pouco lhe pesasse,
E lá entre si por dura se julgasse.

Isto só que soubesse me seria
Descanço para a vida que me fica;
Com isto affagaria o soffrimento.
Ah, senhora! Ah, senhora! e que tão rica
Estaes, que cá tão longe de alegria
Me sustentaes com doce fingimento!
Logo que vos figura o pensamento,
Foge todo o trabalho e toda a pena.
Só com vossas lembranças
Me acho seguro e forte
Contra o rosto feroz da fera morte;
E logo se me juntam esperanças
Com que, a fronte tornada mais serena,
Torno os tormentos graves
Em saudades brandas e suaves.

Como na mais perfeita Symphonia, ha n'esta Canção X o contraste de dois themas: junto do secco, duro e esteril monte, o sol ardente, os áres grossos, e no poeta os seus pensamentos, trazendo-lhe á memoria passados dias venturosos, para lhe redobrarem os males e a aspereza do ambiente! Mas se no meio de tantos trabalhos Nathercia ainda não perdera a lembrança d'elle! E é n'esta contemplação intima que se sente forte e seus tormentos se abrandam em saudades. Nem este estado de espirito, nem a demora de dias tristes, *forçados*, máos e *solitarios*, condizem com a paragem ruidosa e breve da Armada do joven D. Fernando de Menezes, em 1554, em que o poeta estava entre amigos, como Alvaro da Silveira, Jorge de Moura e outros. Na Canção X o poeta como que allude ás duas expedições:

Aqui, no mar.................
Me trouxe um tempo e teve
Minha fera ventura.

Depois na terceira estrophe é que descreve a estação demorada de seis mezes, de 1555:

Aqui me achei gastando uns tristes dias,
Tristes, *forçados*, máos e *solitarios*,
De trabalho, dôr e de ira cheios

Para resistir a este meio dissolvente e á depressão moral do seu espirito, Camões fortaleceu-se concentrando-se na idealisação da Epopêa portugueza. N'este cruzeiro do Monte Felix teve occasião de ir a Mombaça; [1] Faria e Sousa colligiu sobre este facto uma tradição sem a comprehender: «Y Juan Pinto Ribero me dixo que — persona que lo conoció é trató, otras que lo conocieran allá, dezia, en Zofala *ó Mombaça avia el Poeta amanecido un dia, prometiendo inesperadamente este escripto, como se aquella noche lo oviesse sido inspirado por alguno divino medio...*» Storck ri-se da credulidade de Faria e Sousa; mas elle proprio reconhece que houve um momento de maturação definitiva da Epopêa na mente do Poeta: «O proposito de cantar os feitos heroicos do seu povo e da Patria, tomou comtudo fórma decisiva e *amadureceu durante os seis mezes de vida do Oceano.*» (*Vida*, p. 460.) Melhor diria, durante os seis mezes d'essa doentia e fastidiosa estação do

[1] Escreve Linschott: «Entre Moçambique e o *Cabo de Guardafui* estão as cidades de Quiloa e *Mombaça*, que é uma pequena ilha do mesmo nome com um porto com duas fortalezas.»

*

Monte Felix. No seu primeiro esbôço do Canto eterno, continha-se a Narrativa historica dos Reis de Portugal, que foram libertando o solo nacional do jugo sarraceno, e avançando para a Africa atacando os Arabes nos seus reductos, formando ahi um novo Imperio. *(Cantos* III e IV; e VII e VIII.) Até ahi tinha proclamado o Povo *nunca de outrem subjugado*. A partida para a India revelou-lhe a grandeza e importancia da *acção historica* dos Descobrimentos *por mares nunca d'antes navegados*. Era a essencia do ideal épico. O estado de emoção da sua desolada situação moral, deu-lhe a impressão directa da viagem da India, a visão sublime do Feito nunca feito. Faltava fundir em um todo harmonico estes dois elementos. Não o pôde fazer, na perturbação á chegada a Gôa e partida immediata para o Chembé, seguindo depois na Armada do Norte sob o commando de D. Fernando de Menezes. Sómente n'estes seis mezes *solitarios* e *forçados*, é que a fusão dos seus materiaes se operou. E' isto o que significa a tradição de Mombaça. Quem tem idealisado um grande poema sabe, que apesar de accumulados muitos trabalhos para elle, só se considera realisado quando se fixou nitidamente a ideia fundamental que o unifica e lhe dá vida. Os *Lusiadas* até este momento constavam de quadros historicos e episodicos; sómente quando o ideal dos Descobrimentos lhe appareceu em toda a grandeza é que a Epopêa ia entrar na sua construcção bella; para tornar esse Canto eterno, veiu a nota de amargura da dissolução do Imperio do Oriente apóz a derrocada do Im-

perio africano. Agora a Epopêa era o grito de uma nacionalidade que ia afundar-se. E esta nota de tristeza só lhe foi revelada nas reflexões *solitarias* do cruzeiro do Monte Felix. Maudsley indica-nos a importancia que tem uma grande ideia fortificando o desalento de um homem de genio: «Notou Aristoteles, que os grandes homens têm tendencia para a *melancholia e para a hypocondria.* N'elles o sentimento do seu valor é grande, elles não se subordinam facilmente ás cousas taes como ellas são, querem-as como deveriam ser. Tambem, *quando as suas forças são dirigidas sob a direcção da sua intuição superior para a realisação de um dado fim, o ardor dos seus sentimentos inspira as suas convicções e infunde-se nos seus actos; este emprego da sua energia liberta-os da sua melancholia* » (*Path. do Esp.*, p. 262.)

Deu-se um apaziguamento na alma do poeta com estas concepções da fórma definitiva da grandiosa Epopêa, que era a synthese da sua vida moral. Logo que chegou a nova monção, a Armada de Manoel de Vasconcellos foi em Septembro invernar a Mascate, na entrada do Golfo Persico, para comboiar as náos que vinham de Ormuz para Gôa. Mascate durante o verão tornava-se inhabitavel por causa das brisas pestilenciaes; o poeta nem dá por isso, e conformado superiormente com as fatalidades da vida, toma parte nas alegrias que vae encontrar em Gôa pela successão do novo Governador.

«Já governava havia *quasi quatro mezes* Francisco Barreto,» assim se exprime Severim de Faria, quando Camões chegou a Gôa,

terminado o cruzeiro da Armada do Norte; foi por tanto no principio de Septembro de 1555 que elle ficou em terra, para ter um pouco de descanço. Apesar de ser tomada a posse do governo da India em 16 de Junho d'esse anno, as festas da successão tinham sido addiadas por causa de uma terrivel catastrophe: em vésperas de San João, um dos foguetes do arraial foi incendiar o galeão San Matheus, e tomou taes proporções o incendio que se propagou a mais seis galeões, a quatro caravellas e duas galés. Francisco Barreto trabalhou para extinguir o incendio, expondo-se a todos os perigos, e até despojando-se das suas joias para gratificar os que mais se arriscaram. Então os admiradores e apaixonados de Francisco Barreto, passada aquella impressão sombria, pensaram em que se realisassem as festas da successão, tanto mais que Francisco Barreto revestira com um apparato solemne o baptismo de um magnate de Ceylão de que fôra padrinho. Camões chegara opportunamente a Gôa para tomar parte n'essas festas ao Governador e collaborar com os que promoviam a gloriosa homenagem. As qualidades eminentes de Francisco Barreto eram conhecidas por todos; apesar do meticuloso védor da Fazenda Simão Botelho o ter accusado em cartas ao rei, quando D. Pedro de Mascarenhas viera despachado em 1554, já trazia a carta de prégo em que lhe succederia Francisco Barreto, com quem elle sempre se auxiliou no seu governo. Dois amigos intimos de Camões, o chronista Diogo do Couto e Alvaro da Silveira, elogiam Francisco Barreto com a linguagem mais franca e

decidida, que leva a considerar absurda a tradição sempre repetida, que elle fôra hostil ao poeta. Couto retrata-o como «liberal, camarada officioso, e sempre propenso a perdoar as offensas recebidas.» E Alvaro da Silveira, em carta de 24 de Dezembro de 1555, dirigida a D. João III, escrevia de Francisco Barreto e do modo como sustentava o governo da India: «nunca homem tão amado foi do povo nem desejado.» Camões via n'esse seu companheiro de armas, então na pujança dos trinta e nove annos, o tio de D. Francisca de Aragão, a quem lhe era grato prestar todas as homenagens. Pretendia-se fazer, além de jogos de canas, encamisadas, torneios e arcos triumphaes dos officios, uma representação dramatica; mas o tempo urgia, e sómente Camões é que era capaz de vencer a difficuldade, dando prompto um Auto para ser decorado e ensaiado. Entre os seus papeis estava o rascunho do Auto de *Filodemo*, representado em Lisboa, nos côrros, por amigos intimos na época feliz em que frequentara a côrte. E' mesmo presumivel que alguns dos seus antigos companheiros, que tomaram parte na representação em Lisboa, estivessem agora na India, como João Lopes Leitão e Alvaro da Silveira.

E' acceitavel esta inferencia do Dr. Storck, porque não havia materialmente tempo para escrever um Auto em tão poucos dias. [1] Luiz

[1] O Dr. Storck, que traduziu para allemão o *Philodemo*, reconheceu: «Cada uma das vinte scenas d'aquella Comedia, para não dizer cada uma das suas phrases, é um reflexo adequado e fiel do festivo e um

Franco, que tambem militava na India, e nas horas vagas compilava composições poeticas de varios em um grande Cancioneiro, tambem ahi transcreveu o texto do *Auto do Philodemo* com esta valiosa rubrica historica: «*Comedia feita por Luiz de Camões. Representado na India a Francisco Barreto.*» Apresenta este texto manuscripto muitas variantes do texto impresso em 1587; d'onde se infere que o impresso, que se conservara em Lisboa em mãos extranhas, é a redacção primitiva, sendo a de Gôa a modificada em 1555. Luiz Franco, tambem poeta, era então um dos admiradores de Camões, escrevendo sob o seu nome este titulo honorifico: «*Companheiro em o Estado da India e muito amigo de Luiz de Camões.*» O logar da representação seria no páteo em arcaria das casas do Sabayo.

A's festas pela investidura do Governador, ajuntaram-se as festas a Santa Catherina, em 25 de Novembro, commemorando a conquista de Gôa por Affonso de Albuquerque, que proclamara a Santa protectora da cidade. Sobre a porta por onde entrara em Gôa, erigiu-se uma pequena capella, á qual se fazia uma apparatosa procissão, terminando por

---

pouco leviano espirito do cortezão alegre bemquisto e mimoseado por bellas damas, que não sopezava ainda bem a valia dos seus ditos e habitos, etc» (*Vida*, p. 456.) No *Philodemo*, como nas outras duas Comedias, o traductor e critico allemão diz, que se respira «desde a primeira á ultima palavra, o ár da patria, o ár da côrte, o ár da mocidade, — a atmosphera dos annos de 1544...» (*Ib*, p. 457.) Em obras artisticas é sempre seguro o criterio psychologico.

*

uma grande solemnidade na sé de Gôa. Tudo conspirava para um certo desvairamento, pretextando o jubilo official para os mais torpes delirios. Camões, já estimulado, escreveu a *Satira do Torneio*, que tem a seguinte rubrica importante: « *Finge que em Gôa, nas Festas que se fizeram á successão de um Governador, sahiram a jogar as Cannas certos homens a quem não sabia mal o vinho,* [1] *e outros notados de alguns vicios, com divisas nas bandeiras, e Lettras conforme sua tenção.*» A corrupção que a Satira accusa é muito conhecida pelas narrativas dos viajantes, como Linschott e Pyrard; os golpes disparados pelo poeta, tinham o poder de fazerem rir e de se popularisarem, pelos seus chistosos equivocos. E' possivel que as allusões fossem personalisadas. A peça termina: «Muitos outros homens illustres quizeram ser admittidos n'estas festas e canas; e que se fizera memoria d'elles, conforme suas qualidades; mas infinita escriptura fôra, *segundo todos os homens da India são assinalados;* e por isso bastou para servirem de amostra do que ha nos mais.»

E' uma narrativa picaresca e inoffensiva; assim mesmo serviu a Manoel Severim de Faria para fundamentar com ella a grande crise da vida de Camões indo na Armada do Sul,

---

[1] Pyrard escreve: «Ali todos bebem só agua, assim homens como mulheres, rapazes e raparigas. E' grande deshonra entre elles beber vinho, e se o fazem, lhes seria lançado em rosto como grande injuria.» Como a gente de baixa condição e os escravos bebiam *orraca*, uma especie de aguardente barata, d'aqui talvez o rancor contra a Satira.

em 1556, mandado preso e desterrado para a China por Francisco Barreto!

Para reforçar os effeitos da *Satira do Torneio* sobre a perseguição de Camões, juntou-lhe tambem Faria e Sousa as Decimas intituladas *Disparates da India*, que considera feitas pela mesma época. Essas Decimas, formadas com centões de Romances velhos, e Anexins portuguezes e castelhanos quebrando toda a versificação, pertencem a essa cathegoria de Satiras que corriam na India no tempo de Camões, e que não fizeram a desgraça de ninguem. Esses vicios e defeitos chasqueados nos *Disparates da India*, estão mais profundamente escalpelisados por Diogo do Couto e Francisco Rodrigues da Silveira; os versos são perfeitamente inoffensivos:

> Que direis de uns, que as entranhas
> Lhe estão ardendo em cobiça;
> E se tem mando, a justiça
> Fazem de têas de aranhas?
> Com suas hypocrisias,
> Que são de vossas espias,
> Para os pequenos uns Neros,
> Para os grandes tudo feros.
> Pois tu, parvo, não sabias,
> Que lá vão leis, onde querem cruzados.
>
> . . . .
>
> Oh, tu! como me atarracas,
> Escudeiro de solia,
> Com bocaes de fidalguia,
> Trazido quasi com vacas;
> Importuno a importunar,
> Morto por desenterrar
> Parentes, que cheiram já!
>
> . . . .
>
> Oh, vós, que sois secretarios
> Das consciencias reaes,

E que entre os homens estaes
Por senhores ordinarios;
Porque não pondes um freio
Ao roubar, que vae sem meio,
De baixo de bom governo?

. . . .

Bocage, que tanto comparou a sua vida com a de Camões, tambem melindrou com versos pungentes as familias de Gôa nos seus preconceitos heraldicos, tendo de ser afastado das malevolencias locaes por uma *promoção* para Diu. Camões era bastante valente para affrontar esses odios, que não passavam de propositadas calumnias. No descanso do serviço de que recolhera a Gôa, em lucta com deficiencia de meios, tinha de gastar os trez annos de serviço militar que lhe restavam e a que era obrigado, partindo na Armada do Sul, que se apparelhava para o comêço do anno de 1556. O intuito de ir percorrer essas vastas e ignoradas regiões do extremo Oriente ligava-se ao pensamento da Epopêa, em que trabalhava sempre; por essa demorada expedição poderia realisar a bella descripção da Asia, na ultima parte do poema. Francisco Barreto, acceitando este serviço ou ordenando o seu embarque, entendeu *provêl-o*, não com uma Capitania, que era então um privilegio dos fidalgos favoritos da côrte, mas com a *mercê de uma viagem*, como era costume premiar homens benemeritos. Como um facto tão simples e frequente nos apparece deturpado nos mais absurdos desconcertos moraes e chronologicos!

Na pequena biographia por Mariz, a narrativa concreta dos factos relativos á partida

de Camões para a China é cheia dos maiores absurdos pela sua descoordenação. Vê-se que colligira tradições que confundiu, com plena ignorancia historica. Pelo espirito d'essa tradição, esclarecido pelos conhecimentos historicos, é que nos poderemos approximar da verdade.

E' certo que o poeta obteve um *provimento*, e com o intuito de que *o provimento foi para vêr se o podia levantar da pobreza em que sempre andava envolto.*

Foi esse provimento *nas partes da China;* e por elle *lá grangeou a enchente de bens.* [1] O provimento feito por Francisco Barreto para beneficiar Camões pelos seus serviços só podia ser uma *viagem de mercê na carreira da China*, em que então no negocio da seda se ganhava outenta por cento.

A' lenda em que Mariz fez Camões *preso na India pelo Governador Francisco Barreto*, accrescentou Severim de Faria o fundamento imaginario, que depois passou como definitivo, attribuindo a causa á *Satira do Torneio:* «chegando Luiz de Camões a Gôa, fez aquella Satira — contra alguns moradores d'aquella cidade, com o titulo de Festas que se fizeram na successão do Governador, do que sentindo-se Francisco Barreto ou por zelo da justiça ou por queixas dos amotejados, o

---

[1] Os absurdos começam quando particularisa o despacho no cargo de *Provedor dos Defunctos* em uma epoca muito anterior áquella em que Macáo começou a ser habitada pelos Portuguezes; sendo depois preso por Francisco Barreto, quando eram necessarios tres annos para que chegassem a Gôa as accusações e se dessem as ordens para serem a final cumpridas.

mandou prender e desterrar para a China, no anno seguinte de 1556, em que despachou alguns Capitães para o Sul.»

Não era possivel tanta severidade e malvadez contra Camões, sómente por lhe attribuirem uma descripção picaresca de um Torneio, que passara de poucas mãos e era inteiramente impessoal. Dos textos poeticos em que se estribara Severim de Faria, observa o Dr. Storck: «Em todas as Obras de Camões não ha uma linha que falle directa ou indirectamente do *desterro e prisão* decretados por Barreto.» (*Vida*, p. 543.) D'aqui resultou, que todos os biographos atacaram a fundo Francisco Barreto como ferrenho perseguidor de Camões, acobertando o seu odio com o despacho do Provedor dos Defunctos para Macau (então inhabitado e pertencente ao Imperio da China); apenas Juromenha, reconhecendo o valor moral de Francisco Barreto, attribuiu esse hypothetico despacho á boa vontade com que o quiz salvar dos seus inimigos de Gôa. Já Faria e Sousa notara o contra-senso: «*Pero yo no puedo entender como Francisco Barreto le desterrou con tanta comodidad, pues le executaba con tanta ira...*» [1]

---

[1] Sobre o facto da nomeação de Camões para Provedor dos Defuntos e Ausentes em Macau, escreveu judiciosamente o Dr. João Teixeira Soares, reclamando uma séria reconstrucção n'este periodo da vida de Camões:

«O logar de Provedor dos Defuntos e Ausentes ali, foi logo desde o seu comêço mui importante pelas qualidades de intelligencia e de caracter que exigia na pessoa que o desempenhasse.

«Lançados, como vimos, os primeiros fundamen-

Ha n'este sonhado odio de Francisco Barreto a confusão com a hostilidade de Pedro Barreto Rolim, sobrinho do Governador, que em Moçambique mais tarde perseguiu o poeta por uma divida, como refere Couto.

Antes de partir na Armada do Sul, nos poucos mezes de descanso em Gôa de Septembro de 1555 a Abril de 1556, o poeta trabalha na sua Epopêa, e já lhe fixara o titulo; sabe-se pelo traslado do primeiro Canto, compilado por Luiz Franco Corrêa no seu Can-

---

tos áquella povoação em 1557, só no anno de 1558 podia Camões partir de Gôa para Macau revestido d'aquella auctoridade.

«A navegação de Gôa para ali era feita com escala por Malaca, e por monções em determinadas epocas do anno; assim, eram as relações annuaes entre Gôa e Macau poucas, longas e demoradas

A duração do cargo de Provedor, segundo o principio geral então seguido na nossa administração publica, devera ser de tres annos.

«Francisco Barreto governou a India, desde 23 de Junho de 1555 até 8 de Septembro de 1558. Attribue-se a Francisco Barreto a nomeação de Camões para aquelle cargo, e bem assim a sua revocação d'elle, depois de dois annos de serviço: chegando o poeta a Gôa nos ultimos tempos d'aquelle Governador

Estes factos confrontados com a chronologia inconcussa que estabelecemos ficam grandemente dissolvidos e insubsistentes, *carecendo esta parte da vida de Camões de uma séria e profunda reconstrucção.*

«Só uma ideia fixa e systematica de malquistar Camões com Francisco Barreto podia estabelecer taes factos, chegando a auctorisar-se contraproducentemente com o proprio Fernão Mendes Pinto, para fazer Camões sahindo em Março de 1556, na armada de Francisco Martins para *Macau, ainda n'esse anno Ilha deserta*'» (*Cousas camonianas — Velense*, n.º 51, de 8 de Janeiro de 1582.)

cioneiro, onde tem o titulo: ELUSIADAS *de Luis de Camões, a El Rey D. Sebastião.* A ideia da dedicatoria revela uma emoção primeira, substituindo o Principe Dom João, para cujo talento por essa fórma se queria fazer lembrado. E' certo porém que a dedicatoria não foi mantida na publicação definitiva do poema em 1572. Assim como o titulo da *Illiada* era derivado da fortaleza de Illion, Camões tambem pensou em derivar a denominação de *Lusiadas* do territorio, em que se desenvolveu a nacionalidade, como o dá a entender:

> Seguindo as armas que contíno usou,
> Do *Douro e Guadiana* o *campo ufano*
> *Já dito* ELISIO, tanto o contentou,
> Que alli quiz dar aos já cansados ossos
> Eterna sepultura e *nome aos nossos.*
>
> (Cant. VIII, est. 3.)

No titulo definitivo, seguiu depois Camões a maneira virgiliana (*Eneida* de *Enéas*) adoptando o patronymico do heroe, e de *Luso* ou *Lysa*, (Cant. III, st. 21) deixando a fórma *Lysiade*, já determinada pelo humanista Jorge Coelho e pelo jurisconsulto Manoel da Costa, o Sutil, escolheu a de *Lusiadas*, creada em 1531 por André de Resende quando esteve em Bruxellas junto do illustre diplomata Dom Pedro de Mascarenhas, a quem dedicara o poemeto *Vicentius, Levita et Martyr.* [1] O

[1] D. Carolina Michaelis, *Lucius Andreas Resendius*, inventor da palavra — *Lusiadas*. — Dr. José Maria Rodrigues, no *Instituto*, de Coimbra, vol. LI, p. 754.

pensamento da Epopêa, em que se absorvia, suscitava-lhe a vontade de visitar o Extremo Oriente, para completar pelas impressões da realidade a descripção da Asia, que tinha de contrapôr á da Europa. A resolução de se alistar na proxima *Armada do Sul*, não obedecia á preoccupação dos lucros mercantis da carreira da China. Vivendo n'aquella fórma que descreve Pyrard, com companheiros de armas, de porta aberta, e em convivio franco e alegre, Camões trasladava os seus versos e esboçava planos de trabalhos para as horas de isolamento e como um refugio moral. Mas aquella natureza oriental, que pouco o impressionava com a exhuberancia da sua vegetação opulenta, seduzia-o, fascinava-o pelos typos acariciantes da sua feminilidade; passavam diante d'elle essas figuras phantasticas e encantadoras de raparigas indianas, malayas, javanezas, dravidas e malabares desde o branco eburneo á côr retinta, quasi metallica, enfeitadas com arrecadas e manilhas de ouro, com um olhar languido convidando a paraisos de volupia. Linschott descrevendo a vida de Gôa, em que os portuguezes viviam á custa do trabalho dos seus servos que vendem agua pela cidade, accrescenta: «As *cativas* fazem toda a qualidade de dôces das fructas da India, tratam de roupa branca, de diversas peças que ellas mesmas vão vender ao mercado, onde apparecem bem paramentadas, para tornarem mais agradaveis aos compradores as suas pessoas, a que não põem nenhum embaraço, de facultar por dinheiro. D'este ganho se enriquecem os seus patrões com que sustentam suas familias.» Pyrard

tambem descreve estes typos femininos com traços realistas, que nos fazem comprehender o meio em que se viu Camões empolgado: «Entre as escravas encontram-se alli raparigas e mulheres mui bellas e lindas, de todos os paizes da India, as quaes pela maior parte sabem tanger instrumentos, bordar, cozer mui delicadamente e fazer toda a sorte de obras, doces, conservas e outras cousas.— Entre estas raparigas ha algumas mui bellas, brancas e gentis, outras trigueiras, morenas, e de todas as côres. Mas as de que alli gostam mais são as môças cafres de Moçambique... —As môças adornam-se muito para agradar mais e vender melhor a sua mercadoria; e ás vezes são chamadas ás casas, e se alli lhes fazem proposições amorosas, de nenhuma sorte se mostram esquivas, antes acceitam logo a troco de alguma cousa que se lhes dê. —Todas estas mulheres da India, assim christãs ou mestiças desejam mais ter trato com um homem da Europa, christão-velho, que com os indios, ainda em cima lhes dariam dinheiro, havendo-se por mui honradas com isso, por que ellas amam muito os homens brancos de cá, e ainda que haja indios mui brancos, não gostam tanto d'elles,» «não se vestem ao modo de Portugal, e usam grandes peças de panno de seda, que lhes servem de saias, e tem tambem roupinha de seda mui fina a qual chamam bajú. Entre estas escravas acham-se as mais lindas môças de todas as nações da India.»

A influencia d'este exotismo na alma de Camões ficou representada pela fórma encantadora da *Endecha a hũa cativa, com quem*

andava de amores, na India, chamada Barbora. (*Rim.*, fl. 159. Ed. 1595.) A mesma seducção encontrou na Asia Anquetil du Pérron, que só pôde oppôr á magia voluptuosa das bailadeiras a paixão profunda que o levava a descobrir a lingua zend e os livros sagrados da India. Camões era um homem da Renascença, e os heroes e philosophos da antiguidade classica incitavam-o a deixar-se seduzir:

Eu nunca vi rosa...
Em suaves mólhos,
Que para meus olhos
Fosse mais formosa.

. . . .

Rosto singular,
Olhos socegados,
Pretos e cansados,
Mas não de matar.

. . . .

Pretidão de amor,
Tão doce a figura,
Que a neve lhe jura
Que trocara a côr.
Leda mansidão
Que o siso acompanha,
Bem parece estranha,
Mas *barbara* não.

Como poderia Camões resistir a uma mulher que lhe cantava estrophes da apaixonada poesia popular indu e industanica? Um pad como este: «Eu acordei pensando em ti, sem ti não hei contentamento...» bastava para accender-lhe todos os desejos. Escreveu Goëthe: «Que ventura é ser amado! E o amar, que ventura!» E' o caracter do temperamento

erotico dos grandes genios, como Raphael, Mozart e Goëthe, que sentiram o *eterno feminino*, através de tantos amores que lhe inspiraram as bellas concepções lyricas. Em Camões a exuberancia da sensibilidade affectiva levou-o a confessar que em amor nunca andou a um só rêmo. A mulher oriental, uma floração da feminilidade exotica, fascina-lhe os sentidos como um perfume acre que hallucina e adormenta. O poeta não podia ficar frio diante da flexuosidade voluptuosa d'aquellas curvas que vivificavam movimentos que o envolveram; nem d'aquelles olhares languidos de uma morbidez que magnetisa e quebra a vontade pelo desejo. Barbora era o typo da rapariga gentia nativa, de um moreno escuro, de uma raça inconfundivel com a negroide; braços e collo como de uma esculptura de bronze de uma correcção completa, ancas desenvoltas pelo habito das dansas hieraticas, que lhe davam a todos os movimentos uma flexuosidade felina, envolvente, completando a seducção pelo fulgor estonteante de uns olhos negros, azevichados que provocam um desejo infindo, que alumiam o sorriso da bocca pequena, orlada de alvissimos dentes com que mastigava as plantas aromaticas; um andar leve como de gazella solta; uma graça primitiva como de animal submisso, que se entrega á primeira caricia. Camões não podia resistir ás mulheres que o dominavam pela desconhecida espontaneidade e ternura com que se rendiam. O exotismo da raça é um dos fortes estimulos do amor, como o confessou Chateaubriand, nas *Memorias de além da campa*, justificando-se com Camões, do qual traduziu

*

algumas das Endechas á *Barbora cativa.* N'este trato dos amores, ha costumes orientaes que mais acirravam o goso. O Dr. Garcia da Orta, fallando do uso de mastigar o betel para perfumar o halito, diz que o usam «*assi a mulher que hade tratar de amores*, nunqua falla com o varão sem que o traga mastigado na bocca primeiro.» E em um moderno escriptor goense encontra-se: «Consideram como um signal de sympathia e amisade receber da bocca de uma mulher um boccado de betle mastigado por ella.» [1] Faria e Sousa, com o seu obtuso criterio de erudito compilador, deturpou esta figura graciosa da *Barbora cativa* fazendo d'ella uma escrava negra, inspirando uma paixão grosseira, sem a minima comprehensão da realidade ethnologica. O sr. Alberto Osorio de Castro, magistrado em Gôa, dá-nos a sua impressão viva sobre estas Endechas de Camões: «o mais encantador poema europeu á graça da mulher da India. Uma mulher india lh'os inspirou, sem nenhuma duvida, alguma pobre *calaranthe*, alguma gracil escravasinha *calumbina.*» [2] Em Gaspar Corrêa encontram-se referencias ás bailadeiras, chamadas em concani e maratha *Calavamt* ou *Calvant;* eram *Deva-Dassi* ou escravas dos Deuses. A designação de Barbora cativa tem um sentido mais elevado e hieratico. [3]

---

[1] *Repositorio de Noções de Botanica applicada*, p. 57. Hong-Kong, 1904

[2] *A cinza dos Myrtos*, p. 170.

[3] O cativeiro era uma exploração mercantil; lê-se em uma carta regia de 1 de Março de 1543: «eu sou enformado que muitas náos e champanes que partem

Não foi só na sentida Endecha que revelou Camões a sua fascinação pela mulher oriental; na Ode x o poeta como que se justifica de andar de amores com uma cativa. Vê-se pela fórma classica horaciana, e pelos exemplos classicos que cita, que se dirigia a pessoas cultas que o increparam d'aquelle seu gosto. Tomando por comparação Achilles apaixonado pela cativa Briseis:

> Alli se viu cativo
> Da cativa gentil, que serve e adora;
> Alli se viu, que vivo
> Em vivo fogo mora,
> Porque de seu senhor a vê senhora.
>
> . . . .
>
> Se agora foi ferido
> Da penetrante ponta e força d'herva,
> E se Amor é servido
> Que sirva á linda serva,
> Para quem minha estrella me reserva?
>
> O gesto bem talhado,
> O airoso meneio e a postura,
> O rosto delicado,
> Que na vista figura
> Que se ensina por arte a formosura;
>
> Como pode deixar
> De render a quem tenha entendimento?
> Que quem não penetrar
> Um doce gesto attento,
> Não lhe é nenhum louvor viver isento.

dos portos de Ceylão *levam moços e moças furtadas da terra a seus paes*, e muitas escravas furtadas a seus donos.» Para atalhar a estes raptos continuados na costa do Malabar e em Ceylão, promulgou D. João III a provisão supracitada, mandando que os navios portuguezes andassem munidos com a lista dos passageiros, etc

Camões, se não estivesse longe de Portugal, encontraria no Cancioneiro de Resende um Vilancête de D. João de Menezes *a uma escrava sua.* Transcrevemol-o, para fundamentar o eterno principio da egualdade perante o amor:

Vylancete de D. Joam de Menezes:

A UMA ESCRAVA SUA

Catyvo sam de catyva,
servo d'uma servidor,
senhora de seu senhor.

Porque sua fermosura
sua graça *gratis data*,
o triste que tarde mata,
he por mór desaventura.
Que mays val a sepultura
de quem he seu servidor,
qu'a vida de seu senhor.

Nam me dá catividade,
nem vyda pera viver,
nem dita pera morrer,
e cumprir sua vontade;
mas paixam nem piadade.
huma dor sobr'outra dor,
que faz servo do senhor.

Assy moiro manso e manso,
nunca leixo de penar,
nem desejo mais descanso
que morrer por acabar.
Oh que triste desejar,
para quem com tanta dôr
se fez servo de senhor.

(*Canc. geral*, t. I. p. 130. Ed. Stutt.)

Em que epoca foram os amores de Camões pela Barbora cativa? Pode-se determinal-a

por uma simples inferencia. Partindo Camões na Armada do Sul em Abril de 1556, chegou a Malaca, cujo commercio com a China fôra inaugurado por Affonso de Albuquerque, quando alli esteve; em Malaca teve conhecimento da tradição crudelissima, que mancha o caracter d'aquelle grande capitão; ainda se fallava da dureza com que mandou matar o joven soldado Ruy Dias, sómente porque andava de amores com uma escrava sua. [1] Camões consignou essa impressão, que tanto se relacionava com os seus recentes amores, no Canto x dos *Lusiadas*, em que estava trabalhando:

Mais estanças cantara esta Sirena
Em louvor do illustrissimo Albuquerque;
Mas alembrou-lhe uma ira que o condena,
Postoque a fama sua o mundo cerque.

. . . .

Parece de selvaticas brutezas,
De peitos inhumanos e insolentes,
Dar extremo supplicio pela culpa
Que a fraca humanidade e Amor desculpa.

Não será culpa abominoso incesto
Nem violento estupro em virgem pura:
Nem menos adulterio deshonesto,
Mas c'uma escrava vil, lasciva e escura.

(St. XLV a XLVII.)

---

[1] Ruy Dias era natural de Alemquer, e filho de Diogo Dias Bocarro, tabellião do judicial n'aquella terra. (Goes, *Chron. de D. Manoel*, P. III, cap. 6.) Apparece este tabellião como confrade da Confraria do Espirito Santo, d'aquella villa, no reinado de D. Manoel. (No *Damião de Goes*, n.º 719.)

Em outra qualquer época não accentuaria com tanta viveza esta mancha na acção de Affonso de Albuquerque; é pois dos fins de 1555 para o primeiro trimestre de 1556 que se viu Camões cativo da «Cativa gentil que serve e adora.» [1] Essa paixão foi rapida, fulgurante, sendo interrompida pela partida na Armada do Sul, a que não podia faltar ante a severidade do governo de Francisco Barreto o qual n'essa expedição tinha em vista favorecer o poeta, sendo aliás considerada pelos biographos como uma *perseguição*. O arrancamento a esta paixão hallucinada pela Barbora cativa, revela-nos que o embarque na Armada do Sul ou das Molucas, fôra por ordem do Governador em cumprimento do serviço militar a que por *cinco annos* se obrigara Camões na matricula em Lisboa. [2]

(:) A Armada do Sul ou das Molucas. (1556) — Combate dado contra os Piratas chinezes (1557) — Em Macau (1558) — Naufragio (1559) — O Injusto mando.

A India estava esgotada nos seus recursos pela expoliação administrativa do funccionalismo desdobrado capciosamente em uma matricula, em que os mortos ainda figuravam vencendo ordenados em que se escoava a fazenda real. Procuraram-se novos campos de

---

[1] Esta data é admittida pelo Dr. Xavier da Cunha, na monumental edição polyglota das Endechas a Barbora ou a *Pretidão de amor*. (Lisboa)

[2] Escreve o viajante hollandez Linschott (p. 5): «Elles (os soldados) não podem partir das Indias sem baixa dada pelo Vice-Rei, sendo obrigados a servir lá o rei no espaço de *cinco annos*.»

*

exploração; Diogo do Couto definiu em quatro palavras a corrente de inesgotavel riqueza a que todos se arrojavam: «tenho ouvido dizer, que *na China se gasta a maior parte da gente da India.*» E n'este mesmo dialogo do *Soldado pratico*, pinta em impressionante quadro: «a China com as mais partes do Sul descobertas, não se sabe em tudo o que ora é descoberto na redondeza do mundo, terras tão ricas, nem abundantes de todalas cousas; porque o que em todo o mundo se póde achar por partes, alli se achará junto,...: ouro, prata, cobre, estanho, ferro, todos os outros metaes, almiscar, ambar, benjoim, calumba, aguila, sandalo, cravo, pimenta mais que na India, perolas, camphora; e mais seda sáe cada anno da China do que se achará de linho alcaneve n'este reino, muito fertil e abastado de toda a sorte de mantimentos, e de todas as fructas, que se podem nomear das nossas, e outras da terra; as mulheres muito alvas e formosas, vestem de seda tecida com rosas de ouro, e de prata...; é terra em que se vive sem confissão, nem restituição, nem ha n'ella Santa Inquisição para se saber como cada um vive.» (*Op. cit.*, 97.) A perspectiva dos fabulosos lucros levava os soldados a fugirem ao serviço das Armadas, e creavam se os *emprestimos para a China*, com que medrava a onzena dos chatins, militares que adiantavam dinheiro aos que se achavam favorecidos com *uma viagem de mercê para a China.* Rodrigues da Silveira, nas *Memorias de um Soldado da India*, descrevendo a situação dos soldados mal pagos, fixa esta corrente: «Esta gente, tanto que se

desengana do que passa, procura por todos os meios e vias possiveis buscar algum remedio para a vida. Porque ser soldado tão longe da patria, comer, vestir e calçar á sua custa, alugar casa de sua bolça, comprar armas com seu dinheiro, e estar prestes para se embarcar na Armada, sem mais que uma só paga cada anno, e ás vezes nenhuma, — parece cousa impossivel a quem não fôr commendador de Malta.

«Pelo que uns se lançam para Bengala, *outros para a China*, Malaca, Pegu, Diu, Ormuz, Cinde, Cambaia: e muitos se põem por soldados em navios de chatins aonde posto que o soldo não seja tão honrado como o de El rei, é mais proveitoso por ser melhor pago.» (p. 185.)

N'esta phase da florescencia do commercio da China, era difficil arranjar gente para as Armadas do Norte e do Sul. Francisco Barreto tinha de ser severo para poder acudir aos dois Estreitos e a Malaca. Diogo do Couto aponta o caso: «hoje, muito ao contrario, não ha quem os faça embarcar; passeiam por Gôa todo o inverno; e tanto que entra o verão, e que se querem fazer Armadas, sómem-se logo; e tanto que sabem que deram á vela, tornam logo a apparecer, sem haver Viso Rey, que lhes pergunte por isso; e quando se as Armadas recolhem, se sabem que hão de mandar soccôrro a Malaca, Maluco e Ceilão, alguns das Armadas deixam se ficar pelas Fortalezas de Canará, e os de Gôa se escondem pelos covís ou porões; e assim de maravilha succede cousa bôa; não ha quem peleje, nem quem soccorra as Fortalezas; — e depois de parti-

das as Armadas os vêem passear pelas ruas muito lustrosos, e não enforcam quatro para terror dos mais; etc.» (*Sold. prat.*, 141.) Silveira, nas suas *Memorias*, tambem observa: «Assim hei visto eu; refusando os soldados de se embarcarem sem paga, mandal-os o Viso Rey caçar pelas casas e ruas, e levaremnos ao tronco manietados como se foram ladrões, e da prisão os metterem na Armada, faltos de armas e vestidos, por terem empenhado e vendido *para comerem aquella invernada que a malgrado seu ficaram em Gôa*, onde não tiveram outro algum soccôrro mais que do céo e o de sua boa ou má industria.» (p. 184.)

N'este inverno de 1555 para 1556 descançava Camões em Gôa n'essa situação que vimos descripta por Silveira; o Governador Francisco Barreto, *para vêr se o podia levantar da pobreza em que sempre andava envolto*, (como refere Mariz) deu-lhe ordem para embarcar na Armada do Sul ou das Molucas, *provendo-o* de qualquer *trato*, [1] ou *mercê de viagem*. Não seria agradavel a Camões esta partida repentina quando estava no momento mais exaltado do seu amor pela Barbora cativa; d'ahi talvez a sombra de hostilidade do Governador Francisco Barreto, e a referencia nas II Outavas á *rédea dura* e ao

[1] Lê-se nas *Memorias de um Soldado da India*: «*tratos* e *viagens*, que ate agora se costumavam dar em satisfação de serviços, por quanto os homens até aqui com esperanças de virem no fim dos trabalhos a participar d'este premio, não recusavam offerecer-se aos perigos ...» (*Op. cit.*, p. 247.)

seu *pezado governo*. A Armada do Sul ou das Molucas partiu em Abril de 1556, levando o novo Capitão de Malaca Dom João Pereira, filho do segundo Conde da Feira, que ia succeder ao falecido D. Antonio de Noronha, filho do antigo Vice-rei D. Garcia. Com esta Armada iam de conserva os navios que para o Sul partiram ao mesmo tempo, aquelle que o mercador Francisco Martins levava para o trato da China, e a náo Santa Maria dos Anjos, capitaneada por Antonio Pereira Brandão. Em que navio partiu Camões? Storck entende que foi no que levava o novo Capitão a Malaca: «E' provavel que o Camões embarcasse n'esta fróta e abordasse na cidade dos *Malaios namorados*, na primeira entrada de Maio...» [1] Storck não chegou á prova clara d'esta verdade. A partida de Camões na Armada do Sul ou das Molucas, com direcção a Malaca, não deixando prevalecer as obscuridades do *problema de Macau*, leva á resolução segura d'esse outro intrincado *problema de Ternate*, do qual escrevia Dom Francisco Alexandre Lobo: «Severim refere com effeito a este anno (1556) a sahida para o Sul, com um dos Capitães dos despachados por Francisco Barreto, de que o Couto faz menção na *Decada* VII, liv. 4, cap. 3. — Não é incrivel, que n'esta jornada, passado o estreito

[1] *Vida e Obras*, p. 566. Juromenha é de parecer que embarcara no navio do mercador Francisco Martins: Evaristo Leoni julga que o poeta embarcara na náo Santa Maria dos Anjos. Só quando estes factos isolados se collocam no quadro biographico é que adquirem verdade.

da Sonda, *fosse ás Molucas e tocasse em Ternate:* tem ao contrario probabilidade, que *rasões de politica* ou *de commercio* levassem alli o Capitão que o conduzia, ou que do navio em que sahiu de Gôa, fosse passar n'aquella ilha para outro, que motivos de commercio trouxessem tambem a Ternate desde Macau ou desde as paragens de Macau. — Mas este é ainda um dos pontos da historia de Luiz de Camões em que a commum opinião me não parece fundada em decisivo argumento.» [1] Uma interpretação mais segura e luminosa da Canção VI, dá-nos a prova irrefragavel da estada de Camões em Ternate de Septembro de 1556 a Fevereiro seguinte, época do anno em que retoma a actividade o seu vulcão latente. Abriu-nos esta luz o Dr. João Teixeira Soares, nas suas *Cousas camonianas*.

Podemos seguir o roteiro da náo em que partiu Camões em 1556: «na monção de Abril — derrota de Gôa para Malaca, com escala por Cochim, que se faz a dez leguas ao mar, e d'ahi se governa a passar 20 a 25 legoas ao longo de Ceylão para fugir aos ventos do sul, que reinam por aqui debaixo da terra. Correndo depois para léste até vir ganhar longitude para ir demandar o Canal entre as ilhas de Nicobar e d'ahi embocar o Estreito de Malaca.» [2] A manifestação naval em Malaca tornava-se uma necessidade imperiosa, porque, como diz Couto, no *Soldado*

---

[1] *Mem.* citada, p. 189.

[2] Almeida Eça, *Mem. da Acad.*, t. x. P. I, p. 122.

pratico: «de uma importancia é o *Achem* para segurança de todo aquelle mar. e de nossas Fortalezas de Maluco e Malaca, e *trato da China e Japão,* porque com sua Fortaleza em seu porto se segurava tudo; etc.» (p. 144.) O mercantilismo desvairado apoderara-se de todos os espiritos, desde os cargos da Justiça[1] até ao governo das Capitanias, que já não eram dadas aos que prestavam os serviços militares. Escreve Silveira: «Provendo-se as Fortalezas da India em homens militares *e não em mercadores, como agora se usa,* — é cessarem as guerras contra aquelle estado, por meio de se atalhar ao capital odio que todas as náos de mouros e gentios da India têm ao nome portuguez, a causa das grandes forças e aggravos que por ordem dos Capitães das Fortalezas em nossos portos lhes fazem.» *(Mem.,* p. 163.*)* Era com estes odiosos Capitães-traficantes que ia Camões defrontar-se na viagem da China, exposto implacavelmente ao arbitrio irresponsavel do seu *injusto mando.* Duas linhas das *Memorias de um Soldado da India* esclarecem a brutalidade frequente d'estes conflictos.[2] Em

[1] os cargos da Justiça da India estam pedindo uns (se Officios) de mais bico-revolto, por todos serem do muito negocio e importancia, e em que os providos d'elles se fazem ricos em pouco tempo, — como tenham grossas ordinarias, e a terra consente serem todos mercadores da folеca até o grou, *fazem suas fazendas, respondendo-lhes seus empregos melhor que aos outros homens* pela necessidade que d'elles podem ter os que lh'as feitorisam.» (*Soldado pratico*, p. 17.)

[2] «O Capitão de Malaca tem *trato na China* e para outras partes. de cuja carga e retôrno não paga direitos. nem seus creados e feitores» (p. 167.)

Ternate (reino de Maluco) estava desde Novembro de 1555 por Capitão Duarte d'Eça, monstro de rapacidade sanguinaria, que á maneira do Vice Rei D. Affonso de Noronha que expoliara o Thezouro do rei de Ceylão, tambem encarcerara o rei de Ternate e toda a sua familia. A guarnição portugueza não se conformando toda com esta fórma de governo do Capitão Duarte d'Eça revoltou-se, havendo lucta armada, que se tornou sangrenta com a chegada da Armada de Gôa em Abril de 1557 e com a de outros navios vindos de Malaca. Foi de Setembro de 1556 a Fevereiro de 1557, que se viu Camões no meio d'estes violentos conflictos, chegando a ser ferido, como se deprehende das referencias da Canção VI, em que é eloquente a expressão de desolamento do seu espirito continuando o estado moral em que se vira no cruzeiro do Monte Felix:

Nem é para que recitemos as insolencias dos Capitães de Malaca, aonde recebem drogas por um pezo grande e as tornam a vender por outro pequeno. E são absolutos senhores de todas as mercadorias que n'aquelle porto desembarcam. Elles as recolhem todas: elles as trocam: elles as pagam pelo preço que querem. Aos chincheos e jaus pagam com as fazendas dos mercadores da India, a estes com as dos jaus e chincheus: de maneira que ninguem é senhor de vender o que traz nem comprar o que hade levar, por que os Capitães abarcam tudo. Por esta causa engrandecem muito a excellencia d'aquella Fortaleza sobre todas as demais: que sem tirarem dinheiro da bolsa, de uma mão para a outra, recebem os Capitães em cada monção os trinta ou quarenta mil cruzados... d'aqui nasce serem os portuguezes tão odiados para com todas aquellas nações do Sul. . .» (Silveira, *Mem. de um Soldado da India*, p. 170.)

Com força desusada
Aquenta o fogo eterno
Uma Ilha, nas partes do Oriente,
De extranhos habitada,
Aonde o duro inverno
Os campos reverdece alegremente.
A Lusitana Gente
Por armas sanguinosas
Tem d'ella o senhorio.
Cercada está de *um rio*
De maritimas aguas saudosas;
Das ervas que aqui nascem,
Os gados juntamente e os olhos pascem.

Aqui minha ventura
Quiz que uma grande parte
Da vida, que eu não tinha, se passasse:
Para que a sepultura
Nas mãos do fero Marte
De sangue e de lembranças *matizasse*.

E depois de descrever em quatro bellissimas estrophes a emoção viva do seu amor desde o affastamento da côrte até este momento em que sente perdida toda a esperança, e nem mesmo se offende de vêr-se esquecido, volve outra vez á paizagem da ilha:

Rio formoso e claro,
E vós, oh arvoredos,
Que os justos vencedores coroaes,
E ao cultor avaro,
Continuamente ledos,
De um tronco só diversos fructos daes;
Assi, nunca sintaes
Do tempo injuria alguma!
Que em vós achem abrigo
As maguas que aqui digo,
Emquanto der o sol virtude á lua:
Porque de gente em gente
Saibam, que já não mata a vida ausente.

Refere-se esta Canção VI á ilha de Ternate, como entendeu Severim de Faria? «N'este tempo em que andou pelas partes do Sul esteve nas ilhas de Maluco, e particularmente em *Ternate*, e de quem e do seu vulcão que está no cimo do mar, se faz particular menção na Canção que diz: *Com força desusada*, etc.»

No Canto X, estrophe 132, dos *Lusiadas*, descreve Camões o Archipelago das Molucas, especialmente Ternate, em que repete os mesmos caracteristicos da Canção VI:

Olha cá pelos mares do Oriente
As infinitas Ilhas espalhadas:
Vê Tidor e *Ternate*, co'o *fervente*
Cume, que lança as flammas ondeadas;
As arvores verás do cravo ardente,
Co'o sangue portuguez inda compradas,
Aqui as aureas aves, que não descem
Nunca á terra, e só mortas apparecem

O Dr. João Teixeira Soares fez a prova completa de que a Canção VI contém a descripção exacta de Ternate; comecemos pela identificação do vulcão. [1] Diogo do Couto descreve-o com circumstancias que coincidem com as referencias de Camões: «O monte de Ternate, que se alevanta do meio da Ilha, será de altura de duas léguas, e é todo cheio de *arvoredo* e de *palmares:* no meio d'elle tem uma estranha cova, que parece que desce

[1] O Dr. Storck complicou o problema, dizendo, que o poeta não menciona o vulcão de Ternate, (*Vida*, p. 544) mas sim o da ilha de Banda, onde gratuitamente localisa a Canção VI.

ao centro, que é tão larga na bocca que escassamente se enxerga um homem de uma banda á outra,... O chão que em baixo apparece, *ferve de continuo com a força de fogo que tem por baixo*, e lança para cima muitas vezes um tão espêsso e fedorento fumo, que parece cousa que se póde palpar, e fede a enxofre, e a voltas lança uma grande quantidade de pedras vermelhas como fogo, que se espalham pelos áres como se sahissem da bocca de furiosas bombardas e espalhando-se por toda a ilha, com grandes terramotos, e cáem sobre a nossa Fortaleza e sobre a cidade, e algumas vezes se achou irem dar dezoito e vinte leguas de Ternate.»

Este *fogo eterno*, que aquenta a Ilha de Ternate, appresentava uma circumstancia especial, que o singularisava entre os outros vulcões, como observa João de Barros: «Quiz Antonio Galvão vêr aquelle mysterio da natureza, porque da Fortaleza de San João viam no cume da Ilha vaporar fogo ao modo que vêmos um forno de cal quando começa a cozer, *sem luz alguma de dia, e de noite era cousa espantosa vêr as côres e faiscas de fogo* e rescaldo que lançava em tôrno, cobrindo muita parte do arvoredo, da maneira que se elle cobre quando n'estas nossas regiões neva. Porém, isto não todo o anno, *sómente nos mezes de Septembro e Abril*, quando o sol se muda de uma parte a outra, que passa a linha Equinocial, que corta meio grão d'esta ilha...» (*Dec.* III, liv. 5, cap. 5.) Foi por tanto no mez de Septembro de 1556, que observou Camões este phenomeno da revivescencia do vulcão maravilhoso de Ter-

nate, demorando-se ahi até depois de Abril de 1557, *passando grande parte da vida, que não tinha*. Teixeira Soares mostrou como as mais notaveis circumstancias topographicas e outras da Canção VI assentam na Ilha de Ternate, achando na passagem dos *Lusiadas* o bastante para estabelecer a identidade da situação geographica. O verso: *De extranhos habitada*, commenta-o por esta descripção de João de Barros: «E duas cousas de um argumento para se poder affirmar que os habitantes d'ellas são de mui varias e diversas nações: a primeira, a inconstancia, odio, suspeitas e pouca fé, que entre si têm...; e a segunda, a grande variedade de suas linguagens,—de maneira que um logar não se entende com outro, e como são varias, assim é o tom e modo diverso:... E porém *todos confessam ser estrangeiros* e não proprios indigenas e naturaes da terra»

E n'esta phrase de Diogo do Couto: «*N'estas Ilhas todas não ha verão nem inverno*» acha-se o sentido dos versos:

> Aonde o duro inverno
> Os campos reverdece alegremente.

O facto historico, da sustentação do senhorio das Molucas *Por armas sanguinosas*, é identificado por Camões nos *Lusiadas* (X, 132) no verso: *Co'o sangue portuguez inda compradas*. Uma particularidade topographica fixou Camões no verso:

> Cercada está de *um rio*
> *De maritimas aguas* saudosas

Teixeira Soares projecta toda a luz sobre esta particularidade: «A Ilha de Ternate é circumdada de um recife de coral, onde o mar quebra, *ficando entre ella e a Terra um como rio*, e nos logares em que a terra fórma bahias offerece seguros ancoradouros.» Aos que imaginaram vêr na Canção VI referencia a Gôa (*ilha* apenas por ser circumdada pelo rio *Mandovi)* oppõe o camonista açoriano: «As suas aguas pela proximidade do mar são salobras, mas não *maritimas*, e pouco saudosas, pois que se acha povoada de corcodilos em tal abundancia, que mesmo nos passos mais breves é impossivel por causa d'elles a passagem a pé.» [1] Completa a sua prova de que não poderia referir-se a Gôa Camões, quando escreveu:

> Quem póde imaginar
> Que houvesse em mim peccado
> Digno de uma tão *grave penitencia*
> . . . .
> Canção *n'este desterro* viverás...

«nunca poderiam no seculo XVI ser applicadas a Gôa, que mesmo com relação á população portugueza, era depois de Lisboa, uma das nossas primeiras cidades. A qualificação *De extranhos habitada*, era de mais inadmissivel.» Teixeira Soares não explicou a allusão á lucta *nas mãos do fero Marte*, matizando-a com o seu sangue; a deposição violenta e prisão do feroz Duarte d'Eça, capitão

[1] *Cousas camonianas*. (*Velense*, n.º 46, de 23 de Outubro de 1881. — Ilha de S. Jorge.)

de Ternate, em 1557, mostram-nos ter Camões tomado parte n'essa lucta. Sobre este ponto escreve o Dr. Storck: «Na epoca d'estas graves e funestas desavenças, que inquietaram durante dois annos o grupo das ilhas Molucas, é que na minha opinião recáe a estada do Poeta.—Mas nada arriscamos suppondo que o procedimento de Duarte d'Eça o indignaria, causando-lhe profunda repugnancia. Bravo e valente como todos os seus compatriotas, teria tambem feridas que curar. —O poeta pelejou portanto por mar nas regiões molucas.» (*Vida*, p. 571-3.) Quando Humboldt, no *Cosmos*, caracterisa o sentimento da natureza expresso nos *Lusiadas*, deriva essa verdade das impressões immediatas recebidas por Camões: «Este caracter de verdade, que nasce de uma observação directa e pessoal brilha no mais alto gráo na Epopêa nacional dos Portuguezes. Sente-se exalar como um perfume das flôres da India através d'este Poema escripto sob o céo dos tropicos, na gruta de Macau e nas *Ilhas Molucas*.» [1] Os profundos conhecimentos geographicos de Alexandre de Humboldt dão ás suas palavras uma grande força comprobativa na interpretação definitiva da Canção VI.

Camões percorreu as *Ilhas das Especiarias*, visitando a ilha da Banda, celebre pela sua producção da noz moscada:

---

[1] Tomo II, p. 65. Trad. Galuski.

Olha da *Banda* as ilhas, que se esmaltam
Da varia côr que pinta o rôxo fructo,
As aves variadas que alli saltam
Da verde noz tomando seu tributo.
(Cant. x, st. 133.)

Depois de Ternate e Banda, era *Amboina*, que fechava o grupo em que se concentrava todo o commercio da especiaria. A provisão dada por Francisco Barreto a Camões *para o levantar da pobreza em que sempre andava envolto*, (Mariz) seria pois no *trato* das Molucas. Pela interpretação que démos a uma estrophe da Canção XVI, pareceu-nos vêr uma referencia á ilha de *Amboina*, formada por duas peninsulas montanhosas, entre as quaes, pela revolução geologica que as separou está á volta a bahia, que não ultrapassa setecentos metros; do lado da cidade, corre entre opulenta verdura para o mar uma ribeira. Agora a estrophe camoniana:

Por meio de umas serras mui fragosas,
Cerradas de silvestres arvoredos,
Retumbando por asperos penedos,
Correm perennes aguas deleitosas
Na ribeira de *Boina* assi chamada. [1]

No poemeto intitulado *Historia da Arvore triste*, em outava rima, [2] acham-se algumas estancias com successos que só condizem com Camões, na sua passagem por Amboina:

[1] Vid. retrò, p. 406, a interpretação de Juromenha.
[2] Impresso pela primeira vez na *Fenix Renascida*, t. IV. p. 1 a 33, com o nome de Francisco Rodrigues Lobo, por attribuição gratuita.

Depois, minha senhora, que partido
Fui d'este Reino á India a vez primeira,
Andando de desastres perseguido.
Seguia de meus fados a carreira;
De muitas desventuras combatido,
Qual vae o solto seixo na ribeira,
Levado a mil perigos cada hora,
De um mal que me magoa ainda agora.

Algumas terras vi, que andei vagando,
E n'ellas muitas cousas excellentes;
Com mui diversas gentes conversando,
Ouvia mil historias differentes;
De muitas antigualhas escutando
Os deleitosos contos apparentes,
Ouvi de amor effeitos namorados,
Tambem successos tristes, desastrados.

Um dia pois, já tarde, que pousava
Do meu largo caminho assás cansado,
Ao longo de *Ambonú*, que perto estava,
Nas ribeiras do Ganges situado:
As magoas pensativo imaginava,
Fazendo alarde alli de meu cuidado,
De mil lembranças tristes, que nasciam
Co'as aguas que meus olhos derretiam.

Um Bramane, d'aquelles moradores,
Movido á piedade e pesaroso
De assi me vêr sujeito a tantas dôres,
Ou foi que de sagaz e curioso
Por se informar de mim, se alguns amores
Causavam meu estado lastimoso,
Fallou-me, como quem co'os Portuguezes
Tratava dentro em Gôa muitas vezes.

De muitas varias cousas foi tratando,
E todas a fim só de consolar-me,
De ritos desvairados relatando
Mil contos, que podessem deleitar-me;
Agora (disse) attenta: e apontando
C'o dedo) se quizeras escutar-me,
D'esta Arvore direi a doce historia,
E o nome que tem *triste* por memoria.

Segue-se em setenta e seis estancias a Historia da *Arvore triste*, cuja lenda se acha tambem referida pelo Dr. Garcia da Orta, e era muito popular no Oriente. No quadro do poemeto, as ultimas estancias de uma prophecia do Brahmane ácerca dos amores do Poeta:

> Aqui não te desmaies, se constante
> Vencer queres fortuna, amor e a ella;
> Tua alma lhe darás de esposo e amante.
> Que tudo te merece a nympha bella;
> Pois tanto que vos virdes em diante,
> (Que Venus o demonstra em vossa estrella)
> Com alternado amor sereis amados,
> E de uma mesma fé remunerados.

Aquella emoção que tanto predomina na segunda parte da Canção VI, feita em Ternate, sob *uma tão grave penitencia*, revela-se ainda no mesmo estado psychologico do Poemeto da *Arvore Triste*, em Amboná.

A não ser pela provisão do trato da especiaria, não se póde explicar este facto allegado pelo annotador da edição dos *Lusiadas* de 1585 (dos Piscos) relativo a Camões: «*começando a fortuna a favorecel-o, e tendo algum fato de seu...*» Pedro de Mariz deu mais relêvo a esta revelação: «Mas *nem a enchente de bens, que lá grangeou o pôde livrar que em terra não gastasse o seu liberalmente.*» Bem comprehendidas estas affirmativas, não se entenda que Camões se entregou pessoalmente ao tráfico nas Molucas, mas sim que vendeu a mercadores ou tomou parte nos lucros correspondentes ao privilegio exclusivo da sua provisão. Escreve Linschott, no seu Itinerario: «A carreira da China e de Malaca é pelo contrario livre a todos os mercadores,

*

que podem carregar á vontade. — Comtudo, ninguem póde vender, comprar e carregar se não depois da náo official ter a sua carga completa.» (Cap. 25.) Acompanharia a provisão do trato a *mercê de uma viagem?* Assim, era um ganho certo e immediato, apezar da rapinagem dos Capitães das Fortalezas. Uma *viagem para a China* era para deixar um homem rico; uma *viagem para o Japão*, era uma mercê para guindar um ambicioso á opulencia. Escreve Diogo do Couto, no *Soldado pratico:* «uma viagem para a China, e uma náo pela via de Bengala, e d'ahi para Malaca, e de Malaca a Sunda; com estes favores e ajudas tirará de lá mais de cincoenta mil cruzados.» (pag. 46.) — «uma viagem do Japão, setenta a outenta mil pardáos cada uma.» (*Ib.*, p. 157.) O sabio Dr. Garcia da Orta, que deu intimidade a Camões, falla d'este espantoso commercio da China: «E sabei que as mercadorias que d'ella vêm, são: leitos de prata e baixella ricamente dourada, seda solta e tecida, ouro, almique, aljofre, cobre e porcelana, que vale ás vezes tanto, que é mais que prata duas vezes.» Camões regressou das Molucas ao emporio de todo o commercio do Sul, á — Opulenta Malaca nomeada, (*Lus.*, X, 44) a *Aurea Chersoneso* da tradição classica; alli se accumulavam todas as mercadorias: «os cravos de Tidore e de Ternate, a canella de Ceylão, a flôr e massa da noz moscada de Banda, o sandalo de Timor, o benjoim e ouro de Sumatra, o zinco de Branca, prata e cobre do Japão, as sedas, louças e mimos da China e de Siam, os rubis e laccas do Pegu, os tecidos finos de Bengala, o aljofar e as perolas

de Calecaré, diamantes de Narsinga, e muitas outras preciosidades...» N'este meio activissimo pôde Camões *ter algum facto de seu*, ou *grangear alli uma enchente de bens*. Como é que elle subitamente se dirige para Macáo na corrente d'esse anno de 1557? [1]

O commercio dos portuguezes com a China, obteve amplas faculdades desde 1554, [2] dando ao mesmo tempo logar a uma terrivel pirataria chim contra as cidades maritimas de Cantão. Os mercadores portuguezes accudiram a este perigo, dando uma campanha naval decisiva contra esses piratas em 1557. Como vimos, partira de Gôa em 1556, comboiando com a Armada do Sul, uma esquadrilha de seis velas commandada pelo mercador Francisco Martins; d'ella falla o celeberrimo viajante Fernão Mendes Pinto, como tendo aproado ao porto de Lampacau. Foram os navios d'esta frota, que acudiram para desfazer o bloqueio posto pelo terrivel pirata Cham-si-lau ás cidades maritimas do Cantão; tendo alcançado completa victoria sobre elle, foram perseguil-o ao seu reducto na ilha deserta de Macau, então um esteril escôlho.

---

[1] Storck, *Vida*, p. 568, seguindo Barros, *Decada* I, liv. 8, cap. 1.

[2] Lê-se em Carta do P. Luiz Froes, de 2 de Dezembro de 1555: «tudo será vir aqui a Malaca, e d'aqui ir á China a buscar passagem para Siam, e em Siam invernar esse anno até achar passagem para lá. O P. Belchior esteve aqui o anno passado mui movido quando soube *que os Portuguezes tinham entrado em Cantão* e que se começavam a tratar pazes e capitular concertos os portuguezes com os Chins *para ir á volta da China.*»

Depois d'este triumpho, é que os Mandarins de Cantão, para sua segurança, pediram ao Imperador da China, que consentisse que se estabelecessem os Portuguezes em Macau. O commercio portuguez com a China fizera-se até 1553 na ilha de San-choan, em cujo porto communicavam os mercadores que vinham de Malaca; em 1554 foram forçados a mudarem para o porto de Lampacau, seis leguas ao norte de San-choam «onde negociámos até o anno de 1557, em que concederam o sitio ou ilha de Macau, em que hoje estamos.» [1] A occupação graciosa de Macau é assim descripta em Reynal: «Os Portuguezes com as cabanas e feitoria que tinham em San-choan, e com a liberdade que o governo da China havia concedido ao seu commercio, quando se offereceu uma occasião de procurarem um estabelecimento mais solido e menos dependente dos Mandarins, que commandavam sobre a costa. Um pirata chamado Cham-si-lau, que se tinha feito poderoso por suas pilhagens, tinha-se senhoreado da pequena ilha de *Macau, d'onde tinha em bloqueio os portos da China.* Este pirata foi pôr sitio a Cantão; os Manda-

[1] Bispo Saraiva, *Mem. sobre Macau*, Vol. I, p 142. (Ap Ta-Ssi-Yang-Kuo, p. 160) — nós partimos d'esta ilha (*San-Choam*) para outra que está mais adiante seis leguas para o norte, chamada *Lampacau*, aonde n'aquelle tempo os Portuguezes faziam sua veniaga com os Chins, e ahi se fez sempre até o anno de 1557, que os Mandarins de Cantão, a requerimento dos moradores da terra, nos deram este posto de *Macau*, aonde agora se faz, no qual, sendo antes ilha deserta, fizeram os nossos huma nobre povoação... *Peregrinações* de Fernão Mendes Pinto, cap 221.)

rins das visinhanças recorreram aos Portuguezes, que tinham navios em San-choam; estes correram em soccorro de Cantão e fizeram levantar o sitio; alcançaram uma victoria completa sobre o pirata a quem perseguiram até Macau, onde elle se matou a si mesmo. O Imperador da China, informado do serviço que os Portuguezes lhe acabavam de fazer, lhes ficou reconhecido e lhes fez presente de Macau.» O feito deu-se em 1557, e por tanto a occupação effectiva dos Portuguezes fixa-se em 1558. Como podia o Governador Francisco Barreto nomear em 1556 Camões Provedor-mór dos Defunctos e Ausentes de Macau, quando era então um esteril escôlho, refugio de piratas chinezes? E como podia vir Camões em 1558 capitulado sob prisão para Gôa, por actos d'essa gerencia? Elimine-se por anachronico e moralmente absurdo esse facto incongruente na vida do Poeta. [1]

[1] O biographo D. Francisco Alexandre Lobo, com lucido criterio psychologico reconheceu a incongruencia do cargo de *Provedor dos Defunctos e Ausentes* com o caracter garboso do Poeta: «Não dizia muito o officio com a nobreza de Luiz de Camões e ainda menos com as suas inclinações marciaes e exaltado amor da gloria.» (*Mem* cit., p. 192.) A corrente dos biographos continuou até Storck a investir Camões do imaginado cargo de *Provedor dos Defunctos de Macau*, e Camillo Castello Branco, para explicar a prisão do poeta, chega a accusal-o do crime de peculato! Eis o que escreveu nas suas *Notas biographicas:* «Sem umas intermittencias de estouvanice dissipadora e destemperada desordem de costumes, Camões seria a excepção do genio. Tem o talento transcendente crises vertiginosas, doudices sublimes que o extraviam de prompto do bem viver.» Parece que não procedeu com o

Porque apparece, tendo partido de Malaca em 1557 Camões, logo no momento da occupação portugueza em Macau? E' porque Francisco Martins pedira navios de Malaca para dar a sua batalha decisiva contra Cham-si-láo, e Camões d'ahi partiu a tomar parte na gloriosa campanha. E' a logica dos acontecimentos; Juromenha, por outras inducções, chegara ao mesmo resultado: « O numero de velas de que se compunha a Armada de Francisco Martins, e a epoca em que se achava estacionado no porto de Lampacau, induzem-nos a acreditar que ao nosso Poeta coube a ventura de partilhar a gloria d'este feito militar.» (*Obr.*, I, 73.) E' admissivel que a partida da Flotilha

---

espolio dos Defunctos e direitos dos Ausentes de modo mais zeloso e exemplar que o commum dos Provedores das cidades asiaticas. (p. 59 e 60.) — Camões não poderia ainda illibar-se da nota de peculato, quando o Conde de Redondo lhe deu liberdade.» (p 56.) «a sua liberdade foi acto arbitrario e por ventura equitativo de dois governadores...» (p. 58.) Se Luiz de Camões, em pureza de costumes, condissesse com a sobrexcellencia do engenho, seria um exemplar unico do talento irmanado com o juizo.» (*Op. cit.*, p. 7.) E para escrever isto, dizia Camillo ao editor Chardron: «*admiro pouquissimo o poeta*, e não sei soprar a bexiga da admiração convencional...» E pelas 32 paginas das Notas biographicas, inclue em outra carta: «Se quizer pode entregar ao portador 16 libras.» (No *Instituto de Coimbra*, vol. 53, pag. 510 e 511.)

Declarou Camillo que *admirara pouquissimo o poeta;* mas a Camões podem-se applicar as palavras que dizia Goethe sobre Shakespeare: «é um sêr superior para o qual levantamos os olhos, e que devemos venerar.»

Antes de Camões chegar á India em 1553, já se sentia a necessidade de tirar aos Provedores dos Defunctos e Ausentes as funcções de Thesoureiros das ar-

de Francisco Martins em 1556 estivesse no plano de Francisco Barreto, de um ataque aos piratas chinezes para proteger o commercio do Japãc; que o provimento de Camões se relacionasse com a condição d'este serviço: — *Até á longinqua China navegando.*

Severim de Faria, sempre o mais bem informado dos biographos, fixa com nitidez: « A assistencia de Macau parece que foi a ultima do tempo que andou no Sul, pois vindo de lá padeceu naufragio, que foi o derradeiro trabalho antes de chegar a Gôa.» A época d'esse naufragio, collocada por todos os biographos em 1558, tornava breve a permanencia de Camões em Macau; sabe-se hoje

---

recadações dos espolios; assim o reclamava o celebre védor Simão Botelho: parece que havia de haver Thesoureiro do dinheiro dos Defuntos, porque será melhor despacho para as partes, e andará o dinheiro mais liquido e certo, quando o não houver de arrecadar a pessoa que houver de julgar.» (Carta, na *Collecç. dos Man. ineditos para a Hist. das Conq. port.*, t. v). Como eram frequentes as reclamações ácerca das heranças ultramarinas, em 2 de Janeiro de 1556 era expedido para a India o *Regimento do Thesoureiro dos Defunctos* Como é que o Provedor podia guardar em si dinheiros que só deviam ser arrecadados por um Thesoureiro? Em 1557 recebia o Viso-Rei D. Constantino de Bragança, antes de partir, *Instrucções* para a boa arrecadação: « Assy mesmo vos recommendo muito o bom recado das fazendas dos finados E de mandardes ao Provedor-mór e Provedores d'elles, que tenham grande cuidado de se fazerem os inventarios com toda a fidelidade em tudo o que tenho mandado por meus Regimentos.» (Ap. Jur., *Obras*, I, p 496, not. 42.) Como podia Camões, na phrase de Mariz, que «no mar *perdesse o das partes*, em um naufragio horrivel?» Pura imbecilidade, ante o Regimento do Thezoureiro dos Defunctos.

pelas *Cartas do Japão*, que o naufragio succedera pouco antes de Novembro de 1559. Todas estas datas se relacionam com os phenomenos naturaes das Monções, dos tufões e das cheias periodicas. Escreve Linschott no seu Itinerario: «Parte-se em Abril de Gôa para Malaca, onde são forçados de se demorarem algum tempo esperando as Monções... De Malaca navegam para *Macau*, e alli *pelo espaço de nove mezes* e algum pouco mais esperam outras vantagens dos ventos pelos quaes são levadas ao *Japão;* alli passam alguns mezes esperando o vento proprio para tornarem a Macau, onde são forçados a esperar outra opportunidade, no que gastam tres annos em ir e vir n'esta viagem. Por meio d'estas viagens do Japão, mudam-se tambem os Governadores de Macau.» (p. 46.) Aqui está justificada a permanencia de Camões em Macau em 1558, tendo terminado os seus *cinco annos* de serviço militar na India, e podendo, em quanto esperava a torna-viagem do Japão, entregar-se aos ocios contemplativos na elaboração da sua Epopêa. Pelo facto da omissão do nome de Macau entre as descripções geographicas de Camões, aventaram sobre isso que o poeta nunca alli estivera.[1] D'onde partiu o poeta, quando soffreu

[1] Referindo-se ao Capitão illustre, a Deusa refere-se á Asia, á Africa, ao Brasil, ao Pacifico, ao Estreito de Magalhães, aos pampas da Patagonia, ao oleo de Timor, a Ternate nas Molucas, ás ilhas de Banda, Singapura, á China e ao Japão, emfim ao mundo todo onde Portugal pisou armado; entretanto em todo o Poema, não da o menor indicio de que exista Macau,

o naufragio *na viagem que fez para a China*, como refere o annotador de 1585?[1] Unicamente de Macau, na torna-viagem da *Náo da Prata e da Seda*, que desde 1555 fazia a carreira de tres annos entre Gôa, China e Japão. Depois do desembarque na occupação de Macau em 1558, alli se demorou o poeta *nove mezes* do anno de 1559, que vão até Outubro, no qual está authenticado o naufragio n'esse anno, pela carta do P.e Balthazar Gago.

---

onde é tradição constante e os biographos dizem, que elle escreveu o seu Poema. A rasão de tal silencio é obvia; *Camões nunca lá esteve*, e Macau não existia com tal nome emquanto o poeta esteve na India.

O critico refuta-se a si proprio:

E' historico que N'gau ainda depois de 1557 não tinha status como pertencente a Corôa portugueza; durante annos e annos não era cidade, era um porto, governava-se independente, e só tinha a auctoridade portugueza, que era intruza, em quanto o capitão da viagem ao Japão alli desembarcava armado e governava então N'gau como entendia..... Só em 1583, quasi vinte annos depois do governo de Barreto, e cinco depois de Alcacer Kibir, e tres depois da morte de Camões, e já no dominio hespanhol é que encontro pela primeira vez o nome de Macau, recebendo a pedido dos seus habitantes os fóros de Cidade...; e só em 1596, quando as bandeiras portuguezas estavam arreadas em todo o mundo — é que o porto de N'gau foi chamado officialmente por D. Filippe Cidade do *Santo Nome de Deus* de Macau (*Ann da Assoc Marit.* e *Colonial*, 1841, p 440.) Na *Opinião*, de 19 de Sept. 1906.

[1] Garcez Ferreira entendeu estupidamente esta referencia — quando vinha em viagem para o Sul (passada a Cochinchina e inclinando para o Golfo de Sião); basta notar que o poeta se achava sob a ordem de prisão, *o injusto mando*, para concluir que o naufragio foi na torna-viagem.

N'esse periodo de tranquillidade, *gastando muito liberal e magnifico os bens temporaes* que alcançara, como o refere Pedro de Mariz, *(a enchente de bens)*[1] suscitou as invejas em volta de si e viu-se *mexericado por alguns amigos*, de quem menos esperava. E' n'este profundo isolamento, que a tradição representou o poeta refugiando-se em uma gruta formada por trez fragas no alto de um monte nos campos de Patane, ao norte de Macau. O Soneto CLXXXI, dá a impressão d'esse refugio, aonde, como se dizia na linguagem do seu tempo, elle ia gosar algumas *horas de só:*

> Onde acharei logar tão apartado
> E tão isempto em tudo da ventura,
> Que, não digo eu de humana criatura,
> Mas nem de féras seja frequentado?

---

[1] O pequeno capital que poderia Camões ter alcançado na carreira da China proviria da venda de *uma viagem de mercê*, que em geral custava *onze mil pardáos de reales;* lê-se na Lista de todas as Capitanias e mais Cargos que ha na India, de 14 de Dezembro de 1616:

«D'estas *viagens* se tirava antiguamente muito, o que se não faz agora, estão muyto abatidas por causa da muita seda que os Castelhanos e Chincheos levam a Japão. E assy não rendem oje ametade, do que rendiam antigamente. E não se póde dizer o que d'ellas se póde tirar por depender da valia que as fazendas teem em Japão. E em tanto que *ganhando antes mais de oitenta por cento* nas fazendas que de Macau se levavam na Náo de Viagem, de presente se ganha a 25 por 100, sendo muito maior o risco que antes, por os rebeldes terem já feitoria no Japão e navegarem n'aquelle mar e cósta em essas náos:» (Op. cit., p. 61. Lisboa, 1901.)

Algum bosque medonho e carregado,
Ou selva solitaria, triste e escura,
Sem fonte clara ou placida verdura;
Emfim logar conforme a meu cuidado?

Porque alli, *nas entranhas dos penedos*
Em vida morto, sepultado em vida
Me queixe copiosa e livremente.

Que, pois a minha pena é sem medida,
Alli não serei triste em dias ledos,
E dias tristes me farão contente.

A descripção da denominada pela tradição de seculos *Gruta de Camões* em Macau condiz com os traços topologicos d'este Soneto. Deixando os embellezamentos modernos de arvoredos em volta da montanha sobranceira á povoação chineza de Patane, escreve o official de marinha F. M. Bordalo: «Eil-a, *dous rochedos quasi perpendiculares e proximos um do outro, sustentam um terceiro*, que serve de tecto á Gruta.» [1] N'esta solidão,

---

[1] *Panorama*, t. XI, p 36. O general Frederico Leão Cabreira descreve assim a Gruta: «Quasi ao centro e em um dos pontos mais elevados da deliciosa situação — se via um rochedo natural de pouco mais de quatro varas de altura, contendo na base uma abertura em fórma de arco irregular, de sete a outo pés de elevação interior, com pouco menos comprimento e largura, aberto por ambos os lados, como para deixar gosar a quem alli se recolhesse das encantadoras perspectivas...

«Uma das maiores provas de respeitosa consideração que deviam tributar-se á esclarecida memoria do inclyto poeta, seria sem duvida a conservação da Gruta sua predilecta, no mesmo estado em que existia quando elle a frequentava. Não foi isto porém o que aconteceu, por que o antigo proprietario do logar, por falta de gosto seu ou quiçá por mal aconselhado, a mandou aperfeiçoar por canteiros, desbastando as saliencias

d'onde o poeta no mais absorto recolhimento avistava o mar, que lhe inspirava a Epopêa da grande navegação, e alcançava as ilhas de Lintáo e Typa, longe da patria e da justiça, é que a dôr moral lhe dictou as estrophes da sua *Lyra — mais afamada que ditosa.* O que esta situação lhe suscitava, que se nos communica na vibração sentida dos *Lusiadas*, explicam-o estas palavras de uma das maiores victimas da arbitrariedade, o barão de Trenck: «O homem, que escreve pacificamente em liberdade, no seu quarto de estudo, tem muito menos genio e enthusiasmo do que o que trabalha no horror de um carcere; as expressões de que este ultimo se serve, são com certeza temperadas de outra energia.» [1] Tambem o

---

interiores da rocha, e rebocando de alvenaria suas naturaes cavidades. — O mesmo aconteceu ao corpo do rochedo, o qual foi quasi todo revestido de alvenaria, erigindo-se-lhe na parte superior, correspondente á Gruta, uma especie de caramanchão ou pavilhão chinez, tambem de alvenaria e de acanhado gosto.»

Na descripção da Gruta por Carlos José Caldeira, vem apontadas as dimenções: «Dois dos rochedos formam como duas paredes parallelas, que distam entre si 135 centimetros, no prolongamento de 332, e com altura de 450. O terceiro assenta horisontalmente sobre aquelles em fórma de tecto, que á maneira de um alpendre fica saliente para a parte oriental da gruta. — Pena é, a meu vêr, que intentasse tambem (o proprietario L. Marques) embellezar a Gruta de Camões com os dois porticos de alvenaria que ornam as duas entradas correspondentes, fechadas com cancellas baixas de madeira; mas como para estas innovações de máo gosto não foram quebrados os rochedos, é facil fazel-as desapparecer e restituir á Gruta a sua rudeza e simplicidade primitivas.»

[1] *Mem. do Barão de Trenck*, t. II, p. 152.

desgraçado poeta arcadico Garção, que morreu victima do despotismo do marquez de Pombal, nos ferros do Limoeiro, resumira em poucas palavras a esthetica do soffrimento:

> Não escreve *Lusiadas* quem janta
> Em toalhas de Flandres..........

Não era capricho de Camões o retemperar-se n'esta reconcentração; em uma carta do jesuita Padre Melchior, de 10 de Dezembro de 1558, dá-nos a realidade do costume d'essa epoca: «o tempo que estive n'aquella ilha deserta (Lampacau) e despovoada, vivi com tanta alegria... Havia ali *hũas horas de soo* que valiam mais que muitas de acompanhado, *huns penedos, huns arvoredos*, hũas saudades do paraizo, huns enfadamentos do mundo, hũas esperanças de amor que a diversidade das creaturas dá para aquelle que as creou ser amado» [1] Como este trecho da carta commenta e aviva os realismos do Soneto de Camões! Em um documento de compra de bens de raiz pertencentes ao Collegio dos Jesuitas de Macau, vem entre os que ahi se citam um «chão do campo dos Patanes *aos penedos de Camões*.» Foi isto no tempo do reitor P.e Antonio Cardim, dos fins do seculo XVI. O Collegio foi fundado em 1565 em fórma de Hospicio para os missionarios que seguiam para o Japão; sómente em 1597 é que o Hospicio se converteu em Collegio de N. S. da Madre de Deus ou vulgarmente de San Paulo, tornando-se o mais opulento de

[1] *Hist. e Mem. da Academia*, t. X, P. I, p. 98.

todos os Collegios da Companhia nas regiões orientaes. A demarcação da propriedade no tombo jesuitico do Collegio de Macau é um testemunho de antiguidade com que eram geralmente designados os *Penedos de Camões.* [1]

Os tres mais antigos biographos do poeta não fallam da Gruta de Camões em Macau, havendo completa omissão d'este facto até 1793, em que depois da embaixada á China de lord Mac-Cartney, appareceu uma relação de Eyles Irwin louvando o enthusiasmo e gosto de William Fitzhugh por ter restaurado aquella Gruta e ajardinado os terrenos adjacentes. [1] O Morgado de Matheus, na sua edi-

---

[1] Titulo dos bens de raiz deste Coll.º de MACAO,

. . . .

. . . .

Tem mais o Coll.º humas moradas de casas no Campo de patanes junto ao caix de Marti' Lopez as quaes deixou por legado o Maluco; rẽdem de alugueres 160 pardaos. Tem mais o Coll.º duas buticas q rendem cada mez ambas 4 pardaos, as quaes deixou Braz Monteyro cõ humas meyas cazas q. rendião 60 pardaos p.ª vinho de missas deste Coll.º. As cazas vendeo o P.º Antonio Cardim, sendo Reitor deste Coll.º, por oito centos Pardaos a Gaspar Borges da Fonseca, os quaes 800 pardaos cõ mais 280 pardaos procedidos do chão do campo dos patanes aos PENEDOS DE CAMÕES, vendeo o dito P.º Reitor pella dita contia. Os 1080 pard.ºs procedidos das duas vendas, cazas e chão, andão a ganhos da terra de 10 por cento e não podem os Reytores gastalos por serem procedidos de bens de raiz.»

. . . .

(Real Bibliotheca da Ajuda, Mss. apographo do 3.º quartel do seculo 18.) Communicado pelo sr. Jordão de Freitas.

[1] Nas *Mem. de Camões* por John Adamson vem o trecho inserto no livro da Embaixada de Macartney, 589. — José do Canto, *Collecção camoneana*, p. 85, col. I.

ção dos *Lusiadas* de 1817, é que pela primeira vez vulgarisou a lenda sympathica da Gruta: «é tradição constante que passava muitas horas a trabalhar n'esta composição (os *Lusiadas*) em uma gruta que se mostra ainda agora em Macau e é nomeada a *Gruta de Camões.*» (p. LX.) Sendo até hoje ignorado o documento do Collegio de Macau, que traz a demarcação *aos Penedos de Camões* (dois blocos graniticos sustentando um terceiro, na faixa de terra que liga a peninsula á ilha de Hiangschan) considerou tardia esta tradição o Dr. Storck, achando que podia Camões refugiar-se muita vez n'aquelle monte. Outras tradições correm ainda hoje da estada de Camões em Macau, mas só têm de verdade a inconsciencia da deturpação dos factos. [1]

---

[1] Em Macau existem differentes tradições ácerca do Poeta; e embora incompativeis com as datas historicas, merecem consignar-se para vèr como era comprehendida a sua individualidade moral Antonio Feliciano Marques Pereira, que de 1862 a 1865 foi secretario da missão diplomatica enviada a Pekin para negociar o tratado com a China, e publicou valiosos estudos sobre Macau, tambem investigou ahi nos archivos sobre a estada de Camões, nada encontrando. Seu filho João Feliciano, continuador dos seus estudos, communica-nos: «N'um manuscripto da collecção de meu pae e da letra d'elle encontrei a seguinte nota:

— Diz a tradição popular de Macau, que Camões de nenhum conceito gosou aqui, em rasão não só de não haver manifestado por então ainda o seu grande talento, mas tambem da vida mal regrada que levava, entregando-se ao abuso das bebidas. Galanteava as mulheres ás portas daa egrejas, recitando-lhes versos, ao dar-lhes agua benta; e ainda hoje (1868) entre os velhos se repete aqui uma quadra com que uma lhe replicou ao galanteio, chamando-lhe *vesgo*, com o que

Achava-se o poeta em Macau, na serenidade da sua idealisação, tendo cumprido os cinco annos de serviço militar, e crendo ter organisada a sua vida, quando a bella perspectiva do futuro derruiu subitamente:

> Agora *da esperança já adquirida*
> *De novo, mais que nunca, derribado.*
>
> (*Lus.*, VII, st. 80)

Era este o desastre maior com que se defrontara. Em outro logar da sua Epopêa pre-

---

dizem, Camões quisilou muito, deixando-se desde então de fazer versos para quem tão mal lh'os agradecia.
=Conviveu muito com os Padres de S. Domingos, em cujo convento dizem até, que habitava, e que d'aqui se dirigia ás tardes para a Gruta, ficando-se por lá até que amanhecia.=

«Nada mais encontrei no manuscripto, nem encontrei a quadra com que a mulhersinha correspondeu á amabilidade de Camões. Pedi a um amigo meu de Macau, que a recolhesse da tradição popular e m'a mandasse. Que curiosa a sua publicação, assim como a d'essa nota inedita encontrada na collecção de meu pae.» (Carta de 12 de Junho de 1900.)

A tradição completa-se por esta outra, publicada no Rio de Janeiro em 1895, no n.º 7 da *Republica Portugueza*. Cumpre observar préviamente que o nome de Macau deriva de *Ama*, Deusa, e *Gau*, porto, ancoradouro (*Amagau*):

«O immortal poeta dos *Lusiadas*, desejando travar relações com uma poetisa do Porto, de nome Maria Cortez, perguntou aos seus companheiros em que logar poderia encontral-a para lhe dizer um galanteio. Disseram-lhe que a culta dama portugueza costumava ouvir missa na egreja de Cedofeita, da cidade da Virgem. Camões encaminhou-se para lá, sobraçando o Esopo, que tencionava offerecer á gentil cultora das dulcissimas Camenas.

cisa o facto, na bruta crueza, ficando comtudo incomprehendido dos biographos:

...... dos perigos grandes, quando
Será o injusto mando executado
N'aquelle cuja Lyra sonorosa
Será mais afamada que ditosa.

(*Lus.*, x. st. 128.)

O *injusto mando* foi a ordem que fez embarcar debaixo de prisão para Gôa o poeta; o seu amigo licenciado Manoel Corrêa, ao commentar as estancias finaes do Canto VII dos *Lusiadas*, pouco esclarece este facto:

«Findo o acto religioso, o inegualavel vate endereçou-se para o sitio em que ordinariamente passava Maria Cortez e entregando-lhe o Esopo, desfechou:

Cortezias me tem feito,
Eu morro por ser cortez;
Não sei se por ser do Porto,
Ou por ser bom portuguez

«A adoravel poetisa não se fez esperar e retorquiu:

Eu não sei se sois do Porto.
Ou se sois bom portuguez;
Só vêjo que sois um *torto*,
E eu Maria Cortez.

No syncretismo das tradições, vê-se que a localisação no *Porto*, a cidade da *Virgem*, corresponde a *Amagau* (Ancoradouro da Deusa); é na egreja que o galanteio de Camões é improvisado á dama, que lhe corresponde chamando-lhe *torto*. E' para notar como este fragmento tradicional chegou ás conversas curiosas no Rio de Janeiro.

A tradição da sua hospitalidade no convento dos Frades de San Domingos é um reflexo da noticia vaga dada pelo licenciado Manoel Corrêa, dos seus ultimos annos em Lisboa.

«Nota o nosso Camões os portuguezes de gente ingrata, pois cantando elle e celebrando os seus feitos, em logar de lhe agradecerem e servirem: *os maiores amigos que tinha o mexericaram com o Viso rei da India, (?) como elle me disse contando os enfadamentos que na India tivera, que foi causa de o prenderem e enfadarem.*» Apura-se a prisão por ordem de alguem, suscitado por intrigas de amigos. Pedro de Mariz tambem baralha e deturpa as particularidades, fixando o mesmo fundo simples: «*Chegando á India foi prezo por mando* do Governador Francisco Barreto (?) pela Fazenda dos Defuntos que elle trazia a seu cargo. (?) porque foi á China por Provedor-mór dos Defuntos; (?) *e isto lhe fizeram mexericado por alguns amigos d'onde elle esperava favor.*» Nem pelo cargo que não existia, nem pelos Viso-rei e Governador que chronologicamente, e pela demora da viagem de trez annos, não podiam receber accusações e darem ordens, podem acceitar-se as informações de Corrêa e de Mariz. Quem poderia então prender Camões em Macau e mandal-o capitulado para Gôa na Náo de torna-viagem do Japão? Sómente o Capitão mercador, que governava *interinamente* em Macau até ao momento da chegada de outro capitão da Náo da prata e da seda. Linschott retrata ao vivo esta auctoridade provisoria e transitoria que mandava em Macau, illudindo-se assim a desconfiança chineza contraria a um estabelecimento official: «Todos os annos vem uma náo da India, cuja capitania outorgada por patente especial do rei de Portugal é dada a pessoa de alta cathegoria e distincção assim

como as capitanias das Fortalezas. *Esta não segue da China para o Japão*, onde carrega, *tornando a descer a Macau*, de Macau a Malaca e de Malaca a Gôa. *Ninguem tem licença para esta viagem do Japão*, se não quem possuir a dita patente real; ora vae um, ora outro, conforme as precedencias; mas *cada anno só uma não.* Estas viagens, como todas as outras e todos os demais póstos, são *dadas por mercê* em premio de serviços prestados a el-Rei na India. A carreira da China e de Malaca é pelo contrario livre a todos os mercadores, que podem carregar á vontade (mas, repito, *ao Japão não vae ninguem se não o privilegiado* que recebeu a patente.) Comtudo, ninguem póde vender, comprar e carregar senão depois da náo official ter a sua carregação completa. Os Capitães da linha do Japão tem enormes ganancias. Em uma só viagem, caso tenham algum capital e uma boa náo da capacidade de 700 a 800 toneladas, pódem lucrar 100 a 200 mil ducados. Mas *cada viagem dura bem tres annos.*» Linschott descreve o roteiro, por fórma que se vê como estacionou Camões em Macau e a demora que teve em chegar a Gôa: «partindo *em abril* de Gôa para Malaca, tem quasi sempre demora ahi, á espera da monção, que vem muito regularmente em certos mezes determinados. De Malaca *passam a Macau*, onde *param durante quasi nove mezes*, tambem na perspectiva de alcançarem a boa monção. Depois *seguem para o Japão*, tendo novamente longa estancia, por causa dos ventos que os hão de levar na volta da China. Ao cabo de outros tantos mezes, como na vinda,

podem continuar a jornada, chegando a gastar em ida e volta tres annos completos.»

Agora o retrato do Capitão chatim da linha do Japão, diante do qual se viu Camões com o seu espirito cavalheiresco e delicadeza moral; palavras de Linschott: «*Durante todo o tempo da sua estada em Macau* e no Japão, o respectivo *Capitão mór é governador soberano e juiz supremo assim como o Vice-rei da India* e os capitães nas suas Fortalezas. E emquanto um veleja de Macau para o Japão, lá está outro vindo de Gôa, incumbido de seguir o mesmo caminho depois do primeiro haver tornado. E quando este regressa, *ficando novamente como governador em Macau* até partir para Malaca e a India, o segundo embarca para o Japão. D'este modo sempre ha quem faça de Governador ou Capitão.»

Foi o Capitão chatim da torna-viagem do Japão em 1559, que por seu arbitrio ou *injusto mando* prendeu Camões e o trouxe capitulado para Gôa: um anonymo irresponsavel, desvairado pelos lucros da prata do Japão trocada pelas sedas da India. Storck, embora acreditando ainda na lenda de *Provedor dos Defunctos*, presentiu a verdade quando formulou esta conclusão: «o ministro que deu o *injusto mando* e tanto o feriu, não foi nenhum Governador da India, mas *simplesmente o Capitão da náo annual da carreira da China ao Japão*. Foi este um desconhecido, que o destituiu do seu posto [1] ...man-

[1] Não havia cargo official em Macau, porque até o Capitão era transitorio; só em 1571 é que a população

dando-o embarcar.» (*Vida*, p. 592.) Como homem grosseiro, facilmente obedeceu ás suggestões dos que *mexericaram* [1] Camões, que o proprio poeta, na sua ingenuidade, considerava «*os mayores amigos que tinha*» n'aquellas paragens, em que se debatiam os mais sórdidos interesses do trato privilegiado, e em que as luctas á mão armada eram quotidianas. [2] Era restricta a área d'esses *mexeri-*

---

de Macau começou a construir casas. Na *Chronica de Hian-Xan*, fallando-se da occupação de Macau pelos portuguezes, lê-se:

«Na anterior Dynastia de Min, tendo vindo uns navios portuguezes negociar ao Cantão, foi-lhes permettido fazer nas *Ilhas de fóra* algumas palhoças para residirem, as quaes eram demolidas á partida dos navios. E quando S. M. imperial houve por bem ordenar que se cobrasse todos os annos o fôro territorial, *então é que principiaram os negociantes* a fabricar *casas em Macau e a trazer para alli suas familias.*» — Quanto ao fôro territorial parece que foi sempre pago desde o principio do Estabelecimento; mas ha escriptores chinezes que dizem que o pagamento não principiou senão pelo anno do reinado de Van-li, (1571 em diante).» *Chron. de Hian-xam*, por Li-choo-Ceci, vol 8. fl. 23 v, e 95 e 96. — Deve ficar de vez eliminado o cargo de *Provedor dos Defuntos e Ausentes de Macau*, em volta do qual se accumularam tantos absurdos, na biographia de Camões

[1] «rêde de denuncias estendida sobre as nossas possessões asiaticas; rêde de malhas apertadissimas, por onde raras honras notaveis escapavam — *Mexericados* ou diffamados assim todos, porque na falta de factos abria a calumnia illimitado campo á industria d'aquelles diffamadores irresponsaveis — subiu o mal de ponto, «que o mais hypocrita e praguento devera ser o mais acceito...» (Felner, *Subsidios para a Hist da India portug.* Notic. preliminar, p. XXIX.)

[2] Lê-se em uma carta do jesuita P.e Melchior, de 10 de Dezembro de 1558: «por duas ou tres vezes que

cos: Que a mercê do trato de que estava provido Camões *não fôra confirmada* pelo novo Vice-rei, que succedera ao Governador Francisco Barreto? Que elle já não era militar, e por isso não podia permanecer em uma região fechada a todos que não tivessem patente de privilegio? Que tencionava ir servir como homem de guerra em navio de mercador, auxiliando assim o trafico prohibido? Porém o *mexerico* mais suggestivo seria: sendo Camões conhecido como extremamente ousado, era para recear que praticasse qualquer acto que levasse os Chinezes a expulsarem-nos de Macau, como já tinham feito em Liampó, em 1542, pelas arrogancias de Lançarote Pereira, e em Chinchéo em 1544, pelos abusos de Ayres Botelho de Sousa, que ahi era então Capitão-mór e *Provedor dos Defuntos.* Estes factos denunciavam perigos no momento em que o poeta se via bafejado pela fortuna *na enchente de bens.* Eis o porque dos *enfadamentos que na India tivera.*

O abalo moral, a decepção profunda que sentiu Camões, fixou-os nas ultimas estrophes do Canto VII dos *Lusiadas*, em que tendo já consciencia da immortalidade de que dispõe, protesta deixar no olvido aquelles individuos em quem não encontrou altos caracteres. Por

---

estive em Lampacau, *recreceram alguns bandos e inimisades entre alguns Capitães das Náos*, por onde toda a gente estava em perigo de se matarem uns com outros, e por bondade de ds. tudo cessou, e ficaram todos amigos, em que me foi algum trabalho e perigo, andar não sei quantos dias de Náo em Náo, até os acabar de concertar. (*Mem. da Acad.*, t x, P. I, p. 99.)

essas estrophes, em que se revela o ponto em que ia elaborando o Poema, e ainda incidentemente no Canto X, na parte descriptiva da Asia oriental, descreve o terrivel naufragio, que soffreu ao vir capitulado sob prisão de Macau para Gôa. Está hoje fixada a data d'esse naufragio em 1559; a carta do P.e Balthazar Gago, datada do Japão de 1 de Novembro de 1559, para o Collegio de Gôa, referindo-se ao anno de 1558, em que não houve naufragio n'esta carreira, põe-o em contraste com este em que escreve: «O anno passado escrevêmos de cá todos muitas cartas em que tinhamos materia de louvar muito ao Senhor; *mas este de 59 tivemos por novas que a Náo em que hião, antes que passasse a Costa da China se perdeu em hũs baixos.*» [1] Como havia uma só náo cada anno, vê-se que naufragára a *Náo da Prata e da sêda*, que n'esse anno de 1559 partira de Macau para Gôa via de Malaca, passados os tufões de Septembro, dando-se o desastre por todo o mez de Outubro. N'ella ia indubitavelmente Camões. Nas estrophes 127 e 128 do Canto X dos *Lusiadas*, descreve Camões o local onde fôra o seu naufragio:

> Vês. passa por Camboja Mecom, rio
> Que Capitão das Aguas se interpreta,
> Tantas recebe de outro só no estio,
> Que alaga os campos longos e inquieta;
> Tem as enchentes, quaes o Nilo frio:
> A gente d'elle crê, como indiscreta,
> Que pena e gloria têm depois da morte
> Os brutos animaes de toda a sorte.
>
> *Este receberá, placido e brando*
> *No seu regaço o* CANTO, *que molhado*

[1] *Cartas do Japão*, fl. 167.

Vem do naufragio triste e miserando
Dos procellosos baixos escapado;
Das fomes, dos perigos grandes, *quando*
Será o *injusto mando* executado
N'aquelle, cuja Lyra sonorosa
Será mais afamada que ditosa.

O sêco Manoel Corrêa, que alardêa de amigo pessoal de Camões, commenta assim estas referencias: « Mostra o Poeta como veiu a este reino de Camboja vindo da China, onde esteve alguns dias tomando algum alento dos grandes trabalhos que n'aquella viagem da China passara e dos naufragios e baixos de que escapara, de que n'aquelles mares ha muitos, pela qual razão se não pode chegar a algũas partes d'aquella região.» Nada esclarece o licenciado. As cheias do Mecom elevam-se de Junho a Septembro; o seu *mais baixo nivel é de Outubro* a Fevereiro, manifestando-se na Cochinchina. Condiz o phenomeno natural com as inducções anteriores. [1]

---

[1] Fallando do rio Mekong, em uma relação de viagem através da Indo-China, escreve Massieu: «As aguas d'este rio appresentam a particularidade de mudarem, duas vezes no anno, a direcção do seu curso. Durante seis mezes do anno ellas sobem para o Grande Lago, ou Tonlé Sap, immenso reservatorio creado pela natureza, regulador normal das inundações do Delta; e durante os outros seis mezes, ellas se escôam para a Cochinchina, na estação da sêcca, em quanto o seu fertil humus produz a riqueza de Cambodja.» * Foi *n'esta epoca da estiagem*, que naufragou Camões na costa de Cambodja, podendo dirigir-se a nado para a foz do rio Meekong. E' provavel que o poeta, demorando-se n'essa região, assistisse á *Festa das Aguas*, que se faz por toda a extensão de Mekong, com uma alegria deli-

* *Revue des Deux-Mondes*, 1900 (Julho–Agosto, p. 617).

Sobre o naufragio de Camões nas costas de Cambodja escreveu o lusophilo Ferdinand Denis: «Um viajante que percorreu estas regiões, alguns annos depois do successo que esteve a pique de ser tão funesto ao Poeta, faz admiravelmente comprehender, *como o naufrago carregado com o seu precioso volume pôde salvar-se* desde que attingiu o curso lento do placido Mecon. Este vasto rio, effectivamente tem a nascente nos confins da China, e rega o reino de Cambodja, tem cheias como as do Nilo e é sensivel ás marés até uma distancia consideravel; *na baixa-mar os navios encalham frequentemente, e a sua embocadura pode ser passada a váo.* Internando-se algumas leguas, Camões poderia ter visitado as maravilhas da cidade de Angor, e encontrar hospitalidade em um dos ricos

---

rante, como no antigo reino de Nien-Tian e no paiz de Nong-Khaye. Descreve essas festas Massieu: «Abandona-se ao curso da agua um grande numero de tochas accesas sobre pirogas que as levam ao meio de Mekong. Estas tochas são habilmente collocadas sobre pedaços de folha de bananeira dispostas em cruz, e accesas todas ao mesmo tempo antes de serem entregues ao rio. E', em realidade, um sacrificio aos manes dos mortos. Este uso encontra-se em quasi toda a Asia, particularmente na China e no Turkestan. Prepara-se egualmente um barco de bambu completamente coberto com estas tochas, chamadas *kabougs*, que são aliás, o modo de illuminação ordinario empregado para transitar de noite. Os *kabougs* são archotes de palha de arroz repassada de certo oleo e enrolada em folhas de arequeira. Passam por afugentarem os pis ou espiritos malignos.» Na mesma *Festa das Aguas*, em Tnom-Penh appresenta-se o simulacro do Rei Norodom, cortando com a sua espada o fio que prendia as aguas do braço occidental do Mekong.»

imperios do Oriente. Ignoramos o accolhimento que encontrou n'essas paragens, mas ahi permaneceu muitos mezes, e encontramol-o na capital das Indias sómente em 1561.»[1] Escrevendo em 1855, referia-se Ferdinand Denis á extraordinaria civilisação cambodjiana, descripta no mesmo anno por Bastian, na obra *Cambodische Altertümer*, cuja grande capital Ongor, (Angkor) de que já fallara o P.e Cardim, na Relação das Missões do Japão, coberta das mais estupendas maravilhas de architectura, parece ter associado o genio chinez com o árico, produzindo na Arte o mesmo syncretismo das doutrinas buddhicas. O paiz de Cambodja, denominado reino de Khmer pelos seus habitantes, é estudado pelos archeologos e ethnologistas europeus. Os prodigios da arte khmer, reunidos no Museu de Compiègne, acham-se descriptos no livro de Delaporte, *Le Cambodje*. Lembram os monumentos khmerianos, a uma simples inspecção, as obras architectonicas da civilisação mexicana, vestigios morphologicos das construcções egypcias, por ventura pelas relações do estylo indo-árico de Casmira. No Canto x dos *Lusiadas* ha a impressão d'esses pasmosos productos de uma civilisação extincta, notando Camões a analogia das cheias do Mekon com as do Nilo, e ritos dos kmeres sobre a crença da alma immortal dos animaes.[2]

---

[1] *Camöens*. Nouvelle Biographie generale, t VIII, p. 351.

[2] *Angkor*, ou *Nakhor Vat*, região archeologica do Cambodja siamez, onde se encontram as grandes rui-

Durante os longos mezes em que esperou Camões a monção que o levasse a Malaca, em algum navio de mercador chatim, por ahi viveu por *alheios hospicios degradado*, em uma vibração sentimental que lhe acordou a mais profunda inspiração lyrica. Na celebre edição dos *Lusiadas* de 1584, (dos Piscos) em que se acham notas de um commentador anonymo que serviu na India, militando no Cêrco de Chaul e tendo conhecido o jesuita D. Gonçalo da Silveira, amigo de Camões, vem uma referencia ao naufragio do Poeta, e á composição lyrica que fizera por essa occasião (conhecida sómente pela edição de 1595): «*Isto*

---

nas kmerianas, pela primeira vez descriptas pelos missionarios portuguezes desde 1570. Visitadas por Bonillevaux e Forrest, foram reveladas á Europa em 1865, quando se publicou o jornal da viagem de Mouhet, falecido em 1861. Seguiram-se-lhes os magnificos estudos descriptivos de Lagrée e de Garnier (1865-66) completados por Delaporte (1876) por Hermand (1876) e Aymonier (1883). Bastian é que descobriu o verdadeiro sentido d'estas ruinas, que se consideravam restos de templos buddhicos, sendo pelo contrario monumentos brahmanicos, tendo em uma muralha de mais de quinhentos metros, themas episodicos das epopêas do *Ramayana* e *Mahabharata* em audaciosos altos relêvos. As inscripções gravadas são em sãnskrito e em velho cambodjano ou kmer, como o demonstrou Aymonier em 1875, contribuindo para estes resultados Kein, Hermand, Bergaigne e Senart. (1882-85.)

A antiga capital, de que ainda existem ruinas assombrosas, chamava-se *Indrapathaburi (Indraprasthapura*, em sãnskrito), e a que actualmente se chama *Nakhor-Tom;* é cercada por uma muralha quadrangular, com largos fóssos sobre que estão lançadas pontes extensas cujos parapeitos são formados por uma serpente de sete cabeças apoiando-se sobre pilares de pedras gigantescos, correspondendo cada ponte a uma

diz, por que Camões andando na India, começando a fortuna a favorecello, e tendo algum fato de seu perdeu-se na viagem que fez para a China, donde elle compoz aquelle Cancioneiro, que diz:

Sobre os Rios que vão
Por Babylonia, etc.»

Referia-se ás incomparaveis redondilhas paraphrasticas do Psalmo 138. [1] O valor d'esta nota á estancia 80 do Canto VII dos

---

das qutro portas da cidade, sobre a qual se elevam torres em fórma de tiára. No seu recinto existem templos, palacios, pyramides, arruinados pelo vigor da vegetação tropical. Ha outras ruinas proximo de Nakhor-Vat; e as descriptas por Kein e Aymonier remontam a sua antiguidade ao anno de 667 da nossa éra; os monumentos de Ankor datam em parte do seculo IX, notando-se que estas construcções foram interrompidas subitamente no seculo XIV: «Representam uma phase particular da religião buddhica, quando sob a influencia da India e de Ceylão se cruzaram os mythos de Brahma, de Siva, de Vichnu, de Rama com os da Grande Doutrina, e personagens das Epopêas hindus representadas a par da Trimurti e do Brahma de quatro cabeças; figura ahi o culto das Serpentes, sendo a Naga de sete cabeças o motivo — dos motivos mais empregados» (Vivien de Saint-Martin, *Nouv. Dicc. de Geographie universelle*, t. IV, p. 13 e 14.)

«Nakhor-Vat appresenta um plano collossal: tres galerias cencentricas em andares com porticos no meio d'ellas, e nos seus angulos; ligadas entre si por outras galerias e por escadarias cobertas, com vastos páteos em que se enfileiram symetricamente construcções isoladas, coroadas por nove torres, sendo a mais alta, no centro do terceiro andar das galerias que encerra o sanctuario.»

[1] O titulo de *Cancioneiro* dado a esta paraphrase não quer dizer, como entendeu Juromenha, uma Col-

Lusiadas está em dar-nos a época em que escreveu Camões essa extraordinaria composição lyrica, que ficou desconhecida e inedita até 1595. O poeta symbolisa em Babylonia o mal presente e em Sião o tempo passado:

Alli lembranças contentes
N'alma se representaram;
E minhas cousas ausentes
Se fizeram tão presentes
Como se nunca passaram.
Alli, despois de acordado,
Co'o rosto banhado em agua,
D'este sonho imaginado,
Vi que todo o bem passado
Não é gosto, mas é magoa.
. . . .

Vi aquillo que mais val
Que então se entende melhor,
Quando mais perdido fôr;
Vi ao bem succeder mal,
E ao mal muito peor.
. . . .

Mas deixar n'esta espessura
O canto da mocidade,
Não cuide a gente futura
Que será obra da edade
O que é força da ventura;
Que edade, tempo e espanto
De vêr quão ligeiro passe,
Nunca em mi puderam tanto,
Que, postoque deixo o canto
A causa d'elle deixasse.

---

lecção mais copiosa de que ella faria parte: segundo os habitos litterarios do seculo XVI, chamava-se *Cancioneiro* a qualquer composição em redondilhas, resumindo a designação do genero: coplas ou trovas de Cancioneiro.

Mas em tristezas e nojos,
Em gosto e contentamento,
Por sol, por neve, por vento
Tendré presente á los ojos
Por quien muero tan contento.
. . . .

Terra bemaventurada,
Se por algum movimento
D'alma me fôres tirada,
Minha penna seja dada
A perpetuo esquecimento.
A pena d'este desterro,
Que eu mais desejo esculpida
Em pedra ou em duro ferro,
Essa nunca seja ouvida,
Em castigo de meu êrro.

Refere-se o poeta á longa ausencia ou desterro que liga com os erros de um venturoso passado; mas n'esta emoção da catastrophe de que escapou maravilhosamente, transita immediatamente para uma religiosidade mystica:

E faz que este natural
Amor, que tanto se présa,
Suba da sombra ao real,
Da particular belleza
Para a belleza geral.

N'estes mezes que andou errante pelo reino de Cambodja, reconcentrou-se Camões na mais intensa subjectividade, indifferente ás maravilhas deslumbrantes da natureza oriental. Ao contrario de Colombo que se elevava á mais absoluta eloquencia descrevendo as novas terras que descobrira, Camões representava acima d'esses effeitos a querida Sião, Lisboa das recordações da mocidade, e

na emoção mystica a harmonia moral perturbada pelos grandiosos symbolos indiaticos. [1]

Já tranquillisado d'estes violentos abalos do naufragio e perda dos poucos recursos que alcançara, o poeta, ao repassar os Cantos do seu Poema, que salvara, accrescenta-lhe como prosopopêa da heroica narrativa o quadro da situação calamitosa em que se achava:

> Olhae, que ha tanto tempo que cantando
> O vosso Tejo e os vossos Lusitanos,
> A Fortuna me traz peregrinando,
> Novos trabalhos vendo e novos danos;
> Agora o mar, agora exp'rimentando
> Os perigos mavorcios inhumanos,
> Qual Canace, que á morte se condena,
> N'uma mão sempre a espada e n'outra a penna.
>
> Agora, com pobreza aborrecida
> Por hospicios alheios degradado;

---

[1] «O que a poesia tem o poder de exprimir não é a sensação immediata que nós recebemos dos objectos, mas sim o sentimento interior que se fórma em nós por occasião d'estes objectos; aquillo que ella é apta a exprimir são as relações. — As bellas tempestades de Camões não foram descriptas no meio da borrasca; foram-no quando elle já se achava arrribado ao porto; o que elle cantava sob o céo ardente dos trópicos não era esta bella natureza grandiosa que se patenteava diante dos seus olhos, eram os rios da sua patria ausente, o *ninho seu paterno*, como lhe chama.

«A eloquencia póde-se inspirar da sensação immediata; a poesia apenas póde guardal-a para um outro momento. — Muito agitada pela sensação presente, muito emocionada pela paixão actual, a poesia só precisa da recordação da sensação, sómente a recordação.» Charles Magnin, *Da natureza do Genio poetico*, p. 57. (Ap. *Obras* de E. Quinet, t. VII.)

Agora, da esperança já adquirida
De novo mais que nunca derribado;
Agora, ás Costas escapando a vida,
Que de um fio pendia tão delgado,
Que não menos milagre foi salvar-se,
Que para o rei judaico accrescentar-se.

E ainda, Nymphas minhas, não bastava
Que tamanhas miserias me cercassem;
Se não que aquelles, que eu cantando andava
Tal premio de meus versos me tornassem
A trôco do descanso que esperava,
Das capellas de louro que me honrassem,
Trabalhos nunca usados me inventaram,
Com que em tão duro estado me deitaram.

Vêde, Nymphas, que engenhos de senhores,
O vosso Tejo cria valerosos,
Que assim sabem presar com taes favores
A quem os faz cantando gloriosos!
Que exemplos a futuros escriptores,
Para espertar engenhos curiosos,
Para pôrem as cousas em memoria,
Que merecerem ter eterna gloria!

Pois logo em tantos males é forçado,
Que só vosso favor me não faleça,
Principalmente aqui, que sou chegado
Onde feitos diversos engrandeça;
Dae-m'o vós sós, que eu tenho já jurado
Que não n'o empregue em quem o não mereça,
Nem por lisonja louve algum subido,
Sob pena de não ser agradecido.

(*Lus*, VII, 79 a 83)

Como Dante, o poeta eleva-se ao juizo da immortalidade, não para lembrar nomes sob eterno stigma, mas para deixar em pleno esquecimento aquelles — que ao bem commum antepõem o proprio interesse, e pela ambição sobem a grandes cargos para usarem mais largamente dos seus vicios; nenhum que use

do poder para servir desejo abjecto, e faça do officio meio de despir e roubar o pobre povo, e rasões apprende

> Para taixar com mão rapace e escassa
> Os trabalhos alheios, que não passa.

No meio d'estes trabalhos e iniquidades sociaes em que estava submerso, o poeta fez tambem do seu Poema um escudo moral; era a expressão de uma consciencia. Para salval-o do naufragio, deveu-lhe Camões a sua propria vida.

2.º Periodo: Refugio na idealisação poetica

Vivendo entre a instinctiva piedade das populações buddhistas, depois do seu naufragio, pôde Camões transportar-se para Malaca servindo como homem de guerra em algum navio de mercador portuguez como unico meio de pagar a passagem, assim desvalido depois das suas perdas. Mais contrastava a sua miseria com a *opulenta Malaca*, onde agora se via no meio d'essa população variegada de todas as raças orientaes. As impressões moraes é que mais o dominavam, e em Malaca tratou de saber novas de Gôa, de que andava afastado havia quatro annos; soube do novo Vice-Rei Dom Constantino de Bragança, e da conquista de Damão, realisada sob o seu governo, em 2 de Fevereiro de 1559, e em que se cobriram de gloria os seus intimos amigos João Lopes Leitão, D. Leonis Pereira, Jorge de Moura e D. Alvaro da Sil-

veira. O feito que tanto o enthusiasma, trouxe uma depressão de tristeza. O seu amigo Dom Alvaro da Silveira, que em seguida, fôra mandado com uma flotilha para o Estreito de Méca, depois de ter invernado em Mascate, foi em Septembro de 1559 para a ilha de Baharem, onde pôz cêrco; a gente que elle commandava, receiosa das terriveis epidemias, preferiu um combate decisivo, em que foram derrotados, ficando morto no campo com duas balas o capitão Dom Alvaro da Silveira, fugindo os sobreviventes para as náos. Camões, impressionado com esta perda, compôz uma Elegia, que traz no Cancioneiro de Luiz Franco a rubrica: *Elegia a Dom Alvaro da Silveira, que mataram na India.* Ahi verbera a covardia dos que abandonaram o seu corpo, que ficou em poder dos turcos:

Eu só perdi o verdadeiro amigo,
  Eu só heide viver n'esta saudade,
  Sabe Deus a tristeza com que o digo.

O meu Silveira era uma vontade,
  Um amor, um desejo, um querer,
  Ambos um coração e uma amisade.

Não tenho já rasão de vos fazer
  Meus castellos de vento sobre o mar,
  Que cousa ha 'hi no Gange para vêr...

E increpando os companheiros de armas que o abandonaram:

Deixam morrer seu proprio Capitão,
  Deixam perder as forças que os sustêm
  E tudo lhes consente o coração...
. . . .

Rodeado de mortos e feridos
Que aquelle forte braço derribava,
Sendo os seus ás náos já recolhidos
Deu a alma a quem a desejava.

(*Eleg.* XXVIII)

Ainda á morte de D. Alvaro da Silveira compoz Camões o Soneto CCCXLVIII, de que destacamos a estrophe inicial:

Quão cedo te roubou a morte dura,
Animo illustre a grandes cousas dado!
Deixando o frio corpo assi lançado
Em extranha mas nobre sepultura.

N'este mesmo anno de 1561 perdia tambem Camões Dom Gonçalo da Silveira, que em 9 de Julho de 1543 entrara fanatisado em Coimbra para a *Companhia de Mestre Ignacio*, e vindo em 1556 em missão para a Abassia ahi foi estrangulado em 15 de Março. [1] Esta nova esperava-o em Gôa, onde iria receber outro golpe incomparavelmente doloroso.

Na *Relação do naufragio da náo San Paulo*, em Sumatra, em 1561, narra-se um lamentavel accidente succedido a 11 de Janeiro d'esse anno: cahira casualmente ao mar D. Isabel de Vasconcellos, menina de quatorze para quinze annos, perecendo desventuradamente. Camões tinha regressado mezes depois do seu naufragio a Malaca, e ahi teve a noticia d'essa triste fatalidade; existe uma pequena série de Sonetos em que o poeta ce-

[1] Camões celebrou a sua morte no Soneto XXXVII; e nos *Lusiadas*, Canto X, est. 93.

lebra este caso, que pelas datas fixadas, toma todo o relêvo da realidade: Faria e Sousa encontrou o Soneto CLXX em um manuscripto com a rubrica latina *Ad Dinamenem aquis extinctam*, e é um d'aquelles colligidos por Luiz Franco, na India:

> Ah, minha Dinamene! assi deixaste
> Quem nunca deixar pôde de querer-te...
>
> Poderam essas aguas defender-te
> Que não visses quem tanto magoaste?

No Soneto XXIII, quasi como epitaphio, descreve o passamento da desditosa menina:

> Cara minha inimiga, em cuja mão
> Poz meus contentamentos a ventura,
> *Faltou-te a ti na terra sepultura*,
> Por que me falte a mi consolação.
>
> *Eternamente as aguas lograrão*
> *A tua peregrina formosura;*
> Mas emquanto me a mim a vida dura
> Sempre viva em minha alma te acharão.
>
> E se meus rudes versos podem tanto,
> Que possam prometter-te longa historia
> D'aquelle amor tão puro e verdadeiro,
>
> Celebrada serás sempre em meu canto;
> Porque em quanto no mundo houver memoria
> Será minha escriptura o teu letreiro.

Faz lembrar este Soneto aquelle outro em que celebrou Camões Pero Moniz, sepultado no mar da Abassia. Seria *Dinamene* de uma familia fidalga de Gôa, que o poeta frequentara até sahir na Armada do Sul? Vejamos a narrativa da morte de D. Isabel de Vasconcellos, menina de quinze annos «muito

formosa e bem figurada, na relação do Naufragio escripta por Henrique Dias:

«Aos onze de Janeiro, depois do sol tomado em onze gráos e um sesmo, vento sueste honesto e galerno, o dia claro e mui sereno, governando em Nordeste quarta de Leste, nos aconteceu *um triste e desastrado caso, que em todos causou grande dòr e compaixão*, por ser o desastre de si muito para isso, e para commover a commiseração a todo a pessoa, por ser em quem foi. Seria entre o meio dia e uma hora, quando alguns que por bordo estavam, gritaram: — Homem ao mar! e era que da varanda da camara do leme em que ia agasalhado com sua mulher Diogo Pereira de Vasconcellos, um fidalgo que vinha *provido das viagens do Pegu*, parece que indo tirar ou pôr alguma cousa, caíu ao mar uma môça, sobrinha sua, filha de um seu irmão, que comsigo trazia; chamava-se *D. Isabel, de edade de quatorze annos até quinze, muito formosa e bem affigurada;* e em cahindo, em quanto deram a náo por davante, ia já meia légua, que foi vista de todos sempre sobre agua, batendo com os pés e com as mãos; a que o capitão e todo o homem honrado com elle acudiu, mandando ao mestre que deitasse o batel fóra, e ao piloto que puzesse a náo á trinca, o que nem um nem outro quiz fazer, dizendo e dando por razão, que já ia muito longe, e que não aproveitava nada, e que era trabalho e perigo de mais; e assim mandou o piloto governar sua róta abatida ao marinheiro que ao léme estava, a que o capitão mandou estar á trinca logo, ou por isso lhe cortar a cabeça á mesma hora, de que levou

uma espada para o fazer; com o qual medo todos os marinheiros nos começaram a ajudar a deitar o esquife ao mar, a que já com ajuda do calafate e guardião, valentes homens do mar, tinhamos dado um apparêlho; e assim se foi em continente ao mar, com o calafate e marinheiros em busca da môça, que já não apparecia; e depois de duas grandes horas que lá andaram, a acharam *sem falla sobre a agua, que andava acabando de morrer, com um rosto tão sereno e bem assombrado, que parecia viva;* andou quasi uma hora sobre a agua, viva e morta sem nunca se ir ao fundo; encommendou-a o padre, e em uma alcatifa com um pelouro aos pés se tornou ao mar; e assim d'esta maneira e d'esta edade cortaram as parcas e seu fado os seus dias, etc.» [1]

A funda poesia d'este lance descripto pelo naufrago é unisona com os sentidissimos Sonetos de Camões; os naufragos chegaram de Sumatra a Malaca, o emporio do Sul, onde já estava o poeta em 1561; n'este naufragio da

---

[1] *Historia tragico-maritima*, t. I, p. 410. A impressão de Camões fôra suscitada por um desastre analogo de que ouvira ainda a memoria, na sua estada na Cochinchina, e que se relata nas *Cartas do Japão*: «Vindo de vagar nosso caminho antes da chegada á China, e estando junto de uma terra que se chama Cochinchina, a qual é junto da China, nos aconteceram dois desastres em um dia, vespera de Madanella. Sendo os mares grandes e de muita tormenta, estando surtos aconteceu... que a *filha do Capitão cahiu ao mar*, e por serem os mares tão bravos não lhe pudemos valer, e assi *em presença de seu pae e de todos se afogou junto do navio*. Foram tantos os chôros e vozes, aquelle dia e noite, que era uma piedade mui grande vêr tanta miseria.» *(Carta* de 1549.)

Náo San Paulo tambem se achou *Bento Caldeira*, aquelle que fez a primeira traducção castelhana dos *Lusiadas*. O nome de *Dinamene* será uma apropriação de *Dindymene*, uma deusa do mar? Assim fazia Camões a apotheose da desditosa donzella, sobre que tanto se fallara em Malaca.

Por este mesmo anno de 1561 entrava Pedro Barreto Rolim na Capitania da Sunda; em Malaca se encontraria Camões com elle, e ahi contraíu a pequena divida, que poucos annos depois tão cruamente lhe exigiu em Moçambique, quando para alli foi transferido.

Aqui em Malaca vivia em 1561 o velho chronista Gaspar Corrêa, occupado a retocar o manuscripto das suas *Lendas da India*, livro extraordinario de verdade e espontaneidade moral de um alto caracter. Gaspar Corrêa, filho de Pedro Corrêa Payo, nascera em 1495, por isso que declara ter embarcado para a India com dezesete annos, com Jorge de Mello Pereira em 20 de Agosto de 1512, na armada de outo náos que partira para Cochim. Por 1529 estava de regresso a Lisboa, apparecendo o seu nos assentos das Moradias da Casa real, com recibo de Junho assignado por sua mão. Voltou para a India, e residia casado com Anna Vaz em Malaca, com um filho menor, de nome Antonio Corrêa. Era considerado como cavalleiro da Casa real e da Ordem de San Thiago. [1] Camões ahi teria

---

[1] Antonio Maria de Freitas (Nicoláo Florentino) *O assassinato de Gaspar Corrêa*, artigo documentado. No *Diario da Manhã*, de 24 de Maio de 1891.

ouvido citar o seu nome, e a grande curiosidade que suscitavam as noticias que corriam ácerca das *Lendas da India*. A necessidade de revisar a parte da narrativa do descobrimento da India no seu Poema, levaria-o a ir conversar com o venerando chronista.

A hostilidade contra o Gama, e quem na estirpe seu se chama, proviria d'este encontro? adiante o confirmaremos, diante de um tenebroso acontecimento ligado a um odioso crime.

A) **Chegada a Gôa, e prisão sob D. Constantino de Bragança. (1561)**

Como prezo de estado, Camões transportar-se-hia de Malaca para Gôa na Náo da Viagem da China, ou da Prata e da Sêda, que partia de Macau por Janeiro ou Fevereiro de cada anno, chegando depois de tocar em Malaca a Gôa em Maio ou Junho. Condiz com a data de 1561, que lhe assignam os biographos para esta chegada, ainda nos ultimos mezes de governo do Vice-Rei D. Constantino de Bragança, cujo triennio findou em 7 de Septembro.

Camões foi internado na cadêa do Tronco de Gôa; Manoel Corrêa o declara no seu commento, abonando-se com a confissão do poeta: «*Os maiores amigos que tinha, o mexericaram com o Viso Rey da India*, como elle me disse, contando os enfadamentos que na India tivera, por que foi causa de o prenderem e enfadarem.» O Vice-Rei era D. Constantino de Bragança, que tornando effectiva a prisão sob que o poeta viera capitulado, lhe prolongou os *enfadamentos* desleixando o seu jul-

gamento. O poeta separou os dois factos de o *prenderem* e *enfadarem*.

Dom Constantino de Bragança tratava da sua retirada do poder, e de terminar a náo que o havia de transportar para o reino, acirrado pelas parodias de Romances velhos com que o apodavam. Conta-o Diogo do Couto, na *Decada VII*, cap. 11: «E tanto que lhe contrafizeram aquelle romance velho:

> Mira Nero de Tarpea
> a Roma como ardia...

«em

> Mira Nero da janella
> *la nave como se hazia.*» [1]

O Vice Rei Dom Constantino de Bragança não se preoccupou em tomar conhecimento dos capitulos formulados contra Camões, e deixou-o jazer no tronco. Para se fazer lembrado, dirigiu-lhe Camões as *Outavas II*, em que allude ao seu feito bellico da victoria de Jafanapatão do fim de Dezembro de 1560:

> Serão memoria vossa os fortes muros
> Do Cambaico *Damão* bem sustentado;
> ....
> Póde tomar o vosso nome dino
> Damão por honra sua clara e pura,
> Como já do primeiro Constantino
> Tomou Byzancio aquelle que inda dura.
> *E tu Rei*, que ao reino neptunino,
> Lá no seio gangetico a natura
> Te aposentou, de ser tão inimigo
> *D'este Estado não ficas sem castigo*

---

[1] O mesmo acontecera a Francisco Barreto na sua visita á Fortaleza de Chaul em principio de 1558: «Os soldados descontentes *cantavam-lhe de noite versos* de escarneo, assás deshonestos.» (Storck, *Vida*, p. 602.)

Fixada a data do regresso do Vice Rei a Gôa em Março de 1561, temos determinada a prisão de Camões por Junho, d'este anno, quando o Vice-Rei se sentia mais perturbado no seu governo; o poeta allude a esses conflictos da opinião, repellindo-os:

E como com virtude necessaria,
Mal entendida do juizo alheio,
A' desordem do vulgo temeraria
Na santa paz ponhaes o duro freio;
Se com minha escriptura longa e vária
Vos occupasse o tempo, certo creio
Que com vagante e ociosa phantasia
Contra o commum proveito peccaria.

E não menos seria reputado
Por doce adulador, sagaz, agudo,
Que *contra meu tão baixo e triste estado*
Busco favor em vós, que podeis tudo.
Se contra a opinião do vulgo errado
Vos celebrasse em verso humilde e rudo,
Dirão, que com lisonja ajuda peço
Contra a miseria injusta que padeço.

E alludindo com certo resentimento ao Governador Francisco Barreto, a quem D. Constantino de Bragança succedera em 1558:

E depois de tomar a *rédea dura*
Na mão, do povo indomito que estava
Costumado a larguezas e á soltura
Do pezado Governo que acabava;
Quem não terá por santa e justa cura
Qual do vosso conceito se esperava,
A tão desenfreada enfermidade
Applicar-lhe contraria qualidade?

Não é muito, Senhor, se o moderado
Governo se blasphema e se desama;
Porque o povo á largueza costumado
A' lei serena e justa, dura chama...

Diogo do Couto que se achava em Gôa, dá-nos o vivo commentario d'estes versos de Camões, no *Soldado pratico:* «o Viso rey D. Constantino, o que o fez não ser do gosto d'estes homens e de outros da India, se não querer que quem devia pagasse, e que quem furtava e matava que morresse? Das quaes cousas achou a terra de muito tempo posta em fôro, que com o hyssopo de agua benta se absolve... O d'onde lhe vem o mal dil-o-hei: ser muito regulado no dar e dispender a fazenda de S. A., ao menos aos primeiros annos, cousa que aos homens mal parecia, pelo fôro em que estavam postos; a outra era ser muito inteiro na justiça e *pouco amigo de moderar as sentenças....;* e justamente o que a todos custou em geral para escandalo, foi tomar as drogas para S. A., fazel-as defezas, que era o mais certo pão de que viviam os homens da India, e que pareceu máo tiral-o...; assim que do querer olhar pela fazenda e justiça de S. Alteza, conforme ao que levava por seu regimento... lhe veiu o não ser muito amado,...» (p. 54.) D. Constantino de Bragança era filho do segundo casamento do duque de Bragança D. Jayme, esse fanatico sombrio e hallucinado, que no delirio de uma aversão latente assassinou por intrigas sem base sua esposa a primeira duqueza. D. Constantino tambem soffria da mesma vesania religiosa, como se vê pela anedocta do dente de Buddha. Se realmente Camões fôra provido por Francisco Barreto com a mercê no trato da especiaria, o monopolio real a que voltaram as drogas, era bastante para incriminar Camões, caso infringisse essa defeza

mesmo por ignorancia. Camões ficou no tronco de Gôa até depois de ter terminado o governo de D. Constantino de Bragança. [1] Se de facto as Estancias omittidas nos *Lusiadas*, que se acharam no traslado de Corrêa Montenegro, foram como se diz despresadas na ultima remodelação do poema, aquellas tres estrophes de louvor aos Braganças revelam pela sua omissão um resentimento legitimo do poeta. Depois de ter celebrado Nuno Alvares Pereira, (VIII-32) devia seguir a estrophe:

> Este deu grão principio á sublimada
> Illustrissima Casa de Bragança,
> Em estado e grandeza avantajada
> A quantas o hespanhol imperio alcança.

Depois de Camões se achar prezo no Tronco de Gôa, que era junto do palacio do Vice-rei, prisão mais vasta que as outras e destinada para toda a sorte de prezos, como descreve Pyrard, foi ahi entre essa repugnante promiscuidade que o poeta recebeu a noticia da morte de D. Catherina de Athayde, succedida no mesmo anno em que elle partira na Armada do Sul, em 1556. Por quem saberia esta nova da côrte de Lisboa, de natureza muito particular e intima? Da empreza de Ja-

---

[1] Severim de Faria dá a sua prisão sob D. Francisco Coutinho; mas Juromenha dá a soltura de Camões como ordenada pelo novo Vice-Rei o Conde de Redondo: «Do tempo de D. Constantino de Bragança, como consta da Carta que lhe escreveu *achando-se o Poeta prezo*, dizem uns que por certas travessuras; outros que ainda por calumnias, que lhe levantaram... Pôde elle justificar-se e obtêr do Conde (de Redondo) a quem era bem acceite, *a sua soltura*.» (*Obr*. I, 83.)

*

fanapatão regressaram amigos seus do tempo em que frequentara a côrte, como João Lopes Leitão ou Francisco de Almeida; por qualquer d'elles saberia o facto, que lhe produziu uma emoção subita, que encadeia na série *Das suas perdições* e com a fatalidade de uma prophecia:

> Liso, quando quizer o fado escuro,
> A opprimir-te virão *em um só dia*
> *Dois lobos;* logo a voz e a melodia
> Te fugirão, e o som suave e puro.
>
> Bem foi assi: por que um me degolou
> *Quanto* gado vacum pastava *e tinha*,
> De que grandes soldadas esperava.
>
> Oh, por mais dano, o outro *me matou*
> *A cordeira gentil, que eu tanto amava*,
> Perpetua saudade da alma minha.

E sobre esta ultima phrase achada pela explosão da dôr, solta o grito immortal, que é uma oração que abala os espiritos pelas edades fóra:

> Alma minha gentil, que te partiste
> *Tão cedo* d'esta vida *descontente*,
> Repousa lá no céo eternamente
> E viva eu cá na terra sempre triste.
>
> Se lá no assento ethéreo onde subiste
> Memoria d'esta vida se consente,
> Não te esqueças d'aquelle amor ardente
> Que já nos olhos meus tão puro viste.
>
> E se vires que pode merece-te
> Alguma cousa a dôr que me ficou
> Da magoa, sem remedio, de perder-te:
>
> Roga a Deus, que *teus annos encurtou*,
> Que tão cedo de cá me leve a vêr-te,
> *Quão cedo* de meus olhos te levou.
>
> (*Son.* XIX)

Juromenha fixou a data da morte da namorada do poeta com fundamento decisivo: «No Livro das Moradias da Casa da Rainha D. Catherina, apparece o seu assentamento, assignando ella quasi sempre os recibos do ordenado, ainda que algumas vezes por procuração, até ao ultimo quartel de 1555, que ainda assigna. No fim, porém, do anno de 1556 apparece o assentamento de Dama de uma irmã d'esta senhora por esta fórma: = *D. Joanna de Lima hade haver todo o quartel a rasão de 10$000 rs. por anno. Etc. recebeu por si em Lisboa a 30 de Dezembro de 1556.— Joanna de Lima.— Descontou-se 600 rs. de registo do Alvará, e 21 rs. de direitos.* = Não torna mais a apparecer o assentamento de D. Catherina de Athayde; por onde se collige claramente, e ousamos dizer sem perigo de errar, que por morte d'esta senhora, pôde seu pae pela sua vagatura no paço, obtêr da Rainha fazer entrar no seu logar esta outra sua filha.» [1] Pelo Nobiliario de D. Antonio de Lima se vê, que a circumstancia: «*morreu no Paço moça*» deixou certa impressão entre os que frequentavam a côrte; pela data do casamento de sua mãe, infere-se que ella entraria nos vinte e cinco annos de edade. Esta prematura morte foi consequencia do seu amor contrariado, cuja crise de consumpção afflictiva se estampa nos traços das varias assignaturas nos recibos dos quarteis que subscrevia

[1] Jur., *Obras*, t. I, p. 35. A mãe D. Maria Bocanegra era muito da amisade da Rainha, que bem conhecia a sua pobreza, e sentiu a morte da desditosa menina.

como Dama da Rainha. Na *Collecção Camoniana* de José do Canto, (p. 75-76) acham-se outo fac-similes da assignatura authentica de D. Catherina de Athayde, nos recibos dos quarteis dos annos de 1550, 1553, 1554 e 1555; examinadas essas assignaturas sob o ponto de vista *graphologico*, qualquer observador notará nas alterações d'esses traços as perturbações, a agitação e os tormentos de um espirito torturado pela dôr moral. Consideremos essas assignaturas:

— 20 de Maio de 1550: O seu nome é traçado sem alinhamento, ascendendo, atropelando-se as letras. Camões tinha regressado de pouco de Ceuta, para partir para a India, chegando a inscrever-se na matricula da Casa da India. A incerteza dos traços, resultante de contracções nervosas, mostram-nos um estado de espirito em magoada incerteza.

— 22 de Julho de 1550: é escripto o nome com traços mais regulares, mas ainda ondulantes. Camões não partiu na Armada d'esse anno, ficando em Lisboa com esperanças de ser admittido na côrte, pelo gosto litterario do princepe D. João.

— 29 de Agosto de 1553: ella assigna com traços firmes, alinhados, grandes, denunciando um espirito resoluto. Camões partira em 26 de Março na Armada para a India, tendo garantida a firmeza do seu amor, e ella está segura da sua esperança.

— 7 de Março de 1554: A assignatura já não tem a firmeza de linhas, como na anterior. Grandes tristezas na côrte; a familia pretende casal-a; não sabe noticias do poeta.

— 1555: nas tres firmas d'estes quarteis a

perturbação dos traços vae augmentando até revelar uma quasi inconsciencia de movimentos, uma vontade quebrada; era a morte lenta, sob a pressão da rainha, sollicitada pela familia. O seu falecimento impressionou quantos conheciam D. Catherina de Athayde. Um dos maiores inimigos de Camões, o odioso Pero de Andrade Caminha, escreveu um Epithaphio:

Á S.ra DONA CATHERINA D'ATAIDE, FILHA DE DOM ANTONIO DE LIMA, DAMA DA RAINHA

Aqui jaz escondida aquella Dama
　Fermosissima e rara Catherina:
Que no mundo terá gloriosa fama
　De cuja vista a terra foi indina.
Aqui chorou o Amor, e d'aqui chama
　Que n'esta pedra, de tod'honra dina,
Cantem immortaes versos e louvores
　A Formosura, as Graças e os Amores.

(*Epit.* XXII.)

Os elogios de Caminha n'este insulso Epitaphio alludem á *gloriosa fama*, que terá D. Catherina de Athayde no mundo; será por ter sabido resistir ao amor nos seus tenros annos, ou pelos versos apaixonados em que a idealisou Camões? Caminha era incapaz d'este sentimento generoso.

Juromenha, ao fixar a data da morte da namorada do poeta, presentiu, que alguma luz se reflectiria no conhecimento d'estes amores: «A certeza da epoca do falecimento d'esta senhora mais alguma claridade lança sobre as poesias do nosso auctor; comtudo *difficil empreza é o seguir o labyrinto do en-*

redo amoroso.» *(Obr.*, I, 36.) Juromenha não tinha a penetração psychologica; o enrêdo amoroso, cheio de antinomias e incongruencias, esclarece-se pela consideração da edade de Nathercia — entre *treze e quinze annos*, em que nasceu e se inflammou a paixão. Esta edade explica as manifestações irreflectidas e contradictorias e por fim vehementes da criança que se torna mulher; a antipathia e hostilidade da familia contra o poeta, e por ultimo a paixão absoluta e nostalgica, que lhe accelera a morte. [1]

Durante a brutal reclusão de Camões no Tronco de Gôa, compoz elle quatro Sonetos, que nos manuscriptos andam ligados sob a epigraphe: *Trovas que fez um prezo dizendo o mal que fizera e lamentando a fortuna e tempo.* Em um d'esses Sonetos descreve a situação desgraçada:

Em prisões baixas fui um tempo atado,
Vergonhoso castigo de meus erros;
Inda agora arrojando levo os ferros,
Que a morte, a meu pesar, tem já quebrado.

Sacrifiquei a vida a meu cuidado,
Que amor não quer cordeiros nem bezerros;
Vi magoas, vi miserias, vi desterros:
Parece-me que estava assi ordenado.

Contentei-me com pouco, conhecendo
Que era o contentamento vergonhoso,
Só por vêr que cousa era o viver lêdo.

---

[1] Na *Historia de Camões*, impressa em 1873, (I, 258) tinhamos fixado este ponto: «quando Camões foi pela primeira vez desterrado da côrte, teria D. Catherina de Athayde *dezeseis annos*, o que nos explica a opposição que se fez a estes precoces amores.»

*

Mas, minha estrella, que eu já agora entendo,
A *morte cega*, e *o caso duvidoso*
Me fizeram de gostos haver medo.

Alguns biographos interpretam este Soneto V com sentido allegorico e moral; mas a clausula final da *morte cega* e *o caso duvidoso* determinando a situação que o inspirou, impõe um sentido concreto, que se confirma pelos factos. Foram as *prisões baixas* o Tronco da cidade de Lisboa, bem como o serviço militar forçado de cinco annos nas Armadas da India em cruzeiros doentios, a prisão em Macau sob que veiu capitulado para Gôa, onde esteve mettido no Tronco durante os ultimos mezes do governo do Vice-Rei Dom Constantino de Bragança, que não se preoccupou de resolver o *caso duvidoso* que determinara o *injusto mando*. Tendo já conhecido a inefficacia da amisade branda de D. Theodosio, que saudara no tempo em que frequentava as Escholas de Santa Cruz de Coimbra, podia agora applicar ao irmão D. Constantino aquelle conceito da sua Carta III «Princepes de condição, ainda que o sejam de sangue, são mais enfadonhos que a pobreza; fazem com a sua fidalguia com que lhe cavem fidalguias de seus avós, onde não ha trigo tão joeirado que não tenha alguma ervilhaca.» Referia se á bastardia originaria dos Braganças.

B) Sob o governo do Conde de Redondo — Amisades litterarias

Em 7 de Septembro de 1561 ia começar o seu triennio o Vice-Rei Dom Francisco Coutinho, 2.º Conde de Redondo, Regedor da

Casa da Supplicação, mandado pela Regencia para substituir D. Constantino de Bragança. Era homem de cincoenta e quatro annos, que formara o seu caracter antes do predominio do bigotismo na côrte de D. João III, de trato jovial e de um claro bom senso. [1] Alguns dos amigos de Camões, que o visitavam no Tronco, deram noticia do poeta ao Conde Vice-Rei; lembrou-se logo o alto magistrado do tempo em que se encontrara com Camões na côrte de D. João III, quando andava apaixonado por D. Maria de Gusmão, sua esposa, e quando á irmã d'ella, D. Guiomar de Blaesfet, escreveu Camões as deliciosas redondilhas e o Soneto ao caso da véla que lhe queimou a face. Nada mais affectuoso; recordava-lhe os seus trinta e sete annos, e ao mesmo tempo aquella sua filha, a que puzera o nome de Guiomar de Blaesfet, em homenagem á cantada sua tia. [1] Lembrava-se bem d'aquelle Soneto com que glorificara seu pae, D. João Coutinho, em quem symbolisava a Honra portugueza. *(Son.* LXXXVI.)

---

[1] Conta Diogo do Couto, no *Soldado pratico*, uma anedocta que o retrata: «estando o Conde viso-Rei em Cochim, se poz interdicto na Sé, de portas fechadas por tardarem aos Padres com seu pagamento, por falta de dinheiro, e não boas palavras e promessas do Conde Viso-Rei, que lhes pagaria do primeiro que houvesse; — como homem a que Deus deu tanto saber e galanteria, que em nada pode errar, — lançando a cousa a zombaria, com graças os envergonhou de maneira que se lhe vieram lançar aos pés pedindo perdão com o bispo...» (p. 24.)

[1] Juromenha suppõe que fôra esta filha de Dom Francisco Coutinho a celebrada por Camões; mas pela edade seductora da dama vê-se que só podia ser a tia, então namorada de D. Simão de Menezes.

Camões no Tronco de Gôa! Contra essa affronta ao talento deu o Conde Vice-Rei ordem immediata de soltura, para que não dissessem que esteve prezo *sob o seu governo.*

O Conde de Redondo, lembrado dos seus talentos poeticos, pediu a Camões, como primeiro signal da sua intimidade, que lhe glossasse uma copla que trazia de memoria, do tempo dos serões do paço: *Mote que lhe mandou o Vice-Rei:*

Muito sou meu inimigo,
Pois que não tiro de mi
Cuidados com que nasci,
Que põe a vida em perigo,
Oxalá que fôra assi.

Camões satisfez o pedido, escrevendo ao Conde de Redondo uma Carta em redondilhas: «*Na India, ao Viso-Rei, com o Mote adiante.* Na carta encontram-se alguns dados biographicos:

Conde, cujo illustre peito
Merece o nome de Rei,
Do qual muito certo sei
Que fica sendo estreito
O cargo do Viso-Rei;
Servindo-vos de occupar-me
Tanto contra meu planeta,
Não foi se não azas dar-me...
. . . .

Bem basta, Senhor, que agora
Vos sirvaes de me occupar;
Que assi fazeis aparar
A penna, com que alguma hora
Vos vereis ao céo voar.

Assi vos irei louvando,
Vós a mi do chão erguendo,
Ambos o mundo espantando,
Vós com a espada cortando,
Eu com a penna escrevendo.

Sobretudo a *clemencia* que encontrou n'aquella absoluta auctoridade é que mais assombra o poeta:

A clemencia, que asserena
Coração tão singular,
Se eu n'isso puzesse a penna,
Seria encerrar o mar
Em cova muito pequena.

O Conde Vice-Rei *occupara* Camões em alguns serviços que o seu talento de escriptor prestaria em qualquer correspondencia confidencial para a metropole. Em Janeiro de 1562 chegara a Armada que sob o commando de D. Francisco Mascarenhas fôra combater o corsario Çafar; regressava d'essa empreza além dos amigos intimos de Camões João Lopes Leitão e Heitor da Silveira, um homem rico de Gôa e valente militar chamado Miguel Rodrigues Coutinho, de alcunha o *Fios seccos*, ao qual o poeta devia uma certa quantia. Vendo o *Fios seccos* a estima em que era Camões tido pelo Vice-Rei, entendeu que era occasião azada para cobrar a divida, não se contentando em exigir-lh'a, mas embargando o poeta na cadêa até seu integral pagamento. Era a praxe usual. E' assim que se explica o dito de Severim de Faria, dando Camões prezo sob o governo do Conde de Redondo.

Camões, motejando do caso em umas redondilhas satiricas, fixou esse facto, que passaria desapercebido em sua vida: «*Troras que mandou o Autor* da cadeia, em que o tinha embargado por uma divida Miguel Rodrigues, Fios-seccos d'alcunha, *ao Conde de Redondo D. Francisco Coutinho, Viso-Rei*,

que se embarcara para fóra, pedindo-lhe o fizesse desembargar.» Tratava o Vice-Rei de organisar a espaventosa Armada com que iria assentar pazes com o Çamorim, que se pôz em marcha em Dezembro de 1562. Por tanto o embargo ou prisão pela divida a Fios-seccos foi subsequente á amnistia dada pelo Vice-rei. As *Trovas* ao Conde de Redondo punham a auctoridade do lado do poeta:

> Que diabo ha tão danado
> Que não tema a cutilada
> Dos *fios seccos* da espada [1]
> Do féro Miguel armado?
> Pois se tanto um golpe seu
> Sôa na infernal cadêa,
> De que o demonio arreceia,
> Como não fugirei eu?
>
> Com rasão lhe fugiria,
> *Se contra elle e contra tudo*
> *Não tivesse um forte escudo*
> *Só em Vossa Senhoria.*
> Por tanto, Senhor, proveja,
> Pois me tem ao remo atado,
> Que *antes que seja embarcado*
> Eu desembargado seja.

Miguel Rodrigues Coutinho, de alcunha *Fios sèccos*, que tambem foi na expedição ao Çamorim, era muito conhecido em Gôa desde o tempo em que combatera no segundo cêrco de Diu em 1546, tendo desempenhado com valentia varios commandos como capitão em

[1] Dá-se este nome á amoladela de faca ou espada em qualquer pedra ou borda de alguidar

«Bem parece que se afia n'aquella pedra, d'onde sae tão secco de ponta, ou tão de *fio seco.*» *Cartas familiares*, de D. Francisco Manoel de Mello, p. 399.

muitas batalhas; Diogo do Couto, que falla d'elle nas *Decadas*, (VII, 8, 3) aponta-o como *cidadão dos mais conhecidos e ricos de Gôa.* Como ricaço entregava-se á *chatinagem*, emprestando dinheiro com fortes juros. Chamavam-se *chatins* aos militares fóra do serviço, que se entregavam á agiotagem trocando moedas por dinheiro chinez e japonez a doze por cento até á partida dos mercadores em Abril para a carreira da China, porque n'este tempo o excesso da procura fazia elevar o juro a vinte e vinte e cinco. Por certo que Fios-seccos nada emprestaria a Camões sem recursos, por que tudo perdera no naufragio, e prezo por *caso duvidoso;* por tanto a divida por que elle embargava Camões pertencia a essas operações usuaes chamadas *Emprestimos da China*, em que os grandes juros eram facilmente pagos pelos enormes lucros de oitenta por cento no commercio da sêda. Diogo do Couto falla em «*os emprestimos da China*» (*Sold. prat.*, 35) alludindo á facilidade com que se emprestava dinheiro para negocios áquelles que obtinham a mercê de uma viagem. A divida de Camões foi portanto quando partiu na Armada do Sul em Abril de 1556, *provido* com uma mercê do Governador Francisco Barreto. Chegou o poeta a ter a *enchente de bens*, de que falla Mariz, perdendo depois tudo pelo naufragio na foz do Mecom, achando-se por isso na insolvencia para com Fios-seccos: «*E no mar não perdesse o das partes*, em um naufragio.» Entenderam os antigos biographos que se tratava dos residuos da Provedoria (imaginaria); como podia o prezo capitulado para Gôa, ser o deposita-

rio de quantias cuja arrecadação competia a um thesoureiro especial? Estes *bens das partes* devem entender-se pelos *emprestimos da China*, de que era devedor ou associado nos lucros, com Miguel Rodrigues Coutinho. O embargo seria para explorar a benevolencia do Vice-Rei manifestada a Camões; Fios-seccos fôra occupado por D. Francisco Coutinho na Armada contra o corsario Çafar. Severim de Faria, dando Camões *prezo sob o governo do Conde de Redondo*, ao fallar do embargo do Fios-seccos, refere: «não lhe valeu o favor que o Conde de Rodondo... lhe fez... para deixar de ser *em seu tempo prezo*... E não lhe bastou livrar-se d'esta accusação para sahir do carcere onde esteve algum tempo, por que Miguel Coutinho Fios-seccos... o embargou na prisão por certo dinheiro, que lhe tinha emprestado.» (Fl. 4.) Faria e Sousa quasi que liga a prisão com que viera capitulado com a do embargo de Fios-seccos: «E estando en esta prision (parece que ya para salir della) en ella le embargó Miguel Coutinho Fios Seccos por algunos maravedis.» (*Vida* II, § 22.) O Fios-seccos teve de conformar-se com a insolvencia mercantil de Camões por inculposa e por caso de força maior; é natural que os seus amigos influissem no animo do chatim. Pelo menos a lembrança do *Convite* das Trovas tem por fundamento plausivel o agradecimento áquelles bons rapazes que cooperaram para voltar á liberdade, e tambem como despedida, porque agora se preparavam para irem na galharda Expedição do fim d'este anno de 1562 que foi assentar pazes com o Çamorim. O seu intimo

amigo Jorge de Moura, que assistiu a essa Cêa de Trovas, em Janeiro de 1563, ausentava-se de Gôa para a Capitania do Maluco.

A Armada com que o Conde Viso Rei foi assentar as pazes com o Çamorim regressou ainda no *inverno* a Gôa; Camões teve então ensejo de reatar a sua intimidade com os galhardos mancebos, que não pôde acompanhar n'essa apparatosa expedição marcial, pela exiguidade de recursos. Essa estação promettia dias agradabilissimos, e mesmo suscitou no poeta uma certa satisfação moral. «*O inverno* na India, consiste em uma série de dias perfeitamente serenos, ainda bastante quentes, mas temperados por brisas mais frescas. Algumas arvores, de uma delicadeza extrema, perdem a sua folhagem; outras, eternamente verdes, soffrem apenas um abrandamento passageiro na actividade de suas seivas. Sob as latitudes tropicaes esta estação não inspira a melancholia que nos causam as primeiras entradas do outono. Sente-se que a natureza está mergulhada em uma modôrra, de que cada raio cheio de calor tende a despertal-a; a esperança é tão proxima, que não dá logar á tristeza. Em logar de os temer, espera-se com uma certa impaciencia estes mezes em que o sol se afasta alguns gráos, onde de todas as partes uma nova vida vem reanimar as cidades e os campos. A passagem do astro-rei ao solsticio de estio, trouxe nuvens fecundas; o céo abriu-se para lançar á terra a agua de que precisa; as cearas regadas põem-se a crescer e a amadurecer. — As noites, um pouco mais longas, permittem á terra o embeber-se melhor do orvalho, o ho-

mem tem mais força e saude para affrontar as fadigas... O tempo do inverno é o dos passeios e dos exercicios para os europeus.» [1] Sob este benefico influxo sentiu Camões o desejo de saudar a despedida dos seus amigos com um Convite ou festim. Como fazel-o, se elle que estivera prezo por uma divida, podia na situação em que se via tornar suas estas palavras do *Soldado pratico:* «nunca quieto senão nos tres mezes de inverno, e ainda n'esses tive maior trabalho que nas Armadas, por que pelejara com a fome... que nas Armadas não faltava um prato de arroz com cavallinha salgada; que estes são os regalos com que lá servem a El-rei.» (P. 159, 2.ª red.) Camões, agora em terra, pelejava com a fome, segundo a phrase de Diogo do Couto; mas não desistiu do seu Convite, em que as iguarias foram trovas jocosas. Em um dos Manuscriptos em que essas Trovas foram trasladadas, vem a seguinte rubrica explicativa: «*Deu o Camões hũ Convite na India a hũs homens fidalgos em hũa casa muito bem concertada, e cuidando elles que havia de ser verdadeiro, acudiu-lhe com Trovas entre pratos por iguarias; e foi posto ao primeiro, Dom Vasco de Athayde, e descobrindo dezia a trova: etc.*» [2]

Dom Vasco de Athayde, que em 1560 se vira no conflicto de Baharem, em que ficou ferido, era neto do poeta do *Cancioneiro geral* Alvaro Gonçalves de Athayde, e irmão de D. Luiz de Athayde, futuro Conde de Athou-

[1] Th. Pavie, *Les Mahrattes de l'Ouest.*

[2] Ms. Jur., fl. 240.

guia. Vieram ao Convite os seus intimos amigos que se tinham assignalado na expedição de D. Constantino de Bragança ao Jafanapatão, D. Francisco de Almeida, Jorge de Moura e João Lopes Leitão, que agora tambem iam na expedição das pazes com Çamorim.

A segunda iguaria a D. Francisco de Almeida:

> Heliogabolo zombava
> Das pessoas convidadas,
> E de sorte as enganava,
> Que as iguarias que dava
> Vinham nos pratos pintadas.
> Não temam tal travessura,
> Pois já não pode ser nova;
> Por que a ceia está segura
> De vos não vir em pintura,
> Mas hade vir toda em trova.

Era D. Francisco de Almeida filho de Dom Lopo de Almeida, neto do Prior do Crato D. Diogo de Almeida, e bisneto do primeiro Conde de Abrantes. Na dedicatoria dos *Lusiadas* de 1626 a Dom João de Almeida, consignou o editor Pedro Craesbeck esta tradição, que mostra a amisade extrema de Camões por D. Francisco de Almeida: «Satisfaça V. M. em favorecel-o não só com a opinião da sua curiosidade, mas com as obrigações do senhor *Dom Francisco de Almeida*, pay de V. M. *de quem o autor foi tão afeiçoado servidor, que embarcando-se em uma náo para este reino, dizia que se vinha da India porque não estava n'ella D. Francisco de Almeida*...» E tal foi essa amisade, que em 1580, escrevia-lhe Camões essa carta, em que ao saber da resolução de Philippe II, lhe dizia «Ao menos morro com a patria.»

Segundo o Manuscripto de Juromenha, a terceira iguaria foi servida a Jorge de Moura (na lição impressa, a Heitor da Silveira):

Ceia não a papareis;
Comtudo, por que não minta,
Para beber achareis
Não Caparica mas tinta,
E mil cousas de papeis.
E vós torceis o focinho
Com esta amphibologia?
Pois sabei, que a Poesia
Vos dá aqui tinta por vinho,
E papeis por iguaria.

Dá-nos esta decima a impressão do albergue em que passava os seus ocios litterarios. D. Jorge de Moura, o collaço do Princepe D. João, fôra seu companheiro na Armada de 1554 ao Estreito de Méca. Nos versos: «Pezar ora não de são — Eu juro pelo Céo bento» alludia a truques do seu amigo: *«e falla como era seu costume quando zombava, queixando-se do engano.»*

«A quarta iguaria a João Lopes Leitão.» Alludindo á intriga amorosa que passara na côrte, quando offereceu a uma dama uma peça de cacha, descreve-lhe os pratos da ceia:

Tendes nemigalha assada,
Cousa nenhuma de môlho,
E nada feita em empada,
E vento de tigelada,
Picar no dente em remolho;
De fumo tendes taçalhos,
Ave de pena que sente
Quem da fome anda doente,
Bocejos de vinho e de alhos,
Manjar em branco excellente.

*

E'-nos já conhecido João Lopes Leitão como poeta e apaixonado, dos dias venturosos de Camões na côrte de D. João III. Partiu para a India em 1554, depois da morte do Princepe D. João. Nos versos de Pedro de Andrade Caminha a Epistola VII é dedicada *a João Lopes Leitão, indo-se para a India, em resposta de outra sua;* ali allude aos seus altos dotes poeticos e á corrente fatal que arrastava a fidalguia para as emprezas do Oriente, que Sá de Miranda synthetisou no cheiro da canella, despovoando o reino. O Dr. Antonio Ferreira na Carta VII saudava-o na India, lembrando as suas brandas rimas.

Caminha faz estas referencias ao estylo poetico de João Lopes Leitão:

Nem me espanto, bom João, qu'assi movesse
    Teu alto espirito a tua doce penna,
    Que com tam alto aparo assi escrevesse.

Nunca par'elle foi cousa pequena,
    Tens mostrado já d'isso mil signaes,
    E ha muito tudo em ti sempre se ordena.

Mas vindo ó de que tratas, com eguaes
    Versos a teu engenho raro e puro,
    Que cresce cada dia muito mais

Quem andará entre a gente já seguro?
    E quem se não verá tomado ás mãos,
    Cad'hora de um imigo forte e duro?

(*Obr.*, p. 42)

Alludia aos desgostos que o fizeram abandonar a côrte, atirando-o para a vida tormentosa de além-mar, em vez de adoptar o remanso campestre:

Mas nam te está ordenada inda esta vida,
Chamado a ella serás do céo que te ama,
Quando sobre outros bens te fôr devida.

Que de ti mais agora, já te chama
A quanto com rasão de ti se espera,
Que a Marte darás nova gloria e fama.

Camões soffreu o desgosto de perder este intimo amigo, morto no mar. Em uma Epistola de Caminha *a Heitor da Silveira á India em resposta de outra sua*, descreve-se a impressão causada pela noticia da morte de João Lopes Leitão:

Ia eu lendo os teus versos manso e manso,
Porque fossem de mim melhor lograd**os**,
Senão quando de supito me canso.

Se não quando de supito voltados
Os vejo na tristissima lembrança
Da dôr que nos terá sempre occupados.

Ah João Lopes Leitão, que confiança
Tinha o mundo no que de ti esperava!
Mas cortou-nos a morte esta esperança.

Tudo o que o largo Céo em ti juntava,
Ias tu cada vez melhor mostrando
O mundo que cad'hora mais te amava.

Mandas, Silveira meu, que vá cantando
D'este espirito gentil e claro amigo,
Quantos bens se ia n'elle renovando.

Mandas-me n'um gravissimo perigo,
Que de sua perda a pena aspera e grande
Nem me deixa fallar isto comtigo.

Parece que a pedido de Heitor da Silveira compoz Caminha quatro Epitaphios á morte de João Lopes Leitão no mar:

De João Lopes Leitão aqui se encerra
O claro nome, *e o mar seu corpo cobre;*
Cheo de siso em paz, de esforço em guerra,
E de um espirito em tudo claro e nobre.
Corre o mar sua fama, e corre a terra,
E maravilhas mil d'elle descobre;
Como todos amavam sua vida,
Sua morte de todos foi sentida.

Um outro Epitaphio termina:

Seu corpo jaz no mar, sua alma pura
O' céo se foi, onde seu corpo espera;
Corôa mereceu, de dois loureiros,
A dos Poetas e a dos Cavalleiros.

A ultima trova foi posta a Francisco de Mello, filho de Pedro de Mello, de Serpa, que em 1571 morreu no cêrco de Chaul. No Manuscripto de Juromenha, o *Convite* termina com a trova a Heitor da Siveira, distinguindo assim o seu maior amigo, tambem poeta, e como elle envolvido em invencivel pobreza. Sobre elle ainda pezava a tremenda fatalidade, que forçara seu tio Heitor da Silveira, o *Drago*, a partir para a India em 3 de Maio de 1523, para fugir aos rigores de seu pae o riquissimo Coudel-mór Francisco da Silveira. [1]

---

[1] Este homonymo de Heitor da Silveira, nasceu em 1497, e morreu na ilha dos Mortos em 1531, em um combate, com trinta e quatro annos. (*Nobil. ms. dos Silveiras*, fl. 238.) Camões celebrou o seu heroismo na estancia 60 do Canto x dos *Lusiadas:*

E não menos de Diu a féra frota
Que Chaul temerá, de grande e ousada,
Fará co'a vista só perdida e rota
Por *Heitor da Silveira*, e dostroçada;
Por *Heitor portuguez*, de quem se nota,
Que na costa Cambaica sempre armada,
Será aos Guzarates tanto dano,
Quanto já foi aos Gregos o Troyano.

Pela morte de seu pae Bernaldim da Silveira, e de seu irmão primogenito Francisco da Silveira em 1540 em um naufragio. Heitor da Silveira veiu a herdar a Casa da Sovereira,

---

Transcrevemos aqui o retrato moral d'este tio do amigo do poeta, traçado por D. Luiz Lobo, no *Nobiliario dos Silveiras*, fl. 238: «Heitor da Silveira, em dez annos que andou na India, sempre serviu sem ter nenhuma mercê nem despacho, sem tratar de interesses seus, podendo ter muitos de muitas prêzas que tomou, das quaes não quiz nada para si, postoque muito lhe fosse necessario pera a meza que ordinario dava, e outras grandes despezas que fazia, as quaes suppria de aquillo que da sua parte lhe vinha e mercês que os Governadores lhe faziam e de emprestimos que buscava; e de todos esses grandes serviços morre sem satisfação, sem lhe ficar mais outra alguma cousa que um balandrau de chamalote carmesim que costumava vestir sobre as armas, quando andava em alguma peleja; ao qual balandrau chamavam os soldados o *betele* de Heitor da Silveira, que é uma erva que os mouros tomam quando se querem esforçar, querendo dizer, que elle com aquella véste os esforçava nas pelejas, e assim quando lh'a viam vestir: — Já o nosso Capitão toma o *betele* — pelo esforço que com elle vestido mostrava; pela qual rasão como bem era chamado o *Drago*, o que se entendia nas emprezas de guerra, porque na paz era muito brando e aprazivel e suave na conversação, posto que no resto sempre conservasse um parecer triste e grave, devido a tão honrados e altos pensamentos. Veiu de Portugal sem mercê nenhuma pelos serviços de Arzilla, e depois que foi á India, tambem tendo já servido alguns annos, lhe não mandaram nenhuma satisfação, como de ordinario se costumava a pessoas de taes calidades e merecimentos. O Coudelmór seu pae, postoque no reino lhe não fizesse aquelle favor que elle por muitas razões merecia, depois de o vêr na India, procedendo sempre na paixão que tinha com Fernão da Silveira seu filho mais velho, escreveu que se viesse, por que lhe queria dar sua casa; ao que Heitor da Silveira lhe respondeu com o seu valeroso

de que fôra expoliado seu tio Fernão da Silveira. Do poeta e amigo de Camões se lê no Nobiliario de D. Luiz Lobo: «Foi á India com o Conde de Redondo, onde serviu todo o

---

animo: — Que elle não viera á India para tornar a Portugal e desherdar seu irmão mais velho, se não pera merecer para elle; a qual palavra não foi dita por cumprimento ou gentileza, testificou bem na hora da morte, deixando ao dito seu irmão Fernão da Silveira por herdeiro da satisfação de seus serviços, dos quaes até hoje se não deu nenhuma.»

O terrivel Coudel-mór Francisco da Silveira, não podendo conseguir que Heitor da Silveira fosse o instrumento de iniquidade para desherdar o seu primogenito, serviu-se do filho mais novo, Bernaldim da Silveira e casando-o com uma filha de um grande valido do rei D. Manoel, conseguiu por este meio que o rei fizesse ou confirmasse a doação dos bens da Sovereira a Bernaldim da Silveira, ficando sem a casa o primogenito Fernão da Silveira. Do casamento de Bernaldim da Silveira com D. Ignez de Noronha, filha do alto valido D. Bernaldim de Almeida, é que nasceu o grande amigo de Camões o *poeta* Heitor da Silveira, sobre o qual pezou a tremenda fatalidade da injustiça de seu avô o Coudel-mór. Lê-se no *Nobiliario ms* de D. Luiz Lobo: «a justiça que Fernão da Silveira não achou diante dos homens não faltou diante de Deus, por que Bernaldim da Silveira não logrou mais aquella injusta mercê que quatro annos, porque morrendo seu pae no anno de 1536, elle morreu afogado no de 1540, vindo da India; e seu filho *Heitor da Silveira*, nascido do matrimonio causa d'aquella mercê, que n'ella succedeu, postoque com duas ou tres mulheres fosse casado, de nenhuma teve filhos, e tambem morreu vindo da India, de peçonha.» (*Nob. ms*, fl. 202.) O primogenito de Bernaldim da Silveira era Francisco da Silveira, que morreu com seu pae em 1540, indo este por capitão da Náo Gallega. Duas irmãs de Heitor da Silveira foram freiras: D. Cecilia de Noronha em Odivellas, e D. Margarida de Noronha em Santa Catherina de Sena, em Evora.

tempo do Conde e de João de Menezes e de D. Antão de Noronha, e vindo com elle na dita náo sua, morreu. Foi fidalgo de muito bom entendimento e cortezão; foi casado com D. Jeronyma de Menezes, filha de D. Luiz de Menezes, de quem teve Bernaldim da Silveira, que morreu menino, e por morte d'esta mulher casou com D. (*Isabel Falcão*, filha de Jorge de Resende e de Lucrecia Falcão) que não teve geração, porque não permittiu Deus que a injusta doação feita a seu pae e a elle em desherdamento de Fernão da Silveira, tivesse effeito na mais longa successão...» (Fl. 240 ṽ.) Preenchêmos a omissão do genealogista ácerca da segunda mulher, porque na Epistola I de André Falcão de Resende, tambem amigo de Camões, se lê: *A Heitor da Silveira*, seu cunhado *estando na India*. Na Satira VIII tambem dirigida a Heitor da Silveira, refere-se Falcão de Resende a sua mulher Leonor da Silveira, sob o anagramma de *Norelia*:

Que em reciproco amor minha consorte,
  Minha doce *Norelia* e eu vivamos,
  Que mal me póde vir, que eu não supporte!

. . . .

Oh, venha eu, *Norelia*, a valer tanto
  Que a vida em companhia e amor passemos
  Celebrando teu nome em verso e canto.

Da India escrevia-lhe Heitor da Silveira, referindo-se a esse amor, em uma Epistola:

Que alegre estará sempre e pura essa alma,
  Toda entregue a *Norelia*, á qual só dando
  Cada hora da vida his, triumpho e palma.

E a par de Leonor da Silveira, sua irmã, exalta tambem o seu amor por *Belisa*, Isabel Falcão, com quem era casado em segundas nupcias:

Que vida pode ser mais dura e forte
  Que a que vive morrendo, e não vê guia
  Da amada e clara luz e certo norte?

Não se vê na amada companhia
  De *Belisa*, amor doce, por quem vivo,
  E por quem vejo a morte cada dia.

Ah, livre me eu veja d'este esquivo
  Mal, que assi me atormenta e me embaraça,
  Do doce amor primeiro mais cativo!

D'estes meus tristes olhos se desfaça
  A grossa nevoa, e veja cedo claro
  Um bem que a alma me ajuste e alegre faça.

O meu doce repouso, o meu sol claro,
  Aquella alma da minha vida e gosto,
  Que é só o meu desejo e o meu amparo

N'esta saudade, André meu, fica posto,
  Ou vae por esse mar ao vento entregue
  Juntando a um cada hora outro desgosto.

'Sperando dia ledo em que socegue,
  Da vã suspeita o espirito, e no qual possa
  Livre do mal, que agora me persegue
  Segurar vida e alma em honra nossa.

(Ap. *Obr.* de Falc. de Res., p. 337.)

André Falcão de Resende, no Soneto LI, falla-lhe d'este seu amor:

Mudar todo o elemento de hora em hora,
  Arando toda a vida o mar salgado,
  Poderás, claro Heitor, sem ser mudado
  O amor que levas n'alma e por ti chora.

Respondendo á Epistola I de André de Resende, escreveu Heitor da Silveira estas

estrophes saudosas, exortando sua ausente esposa:

Oh certo norte meu. luz clara e guia,
  Beliza, de mina alma — em vão chamava,
  Jurára, amigo André, ora que a via.

Belisa, amor, *Belisa*, mal cuidava,
  Quando de vós fugi quasi voando,
  Que vinha o mal voando, e cá o achava!

Parti-me sem vos vêr, quasi enganando
  A dura saudade bem guardada,
  Que inda ora, mais que então, estou chorando.

Mas não será fortuna tão ousada,
  Se a doce liberdade me ora nega,
  Que muito tempo assi m'a tinha atada.

Esta confiança, André só me socega,
  E me desvia de mil máos extremos,
  A que a vã phantasia se me apega.

Amor me diz á orelha, que nos vêmos
  Cedo já sem fortuna, mas bonança:
  E em quanto tarda, assim nos visitemos,
  Se dar-me queres vida ou esperança.

Tambem como Camões, condemnava Heitor da Silveira a dissolução moral que minava o imperio do Oriente:

Este é o ouro, este é o metal, que criam
  Estas partes de cá, que em poucos annos
  Europa de varões nobres despiam.

Cruel Gama, cruel, que tantos danos
  O' Lusitano dás! Que se desfaça
  Em pó tanto varão por bens mundanos!

Oh desleal cubiça! viva traça,
  Faminta harpia, que por quasi nada
  Alma, que livre é, preza andar faça!...

O Conde Vice-Rei regressara de Cochim a Gôa; por esta occasião escreveu Heitor da

Silveira umas *Trovas que mandou ao mesmo Conde, invernando em Gôa*. Queixava-se de se achar desprovido de todos os recursos:

> Vossa Senhoria creia
> Que não apura o engenho
> Fome, se é como a que tenho,
> Mas afraca e corta a veia...

Camões, que então gosava a intimidade e confiança de D. Francisco Coutinho, acompanhou a petição de Heitor da Silveira com uma Decima em ajuda:

> Nos livros doutos se trata
> Que o grande Achilles insano
> Deu a morte a Heitor Troyano;
> Mas agora a fome mata
> O nosso Heitor Lusitano.
> Só ella o pode acabar,
> Se esta vossa condição
> Liberal e singular,
> Não mette entr'elles bastão,
> Bastante para o fartar.

Mas com o regresso do Vice-Rei da expedição das pazes com o Çamorim recebeu Camões um novo desgosto; não voltara o seu joven amigo D. Tello de Menezes, que morrera em um dos desvairados duellos que se produziram entre os fidalgos na paragem do Vice-Rei em Cochim. Camões escreveu uma *Elegia á morte de D. Tello, que mataram na India*, em que manifesta: «E por intimo amigo me tiveste. Por outros versos d'essa Elegia, colligida logo por Luiz Franco, se deprehende não ter Camões tomado parte na apparatosa expedição de cento e quarenta embarcações ao Çamorim:

> Porque engeitaste a minha companhia,
> E *acompanhar-te eu não consentiste*...

Referia-se á sua qualidade de Capitão, sob cuja bandeira se offerecera o poeta para acompanhal-o como antigo homem de guerra.

O Vice-Rei tinha por Camões a estima que bem merecia o seu excepcional talento, e o affecto das suas antigas relações da côrte; era quasi um empenho para o Conde de Redondo. Apparecera em Gôa o velho Doutor Garcia da Orta, Physico de el-rei, que tendo andado pelas côrtes e estados dos mais poderosos rajás da India, vinha imprimir um livro em que consignara as suas observações botanicas e pharmacologicas, colligidas durante trinta annos de trabalho. Requereu o venerando sabio ao Vice-Rei um privilegio para que ninguem pudesse imprimir sem sua licença por tempo de tres annos o livro que elle tinha feito *das mezinhas e fruitas da India.* O Vice-rei concedeu o privilegio por alvará datado de 5 de Novembro de 1562. O livro foi tambem revisto pelo licenciado Aleixo Dias Falcão, Inquisidor do Santo Officio em Gôa, entrando depois de ter passado por essa tenebrosa malha nos prelos de Joannes de Endem, d'onde saiu em 10 de Abril de 1563. Entre os encomios que precedem esse extraordinario livro, que imprimiu á sciencia da Renascença o caracter experimental, encontra-se uma Ode de Camões, recommendando ao seu respeito benevolente o velho sabio, que a Europa depois tanto consagrou; tem a rubrica: *Ao Conde de Redondo o viso-Rey da India. Luis de Camões.* [1]

[1] No Ms. que anda appenso á edição das *Rimas* de 1595, da Bibliotheca nacional, traz esta rubrica: *A*

Os versos de Camões tomam uma vibração moral, como que sanctificando perante o seu seculo aquella intelligencia surprehendente; e dirigindo-se ao Vice-Rei, cujo animo esclarecido bem conhece:

> Favorecei a antigua
> Sciencia, que já Achilles estimou;
> Olhae que nos obrigua
> Vêrdes que em vosso tempo se mostrou
> O fructo d'aquella Orta, onde florecem
> Prantas novas, que os doutos não conhecem.
>
> Olhae que em vossos annos
> Produz uma Orta insigne varias ervas.
> Nos campos lusitanos.
> . . . .
>
> E vêde, carreguado
> D'annos, letras e longua experiencia
> Um velho, que ensinado
> Das gangeticas Musas na sciencia
> Podaliria sutil, e Arte sylvestre,
> Vence o velho Chiron, de Achilles mestre.

E' tambem para notar, que esta Ode foi o primeiro escripto de Camões que recebeu a vulgarisação pela imprensa; e o seu texto, segundo os differentes manuscriptos d'onde foi colligido pelos editores das *Rimas*, appresenta além do de 1563, mais tres variantes

---

Dom Francisco Coutinho sobre o livro que compoz o Doutor Orta «De Simplicibus.» Este titulo em latim condiz com as palavras do auctor na sua dedicatoria: «bem pudera eu compôr este tratado *em latim, como o tinha muitos annos antes composto*... mas trasladei-o em portuguez por ser mais geral, e porque sei que todos os que n'estas indianas regiões habitam sabendo a quem vai intitulado folgaram de o lêr: etc.»

na de 1598, em Faria e Sousa e no Manuscripto do Visconde de Juromenha. Mas, com toda a evidencia a lição de 1563, não incorporada nas *Rimas*, é a mais bella e pura; alguns retoques, parece que foram feitos para corrigir Camões de imaginarios erros, como na seguinte estrophe, referindo-se aos projectos militares do Vice-Rei:

Postoque o pensamento
Occupado tenhaes na guerra infesta,
Ou do sanguinolento
Taprobanico Achem, que o mar molesta,
Ou do Cambaico occulto imiguo nosso:
Que qualquer d'elles treme ao nome vosso.

Alludia Camões aos preparativos bellicos do Vice-Rei, contra o Achem, no proximo Septembro de 1563; o verso referente ao *Taprobanico Achem*, anda emendado desde Faria e Sousa por *Taprobano ou Achem*, suppondo-se que confundira Camões Ceylão com Sumatra (*Taprobana*, a ilha de Ceylão, e *Achem* em Sumatra.) Camões não errou; seguiu uma opinião que dominou do fim da Edade média aos começos da Renascença, e de que ainda nos *Colloquios* do Dr. Garcia da Orta ha o reflexo, quando elle escreve de Ceylão: «que alguns dizem ser *Taprobana* ou *Çamatra*.» [1]

[1] O Conde de Ficalho na sua edição inegualavel dos *Colloquios dos Simples e Drogas*, justifica plenamente Camões: «E a opinião de que *Taprobana* era Sumatra foi corrente entre viajantes, como Nicolo de Conti; entre cartographos como Fra Mauro, entre os mais eruditos geographos como Sebastião Munster, Ortelius e Mercator, para citarmos unicamente os mais

Mas, que valimento poderia Camões prestar junto do Vice-Rei ao riquissimo e affamado sabio Dr. Garcia da Orta, lembrando que elle era a gloria de uma epoca *(em vosso tempo, em vossos annos,)* unanimemente reconhecida? Estava estabelecida desde 1561 a Inquisição em Gôa, com todo o fervor de um fanatismo dominante, e o Dr. Garcia da Orta vivera a melhor parte dos seus trinta annos da India, por terras em que não havia confissão (Jesuitas) nem Inquisição, como se exprime Diogo do Couto. Era preciso evitar qualquer embaraço á publicação dos *Colloquios* posto pelo Inquisidor Aleixo Dias Falcão, que imperava espiritualmente em Gôa; e só o Vice-Rei é que poderia sustar com a sua parcella de poder soberano essas furias. N'isto consistiria o valimento de Camões.

Pouco se sabe dos dados biographicos do Doutor Garcia da Orta, cujas relações litterarias com Camões, tanto o elevam no meio mental da Renascença. Sabe-se que era natural de Elvas, e pelo escripto panegyrico do licenciado Dimas Bosque, medico valenciano, que se achava em Gôa, com que precede a obra, falla d'elle como: «homem, que do principio da sua edade até autorisada velhice nas lettras e faculdade da medicina gastou seu tempo com tanto trabalho e diligencia, que duvido achar na Europa quem em seu estudo

---

conhecidos. E' pois explicavel, que o Camões tivesse um momento esta opinião, e escrevesse *Taprobanico Achem*, embora mais tarde se encostasse ao parecer de João de Barros, e o significasse claramente nos *Lusiadas* (st. 51 e 107 do Canto x). Ediç. de 1891, p. 18.

lhe fizesse vantagem. Sahindo ensinado nos principios de sua *faculdade das insignes Universidades de Alcalá e Salamanca*, trabalhou de communicar o bem da Sciencia, que nas terras alheias tinha alcançado com sua propria pratica, *lendo nos Estudos de Lisboa* por alguns annos com muyta diligencia e cuidado, exercitando-se na cura dos doentes até vir a estas partes da Asia, onde por espaço de trinta annos, curando muyta diversidade de gentes não sómente na companhia dos Viso-Reys e Governadores d'esta oriental India, mas em algumas côrtes de reis mouros e gentios cummunicando com medicos e pessoas curiosas, trabalhou para reconhecer e descobrir a verdade das medecinas simples, que n'esta terra nascem, das quaes tantos enganos e fabulas não sómente os antigos, mas muytos dos modernos escreveram: etc.»

N'esta observação se encerra o alto merito scientifico do Doutor Garcia da Orta; porque emquanto os sabios da Europa abandonando com fundamento as doutrinas medicas dos Arabes para restabelecerem as doutrinas de Hippocrates ou o puro hellenismo, e envolviam no mesmo desprezo os conhecimentos botanicos e pharmacologicos dos Arabes, o Doutor Garcia da Orta soube verificar pela observação e experiencia o que havia de positivo n'esta parte da sciencia dos Arabes, influindo por isso immediatamente na Europa no fim do seculo XVI e em todo o seculo XVII. A' necessidade polemica das duas escholas adaptou Orta a fórma do dialogo, que torna muito pittorescas as suas descripções e observações, mesmo ethnologicas e historicas. Só-

mente no seculo XIX é que se pôde comprehender e reconhecer a verdade dos factos consignados nos *Coloquios*, em frente da *Flora Indica* de Raxburgh, da *Flora of British India* de Hookes, da *Materia medica* de Whitelaw Ainslie, e a *Materia Medica of western India* de Dymoik e das *Useful plants of the Bombay Presidency* do Dr. Lubsa; d'onde conclue o seu eruditissimo editor o Conde de Ficalho: «Este facto é todo em louvor de Garcia da Orta. Elle penetrou tão profundamente no assumpto, que os livros dos dois seculos seguintes ao seu elucidam o que deixou escripto. E foi só no nosso seculo, e sobretudo na segunda metade do nosso seculo, que numerosas publicações scientificas vieram confirmar, explicar, rectificar as suas observações.» [1]

Ha ainda um elemento biographico do Doutor Garcia da Orta na sua dedicatoria dos *Coloquios* a *Martim Affonso de Sousa*, de quem se diz seu creado. Tendo-o acompanhado para a India em 1534, na Armada em que fôra como Governador, a elle confessa deverlhe o impulso para escrever o seu livro: «Oh, quem pudera, illustrissimo Senhor, tornar-se *Homero* ou *Virgilio* pera escrever vossas grandes façanhas pera com isto deixar fruto de mi aos vindouros; mas pois que a fortuna isso me negou, e fui amoestado e reprendido d'esta ociosidade, da qual tambem fui accusado d'alguns, que esta terra governaram; e

[1] *Coloquios dos Simples e Drogas*, p. XVII, Ed. 1891.

porque o vosso conselho é mandado para mi, determinei de fazer este breve tratado;...» «Bem podeis, illustrissimo senhor, defendello do envejoso povo aquelle a quem até o presente creastes, ajudastes e favorecestes e finalmente lhe destes o vosso nome, com o qual este livro será temido dos invejosos...»

A alta capacidade de Martim Affonso de Sousa avalia-se pelos problemas astronomicos, que ao recolher da sua expedição de reconhecimento ás costas austraes do Brasil, (1530) appresentou ao insigne mathematico Pedro Nunes, cujas explicações constituiram o *Tratado sobre certas duvidas da Navegação.* Por esta relação se comprehende como em 1534 o Doutor Garcia da Orta o acompanhou para a India na Armada por elle capitaneada, e ainda a seu pedido escreveu a obra dos *Coloquios dos Simples e Drogas.* Guiado pela noticia da *Bibliotheca Lusitana*, de que era Garcia da Orta natural de Elvas, procedeu o erudito investigador Antonio Thomaz Pires ao exame de velhos livros findos de Vereações, de Receita e Despeza e tambem de Capellas e Morgados, e encontrou esta familia da Orta residindo em Elvas, dando-nos o seu quadro genealogico até ao seculo XVII.[1] Diz Barbosa, que elle era por sua familia

[1] Nos seus *Estudos e Notas Elvenses* — VIII — GARCIA DA ORTA:

— *Jorge da Orta*, tendeiro (logista) em Elvas fornecendo em 1504 papel para a Camara. Possuiu uma casa na rua que sáe da Praça de Elvas para o Pôço de Alcalá, a qual veiu a pertencer em 1559 a seu genro o Bacharel Gabriel Luiz.

domestico dos Senhores do Prado; é certo que em Salamanca, onde em uma viagem por Hespanha se demorou Martim Affonso de Sousa, na sua mocidade, casando-se ahi com a formosa D. Anna Pimentel, filha do regedor de Salamanca e Talavera, D. Ayres Maldonado, frequentava por este mesmo tempo Garcia da Orta a Universidade. Foi isto por 1521; em 10 de Abril de 1526 concedia Dom João III a Garcia da Orta, morador em Castello de Vide, licença para curar de physica por todo o reino, tendo feito prévio exame de sufficiencia diante do Physico-mór. Declarada vaga a cadeira de *Summulas* na Universidade de Lisboa, concedeu o conselho n'esse mesmo dia, 27 de Janeiro de 1552, que se

---

— Dr. Garcia da Orta, nascido por 1490 approximadamente, como opina o Conde de Ficalho. A profissão de medico n'esta familia da Orta, leva a inferir a verdade da genealogia.

— *Beatriz da Orta*, casada com o Bacharel Gabriel Luiz, de quem teve duas filhas: Anna Luiz e Branca Luiz, que casaram Morreu em 24 de Julho de 1562.

— *Bacharel Francisco da Orta*, casou com Catherina Lopes, natural de Fronteira e residiu em Portalegre em 1569, 1571 e 1573

— *Jorge d'Orta*, cirurgião em Elvas, sendo consultado em 1581 sobre a continuação da peste do anno anterior. Casou com Aldonça Gomes. Figura como homem abastado desde 1570, epoca em que o Conde de Ficalho colloca o falecimento do Doutor Garcia da Orta, sendo como parente proximo seu herdeiro.

Os estudos medicos eram desprezados pelos christãos velhos; e a predilecção d'estes estudos pelos Ortas de Elvas, dá á genealogia deduzida dos documentos, um certo nexo de familia. Garcia da Orta nos *Colloquios* (p. 206) declara que teve um seu parente Physico em Baçaim.

désse a Garcia da Orta por *encommenda*, interinamente. Na *Tabula Legentium* do segundo terço do anno lectivo de 1534 figura o *L° orta* (Licenciado Orta), lendo até 1 de Março, por estar de partida para a India. [1] Foi a paixão pela sciencia que o fez abandonar a sua cadeira da Universidade, e seguir para a India na Armada do fidalgo seu amigo Martim Affonso de Sousa; confessa-o quando affirma a liberdade do seu criterio «porque estando eu em Hespanha, não ousaria de dizer cousa alguma *contra Galeno e contra os Gregos.*» Eram as auctoridades dominantes na Europa em conflicto dogmatico de arabistas e hellenistas; Garcia da Orta libertava o seu criterio pela observação e pela experiencia. Deveu-lhe a Europa a primeira descripção da noz vomica, *(Strychna nux vomica)* e a descripção exacta do *Cholera.* Tendo redigido em portuguez o seu livro, foi preciso que Carolus Clausius o traduzisse em latim, tirando-lhe a fórma de dialogo para que se vulgarisasse na Europa, sendo ainda no seculo XVI e XVII traduzido nas principaes linguas modernas. No mundo scientifico desde a Renascença até hoje, os *Coloquios* do Doutor Garcia da Orta, estão á mesma altura que na Litteratura estão os *Lusiadas* de Camões, as duas mais altas expressões do genio portuguez. Camões com os seus quarenta e dous annos mereceu a intimidade do velho medico

[1] *Historia da Universidade de Coimbra*, t. I, p. 363. — Conde de Ficalho, *Garcia da Orta, e o seu tempo*, p. 46.

com a experiencia de mais de setenta annos. Como estas duas individualidades, longe da patria, se achavam servindo o mesmo ideal, amando-a, glorificando-a!

Quando para Camões se organisava um meio moral, em que se encontrava á vontade, uma fatalidade inesperada derruiu mais uma vez todas as suas esperanças: o Conde Vice-Rei adoeceu subitamente e em poucos dias faleceu quando se espalhara que estava apenas enfermo; deu-se o obito em 19 de Fevereiro de 1564. Aberta a successão ante o seu catafalco, appareceu nomeado para succeder como Governador D. Antão de Noronha, que desde 1562 estava ausente, no reino; a segunda carta continha o nome de D. João de Mendonça, que findara o triennio da Capitania de Malaca.

Camões achava-se quasi só, porque se dispersaram logo os seus amigos: Heitor da Silveira e João Lopes Leitão partem em 1564 sob o commando de Marramaque, D. Francisco de Almeida vae para o Cruzeiro do Malabar, e Jorge de Moura commanda a Armada do Norte. Era no meio dos seus desastres e desalentos moraes, que o poeta se refugiava na elaboração da Epopêa portugueza; datam d'este tempo as relações intimas com Diogo do Couto, que em 1564 terminara a sua obrigação do serviço militar, permanecendo em Gôa. Camões communicou-lhe o seu Poema, e consultava-o embora fosse um rapaz de vinte e dois annos. Diogo do Couto era já muito instruido; entrara aos dez annos para o serviço do Infante D. Luiz, e frequentara o Collegio dos Jesuitas, tendo ahi por mestres os

P.es Manuel Alvares e Cypriano Soares, em latim e rhetorica, e Frei Bartholomeu dos Martyres, em Philosophia, em Bemfica. O biographo Severim de Faria cita um documento sobre as relações de Diogo do Couto com Camões: «uma carta que no anno de 1611 escreveu a um amigo d'este Reyno, que por o ser grande de Luiz de Camões lhe communicou elle a obra dos seus *Lusiadas*, e que lhe pediu os quizesse commentar, o que Diogo do Couto fez depois em parte...» (*Vida*, fl. 4.) E na Vida do chronista, repete: «Teve particular amisade com o excellente poeta Luiz de Camões, o qual o consultou muitas vezes e tomou seu parecer em alguns dos logares dos seus *Lusiadas*.» De facto Diogo do Couto chegou a emprehender um Commentario historico, geographico e ethnologico sobre os *Lusiadas*, que chegara até ao Canto V, como se lê na *Bibliotheca lusitana*: «*Commento ás Lusiadas* de Luiz de Camões *feito a petição d'este incomparavel Poeta*, em cuja empreza não passou do Quinto canto, que conserva D. Fernando de Castro, conego de Evora, por lh'o ter deixado seu tio D. Fernando de Castro Pereira, a quem o author o tinha remettido.» A epoca em que emprehendeu este Commentario é anterior á publicação dos *Lusiadas*, por que em 6 de Setembro de 1571, regressava Couto para a India, não tendo mais ensejo para ocios litterarios, e nem mesmo fazendo justiça a Camões em quanto aos seus serviços como militar. [1] Tambem o

[1] Camillo, nas *Notas biographicas*, p. 44, escreve: «Os factos valorosos de Luiz de Camões, não tiveram

Doutor Garcia da Orta teve conhecimento da Epopêa portugueza, que lhe acordara as suas reminiscencias classicas; por que ao dedicar o seu livro a Martim Affonso de Sousa, escrevia: «Oh quem pudera, illustrissimo senhor, tornar-se *Homero* ou *Virgilio*, para escrever vossas grandes façanhas...» Reflecte as comparações da Ode encomiastica ao Conde de Redondo. Confortava-se Camões com as suas amisades litterarias; entre os poetas que d'elle se acercavam é lembrado Antonio de Abreu, que tambem como Luiz Franco Corrêa, inscrevia o seu nome com a sigla de — *Amigo e companheiro de Camões no Estado da India.* Seria Antonio de Abreu o outr'ora mestre da Infanta Dona Maria? Era alcunhado de Engenhoso, e d'elle escreve Barbosa: «Teve particular amisade com Luiz de Camões, assim em Portugal como na India, onde viveu com elle muitos annos, de que foi sempre fiel imitador, como testemunham as pessoas mais eruditas d'aquelle seculo, e o poderiam testificar as do presente, se seu irmão Fr. Bartholomeu de Santo Agostinho, antes de morrer publicasse uma grande collecção que tinha feito dos seus *Versos sagrados e profanos.*» [1] No tempo de Camões exer-

---

a notabilidade que os chronistas do Oriente e de Dom João III deram a lances insignificantes de homens obscuros. O diffuso auctor das *Decadas*, Couto, apenas o nomêa n'uma crise de pobreza convisinha da mendiguez. O manuscripto da *Decada* VIII foi roubado a Diogo do Couto, tendo elle de resumil-a sobre reminiscencias; d'aqui por certo a sua omissão

[1] De um Manuscripto em papel asiatico em que

cia Antonio de Abreu o cargo de Contador da Fazenda; [1] e resentem-se os seus versos bastante da secura da profissão. Estava tambem na intimidade de Camões o curioso compilador e poeta Luiz Franco Corrêa, que enriquecia o seu Cancioneiro com o traslado das composições dos melhores Poetas de seu tempo (1557 a 1589); ahi se encontra a Ode dedicada ao novo Vice-Rei, que em fins de 1564 ia governar a India, a qual ficou inedita até 1861.

c) A amisade do Vice-Rei D. Antão de Noronha — Sahida para Moçambique (1567) — Partida para Lisboa (1569)

O antigo amigo de Camões, o valente Dom Antão de Noronha nomeado Vice-Rei da India em 15 de Março de 1564, chegava a Gôa, tomando conta do governo em 3 de Septembro d'esse anno. A confiança affectiva de Camões com D. Antão de Noronha, dos tempos da estação militar de Ceuta, acha-se na sua Elegia II e *Outavas* I.ª; tinham bata-

---

se achavam poesias de Luiz de Camões e de Antonio de Abreu, extrahiu em 1805 o prof. A. L. Caminha: 20 Sonetos, 1 Ode a D. Jeronymo Osorio, Bispo do Algarve, 1 Sextina, e 58 Outavas contendo a Descripção de Malaca, e ainda 1 Quartetos lamentando a perda de D. Sebastião em Alcacer-Kibir, e a que deu o titulo de *Obras ineditas de Antonio de Abreu*. Lisboa, 1805. In-8º de 51 pag.

[1] No Orçamento do Estado da India, do que rende, etc por mandado de Diogo Velho, Védor da Fazenda da India... E foi feito por mim *Antonio de Abreu*, Contador d'El Rei nosso senhor n'estas partes da India, e se acabou em 7 de Novembro de 1574.

lhado sob o mesmo commando na expedição contra o Chembé em 1553, e na Armada do Norte em 1554. A delicadeza moral de Camões não lhe consentiu fazer-se valer ante o novo Vice-Rei; D. Antão de Noronha é que veiu ao seu encontro, e familiarmente lhe pediu versos. Eis o motivo da *Ode a um amigo*, em que faz sentir esta circumstancia:

Não é de confiado
Mostrar-vos minhas cousas, pois conheço
Que tendes alcançado
N'isto o mais alto preço,
E quanto em mostral-as desmereço.

Mas, *é de desejoso*
De vos obedecer, por que estou vendo,
Que a nome tão honroso,
Mais ganho obedecendo
Que perco em demonstrar quão pouco entendo.

Camões recorda-lhe os feitos heroicos da sua mocidade, quando Africa era ainda a eschola da Cavallaria portugueza, essa *primeira aurora*, que vem um só momento *depois do sol* da Vice-realeza:

A vós, a cuja gloria
No mais antigo tempo e no presente,
O louro da victoria
Concede facilmente
Qualquer que de Thalia as obras sente;

A vós, *cuja alta fama*
Vi entre os Garamatas conhecida,
A' luz que o sol derrama
Na terra enobrecida
Por vós, — já tão de todo escurecida.

Referia-se Camões ao abandono de Africa por D. João III, quando começou o delirio

pelas riquezas da India; por isso escreve ao Vice-Rei:

> Aquella *primeira aurora*
> *Virá depois do sol*, um só momento:
> Elle esqueça alguma hora
> Ou possa o esquecimento
> Tolher-lhe seu continuo crescimento. [1]

Dom Antão de Noronha quiz ser prestavel a Camões com uma provisão de um logar rendoso; a India estava esgotada, e apenas se comprommetteu a melhor despacho, nomeando-o desde logo para a vagante da *Feitoria de Chaul.* Este facto que foi ignorado por todos os biographos até Juromenha, vem alludido no Padrão de 15$000, de 5 de Fevereiro de 1585 á mãe do poeta, allegando entre outros fundamentos de serviços: «*a não entrar na Feytoria de Chaul de que era provido.*» [2] Diogo do Couto fallando do rendi-

---

[1] Ode XIII. Pelo verso allusivo aos *Garamatas*, concluiu veridicamente Juromenha: «Por este verso se vê que foi esta poesia dirigida a um camarada de Africa, D. Antão de Noronha. Devia orçar mais ou menos pela edade de Camões quando serviu em Ceuta, com seu tio D Affonso de Noronha, capitão d'aquella fortaleza.» *(Obr*, t. II, p. 549.)

[2] Camillo e o Dr. Storck entendem que a nomeação para a Feitoria de Chaul fôra feita pelo rei D. Sebastião quando Camões estava em Lisboa, e em quanto não entrava na sobrevivencia, lhe dera a *tença* por tres annos, que cessaria quando vagasse a Feitoria. Inadmissivel, por que se a Feitoria fosse dada por provisão regia a Camões, era facil obter o poeta o favor de a traspassar a outro, o que se concedia por vezes. Os dois biographos não conheceram o que era este provimento de Feitorias na India; era um embuste com que se tapava a bocca aos pretendentes, e como tudo es-

mento das Capitanias e Fortalezas da India, aponta *Chaul*, rendendo setenta a outenta mil pardáos, (*Sold. prat.*, p. 157.) E diz da Fortaleza: «Pois Chaul, já se não serve da Fortaleza senão por uma escada, que se fez, á torre da Menagem por uma bombardeira por onde passa o Capitão...» (*Ib.*, p. 74.) Era o desmoronamento. Segundo o Orçamento mandado fazer pelo Vedor da Fazenda da India em 1574, lê-se:

«*Feitor e Alcaide-mór de Chaul* tem de seu ordenado cem milr eis por anno 100$000.

«E assim se lhe paga aposentadoria de dez pardáos por provisão do *Vice Rei D. Antam*, que he fóra do Regimento.

«Tem mais o dito Feitor um nayque que serve de lingoa e quatro piaes e huma tocha e o azeite para ella; importa esta despeza por anno vinte e nove mil e quinhentos e vinte reis: 29:520.»

A este cargo de Feitor de Chaul tambem andava annexo o de *Provedor dos Defuntos*[1] e Védor das Obras.

Nomear Camões para a Feitoria de Chaul entrando pela sobrevivencia na vagatura effe-

---

tava esgotado, D. Antão de Noronha sacou sobre o futuro, dando a Camões esse despacho, que era simplesmente uma cathegoria para melhor cousa que apparecesse. Demais, existindo na Torre do Tombo muitas d'estas cartas para serem preenchidos nas vagantes com sobrevivencia a differentes individuos, a provisão de Camões não existe na Chancellaria de Dom Sebastião.

[1] D'aqui se originaria a lenda do Provedor dos Defuntos em Macáo, com intenção malevolente? E do nayque a lenda do *Jáo*?

ctiva, parece quasi um ludibrio para compensar os serviços de Camões nas duas Armadas; mas não havia melhor recurso. Diogo do Couto explica o desaforado abuso d'estas nomeações ás dezenas para o mesmo logar: «por onde não ha poderem nunca vagar os cargos; e ainda n'estas se mantêm as trespassações... por onde venho a resumir, que quando se despacha um homem, seja em edade de vinte annos, não entra no seu cargo até aos sessenta: etc.» — «O mal não vinha só do Rei, que para quarenta logares vinham cada tres annos despachados mais de cincoenta favorecidos, sem serviço; o peior eram os poderes dados aos Viso Reys para poderem provêr todos os cargos da India de *Feitorias* para baixo; por que com ellas provê o Viso-Rei mais de trinta cargos, e ficam com isso tão entulhados, que nada ha poder um homem esperar vagar-lhe o cargo de que he provido. etc.» (*Sold. prat.*, p. 98.) Tal era a situação administrativa; Camões conhecia a inefficacia da sua nomeação da Feitoria de Chaul, e não pensou em esperar pela vagante.

A vida de Gôa tornava-se odiosa, pelo fanatismo sangrento que se manifestava com apparato canibalesco da Inquisição depois de 1564; e não menos pela impunidade que nos seus crimes encontravam os Capitães fidalgos. A Gôa chegara o requerimento da viuva do chronista Gaspar Corrêa, auctor das *Lendas da India*, que fôra assassinado por mandado do Capitão de Malaca, D. Estevam da Gama, bisneto do celebrado Descobridor, que dava a sua protecção official aos assassinos. O facto de virem parar as *Lendas da India* ao poder

de D. Miguel da Gama, conservando-se sonegadas por centenas de annos, fazem crêr que o assassinato de Gaspar Corrêa fosse por qualquer despeito de referencia historica ao seu orgulho nobiliarchico. Os assassinos ficaram impunes; nem o Vice-Rei D. Antão de Noronha nada ousaria contra os orgulhosos Gamas. [1] A Camões não foi occulta esta as-

---

[1] Transcrevemos aqui o requerimento da pobre viuva, que é uma espantosa pagina da nossa historia:

«Senhor. — Diz Anna Vaz mulher forra que foi de Gaspar Corrêa, cavalleiro da Casa d'El Rei nosso senhor, e da ordem de S. Thiago, em seu nome e de seu filho orfão menor Antonio Corrêa, filho d'esta e do dito Gaspar Correa, diz e aqueixa e crama e pede justiça a Deus e a El Rei nosso senhor e a Vossa Mercê que em nome de sua Alteza vem para o fazer da morte, que sem causa e sem razão nem justiça foi pruvicamente dada ao dito *Gaspar Corrêa*, que saltaram uma noite com elle n'esta cidade de Malaca e o mataram com muitas feridas, que lhe deram e os matadores foram vistos e conhecidos quem eram, e sobre isso se não fez nenhuma diligencia, mas antes pruvicamente e sem temor de Deus nem das justiças andam e andaram sempre em companhia de D. Estevão, capitão.

E Anrique Mendes que foi o principal matador, sempre com elle comeu e bebeu; por onde eu e o dito orfão passamos muitas necessidades e ao desamparo nos perdemos. Pelo que pedimos a Vossa Mercê e requeremos da parte de El Rei nosso senhor, queira saber os matadores quem foram e com justiça os castigue, porque D. Estevão com seu corpo o não quiz fazer, e eu com o seu temor o não ousei de requerer; no que receberemos justiça e mercê »

Este documento derrama uma grande luz sobre a situação dos historiadores portuguezes. Pelas noticias colligidas pelo prof. A. M. Freitas (Nicoláo Florentino) Gaspar Corrêa era filho de Pedro Corrêa Payo; nasceu em 1495, pois declara ter embarcado para a India com dezasete annos, com Jorge de Mello Pereira

sombrosa iniquidade do Capitão de Malaca D. Estevão da Gama, como tambem a relacionaria com as loucuras de D. Chistovam da Gama commandando a expedição de 450 soldados, narradas por D. João Bermudes, Patriarcha de Alexandria e da Ethiopia, quando em 1556 chegou a Gôa fugido da prisão da Abyssinia. A impressão directa d'estes factos fez por certo nascer no espirito de Camões a animadversão contra o Gama e contra *quem na estirpe seu se chama.* Quando o poeta estava sob a pressão do *injusto mando*, prometteu no canto VII dos *Lusiadas* não dar fama a

> Nenhum que use do seu poder bastante
> Para servir a seu desejo feio...
> (St. 85.)

Não era o resentimento pessoal que lhe inspirava esta estrophe em que affrontava o heroe do descobrimento da India:

---

em 1512, em 20 de Agosto, na Armada de outo náos que partiu para Cochim.

Por 1529 estava de regresso a Lisboa, apparecendo o seu nome nos assentos das Moradias da casa real com um recibo de junho d'esse anno assignado por sua mão.

Voltou para a India, e residia em Malaca, occupando-se por 1561 em retocar as suas *Lendas;* D. Estevão da Gama, bisneto do primitivo descobridor vivia em 1565, tendo pouco mais ou menos vinte annos. Este D. Estevão da Gama, era protector do assassino do chronista Gaspar Corrêa, como se vê pelo requerimento da viuva; Henrique Mendes tinha intimidade com o veridico chronista, e foi simples executor de uma vingança. O Manuscripto das *Lendas da India* cahiu em poder de D. Miguel da Gama, tio de D. Estevam, e o trouxe para Portugal, pensando abafar a voz da historia.

A's Musas agradeça o nosso Gama
O muito amor da Patria, que as obriga
A dar aos seus na lyra nome e fama,
De toda a illustre e bellica fadiga;
Que elle, nem quem na estirpe seu se chama,
Calliope não tem por tão amiga,
Nem as filhas do Tejo, que deixassem
As telas de ouro fino e que o cantassem.

(Canto v, st. 99.)

A recrudescencia do fanatismo em Gôa tornava-lhe a vida perigosa n'aquella capital da India devorada pelo clericalismo: «Pois tantos clerigos, tantos frades, tantos mosteiros e conventos, tantas casas de prazer, quintas e jardins para recreação de religiosos, em partes tão pouco firmes e seguras, de que servem? E quanto mais acertado fôra converterem-se algumas d'ellas em armazens de armas?» *(Sold. prat.*, p. 195.) Camões tambem participaria d'este modo de vêr do seu amigo Diogo do Couto; as suas opiniões religiosas, recebidas dos Augustinianos de Santa Cruz de Coimbra na época dos estudos, faziam vêr bem os funestos reflexos dos Jesuitas na decadencia do Humanismo, no retrocesso da Côrte, e na ambição politica com que dominavam na India. Tornava-se imperiosa a sahida de Gôa, para fugir á malevolencia perfida d'esses *mil religiosos diligentes*. Diogo do Couto, no *Soldado pratico*, aponta alguns factos que descobrem a garra inquisitorial: «Temos visto tomarem o filho de baniano rico e de ourives gentio, que tinham os cincoenta ou cem mil cruzados, passando-lhes pela porta, e sem mais outra causa que assacarem-lhe que *comeu vaca*, o meterem dentro e que-

rerem a torto e a direito fazel-o christão só para lhe herdarem a legitima, e ser necessario acudir o Viso-Rei a isto, e fazer que se tornasse o filho a seu pae.» (p. 197.)

Com a chegada do primeiro Arcebispo de Gôa D. Gaspar de Leão, acompanhado de dois Inquisidores Aleixo Dias Falcão e Francisco Marques Botelho, começou em 1561 o sangrento tribunal do Santo Officio, sendo a primeira victima da fogueira o bacharel em medicina Jeronymo Dias. Camões que fôra *mexericado de amigos* para com o Vice-Rei Dom Constantino de Bragança, presentiu que seria facil denuncial-o á Inquisição por qualquer dito ou phrase pittoresca proferida em familiaridade. O favor e até certo ponto amisade com o Conde Viso-Rei D. Francisco Coutinho, fez com que vencesse os receios temerosos até 1564, em que este falecera. A demora em Gôa era um perigo continuado. A nomeação de Camões para a *sobrevivencia* da Feitoria de Chaul, pelo Vice-Rei D. Antão de Noronha, não se póde considerar um beneficio, por que eram muitos os nomeados para esse cargo que tinham de entrar antes de Camões. Para que nomear Camões para Feitor de Chaul? Para retêr o Poeta em Gôa, na espectativa de tornar-se effectiva a provisão. E' presumivel que o Poeta esperasse os tres annos, com que terminavam as funcções do antigo Feitor, de 1564 a 1567; mas desde que novos providos se apresentaram para o exercicio do cargo, o Poeta não se quiz prestar a mais ludibrio, e aproveitou a primeira circumstancia para se transferir para Moçambique. Em 1567 vagou a Capitania de Moçam-

bique por morte de Fernão Martins Freire, sendo nomeado Pedro Barreto Rolim, que desistira do commando da Armada do Malabar (Couto, *Dec.* VIII, l. I, c. 18.); tendo instado com Camões para o acompanhar a Sofala, emprestara-lhe duzentos cruzados. Pedro Barreto era um monstro, de temperamento irascivel, capaz de todos os crimes, procedendo assim nas guerras de exterminio que fizera nas cidades do Hidalcan, como Tata, Baudale, Dabul, em que não poupou mulheres nem creanças, em fins de 1558. Foi em contacto com este homem e sob a dependencia da divida de duzentos cruzados que se viu Camões retido em Moçambique *tão pobre, que comia de amigos*, conforme a phrase de Diogo do Couto. No Canto V dos *Lusiadas*, estancia 84, deixou Camões um traço vivo que reflecte a impressão dos dias amargos que passou em Moçambique:

> *Na dura Moçambique* emfim surgimos,
> *De cuja falsidade e má vileza*
> Já serás sabedor...

Já em Moçambique soube Camões do grande triumpho do seu amigo D. Leonis Pereira, em 1568, defendendo Malaca do cêrco que lhe puzera o rei do Achem; no Soneto CCXXVII celebra esse estremado feito, comparando o heroe portuguez a um heroe da antiguidade:

> Oh Nymphas! Cantae pois, que claramente
> Mais do que *Leonidas* fez na Grecia.
> O nobre *Leoniz* fez em Malaca.

Seria o despeito de se não vêr tambem cantado em verso por Camões, que irrompeu

em odio no feroz Pedro Barreto. Esteve o poeta desde 1567 até 1569 distrahindo a sua indigencia em Moçambique, entregue ao labor poetico como Ariosto; coordenava o seu *Parnaso*, colleccionando todas as varias composições lyricas: *Sonetos*, *Canções*, *Odes*, *Eglogas*, *Elegias*, *Sextinas*, *Outavas* e *Redondilhas*. Trasladava em limpo os esparsos rascunhos, ou escrevia de memoria, como fez tambem Bocage com as suas *Rimas*. Pode-se fazer uma ideia precisa do conteúdo do *Parnaso*, n'este periodo de Moçambique, pela collecção que trasladou o P.e Pedro Ribeiro em 1577, de cujo Cancioneiro existe por felicidade o indice, constituindo um verdadeiro Canon lyrico camoniano.

Terminado o seu governo em 1568, partiu de Gôa D. Antão de Noronha, succedendo-lhe em 18 de Septembro D. Luiz de Athayde, tambem amigo de Camões. Dom Antão de Noronha veiu invernar a Moçambique, acompanhado de muitos cavalleiros, que se repatriavam aproveitando a *matalotagem* do ex-Vicerei. Na *Decada VIII*, descrevendo este facto, refere Couto a circumstancia deploravel em que encontraram Camões: «Em Moçambique achamos aquelle Princepe dos Poetas do seu tempo, meu *matalote* e amigo Luiz de Camões, tão pobre que comia de amigos; e para se embarcar para o reino lhe ajuntámos os amigos toda a roupa que houve mister, e não faltou quem lhe désse de comer, e aquelle inverno que esteve em Moçambique, acabou de aperfeiçoar as suas *Lusiadas* para as imprimir, e foi escrevendo muito em um livro, que ia fazendo, que intitulava *Parnaso de Luiz*

*

de Camões, livro de muita erudição, doutrina e philosophia...» A tenção de publicar o poema, que continuava a aperfeiçoar em Moçambique, é que lhe suscitara a fervorosa vontade de regressar a Portugal, máo grado a sua extrema pobreza.

A Náo em que D. Antão de Noronha partira de Gôa para Portugal em 2 de Fevereiro de 1569, soffreu grande temporal, sendo forçada a arribar e invernar em Moçambique; apenas pôde passar a *Náo Santa Catherina*. Entre os cavalleiros da matalotagem, que accudiram a Camões, figuram (segundo Mariz e Severim) Heitor da Silveira, Antonio Cabral, Luiz da Veiga, Duarte de Abreu e Antonio Ferrão. Diogo do Couto memora Heitor da Silveira, D. João Pereira, D. Pedro da Guerra, Ayres de Sousa de Santarem. Manoel de Mello, Gaspar de Brito, Fernão Gomes da Gram e Lourenço Vaz Pegado. Estes contribuiram, cotisando-se entre si para pagarem os duzentos cruzados a Pedro Barreto, e o trouxeram na sua *matalotagem*. Acha-se este costume portuguez descripto pelo viajante Pyrard: «Quando o Vice Rei recolhe a Portugal, escolhe os navios que quer, e os faz provêr de mantimentos, a que chamam *matalotagem*, para elle e sua comitiva; e ha tempo para isso. E quando os portuguezes sabem que algum Vice Rei, arcebispo ou grande senhor e capitão se vem embora, cuidam em se metter no seu rol e obterem licença para irem com elle; por que n'este como todos quantos vão no navio, tirada a gente do mar e officiaes do mesmo navio que levam e têm a sua matalotagem á parte, são

sustentados de graça ou sejam fidalgos ou soldados.» Em outro logar do seu livro, Pyrard fallando do regresso do Arcebispo de Gôa a Portugal, escreve: «Comtudo, elle havia obtido licença para se ir embora, e havia feito todos os apercebimentos de mantimentos e *matalotagem* para mais de cem pessoas, afóra os seus domesticos, que montavam bem a outro tanto numero, e são necessarios ao menos trezentos pardáos para mantença de um homem da India a Portugal.» Por esta explicação se infere que, vindo Camões na mesma matalotagem de Diogo do Couto, como diz o chronista, o seu regresso foi na náo Santa Clara. Era preciso aproveitar este costume por que a viagem era muito cara: diz Diogo do Couto: «por darem de comer a um homem com um môço, em o canto do camarote, lhe levam muitos centos de pardáos.» *(Sold. prat.*, p. 86 2.ª) Era diante d'esta difficuldade que se vira Camões em Moçambique, sem recursos para libertar-se. A partida para o reino effectuou-se em Novembro de 1569, em que largou a Armada de Moçambique. Descreve esta partida Diogo do Couto, na *Decada* VIII, c. 28; «As náos, como foi tempo, que era em novembro, fizeram-se todas juntas á vela para o reino... e sahindo as náos de Moçambique todas juntas, encostou-se a Chagas, que era a capitania, á ilha de S. Jorge, e ficou quasi em secco, a que accudiram as outras com seus bateis; só a Náo *Santa Clara*, de que era capitão Gaspar Pereira, *em que eu ia embarcado*, que foi a primeira que saíu, ia tão adiantada, que com as correntes não podia tornar e fômos nosso caminho.

«A náo Chagas alijou muito ao mar, e encheu a maré, com o que se saiu trabalhosamente, e na detença de só este dia *chegámos á ilha de Santa Helena*, tanto, que primeiro, *estivemos vinte dias* sem nenhuma das outras chegar, pelo que demos á vela, e chegamos a Cascaes em Abril e ahi surgimos, por estar a cidade de peste;...» (cap. 28.) «e as mais náos chegaram em fins de maio, ou já em Junho, por onde se verá que em uma jornada de seis mil leguas como esta, um dia mais ou menos, leva tanta vantagem, como se viu n'estas náos por mais de mez e meio.» Vinha Camões na Náo Santa Clara, de que era capitão Gaspar Pereira (no *Indice da Fazenda;* Manoel Jacques no anno anterior, acompanhando a Armada que levara a Gôa o novo vice-rei D. Luiz de Athayde.) Durante a viagem morreu no mar de doença D. Antão de Noronha, tendo ordenado que seu corpo fosse arrojado ao mar, e que lhe cortassem o braço direito pelo sangradouro, para ser sepultado na sé de Ceuta, no tumulo de seu tio D. Nuno Alvares de Noronha. Em fins de Março de 1570 chegava a náo Santa Clara aos Açôres, onde contava ser esperada pela Armada, que alli acompanhava para Lisboa as náos da India.

Em uma carta de 26 de Junho de 1882, escrevera o Dr. Ernesto do Canto ao erudito investigador açoriano Dr. João Teixeira Soares: «Fazendo um estudo a respeito da volta de Camões para Portugal em 1570 na náo *Santa Clara*, antevêjo a probabilidade d'elle ter tocado em alguma das ilhas dos Açores, principalmente na Terceira.» Teixeira Soares

começa por observar a favor da inferencia: «que era então geral a vinda das náos da India pelos Açôres. Duas eram as principaes causas d'esta passagem por aqui: a primeira, aproveitar o favor dos ventos e correntes pelagicas; a segunda, a protecção contra a pirataria, que ao chegar aos Açôres encontravam na Armada que todos os annos para esse fim vinha a estas ilhas.» E para este fim cita o proprio Couto, que falla da Armada que estava já em Cascaes prestes a largar para os Açôres, sob o commando de D. Francisco de Menezes, irmão do desventurado D. Tello de Menezes, o amigo de Camões; tambem a observação do mesmo chronista, quando compara a ilha de Angarica, na costa oriental da Africa, com outra do archipelago açoriano: «*é tão alta quasi como a ilha do Pico.*» A unica vez que poderia Diogo do Couto ter esta impressão directa só podia ser no seu regresso a Portugal em fins de Março de 1570, passando a náo Santa Clara pelos Açôres. Mas em Camões reflecte-se sempre a impressão da realidade na sua idealisação poetica; Alexandre de Humboldt, que tanto admirava Camões como pintor da Natureza, notou no *Cosmos*, que a vegetação com que era representada a *Ilha dos Amores*, nos *Lusiadas*, era europêa e não oriental. Diogo do Couto refere que a Náo Santa Clara esperara o resto da Armada vinte dias na ilha de Santa Helena; e Manoel Corrêa, no commento da *Ilha dos Amores* diz: «Muitos têm para si que esta Ilha seja a de Santa Helena; mas enganaram-se, porque foi um fingimento que o Poeta aqui fez como claramente consta da letra.» (*Comm.*, fl. 250.)

Reconhecendo a verdade da observação de Humboldt, quiz um critico fixar essa realidade na ilha de Zanzibar, [1] por existirem ahi cinco das quatorze arvores indicadas por Camões. Apoiados nos dados topographicos, dois eruditos *terceirenses*, o P.e Jeronymo Emiliano de Andrade e o Dr. Moniz Barreto Côrte Real, consideraram a Ilha Terceira como sendo a realidade da *Ilha dos Amores*, pela coincidencia dos seus traços descriptivos; explicam a referencia ao porto de Angra:

> Onde a costa fazia *uma enseada*
> Curva e quieta.................

E referindo-se aos *tres cumes*, tão caracteristicos do Monte Brazil:

> *Tres fermosos outeiros* se mostravam
> Erguidos com soberba graciosa,
> Que de gramineo esmalte se adornavam
> Na formosa ilha alegre e deleitosa.

Tambem em relação aos fructos, é bem conhecida nos Açores a *lima doce*, que ahi tem o nome de *lima da Persia*, á qual allude Camões:

> O pômo que da patria Persia veiu,
> *Melhor tornado no terreno alheio.*

Corrobora a interpretação dos dois açorianos illustres a observação de Humboldt, tornando facto historico a passagem de Camões

---

[1] Gomes Monteiro, *Carta sobre a situação da Ilha de Venus.* Porto, 1849. Inadmissivel, por que nem á ida para a India nem no regresso tocaram as náos em Zanzibar

pela ilha Terceira, que elle idealisou no impressionante episodio da *Ilha dos Amores.*

A Náo Santa Clara chegou a Lisboa em 7 de Abril de 1570, [1] tendo Camões ainda o desgosto de vêr morrer Heitor da Silveira, já á vista de terra. Camões, depois de dezesete annos de ausencia, veiu ainda encontrar accesos os antigos odios, e luctar mais duramente com a desgraça, que agora já não era sómente pessoal, mas nacional. Em quanto outros traziam as ricas mercadorias das Indias, Camões trazia o manuscripto do seu Poema, sentido nos desterros injustos, nos cruzeiros doentios e combates contra os piratas, nas tempestades e naufragio: era o *Tesoro del Luso*, como lhe chamou Cervantes, traduzindo em uma phrase genial o sentimento collectivo dos *Lusiadas.* Alli estava eternisada a vida, a gloria da nação portugueza; trazia-o para lançal-o á publicidade, como o marinheiro que arroja ao mar a noticia do galeão que se afunda, para que um dia aconteça saberem quando e aonde succumbiram á fatalidade.

[1] O dia da chegada vem apontado por Figueiredo Falcão, no *Indice de toda a Fazenda*, p. 170.

EPOCA QUARTA

Regresso de Camões a Lisboa e sua morte

(1570 a 1580)

—

Depois de dezesete annos de ausencia, sempre entre perigos imprevistos, e sem esperança de tornar a vêr a patria, o momento em que se ouve o grito que annuncia a terra faz estremecer de alegria, e o coração estúa sob uma commoção tão forte como a do soffrimento. Camões sentiu esta impressão profunda, descrevendo com um eloquente laconismo nos *Lusiadas*, esse momento, quando

> .... da ethérea gávea o marinheiro
> Prompto co'a vista: — *Terra! Terra!* brada.

A sensação dolorosa d'esse jubilo ainda não foi expressa em linguagem humana com palavras mais sentidas do que as de Camões:

> Esta é a ditosa Patria minha amada,
> A' qual se o Céo me dá que eu sem perigo
> Torne com esta empreza já acabada,
> Acabe-se esta luz alli commigo...
>
> (*Lusiad.*, III, est. 21.)

O que o poeta diz do navegador que primeiro sulcou os mares do Oriente, compete-lhe por ser tambem o que conseguiu realisar a empreza da creação da Epopêa nacional e dar fórma ao ideal heroico nas Litteraturas modernas. Esse momento excepcional da vida, em que o espirito como que se renova pela lembrança do passado reflectido em todas as cousas sobre que descansam os olhos, torna a ser idealisado n'esta primorosa estancia dos *Lusiadas:*

O prazer de chegar á Patria cara,
A seus penates caros e parentes,
Para contar a peregrina e rara
Navegação, os varios céos e gentes;
Vir a lograr o premio que ganhara,
Por tão longos trabalhos e accidentes,
Cada um tem por gosto tão perfeito,
Que o coração para elle é vaso estreito.

(*Lus.*, IX, 17.)

A chegada da náo *Santa Clara* a Lisboa a 7 de Abril de 1570, em que regressara o poeta, é-nos descripta por Diogo do Couto: «demos á vela, e chegamos a Cascaes em Abril e ahi surgimos, por estar a cidade de peste; e tinha el-rei ali regimento, que chegando as Náos surgissem fóra, e lhe mandassem um criado seu com cartas para saber novas da India, a que acudiu Fernão Peres de Andrade e D. Francisco de Menezes, o Surdo, irmão de D. João Tello, que ahi estava por capitão de uma Armada, que era de alto bordo, para ir esperar as náos ás ilhas (sc. dos Açôres); e pelo regimento que tinha de el-rei, me desembarcaram com as cartas para lhe ir dar novas. Em Almeirim o esperei,

aonde veiu ter d'ahi a dous dias, e de mim soube tudo o que quiz; e por os Fisicos assentarem estaria a cidade fóra do Mal grande que teve, mandou el-rei que entrassem as Náos dentro. Vinham os *matalotes* e *camaradas* Heitor da Silveira, o Drago, [1] Fernão Gomes da Gram e eu, e o dia que vimos a roca de Cintra faleceu Heitor da Silveira, por vir já muito mal; e as náos chegaram em fins de Maio ou já em Junho...» Poucas linhas adiante appresenta Diogo do Couto: «aquelle princepe dos Poetas de seu tempo, *meu matalote* e amigo Luiz de Camões...» Isto prova que o poeta fôra seu companheiro de viagem n'essa náo Santa Clara, excluindo toda a hypothese. No *Soldado pratico*, ainda o chronista allude com enthusiasmo a esse navio: «A náo *Santa Clara*, dizem que é agora o melhor páo da carreira;...» (p. 8.) A náo pôde entrar a barra e vir fundear no Tejo, quando Couto voltou de Almeirim com essa permissão por ter declinado a peste; seria o desembarque, contando com os dois dias de espera em Almeirim, em 10 de Abril. Desde Outubro de 1569 começara a peste a desapparecer: «e pelo Natal estava já a cidade muito boa, porém com o temor do grande fogo que era passado, não se vinham para a cidade senão pessôas pobres, que já não tinham que comer, que as outras esperavam que passasse Março, por dizerem os medicos, que em

[1] Diogo do Couto como recompoz de reminiscencia esta *Decada* VIII, que lhe fôra roubada, deu o titulo de *Drago* de Heitor da Silveira, falecido em 1535, a seu sobrinho do mesmo nome, o amigo de Camões.

o renovar das ervas podia tornar a renovar o mal, o que assim não succedeu.» [1] No seu desembarque, no meio d'esta desolação geral, temendo-se ainda a recrudescencia da peste, foi Camões encontrar sua mãe D. Anna de Sá, *muito velha e muyto pobre*, como se lê em um documento legal. Moraria ella ainda á Mouraria, conforme o assento de dezesete annos antes feito na Casa da India, quando em 1550 foi a primeira inscripção do poeta. N'essa mesma rua estava o Collegio dos Meninos Orfãos, e quando a cidade de Lisboa fez o voto de uma procissão solemne á Senhora da Saude, alli se recolheu a sua imagem: «os vereadores tornaram a mandar denunciar ao povo nas egrejas ao domingo dezeseis de Abril da mesma éra de 1570, que a quinta feira primeira, que eram vinte do mez de Abril, se fazia a procissão, como se fez tão solemne, com tantas dansas e invenções, que fôra pouco de escrever...» Camões vinha assistir a este resurgimento da cidade, e sem se lembrar mais dos passados soffrimentos, todo o seu interesse moral estava em ouvir fallar das causas da temorosa decadencia e catastrophe que o impressionaram. Entre as Cartas de Camões, hoje perdidas, dá Faria e Sousa noticia de uma que fôra dirigida a um amigo do Porto, em que dizia que lhe custava ainda a crêr o ter conseguido voltar á patria; tinha esse amigo a carta encaixilhada como uma preciosidade, mas não obstou tamanha estima a que o acaso a destruisse.

---

[1] Doc. no *Summario de varia historia*, t. II, p. 167.

Era n'este meio profundamente perturbado, em que se imprimia a *austera, apagada e vil tristeza* de uma época de irremediavel decadencia completa, que vinha Camões dar agora publicidade ao Canto heroico da idealisação da Patria. Assim apóz uma lucta de resistencia tenaz contra os soffrimentos physisicos, vinha elle iniciar a ultima quadra da sua vida sob o pungimento das torturas moraes.

A) O fim da Peste grande de 1569 — Furto do PARNASO DE CAMÕES (1570) — Os LUSIADAS na Censura. (1571)

O jubilo com que Camões regressara a Lisboa contrastava com a tristeza publica causada pela calamidade que ficou na historia com o titulo de *Peste grande*, e não menos pela quebra do valor da moeda, pela instabilidade social, em que a administração e a politica estavam sob o arbitrio da classe ecclesiastica. Na relação manuscripta da Bibliotheca nacional attribue-se a Peste grande a castigo divino pela quebra da moeda: «E as Egrejas tambem receberam seu grande pedaço de perda, por terem acabado de receber as esmolas das Endoenças da Semana Santa, que é uma grande cópia de esmolas n'esta cidade.» Lisboa já não era essa côrte florente, onde Camões passou os seus mais alegres e venturosos annos de uma mocidade deslumbrante; era uma necrópole quasi deserta, dominada pelo fanatismo, pelas cavilações de uma politica de traição fomentando o unitarismo iberico como auxilio á unidade catholica da Santa Liga, hallucinando as ambições do

joven monarcha. Camões, que regressara pobre da India, veiu achar Lisboa na indigencia motivada pelo abaixamento insensato do valor da moeda. Em um manuscripto interessantissimo de 1569, lêem-se estes dados: «A causa porque se tirou e abateu a moeda, foi por que vinha muita e em grande numero de Inglaterra secretamente, entre barris de farinha e entre pipas de prégos e em outras muitas partes d'onde a podiam trazer escondida, e era tanto d'isto, que dentro em Inglaterra se estava fazendo e batendo em ruas publicas, e d'esta maneira nos *enchiam Portugal de cobre e levavam todo o ouro e prata*, e tanto com isto deitavam a perder este reino, que havendo grande multidão de moedas de ouro de mil reis e de quinhentos reis de cruzes, e portuguezes, e de prata, despejaram o reino tão depressa d'esta boa moeda, que veiu a não haver uma senão por milagre.» [1] Para corregir este erro economico, os conselheiros do joven rei D. Sebastião commetteram outro erro mais desastroso, promulgado pela lei e pragmatica de 14 de Abril de 1568, em que o patacão de dez reis era reduzido a trez; a moeda de cinco reis reduzida a real e meio; a de tres reis reduzida a um real, e a de um real reduzida a meio. Para subtrahirem Dom Sebastião aos queixumes do povo, levaram-o para Almeirim. O poeta comico Chiado, no *Auto das Regateiras*, confirma este abalo economico, referido no manuscripto contemporaneo citado:

---

[1] Ms. da Bibl. nac. Publicado pelo Dr. Ribeiro Guimarães no *Summario de varia historia*, t. II, p. 160.

VELHA: Tudo vae fóra da estrada,
bem o vejo e bem o sei!
COM.: E mais *com esta ida de El-Rei*,
não hade haver venda nada.
VELHA: Comadre, eu vos direi,
fico-m'eu n'aqueste inferno.
COM.: Muitas vezes cuido eu
que se vay a Almeirim
hum rei meado inverno.
VELHA: A fazer rico escourpim.
COM.: D'isso só me fica magoa,
nunca é contente a pessoa,
um Rei que estava em Lisboa
assi como peixe n'agoa;
mas vós veredes o que sôa.
VELHA: *Todos nós isso ermamos*,
comadre, manso o dizeis,
mas sam vontades de reis,
que quereis que lhe façâmos,
como dizem — *Lá vão leis...*

(Fl. 3)

Pelo Manuscripto contemporaneo se explicam estas allusões do *Auto das Regateiras*, em que se reflecte a vida popular: «De maneira que esta Pragmatica saiu a quarta feira de trévas, *estando El Rei em Almeirim*, pelo que era lastima vêr a gente de Lisboa pasmada, por que como havia pouca prata e não havia outra moeda senão cobre, e por terem todos esperanças de não cumprir a tal pragmatica, *e cerrarem-se todos sem querer vender nada*, e ser vespera de festa, julgue cada um aqui o povo de Lisboa, qual andaria e qual estaria, ao que acudiu a Camara e a Misericordia d'esta cidade, mandando a Almeirim dar conta a El rei do reboliço que ia em Lisboa, que quizesse permittir houvesse emenda no mandado. — E a quinta e sexta feira estiveram assim todos esperando, *sem*

n'esse dia quererem vender cousa alguma. E ao sabbado, vespera da Paschoa, vieram e trouxeram por novas, que El rei mandava se cumprisse o que tinha mandado, sem remissão, havendo respeito ao isentar causas que para isso havia. — Foi tal a revolta e clamor n'este povo de Lisboa, por causa da muita perda que recebiam, que houve desesperados que, com sentirem o perdimento de dinheiro perdiam as vidas enforcando-se, outros andavam pasmados.» *(Op. cit.* p. 158.)

Depois do rebate da moeda, veiu a Peste acabar de reduzir á miseria o povo de Lisboa; reproduzimos aqui esse quadro de desolação, para representar o estado em que veiu Camões encontrar a patria que elle tanto pensara engrandecer: «No mez de Junho de 1569 se acharam muitos pessoas n'esta cidade doentes de *inchaços*, e outras que morriam uma morte muito apressada, e todavia andava um ruge-ruge de povo que era peste, mas como havia trinta e nove annos que a Portugal não viera este mal, e o não conheciam, uns zombavam d'isso, outros de experiencia e edade affirmaram sel-o. — No mez de Junho veiu todavia a ser este rumor tão grande, que certificando alguns ser peste, mandou El rei fazer ajuntamento dos physicos, para o determinarem. Os modernos diziam não ser este mal, dando por razão que o inverno fôra muito grande, e a humidade causara taes postêmas em os corpos; e os antigos e de experiencia, que tinham visto outros, affirmavam sel-o e accolhiam-se e davam de conselho aos amigos que se fossem por ser refinada peste, e já a esse tempo morriam cada dia 50, 60 pessoas,

mas andava tudo calado e secreto para não se despejar a cidade, e se viam ir os mercadores diziam que elles inventavam isto por fugirem para o Golpho. Andava a gente assim d'esta maneira indeterminada até entrar o mez de Julho, onde se inventou que no interlunio do dito mez, que era a 10 d'elle, se havia de subverter a cidade, e que o Castello se havia de juntar com o Carmo e com Almada; e não se espante quem isto lêr, nem me tenha por parte em escrever tal zombaria, por que affirmo, e foi assim, que tão crente andava esta abusão e parvoice em toda a gente, assim popular como de muita qualidade, que chegou a tanto a crença d'ella, á vespera do dito entre-lunio se despejou toda a cidade com tão desatinado impeto, e tão sem ordem nem proposito, que cada um caminhava sem saber para onde, indo pôr arrabaldes e termo aos pés das oliveiras, com fato, mulheres e filhos; e passado o entre-lunio, em que deu muito grande pancada de mal, acabando de entender o que era, se foram os que poderam e tinham posses para as partes que queriam, e os pobres se tornaram á cidade.—

«No mez de Julho e Agosto não houve dia em que não morressem 500, 600, 700, não havendo já adros aonde se enterrar, que 20, 30, 40, 50, 60 se deitavam em cada cova, que para isso se fizeram muitas, grandes, como se disse na prégação da Saude. (Refere-se ao sermão de Fr. João da Silva, na egreja de S. Domingos.) De maneira que morria a gente fallando uns com os outros e cahiam mortos, sendo já tanta a quantidade, que por não haver sagrado donde os podes-

sem enterrar, sagraram monteiros, olivaes, praias para sepultar, até o campo da Fôrca que foi todo lavrado de cóvas; e para haver quem levasse estes mortos ás sepulturas se tiraram os forçados das galés para isso, que com esquifes andavam, no qual serviço se lhes commutava o degredo das galés, e com tudo isso não bastavam para dar vasão a tantos mortos, acudindo áquelles que peitavam aos forçados, e os que não estavam dois e tres dias pelas portas e ruas, amortalhados, esperando duas horas, até que já não estavam para os poder levar, lhes faziam suas covas pelas ruas e lojas onde moravam e ali os sepultavam...

«Corria-se toda a cidade e muitas vezes não se topava em toda ella cinco pessoas vivas e sãs, e alguns se se topavam, era a côr de finado... De maneira que a maior mortandade d'este mal foi nos mezes de Julho, Agosto e Septembro, e o menor no dia de mortos n'estes mezes não desceu de 500 pessoas, e passando estes mezes começou a cidade a melhorar, de maneira que quando veiu o Natal já a cidade estava com a maior parte da gente...»

Em uma carta do jesuita Diogo de Carvalho, de 12 de Julho de 1569, alludindo ao prognostico de se subverter Lisboa no dia seguinte, descreve o effeito d'este panico: «não havia na cidade mais do que gritos, desmaios e andar a gente doida e sem siso. Occupou a gente que d'esta cidade saía sete ou outo leguas ao redor de Lisboa, e por que não havia casas se punham pelos campos ao pé das oliveiras; e como não havia agua, nem

iam providos de comer bastante, nos dão por novas que morrem por lá com fome, sêde, com muitos outros damnos que ha n'esta cidade. A mim me veiu desejo de prégar pelas ruas por onde ando, aonde toda a diversidade de povoação me cérca pedindo-me pelas chagas de Christo que os desengane e queira ir morrer com elles, e não basta mostrar-lhes que tudo isto é imaginação, para os socegar... *Acabado este mal veiu o da fome;* os officios não tiveram que fazer por alguns mezes, por que todos cuidavam unicamente em conservar a vida.»

N'esta tremenda peste morreu o poeta quinhentista Doutor Antonio Ferreira, ficando a collecção dos seus versos, já colligidos sob o titulo de *Poemas lusitanos*, inedita durante vinte e nove annos. Gonçalo Fernandes Trancoso, na edição dos seus *Contos* de 1575, em uma *Carta á Rainha D. Catherina*, allude á Peste grande de 1569, referindo que viu Lisboa despovoada, morrendo-lhe em casa sua mulher, uma filha mais velha de vinte e quatro annos, um filho estudante e outro que era menino do côro. Foi no meio d'esta calamidade, que Trancoso, para dominar a imaginação que o torturava, compoz a collecção dos *Contos proveitosos*. O unico filho Antonio Fernandes, que lhe sobreviveu, veiu mais tarde a dar publicidade á terceira parte d'estas novellas tradicionaes. Camões veiu assistir aos preparativos para a grande procissão em acção de graças, annunciada ao povo desde 16 de Abril. Effectivamente na quinta feira, 20 de Abril, como relata a descripção manuscripta da Bibliotheca nacional, a Procissão

—«partiu da Sé pela manhã (11 horas) e acabada de entrar em S. Domingos, deram duas horas depois do meio dia.—Iam n'ella todas as religiões d'esta cidade e toda a clerezia, e confrarias e freguezias. Ia no cabo uma riquissima charola com todas as principaes reliquas d'esta cidade, e adiante d'esta outra com N. S. da Saude. Houve em S. Domingos tres prégações, uma cá fóra no alpendre, outra dentro, antes da procissão chegar, por causa de despejarem a egreja aos que vinham na procissão, onde se prégaram muitos milagres e tudo o que succedeu no mal. Ouvi ao prégador de dentro, que foi Frei João da Silva, que nas mais das covas se botavam cincoenta defuntos, e que *passaram de cincoenta mil almas os falecidas do mal.*—A quarta feira, vespera do dia d'esta procissão, se mandou deitar pregões, que toda a pessoa puzesse de noite uma vela accesa ou candeia a cada janella da banda do mar e da terra; fez-se assim. Estava a cidade muito para vêr. Houve tambem toda a noite fogueiras e festas pelas ruas...» (*Summar.*, II, 167.)

Como na mente de Camões resaltaria o contraste com as festas de outr'ora na côrte de D. João III! E no meio d'esta depressão do espirito publico, não viria o seu Poema—«cantar a *gente surda e endurecida?*» Não presentia o poeta que d'ahi a dez annos assistiria a uma outra peste, egualmente tremenda, e que o seu corpo desappareceria na vala em que se botavam aos cincoenta cadaveres.

No meio d'esta indifferença geral, que chega a actuar no seu espirito, confessando no verso: «—*O gosto de escrever, que vou per-*

dendo — (*Lus.*, x, 8) uma nova calamidade veiu assaltal-o inesperadamente. Pouco depois de ter chegado a Lisboa foi-lhe roubada a collecção dos seus versos lyricos! Sabemol-o pela noticia succinta de Diogo do Couto, na *Decada* VIII, referindo-se ao encontro de Camões em Moçambique no inverno de 1569, acabando «de aperfeiçoar as suas *Lusiadas* para as imprimir; e foi escrevendo muito em um livro que ia fazendo, que intitulava *Parnaso de Luiz de Camões*, livro de muita erudição, doutrina e philosophia, *o qual lhe furtaram*, e nunca pude saber no reino d'elle, por muito que o inquiri, e *foi furto notavel.*» Assim como o titulo de Cancioneiro se dava ás composições poeticas em redondilhas, foi sempre corrente o titulo de *Parnaso* empregar-se para designar as composições em endecasyllabos, da eschola italiana. Vê-se pois que esse corpo systematico de todas as Lyricas de Camões, que elle estava organisando, depois que acabou de aperfeiçoar os *Lusiadas*, em Moçambique, foi subtrahido ao poeta, dando em resultado ficarem até 1595, quinze annos depois da sua morte, ineditos e ignorados os versos em que dera expressão incomparavel aos sentimentos que o inspiraram. A data do *furto*, que *foi notavel*, por que apagara uma das mais altas manifestações do genio de Camões, póde fixar-se pelo dizer de Diogo do Couto, que muito procurou saber do paradeiro do *Parnaso* «por muito que o inquiri.» Diogo do Couto voltou para a India, saíndo de Lisboa na náo Chagas em 17 de Março de 1571; esta data limita a sua pesquisa infructifera, apezar dos

prolongados esforços. Se no naufragio na foz do Mecom não tivesse Camões salvado os *Lusiadas*, agora com o furto do seu *Parnaso*, nenhum documento restaria de um genio primacial, apagado pela pressão da fatalidade. Não lhe roubaram os *Lusiadas*, por que em 1571 já estavam entregues ao tribunal da censura ecclesiastica, ou talvez se deu por isso pressa a salvar pela estampa a immortal Epopêa.

Passados os primeiros tempos do regresso a Lisboa, e encontrando antigos conhecidos da côrte, principalmente o seu intimo amigo D. Manoel de Portugal, e ainda Dona Francisca de Aragão, não lhe faltaria vontade de saber de pessoas do paço o caso de D. Catherina de Athayde, a sua morte prematura, e em que egreja estava enterrada. E sabendo-o, alentaria a sua alma no culto d'essa dolorida memoria. O Soneto CCCXXXVII, encontrado em manuscriptos avulsos, lembra a visita á sepultura da namorada:

Memoria do meu bem cortado em flor,
 Por ordem de meus tristes e máos fados,
 Deixae-me descansar com meus cuidados,
 N'esta inquietação de meus amores.

Basta-me o mal presente, e os meus temores
 Dos successos que espero infortunados,
 Sem que venham de novo bens passados
 Affrontar meu repouso com suas dôres.

Perdi n'uma hora quanto em termos
 Vagarosos e largos alcancei;
 Lembrae-me pois, lembranças d'esta gloria

Cumpre acabe a vida n'estes ermos,
 Por que n'elles com meu mal acabarei
 Mil vidas, não uma só, dura memoria!

E depois de ter-se dirigido á lápide commemorativa, como em uma oração intima, faz no Soneto CCCXXXVIII a evocação de Catherina d'Athayde com uma dôr sagrada:

Do corpo estava já quasi forçada,
Aquella *Alma gentil* ao Céo devida,
Rompendo a nobre têa de sua vida,
Por *tornar cedo* á patria desejada.

Ainda em flôr, sem ter raiz lançada
Na terra, d'ella tanto aborrecida,
Se arrancou boamente, e esta partida
Fez a morte suave sua jornada.

Alma pura, que ao mundo te mostraste,
Sôlta de seus grilhões, que outros enlaçam,
E agora gosas lá dias melhores;

Dos teus, que cá sem ti tristes deixastes,
Te mova alta piedade, em quanto passam
Estas horas que a dôr lhe faz maiores.

N'esta concentração de tantas angustiosas lembranças, tem o poeta a visão quasi real d'aquelle vulto feminino que muito o encantara, por quem muito soffreu e ainda está soffrendo:

Os olhos onde o casto Amor ardia,
Ledo de se vêr n'elles abrigado,
O rosto, onde com lustre desusado
Purpurea rosa sobre a neve ardia;

O cabello, que inveja ao sol fazia,
Porque fazia o seu menos dourado,
A branca mão, o corpo bem talhado,
Tudo aqui se reduz a terra fria.

Perfeita formosura *em tenra edade*,
Qual flôr, que antecipada foi colhida,
Murchada está da mão da morte dura.

Como não morre Amor de piedade?
Não d'ella, que se foi á clara vida,
Mas de si, que ficou em noite escura.

(Soneto CLXXXVI)

Sob estas impressões escreveu ainda uma Egloga, que foi colligida por Luiz Franco no seu Cancioneiro, e que no manuscripto de Faria e Sousa, que ficou inedito até 1779, trazia a rubrica: *A' morte de D. Catherina de Ataide, Dama da Rainha.* E' um dialogo entre dois pastores, Soliso *(Luis)* e Sylvano. [1]

E não me quiz deixar triste ventura
  Esperanças de mais tornar a vêl-a!
  Oh destino cruel! oh sorte dura!
Oh querida Nathercia! Oh nympha bella,
  Em quem, emfim, mostrou a natureza
  O mais que se podia esperar d'ella!
Se lá no assento da maior alteza
  Te lembras de quem viste cá na terra,
  Para te magoar sua tristeza;
Lembra-te de contino a cruel guerra,
  Que contínua me faz tua lembrança,
  Esquecido do gado, valle e serra.
  . . . .

Nathercia, que no mundo foi um lume
  Onde a belleza de maior estado
  Incendios aprendia por costume;
Nathercia, por quem ando acompanhado
  De magoa tal, que só da morte dura
  Espero o feliz fim de meu cuidado;
Ao Céo se foi co'aquella formosura
  Que era mostra do Céo, gloria da terra;
  Que era o sugeito mór da mór ventura...

Quem vê ecclipsada a vista bella,
  Depois de visto haver sua beldade,
  E não sabe morrer por ir traz ella?
Como não te applacou *tão tenra edade*
  Ao cortar do seu fio, oh Parca dura,
  Que agora o mundo matas de saudade?

[1] Na *Bibl. Lusit.*, aponta-se como do chronista Francisco de Andrade: *Elegia á morte da Senhora D. Catharina de Athayde, em que são Interlocutores Felicio e Sylvano. Ms.*

Na lição colligida por Luiz Franco este ultimo terceto appresenta um desenvolvimento suscitado por uma emoção insistente:

Quem cuidara que uns *tão tenros annos*
E uma tal claridade, que excedia
Quanto podem cuidar peitos humanos,

E aquelle olhar brando, que fazia
Ao mesmo Amor guerra livremente,
Podesse perecer em algum dia!

Qual é o peito duro, que isto sente,
Que queira vida mais, pois morta é aquella
Que fazia o viver ledo e contente!

Morta é já aquella vista bella,
Que alegrar a tristeza bem podera,
E a quem não a tem tambem trazel-a.

Ah, morte! morte dura e fera!
Como não te moveu uma beldade,
Que até as duras pedras commovera!

Como não te moveu *uma tenra idade*,
Como não te moveu a sorte dura
Dos que agora sentem sua saudade!

Todos os biographos fazem d'este amor de Camões um rapido lampêjo, referindo-o como um episodio na vida; elle lhe suscitou o *novo Pensamento* a que votou toda a sua intelligencia, todos os soffrimentos, toda a energia de uma existencia de lucta e de decepções, — a realisação da Epopêa nacional. Confessa-o nas *Outavas I.*[1], a D. Antão de Noronha: «*Se um* NOVO PENSAMENTO *amor me cria*», e na Canção XI, quando na conversação leda e na saudade — «uma e outra chave — Esteve do meu NOVO PENSAMENTO.» Esse immenso e infindo amor o fortificou no grande ideal.

N'estes primeiros tempos de Lisboa, em que se avivaram todas as recordações de um passado venturoso, fez o poeta balanço de toda a sua vida, em um quadro autobiographico na inexcedivelmente bella Canção XI. Estava em uma vibração emocional, anterior aos applausos perturbadores e ás invejas surdas, que suscitaram os *Lusiadas*, que o envolveram insistentemente sem o fortificarem. A Canção XI em si e na sua origem é um precioso documento psychologico. Escreve Goethe, nos seus Fragmentos biographicos: «Cellini pretende, que quando um homem julga ter feito alguma cousa ou levado uma vida interessante, tendo chegado aos seus quarenta annos, deve começar a narrativa da sua vida, relatar fielmente os dias fecundos de acontecimentos da sua mocidade e proseguir esta tarefa.» Camões teve a intuição d'esta necessidade, idealisando na Canção XI o quadro completo da sua existencia, desde as primeiras e instinctivas manifestações do temperamento amoroso, e paixão fatal que lhe foi destino, até aos perigos em que a piedade humana lhe faltava, restando-lhe no fim apenas a memoria dos passados annos. Transcrevendo nas variadas epocas de sua vida esses versos autobiographicos, é no final da Canção XI, que vêmos representado o estado de alma no regresso a Lisboa:

> Que segredo tão arduo e tão profundo,
> Nascer para viver e para a vida,
> Faltar-me quanto o mundo tem para ella!
> E não poder perdel-a
> Estando tanto tempo já perdida!
> Emfim, não houve *transe da fortuna*,
> *Nem perigos*, nem *casos duvidosos*,

Injustiças d'aquelles que o confuso
Regimento do mundo, antigo abuso,
Faz *sobre os outros homens poderosos*,
Que eu não passasse, atado á fiel columna
Do soffrimento meu......................

Não conto tantos males, como aquelle
Que depois da tormenta procellosa,
Os casos d'ella conta em porto ledo;
Que inda agora a fortuna fluctuosa
A tamanhas miserias me compelle,
Que de dar um só passo tenho medo,
Já de mal que me venha não me arredo,
Nem bem que me faleça já pertendo;
....

Isto que cuido e vêjo, ás vezes tomo
Para consolação de tantos danos,
Mas a fraqueza humana quando lança
Os olhos no que corre, e não alcança
Se não memoria dos passados annos
....

Que se possivel fosse que tornasse
O tempo para traz, como a memoria,
Por os vestigios da primeira edade;
E de novo tecendo a antigua historia
De meus doces errôres, me levasse
Por as flôres que vi da mocidade;
E a lembrança da longa saudade
Então fosse maior contentamento,
Vendo a conversação leda e suave,
        Onde uma e outra chave
Esteve do meu *novo Pensamento*.

Os campos, as passadas, os sinaes,
A vista, a neve, a rosa, a formosura,
A graça, a mansidão, a cortezia,
A singela amisade, que desvia
Toda a baixa tenção, terrena, impura,
Como a qual outra alguma não vi mais...
Ah, vãs memorias! onde me levaes
O debil coração, que inda não posso
Domar bem este vão desejo vosso?

A necessidade de salvaguardar o Poema pela imprensa trouxera-o de Moçambique a Lisboa; mas as calamidades publicas, como a Peste grande, a quebra do valor da moeda, e a exaltação fanatica com que se procurava fazer entrar o joven rei D. Sebastião na Santa Liga contra os Turcos, tornavam quasi impossivel a realisação do projecto do Poeta. Inesperadamente vêmos com data de 24 de Septembro de 1571 a concessão de um privilegio de dez annos a Camões, para a publicação dos *Lusiadas;* e immediatamente entregue o poema á censura do revedor da Inquisição, pouco ahi se demora, até 12 de Março, tempo a datar do qual começa a vencer a tença concedida pelo merito da Epopêa por alvará de 28 de Julho de 1572, logo apoz a sua publicação. Esta rapidez com que passa o poema por estações officiaes e ecclesiasticas, esta recompença publica ao merito, tendo Camões chegado a Lisboa em extrema pobreza, soccorrido por alguns seus amigos companheiros da viagem e sem valimento, encerram um problema historico. Para explical-o suppoz-se que D. Manoel de Portugal interviera junto de D. Sebastião, patrocinando o seu amigo de outr'ora; mas a Ode VII, em que se compara Camões á *hera florescente,* allude á mocidade, quando frequentou a côrte em 1545, e quando o *rudo Canto* era apenas um esbôço de Poema historico. Em 1571 D. Manoel de Portugal estava na inhibição diante dos tres partidos que se profligavam na côrte, e era de todo impossivel obtêr de D. Sebastião, na incoerencia dos seus dezesete annos, uma audiencia litteraria; como nota

Storck «era quasi inaccessivel, propenso apenas a caçadas e exercicios corporaes, como eschola preparatoria de pelejas e guerras.» [1] E observando que a Ode VII não allude a favor regio, funda ainda essa negação na estrophe 154 do canto X dos *Lusiadas*, em que na apostrophe ao monarcha diz cathegoricamente:

> Mas eu, que fallo humilde, baixo e rudo,
> *De vós não conhecido, nem sonhado*,
> Da bocca dos pequenos sei comtudo
> Que o louvor sae ás vezes acabado.

---

1 Camões não tinha meio de alcançar uma audiencia de D. Sebastião, o monarcha de dezesete annos, então illaqueado pelo seu director e confessor P.e Luiz Gonçalves, e por Martim Gonçalves da Camara, seu irmão, a quem fizera ministro. Na celebre Carta do bispo de Silves D. Jeronymo Osorio ao P.e Luiz Gonçalves, descreve-se esta *sequestração* do monarcha: «Pois que fará um Reino tão pobre e tão pequeno, faltando-lhe o amor e lealdade dos naturaes, e o aborrecimento do Senhor forasteiro, que fez sempre a sua principal defensão? e não se espante V. Rev.ma d'isto, por que a gente que nunca viveu senão da affabilidade do seu Rei, não póde amar *um Rei montezinho, e que não vê nem conversa gente*, de que mais se hade servir; e o que dizem que ainda que em parte venha d'elle ser corrido naturalmente, todavia a maior parte, dizem todos, que nasce de V. Rev.ma e o senhor vosso irmão recearem que se El Rei conversar gente nobre, se affeiçõe a outrem mais do que a elles: o que affirmam os que alguma hora fallam com elle de vagar, porque certificam, que acham n'elle tanta habilidade e tanto gosto de o tratar com homens, que não pode ser senão por isto;...»

O facto de apparecer no traslado do primeiro canto dos *Luziadas*, no Cancioneiro de Luiz Franco, com o titulo do Poema a dedicatoria *A El rei Dõ Sebastião*, que se não conservou no texto impresso em 1572, leva a deprehender que embaraçaram ao Poeta esta homenagem pessoal.

Nem me falta na vida honesto estudo,
Com longa experiencia misturado;
Nem engenho, que aqui vereis presente,
Cousas que juntas se acham raramente.

E' certo que para obtêr o privilegio de 24 de Septembro de 1571 era absolutamente necessario uma poderosa influencia. Quem seria? quem exerceria esse prodigioso influxo? Guie-nos o poeta: na Ode VI descreve a physionomia moral de uma dama coincidindo nos seus traços com a realidade de um typo historico, e sempre admirada na côrte:

Vêem logo a graça pura,
A luz alta e serena,
Que é raio da divina formosura,
Que n'alma imprime e fóra reverbera.
. . . .
E vêem a gravidade
Com a viva alegria,
Que misturada tem, de qualidade
Que uma da outra nunca se desvia.
. . . .
As palavras discretas e suaves,
Das quaes o movimento
Fará detêr o vento e as altas aves.
. . . .
Aquelle não sei quê,
Que aspira não sei como,
Que invisivel sahindo, a vista o vê,
Mas para o comprehender não lhe acha tomo;
E que toda a toscana Poesia,
Que mais Phebo restaura,
Em Beatriz nem Laura nunca via:

Em vós a nossa edade,
Senhora, o póde vêr,
Se engenho, se sciencia e habilidade
Eguaes á vossa formosura houver,
Qual a vi, *no meu longo apartamento*,
Qual em presença a vêjo:
Taes azas dá o desejo ao pensamento.

Pois se o desejo afina
Uma alma accesa tanto,
Que por vós use as partes de divina,
Por vós levantarei não visto Canto,
Que o Betys me ouça e o Tibre me levante;
Que *o nosso claro Tejo,*
Envolto um pouco o vêjo e dissonante.

Os campos não *o esmaltam*
Flores, mas só abrolhos
O fazem feio; e cuido que lhes faltam
Ouvidos para mi, para vós olhos.
Mas faça o que quizer o vil costume,
Que o sol, que em vós está,
Na escuridão dará mais claro lume.

Ha evidentemente aqui importantes refe rencias historicas; no Cancioneiro manuscripto de Juromenha, tem esta preciosa rubrica: *Ode a D. Francisca de Aragão, de Camões.* (Fl. 28). No appendice manuscripto do seculo XVI á edição das *Rimas* de 1595 (na Bibliotheca nacional) tambem se lê: *A D. Francisca de Aragão.* A referencia ao Betys e ao Tibre, em que recebeu Camões as homenagens de Herrera e de Tasso, precisam-nos a epoca da composição da Ode VI, mas os factos são os que se deram depois de um *largo apartamento.* Esses abrolhos no antigo campo de flores, esse Tejo envolto e dissonante accentuam a epoca de tremenda reacção religiosa e da censura contra o pensamento, de que se queixava tambem o Tasso, chamando-lhe *strettezza dei tempi.* Camões não receia que ao *não visto* CANTO faltem os ouvidos, por que já lhe eccôam as homenagens de Hespanha e da Italia; e que n'esta escuridão da côrte jesuitica realçará com claro brilho D. Francisca de Aragão. Effectivamente achando-se na côrte

de Lisboa desde 1569, D. João de Borja, (filho do Duque de Gandia, S. Francisco de Borja) e tendo viuvado em 1575, desposou-se em 1576 com D. Francisca de Aragão, partindo pouco depois para Praga com ella. O retrato que D. João de Borja faz em uma carta de 1575, de D. Francisca de Aragão, coincide com os traços da Ode VI de Camões, e explica-nos o influxo que só ella podia exercer em favor do Poeta: «Hase criado desde muy pequeña en casa de la Reyna de Portugal. *Es la mas valida dama que S. A. ha tenido, y mas estimada asi por su entendimento y valor como por su parecer.* Es la persona de que mas gusto muestra tener la Reyna... por lo mucho que S. A. gusta de su entertenimiento y conversacion por tenerla muy buena y facil. *Es tenida por la muger que mejor ha sabido hacer el officio de dama que ha havido en nuestros tiempos en Portugal...*» [1] Foi n'esta escuridão da côrte portugueza, que D. João de Borja pôde vêr o brilho do *mais claro lume.* Sómente D. Francisca de Aragão, que na mocidade de Camões distinguira o fulgor genial do apaixonado poeta, é que poderia — Levantar este seu *não visto* CANTO — [2] diante dos ouvidos *sur-*

[1] Apud D. Carolina Michaelis, *A Infanta D Maria*, p. 95, nota 229

[2] O Dr. Storck, diz, commentando este verso: «Parece-me muito arriscado referir estes versos ao Poema heroico *já publicado.* O poeta falla no futuro (levantarei);...» (*Vida*, p. 706.) Não tirou a consequencia da sua valiosa observação, considerando D. Francisca de Aragão como patrocinando a publicação do Poema heroico *ainda inedito.*

dos e endurecidos. (Lus., X, 145.) Sómente ella, intelligente, instruida e acatada por toda a côrte, poderia recommendar o poeta ao conselheiro de D. Sebastião, Pero de Alcaçova Carneiro, que pelo seu interesse pelo *problema africano* apreciava por isso o poeta. Na invocação dos *Lusiadas*, Camões via no joven monarcha o realisador d'esse sonho:

> Vós, oh novo temor da maura lança,
> Maravilha fatal da nossa edade
> . . . .
>
> Vós, que esperamos, jugo e vituperio
> Do torpe Ismaelita cavalleiro,
> Do Turco oriental. . . . .

Pedro de Alcaçova Carneiro, que fôra Escrivão da Puridade desde 1542, que a rainha D. Catherina indicara com confiança para comêço do reinado do seu neto, e a quem Dom Sebastião nomeou como um dos Governadores do Reino na sua ausencia, era quem podia facilitar a Camões os trâmites officiaes para a publicação dos *Lusiadas*. Elle protegera Bernardes, por que sabia apreciar as bellas lettras. Na edição dos *Lusiadas* de 1626 vem a tradição «que perguntando Camões um dia a Pedro de Alcaçova Carneiro, qual era o defeito maior que encontrara nos *Lusiadas*, respondera-lhe o Conde: que lhe achava um defeito grandissimo, e era não serem tão breves que se podessem decorar, ou tamanhos, que nunca se acabassem de lêr.»

Na Ode VI a D. Francisca de Aragão, faz Camões claras referencias ás dissidencias que perturbavam a côrte do joven rei D. Sebastião, que desconsiderava sua avó a rainha

D. Catherina, a qual com desgosto largara a Regencia em Dezembro de 1562, entregando-a ao Cardeal-Infante, que em Fevereiro de 1568 teve de largar o poder ao desvairado sobrinho ao completar os quatorze annos. A rainha D. Catherina ainda apresentou a D. Sebastião para seu ministro ou escrivão da puridade a Pedro de Alcaçova Carneiro, e D. João de Borja, embaixador de Hespanha em Lisboa, que veiu a desposar D. Francisca de Aragão, foi a Castella, em nome da velha rainha pedir remedio para as perturbações do novo governo. Era a situação a que alludia Camões:

> ....*o nosso claro Tejo*
> *Envolto um pouco o vejo* e dissonante.

Para subtrahir o joven rei á illaqueação dos Jesuitas, tratou-se politicamente da necessidade do seu casamento com Margarida, irmã do tambem joven Carlos IX de França, e egualmente fanatico. N'estas relações diplomaticas, Carlos IX lembrou-se de pedir ao Cardeal Infante, em carta de 14 de Novembro de 1570, uma Commenda da Ordem de Christo para o seu poeta favorito Pedro Ronsard, o celebrado chefe da eschola do lyrismo classico chamada a *Pleiada*. [1]

---

[1] Tres excellent et tres illustre Prince notre tres cher et tres aimé cousin. Ayant entendu la singulière affection que notre aimé et féal conseiller aulmosnier ordinaire maitre *Pierre de Ronsard* gentilhome vendomoyse a au service de grandeur et prosperité de l'Ordre de la Croix de Christ et pour mieux s'yemployer et parvenir au rang des Chevaliers du dit Ordre, nous escripvons presentement à notre tres cher et tres aimé

*

A obra lyrica de Camões, que lhe fôra roubada ao chegar a Lisboa, fez incidir a attenção dos amigos para a sua Epopêa, inedita e exposta a qualquer attentado; o poeta reconhece a situação deploravel do seu meio social, não encontrando *ouvidos*, ao passo que se glorificam os extranhos:

> O campo não o esmaltam
> Flores, *mas abrolhos*
> *O fazem frio;* e *cuido que lhes faltam*
> *Ouvidos para mi*; para vós, olhos...

Camões referia-se á formosa D. Francisca de Aragão, dama do maior valimento da Rainha, e que não pertencia á côrte de D. Sebastião, que afastava com rancor os olhos das mulheres pela sua educação jesuitica; *faltam olhos para ella*, como diz o Poeta. Observando a situação de valimento que Pedro de

---

bon frère et cousin le Roi de Portugal, en faveur du dit de *Ronsard* à ce que son bon plaisir soit le y vouloir reçevoir; et sachant combien vous pouvez pour lui en ceste endroit nous avons bien voulu prier comme nous faisons bien affectueusement vouloir moy au dit de *Ronsard* ceste grace envers notre dite bon frère de laquelle nous sommes assuré qu'il l'en trouvera digne pour estre personnaige très excellent en sçavoir et qui nous a faitz de grands et signallés services à l'honneur de nous et de la Republique françoyse nous est grandement recommendé, vous assurant que nous receverons à singulier plaisir la faveur qu'il vous plaira lui impartir en notre consideration et dont nous nous souviendrons quand en pareil cas d'aulcune chose nous vouldrez requerir, priant Dieu tres excellent et tres illustre prince vous avoir en sa sainte garde. Escript à Soissons le xiiime jour de novembre 1570 » Charles. Au Cardinal de Portugal. (Torre do Tombo, *Corp. chronologico*, P II, Maç. 248, Doc. 11.)

Alcaçova Carneiro manteve junto da rainha D. Catherina, e a sua sympathia pelo pensamento politico africano, e ainda a benevolencia com que mais tarde influiu na renovação da tença a Camões e a sua mãe, andaremos perto da verdade, concluindo: que o Privilegio concedido a Camões em 24 de Septembro de 1571 para a impressão dos *Lusiadas* foi devido á intervenção directa de D. Francisca de Aragão e de Pedro Alcaçova Carneiro, influindo Dom João de Borja no elemento jesuitico, que estava officialmente dispondo do governo. Sómente estas duas influencias, no meio de tão desencontrados conflictos partidarios na côrte de D. Sebastião, podem explicar o Privilegio para a publicação dos *Lusiadas*.

N'esta Ode VI, a D. Francisca de Aragão, em que lhe confessa:

> Por vós levantarei não visto Canto,
> Que o *Betys* me ouça e o *Tibre* me levante,

Refere-se Camões ao facto extraordinario de ser já conhecida fóra de Portugal a existencia do seu Poema. O *Betys* ou Guadalquivir, representa Sevilha, onde brilhava o divino Herrera, lyrico caloroso que admirava Camões, e o *Tibre* ou Roma, onde se encontrava o Tasso, em 1571, depois da sua viagem á côrte de Carlos IX. Como podia Fernando Herrera conhecer Camões antes de 1572, estando ainda ineditos os *Lusiadas?* Herrera era protegido por D. Alvaro de Portugal, Conde de Gelves, primo do poeta Dom Manoel de Portugal, amigo de Camões. Por intermedio d'elles é que os dois Poetas, os mais consumados lyricos da Peninsula se co-

nheceram. Herrera, acclamado como o divino, na sua Elegia VII faz vaticinios sobre a gloria que aguarda Camões e o seu Poema:

> Do si al deseo mio Amor no engaña,
> pienso *en la cumbre veros venturoso;*
> que riega i la castalia linfa baña.
>
> Si en medio el curso no perdeis dudoso
> la via llana a vos, i no ofendido
> llevais por el el paso trabajoso.
>
> *El rico Tajo vuestro*, conocido
> *será por vós do estiende'l curso el Indo,*
> *i el collado de Cintra esclarecido*
> con tal aura será otro nuevo Pindo.
>
> (*Obr.*, fl. 5. Ed. 1582.)

Conheceu tambem Herrera algumas poesias lyricas de Camões, porque n'essa mesma Elegia VII diz d'elle:

> I quien del rico Tajo los cristales
> mescla no inferior a Arno frio,
> *tierno en encarecer sus proprios males.*
>
> (*Obr.*, p. 237. Ed. 1619.)

Evidentemente refere-se aqui á Canção XI, em que fez Camões da fórma a mais bella e commovente a sua autobiographia. Na Elegia IX, como adiante se verá, Herrera allude ao plano da Epopêa da empreza de Africa, que preoccupava Camões. [1]

---

[1] Faria e Sousa commentando esta passagem da Ode VI, acerta no sentido do *Betys*, mas confunde a chronologia, destituindo-lhe o valor historico: «Mi entendimiento sobre este lugar es que el Poeta, quando lo escribió avia sabido que Luiz Gomes Tapia y Fernando Herrera (ambos de Sevilha, y esso es el *Betys*)

Por este mesmo tempo passava em Portugal um outro poeta sevilhano, o auctor do *Coro Febeo*, tambem da intimidade do Conde de Gelves; era Juan de la Cueva, que vinha procurar alivio á perda de sua amada Dona Luisa de Belmonte, que falecera. Sevilha estava cheia de portuguezes no seculo XVI. o que é um facto com sentido historico.

Quanto ao hemistychio da Ode VI, o *Tibre me levanta*, affirma Faria e Sousa, que alludia Camões ao Soneto que lhe dedicara o Tasso: «y avria visto el Soneto que Torquato Tasso escribió en su alabança en Roma, y por ello está aqui *el Tibre.*» Esclarecido este facto, chegamos ao conhecimento que o Tasso enviou a Camões o Soneto *manuscripto*, que ficou inedito em Portugal até á edição das *Rimas* de 1598, sendo pela primeira vez incluido na edição das *Rimas* de Tasso de 1608. Como explicar a vinda do Soneto de Tasso para Lisboa na sua fórma autographa e unica? E o conhecimento das qualidades pessoaes de Camões, *del colto e buon Luigi*? Em 18 de

---

le celebravan: el primero traduziendo y anotando su *Lusiada* poco despues de publicada, y fué impressa la traducion el año de 1580. El segundo alabandole mucho en sus Notas a Garcilasso, que por el mismo tiempo escrivia y estampava.» (*Comm. ás Rimas*, t. III, p. 160.) E em outro logar: «y le celebrava Fernando Herrera, tambien allá (Sevilla) que en sus Notas a Garcilasso, p. 93, dize esto: *Luis de Camões, en aquella hermosa y elegante obra de sus* LUSIADAS. Y esto viene á ser aquillo de que el *Betys* le oye...» As Notas são á edição de Garcilasso, de Sevilha de 1580, p. 259, citando versos dos Cantos IV e VI dos *Lusiadas*. Mas o conhecimento de Herrera é de 1571.

Fevereiro de 1571 partiu Tasso para a côrte de Carlos IX, acompanhando o Cardeal Luiz d'Este, com uma missão de Pio V para aquelle joven e fanatico monarcha; trabalhava então o Tasso na sua Epopêa *Gofredo (Jerusalem libertada)* que ia já em outo cantos. Em Paris accolheram o poeta com distincção Catherina de Medicis e Carlos IX; e o celebrado Pedro Ronsard, chefe da *Pleiade* ou do lyrismo classico, que então *pindarisava*, segundo a phrase de Rabelais, tratou-o com sympathia. Achava-se em Paris o embaixador de Portugal com a sua apparatosa comitiva, a tratar do casamento do joven rei D. Sebastião com Margarida de Valois, irmã de Carlos IX; seria elle quem levou a medalha da Commenda da Ordem de Christo para Ronsard, pedida pelo rei de França em 14 de Novembro de 1570. Ahi n'esse encontro dos dois grandes Poetas, o Tasso e Ronsard, seria lembrado o nome de Camões, desventurado, e tendo dado os ultimos retoques á sua Epopêa dos *Lusiadas*. Comparava-se o assumpto das grandes Navegações realisadas por Vasco da Gama com os assumptos da *Franciade* e do *Gofredo*. Tasso estava abandonado pelo Cardeal Luiz d'Este, em consequencia de se ter envolvido n'essa corrente do fanatismo que preparava a matança da noite de Saint-Barthelemy; as suas angustiosas necessidades fizeram-lhe comprehender a situação de Camões, e n'uma pura condolencia enviou-lhe por alguem da Embaixada portugueza o Soneto, de que não conservara copia:

*

Et hor quella *del colto e buon Luigi*
Tant'oltre stende il glorioso volo,
Chei tuoi spalmati legni andar men lunge.

Ond'aquelli, a cui s'alza il nostro Polo,
Et a che ferma incontra i suoi vestigi
Per lui del corso tuo la fama aggiunge.

Era um pensamento epigrammatico finamente expresso, mostrando que mais longe do que as Náos de Vasco da Gama estendia-se a fama de Camões. Depois de 1571, mesmo já n'esse anno em Roma, nunca mais o Tasso teve tranquillidade para poder fazer uma mensagem sympathica como a d'este Soneto, enviado para Portugal na fórma de manuscripto autographo, reproduzido da edição *Rimas* de Camões de 1598 *sem variantes* na edição italiana de 1608, pela primeira vez.

Seriam estes testemunhos dos poetas estrangeiros que tambem actuaram na concessão do Privilegio de 24 de Septembro de 1571, para a publicação dos *Lusiadas*:

«Eu El Rey faço saber a quantos este Alvará virem, que eu ey por bem e me praz dar licença a *Luis de Camões* para que possa fazer impremir nesta cidade de Lisboa, hũa obra em outava rima chamada os *Lusiadas* que contam dez cantos perfeitos, na qual ordem poetica em versos se declarão os principaes feitos dos Portuguezes nas partes da India depois que se descobriu a navegação para ellas por mandado d'El Rey D. Manoel meu visavô que santa gloria aja, e isto com prevelegio pera que em tempo de dez annos, que se começarão do dia que se a dita obra acabar de empremir em diante, se não possa imprimir nem vender em meus reinos e senhorios nem trazer a elles de fóra nem levar ás ditas partes da India pera se vender sem licença do dito *Luis de Camões* ou da pessoa que pera isso seu poder tiver, sob pena de quem o contrario fi-

zer pagar cincoenta cruzados e perder os volumes que imprimir ou vender, a metade para o dito *Luis de Camões*, e a outra metade pera quem o accusar. E antes de se a dita obra vender lhe será posto o preço na mesa do despacho dos meus Desembargadores do Paço, o qual se declarará e porá impresso na primeira folha da dita obra pera ser a todos notorio, e *antes de se impermir será vista e examinada na Mesa do Conselho geral do Santo Officio da Inquisição pera com sua licença se aver de imprimir;* e se o dito Luis de Camões *tiver acrescentados mais alguns Cantos, tambem se impremirão* avendo pera isso licença do Santo Officio, como acima é dito. E este meu Alvará se impremirá outrosi no principio da dita obra, o qual ey por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse Carta feita em meu nome por mim assinada e passada por minha Chancellaria, sem embargo da Ordenação do segundo livro tit. xx que diz, que as cousas cujo effeito ouver de durar mais que hum anno passem por Cartas, e passando por Alvarás não valhão. Gaspar de Seixas o fiz em Lisboa a vinte e quatro dias do mez de Setembro de M D.LXXI. Jorge da Costa o fiz escrever.»

Este Alvará, cheio de valiosas informações, como a da possibilidade de Camões ampliar o Poema, foi solicitado por um requerimento e passado depois da informação da meza dos Desembargadores do Paço. Era então Regedor da Justiça D. Lourenço da Silva, ao qual Camões na Petição em verso a favor de uma pobre preza, confessa:

O nome, o braço, a musa e quanto posso,
Ha já muito, senhor, que tudo é vosso.

Quem vos isto offerece, dirá quanto
Deseja, muito ha já, ser-vos acceito,
Por que com vosso zelo e favor santo
Faça *meu rude Verso* algum proveito.
Que cobrindo-me vós com vosso manto,
A eu ser nobre tendo algum respeito,
Sei que posso ganhar o que não tenho,
Pois me não faltam forças nem engenho.

O Dr. Storck, observa: «O *meu rude Verso* é sempre o poema dos *Lusiadas.*» (*Vida*, p. 684.) Informaria portanto o Regedor sobre o Poema, para ser passado o Alvará de privilegio. Como, antes de se imprimir, tinha o manuscripto dos *Lusiadas* de ser appresentado á Meza do Conselho geral do Santo Officio, Camões para tornar mais rapida essa revisão, fêl-o examinar por frades de S. Domingos. O licenciado Manoel Corrêa, commentando a estancia 71 do Canto IX, escreveu esta revelação importante: «Este é o sentido litteral d'estas Outavas, e n'este sentido ficam ellas sem nenhuma especie de deshonestidade que alguns lhe queriam attribuir, entendendo-se contra a intenção do Poeta, *como me consta que elle o dizia: e assim como estão impressas, as tinha emendadas por conselho dos religiosos de S. Domingos d'esta cidade, com quem tinha grande familiaridade.*»

Era então revedor dos livros e deputado do Santo Officio de Lisboa o dominicano Frei Bartholomeu Ferreira, que exerceu este escrupuloso mister desde 1571 até 1603. [1] O frade era homem de cultura litteraria, conhecido pela sua valiosa Livraria, e considerado por poetas como Pedro de Andrade Caminha e André Falcão de Resende; não demorou a Censura dos *Lusiadas*, e redigiu-a de uma fórma benevola, fazendo por algum tempo

[1] O Dr. Sousa Viterbo organisou pacientemente a nota chronologica de todas as obras approvadas por Frei Bartholomeu Ferreira n'estes trinta e dois annos, contando ao todo 140 obras. *Fr. Bartholomeu Ferreira*, p. 211 a 224. Lisboa, 1891.

acreditar que o seu gosto litterario não era empanado pelo fanatismo do tribunal que servia. Seria Frei Bartholomeu Ferreira previamente consultado por Camões como um dos religiosos de S. Domingos com quem tinha familiaridade; eis a Censura, infelizmente não datada:

«Vi, por mandado da Santa e geral Inquisição estes dez Cantos dos *Lusiadas* de Luiz de Camões dos valerosos feitos em armas, que os Portuguezes fizeram em Asia e Europa, e não achei n'elles cousa escandalosa nem contraria á Fé e bons costumes; sómente me pareceu que era necessario advertir os leitores, que o author para encarecer a difficuldade da navegação dos Portuguezes na India, usa de uma ficção dos Deuses dos Gentios. E ainda que Santo Agostinho nas suas *Retractações* se retrate de ter chamado nos livros que compoz *De Ordine*, ás Musas Deusas, todavia como isto he Poesia e fingimento, e o author como Poeta não pretende mais que ornar o estylo poetico, não tivemos por inconveniente esta fabula dos Deuses na obra, conhecendo-a por tal e quando sempre salva a verdade da nossa sancta fé, que todos os Deuses dos Gentios são Demonios. E por isso me parece o livro digno de se imprimir, e o author mostra n'elle muito engenho e muita erudição nas sciencias humanas. — *Fr. Bartholomeu Ferreira.*»

As opiniões theologicas d'esta Censura inquisitorial apparecem reflectidas nas estrophes 82 a 84 do Canto x dos *Lusiadas*, em que Thetys declara:

Aqui só verdadeiros gloriosos
Divos estão; por que eu, Saturno e Jano,
Jupiter, Juno fômos fabulosos,
Fingidos de mortal e cego engano;
Só para fazer versos deleitosos
Servimos; e se mais o trato humano
Nos pode dar, é só que o nome nosso
N'estas Estrellas poz o engenho vosso.

E tambem por que a sancta Providencia
Que em Jupiter aqui se representa
....
Quer logo aqui a pintura, que varia,
Agora dilatando, ora ensinando,
Dar-lhe nomes, que a antiga Poesia
A seus Deuses já dera, fabulando.

Estas outavas são uma intercalação abstrusa imposta pelo P.e Bartholomeu Ferreira; egualmente o Tasso, sob esta mesma *strettezza dei tempi*, se viu forçado pelo P.e Silvio Antoniano, com um rigor pharisaico, a retocar os versos mais apaixonados, lembrando-lhe que Gofredo havia de ser lido tambem por monges e freiras. Camões fez como o Tasso, que n'essa angustia, para salvar o seu poema, confessa que teve de curvar a cerviz: *Faró il collo torto.* Os versos deformados e os de sentido obscuro e difficil comprehensão que apparecem nos *Lusiadas*, revelam os retoques prévios, impostos pela familiaridade dos Frades de San Domingos, prêço da apparente benevolencia de Frei Bartholomeu Ferreira.

Assim como usara Caminha confiando-lhe particularmente os seus versos antes de os submetter officialmente á Censura, Camões serviu-se d'esse recurso, para facilitar o processo do Qualificador do Santo Officio. O P.e

Bartholomeu Ferreira exerceu a sua critica substituindo nomes geographicos e mythologicos, substituindo palavras que aleijaram certos versos, produzindo além de prosaismos obscuridades na intelligencia do texto, que se torna claro restituindo-o ás fontes de que se provera Camões, como o verificou nos seus estudos das *Fontes dos Lusiadas* o Dr. José Maria Rodrigues. Quando Camões tratava da impressão dos *Lusiadas* ainda os Dominicanos tinham valimento na côrte, porque Frei Luiz de Granada era o director espiritual da rainha D. Catherina. Como se sabe pelo testemunho de D. João de Borja, a velha rainha tinha em altissima estimação a sua Dama D. Francisca de Aragão, que ainda votava a Camões a mesma antiga admiração. Por esse influxo dos Dominicanos é que pode explicar-se como o P.e Bartholomeu Ferreira deixou ficar aquella estrophe CL do Canto final dos *Lusiadas*, em que condemnava as ambições e prepotencias dos Jesuitas, na côrte:

> Todos favorecei em seus officios
> Segundo tem das vidas o talento;
> Tenham Religiosos Exercicios
> De rogarem por vosso regimento;
> Com jejuns, disciplina pelos vicios
> Communs; toda a ambição terão por vento,
> Que *o bom Religioso verdadeiro*
> *Gloria vã não pretende, nem dinheiro.*

Infelizmente pela degradação crescente dos espiritos, este censor do Santo Officio contradictou-se pela fórma a mais deploravel, depois da morte de Camões. [1] O Dr. Francisco Lo-

---

[1] Eis a Censura de Fr. Bartholomeu Ferreira da edição dos *Lusiadas* de 1584, mutilada e deturpada:

pes, medico da rainha D. Catherina, tambem fez emendar por Fr. Bartholomeu Ferreira o seu livro de *Versos devotos en loor de la Virgen*, que publicou em 1573; diz elle na dedicatoria á rainha, que tendo hesitado na sua publicação: «Mostrélos al muy Reverendo Padre Fr. Bartholomé Ferrera, Presentado en Santa Teologia, Diputado para ver y examinar libros, no a fin de los imprimir si no para poderlos leer y comunicar; *y el sobredicho Padre me los emendar: lo cual efectuado*, como vi que aplacian a persona tan cristiana y religiosa...» Seria n'estas mesmas condições que emendou o seu Poema Camões. Nas obras de Caminha encontra-se este Epigramma: *Ao Padre Fr. Bartholomeu Ferreira, com os meus versos para os emendar:*

Para poderem ser de ti approvados
Meus versos, e de todos bem ouvidos,
Devem primeiro ser de ti emendados,
Com mão de amigo, e com cuidado lidos;
Serão com tua lima confiados,
Com tua approvação bem recebidos;
D'aquella ficarão cultos e puros,
Com esta poderão correr seguros.

(*Obr.*, p. 370)

Na Bibiiotheca nacional existe o codice manuscripto d'estes versos de Caminha a que

---

Vi por mandado do Illustrissimo e Reverendissimo senhor Arcebispo de Lisboa, Inquisidor geral d'estes Regnos, os *Lusiadas* de Luiz de Camões, com algumas glosas, o qual livro *assi emendado como agora vay*, não tem cousa contra a fee e bons costumes, e pode-se imprimir. E o autor mostrou n'elle muito engenho e erudição.»

allude no Epigramma CLXXXIV; n'esses dois volumes vêm as licenças e as emendas de Frei Bartholomeu Ferreira ás varias secções ou generos poeticos. Diz a licença das Cantigas e Vilancetes castelhanos: «Não tem este livro nenhuns erros que toquem a xpãdade por onde não possa correr conforme as leis do Catalogo do Concilio.» [1]

Seria na convivencia de Frei Bertholomeu Ferreira que passava Camões, na familiaridade dos religiosos de San Domingos; Falcão de Resende, cunhado de Heitor da Silveira, sendo tambem amigo de Camões, era um dos que celebrava a afamada Livraria de Fr. Bartholomeu Ferreira, que se tornaria um centro de reunião para esses claros espiritos. [2]

---

[1] *Poesias ineditas*, p. XXIV a XXX. Edição Priebsch. Halle, 1898.

[2] Eis o Soneto de Falcão de Resende *A' Livraria de Bertholameu Ferreira:*

Lá onde o fertil Nilo rega e cria
De plantas e animaes gram variedade,
Plantou a Apollo e á immortalidade
Um grã pomar um Rei de Alexandria.

Mas sem a distincção que dar devia
Do venenoso fructo ao de bondade,
E sem tirar da má letra a verdade,
Só juntou copiosa Livraria.

Do patrio Tejo cá na alta ribeira
Que honras, leão benigno, e nos cultivas,
Vês que pomar plantou nosso Ferreira!

Regado só de puras fontas vivas
E ornado de sua mão douta e inteira,
Que livros tem! e que obras tão altivas!

(*Obr.*, p. 107.)

O rancor que a Censura ecclesiastica mostrava contra as obras de litteratura profana é caracteristico nos Indices Expurgatorios mandados organisar pelo Cardeal D. Henrique, o individuo que mais mal fez á nação portugueza. No *Rol dos livros defezos* de 1551 começou a condemnação contra os Autos avulsos de Gil Vicente; no Index Expurgatorio de 1564 condemnava-se a poesia franceza da primeira phase da Eschola italiana, como Clement Marot; os *Arestos de Amor*, em francez ou hespanhol ou em outra qualquer lingua; o *Decameron* de Boccacio: a *Monarchia* do Dante, os *Poemas* de Pulci, os Epigrammas de Sanazarro, as *Facecie* de Domenici e del Guijardin; os livros innocentes de Cavalleria, taes como, *Constantino de Sevilha*, *Consolação celestial ou Pee de la Rosa fragrante*, *Consolação de tristes*, *Leite da Fée*, *Harpa de David*, *Lições de Job applicadas ao profano*, e até os pobres Romances populares tirados da letra do Evangelho. Quanta liberdade de pensamento e viveza de emoções havia nos *Lusiadas* mais do que n'estes innocentes livros? Algumas omissões de estancias ou algum verso estropiado bastou para que escapassem os *Lusiadas*, ficando, passado o privilegio dos dez annos, expostos ás mutilações de 1584.

Conjunctamente com a Epopêa nacional appareceu no anno de 1572, dos mesmos prelos de Antonio Gonçalves e tambem com a Censura de Frei Bartholomeu Ferreirra, [1] o

[1] Escreve o Dr. Sousa Viterbo: «A censura aposta ao *De rebus Emanuelis* é a que melhor se pode

bello quadro da Historia do reinado de Dom Manoel pelo bispo D. Jeronymo Osorio, animado como Camões de um profundo sentimento patriotico. [1] Um mesmo ideal inspirava o Poeta e illuminava o Historiador; é ambos morreram com a Patria em 1580 (10 de Junho e 20 de Agosto) quando os Governadores e Defensores do Reino em Alvará de 7 de Agosto de 1580, declararam Philippe II rei de Portugal e dos seus dominios.

---

emparelhar com a dos *Lusiadas*. Ha muitos pontos de contacto, e uma e outra fazem a honra de quem as subscreveu.» *Frei Bartholomeu Ferreira*, p. 84.

[1] *De rebus Emmanuelis Regis Lusitaniæ invictissimi virtute et auspicio gestis Libri duodecimo*. Auctore Hieronymo Osorio episcopo sylvensi. Apud Antonium Gondisalvum Typographum. Anno Domini MDLXXI (aliás 1572, data do privilegio) Fl de 480 p. Na sua Censura Frei Bartholomeu Ferreira exalta esta historia «elegantissimo dicendi charactere, numeroso ac sonoro stylo, varietate sententiarum, juxta et gravitate, arte præterea ac doctrina, proprietate, copiaque verborum...»

D'esta obra escreveu Frei Pantaleão de Aveiro no *Itinerario da Terra Santa* (1593), que sendo recebido em Nicosia pelo Conde de Tripoli e seus filhos: «a hum dos quaes vi ter em muita estima os Commentarios que tratam das cousas da nossa India oriental escriptos pelo Senhor Dom Jeronymo Osorio em lingua latina e perguntavam-me muitas vezes se aquellas cousas se passavam assim na verdade; admirava-se muito por eu dizer, que ainda havia pessoas vivas, que se acharam n'aquellas grandes batalhas, assim navaes como campaes.» (p. 67.) Filinto Elisio fez uma bella traducção portugueza d'esta historia. (1804)

B) Publicação dos Lusiadas — A vertigem do Africanismo: Lepanto e Alcacer-Kebir (1572 a 1578)

O anno em que foram publicados pela imprensa os *Lusiadas*, 1572, iniciou uma série de desestres, de terrores politicos, de perturbações palacianas, que bastavam para envolverem o Poema em uma indifferença glacial, e offuscarem as suas bellezas artisticas. O bispo de Viseu compara esse terrivel periodo que vae de 1572 a 1578 com egual phase historica de 1801 a 1807, na historia portugueza. São bem approximados estes dois momentos em que todos os erros do passado e as complicações da politica internacional europêa supplantam violentamente esta pequena nacionalidade. Ambos conduzem a uma revolução salvadora, em que a Nacionalidade resurgiu pela sua tradição: 1640 e 1820. N'estas duas datas brilham todos os influxos de uma energia moral, que se impoz á brutalidade da força politica e da fatalidade dos acontecimentos. O Poema de Camões foi o principal fautor d'esse despertar do sentimento nacional.[1] Appareceu na hora opportuna, pulsando em unisono com a alma da nação, com o simples titulo:

Os Lusiadas de Luiz de Camões. Com privilegio real. Impressos em Lisboa, com licença da sancta Inquisição, e do Ordinario: em casa de Antonio Gôçalvez, Impressor. 1572.

[1] Como complemento d'esta synthese historica, vêr os dois livros *Garrett e o Romantismo*, e *Garrett e os Dramas romanticos*.

*

Sobre esta simplicidade observa o eximio bibliographo José do Canto:

«Camões, homem em tudo singular, quando já era moda escrever titulos tão longos que mal cabiam no rosto dos livros, escreveu o titulo do seu Poema em *seis* palavras! E quando tambem as mais insignificantes obras eram acompanhadas de pomposos *apparatos*, imprimia os seus *Lusiadas* precedidos apenas da censura e do privilegio a que se não podia esquivar, e despidos absolutamente de um só verso, de dedicatoria, de prologo, de argumentos e até de notas.» *(Collec. Cam.*, p. 2.)

Depois da tremenda peste de 1569 a 1570, e das fomes por muitas povoações do reino, D. Sebastião, por carta regia de 21 de Agosto de 1570 ordenava que se mandassem vir armamentos do estrangeiro para se equiparem todos os naturaes do reino. Na sua preoccupação bellica, mandava por carta de 24 de Julho de 1571, que se fizesse o recenceamento da Gente da Ordenança, e se formassem as Companhias; e por carta de 17 de Março de 1572 vendia os direitos da renda na imposição da cidade de Lisboa destinada ás Aposentadorias da Casa real, por causa: «*das necessidades em que estava a sua fazenda* e da muita despeza que então d'ella se fazia em uma grossa Armada que mandara apprestar em favor da Liga que o S. P. Pio v, El-rei de Castella e a Senhoria de Veneza tinham feito contra o Turco.» [1]

[1] *Elementos para a Hist. do Municipio* de Lisboa, vol. I, p. 581.

Apesar d'estas preoccupações do governo e do espirito publico, e não obstante o esgotamento do erario, os *Lusiadas* produziram uma sensação profunda, sendo immediatamente concedida a Camões uma tença regia. Em vista das circumstancias do tempo, tem este facto um valor especial, denunciando que um forte influxo o determinou. Eis o Alvará da Tença de 15$000 rs. a Luis de Camões:

«Eu El Rey, faço saber aos que este alvará virem que avendo respeito ao serviço que Luis de Camões cavalleiro fidalgo de minha casa me tem feyto nas partes da India por muitos annos e aos que espero que ao diante me fará e a informação que tenho do seu engenho e habilidade e a suficiencia que mostrou no livro que fez das cousas da India, Ey por bem e me praz de lhe fazer mercê de *quinze mil reis de tença* em cada um anno por tempo de tres annos sómente que começaram de doze dias do mês de Março d'este anno presente de mil quinhentos setenta e dous em diante que lhe fiz esta mercê e lhe seram pagos no meu thesoureiro mór ou quem seu cargo servir cada hum dos ditos tres annos com certidão de Francisco de Siqueira escrivão da matricula dos moradoros de minha Casa de como elle Luis de Camões reside em minha côrte. E por tanto mando a Dom Martinho Pereira do meu Conselho, Vedor de minha fazenda que lhe faça pontar no livro d'elle estes quinze mil reis no titulo de thesoureiro mór para n'elle lhe serem pagos cada um dos ditos tres annos com a certidão acima declarada, e este alvará quero que valha como se fosse carta feyta em meu nome sem embargo da Ordenação do 2.° Livro que despoem o contrario. Simão Boralho a fez em Lisboa a XXVIII de Julho de 1572. E eu Duarte Dias a fiz escrever.» (*Liv.* XXXII *de D. Sebastião*, fl. 86. Torre do Tombo.)

Pode-se inferir pela data de 24 de Septembro de 1571, em que foi passado o Privilegio para a impressão dos *Lusiadas*, que o Poema entrara pouco depois na censura do Santo

Officio, onde se demorou até 12 de Março de 1572 em que começa a ser contado o vencimento da tença dos 15$000 rs. concedida por Alvará de 28 de Julho, em consequencia de estarem impressos e serem publicados os *Lusiadas*.

Para apreciar a longanimidade regia, convem comparar a tença por tres annos dada a Camões pelo Pregão eterno dos *Lusiadas* com o premio dado por D. Sebastião, de tença vitalicia ao seu copeiro pelas alviçaras da matança da noite de Saint Barthelemy, em 24 de Agosto de 1572.[1]

Vinte dias antes d'esta estupenda carnifícina, o poeta Ronsard, que tanto exacerbara o fanatismo de Carlos IX, escrevendo contra os calvinistas, dando-lhe o rei agradecimentos publicos, como a rainha mãe e o papa, publi-

---

[1] «Eu El Rey faço saber aos que este alvará virem, que havendo respeito ao serviço que me tem feito Antonio Galvão, meu copeiro, e á nova que trouxe de ser morto por mandado de El rei de França, meu muito amado e presado irmão e primo, o Almirante e mais cabeças dos herejes do dito reino, Hey por bem e me praz de lhe fazer mercê de *vinte mil reis de renda em cada anno* das primeiras capellas que vagarem ou em outra qualquer cousa que não seja de minha fazenda, a qual mercê lhe fiz a nove dias do mez de Outubro do anno de *quinhentos setenta e dous*, e por lhe não ser ainda feita provisão d'ella, lhe mandei ora dar esta para sua guarda e minha lembrança, a qual se cumprirá inteiramente como se n'ella contem. João da Costa o fez em Lisboa a quinze de Septembro de 1576. Jorge da Costa o fez escrever.»

Sousa Viterbo, que publicou este documento nas suas *Curiosidades historicas* — LIX, comparando a tença dada a Camões com a do Copeiro de D. Sebastião: «Sempre valeu mais a pena ser alviçareiro de uma noticia d'aquella ordem, do que ter escripto os *Lusiadas*.»

cava os primeiros quatro Cantos da sua Epopêa *Franciade*, que constaria, á imitação da *Illiada*, de 24 cantos. A rainha Isabel enviara a Ronsard, então retirado na sua Abbadia de Croix Val, joias e diamantes, Maria Stuart da sua prisão offrendas sumptuosas, e Henrique III nomeava-o para uma sua academia. [1] O

---

[1] Em uma nota do seu drama *Camões*, estabeleceu Castilho um parallelo entre Dom Sebastião e Carlos IX, e a correlação dos dois poetas Camões e Ronsard, que fulgiram n'esses dois reinados:

«Carlos IX nascido em 1550, só chegou com a vida e reinado ao anno de 1574; Sebastião, nascido em 1554, só chegou com vida e reinado ao anno de 1578: lá, 24 annos; cá, 24 annos; Carlos, animo ardente, enthusiasta, temerario, sobranceiro e altivo; Sebastião, animo ardente, enthusiasta, temerario, sobranceiro e altivo; Carlos como Sebastião e Sebastião como Carlos, cubiçando guerra, e amando nas caçadas e montarias as imagens d'ellas; Sebastião como Carlos e Carlos como Sebastião, folheadores de livros, instruidos para o seu tempo e folgando de escrever e conversar homens sabios; o francez, deixando na historia da sua França com a *Noite de San Bartholomeu* uma nodoa de sangue; o portuguez, deixando na historia do seu Portugal com a *Jornada* de Africa uma pagina inteira apagada com sangue!...

«Não é tudo: para D. Sebastião, ha contemporaneo um poeta, como Camões, que lhe dedica o seu poema; para Carlos IX, ha contemporaneo um poeta como Ronsard, a quem o proprio soberano se não dedigna de escrever.

«E ainda tambem ha parallelo entre Ronsard e Camões, se bem que o primeiro morreu, e o segundo não hade morrer. Ambos amantes da patria; ambos verdadeiros genios; ambos eruditos, ambos procurando parecel-o. Camões appellidado o *Princepe dos Poetas do seu tempo*; Ronsard, *surnomé le Prince des Poetes de son temps*. Communidade em engenho; communidade em defeitos; e só para vergonha nossa, não communidade

papa Gregorio XII entoava um Te Deum pela matança da noite de Saint Barthelemy, e mandava cunhar medalhas para eternisarem o exterminio dos calvinistas; Philippe II rejubilava por acabar o receio de uma guerra com a França; e D. Sebastião celebrava o feito, mandando fazer luminarias publicas, assistindo a um Te Deum em San Domingos, em acção de graças, prégando Frei Luiz de Granada. Sob esta espêssa atmosphera de fanatismo cannibal não havia condições para serem apreciados os *Lusiadas*. Esta circumstancia resolve um problema litterario: um facto singular se appresenta n'esta primeira edição dos *Lusiadas:* com a mesma data de 1572 apparecem exemplares do Poema com grandes differenças typographicas, ortographicas e mesmo philologicas, que authenticam duas edições. Uma d'ellas, tida como a primeira d'esse anno, tem na portada um pelicano com a cabeça voltada para a direita, a data do privilegio por extenso, o typo da Censura em corpo menor. O Morgado de Matheus observou que nem Manoel de Lyra, nem Manoel Corrêa, Pedro de Mariz, Severim de Faria, Franco Barreto e Manoel de Faria e Sousa até á edição de Madrid, fizeram reparo das *duas edições* do mesmo anno de 1572. Na segunda Vida de Camões, § 27, (impressa posthuma na P. I das *Rimas*) escreve: «El gasto desta impression fué de ma-

em fortuna; — Ronsard, persenteado por cidades e soberanos, vive nos regalos do luxo; Camões, definha nas amarguras do desterro e miseria'» (Drama *Camões*, t. II, p. 213)

*

nera que el mismo año se hizo otra... Y porque esto hade parecer nuevo, y no facil de creer yo asseguro que lo he examinado bien en las mismas ediciones... por differencias de caracteres, de ortografia, de erratas que hay en la primera y se van emendadas en la segunda; y de algunas palabras con que mejorára lo dicho.» Pelo estudo do texto reconheceram-se correcções plausiveis na chamada 2.ª edição de 1572, e d'ahi a inferencia, que fôra emendada pelo proprio Camões. A conclusão a que chegam os bibliographos, é que só uma é authentica, e a outra uma imitação ou contrafacção ulterior. Qual das duas é a authentica? E' plausivel a affirmação que a edição tida por segunda, a que appresenta na portada o pelicano olhando para a *esquerda*, é a genuina. No *Summario de Lisboa* tambem o pelicano tem o pescôço voltado para a *esquerda*, eliminando por isso a explicação de uma prova negativa da gravura. E' d'esta edição o exemplar dos *Lusiadas*, da bibliotheca nacional do Rio de Janeiro, que tem na folha do privilegio em uma linha =*Luis de Camões, seu dono 576*, em letra do seculo XVI, meio apagada. O bibliothecario Ramiz Galvão, que com o auxilio da lente descobrira a data apagadissima, diz: «Este facto corrobora a hypothese de haver pertencido ao Poeta este precioso volume, e traz para a discussão do assumpto mais um argumento de pezo...» A contrafacção da edição de 1572 foi motivada para reagir contra a deturpação dos *Lusiadas* na edição de 1584, sob o retrocesso do obscurantismo religioso philippino.

N'este mesmo anno em que publicava Camões os seus *Lusiadas*, o rei D. Sebastião, em cumprimento da promessa feita ao papa, de mandar uma Armada contra o Turco, serviu-se d'esse pretexto para envial-a em favor dos catholicos de França, apóz a matança dos huguenotes. O Senhor D. Duarte (filho do Infante D. Duarte, n. 1540) foi nomeado generalissimo da aventurosa Armada, sendo coadjuvado por Lourenço Pires de Tavora e D. Alvaro de Castro. Deve referir-se a este successo o Soneto de Camões que tem a rubrica: *Acaba de pedir um vestido ao Senhor Dom Duarte.* Seria o pedido motivado para se preparar no intento de ir na expedição naval a França? O Soneto tem um tom chistoso, que revela o estado moral do poeta; é mais uma pincelada na sua vida, no momento da publicação da Epopêa:

> Descalso e sem chapéo Apollo louro,
> Dos mais vestidos bem ataviado,
> Um dia o vi vir tão namorado
> Da lira que nas mãos trazia de ouro;
>
> Dizendo, alegre vinha: — Oh meu thesouro,
> Vida e tempo nas musicas gastado,
> Com um despeito ir desconcertado,
> Que sendo portuguez me fazeis mouro.
>
> No trajo, digo só, porque é costume
> Na minha gente ser o trajo inteiro,
> Não em parte, mas em tudo se resume.
>
> Daes-me pelote e capa; sem sombreiro,
> Sem calças me subis n'um alto cume,
> Aonde o vento tem o som ligeiro. [1]

---

[1] *Cancioneiro ms.* de Ann. Fernandes Thomaz, fl. 80.

Estava já equipada no Tejo a grossa Armada, que D. Sebastião, em serviço da Santa Liga, ia mandar contra o Turco, e que agora destinava a auxiliar Carlos IX na sua perseguição contra os Huguenotes. Enormes sacrificios se fizeram para formar essa Armada, destruida na noite de 13 de Outubro de 1572 por um violentissimo temporal que á meia noite caíu sobre o Tejo destroçando todos os navios que ahi estavam surtos. A Armada foi totalmente aniquilada: uma grande náo veiu despedaçar-se no caes do Corpo Santo; outra foi encalhar e desfazer-se em estilhas no Caes da Rainha; quinze foram dar á costa á Boa Vista, além das que foram de encontro á praia e ao caes. Por todo o rio fluctuavam os cadaveres e os destróços. Além d'estas impressões calamitosas, que alquebravam os espiritos, continuavam na côrte portugueza as dissidencias entre a rainha-avó e o desvairado neto, que procurava coadjuvar Carlos IX, com o que exacerbava a malevolencia de Philippe II. A rainha D. Catherina, achando-se impotente diante da influencia jesuita tencionava retirar-se para Castella. Nas *Poesias ineditas* de Caminha, (p. 353) vêm umas Trovas — *Quando a Rainha se queria ir para Castella;* ahi vem os pedidos ás Damas para que ella não abandone Portugal; merecem citar-se os seus nomes: D. Anna de Aragão, D. Catherina d'Eça, D. Lianor Anriques, D. Violante de Noronha, D. Madanela d'Alcaçova, Dona Joanna de Crasto, D. Anna de Athayde, D. Maria de Noronha, e D. Francisca de Aragão. Tambem os projectos illusorios de casamentos do joven D. Sebastião, que se manti-

nha teimosamente no celibato, alarmavam os politicos pelos resentimentos que causava por varias côrtes. D. João de Borja, embaixador de Hespanha em Lisboa, diante dos desvarios de D. Sebastião contra a avó vae a Castella informar Philippe II, que immediatamente manda á côrte portugueza o Duque de Féria a tomar conhecimento das queixas da rainha sua tia. Para terminar este anno terrivel, de 1572, em que appareceram os *Lusiadas*, terminou depois de gélidas friagens a ultima semana de Dezembro com o facto anormal de cahir neve, gelando as aguas do Tejo em Alcochete. Mais perigosas do que estes cataclysmos da natureza eram as paixões do obcecado fanatismo, que exacerbado pelo odio contra os Lutheranos atacava com furor cego as pessoas contra quem se erguiam suspeitas, ainda que fossem da maior fidalguia. Viu-se na perseguição de D. Antonio, Senhor de Cascaes, e amigo de Camões, que esteve prezo subitamente com toda a sua familia, pela estupida denuncia que tentava entregar Portugal aos lutheranos.

Foi n'esta tréva moral que fulgiu como uma estrella de salvação o poema de Camões.

Entre os personagens mais respeitaveis da Côrte de D. Sebastião foi profunda a impressão produzida pelos *Lusiadas*; conservou-se inedito até 1880 um Soneto do Dr. Gaspar Fructuoso, escripto quando veiu para Lisboa o bispo de Miranda nomeado Capellão-mór de D. Sebastião:

FEITO EM LOUVOR DO GRANDE POETA LUSITANO
LUIS DE CAMÕES

Com teu grave estylo alto, e soberano,
Em tua Lyra, mais doce que a de Orpheo,
Cantando Herculeas luctas com Anteo,
Realças, Luis, o nome lusitano.

Cortando as inchadas ondas do Oceano,
Rompendo da inculta Poesia todo o véo,
Descobrindo novas Terras, novo céo,
Puzeste o risco sobre o engenho humano.

E's um Poeta escolhido em alto ponto,
Entre cento nos segres celebrado,
Este cento de mil sendo escolhido.

Tirados outra vez os mil de um conto,
Pela segunda especie descontados
E o conto d'entre todos os nascidos. [1]

Se o tratamento de *Luis* não revela uma intimidade pessoal com o poeta, leva a inferir que era já conhecido o Soneto de Tasso ao *colto e buon Luigi*. A fórma do encomio baseada na segunda especie (funçção de diminuição) não é um banal prosaísmo; estava em moda pôr em verso a arithemetica como se vê pelo Poema de Simão Fernandes de Tavira. [2] O Soneto do Dr. Gaspar Fructuoso na expressão do sentimento, parece ter primeiramente sido entregue a Camões antes de ser

[1] No Ms. das *Saudades da Terra*, Liv. v, cap. xxv, onde entre prosas imitando as *Saudades* de Bernardim Ribeiro, vêm diversas poesias do Dr. Gaspar Fructuoso. Este Soneto foi publicado pelo Dr. Ernesto do Canto no *Archivo dos Açôres*, vol. I, p. 409, e no n.º 55 da *Epoca*, de Ponta Delgada.

[2] No Canc. geral de 1902, p. 245.

intercalado na parte novellesca das *Saudades da Terra.* [1]

Ha um Soneto de Camões (n.º CXCII) a Estacio da Fonseca, repassado de intima benevolencia, como de agradecimento a louvores tributados aos *Lusiadas;* perderam-se as obras d'este poeta e assim o louvor prestado, que se infere do soneto:

---

[1] Cabe aqui uma noticia biographica do historiador insulano Dr. Gaspar Fructuoso. Nasceu no anno de 1522, na então villa de Ponta Delgada, setenta e outo annos decorridos do descobrimento da ilha de San Miguel. Era seu pae lavrador chão e abonado, dedicando como tal o filho para a vida do campo; Gaspar Fructuoso sentiu uma propensão irresistivel para os estudos das Humanidades, e todas as vezes que seu pae o mandava tomar conta dos trabalhos ruraes, elle distrahia-se com varias leituras dos livros com que sempre andava acompanhado. Isto decidiu o bom do pae a mandal-o para uma das principais Universidades da Europa; conta o P.º Antonio Cordeiro, na *Historia insulana,* que fôra cursar o *trivium* e *quadrivium* na Universidade de Salamanca, recebendo alli o gráo de Mestre em Artes. Regressou á Ilha de S. Miguel para receber as ordens do sacerdocio, voltando para Salamanca a tomar o gráo de Doutor em Theologia. Alli ouviu as lições do celebre moralista Fr. Domingos de Sotto. A fama de suas virtudes e sabedoria lhe grangeou a amisade dos grandes dignatarios da Egreja portugueza; o bispo de Miranda D. João d'Alva o fixou por algum tempo junto de si: leu theologia no Collegio dos Jesuitas de Bragança, d'onde veiu para Lisboa quando o Bispo de Miranda foi nomeado Capellão mór de D. Sebastião. A mitra de Miranda foi-lhe instantemente offerecida, mas Gaspar Fructuoso preferiu voltar para a Ilha de San Miguel, trocando o báculo por uma simples vigairaria de N. S. da Estrella na villa da Ribeira Grande. Viveu vida quieta e occupada com a pratica das virtudes, morrendo em 24 de Agosto de 1591, com setenta annos de edade. A sua livraria excedia quatrocentos volumes; foi deixada ao Collegio dos Jesuitas de Ponta Delgada, ao qual fez depositario

Agora toma *a espada, agora a pena,*
Estacio nosso, em ambas celebrado,
Sendo no salso mar de Marte amado,
Ou na agua doce amante da Camena.

Cysne sonoro per ribeira amena
De mi para cantar-te é cobiçado:
Por que não podes tu ser bem cantado
De rude frauta, nem de agreste avena.

Se *eu, que a penna tomei, tomei a espada,*
Para poder jogar licença tenho
D'esta alta influição de dois planetas;

Com uma e outra luz d'elles lograda,
Tu, com pujante braço, ardente engenho,
Serás *faro* a soldados e a Poetas.

---

do Manuscripto seu intitulado *Descobrimento das Ilhas* ou *Saudades da terra.*

Este livro notavel da Historia dos Açores, á parte os largos trêchos publicados por Alvaro Rodrigues de Azevedo e por Francisco Maria Supico, está ainda inedito. Quando o ministro de D. José fez executar o decreto da expulsão dos Jesuitas, o reitor do Collegio de Ponta Dolgada, em presença da corporação offereceu o livro ao Governador da Ilha de San Miguel, Antonio Borges de Bettencourt, para que o conservasse. N'esse mesmo dia a Fragata Graça levou todos os Jesuitas da ilha de San Miguel. Do Governador passou o livro das *Saudades da Terra* para o seu herdeiro o Ouvidor Luiz Bernardo, vigario da Alagoa, passando tambem por herança a José Velho Quintanilha, que o vendeu a Duarte Borges de Medeiros, primeiro Visconde da Praia, conservando-se ainda na casa Praia e Monforte.

Existem duas copias d'este valiosissimo Manuscripto, uma que pertenceu ao erudito açoriano João de Arruda, authenticada por dois tabelliães, e que foi adquirida por José do Canto, espirito primacial; a outra pode lêr-se na Bibliotheca nacional, sendo o traslado feito pelo Corregedor Veiga. Algumas d'estas noticias foram colligidas de informações do professor de latim Caetano Antonio de Mello, e do interessante estudo *Historiadores insulanos* do meu antigo amigo e condiscipulo de Lyceu Antonio Pereira.

A reproducção de versos caracteristicos generalisados pelos *Lusiadas* bem mostra que applicava a Estacio de Faria o mesmo louvor d'elle recebido. Isto basta para tornar as noticias da sua personalidade de algum interesse. Estacio de Faria era filho de Manoel de Sousa Homem, senhor de Val-de-melhorado em Pombeiro, e de D. Catherina de Faria, da villa de Guimarães. Seguiu nos primeiros annos a casa do Commendatario de Pombeiro, que por este tempo dava protecção a muitos cavalleiros. Diz-se que era a Casa de seu avô, [1] visto acharem-se memorias que dão D. Catherina de Faria por filha de João de Faria, Commendatario da Travanca na Ordem de Christo, no tempo de D. Manoel, um dos tres embaixadores enviados ao papa Leão X, embaixador ao papa Adriano VI, e ao Imperador Carlos V, quando D. João III quiz casar com D. Catherina sua irmã, recebendo por este ultimo serviço o cargo do Chanceler-mór em 1525. A Commenda de Pombeiro passou para seu filho Affonso de Faria. Serviu Estacio de Faria nas Armadas do Reino; o afamado general Diogo Lopes Sequeira, tambem poeta do *Canconeiro geral*, louva-o pela coragem com que pelejara e pela segurança no desempenho dos postos difficeis. Teve um dos primeiros officios da Fazenda real, e assentamento nos livros das Moradias. Lê-se no manuscripto genealogico: «Foi douto em as letras humanas, grande luzido poeta, e um dos singulares cortezãos do seu tempo.» No verso

[1] *Nobil. ms.*, de Meyrelles e Sousa, fl. 251.

de Camões: — Cysne sonoro per *Ribeira* amena — ha referencia aos seus amores com uma dama chamada Francisca Ribeiro, no Couto de Pombeiro de Entre Douro e Minho, de quem teve uma filha chamada Luisa de Faria. Do casamento d'esta com Amador Peres de Eyró, houve, entre outros filhos, o acerrimo commentador das Obras de Luiz de Camões, Manoel de Faria e Sousa. De uns amores de Estacio de Faria com uma D. Bernarda, em Lisboa, ainda no seculo XVII eram conhecidos os netos. Faria e Sousa, phantasiando ácerca do roubo do *Parnaso* de Camões, diz: «Mi abuelo Estacio de Faria concorrió con Luiz de Camões en tiempo, y fué su amigo en Lisboa, *después que el vino de la India.*»

A commoção de despeito produzida pela publicação dos *Lusiadas* em alguns poetas, revela-se no desespêro com que Pedro da Costa Perestrello rasgou o seu poema inedito sobre o *Descobrimento de Vasco da Gama.* O projecto de uma Epopêa maritima formulada por João de Barros, e pelo Dr. Antonio Ferreira, attrahia as imaginações para essa luminosa empreza. Pedro da Costa Perestrello, que regressara glorioso do grandioso combate naval de Lepanto, cujo triumpho interessava a todo o Occidente, em vez de idealisar este ultimo feito épico da actividade guerreira do mundo moderno, occupara-se a tracejar um poema em 16 Cantos sobre o *Descobrimento de Vasco da Gama*, do qual diz Barbosa Machado: «Não publicou esta obra por ter saído o grande Luiz de Camões com a sua *Lusiada*, cujo argumento era o mesmo

que elle emprehendeu: «*Viendo la Lusiada* (são palavras de Manoel de Faria e Sousa, no Index dos Authores portuguezes), cujo original vimos, *cayeronle sus osadias, y fuè su Poema por el suelo; fué todavia ventaja para el reconocer la ventaja ajena; hizo otras cosas buenas.*» (Bibl. lusit.) A perda do poema de Perestrello não é para se lamentar; que verdade de sentimento nacional teria esse guerreiro de Lepanto, sendo elle um dos primeiros aduladores de Philippe II, acceitando benesses do invasor da sua patria? [1]

[1] Os despeitos contra o poeta não foram simplesmente litterarios; tambem o amesquinhavam com anedoctas pessoaes. No *Livro das Visitações* da Egreja de Santa Anna, lê-se no assento do anno de 1572: que os Confrades não mandaram fazer os objectos determinados na Visitação anterior, (um armario, dois confessionarios, outros objectos para o culto), e referindo-se ás pessoas amancebadas, vem o seguinte:

«BARBORA *que vive junto ao adro com huma pessoa, que per justas causas se não noméa.*» [1]

Seria referencia áquella rapariga indiana, que o poeta celebrou nas deliciosas Endechas á *Barbora cativa*? A hypothese, que a Barbora viesse da India a Lisboa procurar Camões, como aventou Burton, é contradictada pela Elegia satirica *A Luis de Camões sobre os amores com a escrava:*

> Da *sua negra absente* o persegura
> A saudade, que inda hoje o maltrata:
> Com o pensamento n'ella......

O nome de *negra* tem um sentido especial na India, como se vê pelas *Memorias* de Francisco Rodrigues da Silveira, designando as indianas e orientaes. Na Satira, escripta em Lisboa, depois da publicação dos *Lusiadas*.

[1] De um resumo das *Visitações* feito pelo Visconde de Juromenha desde 1570 a 1637.

E' tradição, que depois de publicados os *Lusiadas*, o Licenciado João Fragoso, cirurgião-mór da rainha D. Catherina, que acompanhou a Infanta D. Isabel quando casou com Carlos v, e ficou em Castella, onde era conhecido pelo epitheto de *el Doctor Português*, escrevera algumas Cartas a Camões interrogando-o sobre phenomenos que encontrara celebrados na sua epopêa. Dupérron de Casterá, defendendo a sua traducção franceza dos *Lusiadas* em um opusculo separado, allude a tres Cartas de Camões, (hoje desconhecidas) em que o poeta se defendia de certas

---

a palavra *negra* tomou um sentido concreto, de quem só conhecia as pretas africanas; e assim termina:

> Luiz, retrato *negro dos amores*
> *Negros* seus — aqui jaz: — a endurecida
> Luiza *negra* o fez, com *negras* dôres,
> Mudar em *negra* morte a *negra* vida.

Faria e Sousa, commentando a Canção x, st. 10, aponta uma tradição de uma vendeira ambulante, que se condoía da indigencia do poeta: «Uma mulata d'este trato (chamava-se Barbora) sabendo da sua miseria dava-lhe ás vezes um prato do que ia vendendo, e algumas vezes dinheiro do vendido; e elle acceitava-o.» Faria e Sousa era um erudito compilador sem criterio psychologico; a tradição, incompativel com o genio superior e delicado de Camões, é um syncretismo do episodio de Gôa deturpado por uma profunda malevolencia. A mesma malignidade contra o poeta manifesta-se no cargo ridiculo de *Provedor dos Defunctos* de Macau, que lhe imputaram, cargo que só existiu em 1572, malsinando o *injusto mando* com que foi preso para Gôa por irregularidades da sua administração! O assento da *Visitação* de Santa Anna de 1572 não se referia a Camões, por que n'esse tempo o seu desvalimento social a nenhuma auctoridade imporia attenções ou reservas.

arguições do licenciado João Fragoso. Deprehende-se pela noticia de Casterá, que elle vira as tres cartas de Camões, uma em latim, outra em castelhano, outra em portuguez, contendo explicações sobre o seu Poema. Vêl-as-ia em collecção impressa ou inedita? Tambem no prefacio á sua versão dos *Lusiadas*, justificando-se de certas interpretações que dera ás allegorias de Camões no Canto IX, escreve: «d'ailleurs il s'en est encore expliqué plus clairement *dans quelques unes de ses Lettres;* ainsi l'on n'a que à le suivre pas a pas, et l'on verra que je ne lui prête rien.» Esta abonação cathegorica é evidentemente feita com os documentos á vista. E' pena que nenhum erudito salvasse pela imprensa as preciosas Cartas, ainda existentes em 1735. O licenciado João Fragoso estava no auge da sua reputação, quando Camões regressara a Lisboa em 1570, e publicava então os *Erotemas Chirurgicos*, e o resumo dos *Colloquios dos Simples* do Dr. Garcia d'Orta com o titulo de *Discursos de las Cosas aromaticas, arboles y frutales, y otras muchas medicinas simples que se traen de la India Oriental, y sierven al uso de la Medicina.* Madrid, Francisco Sanchez. *1572.* O poema dos *Lusiadas*, como se vê pelo Privilegio real, era considerado uma obra scientifica, e como tal interessara o *Doctor Portugues* em Madrid, onde o poema produziu vivissima impressão. Camões vira-se forçado a explicar a sua Epopêa; Thimotheo Lecussan Verdier assevera ter visto um exemplar dos *Lusiadas* de 1572, que pertencera ao Conde de Vimioso, que estava cheio de notas do proprio punho do Poeta. (Jur., I,

447.) Camões, entre os antagonismos litterarios, chegara a pedir a alguns amigos que fizessem commentarios aos *Lusiadas;* assim o escreveu Diogo do Couto em carta a um amigo em 1611, e o licenciado Manoel Corrêa, que se jactava da amisade de Camões, escreveu dos seus Commentarios, na declaração ao leitor: «que fizera ha muitos annos estas annotações sobre os Cantos de Luiz de Camões a pedido de um amigo, sem intento de as imprimir, por que se o pretendera, *o fizera em vida de Camões, que lh'o pedira com instancia.*» Este empenho de Camões fundamenta a existencia de uma cabala de outros poetas da côrte, que o combatiam na sombra.

Em 1572 gravava o eximio calligrapho Manoel Barata as chapas para o seu livro *Exemplares de diversas sortes de Letras*, que por fatalidade ficou inedito até ao anno de 1590. Em uma das chapas vem a assignatura de Manoel Barata em anagramma: *Scrip. à* LEUNAM OTTARAB *Lusit. Vlisb. Anno Dni 1572.* Camões foi por elle convidado para compôr um encomio em verso para acompanhar o livro da calligraphia; eram conhecidos das antigas relações da côrte em 1545 a 1546, quando Manoel Barata era mestre de escrever da Infanta D. Maria e depois do Princepe D. João, sendo admirado como um dos ultimos illuministas portuguezes. Camões celebrou o seu amigo com o primoroso Soneto, que começa:

Ditosa penna, como a mão que a guia
Com tantas perfeições de subtil arte...

E termina alluldindo á sua velha amisade e convivencia na côrte outr'ora:

> Teu nome, Emanuel, de hum n'outro pólo
> Voando se levanta e te pregôa
> *Agora, que ninguem te levantava.*
>
> E por que immortal sejas, eis Apollo
> Te offerece de flores a corôa
> *Que já de longe tempo te guardava.*

Manoel Barata estava com *grandissimo desejo de sahir á luz* com a sua Polygraphia, *para commum proveito de todos.* A morte atalhou esse desejo, ficando a obra inedita até 1590 em que a publicou o livreiro João de Ocanha; assim ficou tambem inedito até esse tempo o bello Soneto de Camões, que foi incorporado na edição das *Rimas* de 1685, colligido dos papeis de Faria e Sousa, numero CXXXVII, pela primeira vez attribuido a Camões.

O apparecimento dos *Lusiadas* em 1572 deu a Camões uma notoriedade, tornando-o procurado por varios escriptores, ou comparecendo em actos publicos, como o homem da moda. No convento da Madre de Deus, em Xabregas, fez em 1572 a sua profissão D. Maria de Menezes; assistiu D. Sebastião ao acto apparatoso, e dizendo-lhe a donzella que pedisse o monarcha o que desejava, por que n'aquelle dia o céo lh'o concederia pela santidade do seu voto, respondeu-lhe, que pedisse a Deus que o fizesse *seu Capitão.* Camões assistiu a este acto, como se vê pelo Soneto CXLIV, onde diz com a sua costumada galanteria:

> Que modo tão subtl da natureza
> Para fugir ao mundo e seus enganos!
> Permitte que se esconda em tenros annos
> Debaixo de um burel tanta belleza!

N'esta solemnidade, a que assistiu a familia real, prégou o bispo D. Antonio Pinheiro, do maior valimento na côrte, conhecido de Camões desde 1545 como chôcho Mecenas.

Tambem em 1572 foi trasladado D. João III da sepultura provisoria em que estava junto do tumulo do rei D. Manoel desde 12 de Junho de 1557, no mosteiro de Belem, para o seu jazigo definitivo. Celebrou Camões este acto em o Soneto LIX, sob uma impressão de momento:

Quem jaz no grão sepulchro? que descreve
Tão illustres signaes ao forte escudo?...

Ahi se encontraria com toda a côrte e outra vez com o rei D. Sebastião.

Nas grandiosas festas que se fizeram em 1572 pelo regresso do grande Vice rei Dom Luiz de Athayde, Conde de Athouguia, vencedor dos radhjas indianos que se tinham colligado para extinguirem o dominio portuguez no Oriente, correram-se jogos de canas, assistindo D. Sebastião e a Infanta D. Maria. Para essas apparatosas festas escreveu Camões o Soneto LXIV, exaltando o heroe, seu amigo:

Que vençaes no Oriente tantos reis,
Que de novo nos deis da India o Estado...

. . . .

Mais vencer é na Patria, desarmado
Os monstros e as chimeras que venceis.

. . . .

O que vos dá mais fama inda no mundo,
É *vencerdes, Senhor, no Reino amigo*
Tantas ingratidões, tão grande inveja.

Camões assistiu a estas grandiosas festas feitas em Santo Amaro; elle dirigiu um *Epi-*

gramma ao Senhor Dom Duarte sahindo em Jogo de Canas:

Não vôa pelo céo com tanta graça
O formoso falcão, dando mil voltas,
Seguindo mui cruel a leve garça
Com curvo bico e unhas tão revôltas:
Como hoje tu correste aquella praça
No ligeiro ginete, a rédeas soltas,
A cara dando á contraria parte
Com acertado assalto, graça e arte.

(*Canc. ms.* fl. 35.)

Vê-se por estes actos publicos em que appareceu Camões, que se encontrara por mais de uma vez com o rei D. Sebastião. Certas anedoctas tradicionaes o confirmam. No exemplar dos *Lusiadas* de 1572, da Livraria velha do Duque de Palmella, está escripto nas guardas da encadernação esta anedocta: Vendo o rei passar Camões em um dia de frio (talvez o inverno aspero de 1572) com uma capa muito usada, dissera ao poeta:

Con esa capa, no mas?

Replicou logo Camões, em fórma de glosa:

Si Adam, Señor, no pecara
Pecado tan sin compas,
Ni vuestra Maestad reynara,
Ni yo solo me quedara
Con esta capa, no mas.

Sem ficar pela authenticidade da anedocta, ella dá-nos a impressão da pobreza de Camões e da sua isempção philosophica ante a familiaridade do monarcha.

N'esta phase da vida do poeta, via-se elle cortejado pelos principaes fidalgos, corre-

spondendo ás suas graciosidades com bons ditos, que nos chegaram apontados por collecções de curiosos. De um d'esses manuscriptos colligiu Juromenha a seguinte anedocta: «Indo o Duque de Aveiro ouvir missa a N. S. do Amparo, ahi encontrou o Poeta, e perguntando-lhe o que queria da sua mesa, respondeu-lhe logo: Que lhe mandasse uma gallinha. Esqueceu-se o Duque, (ou fingiu esquecer-se) e depois de haver jantado, quando já não havia outra cousa, lhe mandou uma peça de carneiro; e o poeta pelo mesmo creado lhe remetteu estes versos:

> Já eu vi a taverneiro
> Vender vacca por carneiro;
> Mas não vi, por vida minha,
> Vender vacca por gallinha
> Se não ao Duque de Aveiro.» [1]

A anedocta do Marquez de Cascaes, Dom Antonio, pertence a esta mesma epoca: «*Dom Antonio, Senhor de Cascaes, prometteu a Luiz de Camões seis gallinhas recheadas por uma Copla, que lhe fizera, e mandou-lhe em principio da paga meia gallinha recheada*:

> Cinco gallinhas e meia
> Deve o Senhor de Cascaes;
> E a meia vinha cheia
> De apetites para as mais.» [2]

[1] Jur., *Obr.* t. I, p. 135. — Fixamos esta anedocta depois do regresso do Poeta a Lisboa, por que este titulo só foi creado em 1557. Sobre *vender* ha o duplo sentido de mercadejar e impingir.

[2] D. Carolina Michaëlis restabeleceu a versão de 1616, fl. 40 v, *apetitos* significando recheio, e d'ahi a graça amphibologica. Storck, *Vida*, p. 277.

Outras anedoctas foram transcriptas com variantes curiosas pelas circumstancias que se lhes associaram. Em paga de uma carta de amores que escrevera para um fidalgo, e tendo recebido em paga quatro frangãos, enviou-lhe o seguinte epigramma:

> Moscas, abelhas e zangãos
> Me comam bofes e baço,
> Se outra como esta faço
> A troco de quatro frangãos. [1]

Em um manuscripto da Collecção Pombalina, vem este Epigramma com a rubrica: «*Disserão umas Damas a Camões que lhe dariam hũ tostão se desse consoante a frangãos*:

> Moscas, mosquitos, zangãos,
> Me picassem n'esta mão,
> Se por ganhar hŭ tostão
> Não der consoante a frangãos. [2]

Não duraram muito estas familiaridades com a aristocracia e cortezãos. O desvairado sonho africanista de Dom Sebastião desde 1574 até 1578 ia-se assignalando por catastrophes temerosas e perigos ameaçadores que afastavam toda a alegria.

Quando Camões estava em Moçambique teve conhecimento da nova empreza de um Imperio Africano, confiada em 1569 a Francisco Barreto, o ex-Governador da India. Refere Diogo do Couto: «Estando nós de arribada em Moçambique chegou em Julho Vasco

[1] Jur., *Obr*, t. I, p. 135.
[2] Ms. 133, fl. 28. (Coll. Pomb. Na Bibl. nacional.)

Fernandes Homem em uma náo (Assumpção) com muito boa gente, a qual tinha partido do reino em companhia de Francisco Barreto, que foi Governador da India, que El Rei D. Sebastião mandava por Conquistador das minas de ouro e prata de Manamotapa, e Capitão Geral desde o Cabo das Correntes até o de Guardafu.» Camões, que bem conhecia o esgotamento das riquezas da India, agora dividida em varios Governos, avaliava a importancia d'esta nova empreza de um Velocino de ouro, que hallucina a côrte de Lisboa. Linschot explica as condições, que conduziam a essa exploração: «Os Portuguezes que vivem n'esta ilha (Moçambique) tem commercio com os habitantes da terra firme das povoações mais proximas, como Sena, Macuwa, Sofala, Cuama, e outras praças,—perto d'esta fortaleza (em Sofala) são as *minas de ouro de Manamotapa*... N'esta mina de Manamotapa *acham-se em abundancia areias de ouro, que chamam Batongo, e Ouro em pó*...» Para a exploração e conquista d'estas Minas foi nomeado Francisco Barreto, levando tres náos com mil homens, acompanhando-o como adjunto o jesuita Monclaros. Diogo do Couto, no *Soldado pratico*, allude a esta empreza da fundação de um Imperio colonial na Africa, entre o Atlantico e Oceano Indico: «que se façam povoações de portuguezes e christãos da terra — e d'ella poderão *penetrar esse coração da Cafraria até a outra parte de Angola, com que faça communicavel o mar Atlantico com a India;* porque tenho para mim que ha menos de duzentas leguas de travessia. E eu vi na Feitoria de Moçam-

bique registada uma Carta que o Governador Francisco Barreto escreveu a El-rei, andando na conquista d'este Reyno de Manamotapa, em que lhe dava conta: que fôra á costa de Melinde a fazer certos negocios, e que estando no reyno do Atondo lhe affirmaram uns mouros antigos que d'alli até o outro mar da outra costa havia quinze ou vinte dias de caminho; ao que El rey lhe respondeu, que trabalhasse de descobrir aquillo, porque mais o estimaria do que as minas.» (p. 149.) O insigne chronista vê já n'essa empreza mais um estimulo para ambição castelhana:

«SOLDADO: — mas parece que todas (as minas) se guardarão para os Hespanhoes, e praza a Deus, *que se não guarde ainda este nosso Reyno para elles.*

«DESPACH.: *Que mais fôra isso? El Rey de Castella não é tambem portuguez?* (Referia-se a Philippe II, filho e neto de princezas de Portugal.)

«SOLD. — Vêjo este nosso Rey môço sem casar, faltam-nos herdairos de casa; se assim fôr isso, viremos a dar n'estes outros de fóra; e não vêjo outro inconveniente *senão as antigas reixas que sempre houve entre nós e os Castelhanos.*

«FIDALGO. — Quando succedesse isso nada me receio; por que *essa ponta não a ha senão na gente baixa,* que na nobre é outra cousa mui differente. Quem mais primoroso que os Hespanhoes?...

«DESPACH. — Deixemos de disputas do que está nas mãos de Deus.» (p. 147.)

Na conhecida carta do bispo D. Jeronymo Osorio ao jesuita P.^e Luiz Gonçalves, confes-

sor e director espiritual do rei D. Sebastião, acham-se phrases que pintam ao vivo o imperio da Companhia em 1570 em Portugal. Censurando ser o P.e Luiz Gonçalves o primeiro que na Companhia «acceitasse officios publicos e governo da terra, e que logo ordenou as cousas e intabolou seu irmão mancebo, sem experiencia de negocios, sem auctoridade sahido das Escolas de quatro dias com mediocres letras, pobre de conselho com El rei menino... A isto se ajunta o medo de que dizem, que o senhor Martim Gonçalves governa isento e absoluto, quanto nunca se viu n'esta terra, nem fóra d'ella, em homens que valeram muito...; porque o mesmo que dizem que faz, é responder a pessoas gravissimas, que d'isso se queixam, que não hade consentir que El Rei faça tal ou tal cousa; e das que lhe percebem passa portaria sem El rei o saber... de maneira que a linguagem da gente mais grave é terem um Rei cativo de dois irmãos que pouco a pouco o vão fazendo outro Rei de Ormuz; tanto que tem a mais da gente assentado comsigo, que V. Reverendissima, que por ter a El-Rei mais seguro, lhe faz prometter *Voto de Obediencia*, como os da Companhia costumam a seus confessados; ...nunca vi maior esquecimento, que tratarem as cousas de maneira, que se façam *a si e a toda a Companhia e á Pessoa de um Rei de dezesete annos, que naturalmente é amavel, os mais aborrecidos e os mais odiosos*, que quantos nunca houve em Portugal...; em tanto que nos logares a gente de todos os estados falla sem medo, viram que todos tomariam antes por ser governados por dois tur-

cos... ...*porque o aborrecimento de El Rei é geral em todos*, o odio dos que valem com elle é publico...; e não pode a desventura chegar a este Reino a peior estado que *suspirarem linguas (e darem animos e lealdades portuguezas) por Senhorio estrangeiro, e darem rasões para lhes ser melhor servir a Castella*, que serem tyranisados dos naturaes, e dizerem alto, que pouco lhes vae em dizer: — *Beijo as mãos* ou *Bezo las manos a vuestra mercè;* e escrevem-se d'isto tantas cartas e novas a Castella, que é medo. — aventure-se o senhor seu irmão a valer menos, e a lançar El rei mão de outra gente, desbaratada e perdida de todo por mais merecimentos que tenha, tanto que o Senhor vosso irmão tiver pouco gosto d'ella, porque *tudo por derradeiro vem a resultar em odio de El rei, inquietação da terra*, e muito maior odio de vossas mercês ambas.»

Por este trecho da carta do bispo Osorio vê-se o quadro da situação politica do novo reinado. A familia real estava em completa dissidencia, mas os seus directores espirituaes, os Jesuitas P.^e^ Luiz Gonçalves, [1] mes-

---

[1] O P.^e^ Luiz Gonçalves da Camara, era filho de João Gonçalves da Camara, 4.º Capitão Donatario do Funchal, e de sua mulher D. Leonor de Vilhena, filha de D. João de Menezes, Conde de Tarouca e Prior-mór do Crato. Tendo estudado em Paris as linguas latina, grega e hebraica, tomou a roupêta da Companhia em 2 de Abril de 1545, e ahi occupou varios cargos, e exercendo o seu poderoso influxo como mestre e confessor de D. Sebastião. Philippe II mandou D. João de Borja como seu embaixador inquirir d'estas perturbações da côrte portugueza, e aponta-lhe nas Instrucções dadas:

tre e confessor de D. Sebastião, o P.e Leão Henrique, confessor, do Cardeal Infante Dom Henrique, e o P.e Miguel de Torres, confessor da rainha D. Catherina, entendiam-se para firmarem em Portugal o imperio absoluto da

---

La raiz deste malo está en el Maestro, que es el Confessor y principal Consejero, y obliga como Confessor a que se execute lo que enseña y aconseja.» O embaixador veneziano Tiepolo, escrevia d'este jesuita ao seu governo: «É de edade de 50 annos, aspecto carrancudo, cego de um olho, muito gago, instruido em theologia e de vida muito devota.» Elle ainda viu os desastres motivados pela educação com que faceou o joven monarcha. Faleceu em Lisboa em 13 de Março de 1575, sendo sepultado em S. Roque, na capella do Crucifixo.

Elle fez com que seu irmão Martim Gonçalves da Camara fosse o ministro (Escrivão da Puridade) do rei D. Sebastião. Era este Dr. em theologia, Conego de Silves, e teve outros beneficios, que lhe alcançou seu tio D. Manoel de Noronha, Bispo de Lamego, estando em Roma. Foi Reitor da Universidade de Coimbra, Presidente da Mesa da Consciencia e Ordens, Desembargador do Paço, Védor da Fazenda, do Conselho, é ministro favorito do monarcha. Nomeado Bispo de Coimbra e depois Arcebispo de Evora nada acceitou, nem mesmo para seus parentes. Depois que caiu do poder, viveu alguns annos retirado na Companhia de Jesus, e mandara fazer a Capella do Cruxifixo, onde ficou enterrado. Por sua ordem compoz o P.e Matheus Cardoso um Epitaphio latino para Camões.

O P.e Leão Henriques, seu primo segundo, nasceu na villa de Ponta do Sol (Madeira) filho segundo de D. João Henriques e de sua mulher D. Joanna de Abreu. Estudou tambem em Paris, e em Coimbra tomou a roupeta no ultimo de Abril de 1546. Doutorou-se em theologia; foi Reitor do Collegio das Artes, e do Collegio do Espirito Santo, de Evora, sendo o 1.º Reitor quando se transformou em Universidade. Membro do Conselho geral do Santo Officio, durante vinte e quatro annos, foi confessor do Cardeal D. Henrique, e seu testamenteiro. Faleceu na Casa de San Roque em 8 de Abril de 1589.

Companhia. Realisara-se o *perigo jesuitico*, previsto pelo honrado D. Aleixo de Menezes, falecido em 1569. A cultura moral e intellectual dada ao joven rei, fizeram d'elle um hallucinado, aggravando todas as degenerescencias hereditarias que convergiam na sua constituição physiologica. Os jesuitas não foram os exclusivos responsaveis do estado de loucura em que se exerceu o desvairado môço; mas o seu regimen ascetico e as falsas noções historicas e politicas deram o maximo estimulo ás tendencias do seu organismo, «um *degenerado*, tal qual foi D. Sebastião em Portugal, como seu primo D. Carlos em Hespanha, as duas fórmas mais typicas em que a degeneração se accentúa.» [1] Complicando estes terri-

---

[1] Manoel Bento de Sousa, *O Doutor Minerva*, p. 178 O illustre professor estudou sob o aspecto da psychologia morbida o rei D. Sebastião com todos os seus antecedentes atavicos: «O sangue de D Manoel (filho do hallucinado Dom Fernando) mistura-se com o de Dona Maria, filha de Joanna a Doida... O producto d'esta mistura, D. João III, paga o devido tributo á doentia ascendencia com a sua imbecilidade, e para peiorar a raça, vae buscar outra filha de Joanna a Doida, a rainha D. Catherina, irmã de Carlos V, tambem filho de Joanna a Doida, e epileptico elle mesmo.

«A progenie d'este casal — D. João III e D. Catherina, é a mais eloquente demonstração do que valem os caracteros consanguineos. Nascem do dito casal nove filhos, dos quaes morrem : dois aos 5 annos; dois aos 2 annos; dous de mezes; um de dias: dois, que restam, casam ambos com filhos do epileptico Carlos V, e netos de Joanna a Doida:

«Um, D João, successor de Portugal, morre aos 16 annos, deixando a sua viuva gravida de D. Sebastião

«O outro, D. Maria, morre de 16 annos, deixando a seu viuvo, o rei Philippe II, de Castella, um herdeiro o princepe D Carlos, corcunda, gago e louco!

veis impulsos organicos, actuava uma forte corrente politica *castelhana*, que pelos enlaces familistas da casa real e da fidalguia portugueza, procurava apagar o sentimento da nacionalidade exaltando a ambição do *imperialismo* iberico. Sobre esta relação dos dois influxos observa o professor Manoel Bento de Sousa: «Os planos tramados entre as duas familias para chegarem á união iberica pelos casamentos exclusivos e consanguineos em tres gerações seguidas, vêm a acabar n'isto: um *degenerado* em Hespanha e outro em Portugal: o de Hespanha, disforme, doido, morto aos 24 annos ou pela propria loucura ou por causa d'essa loucura; o de Portugal, forte, epileptico, morto aos 24 annos pelo desvairamento da sua epilepsia.» Além das condições fataes do seu nascimento, a exacerbação do subjectivismo precoce pela cultura e disciplina jesuitica, e o momento historico da reacção religiosa da Europa systematisado pelo Concilio de Trento, fizeram de Dom Sebastião um typo phantastico, um heroe da Cavallaria celeste exercendo-se em plena loucura e avançando para um tremendo desastre.

D. João III, no casamento de sua filha a princeza D. Maria com Philippe, (II) fizera a estipulação matrimonial, que se se achasse sem herdeiro masculino, a corôa pertenceria a sua filha, indo o Reino para Castella: «Este contracto deixara de ser um segredo, a nação soubera-o, e tremia pela sua autonomia.» [1] Comprehende-se a anciedade causada pela

[1] Manoel Bento, *Doutor Minerva*, p. 172.

morte do Princepe D. João, e a angustia com que se esperou durante dezoito dias o parto da princeza D. Joanna, e se seria varão o seu *desejado* fructo!

Desenham-se os partidos: o *castelhano*, com a Rainha D. Catherina e o Cardeal-Inquisidor D. Henrique, e seus validos; auxiliados pelos Augustinianos, que fabricavam revelações e apparições de D. João III dando avisos para seu neto.

O partido *nacional*, via em D. Sebastião um typo messianico, com a fórma cavalheiresca celeste dos heroes parthenios, uma especie de Lohengrin ou Galaaz destemido, invencivel, indo ao mosteiro de Alcobaça abrir os tumulos dos Reis da primeira e segunda dynastia, condemnando os amores de D. Pedro, e glorificando D. João II, como o que melhor fez o seu *officio de rei;* e não contente das suas apostrophes, como as de um Guilherme II da Allemanha, vae a Santa Cruz de Coimbra contemplar a Espada de Dom Affonso Henriques, e meditar no logar onde destinará o seu proprio mausoléo. N'este delirio religioso, exacerbado pela educação jesuitica, elle julga-se providencial, e confia que os destinos se submetterão á sua missão pessoal. E qual será o sonho do seu hallucinado imperialismo? A politica geral da Europa, definida na formação da Santa Liga, apresenta-lhe o *perigo africano*, o desenvolvimento dos Turcos no dominio do Mediterraneo e do norte da Africa.

Dom João III mandara abandonar as varias possessões de Africa, como Çafim, Azamor, Arzilla, para concentrar as forças em

Ceuta, Tanger e Mazagão, que pelo seu bello e vasto porto, de ancoragem segura para uma grande armada, era a porta para a conquista do Imperio de Marrocos. Os Xerifes de Marrocos conheceram as intenções do rei de Portugal, e atacaram por vezes Mazagão, sendo o principal assalto e mais terrivel o de 1561. Desde estas luctas renasceu em Portugal o sonho *africanista*, que se apagara pela avidez das riquezas da India. A conquista do Imperio africano tornou-se a: «opinião que era a de toda a gente popular, nacional e patriotica...» «Basta vêr o impeto geral com que por esse tempo toda a população desde o Cardeal D. Henrique até ao ultimo homem de officio concorria enthusiasticamente para a defeza de Mazagão com dadivas, armas e gente. Basta lembrar que nas Côrtes de 1562 se insiste em não abandonar os logares de Africa e se chega a propôr — o abandono da India, por que nada rende que com ella se não gaste, e se emprehenda a grande conquista da Africa por mais conveniente para n'ella se estabelecer o Imperio Lusitano.» [1] Embalado com estas ideias foi creado D. Sebastião, e ellas se chegaram a impôr a homens politicos como Pedro de Alcaçova Carneiro e ao espirito de Camões, como regressão ao ideal cavalheiresco da sua mocidade, nos annos de Ceuta. Todo o desenvolvimento de D. Sebastião em exercicios militares, em estimulação de energia, conduziam-o para a realisação do seu sonho — a conquista de Africa.

---

[1] *Doutor Minerva*, p. 180.

Aventurou-se a uma primeira tentativa. A empreza africanista de D. Sebastião, desastradamente realisada em 1574, apparece alludida na Egloga XI attribuida por Faria e Sousa a Camões, e publicada por Diogo Bernardes no *Lima* com o titulo de *Peregrino*, com variantes notaveis. A attribuição de Faria e Sousa é gratuita e infundada, por que esta Egloga foi colligida como de Bernardes, em 1577 no Cancioneiro do P.e Pedro Ribeiro, onde tem o nome de *Limiano*. Transcrevemos a lição de Bernardes:

> E mais saber desejo,
> Se nos a fama engana,
> Que diz que *o grão Pastor dos Lusitanos*,
> Da larga foz do Tejo,
> Com fato e com cabana
> *Passa nos largos campos africanos;*
> Onde mil soberanos
> Triumfos d'elle dinos
> Lhe ordena a fatal sorte,
> Com grande estrago e morte
> De brutos, mal nascidos Sarracinos;
> Que de si despejados
> Os curraes deixarão cheios de gados.
> Que sendo assi, te digo:
> Que não espero mais
> N'esta para mim *sempre ingrata terra*
> *Que traz guerra comsigo*
> Ante seus naturaes,
> Não deve de estranhar estranha guerra.

Se n'esta Egloga se collocar o nome de *Peregrino* onde falla *Limiano*, as situações referidas por este correspondem á realidade da vida de Camões, como se vê pelos seguintes tercetos:

> Tinha lá para mim, que *a vida tinha*
> *Mais socegada cá e mais segura*
> *Entre os meus*, que com gosto a buscar venho.

Foi de outro parecer minha ventura;
Discordias só achei, achei dureza
Em logar de socego e de brandura.

Achei as boas leis da natureza
Vencidas do interesse e a gente cega;
Tanto que mais que o sangue o gado presa.

Dizem, que quando o mar bonança nega,
Correndo vae aquella náo mór perigo,
Que á desejada terra mais se achega.

Assi me aconteceu a mi commigo:
Seguro sempre ao longe, sempre ledo,
Triste ao perto e tratado como imigo.

Apesar da realidade da situação descripta, é inadmissivel o plagiato imputado a Bernardes por Faria e Sousa: desde 1577, ainda em vida de Camões, foi colligida com outras Eglogas de Bernardes. Esta restituição litteraria leva a uma inferencia: houve relações de intimidade entre Camões e Bernardes nos primeiros annos do regresso da India, arrefecidas depois, quando o poeta do *Lima* foi influenciado por Caminha, por Jeronymo Côrte Real, Francisco de Andrade, Pedro da Costa Perestrello, Duarte Dias, e outros despeitados com o apparecimento dos *Lusiadas*. No *Dialogo em defensão da Lingua portugueza*, publicado por Pedro de Magalhães de Gandavo, na Officina de Antonio Gonçalves em 1574, vem citado o nome de Camões conjunctamente com o de Bernardes: «Pois se no verso heroyco vos parece que a vossa lhe pode fazer vantagem, vêde as obras do nosso *famoso Poeta Luis de Camões*, de cuja fama o tempo nunqua triumphará, vêde a brandura das d'aquelle raro espirito *Diogo Bernardes;*

vêde finalmente as do Doctor Antonio Ferreira, de que o mundo tantos louvores canta: e em cada um d'estes auctores achareis um estylo tão excellente e tão natural e accommodado a esta nossa lingua...» Se houvesse em 1574 inimisade ou antagonismo entre Camões e Bernardes, Magalhães de Gandavo não os emparelharia no mesmo louvor, nem Camões lhe escreveria em 1576 a Elegia, (IV) que acompanha a sua *Historia da Provincia de Santa Cruz*, dedicada a D. Leoniz Pereira, tambem amigo de Camões.

Para incitar o joven monarcha a servir a Santa Liga, o papa Gregorio XIII cumprindo a promessa de Pio V, mandou-lhe um legado extraordinario com a offerta de uma Setta tinta no sangue do martyr San Sebastião, com um breve pontificio. Fez-se uma recepção solemne da reliquia em 9 de Fevereiro de 1574, que fôra ser depositada no mosteiro de San Vicente. Camões celebrou este successo nas *Outavas* III, vaticinando-lhe futuras victorias:

> Presagio temos, e esperança clara,
> Que sereis braço forte e soberano
> Contra o soberbo Gladio mauritano.
>
> E o que um presagio tal agora encerra,
> Nos faz ter por mais certo e verdadeiro
> A Setta que vos dá quem é na terra
> Dos celestes thesouros Dispenseiro.

Camões possuido do seu antigo ideal *africanista*, dava largas ás mais lisongeiras previsões; parece que ao offertar estas *Outavas* a D. Sebastião lhe entregara tambem um exemplar dos *Lusiadas*, como se deprehende d'esta ultima estancia:

Estes humildes versos, que Pregão
São d'estes vossos Reinos com verdade,
Recebei com benigna e real mão,
Pois é devida a Reis benignidade
Tambem (se não merecem galardão)
Favor sequer da regia Magestade,
Assim tenhaes de Quem já tendes tanto
Com o nome e reliquia, favor santo.

Offerecendo os *Lusiadas* a D. Sebastião, o poeta tinha em vista patentear-lhe de um modo mais sublime o pensamento africanista, offerecendo-se elle proprio para tomar parte na futura Empreza:

Para servir-vos, braço ás armas feito,
Para cantar-vos mente ás Musas dada;
Só me falece ser de vós acceito,
De quem virtude deve ser presada.
Se me isto o Céo concede e o vosso Peito
Digna Empreza tomar de ser cantada,
Como presaga a mente vaticina,
Olhando a vossa inclinação divina;

E fazendo que, mais que a de Medusa,
A vista vossa tema o monte Atlante,
Ou rompendo nos Campos de Ampelusa
Os muros de Marrocos e Trudante;
A minha já estimada e leda Musa,
Fico que em todo o mundo de vós cante...

Não comprehendendo o pensamento *africanista* de Camões, Camillo nas Notas biographicas torna-o cumplice dos incitadores da catastrophe do rei D. Sebastião: «Accusam os Jesuitas de propulsores da jornada de Africa, por que aferventavam o zelo religioso do princepe fanatisado contra a mourisma. Porque não accusam com maior justiça e com provas escriptas Luiz de Camões?...» E transcrevendo os versos mais suggestivos das

Outavas III, accrescenta: «Está revendo a incitadora carta um coração que ainda vibra tal como outr'ora o braço do mancebo que se estreara em Ceuta.» Era justamente este ideal cavalheiresco, apagado pela voracidade das riquezas da India, que ainda animava o espirito de Camões, expresso em toda a verdade no episodio do Velho de Restello. E' injusta a critica vendo n'esse africanismo de Camões «uma prova negativa do seu juizo politico.» (p. 74 a 76.)

Com o seu caracter dissimulado e impulsivo de degenerado, Dom Sebastião, a pretexto de ir inspeccionar as fortalezas de Ceuta, Tanger e Mazagão, emprehende a sua primeira aventura africana; em um dos seus impetos de hallucinado saiu repentinamente de Lisboa em 15 de Agosto de 1574, dirigindo-se com quatro galés e algumas caravellas para Belem, e depois em 17 partiu de Cascaes para Lagos. [1] Chegando ahi em 20 d'esse mez, em 25 desembarcava em Ceuta, onde se entregou a digressões venatorias para assim encobrir as suas investigações estrategicas com mira na conquista do futuro Imperio africano. Com

[1] Na Carta regia de 17 de Agosto de 1574, dirigida de Cascaes á Camara de Lisboa, disse D. Sebastião: «Pareceu-me *ir ao Algarve* pera onde parto, pera milhor e mais de perto poder tomar resolução e mandar proceder nas cousas de Africa, n'esta conjuncção em que tenho mandado a Tanger D. Antonio, meu muito amado e presado primo...» E em Carta de 20: «Cheguei a este Reino do Algarve e... assentei ir-me á cidade de Cepta e de lá á de Tangere, tanto que chegar a ella gente com que me pareça o deva fazer...» (Freire, *Elementos*. (p. 592.)

esta pequena fróta dirigiu-se a Tanger sem se preoccupar com a falta de recursos nem com a iminente calamidade; mas um temporal dispersou-a, arrojando a galé em que ia D. Sebastião até á ilha da Madeira, vindo as outras galés surgir a Lisboa. O desconhecimento do logar em que parava o rei D. Sebastião motivou um forte alarme no povo, fazendo-se procissões de penitencia e preces, até que no dia 2 de Novembro appareceu o monarcha inesperadamente entrando o Tejo, dando assim á imaginação popular esse abalo emocional que o fez mais tarde confiar que o *Desejado* de 1554, faria a sua *apparição* n'um dia de nevoeiro como em 1574, depois de estar encoberto em uma *ilha* encantada (Madeira, ou Avalon da lenda arthuriana.)

N'esta primeira aventura africana fez-se a cerimonia da benção da bandeira; a esse acto compoz Camões o Soneto CCXLIII, erradamente collocado em 1578, em egual cerimonia:

> Siga-se esta Bandeira militante,
> Por quem são taes victorias conseguidas
> Por quantas almas, d'ella divertidas,
> No Ponente erram cá, lá no Levante.

Em 1574 Camões conservava ainda sem decepção o ideal africanista, o que se não dava em 1578, em que fôra preterido por Bernardes. Confirma-o a Elegia XIX. N'este anno de 1574 estava por Capitão de Tanger o joven D. Pedro da Silva; censuravam o rei por ter nomeado um capitão muito novo. Elle porém desaggravou o rei aprisionando Aláfe, o mais terrivel guerrilheiro de Africa. Camões

sempre glorificador da verdadeira valentia, dedicou-lhe a Elegia XIX, justificando a escolha do rei:

> De Capitão de Tanger te proveu,
> Em tempo que o Maluco assás valente
> O grande Imperio de Africa venceu.
>
> E sendo esta eleição do rei valente,
> *Da cega inveja foste murmurado,*
> Por que ninguem 'scapou ao mal dizente.
>
> Não te negaram seres esforçado,
> Mas diziam que á guerra n'essa edade
> Servia Capitão experimentado.
>
> E que *em tempo de tal necessidade,*
> Convinha velho amparo e forte escudo
> Em quem não possa haver temeridade.
>
> . . . .
>
> Tomaste descuidado um Capitão
> No tempo e assi na guerra experimentado,
> Em quem se confiava Tetuão.
>
> Aláfe, irmão de Aláfe nomeado,
> Que não só o seu campo defendia,
> Mas entrava no nosso confiado.

Tem esta Elegia a rubrica: «*a primeira vez que el rei D. Sebastião passou a Africa.*» Nas *Outavas* III dirigidas a D. Sebastião, o verso — Tambem *se não merecem galardão* — referir-se-ia á morosidade que encontrava no pagamento da tença. Segundo a tradição colligida em 1626 na edição dos *Lusiadas*, refere-se: «*que haria de pedir a El Rei que trocasse os quinze mil reis por outros tantos açoutes nos ministros por quem corria o pagamento.*» Depois da aventura africana de 1574, esteve Camões privado, desde 1 de Ja-

neiro de 1575 a 22 de Junho, do pagamento da sua tença. Juromenha quiz vêr n'esta interrupção uma ausencia do poeta, talvez por ter tomado parte n'esta primeira ida á Africa; é inadmissivel a hypothese, por que essa demora acha-se explicada na Ementa de 22 de Junho de 1576:—por não estar assentada a provisão da tença no Livro da Fazenda.

Eram acabados os tres annos da tença concedida a Camões (12 de Março de 1572 a 1575); foi-lhe renovada a tença pela Apostilla de 2 de Agosto de 1575, cujo theor é:

«Ey por bem fazer mercê a Luiz de Camões dos quinze mil reis cada anno contheudos n'este alvará por tempo de tres annos mais, que começarão do tempo em que se acabaram os outros tres annos paguos no meu thezoureiro mór asy e da maneira que se lhe ateguora paguarão do Scripvão como reside em minha casa, e com essa declaração se assentarão no Livro da minha Fazenda, e se levarão ao Caderno do assentamento, e esta Apostilla se cumprirá posto que o effeito d'ella aja de durar mais de um anno. Symão Boralho o fez em allmada a II de Agosto de MDLXXV. E eu Duarte Dias a fiz escrever.» (*Doações de D. Sebastião*, Liv. XXXIII, fl. 229. Torre do Tombo.)

Pela Ementa a esta Apostilla, vê-se que o poeta não recebeu a tença que lhe pertencia desde Janeiro e que terminava em 12 de Março de 1575, nem tampouco a nova mercê, a começar d'esse dia em diante até 22 de Junho de 1576. Eis a Ementa:

«15$000 rs no thesoureiro-mór a Luiz de Camões, que lhe *são derydos de sua tença do anno passado de 1575, que lhe não foram levados* no caderno do Assentamento do dito *janeiro nem paguos em parte alguma* por a provisão da dita tença não estar assentada no Livro da Fazenda Em Lixboa 22 de junho de 1576 pelo dito Miguel Coresma» (Livro II de *Ementas*, fl. 145. Torre do Tombo.)

Rasão tinha o poeta para se queixar dos *ministros por quem corria o pagamento.* De Janeiro de 1575 a 22 de Junho de 1576 achou-se Camões privado dos recursos economicos da sua mesquinha tença, e a este periodo de dezeseis mezes de angustia se podem attribuir algumas anedoctas caracteristicas. O fidalgo Ruy Dias da Camara, [1] sobrinho dos validos Camaras, o P.e Luiz Gonçalves, confessor de D. Sebastião, e Martim Gonçalves seu escrivão da puridade, pediu a Camões que lhe fizesse uma traducção dos *Psalmos penitenciaes;* como o poeta não satisfizesse promptamente o seu pedido, increpou-o por essa negligencia, ao que respondeu:

«*Senhor, quando eu fiz esse Poema, era moço e favorecido das damas e tinha o necessario á vida; e agora não tenho espirito nem contentamento para nada, porque tudo isso me falta, e em tal miseria me vejo que ahi está o meu Jáo a pedir-me um vintem para carvão e não o tenho para lh'o dar.*» Storck observou bem este facto como caracterisando a situação de Camões em 1575. (*Vida*, p. 713.) Em outro logar, Mariz, que colligira a tradição anterior, diz a respeito da tença: «*viveu em tanta pobreza que, se não tivera um Jáo, chamado Antonio, que da India trouxe, que de noite pedia esmola para o ajudar a sustentar, não poderia aturar a vida. Como se viu: tanto que o Jáo morreu,*

[1] Filho de Ruy Gonçalves da Camara e de Dona Joanna de Gusmão, filha do Conde Vice-Rei D. Francisco Coutinho, amigo de Camões na adversidade.

não durara elle muitos mezes.» Cabe aqui discutir o gráo de verdade da lenda do escravo de Camões; Mariz prejudica sempre as tradições pelo syncretismo e incongruencia com que as appresenta. E' certo que o Camões não trouxe comsigo o Jáo da India, pelo que d'esse regresso descreve Couto na Decada VIII. Tambem os Jáos «Malaios namorados, *Jáos valentes*» não eram para se submetterem á condição servil, como os descreve Diogo do Couto. [1] Por uma Carta do humanista Nicoláo Clenardo, Lisboa estava abarrotada de escravos negros, formando a creadagem dos fidalgos; nos romances populares o verso «Manda os *pretinhos* á lenha» pinta este aspecto da sociedade. A verdade é que podia ter ao seu serviço por baixa soldada um *boi*, *(Jáo)* como se usava em Gôa. A immensa affectividade do escravo Antonio pelo Poeta é caracteristica da raça negra. A

---

[1] «Sam os naturaes d'ella, a que chamam *Jáos*, homens tão soberbos, que cuidam que nenhuns outros lhes precedem, antes que elles o fazem a todos; em tanto que passando um Jáo por uma rua se acertar alguma pessoa de outra nação estar sobre um poial ou algum logar mais alto que aquelle por onde elle passar, se se logo não descer abaixo, até que elle passe, *o* matará, porque não consente cuidar alguem que pode ficar mais alto; e assim *não porá um Jáo sobre sua cabeça um pêzo ou carga, ainda que por isso o matem.* Sam homens mui cavalleiros e tam determinados, que por qualquer offença que se lhes faz, se fazem *amoucos* para se satisfazerem d'ella; e postoque lhes ponham uma lança nas barrigas, vão metendo por ella sem receio algum até chegarem ao contrario.» (*Decada* IV, liv. 3, cap. 1.) O Dr. João Teixeira Soares ponderou estas circumstancias. *(Epoca*, n.º 33.)

morte d'elle poucos mezes antes da de Camões, está indicando que succumbira á terrivel peste de 1579, que recrudescera em 1580.

Alguma cousa attenua a negligencia do Vedor da Fazenda D. Martinho Pereira e dos outros empregados do thesouro; as grandes despezas para acudir ao escalavro da desastrada expedição a Africa de 1574 foram taes, que o Senhor D. Duarte, Duque de Guimarães, teve de auxiliar o rei com os bens da sua casa, encobrindo-se as difficuldades financeiras com os expedientes administrativos.

Na vertiginosa loucura da côrte de D. Sebastião, os homens de bom senso aproximavam-se de Camões, honravam-o, como observou Mariz, contrastando com a indifferença do rei, que se comprazia com os bôbos, recompensando-os. Em 24 de Junho de 1575 houve festejos a que se referia Camões no *Epigramma a El Rey Dom Sebastião saindo aos touros:*

> Não corre o céo astro tão formoso,
> Nem pelo alto ár o nebri vôa,
> Hum tam claro, tam puro e tam lustroso,
> Outro que tão ligeiro os áres côa:
> Como tu, Sebastião, Rey glorioso,
> Dás nova luz ao lume da corôa
> Em teu ginete Zaro, que voando
> A terra, por ser teu, vae desprezando. [1]

Sobre esta festança, que contrastava com as tristezas publicas causadas por grandes calamidades, como a peste de Março, o terramoto de 7 de Junho, e pelo pavoroso incendio

---

[1] *Cancioneiro ms.* de Fernandes Thomaz, fl. 39, v.

de uma grande parte da rua dos Algibebes em 18 de Fevereiro, escreve o visconde de Juromenha: «Pelo San João d'este mesmo anno (1575) deu treguas a estas tristezas um sumptuoso divertimento de touros reaes, e foram talvez as ultimas alegrias de Portugal... Armou-se para este effeito, defronte dos paços de Xabregas um grande terreiro em que trabalhavam por dia trezentos homens, cercado de palanques riquissimos de tres sobrados, não só da Rainha D. Catherina, e Infanta D. Maria, mas da Casa da India, Tribunaes e mais senhores da côrte que affluiram com ricos vestuarios e cavallos sumptuosamente ajaezados. El Rei jogou canas primeiro de uma parte e da outra o Senhor D. Antonio, com outros fidalgos, e depois de corridas começaram os touros, não querendo El Rei que ninguem mais os picasse se não elle, o Senhor Dom Antonio e o Duque de Aveiro, sendo os touros mui bravos, e correndo-se mui galantes sortes, que eram applaudidas pelos instrumentos que tinham trazido, em obsequio d'El Rei, as pessoas que estavam nos palanques.» (Jur., *Obr.*, I, p. 122.) E' de presumir que o Epigramma de Camões a D. Sebastião picando garbosamente no seu ginete Zaro, fosse então espalhado pela praça entre os convidados. Juromenha desconhecendo o Epigramma de Camões, ulteriormente impresso, presentiu que elle assistira á tourada real: «Mas para o nosso Poeta, quão triste era a sua situação no meio de todas estas alegrias; etc.» André Falcão de Resende escreveu uma curiosa Satira sobre os costumes da sociedade portugueza, e dedicou-a a

Luiz de Camões, por 1576-77, antes de ir occupar o seu cargo de Juiz em Torres Vedras. Ahi se vê desenhada a situação de Camões:

Aos princepes tambem da Poesia,
Como cegos tangendo a samphonina,
Ouvil-os fôra gram semsaboria;

Melhor philosophia e sã doutrina
E' já, e segura a torto e a direito
Saquiteis de ouro encher sem ir á Mina.

Ande o pobre poeta um doudo feito,
Mendicando o comer e as consoantes,
Compondo os seus Poemas sem proveito;

Bem tenho eu (diz o vil) por mais galante
Os truhões chocarreiros com guitarras,
Que applazem aos Reis, aos princepes e infantes.

Estes alegres, co'as corôas de parras,
Festejam Baccho e Ceres todo o anno,
E o prazer tem seguro a quatro amarras.

Nunca lhes falta pão, calçado e o panno,
Seja um doudo, é *Dom* Felix, *Dom* Briando,
E bem que parvo é ciceroniano.

Falcão de Resende alludia ao tratamento dado aos bôbos na côrte portugueza; de facto o velho parvo Joanne de Braga, que por exploração do christão novo Duarte da Paz ia desmelanconisar D. João III, a rainha e os Infantes, recebeu o tratamento de *Dom*. O bôbo João Nunes tambem divertiu o mesmo reinado; e o Infante D. Duarte tinha o seu chocarreiro Felippe de Brito. O bôbo do rei D. Sebastião era Coyto, que fundava a sua fidalguia em mentir sempre e pregar calotes a toda a gente. O bôbo de Carlos V era *Dom* Francez; e D. João III, deu o habito de Christo ao seu bôbo João de Sá, por alcunha

o *Panasco.* [1] Diante d'esta atmosphera de loucura, escrevia Falcão de Resende fortificando Camões:

E o que rico se achar d'altos esp'ritos,
Seu talento de engenho e estilo terso
Empregue em ditos bons, em bons escritos:

Sem que o tempo invejoso, e o tempo adverso
A lingua baixa, má, vil, indiscreta
Lhe impida fallar bem em rima e verso.

Em versos escreveu el Rei Propheta
Tudo o que lhe ditava a divindade;
Em versos a cantou, qual bom poeta...

....

E que em tempos dourados isto fosse
Mais prezados que agora, e mais validos
Os poetas, e tidos n'outra posse.

Os premios da virtude merecidos,
Inda que os máos lhe chamem disparates,
Nunca de todo podem ser perdidos.

Dão barbaros cada hora mil combates
Aos doutos, e a ferro e fogo os seguem;
Não os soccorre Augusto ou Mecenates.

Mas assim perseguidos só soceguem
Em sua Musa, e d'agua d'Aganippe
A terra inculta, secca e dura reguem.

E bem que a veia esteril se antecipe
Pera afogar a boa semente e tolha
Que o *juizo real a participe;*

Não poderá tolher que se não colha
Alguma hora o bom fructo, e o bom esprito
Em seguro celleiro que o recolha.

Camões! bem te confesso e bem conheço
Que entre o joio infelice má sizania
De tanto máo costume, e em tempo avêsso,

[1] D. Carolina Michaelis, *A Infanta D. Maria*, p. 94, nota 225.

Engenhos nascem bons na Lusitania,
E ha copia d'elles, que é menoscabada
Dos máos, e nomeada por insania.

Por isso, *como preso em tua pousada*
Solta este sonho, *e esperta o adormecido*
Tempo, com tua voz bem entoada:

Qual ella é, clara e pura, em som devido,
Decente, honesto e grave, até que chegue
Áquelle affable e Real ouvido.

Farás que estime, que honre, e que a si chegue
Os que bebem na fonte pegasêa;
Que seu favor lhes mostre, e não lh'o negue

Como o bom rei da patria da Sereia,
Aquelle inclyto Affonso, que amou tanto
Os doutos e avisados d'alta veia

Então teu celebrado e efficaz CANTO,
Do Estreito do Mar Roxo ao nosso Estreito,
Aos extranhos será piedade e espanto
Se a ti e aos teus não for honra e proveito.

Obras, p. 289 a 292.

A indifferença ou desdem do monarcha pelas letras, todo absorvido por planos bellicos, acha-se indicado n'estes versos de Falcão de Resende, contrapondo a fama já universal de Camões; na biographia por Mariz vem esse ecco: «*não teve graça com esse Rey*; mas teve-a com os mais princepes e fidalgos.» Dom Sebastião achava-se completamente absorto no plano da empreza africana; era uma obsessão desvairada, que os acontecimentos mais exacerbaram. Nos seus actos officiaes chega a expôr o pensamento politico que o

preoccupa. [1] Elle vae ao encontro de Philippe II, na celebre conferencia de Guadalupe, sahindo de Lisboa em 11 de Dezembro de 1576. O rei castelhano manteve-se em neutralidade, diante da incapacidade que reconhecera no sobrinho, e como habil politico previu as consequencias de uma derrota, que seria toda em favor dos seus direitos pela clausula secreta do casamento com a princeza D. Maria. D'ahi o celebre dilemma: «Se o joven rei D. Sebastião vence, tenho n'elle um

[1] Na carta regia de 23 de Abril de 1576, dirigida de Setubal aos Vereadores e Procuradores de Lisboa, D. Sebastião, a proposito da derrota do Xerife por seu tio Muley Moluc, expõe em considerandos a politica africanista, que o fazia planear uma proxima guerra: «é rasão e siso que se cuide e espere de imiguos tão visinhos aos meus lugares, e tam poderosos e de tanta industria nas cousas de guerra como são os Turcos, e de tam larga experiencia, como é a sua em conquistas, e no modo de proceder, não sómente em conquistar, mas inda em conservar o conquistado per elles; cujas cousas e cujos desenhos se devem olhar e recear com muy differentes considerações, do que se podem e devem ponderar aquelles Mouros vesinhos com quem atéguora se pelejou e teve guerra, que, inda que já sejam tam poderosos e guerreiros, como se tem visto e experimentado, e como os tempos os fizeram, todavia, como entendeis e sabeis, imigos são de differente ponderação, mórmente considerando que a vinda d'estes Turcos a Fez, não é só para empossar o tio do Xariffe d'aquelle reino, mas principalmente com fundamento de o fazer tributario e vassalo turco, e o Turco se fazer senhor de toda a Africa e de todos os portos de mar d'ella, cousa tam desejada e pretendida d'elle e dos seus antecessores, como é sabido, tendo n'elles e em cada um d'elles muitas galés, e grande força e poder d'ellas, que lhe será mui facil de pôr em effeito, assi pela natureza da mesma terra, como por sua grande potencia; que quando assi acontecesse, o que ds. não permitta,

bom genro; se é vencido, eu então adquiro um magnifico reino.»

Depois da saída de Portugal de D. Francisca de Aragão pelo seu casamento, foi para Camões uma perda sensivel o falecimento em Março de 1578 da celebrada Infanta D. Maria, que conhecera o poeta da época dos afamados Serões do paço. Na edição das *Rimas* de 1598 appareceu o Soneto CLXXXIII, que começa: — Que levas, cruel morte? — Um claro dia. Attribuiu-se á morte da Infanta, desde que

---

mui visto é quantos danos, quantas perdas, quantos insultos, quantos prejuizos, quão continuos cuidados, sobresaltos e inquietações finalmente, quantos males, quasi sem remedio, poderão recrecer a toda a Espanha, que da Christandade se póde dizer que é hoje a melhor e maior parte, começando primeiro por meus Reynos, como mais vezinhos, e depois pelos alheios, cousa que tanto cuidado me dá, vendo estes principios, que tanto convem que se recêem e que se discorram com mui profunda consideração, pera se atalharem com todos os remedios possiveis.

Depois d'esta exposição dos motivos politicos, o monarcha dá conta dos planos de defeza em que está occupado: «mandar proseguir a fortificação n'aquelles logares de Africa com a brevidade com que se poder fazer, e provel-os de mantimentos e munições, — reforçar e apressar minhas armadas, para que possam acudir aos accidentes que sobrevierem E tenho mandado aperceber gente no reino do Algarve e nas comarcas de Beja, Evora e Extremadura, pera que estêm prestes pera qualquer necessidade que sobrevier. — e tambem antes e depois do desbarato do Xarife, animal-o para que se defendesse dos Turcos, e *que para isso o mandaria ajudar*; mas tudo isto não descança, nem deve tirar o cuidado do que se representa no entendimento «... como quem já tem os imiguos em casa, e taes imiguos; etc.» Livro I dos Conselhos e Decr. d'el-rei D. Sebastião, fl. 153. Ap. Freire d'Oliveira, *Elementos*, p. 597.

o affirmou Faria e Sousa; mas este Soneto dialogistico nos differentes manuscriptos em que tem sido encontrado, traz a rubrica: *A' morte de D. Maria*, (Ms. Jur.) e *A' morte de D. Maria de Tavora*, (Ms. Faria e Sousa) ou mais explicitamente *A Dona Maria de Tavora, filha de Luiz Alvares de Tavora*. (Ms. Jur.) D'esta dama dá D. Carolina Michaelis breve noticia: «E essa Maria de Tavora, Dama da rainha D. Catherina, bella entre as mais bellas, morreu de facto de pouca edade e inesperadamente, sendo chorada por mais de um poeta aulico—como Pedro de Andrade Caminha, e Philippe de Aguiar (*Bocanegra*) tio da Nathercia de Camões.» [1] Regeitando esse Soneto como apocrypho e não referente á Infanta, observa a illustre romanista: «ha um Soneto inedito, attribuido a Camões *A' morte da Princesa de Portugal* em dialogo...:

Que gritos são os que ouço? — De tristeza.
 Quem é a causa d'ella? — A morte só.
 Tão grande mal nos fez? — Quebrou um nó.
 Que nó? a quem atava? — A gentileza.

Era mais que formosa? — Era Alteza.
 Desfez-se em ouro? — Não! em terra, em pó!
 Tambem é como nós? — Tambem; mas, oh...
 Que gemes? — De perder a tal Princeza.

Não vês que tudo é mundo? — Bem no entendo.
 Pois não te agastas! — Não m'o soffre a alma
 Que te consola aqui? — Na Vida vêl-a!

Tam boa foi? — O reino o está dizendo.
 Pois sabe, que se cá levou a palma,
 Que lá terá tambem a palma d'ella.

(*Op. cit.* p. 101.)

[1] *A Infanta D. Maria*, p. 40 — O Soneto CLXXXIII pode referir-se á Princeza D. Maria, casada com Philippe II, falecida na *aurora da vida*, com dezoito annos.

Os bons amigos de Camões, D. Manoel de Portugal e Pedro de Alcaçova Carneiro estavam com embaixada em Castella, levando este ultimo comsigo o poeta Diogo Bernardes, que obteve a mercê de servidor da toalha, com 6$000 rs. de vestuario em cada anno, por Alvará de 15 de Novembro de 1577. Tambem no fim d'este anno partia segunda vez para a India o seu venerando amigo D. Luiz de Athayde, a quem consagrou o Soneto CXCI, como despedida:

Pois torna por seu Rei e juntamente
  Por Christo, a governar aquella parte
  Onde se tem mostrado um Numa um Marte
  O famoso Luiz, justo e valente...»

N'este anno de 1577 apparece occupando a sobrevivencia da *Feitoria de Chau!* Alexandre de Sousa Freire; vê-se que renunciara Camões a esse antigo despacho, motivando talvez a nova Apostilla de 2 de Junho de 1578, para receber por mais tres annos a tença a começar em 12 de Março do mesmo anno:

«Ey por bem de fazer mercê a Luis de Camões do contiudo no meu alvará escripto na outra meia folha atraz que elle tenha e aja cada anno por tempo de tres annos mais os quinze mil reis que tem pela postilha que está no dito alvará, os quaes tres annos começarão de dous dias do mez d'agosto d'este anno presente D XXVIII em deante e os ditos quinze mil reis lhe serão pagos no thesoureiro mór asy e da maneira que atégora se lhe pagaram com certidão dayres de siqueira, escrivão da matricula dos moradores de minha casa de como reside em minha côrte, e com esa declaração se assentaram no liuro de minha fazenda e se levarão no caderno de assentamento, e esta apostilla me praz que valha e tenha força e vigor posto que o effeyto della aja de durar mais de hum anno sem embargo da

ordenação em contrario. Gaspar de Seixas o fez em Lisboa a II de Junho de M.D.LXXVIII. E posto que acima diga que o dito Luis he Camões começa a vencer os ditos quinze mil reis de dous dias do mez dagosto deste anno presente, não os vencerá senão de XII dias de março passado do dito anno em diante, que é o tempo em que se acabaram os tres annos que lhe foram dados pela dita apostilla. Jorge da costa a fez escrever.» [1]

Poderia talvez attribuir-se este favor regio, no momento em que D. Sebastião tentava o seu embarque para Africa, a estar Camões occupado na elaboração de um Poema épico sobre esta sua heroica empreza. E seria esse favor como uma replica a todos aquelles que se mostravam hostis ao pensamento africano? Com a morte da rainha D. Catherina em 12 de Fevereiro de 1577, ficou o rei livre da opposição ao seu desvairado intento. Agourava-se mal da empreza, tomando por base o apparecimento de um cometa. Vicente Espinel na novella *Vida del Escudero Marcos de Obregon*, consigna o presagio que corria da proxima ruina de Portugal: «Estando en esta casa y en Valladolid, se descobrió aquel gran Cometa, tantos años antes pronosticado por los grandes astrologos, *amenazando a la cabeza de Portugal*. Hubo tan grandes juicios sobre ello y algunos tan impertinentes, que deran harto que reir...» (Rel. I, Desc. 23.) Pedro de Alcaçova Carneiro fundamentava em uma memoria a inopportunidade da expedição; D. Luiz de

[1] *Doacoes de D. Sebastião*, Livro XXXIII, fl. 119 v. (Na Torre do Tombo.)

Athayde recusava o commando d'ella, e Martim Affonso de Sousa declarava francamente que Dom Sebastião estava doido.[1] N'esse delirio imperialista, mandara o rei buscar a Santa Cruz de Coimbra a Espada de D. Affonso Henriques; tinha tambem prompta a corôa de ouro com que se havia de sagrar como Imperador de Marrocos; levava na sua comitiva um poeta, Diogo Bernardes, para cantar os feitos guerreiros em que ia eternisar a sua bravura. Elle queria brilhar no mundo como D. João de Austria depois da victoria de Lepanto. Renovando a tença a Camões, antes de partir para Africa, é admissivel que o estimulasse á elaboração da Epopêa cuja acção ia iniciar.

O poeta Fernando de Herrera, chefe da Eschola de Sevilha, na sua Elegia IX, em que desabafa com Camões, faz allusões ao projecto da nova Epopêa sobre a expedição a Africa:

No sufre mi fortuna tanta gloria
qu'espere merecer alguna parte
de mi dolor lugar en su memoria.

El fiero estruendo del sangriento Marte
de que tiembla medroso *el Lusitano,*
atonito de tanto esforço y arte,

---

[1] Manoel Bento, escreve no *Doutor Minerva* (1 194): «Esta suspeita de alienação mental, que já em Lisboa fôra expressa no mesmo paço por Martim Affonso de Sousa, de cuja conversa ouvidas algumas palavras, o rei lhe quiz dar com um tinteiro na cara, essa suspeita tornou a levantar-se, e o Barão de Alvito procurou Fr. João da Silva, irmão do Bispo do Porto, e muitissimo respeitado elle tambem, e propõe-lhe: Porque não prendemos este homem que se perde por seu gosto?».

Incita el mi canto umilde y llano,
en su alabanza, pero apenas puedo
juntar las Musas al furor insano.

OIRO, *que tenga espirito y denuedo,*
poderá cantar igual a tan gran hecho,
que yo en dezir mis males estoy ledo.

El dolor que padece vuestro pecho
permita, y la serena luz ardiente,
y el oro, qu'os enlaza en nodo estrecho.

Que yo, *ó sublime gloria d'Occidente,*
osé mostrar en este rudo canto
lo qu'el deseo publicar consente.

(*Obr.*, p. 443.)

Desde 1574, que projectava Camões celebrar épicamente a Empreza de D. Sebastião á Africa; commentando as *Outavas* III, consignou Faria e Sousa essa affirmativa: «por que me consta de buenas informaciones, que salió el Rey del puerto de Lisboa para Africa, quando el Poeta no dudoso que bolveria con vitoria, empeçó a cantarle en un Poema; y quando vino la nueva de su perdida, tenia ya escritas muchas estancias. Asi lo afirmó Bernardo Rodrigues su amigo, y hombre de grande ingenio, como se ve de sus versos, y de mucha verdad y limpeza: afigurando-se de que este Poema sobrepujava a la *Lusiada* Fué tal el sentimento del Poeta con la nuev de quel successo, que luego quemó lo qu tenia escrito y andava como asombrado. R feriendo despues sus amigos Bernardo R drigues, de quien y dixe, y Manoel Ribeir y Alvaro de Mosquita, hombres tambien de ji cio y estudos buenos; anadiendo que por ser

perdido el furor poetico no avia tomado mas la pluma.» [1]

Entre as *Poesias ineditas dos nossos insignes Poetas*, publicadas pelo professor A. L. Caminha, (I, 152 a 171) acham-se umas quarenta outavas, (*muchas estancias* no dizer de Faria e Sousa) que indubitavelmente pertencem a uma tentativa de Epopêa sobre a Jornada de Africa, que estava esboçada e que ficou interrompida. Trazem as seguintes rubricas explicativas:

---

[1] Vejamos o valor d'esta tradição nunca discutida. De Bernardo Rodrigues falla satiricamente D. Francisco Manoel de Mello, na *Visita das Fontes:* «eu conheci *Bernardo Roiz*, que chamavam o Môcho, e foi secretario do famoso Miguel de Moura o mayor ministro de Portugal em seus tempos, e Governador d'este Reyno...» (*Apologos dial.*, 202 e 203.) — «De Bernardo Roiz fallo, e com licença do Senhor Apollo que nos ouve, era elle o Apollo d'este reino, que tanta opinião se tinha de suas letras e juizo! — E como desempenhou essa opinião? — Máo signal é que vós o não saibaes; mas saibaes ou não, seu desempenho foi compôr em cincoenta annos *Outavas a San Thomé* e no cabo errou-lhe a uma as consoantes. — Quanta graça isso tem. — Como se desculpava? — Com peor razão que a mesma com que havia errado. Dizia o velho, vendo-se opprimido dos môços que o apertavam: — Senhores, eu o fiz com energia; porque o Santo vendo-se admirado com os mysterios que o Senhor lhe deu a crêr, ficou de modo que não soube o que disse: .... = Galante escuza! como se San Thomé fosse no seu tempo poeta de outava rima — D'onde vistes esse Poema? — Na famosa *Academia* de Lisboa, que se chama dos *Singulares*, por ser a primeira que se celebrou n'esta cidade á imitação dos Illuminados, Insensatos e Lyricos de Italia, em Urbino, Padua e Roma.» Como se vê, era Bernardo Rodrigues de uma exagerada boa fé, para propalar a tradição camoniana. Dom Francisco Manoel de Mello diz das suas obras poeti-

— De quando El Rei Dom Sebastião sonhou que uma das Parcas, cujo nome é Atropos, isto é, morte, lhe fallava o seguinte, torcendo um fio, depois que partiu para Barberia, no Cabo de San Vicente. (3 Outavas.)

— *Oração de El Rei Dom Sebastião ao Martyr San Vicente.* (2 Out.)

— *Cumprimentos que o Xerife teve com El Rei D. Sebastião.* (2 Out.)

— *Resposta de El Rei.* (2 Out.)

---

cas: «Tal homem não ouvi em meus dias; folgara de achar quem me dera razão d'elle?— Algumas obras suas encontrareis em um pequeno *livro, que imprimiu em Florença Estevam Rodrigues de Castro*» (*Ib*, p. 204.) De facto n'esta obra, reproduzida por A. L. Caminha do exemplar de Monsenhor Hasse (p. 165 e 192) encontra-se um Soneto, tres Balatas e uma Egloga com a rubrica *D. B. R. (De Bernardo Rodrigues)* que Barbosa Machado interpretou: De Bernardim Ribeiro, com manifesta verdade. Na *Bibliotheca Lusitana* (I, 537) cita Barbosa um Bernardo Rodrigues poeta, auctor de uns *Tercetos ao SS. Nome de Jesus*. D'esta composição transcreveu João Pinto Ribeiro, no *Lustre ao Desembargo do Paço* (cap. 3, n. 34) o terceto:

> Trabalhos lhe custou nome tão nobre,
> Veiu ao mundo, morreu, venceu o imigo,
> Deixou o inferno despojado e pobre.

Não suspeita Barbosa Machado quem fosse este poeta, máo grado os encomios que lhe faz Jacintho Cordeiro no *Elogio dos Poetas portuguezes* (est. 59):

> De *Bernardo Rodrigues* luze el fruto
> De versos, de conceptos y de flores,
> Coronas del laurel por atributo
> A tal ingenio quedan inferiores.

Escreve Barbosa, que Bernardo Rodrigues morrera em Lisboa em 22 de Outubro de 1631, e está sepultado na egreja de Santo Antão o novo.

—*De como Atropos tornou a fallar ao Rey*. (3 Out.)

—*Resposta do Rey*. (2 Out.)

—*Carta do Maluco a El Rei Dom Sebastião*. (10 Out.)

—*De como o Rey vendo os seus exanimados, se irou dizendo* (6 Out.)

—*De como Atropos tornou outra vez ao Rey dizendo d'este modo*. (4 Outavas)

—*De como o Xarife fallou ao Rey parecendo-lhe fazerem os imigos traição*. (6 Outavas.)

As estrophes estão mediocremente metrificadas e sem elevação; em nada revelam o tom camoniano, sendo admissivel a tradição de que o poeta queimara os esbôços da começada Epopêa africana.

Na carta regia de 13 de Junho de 1578 dirigida aos Vereadores e procuradores da cidade de Lisboa, dando conta «prazendo a nosso s.^or^ e com a sua ajuda, de passar em Africa, — sendo já tempo de me embarcar e logo partir: ...e vendo como o Cardeal Iff.^te^ meu tio, por suas indisposições não pode, como disse, com o trabalho d'este Governo, ...em tal caso escolhi para este Governo, *emquanto durar esta minha breve ausencia*, o Arcebispo de Lisboa, Pero d'Alcaçova, D. João de Mascarenhas e Francisco de Sá de Menezes, pela grande confiança que d'elles tenho e muita experiencia que elles têm das cousas do mesmo governo, em que ha muitos annos me sirvo no meu conselho de estado...» [1] D. Sebastião partiu de Oeiras em

[1] Liv. I dos Cons., fl 163. (Ap. Freire de Oliveira, *Elementos*, I, p. 601.)

25 de Junho de 1578. Levava 3000 soldados *castelhanos*, 9000 bisonhos de levas portuguezas arrebanhadas, dois mil homens do corpo da nobreza, e 4:000 soldados em Companhias armadas e sustentadas á custa dos fidalgos; aventureiros italianos, mouros auxiliares e presidiarios cansados das praças africanas. Tudo isto sem nexo, nem direcção superior. O plano era ir tomar Larache, porto de mar; mas o absurdo começou logo pelo desembarque em Tanger, seguindo por terra para Arzilla, com o esgotamento da fadiga debaixo das calmas insuportaveis de Agosto. Moluk mandou fazer propostas de paz a Dom Sebastião, cedendo Larache. Tudo foi regeitado. Estava-se em um posto sem resistencia, entre dois rios Lakku e Mhakzen, com uma montanha onde se occultara a artilheria de Moley-Moluk. N'esta situação Moley Ahmed, vendo a desegualdade do numero, insiste com Dom Sebastião que não dê batalha n'esse sitio de Alcacer Kibir. Na sua hallucinação religiosa o rei ordena um jejum ao exercito, e uma noite de vigilia, como sacramento da cavalleria heroica. Raia o dia 4 de Agosto; Moley Ahmed mais uma vez insiste para que se não dê ahi a batalhha, ou pelo menos, sómente depois de declinar o sol. Dom Sebastião, já em accessos de loucura, insulta aos fidalgos que o cercam como covardes. As tropas de Moluk eram principalmente cavallaria, que em fórma de crescente envolvem as tropas de Dom Sebastião em massas compactas faceis de romper e desbaratar; a artilheria de Abdel Molek occulta em um outeiro ataca repentinamente levando o pavor ás fileiras portu-

guezas. Dom Sebastião não dá ordem de combate; está sob uma *obnubilação*, que o lança na inconsciencia. Debalde Bernardim Ribeiro Pacheco lhe reclama que dê o signal para o combate; Jorge de Albuquerque Coelho exora-o, mostrando-lhe os estragos da artilheria. Foi então que o rei mandou dar o signal da Ave-Maria, e o jesuita Alexandre de Mattos alçou um crucifixo, ante o qual ajoelhou o exercito. Sem commando a vanguarda dosordena-se, debandam os Têrços e as fileiras confundem-se, accentuando-se a derrota do principal corpo do exercito. Dom Sebastião só pensa na palma do martyrio. Os fidalgos cercam-n'o para o salvar d'aquella inhibição, e apontam-lhe o melhor logar para a fuga; o rei, fiado na sua bravura pessoal, afasta-se d'entre os que o defendem e investe sósinho pelas fileiras maurescas. O rei desappareceu, não sendo reconhecido o seu cadaver. Os fugitivos que tinham atravessado o Mhakzen morreram afogados; outros que fugiam para Arzilla eram degolados pela razzia; a lenda da sobrevivencia de D. Sebastião fez-se no momento em que Diogo de Mello, com mais tres fugitivos conseguiu que lhe abrissem as portas de Arzilla dando-se momentaneamente por D. Sebastião.

Foi tremenda a impressão produzida por essa catastrophe de Alcacer Kibir. Camões exprimiu em um incomparavel Soneto esse momento da derrota de D. Sebastião:

Com o generoso rosto alanceado,
Chêa de sangue e pó a real fronte,
Chegou á triste barca de Acheronte
O gram Sebastião, sombra tornado!

Vendo o cruel barqueiro, que forçado,
Queria o Rei passar, poz-se defronte,
Dizendo:— Pelas aguas d'esta fonte
Nunca passou ninguem desenterrado. —

O valeroso rei, de ira movido,
Responde: «Oh falso velho! por ventura
Não passou outrem já, com força d'ouro?

Pois a um rei banhado em sangue mouro
Ousas tu perguntar por sepultura?
Pergunta-o a quem vier menos ferido.

Segundo o testemunho de Bernardo Rodrigues, Camões ao saber do desastre de 4 de Agosto, em Alcacer Kibir *andava como assombrado.* Na Elegia x, Camões em vez de lamentar a tremenda derrota, irrompe em indignação contra os que não combateram:

Mas ai; qual terror subito occupou
O vosso claro peito, oh Portuguezes?
Qual pávido temor vos congelou?

Que lançadas, que golpes, que revezes,
Vos fizeram fazer tamanha injuria
Aos fortes luzitanicos arnezes?

Ou já de Capitão sobeja incuria?
Ou fraqueza? Não, que elle sustentava
Com seu peito dos barbaros a furia.

Ou já do férreo cano a força brava,
Com estrondos que atrôam mar e terra,
Os corações ardentes congelava?

Ah! que vos fez, que os impetos da guerra
Não sustentasses com valor ousado,
Desprezando o valor que a vida encerra?

A vida por a Patria e por o Estado
Pondo nossos avós, a nós deixaram
Em terra e mar o exemplo sublimado.

Elles a desprezar nos ensinaram
Todo temor. *Pois como agora os netos*
Subitamente assim degeneraram?

Não podem certo, não, viver quietos
Com feia infamia peitos generosos
Já em publicos logares, já em secretos.

Tambem Fernando de Herrera na Ode *Por la perdida del Rei D. Sebastião*, exprime o mesmo sentimento camoniano:

Voz de dolor i canto de gemido
i espirito de miedo envuelto en ira.
hagan principio acerbo a la memoria
d'aquel dia fatal aborrecido;
que Lusitania misera suspira
desnuda de valor, falta de gloria.
. . . .
Ai de los que passaron confiados
En sus caballos, i en la muchedumbre
de sus carros, en ti, Libia desierta,
i en su vigor i fuerças enganados
. . . .
Son estos por ventura los famosos,
los fuertes, los belligeros Varones
que conturbaron con fervor la tierra?
que domaron las horridas naciones?
que pusieron desierto en cruda guerra,
cuanto el mar Indico encierra;
i sobervias ciudades destruyeron?
do el coraçon seguro i la osadia?
como asi acabaron i perdieron
tanto eroico valor en solo un dia?
i lexos de su patria derribados,
no fueron justamente sepultados?
. . . .
Tu, infanda Libia, en cuya seca arena
murió el vencido Reino Lusitano,
i se acabó su generosa gloria,
no estés alegre i d'ufania llena;
por que tu temerosa é flaca mano
uvo sin esperança tal vitoria.
. . . .

(Canc. II, p. 149.)

As primeiras noticias da derrota e morte de D. Sebastião foram enviadas de Tanger por Belchior de Amaral, participando que dera sepultura ao corpo do monarcha, reconhecido pelo seu guarda-roupa Sebastião de Resende. Foi trazida esta carta por D. Francisco de Sousa; n'ella vinha relatada a immensa catastrophe. O Cardeal D. Henrique, então recolhido no mosteiro de Alcobaça, partiu para Lisboa para acclamar-se rei. Apesar da informação decisiva de Belchior de Amaral, que reclamava um embaixador para tratar do resgate dos prisioneiros, muita gente acreditava que D. Sebastião *ainda estava vivo*. No meio dos prantos publicos e alarido das fidalgas pelas egrejas, entrou no Tejo a Armada, commandada por D. Rodrigo de Sousa, de regresso de Africa. Lisboa inteira alvoroçou-se, acreditando que o rei desembarcára e que por circumstancias andava *occulto*. Creava-se a vibração emocional da credulidade e do prophetismo que sob o proximo captiveiro vinha alentar as esperanças na volta de *Encoberto*.

N'esta derrota total, em que morreram cento e onze fidalgos das principaes familias portuguezas, ficaram entre os numerosos prisioneiros bastantes amigos de Camões e tambem poetas, como Miguel Leitão de Andrade, Fernão Alvares d'Oriente, André de Quadros, e Diogo Bernardes. Desafogava Camões a sua immensa dôr escrevendo aos amigos; e a previsão das luctas entre o partido castelhano dirigido por Philippe II, e a depressão do sentimento nacional levaram-o áquella prolongada doença de que pouco depois succumbia.

c) Traição do Cardeal-Rei. — A Peste de 1579 e 1580. — O tempo das Alterações: Morte ignorada de Camões

De todos os filhos do rei D. Manoel, victimados pelas suas degenerescencias, sobreviveu o Cardeal-Infante, que como Inquisidor geral atacara a actividade do pensamento pelos Indices Expurgatorios, e agora como ultimo representante da dynastia tramava para incorporar a nação portugueza na monarchia de seu sobrinho Philippe II. De todos os pretendentes ao throno de Portugal era Philippe II o que mais lhe convinha, como chefe da Santa Liga, antepondo á autonomia da patria os interesses catholicos. O estado de cachexia senil em que o Cardeal cahira aos sessenta e seis annos, em um esgotamento dispeptico que o obrigava a alimentar-se sugando nos peitos de uma mulher, mantinham-no em uma imbecilidade e indecisão, de que Philippe II se aproveitou preparando um golpe de occupação violenta de Portugal. O resto do anno de 1578 passou-se em tratar do resgate dos prizioneiros; o papa Gregorio XIII concedeu para esse fim o subsidio da Bulla da Cruzada, sendo o commissario do resgate Fr. Marcos de Moura. O governo portuguez mandou a Africa D. Rodrigo de Menezes para remir cativos, e Frei Roque, commissario da Ordem da Trindade foi a Ceuta para resgatar o corpo do rei D. Sebastião. Philippe II serviu-se d'este recurso como meio de corrupção politica, conservando em Hespanha os portuguezes resgatados. Vicente Espinel, na novella picaresca de *Marcos Obregon*, allude a estas scenas: «En este espacio

vinieron algunos portuguezes de los que en Africa se habian hallado en aquel desdichado conflicto del Rey Don Sebastian, muchos de los cuales rescató Filipe II. Travé amistad con algunos de ellos, y como tienen tanta presteza en las agudezas del ingenio, pasé con ellos bonissimos ratos.» [1]

No meio das intrigas dos varios pretendentes ao throno proximo a vagar, definiam-se dois partidos, o *castelhano*, que reconhecia o direito de Philippe II, exorando-lhe particularmente que não alardeasse o seu poder militar, e o *nacional*, que se firmava no Prior do Crato, filho natural do Infante Dom

---

[1] Relacion II, Descanço 6 — Transcrevemos aqui algumas d'essas anedoctas:

— Estaba un caballero portuguez, amigo mio, haciendose la barba con un cual oficial, que con mala mano y peor navaja le rapaba, de manera que le llevaba los cueros del rostro. Alzó el suyo el portugues y le dijo: — Señor barbero, si desfollades, desfollades dulcemente; mas si rapades, rapades mucho mal.

— Venia por la calle del Alambra un portugués con un castellano, y como el portugués iba enamorando las ventanas, no vyo un hoyo donde metió los piés y se tendió de bruces. Dijo el castellano: Diós te ajude; y respondió el portugués: Já naon pode.

— Estando un amigo mio y yó á la puerta de una iglesia que llaman Omnium Sanctorum, paró un caballero portugués con seis pajes y dos lacayos muy bien vestidos á la castellana, y quitandose la gorra á la iglezia, quitamosela nosotros à el, usando de cortezia. Volvió como afrontado, y me dijo: — Ollai, senhor castellano, naon vos tirei á vos o barrete, se naon á ó Santissimo Sacramento. Dijo yó: Pues yó se la quité á vuesa merced. Compungido de esta respuesta dijo el portugués: Ainda vos a tirarei á vos, señor castellano.

Otros excelentissimos cuentos y agudezas pudiera traer, que por evitar prolixidades los dejo.»

Luiz, que chegou a entrar em negociações com Philippe II sobre os seus direitos. N'esta terrivel instabilidade, a doença de Camões era aggravada pela decepção moral. Manoel Corrêa commentando a ultima estrophe dos *Lusiadas*, diz que o poeta já se achava enfermo na occasião da partida do exercito portugez para Africa; e o abalo causado pela derrota de Alcacer-Kibir, explica a affirmativa de Severim de Faria referindo a sua prolongada doença, alludida na carta que o poeta dirigiu a D. Francisco de Almeida. Morava o poeta em companhia de sua mãe, muito *velha e pobre*, D. Anna de Sá, em *casa humilde*, como lhe chama Fr. Francisco de Santo Agostinho Macedo, na rua de Santa Anna, junto ao arco do mesmo nome e Casa da Encarnação, pegada com a ermida do Senhor Jesus da Salvação e Paz. [1] A agitação do espirito publico, n'esta incerteza, emquanto se preparava a convocação das Côrtes para deliberarem sobre a successão, acha-se reflectida em numerosas Satiras sobre a perda da Nacionalidade portugueza. Em um Cancioneiro manuscripto castelhano do fim do seculo XVI, vimos uma Satira, que foi colligida com variantes por Soropita, o compilador das Lyricas de Camões:

> Arre! arre, para traz,
> Asno do Luso cuitado!
> olha que a ser despenhado
> caminhas por d'onde vas.

---

[1] O Visconde de Juromenha precisa o local: ao subir da calçada, á mão esquerda, casa que faz frente para o bêco de S. Luiz, n.os 52 a 54. (*Obr.*, I, p. 149.)

Sê de uma parte arrochadas
de arreeiros te encaminham,
os que a soccorrer-te vinham
querem fazel-o a pancadas.

. . . .

Vende-te o Cura da Egreja,
grande trabalho te vêjo;
a moleiro do Alemtejo
não quiz vender-te de inveja.

Tambem comprar-te queria,
e assás te fôra melhor,
o nosso honrado Prior,
tudo foi velhacaria.

. . . .

Fez barata a compra injusta,
por isso te desestima,
porque emfim tudo se estima
segundo o prêço que custa:

. . . .

Que o som do metal covarde
abate a todos os mais,
e sam suas forças taes
que n'elle o fogo não arde . .

No *grão Pinheiro* das falhas
se sentam já por demais
por baixo as aves reaes,
por cima côrvos e gralhas. [1]

---

[1] N'esta Satira o verso: *E ao retorteiro te trazem*, é tirado das *Coplas de Mingo Rivulgo*:

«Lo ha trahido al retortero» sobre o deploravel estado de Hespanha sob Henrique IV, amante da dama portugueza D. Guiomar de Castro. Lê-se na estrophe IV:

Fasta aquella zagaleja
La de Navaluz y Teja
Lo ha trahido al retortero.

A glosa do seculo XV, offerecida ao Marquez de Santillana, declara sobre estes versos: «*que és interpretado ó llamado antigamente Portugal.*» Ap. Gallardo, *Bibl. españ.*, I, 831; Ticknor, *Hist. de la Litt.*, I. 272.

Depois da escolha de procuradores de confiança para decidirem em Côrtes a quem competia a successão do reino, foram convocadas as primeiras Côrtes, reunidas em Lisboa e convocadas para 10 de Março de 1579. Começaram no dia 1.º de Abril, escolhendo-se ahi onze Jurisconsultos para julgarem dos direitos dos varios pretendentes ao throno, e tambem cinco Governadores do Reino, d'entre os quinze que foram propostos, para o caso do falecimento do Cardeal Rei. Tinham-se empregado todos os meios de captação, corrupção e violencia para reunir umas Côrtes em que predominasse o partido *castelhano*. De repente tudo se interrompe: uma grande peste irrompeu em Lisboa n'este anno de 1579, aggravando a desolação do paiz a temerosa crise da fome publica, que quebrantava toda a resistencia e o interesse moral pela autonomia da nação. Linschot dá noticia d'esta peste, então geral na Europa, a que se dava o nome de *Tavardilho*, da qual escreve Paludanus em sigla marginal: «Esta doença contagiosa, que se estendia muito longe, fazia grandes estragos não só em Hespanha, mas tambem na Italia, Allemanha e em outros pontos da Europa.» [1] Segundo Linschot, que refere o seu prolongamento pelo anno de 1580, affirma que victimara esta peste 80:000 pessoas. Frei Luiz de Sousa, diz que «passaram os mortos de vinte mil.» E'-nos importante este facto, porque nos testemunhos do

[1] *Hist. de la Navigation aux Indes Orientales*, p. 2.

seculo XVI e no epitaphio da sepultura de Camões, de 1594, se inscreveu que o poeta fallecera em 1579. Este erro não proveiu da ignorancia do facto, mas do syncretismo dos dois annos de 1579 e 1580, em que a mesma peste grassou terrivelmente. Antes da descoberta do documento que fixa o falecimento de Camões em 10 de Junho de 1580, já se podia provar, que ainda vivia o Poeta em 24 de Dezembro de 1579: — Para receber a sua tença tinha Camões de provar a residencia na côrte ou ir pessoalmente recebel-a á thesouraria-mór como inscripto na Moradia dos fidalgos da Casa real. Tendo ficado por cobrar os quarteis que lhe pertenciam a contar do começo de Janeiro a Junho de 1580, inferiu o Dr. Storck, que os 6$765 reis pagos a sua mãe, correspondem a 169 dias, (á razão de 15$000 por anno) e que portanto fôra *pessoalmente* receber o seu ultimo quartel em 24 de Dezembro de 1579. (*Vida*, 726.) A doença do poeta, *como preso em sua pousada*, segundo diz Falcão de Resende, aggravada pelos soffrimentos moraes no *tempo das alterações*, designação dos seis mezes que decorreram depois da morte do Cardeal Rei, mostra-nos por que ficou por receber o quartel da sua tença de janeiro a abril de 1580. Nas Satiras do tempo já se falla na tremenda peste e na importancia dada aos jurisconsultos, em vez de considerar os homens de guerra para a defeza da nação.

Entre as poesias que se fizeram dando expressão ao sentimento pela derrota de Alcacer Kibir e traições do partido castelhano contra a autonomia nacional, correu uma pa-

rodia do *Recuerd el alma dormida*, com o titulo de *Pranto sobre a Cidade de Lisboa:*

Recuerda, ciudad dormida!
dexa el sueno y despierta
　　tu sentido!
Empieza a llorar tu vida,
pues los que guardan tu puerta
　　te han traydo!

. . . .

Tu esfuerço, tu confiança
en tiempo que bien dormias
　　se cayó!
Tu Rey, tu sola esperança,
dormiendo tu muchos dias,
　　se perdió.

E referindo-se ás calamidades publicas que tanto quebrantaram os animos para a resistencia nacional, como foram a peste de 1579 a 1580 e a terrivel crise da fome:

Dexa *pestilencia y hambre*
que no te quieren dexar,
　　dexa guerra;
mas tu libertad y sangre
juntos se van derramar
　　por la tierra.

. . . .

Muy presto te bolverás
esclava de un tyrano
　　simulado,
y lo que entonces verás,
jamás ningun pecho humano
　　lo ha provado.

Como para a questão da successão ao throno se recorreu á consulta de jurisconsultos, emquanto Philippe II se preparava militarmente para a occupação de Portugal, reclamavam as trovas:

Injustamente repartes
por solos los bachilleres
tus honores;
y a los que sirven Martes
como gran nescia que eres,
disfavores!

. . . .

Lo que primero te aviso
en mis postreras razones
y te ruego,
es que pongas de improviso
letrados y beatones
en un fuego.

Y si todos no cupieren
por ser la copia de tantos
bachilleres,
queden todos, si se fueren
recoger los vanos sanctos
por que mueres.

E como já era bem conhecido o intuito traidor dos Governadores do Reino, terminava a trova:

Mandes los Governadores
que por ningun caso olviden
tu nobleza;
reprimas los traidores,
muestres a los que te piden
aspereza.

Resistan con fuerte mano
por las leyes de su tierra
peleando;
traten de Rey lusitano,
aunque sea por guerra
profiando! [1]

[1] Ms 609, (Fundo Azevedo.) Bibl. Porto. D. Carolina Michaelis, *Recuerd el Alma dormida*, p. 11.

O Cardeal Rei mandou reunir as segundas Côrtes, convocadas para Almeirim, fazendo-se o auto de abertura em 11 de Janeiro de 1580. Fez a Oração de abertura o castelhanista *D. Antonio Pinheiro*, bispo eleito de Coimbra, ao qual respondeu Phebus Moniz, procurador da Cidade de Lisboa e presidente das Côrtes. No seu discurso desvenda Phebus Moniz as traições planeadas:

«Mas levar negocios por caminhos não habitados e escuros, faz-me crêr que a justiça é nossa. — Eu, Senhor, não sahi do meu buraco para fazer o que não devo: A liberdade do Reino em que nasci e que de mim confiou. — E assim, não sei, Senhor, para que me fizestes cá vir, *se quereis dar o Reino a Castella?* — Só eu vos parecia digno de me fazerdes ministro de tamanho estrago de Portugal? El Rey Filippe é christão e não quererá mover guerra entre christãos por uma cousa duvidosa contra a justa successão... e quando o quizer fazer, faremos o que sempre fizemos. Bem sabemos perder a vida pela liberdade; e postoque sejamos poucos e desarmados, e elle poderoso e apercebido, — não seremos vencidos, pois levamos a verdade e a rasão por guia.

«Attonito estou de vêr, que sendo a justiça egual, e estando ainda o parecer de V. A. duvidoso, *se incline antes para Castella.* Como poderá V. A. extinguir uma nação, que os reis seus antepassados trabalharam tanto por enobrecer? — Porque quereis que vos estale o reino nas mãos? Não vê V. A. a nodoa que põe no seu nome! Aonde se dirá com honra vossa, que se entregou este Reino a

Castella por temor de se defender do seu poder?

«Pelas lagrimas dos orfãos ou pelo remedio dos fidalgos... pelas necessidades das viuvas... pela miseria dos pobres... peço-vos, Senhor, que conserveis este Reino na liberdade em que os Reis vossos antepassados, a quem succedestes, o puzeram. Representae ante os vossos olhos, que todos commigo vos dão vozes: — A quem nos deixaes? Porque nos cativaes? A quem nos entregaes? Onde nos trazeis? Clama o vosso povo; clamam as nossas consciencias; clama a nossa justiça; clama a nossa rasão; e os nossos clamores hão de chegar ao céo.» [1] Passava-se isto na sessão de 13 de Janeiro de 1580; em 21 de este mez reunia-se a Nobreza em Almeirim, depois de ter sido annullada uma primeira eleição por serem os Procuradores *patriotas*, e de se terem expulsado dos cargos publicos de importancia os que não eram por Castella. N'esta segunda votação, o Cardeal Rei mandou expulsar de Almeirim o Conde de Tentugal, o Commendador de Christo, e prender D. Manoel de Portugal, por terem fallado *contra a voz de Castella*.

O Cardeal faleceu em 31 de Janeiro de 1580, chasqueado pelo povo de Santarem como traidor infame nas suas cantigas. Antes do seu falecimento, escrevia na vespera a Philippe II o repellente Christovam de Moura:

[1] *Memoria historica pertencente ao Cardeal-Rei.* Ms. de Bicker, extractado pelo archivista Freire de Oliveira.

«Tudo hade ter remedio; e quando outra cousa fôra, *os Governadores fal-a-hão boa*, se lhe obedecerem; por que *de cinco temos quatro*, como V. M. sabe, e por taes apontados; e o Arcebispo (D. Jorge de Almeida) disse-me hontem que lhe desse mais couraças... na Comarca de Lisboa *temos de quatro Regedores* (Vereadores) *tres*, contando o novo, que El Rei nomeou; e assim depois que elle entrou está aquillo melhor.»

Os cinco Governadores do Reino, mandaram em 4 de Fevereiro de 1580 embaixadores a Roma, Castella, França e Inglaterra a dar noticia do falecimento do Cardeal, resolvendo dirigirem-se ao Papa para interceder junto de Philippe II *para que não entrasse em Portugal com mão armada*, esperando pelo que elles Governadores e as Côrtes, que deviam reunir em Setubal, decidissem. As projectadas Côrtes foram dissolvidas em 15 de Março de 1580. Em 21 de Março foram procurados os Governadores e Defensores do Reino pelo Duque de Ossuna e Christovam de Moura, o principal agente de Philippe II em Lisboa, e juntamente dois Letrados, que como: «embaixadores de Castella fizeram uma pratica, apontando algumas rasões por parte de El Rei de Castella sobre a successão d'estes Reinos, e nos deixaram Apontamentos e uma Carta de S. M. «Sobre a mesma substancia fallaram e deram outra Carta e Apontamentos aos Prelados, e outra aos Nobres...» (Carta de Almeirim, de 24 de Março.)

A pretexto de *alterações* da ordem publica, trataram os Governadores e Defensores do Reino de afastar de Lisboa todos os in-

fluentes do partido *nacional:* «Por cumprir muito para a quietação e defensão das cidades e villas acastelladas estarem n'ellas os Alcaides móres, lhe mandamos que cada um se fosse á sua Alcadaria para dar ordem na fortificação d'ella; e algumas de que não havia Alcaides móres, ou não eram capazes para defensão d'ellas, provemos do taes pessoas como para isso se requeria.» *(Cart. cit.)* Dom Diogo de Menezes foi afastado para a Capitania geral da Provincia de Alemtejo; Dom Duarte de Menezes para a do reino do Algarve; Antonio Moniz Barreto para capitão general da Comarca de Setubal. Tambem foram afastados, Fernão da Silveira para o governo da Torre de S. Vicente de Belem; Ruy Lourenço de Tavora para a de S. Sebastião de Caparica; Tristão Vaz da Veiga para a Torre de San Gião; D. Antonio para a de Cascaes; D. Manoel de Portugal, D. Diogo de Castello Branco e Fernão da Silva foram afastados a pretexto de irem examinar estas torres.

N'este lance tambem D. Francisco de Almeida, o amigo intimo de Camões, dos tempos da India, fôra afastado para o commando da Capitania general da Comarca da Lamego. Foi por tanto depois de 24 de Março de 1580, que escreveu Camões a celebre Carta dirigida a D. Francisco de Almeida, a qual se perdeu em Madrid, e de que se conservou o fragmento impresso na edição dos *Lusiadas* de 1626, onde o livreiro Craesbeck escreve de Camões: «*adoecendo no tempo das alterações*, n'esta cidade de Lisboa, e estando o senhor Dom Francisco por Capitão general da Comarca de

Lamego, se despediu d'elle por carta, (que é a ultima que sabemos sua) da qual acabarei esta com trasladar algumas regras para que veja este reino o muito que deve á sua memoria: queixa-se pois de *estar opprimido da doença*, de necessidades, e de tristeza de vêr a Portugal dividido em tantos bandos, e depois de particularisar cada cousa d'estas, diz as seguintes palavras: *Em fim*, acabarei a vida...» Juntando os dois fragmentos d'esta memoravel carta de Camões, como procedeu Juromenha, faz-se uma nitida ideia da situação de Camões em *fins de Março de 1580*: «Quem ouviu dizer nunca que em hum tão pequeno leito, quizesse a fortuna representar tão grandes desaventuras? E eu, como se ellas não bastassem, me ponho ainda da sua parte; porque procurar resistir a tantos males, pareceria especie de desavergonhamento. E assi acabarei a vida, e verão todos que fui tão affeiçoado á minha patria, que não sómente me contentei de morrer n'ella, mas de morrer com ella.»

Vê-se por esta carta, que Camões estava ainda em sua casa; mas tendo os Governadores do Reino dado ordens terminantes para que todos os doentes fossem pelo Provedor-mór da Saude mandados recolher a barracões fóra de Lisboa, e exercendo-se esta violencia administrativa para expulsar da cidade os partidarios da independencia nacional, Camões foi tambem envolvido n'esta malvadez do partido castelhano, e arrastado á chamada *Casa dos Doentes* (estabelecida em 23 de Julho de 1520) «em que os feridos da peste ficassem incommunicaveis até com os parentes.

Determinamos pela primeira vez a situação da morte de Camões. [1]

Desde que os Vereadores da Camara de Lisboa foram todos do *partido de Castella*, e exercia o cargo de Provedor-mór da Saude o Dr. Fernão de Pina Marrecos, escolhido pelo Cardeal Rei, que demittiu Diogo Salema que era do partido nacional, tratou-se de expulsar de Lisboa a titulo de *impedidos* (pestiferados) e para melhor defeza da cidade os individuos contrarios a Castella. Os Governadores e Defensores do Reino, que cooperavam na traição, escreveram de Almeirim uma Carta datada de 27 de Março de 1580, ordenando estas tropelias sob a auctoridade do Provedor-mór da Saude. Essa carta explica-nos o motivo por que foi levado Camões de sua casa para o hospital provisorio ou *Casa dos Doentes*:

«Nós os Governadores e Defensores d'estes Reinos e Senhorios, etc. Fazemos saber a vós Fernão de Pina, vereador da cidade de Lisboa e Guarda-mór da Saude d'ella, que vimos vossa carta de XXII d'este (Março) e pela muyta importancia de que he essa cidade para defensão do Reyno, e pera as cousas que se pera isso requerem, *cumpre que o despejo dos doentes d'ella* e a diligencia com que se hade fazer, corresponda a esta neces-

[1] A doença que de Gôa traria Camões era o impaludismo, a que se chamava *Mordexyn*, com inchaços de estomago, vomitos, até cahir em desfalecimento. Eram phenomenos suspeitos para o Provedor-mór da Saude, convindo-lhe confundil-os com os da peste para sobre o poeta exercer a violencia do isolamento forçado.

sidade, em que por horas ha perigo na tardança; pello que cumpre que em huma hora se possivel, *trateis de despejar a cidade dos doentes que nella ha*, e valendo-vos para isso de todos os Corregedores e Juizes do crime e Alcaides, e que se não occupem de outra cousa; e *pera seu gasalhado podeis haver* de Luiz Cesar *as tendas necessarias*, que vos para isso dará, e abastará mostrando-lhes esta Carta para o fazer por ora, porque apoz ella irá qualquer outra Provisão que necessaria fôr; para os gasalhados que ordenaes he muy bem feito, mas he modo mais vagaroso do que convem; e no despejo da gente deveis de levar mais esquifes e mais gente, que andem n'isso com escadas e tavoas sobre ellas; e *os que tiverem posse para se passar e curar fóra hade ser a sua conta;* de modo que de uma maneira e de outra a *cidade se despeje e desempida dos doentes*, pera depois d'isso se poderem caiar as casas e se lhe fazerem outros officios, com que, com ajuda de Ds. acabe de se ispedir este mal; e poreis n'isto toda vossa deligencia e industria, não avendo que fazeis menos que dar remedio a este Reyno ou desbaratar um exercito...» [1]

Taes violencias exerceu o Provedor-mór da Saude, o jurisconsulto Fernão de Pina Marrecos, que foi assassinado em 7 de Abril de 1580, segundo se afirmava, pelos partidarios do Prior do Crato, isto é, por aquelles contra quem se exerciam estas violencias sa-

[1] *Liv.* I *do Provimento da Saude*, fl. 219. (Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa, t. I, p. 486.)

nitarias. E ainda depois da morte do Provedor, os traidores do Governo ordenaram aos Vereadores: «que se prosiga no que Fernam de Pina n'isso ia fazendo, e a cidade se vá desempedindo...» Foi entre fins de Março e 7 de Abril de 1580, que o Provedor-mór da Saude, do partido castelhano, arrojou Camões, que estava *opprimido da doença*, ao barracão dos pestiferados. O facto de deixar o poeta de receber o primeiro quartel da sua tença de Março a Abril de 1580, revela a violencia a que se achara submettido. Nos seus versos fixou a expressão d'este horror em que se via.

Ao terminar o cyclo da sua vida sob os horrores de uma tremenda peste como aquella do anno em que nascera, o poeta desolado pelas desgraças publicas que conduziam a uma catástrophe nacional, representou esta amargura no Soneto CCCXXXIX, colligido no Cancioneiro de Luiz Franco:

O dia, hora em que naci moura e pereça,
Não o queira jámais o tempo dar.
Não torne mais ao mundo, e se tornar
Eclipse n'esse passo o sol padeça.

A luz lhe falte, o sol se escureça,
Mostre o mundo signaes de se acabar,
Naçam-lhe monstros, sangue chova o ár,
A mãe ao proprio filho não conheça.

As pessoas pasmadas de ignorantes,
As lagrimas no rosto, a côr perdida,
Cuidem que o mundo já se destruiu.

Oh gente temerosa, não te espantes,
Que este dia deitou ao mundo a vida
Mais desgraçada que jámais se viu.

N'este verso final synthetisa toda a sua torturada existencia. Têm as suas palavras a magestade das imprecações de Job; e o poeta, que soube resumir n'um grito o cyclo inteiro da vida, mal suspeitava que a sua morte seria ainda *mais desgraçada.*

O Morgado de Matheus publicou um documento que authentica ter Camões morrido no *hospital*, como se repetia nas tradições: «Não pode mais duvidar-se que este foi seu tragico fim, como refere Diogo Barbosa, porque no original de Lord Holland, que *tenho presente*, e que pertenceu a um Fray Josep Indio, que deixou no Convento das Carmelitas Descalsas de Guadalaxara, acho confirmada esta opinião no que este religioso escreveu de sua letra na primeira folha, aonde diz como testemunha ocular: «Qué cosa mas lastimosa que ver un tan grande ingenio mal logrado! Yo lo vi morir en un hospital en Lisboa, sin tener una savana con que cobrirse, despues de aver triumfado en la India Oriental y de aver navegado 5500 leguas por mar; qué aviso tan grande para los que de noche y de dia se cançan estudiando sin provecho como la araña en urdir tellas para cazar moscas.» [1]

---

[1] *Lusiadas*. Ed. Morgado Matheus, p. LXX: «Este exemplar muito bem conservado me foi confiado por Lord Holland com uma generosidade digna de seu amor á litteratura, e uma benevolencia para mim, de que lhe peço queira receber aqui os mais vivos agradecimentos.» (*Ib.*, p. VII). Ignora-se hoje o paradeiro do exemplar de Lord Holland. Com o nome de *Joseph Indio* encontramos descripta uma *Relacion del Viage que hiço de Cananor en la India á Portugal*, impresso em 1533.

Na carta dos Governadores do Reino aos enviados a Philippe II, datada de Almeirim em 4 de junho de 1580, allude-se á peste que então grassava: «E por a vossa carta nos ser dada estando pera nos passar a Setuvall, *por muitos rebates de peste* que houve n'este logar, de que faleceu o Conde da Calheta Joam Gonçalves da Camara ẽ tres dias, e a reposta requerer conselho e muyta consideração, a deferimos pera Salvaterra, pera onde hoje nos partimos esperar segundo recado da saude de Setuvall, d'onde vos responderemos...» [1] Por esta carta se vê que em Junho de 1580, a peste que forçara os Governadores do reino a deixarem Lisboa, fugindo para Almeirim, os obrigara a retirar-se para Salvaterra, e em seguida para Setubal, n'esta terrivel instabilidade. E' de uma quarta feira esta carta; na *terça feira* seguinte, 10 de junho de 1580, expirava Camões no hospital, segundo a tradição coéva. Tudo leva a inferir que fôra internado em cumprimento dos regulamentos que obrigavam ao isolamento os pestiferados. E isto explica o desconhecimento do dia, mez e anno da sua morte pelos contemporaneos, e a ignorancia absoluta do logar aonde foi sepultado, por que promiscuamente o arrojaram á vala commum com as outras victimas da peste.

O facto de ter Camões morrido no *hospital*, embora ignorado pelo seu commentador comparochiano Manoel Corrêa, que diz apenas: «*morreu quasi ao desamparo*,» acha-se

[1] *Archivo historico portuguez*, vol. I, p. 216.

conservado na tradição referida em 1621 por D. Fernando Alvia de Castro nos seus *Aphorismos politicos y militares y Exemplos sacados de la primera Decada de Juan de Barros*, p. 15: «morrera miseravelmente em um hospital d'esta cidade.»[1] Não é indifferente este testemunho de Alvia de Castro, que exercia desde annos muito anteriores a 1621 o logar de Provedor da Real Armada e Exercito do Mar Oceano e da Gente de Guerra e Galeras do reino de Portugal; era além d'isso homem dado a trabalhos litterarios, que imprimiu na typographia de Pedro Craesbeck desde 1616 a 1633. A sua referencia a Camões não é banal, mas a repetição do facto positivo: *morreu miseravelmente em um hospital*. Fizeram-se abarracamentos ou hospitaes provisorios para os pestiferados, em 1580, que eram providos de remedios pelo Hospital de Todos os Santos; foi em um d'esses, que recolhido por ordem do Provedor-mór da Saude, ahi desconhecido e ao desamparo morreu Camões. Innocencio, ignorando a existencia da peste de 1580 e os regulamentos da saude, observa que a phrase de Alvia de Castro é «prova sufficiente de que havia áquelle tempo em Lisboa diversos hospitaes.»[2] Manoel Severim de Faria, escrevia em 1624, sem dizer o logar em que faleceu Camões: «Estava n'este tempo em tanta pobreza, que de casa de D. Francisco de Portugal lhe

---

[1] Lisboa, 1621, in-4.° Ed. de Pedro Craesbeck de Mello.

[2] *Dicc. Bibliogr.*, t. v, p. 246.

mandaram *o lençol em que o amortalharam*, e assim foi sepultado na igreja de *Santa Anna* sem letreiro ou campa alguma, que mostrasse o logar da sua sepultura.» Se Camões falecesse em sua casa não iria para a cova amortalhado em um lençol; como no hospital em que o viu morrer Frei Josep Indio elle não tinha uma savana com que se cobrir, n'esta penuria extrema lhe acudiram da Casa de Vimioso.

Faria e Sousa na primeira Vida de Camões, (cap. 14) seguiu esta tradição: «Algunos dizen que *el Poeta murió en un hospital.*» E tirando as consequencias do facto, hoje authenticado pelo testemunho de Frei Josep Indio, conclue que elle não foi enterrado na egreja de Santa Anna: «ni puede ser menos, por que *los enfermos en los hospitales en ellos se enterran...*» Ainda em 1669 escrevia Franco Barreto, na pequena biographia na sua edição dos *Lusiadas* seguindo a tradição: «Acabou... uns dizem que no *Hospital de Lisboa*, outros que em lastima de tanta pobreza, que nem hũ lençol seu o quiz amortalhar.»

Houve uma alteração na tradição, affirmando-se, mais tarde, que morrera em sua casa. Em um Ms. da Bibliotheca de Evora, (CXVII — 1-7) lê-se: «Em hũa casa pobre que está ou estava na 1.ª travessa á mão direita passado o postigo de Santa Anna e he a ultima pegada á cêrca dos Padres de Santo Antão.» Faria e Sousa na segunda Vida seguiu esta nova corrente: «Pero los mas dizen que el murió en una pobre casita en que vivia cerca del Convento de Monjas Franciscas

y vocacion de Santa Anna.» Como se formou esta nova tradição? Foi pelo syncretismo do cemiterio de *Santa Anna*, ou Adro da Peste, com a Egreja de Santa Anna; e como na egreja só se enterravam os parochianos, estando ahi sepultado o poeta, é por que falecera em sua casa. Comtudo ainda Franco Barreto diz: — «D. Gonçalo Coutinho lhe *trasladou* seus ossos para a Egreja de Santa Anna...» Por esta passagem se infere que fôra primeiramente enterrado em outra parte. Vejamos em que logar foi effectivamente sepultado, *sem letreiro* ou na vala commum.

Quando grassavam as violentas epidemias creavam-se Cemiterios fóra das Egrejas, que se sagravam com o titulo de *Adro da Peste*: assim ordenara D. Manoel por a carta de 20 de Março de 1506, que se fizessem dois cemiterios fóra das portas da cidade, um junto a Santa Maria do Paraiso, outro a N. Senhora do Monte: eram o de San Roque e o da Graça. Estes mesmos foram estabelecidos por D. João III, em 1523. Em 1566 os terrenos da encosta de *Santa Anna* foram sagrados para *Adro da Peste*, sendo administrado pelo Hospital real quanto ás inhumações: depois este cemiterio denominou-se *Cemiterio dos Pobres*, *Cemiterio do Hospital* e ainda *Cemiterio da Santa Casa* (sahindo da Calçada de *Santa Anna*, abaixo da Egreja da Pena. D'este Cemiterio de *Santa Anna*, dizia João Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal* (III, 406.): «onde se enterram os pobres doentes que falecem no Hospital real.» Tambem ahi se sepultavam os padecentes, fazendo-se para ali uma grande procissão annual

no 1.º de Novembro sepultando-se as ossadas dos enforcados.

Vê-se que o facto de ter sido Camões enterrado em 1580 em *Santa Anna*, então Adro da Peste, foi ulteriormente mal comprehendido em 1594, confundindo-se com a Egreja de Santa Anna, por D. Gonçalo Coutinho, quando quiz dar ao Poeta sepultura honrada. Assim se chegou á affirmação gratuita, que fôra Camões enterrado na egreja de Santa Anna, sendo por isso até hoje improficuas todas as investigações e pesquizas archeologicas. Camões foi lançado á vala do cemiterio dos pestiferados, no Adro da Peste, estabelecido desde 1566 na encosta de *Santa Anna*.

Camões presentiu que morria com a patria. A 5 de Março de 1580 partiu Philippe II para Guadalupe com o intento de apoderar-se de Portugal pela força; a 9 de Abril passaram a uma legua de Mérida 80 peças de campanha para a invasão com mais de sessenta mil homens. [1] Em carta de 7 de Abril escrevera Philippe II: «En Portugal no hay gente, aunque tienen por lista para 20 de Mayo salgan todos los listados, que dicen son ochenta mil hombres; todo es nada y fanfarria; no tienen que comer un dia, ni municiones; la necessidad les hade hacer venir á lo que mucho les pesa, que no pueden llevar en paciencia los señores portugueses.» [2] Vicente Espinel, na novella *Marcos Obregan*, diz que Philippe II abafando logo a resistencia nacional

[1] *Documentos para a Historia de Hespanha*, t. VII, p. 285.
[2] Idem, *ib.*

reduzira a melhor fórma as cousas de Portugal: «Luego que por el pronostico y significacion de aquel Cometa, é por la magestad de Diós sabe y fué servido, murió el Rey D. Sebastian de Portugal... como succedió el Cardenal D. Enrique, tio de Filipe II *y lo llamó á la succession del Reino*, toda Castilla y Andalucia se movió á ir servir á su Rey con el amor y obediencia, — Socegadas ó por mejor decir, *reducidas a mejor fórma las cosas de Portugal...*» (Descanso II, Rel. II.) O poeta Fernando de Herrera, que fôra amigo de Camões, alludindo á invasão de Philippe II condemnava a resistencia nacional:

La ardiente Libia es triste sepultura
del destruido Reino lusitano,
é eterna pena á su fatal locura.
. . . .
No a visto (el que ve tudo) immenso cielo
empreza de maior atrevimiento;
mas firme coraçon i sin recelo.
Contumaz é cobarde movimiento,
furor plebeyo, *i desleal nobleza,*
indino de sufrir vital aliento.
Do está la fé que á la real alteza
deves? a do fuyó de tu memoria
a do la religion i su firmeza?
Piensas ó esperas alcançar vitoria
contra Diós? contra el Rey? o intento ciego,
dino de vituperio i no de gloria.
O como crias en tu pecho el fuego
qu'ade abrazear tu patria generosa
sin que esfuerzo te valga ó umilde ruego.
Cual sobervia turbion de la fragosa
alcaçar se despeña d'Apenino,
tal va contra ti España poderosa.
Apresurar el passo a su destino
veo las cosas todas, i en mi pecho
hazer los pensamientos un camiño...

(Obras, p. 134 a 136.)

A entrada de Philippe II fez-se solemnemente em Lisboa, em 26 de Junho de 1581, depois de passada a peste. Referem que perguntara por Camões; dil-o Faria e Sousa na segunda Vida: «El Rey Don Felipe el Segundo podia juzgar de escritos; y aviendo leido su Poema heroico, por el lo estimó mucho. Después cuando entró en Lisboa el año de 1581, deseoso de verlo mandó que se lo troxessen, y se mostró pesaroso de oir que pocos mezes antes era falecido.» (§. 35.) Ao passo que Philippe II mandou cortar as cabeças a todos os patriotas com coragem, comprava com mercês aquelles que por qualquer fórma podiam levantar a opinião publica. Na Chancellaria de Philippe II encontram-se alvarás de rendosas mercês aos poetas Pedro de Andrade Caminha, Diogo Bernardes e Fernão Alvares d'Oriente; André Falcão de Resende vae requerer mercês a Madrid, Pero da Costa Perestrello acceita o cargo de Secretario do Archiduque Alberto, e Francisco Rodrigues Lobo e outros poetas menores bajulam em versos castelhanos o invasor. Camões estava felizmente morto, para escapar a esta pressão corrupta; mas ainda assim, fabricaram-se estrophes para serem additadas aos *Lusiadas*, consagrando uma a unificação de Portugal e Hespanha:

> Tempo virá que entr'ambos hemispherios
> Descobertos por vós e conquistados,
> E com batalhas, mortes, cativerios,
> Os varios povos d'elles sujeitados;
> *De Hespanha os dois grandissimos Imperios*
> *Serão n um Senhorio só juntados,*
> *Ficando por metropoli e senhora*
> *A Cidade que cá vos manda agora.*

Pertence esta estrophe ao 2.º Manuscripto dos *Lusiadas* (de Corrêa Montenegro) cheio de *castelhanismo*, que desvenda o seu espirito.

A rapidez com que se publicaram ainda em 1580 duas traducções castelhanas dos *Lusiadas*, obriga a reflexões. A 26 de Março de 1580 já estava prompta para se imprimir a traducção dos *Lusiadas* por Benito Caldera, joven portuguez que residia em Madrid. Camões não chegou a vêr esta homenagem prestada á sua obra, podendo comtudo saber que estava a imprimir-se. N'este mesmo anno publicou uma segunda traducção dos *Lusiadas* Luiz Gomes de Tapia, visinho de Sevilha, onde residiam muitos portuguezes resgatados. Na versão de Tapia allude-se á de Caldera. Pode ser que estas traducções fossem mandadas fazer por ordem superior para captar por esse modo Camões, já denominado *Princepe dos Poetas das Hespanhas*, a favor da causa de Philippe II. O exercito castelhano entrava já a fronteira, como se declara na versão de Tapia. Camões tornara verdadeira a sua previsão: *morria com a patria.* [1]

---

[1] Da morte de Fr Francisco Foreiro em 10 de fevereiro de 1581, escreve Barbosa Machado: «Não faltou quem escrevesse que morreu este grande varão de repente ao vêr do Convento de Almada as praias de Lisboa occupadas pelo exercito do Duque de Alba contra o sr. D. Antonio, que fôra seu discipulo...» (A morte deu-se seis mezes depois.)

E Faria e Sousa falla de outra morte por emoção: «Estando enfermo Fr. Juan da Silva, religioso de S. Domingo, y dandosele la nueva de la perdida del Rey Don Sebastiano, vuelto el rostro a la pared expiró.» (*Comm.* ao Sóneto 37, p. 91.)

Quando morreu prematuramente o principe D. Affonso, unico herdeiro de D. João II, escreveu o poeta palaciano Alvaro de Brito: «Morreu nossa esperança — de nom vyr a sugeiçam.» N'esta crise da morte de D. Sebastião tornou-se realidade o antigo terror da perda da nacionalidade. No espirito publico começou-se a apropriar as lendas do rei Arthur na ilha de Avalon ao Rei D. Sebastião, que seria o monarcha do *Quinto Imperio* do mundo constituido pelos portuguezes. Reflecte-se este estado phantsmagorico na condemnação das Prophecias ou *Trovas de Bandarra* no Index Expurgatorio de 1581, fl. 23. Lembrando a tradição, que a mortalha de Camões foi dada pela Casa do Conde de Vimioso, torna-se digno de reflexão o facto de se terem passado a escripto as *Trovas de Bandarra* para serem offerecidas ao bispo D. João de Portugal, filho do Conde de Vimioso, que Philippe II privou da sua mitra do bispado da Guarda, clausurando-o em um mosteiro augustiniano. Sob o jugo castelhano começaram a ser lidas e interpretadas no espirito da revivescencia nacional as *Trovas* do sapateiro de Trancoso, existindo, como declara o Editor de Nantes: «immensa multidão de treslados d'estas *Trovas*, todos viciados e corruptos, pois *não havia pessoa que não tivesse um Bandarra a seu modo.*» Fóra da realidade da historia, alentavamos o espirito nacional com um sonho, a eterna esperança, caracteristica da nossa raça lusa.

As grandes transformações do governo philippino, pelo menos nos primeiros dois annos, deixaram no olvido o nome de Camões,

que ia resurgir como um symbolo da alma nacional. Define-se este movimento no facto de ser em 31 de Maio de 1582, dada á mãe de Camões Anna de Sá, 6$000 reis da tença que vagou pela morte de seu filho:

«Eu El Rey faço saber a vos João Rodrigues de palma cavalleiro fidalgo de minha casa Recebedor do dinheiro do hum por cento e obras pias ou a quem o dito cargo servir que eu ey por bem e me praz fazer mercê a *Ana de Sá mãi de Luis de Comõis* seis mil reis cada anno dos quinze mil reis da tença que vagárão polo dito seu filho, avendo respeito aos serviços que elle fez na India e no reino e a ella Anna de Sá ser *muyto velha e pobre*, e delle não ficar outro erdeiro pelo que vos mando que de vinte e dous dias deste mez de Mayo do presente de DLXXXII, em diante em que fiz esta mercê á dita Anna de Sá lhe deis e pagueis os ditos seis mil reis em cada anno aos quarteis por este só allvará sem mais outra provisão e pelo treslado delle que será registado no Livro de vosa despeza pelo escrivão de voso cargo com seus conhecimentos mando que vos sejam levados em conta, e esto ey por bem valha, etc. na forma Gonçalo Ribeiro a fez em Lisboa a XXXI de maio de M.D.LXXXII. E eu Diogo Velho a fiz escrever.» *(Doações de D. Sebastião e D. Henrique.* Livro XLV, fl. 388. Na Torre do Tombo.

Este acto humano a favor da mãe de Camões, desvalida e decrepita, só podia occorrer a quem conhecia a sua situação, como *muito velha e pobre;* no auge do seu poder Philippe II não podia importar-se com tal miseria, como pretende Storck, e só o ministro Pedro de Alcaçova Carneiro, que de longos annos admirava Camões, podia influir n'esse acto benefico.

Uma circumstancia fortuita veiu precisar authenticamente o dia, mez e anno da morte de Camões; foi a parte da tença que o poeta não

chegara a receber e que fôra entregue a sua mãe pela: *Ementa pela qual consta se mandou pagar o saldo de 6$765 reis, que se deviam a Luis de Camões, a sua mãe, por seu falecimento a 10 de Junho de 1580.*

6$765 — do thesoureiro da chancellaria da Casa do Civel a Anna de Sá, mãe de Luis de Camões que Deus haja, por outros tantos que ao dito seu filho eram devidos de 1 de Janeiro do anno de 1580 até *10 de Junho d'elle em que faleceu*, a rasão de 15$000 por anno, de tença. Em Lisboa, 18 de Novembro de 1582. — Por Duarte de Castel Branco». (*Doações de D. Sebastião e D. Henrique*, Liv. XLV, fl. 388. Na Torre do Tombo.)

Cabe a gloria ao visconde de Juromenha de ter vulgarisado este documento que fixa a data da morte de Camões.

Por alvará de 5 de Fevereiro de 1585 foi dada a tença completa de 15$000 á mãe do poeta, a contar de 17 de Novembro de 1584; encontra-se n'esse documento um facto desconhecido: o ter sido Camões nomeado para a Feitoria de Chaul, em cuja sebrevivencia não chegara a entrar:

D. Felipe. Et. Faço saber a quantos esta minha carta virem que avendo respeito aos serviços de Simão Vas de Camõis e aos de Luis de Camõis seu filho, Cavalleiro de minha Casa, e a não entrar na feytoria de Chaul de que era provido e a vagarem por sua morte quinze mil reis de tença, hei por bem e me praz fazer mercê a Anna de Sá sua mulher do dito Simão Vaz e mãy do dito Luis de Camõis, de nove mil reis de tença em cada hum anno e dias de sua vyda, alem dos seis mil reis que já tem de tença em sua vida os quaes nove mil reis de tença começará a vencer de desasete dias do mez de novembro do anno passado de MDLXXXIV em diante em que lhe fiz esta mercê, e portanto mando aos Vedores de minha fazenda que lhe façam assentar os

ditos nove mil reis de tença nos livros della e despachar em cada hum anno em parte onde haja d'elles bom pagamento, e por firmeza de todo lhe mandei dar esta minha carta de padrão por mim assignada e assellada com o meu sello pendente. Antonio Pereira a fiz a cinco dias do mez de Fevereiro anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de MDLXXXV, e eu Manoel de Azevedo a fiz escrever.» (*Doações de Filippe* I, fl. 132. Na Torre do Tombo.)

Por ventura, esta mercê de 17 de Novembro de 1585 vinha supprir o têrmo do privilegio dos *Lusiadas*, que motivara a *edição dos Piscos*, d'esse anno.

Depois de 1585 nada mais se sabe da mãe do poeta, pouco depois extincta pela sua muita edade. A sepultura do poeta começou a representar-se como um logar sagrado, o altar da patria. Mas aonde estava ella? Segundo a tradição, o poeta Diogo Bernardes desejava ser enterrado ao lado de Camões. Outros poetas que tambem estiveram no captiveiro de Africa, como Fernão Alvares de Oriente e Miguel Leitão de Andrada, preoccupam-se com o logar da sua sepultura, que a tradição indicava em *Santa Anna* (Adro da Peste) e que elles tomaram pela *Egreja de Santa Anna*. Dom Gonçalo Coutinho, como amigo de Camões, tratou de assignalar a sua sepultura. No prologo das *Rimas*, de 1595, o livreiro Estevam Lopes escreve a D. Gonçalo Coutinho: «Mas como não heide exalçar até ao céo a magnifica e heroica obra que v. m. fez *em dar sepultura honrada* aos ossos de este admiravel varão, que pobre e plebeiamente jaziam no Mosteiro de Santa Anna. Tomar v. m. á sua conta a obrigação commũa, não d'este Reino só, mas de toda Espa-

nha; e assi recolheu pera si toda a gloria que a toda esta provincia viera, se para tão devida obra se ajuntara. Bastante rasão era esta para suas poesias serem dedicadas ao nome de v. m. e não conhecerem outro... Lisboa, 27 de Fevereiro de 1595.» E Fernão Alvares d'Oriente, na sua *Lusitania transformada*, (fl. 69 ỹ) refere-se a esta homenagem: «Mas entre todas (estava) a estatua do *Princepe dos Poetas* da nossa idade, que cantou a larga Navegação dos Lusitanos, a qual se divisava das outras com este letreiro *Princepe dos Poetas*, titulo que d'ali parece *trasladou á sua sepultura* um peito illustre e generoso.» Eis o Epitaphio transcripto em 1621, na edição das *Rimas* (contrafacção de 1607): — *Aqui jaz Luiz de Camões* Princepe dos Poetas *do seu tempo morreu no anno de 1579, esta campa mandou aqui pôr Dom Gonçalo Coutinho na qual se não enterrará pessoa algũa.*

Em um Soneto de Luiz Franco falla-se n'esta homenagem:

> Di Gonzallo mercè, gentil Coutigno
> Per Muse illustre, e arme e avi illustre
> Ch' al CAMÕES nella morte fu Mecena.

No prologo biographico de Mariz na edição dos *Lusiadas* de 1613, ao transcrever este epitaphio, adulterou-o accrescentando-lhe: — *Viveo pobre e miseravelmente e assi morreo*, anno de 1579. — Esta deturpação, transcripta em boa fé por todos os biographos, foi notada em 1817 nos *Retratos de Varões e Donas.*

Tambem Miguel Leitão de Andrade, veiu junto da imaginaria sepultura do Poeta, mandando pôr na parede da egreja de Santa Anna uma tarja de azulejos com uma cruz ao meio, tendo de cada lado uma inscripção e uma figura, a primeira com um ramo verde na mão, a segunda com um livro, tinteiro e penna. Ao pé da cruz lia-se:

O grão Camões aqui jaz
Em pouca terra enterrado,
Nas terras tão nomeado,
De espada tão efficaz
Quanto na penna afamado.

Epitaphium
MIGUEL LEITÃO DE ANDRADE
Gratitudinis ergo posuit

Epitaphium
Ordinarii sub censura
Permissu et D. Patronorum

Foi achada esta inscripção por Juromenha no Ms. da livraria das Necessidades intitulado: *Livro de Diogo de Moura de Sousa o qual elle escreveo de suas curiosidades de muitas e diversas poesias de differentes sujeitos. &. 1638.* Ahi se descreve o local da sepultura: «A' entrada da porta principal de Sant'Anna á mão esquerda está a sepultura do famoso poeta Luis de Camões a qual mandou fazer D. Gonçalo Coutinho na qual estão postos estes epitahios.» Transcreve o de D. Gonçalo Coutinho, o do P.e Matheus Cardoso e pela primeira vez o de Miguel Leitão. Continuando a lenda, Faria e Sousa nos commentarios dos *Lusiadas* de 1639 allude vagamente á sepultura do Poeta, na Vida que precede as *Rimas;* diz que fôra enterrado *al rincon de la mano esquierda*, e D. Gonçalo

Coutinho, *le pasó casi a la mitad de la Iglesia.* O chronista Frei Fernando da Soledade, na sua *Historia seraphica*, de 1709, diz que pelas obras do mosteiro a sepultura ficou dentro da clausura, ou do côro das freiras. Depois, o terremoto de 1755 veiu complicar o problema das pesquizas da imaginaria sepultura. [1] O caracter nacional dos *Lusiadas*, como o palladio portuguez, impunha-se ás almas mais puras, que não se avergavam ao jugo castelhano, buscando no poema de Camões o lenitivo para a ruina da patria; o velho Bispo de Targa Frei Thomé de Faria traduzia aos outenta annos para latim o livro da gloria portugueza, o *Thesouro do Luso*, como lhe chamou Cervantes. João Pinto Ribeiro, o principal fautor da Revolução de 1640, que vindicou a independencia de Portugal, estudava e commentava os *Lusiadas*.

No começo do seculo XIX já a Epopêa de Camões era acclamada pelo seu espirito uni-

---

[1] Em 1805 escrevia o professor A. M. do Couto, nas *Memorias sobre a vida de Bocage*: «Para ser em tudo quasi parelho em Bocage com Camões, é que o seu enterramento se fez em sepultura indistinctiva sem signal que a designasse, que devera ser nova e descriptiva. *A de Camões* (por muito pobre) *foi priscamente no Adro de Santa Justa*, do qual Fr. Luiz de Sousa, ainda no seculo da Casa de Alorna e depois frade dominicano, por ajuste pecuniario o trasladou para o côro de baixo das Freiras de Sant'Anna, mas sem lápida; que será preciso de todo esfolinhar para levar seus ossos ao Pantheon designado (hoje) S. Vicente de Fóra: achando-se talvez seus ossos, por que nenhuns outros ahi foram enterrados... (p. 35.) N'esta tradição confusa ha um vislumbre de verdade: ter Camões sido enterrado em um *Adro* da Peste, que foi *Santa Anna*.

versalista. Em uma ficção litteraria *Veglie di Tasso*, publicada em francez no anno III da Republica, e em italiano em 1803, poz-se esta apostrophe na bocca do vate de Sorrento: «Poderá acontecer que o Imperio das Indias saia das mãos dos successores de Manoel, e que a soberba Lisboa não vêja mais chegar ao seu porto os thesouros de Africa e da Asia: mas a *primeira gloria das suas immensas conquistas viverá sempre resplandecente no Poema de Camões;* as nações mais remotas admirarão nos *Lusiadas* o valor incrivel de um punhado de homens, que affrontando perigos terriveis, enormes e nunca vistos, e domando populosas nações, levaram ás extremidades do universo as suas virtudes e a religião de seus paes.»[1] Tem a importancia de nos mostrar a orientação da critica moderna na comprehensão de Camões.

Pela sua vida, pela sua obra e ainda pelas terriveis circumstancias da época, que se reflectiram na sua morte, Camões sentiu e deu fórma imperecivel á *eterna esperança*, da forte raça a que pertence o ramo luso. Desde Pinto Ribeiro, Filinto Elysio, Morgado de Matheus, Domingos Sequeira, Bomtempo, e Almeida Garrett, foi glorificando Camões que se tocou a fibra organica para acordar Portugal

---

[1] Pato Moniz considerou este texto como authentico do proprio Tasso; acceitou-o Juromenha, (*Obr.*, I 157 e 512) e seguimol-o na *Hist. de Camões* p. 397. Estava porém provado desde 1810, como uma fabricação litteraria em nome de Tasso (Dr. Storck, *Vida*, p. 706.)

á vida politica, á consciencia da sua autonomia e missão historica. O Tricentenario de Camões em 1880 foi a convergencia d'estes esforços isolados em que uma nova visão philosophica se tornou uma synthese affectiva; e os *Lusiadas* appareceram, como disse bellamente Camillo: «um livro, que ao fim de tres seculos alvoroça uma nação inteira.»

Observando este impulso de revivescencia nacional, escreveu um critico francez:

«Cada um, desde então, carreou a sua pedra para o templo sagrado da gloria camoniana, que o Centenario de 1880 fez resplandecer com um brilhantismo unico. Camões tornou-se o symbolo da Ideia lusitana; e eis porque, por occasião do Ultimatum inglez de 1901, a sua estatua em Lisboa foi cingida com um panno preto. Assim, mais uma vez ainda o Poeta se identificou com a nação.» [1] A sua acção e destino não terminaram; Sousa Martins em uma phrase genial concentrou esse pensamento: «No Poema de Camões palpita o coração da Patria; e por isso, no fatal desmembramento de Portugal serão os LUSIADAS o *ultimum moriens.*» [2]

[1] Philéas Lebesgue, no *Mercure de France*, (15-v-1906).

[2] *In Memoriam*, p. 477.

INDICE

CAMÕES, EPOCA, VIDA E OBRA

INTRODUCÇÃO

A Renascença do Seculo XVI e a nacionalidade portugueza

I

Os Descobrimentos maritimos dos Portuguezes e o Sentimento da Natureza

II

A Humanidade revelando-se na Cultura greco-romana, e a renovação religiosa

III

O Individualismo e o Espirito moderno

I

VIDA DE CAMÕES

EPOCA PRIMEIRA

Nascimento, seus ascendentes e educação litteraria

(1524 a 1542)

SEGUNDA EPOCA

A Côrte de Dom João III

(1543 a 1553)

EPOCA TERCEIRA

Dezeseis annos no Oriente

(1553 a 1569)

1.º Periodo: Cinco annos de vida militar.

a) *Viagem para a India — Chegada a Gôa — Expedição contra o Chembé* (1553)

B) *Os dois Cruzeiros na Armada do Norte: No Golfo Persico* (1554) *e no Estreito de Meca* (1555)

c) *A Armada do Sul ou das Molucas* (1556) — *Combate contr[a] os Piratas chinezes* (1557) — *Em Macáo* (1558) — *Naufragi[o]* (1559) — *O injusto mando.*

2.º Periodo. Refugio na idealisação poetica

A) *Chegada a Gôa e prisão sob D. Constantino de Bragança* (1561)

b) Sob o governo do Conde de Redondo — Amisades litterarias

c) A amisade do Vice-Rei D. Antão de Noronha — Sahida para Moçambique (1567) — *Partida para Lisboa* (1569)

EPOCA QUARTA

Regresso de Camões a Lisboa e sua morte

(1570 a 1580)

THEOPHILO BRAGA

Historia popular de Portugal . . . . No prelo

Visão dos Tempos

Epopêa da Humanidade (Edição integral) 4 vol. . 2$400

Alma portugueza

Rhapsodias da Epopêa de um pequeno Povo

Viriatho. Narrativa epo-historica. 1 vol.. 600
Frei Gil de Santarem (Fausto portuguez) 1 vol. . 600
Os Doze de Inglaterra (Poema) 1 vol.. 500
Gomes Freire. . . . . No prelo

Historia da Litteratura portugueza

Introducção e Theoria da Historia da Litteratura portugueza. 1 vol. 700
Bernardim Ribeiro e o Bucolismo. 1 vol. . . . 700
Gil Vicente e as Origens do Theatro nacional. 1 vol. 800
Eschola de Gil Vicente e o desenvolvimento do Theatro nacional. 1 vol. 800
Sá de Miranda e a Eschola italiana. 1 vol. . . 700
Camões — Vida e Epoca. 1 vol. . . . . 1$200
Camões e o Sentimento nacional. 1 vol. 600
A Arcadia lusitana. 1 vol.. . . . . 1$000
Filinto e os Dissidentes da Arcadia. 1 vol.. . . 1$200
Bocage, sua Vida e Epoca litteraria. 1 vol. . . . 1$000
Garrett e o Romantismo. 1 vol. 800
Garrett e os Dramas romanticos. 1 vol.. . . . 1$200
As modernas Ideias na Litteratura portugueza. 2 vol. . . . . 1$500

A Patria portugueza (O Territorio e a Raça) 1 vol. 600
As Lendas christãs. 1 vol.. 700